HOMENAGEM A MARTINS SARMENTO

MISCELÂNEA DE ESTUDOS
EM HONRA DO INVESTIGADOR VIMARANENSE

NO CENTENÁRIO
DO SEU NASCIMENTO

(1833-1933)

EDIÇÃO DA SOCIEDADE MARTINS SARMENTO, SUBSIDIADA PELO MINISTÉRIO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA E PELA JUNTA DE EDUCAÇÃO NACIONAL

GUIMARÃES (PORTUGAL) 1933

Edição de 500 exemplares

HOMENAGEM

A

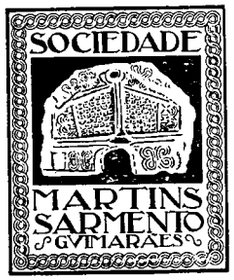
MARTINS SARMENTO

HOMENAGEM A ▪ MARTINS SARMENTO ▪

MISCELÂNEA DE ESTUDOS
EM HONRA DO INVESTIGADOR VIMARANENSE

NO CENTENÁRIO
DO SEU NASCIMENTO

(1833-1933)



EDIÇÃO DA SOCIEDADE MARTINS SARMENTO, SUBSIDIADA PELO MINISTÉRIO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA E PELA JUNTA DE EDUCAÇÃO NACIONAL

GUIMARÃES (PORTUGAL) ▪ 1933

SOCIEDADE
MARTINS SARMENTO

BIBLIOTECA

À MEMÓRIA GLORIOSA

DE

MARTINS SARMENTO,

INVESTIGADOR INSIGNE DAS ORIGENS

DO POVO PORTUGUÊS, É CONSAGRADO

ÊSTE LIVRO DE ERUDIÇÃO,

ORGANIZADO POR INICIATIVA DA

SOCIEDADE MARTINS SARMENTO

A DIRECÇÃO:

MÁRIO CARDOZO
Presidente e director do Museu de Arqueologia

BENTO CALDAS
Vice-Presidente e director da Biblioteca

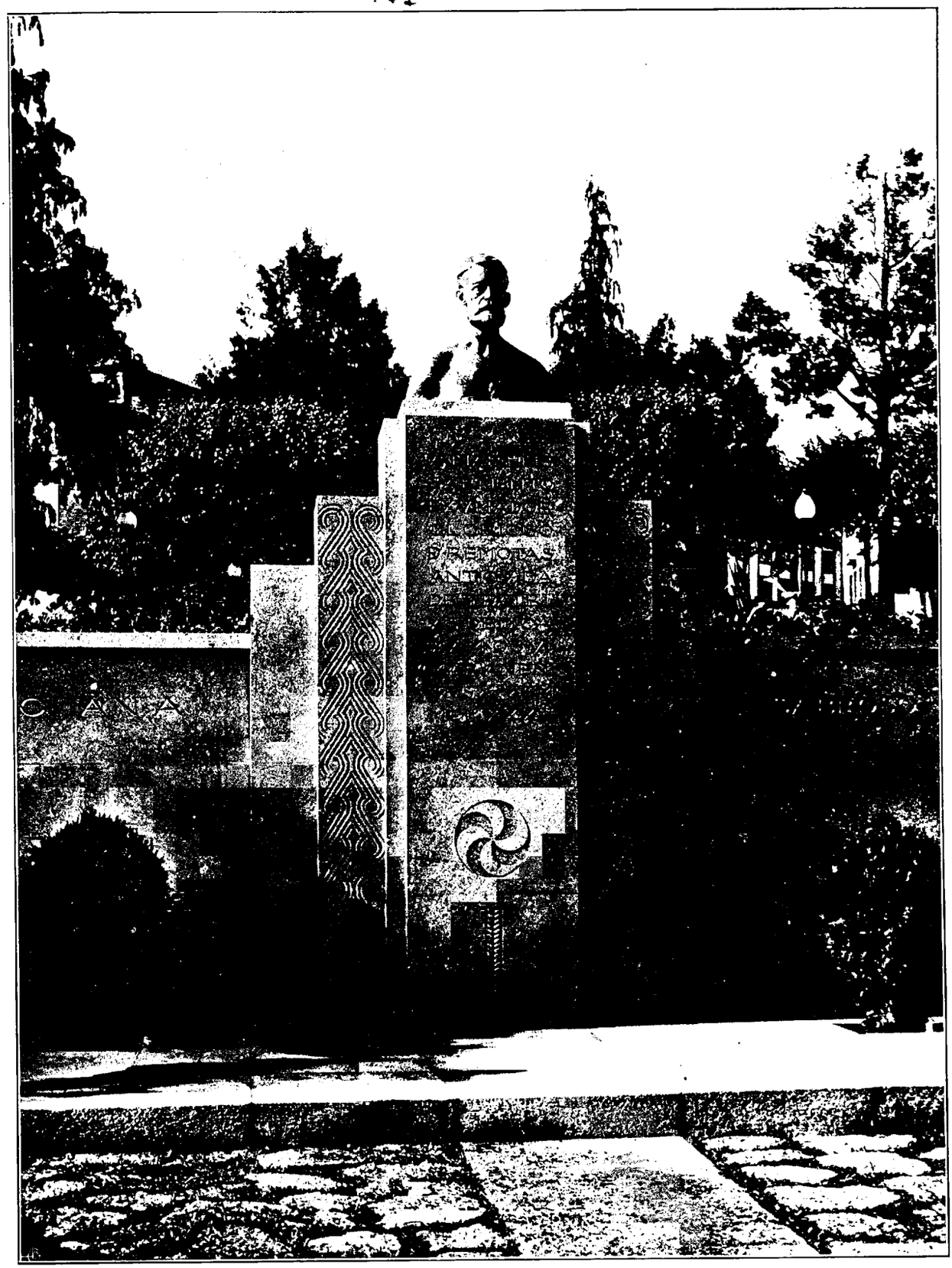
RICARDO DE FREITAS RIBEIRO
Conservador das Estações Arqueológicas da Citânia de Briteiros e de Sabroso

ALBERTO VIEIRA BRAGA
Director da «Revista de Guimarães»

ANTÓNIO LOPES DE CARVALHO
1.º Secretário e director dos serviços de Instrução popular

ALBERTO COSTA
2.º Secretário

FRANCISCO PEREIRA MENDES
Tesoureiro



MONUMENTO ERIGIDO A MARTINS SARMENTO, NA CIDADE DE GUIMARÃES, EM 11 DE JUNHO DE 1933

(Busto e projecto do Escultor António de Azevedo)

Volvida esta folha, vozes autorizadas, no âmbito dos estudos predilectos do insigne português que se chamou Martins Darmento, surgirão a recordar, com justiça, o alto valor da sua obra.

Eu limito-me a louvar calorosamente aqueles que souberam cumprir o dever patriótico de levantar, á memória do espírito gentil que aqui se evoca, este monumento que, melhor que o mármore ou o bronze, perpetuará, perante os vindouros, o nobre exemplo duma vida superior, inteiramente consagrada ao trabalho probo e útil.

27-12-33

Alex.do Gomes Pinto

MINISTRO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA 3253

Dr. Francisco MARTINS SARMENTO

(Esbôço bio-bibliográfico)

A memória do investigador insigne, a quem êste livro de erudição é consagrado, permanece, viva e perene, não só entre os seus concidadãos, senão também entre os homens de todo o mundo — «*non tantum inter cives suos, sed apud omnium gentium homines*» (1).

A posteridade acolhe ùnicamente aquêles cuja Obra, na efémera passagem pela vida, foi tocada por um ideal de Beleza, ou inspirada por um elevado sentimento de Amor e de Bondade, ou guiada por uma decisão inabalável de ser útil ao semelhante. Quanto maior é o desinterêsse com que trabalhamos pelos outros, mais restituímos a Deus, mais construímos para a Eternidade. Por isso mesmo as obras verdadeiramente imperecíveis são sòmente as do espírito — aquêles edifícios tão altos que tocam o céu, e têm na terra um alicerce argamassado em sacrifício e em sangue: obras de santos e de heróis. E «Martins Sarmento ficará como um dos nossos heróis espirituais, como um dos construtores da Pátria resgatada pelo Espírito» (2).

Indício bem patente de que o nome do scientista notabilíssimo, que o pequeno burgo de Guimarães teve a glória de contar entre os seus filhos mais ilustres, está definitivamente consagrado em todo o mundo culto, mais uma vez se revelou no caloroso acolhimento dispensado por muitos dos maiores eruditos da actualidade à elaboração do presente volume. Todos quantos foram convidados a colaborar aqui, nacionais e estrangeiros, acarinharam a ideia desta homenagem com palavras demonstrativas de uma grande admiração pelos trabalhos scientíficos do sábio português.

A Obra de Martins Sarmento desenvolveu-se em profundidade, e as suas raízes procuraram haurir a seiva no subsolo da Pátria. Das escavações que realizou disse Emílio Hübner: «pouco importa que não fôsse nem Olímpia, nem Tróia, nem Pérgamo o que êle fêz ressurgir, mas tão só a Citânia e citânias

---

(1) «Memoriae Aeternae Francisci Martins Gouvea de Moraes Sarmento», por Aemilius Hübner. Número Especial da *Revista de Guimarães*, Pôrto, MCM — pág. 106.

(2) Palavras de Afonso Lopes Vieira, em carta de 5 de Dezembro de 1932 à Direcção da Sociedade Martins Sarmento.

lusitanas ou calaicas; a glória não consiste na fama dos lugares restituídos à luz e arrancados ao esquecimento dos séculos, mas no duro trabalho da investigação, na superior habilidade da descrição, na felicidade da descoberta» (1). Com efeito, os resultados dessas explorações foram os mais fecundos para o conhecimento das nossas origens. Sarmento foi um iniciador, um precursor e um mestre: deixou uma Obra que se impõe, desbravou caminhos ignorados, criou e orientou discípulos.

Quando em Portugal estavam, pode dizer-se, na infância os métodos scientíficos da investigação prè-histórica e arqueológica, o estudioso vimaranense, num admirável esfôrço autodidáctico, apoiado numa faculdade inata de lúcida intuïção, revelou, nos seus trabalhos, uma directriz tão equilibrada e segura, que muitas das conclusões a que o conduziram os seus estudos, quer no campo das aquisições práticas, quer no das deduções teóricas, têm ainda uma oportunidade e frescura absolutamente actuais. Variadíssimos problemas que o preocuparam então, especialmente sôbre a páleo-etnologia ibérica, são presentemente debatidos com o mesmo interêsse.

Pertenceu Sarmento a uma geração de estudiosos que a vertiginosa época actual, utilitarista e prática, dificilmente comporta. Então, o investigador envelhecia tranqüilamente no estudo e adquiria um saber seguro e sério, passo a passo, dia a dia, ora na paz dos gabinetes, consultando in-fólios, ora nas galerias dos museus, ora nos cômoros isolados, revolvendo a terra e arrancando-lhe os seus segredos milenários.

É um êrro supôr-se que Martins Sarmento foi essencialmente um arqueólogo. Para êle a Arqueologia era apenas um meio de auxílio, um processo de confirmação e contra-prova das suas induções. Sarmento foi fundamentalmente um etnólogo. Tôda a preocupação empolgante e absorvente dos seus estudos foi a indagação das nossas origens étnicas. A êste fim essencial visam os seus trabalhos principais — «Os Lusitanos», «Lusitanos, lígures e celtas», «Os Argonautas», «Ora Maritima» e muitos dos seus numerosos artigos dispersos, tais como — «Os Gregos no Noroeste da Ibéria», «Os Celtas na Lusitânia», «Os milésios da tradição irlandesa», «Os Atlantes de Diodoro Sículo», etc. Derivou, é certo, a sua atenção através dos múltiplos ramos da investigação scientífica, e foi, sem dúvida, notável também como arqueólogo, como epigrafista, como etnógrafo (especialmente folclorista), como historiador, etc. Abordou conhecimentos vários, tais como a antropologia, a lingüística e outros mais. Mas tudo isto incidentalmente, procurando apenas nestas sciências o apoio indispensável às suas deduções de ordem etnológica.

Conhecendo e utilizando sem dificuldade várias línguas — francês, inglês, alemão, espanhol, italiano, além do latim; tendo levado a cabo, no recolhimento do seu gabinete de trabalho, uma larga e sólida preparação scientífica, por uma leitura extraordinária (2) e uma assimilação intensa em variados qua-

---

(1) Elogio de Martins Sarmento, numa epístola latina escrita por Emílio Hübner ao Dr. Pereira Caldas, em Fevereiro de 1900. (Vid. *Revista de Guimarães*, XX, 108).

(2) Esta leitura intensa continuou-a Sarmento, ininterruptamente, durante tôda a sua vida. Em 1888, num artigo crítico publicado na *Deutsche Litteraturzeitung*, a propósito de «Os

drantes do saber humano; tendo recolhido elementos preciosos de interpretação e de síntese, nas fontes clássicas greco-romanas da História da Península Ibérica, — entrou desassombradamente, com tôda a segurança crítica, na sua especialização, e possuindo uma sôma tal de conhecimentos que logo se revelou, ao seu primeiro contacto com o público estudioso, um verdadeiro homem de sciência. A análise dos seus primeiros escritos não nos mostra as naturais hesitações do incipiente, pois que a sua gradual formação scientífica foi discreta e metòdicamente preparada, durante anos, longe da publicidade, à mesa recolhida do estudo. O primeiro artigo de investigação, que deu a lume em 1876, versando etnologia (1), apresentou, de entrada, um erudito consumado, de largos recursos, e um escritor dotado de uma forte personalidade literária.

Fig. 1 — Sarmento aos 38 anos

¿Como derivou o intelectual a sua atenção para um campo tão especializado, e tão particularmente positivo e grave, como o da Prè-história, quando é certo que, durante largos anos, desde a mocidade, o seu espírito flutuou ao sabor das divagações românticas da poesia e da literatura, ou das pugnas jornalísticas, inconseqüentes e dispersivas? É verdade que o seu temperamento literário, sentimental, nunca, como bem observou o Sr. Dr. Leite de Vasconcelos, desamparou o investigador (2). E no estudo das civilizações mortas, também um carácter vagamente melancólico e romântico encontra inspiração e motivos para as divagações da fantasia. Quando o pensamento e o poder de criação, aliados à segurança do estudo e ao senso crítico, podem fazer ressurgir e reviver o que morreu, a sciência do Passado deixa de ser um frio exame de anatomia, para se converter na ligação atractiva da nossa própria vida a outras vidas distantes. Esta faculdade de ressurreição, esta intuïção de quási vidente, êste admirável

---

Argonautas», Hübner escreveu: «Conhece (Sarmento) de um modo notável a última palavra em assuntos de literatura histórica e etnográfica. Os trabalhos de Otfried Müller e Ernst Curtius são-lhe tão familiares como os de Vivien de St. Martin e de d'Arbois de Jubainville. Estudou aplicadamente as obras mais modernas dos celtistas e antropologistas». E em carta de 1893, referindo-se à publicação do opúsculo «Lusitanos, ligures e celtas», o mesmo A. classifica Sarmento de excelente polemista, mostrando-se surpreendido pela enorme quantidade de obras em tôdas as linguas que o erudito vimaranense mostrava conhecer.

(1) «Os gregos no Noroeste da Ibéria», n-*O Instituto*, Coimbra, 1876—XXIII, 1 e 49.

(2) Número Especial da *Revista de Guimarães* cit., pág. 84.

talento de reconstrução, que restitui uma nova alma aos corpos donde ela se evolou — possuía-o Sarmento em alto grau. «A sua imaginação, alguma coisa ainda do poeta, levava-o para as épocas mais afastadas, envoltas no espêsso nevoeiro do passado» (1).

Sem dúvida que na sua inclinação para o estudo da Prè-história influíu também grandemente o facto de, a dois passos da casa dos seus antepassados, em Briteiros, existirem as célebres ruínas da Citânia do Monte de S. Romão. A curiosidade e o interêsse que a vizinha cidade morta devia despertar a uma inteligência predisposta à meditação eram bem naturais. Êle próprio o declara numa carta escrita em 1877, onde fornece ao Dr. Pereira Caldas um curioso apontamento autobiográfico: «Quanto às minhas predilecções literárias, tenho sido duma volubilidade verdadeiramente feminina. Tomou-me muito tempo a filosofia, e a história dos sistemas filosóficos, mórmente no que tinha relação com as religiões e a psicologia. Desci das teorias ôcas à escola crítica, e aí achei-me em melhor terreno. Nestas santas disposições atirei-me à história, principalmente à história antiga, e ia neste caminho, quando a Citânia me fêz recuar até à prè-história» (2).

Fig. 2 — Sarmento aos 50 anos

Estes factos de natureza subjectiva presidiram portanto, à última fase da vida mental de Sarmento — a sua entrada definitiva no campo dos estudos da etnologia e da prè-história nacional.

Adolfo Coelho afirmou que êle tardiamente se prendeu com os estudos históricos (3). E não é verdade. Alberto Sampaio, o historiador insigne, que de Sarmento nos deixou o mais flagrante retrato literário, afirma que êle não foi, é certo, «desde a primeira adolescência um beneditino curvado sôbre os in-fólios» (4); mas, o tempo que dispersou nas primeiras fases da sua vida espiritual, compensou-o mais tarde, por uma leitura especializada intensíssima, quási febril, utilizada com um poder de assimilação sintética incomparável. De

(1) Artigo sôbre Martins Sarmento, pelo Dr. José Sampaio, na *Revista de Guimarães*, 1884, vol. I, pág. 42.

(2) «Cartas de Martins Sarmento ao Professor Pereira Caldas», na *Revista de Guimarães*, XXXIV, pág. 7.

(3) Vid. *Revista Archeologica*, Lisboa, 1889, vol. III, pág. 129.

(4) Vid. *Portugália*, Pôrto, vol. I (1899-903), pág. 418.

resto, os assuntos graves da investigação scientífica demandam, para produzirem os melhores frutos do pensamento, uma ponderação e uma concentração de espírito só compatíveis com determinada idade da vida. A mocidade é naturalmente inclinada à superfluïdade, à variedade, à dispersão irreflectida.

Nascido em 1833, oriundo de uma família distinta, era um fidalgo pelo trato, se o não era tanto, de linhagem, pela ascendência. Abastado de meios, não encontrou dificuldades materiais na vida. Aos vinte anos, precocemente, tinha terminado em Coimbra o seu curso de Direito, vindo em seguida fixar-se na terra onde nasceu, aqui permanecendo até morrer. Durante o período dos vinte anos imediatos à sua formatura entregou-se aos trabalhos literários e à preparação mental que, mais tarde, havia de produzir o investigador eminente. «Através de leituras as mais variadas, adquiriu a grande massa de conhecimentos que lhe deram a largueza de vista, característica das suas concepções» (1).

Fig. 3 — Sarmento aos 64 anos
(Fot. de Ricardo Severo)

Em 1875 inicia as escavações na Citânia, data culminante e decisiva na sua vida, tarefa grandiosa e absorvente a que se dedicou inteiramente, e através da qual o espírito de Sarmento envereda no seu verdadeiro rumo. Nove anos, com ligeiras interrupções, até 1884, duraram as escavações. Lentamente, pacientemente, sem o menor auxílio dos poderes públicos, Sarmento põe a descoberto as ruas e as calçadas, ladeadas dos alicerces das edificações, ergue uma parte das muralhas que circuitavam a povoação, desobstrui fossos, vai coligindo pedras com lavores ou inscrições, moedas, fragmentos de cerâmica, objectos de bronze, etc., num exaustivo trabalho de reconstituïção histórica.

Em fins de 1876 inicia novas explorações no Côto de Sabroso, fronteiro a S. Romão, onde põe a descoberto outra povoação primitiva, muito mais pequena do que a Citânia, mas, pela sua fisionomia e pela característica dos objectos encontrados, talvez mais importante do que esta, para o estudo das nossas origens remotas. A escavação de Sabroso prossegue até 1880.

Sarmento resolve então alargar o âmbito dos seus estudos e pesquisas a tôda a região do Entre-Douro-e-Minho, percorrendo incansàvelmente, em épocas

(1) Vid. *Portugália*, Pôrto, vol. I, pág. 417.

sucessivas, tôda a faixa litoral, desde o rio Minho ao Leça, na qual encontrou numerosos vestígios semelhantes aos de Sabroso e da Citânia, com feições características da mesma época e da mesma civilização. Não surgia nestas redondezas recanto suspeito de velharias que êle não visitasse, logo que podia, inquirindo, investigando, e recolhendo o que tinha préstimo. Raras vezes voltava a casa, sem uma nova aquisição: agora um machado da pedra polida, logo um fragmento cerâmico ornamentado, ou parte corroída de uma fíbula, uma pedra esculturada, uma inscrição inédita, uma roda de mó manual, um conto de mouras encantadas, uma lenda, uma tradição vaga, um indício apenas que fôsse, — tudo êle arrecadava ou fixava com interêsse, catalogava cuidadosamente, e comentava, por fim, nos seus cadernos manuscritos. Assim ia consolidando um vasto alicerce com estes notáveis *Materiais* de Arqueologia.

A citada região do Entre-Douro-e-Minho, pode dizer-se que a conhecia a palmo, porque foi o terreno predilecto das suas excursões, especialmente, como dissemos, a zona do litoral. Mais perto de casa, o campo das suas freqüentes digressões arqueológicas foi todo êsse formoso conjunto de pequenas elevações que marcam e separam os verdejantes vales convergentes do Ave e do Vizela, e circundam os castros de Sabroso e Citânia, fulcro das suas proveitosas jornadas.

Do estudo comparativo e de conjunto destas povoações primitivas concluíu que os seus edificadores eram povos não só de origem prè-romana, mas prè-celta, oriundos das primeiras migrações arianas que, em época remotíssima, se haviam estabelecido no ocidente da Europa. E daqui a sua ilação: — «os lusitanos, ao contrário do que geralmente se pensa, têm, graças à sua posição geográfica, uma das mais puras árvores genealógicas dos povos antigos» (1). Mais tarde, precisando melhor esta afirmativa, continua sustentando a tese da nossa origem remota, filiando-a nos lígures (árias prè-celtas), e rebatendo com calor a hipótese celtista dominante.

Se é certo que algumas das teses que Sarmento defendia com vigor estão hoje definitivamente abandonadas, como a afirmação de uma insignificante mistura de elementos célticos na nossa etnogenia, ou como a pretensa influência da civilização micénica no ocidente da Península, — certo é também que muitos dos seus pontos de vista não são ainda, actualmente, meio século volvido, desprezados pelos estudiosos. Se é hoje tida como uma aquisição scientífica definitiva e incontestável a profunda influência da penetração céltica na Península Ibérica, facto aliás comprovado pelos vestígios arqueológicos, pela toponímia e pelos textos clássicos, a verdade é que, sem embargo, ainda muitos eruditos (entre os quais Schulten) sustentam, por exemplo, a hipótese de que as mais antigas populações indígenas do ocidente da Europa, e particularmente da Península, eram constituídas pelos lígures (2). A tese da nossa procedência

---

(1) Vid. Martins Sarmento, «Os Lusitanos», Pôrto, 1880, pág. 37.

(2) A págs. 631-34 da sua obra mais recente sôbre «Etnologia de la Península Ibérica» (Barcelona, 1932), o Prof. Bosch Gimpera, compulsando os vários elementos que constituem o fundamento da teoria ligúrica, relativa às populações indígenas do Ocidente da Europa, entende que se deve prescindir dos *lígures*, como elemento étnico prè-ibérico e prè-céltico da

ligúrica, sustentada por Sarmento, não é pois uma velharia inteiramente posta de parte.

As escavações da Citânia causaram eco e repercussão na Imprensa. Famosas escavações, que alguns quiseram comparar (não pela abundância e riqueza material do espólio encontrado, mas pela sua importância intrínseca para um maior conhecimento da prè-história da Península hispânica) aos retumbantes trabalhos de Schliemann em Tirinto e Micenas. Em Julho de 1876, o Marquês de Sousa Holstein foi visitar as ruínas postas a descoberto, e com tal calor e entusiasmo apresentou uma comunicação à nossa Academia das Sciências, que, devido a proposta sua, e na qualidade de vice-inspector da Academia das Belas-Artes de Lisboa, o Govêrno agraciou Sarmento com uma Portaria de louvor pelos relevantes serviços que estava prestando aos estudos arqueológicos nacionais.

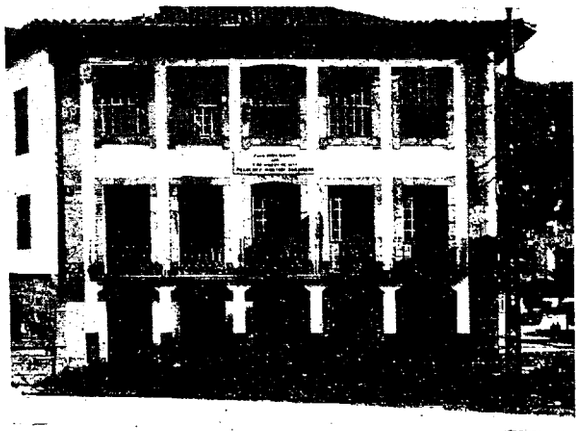


Fig. 4 — Casa do Largo da República do Brasil (antigo Campo da Feira), onde o Arqueólogo nasceu, a 9 de Março de 1833.

Começando os trabalhos de exploração a ser freqüentemente visitados, com o maior interêsse, por muitos estudiosos, compenetrou-se Martins Sarmento da oportunidade de promover uma reünião e conferência dos mais distintos e autorizados investigadores portugueses. Efectivamente a 9 de Junho de 1877 era a Citânia percorrida por um núcleo de estudiosos, entre os quais se viam o Marquês de Sousa Holstein, Possidónio da Silva, Luciano Cordeiro, Filipe Simões, Augusto Soromenho, Teixeira d'Aragão, Nery Delgado, Rodrigues Ferreira, etc. No dia imediato, realizou-se na casa de Sarmento a primeira Conferência arqueológica de Portugal, que, se não produziu imediatamente os mais opimos frutos, sensìvelmente contribuíu para estimular o progresso dos estudos arqueológicos no nosso País, e pela expansão das notícias publicadas por êstes estudiosos, para fazer incidir a atenção do estrangeiro sôbre a importância dos trabalhos já realizados por Martins Sarmento.

Baseado nessas curtas memórias era publicado, em 1879, na *Archeologia Artistica* (1), em versão do Sr. Joaquim de Vasconcelos, um notável estudo

---

Península, afirmando inclusivamente que a interpretação a dar aos textos gregos quando nos falam de «lígures» é a de um símbolo generalizado a todos os povos ocidentais em relação ao mundo grego, tal como hoje dizemos «nórdicos» ou «meridionais», abrangendo por vezes povos sem qualquer identidade étnica.

(1) E. Hübner, «Citânia», na *Archeologia Artistica*, Pôrto, 1879, t. I, fasc. V, 25 págs.

sôbre a Citânia, elaborado pelo Prof. da Universidade de Berlim, Dr. Emílio Hübner. Tal estudo provocou uma réplica de Sarmento, intitulada «Observações à Citânia do Sr. Doutor Emílio Hübner», esclarecendo tôdas as afirmações erróneas em curso, a propósito das ruínas da Citânia (1). É êste opúsculo um trabalho essencialmente descritivo, embora entremeado das opiniões pessoais do seu autor, sempre baseadas num critério esclarecido e nas mais límpidas fontes dedutivas. A oposição de Sarmento, por vezes formal, a muitas das autorizadas asserções apresentadas pelo eminente colaborador do monumental *Corpus Inscriptionum Latinarum,* longe de provocar no espírito do Prof. alemão qualquer sombra de despeito, decidiu-o a escrever ao estudioso vimaranense, agradecendo as correcções ao que de inexacto tinha publicado acêrca da Citânia, em tudo se dando por convencido e concorde, excepto na finalidade a atribuir à célebre «Pedra Formosa», que Sarmento sustentava teria sido pedra de ara, destinada a sacrifícios rituais, e portanto primitivamente colocada em posição horizontal, e Hübner queria que tivesse estado posta verticalmente, à maneira de uma fachada de edificação. Cinqüenta anos mais tarde, novas descobertas na Citânia vieram confirmar definitivamente que a razão estava do lado de Hübner (2). O epigrafista alemão publicou posteriormente novos estudos sôbre a Citânia (3), que teve a curiosidade de vir propositadamente observar, em Setembro de 1881, e, desde esta época, em que travou conhecimento pessoal com Sarmento, nunca mais os dois scientistas deixaram de manter, durante vinte anos, as mais amistosas relações intelectuais.

Fig. 5 — Casa do Largo de Martins Sarmento (antigo Largo do Carmo), onde o Arqueólogo faleceu, a 9 de Agôsto de 1899. Hoje propriedade da Soc. M. S.

Mas a verdadeira repercussão dos notabilíssimos trabalhos de Sarmento, nos meios culturais de tôda a Europa, foi provocada em 1880, na ocasião do IX Congresso de Antropologia e Arqueologia Prè-histórica, então realizado em

(1) M. Sarmento, «Observações à Citânia do Sr. Doutor Emílio Hübner», Pôrto, 1879, 46 págs.

(2) Vid. Mário Cardozo, «A última descoberta arqueológica na Citânia de Briteiros e a interpretação da Pedra Formosa», Guimarães, 1931.

(3) «Citania — Alterthümer in Portugal» e «Citania — Weitere Alterthümer aus Portugal», in *Hermes. Zeitschrift für classische Philologie,* Berlin, 1880, págs. 49 e 597.

Lisboa (1), pela visita efectuada por muitos dos Congressistas às ruínas da Citânia. A convite do ilustre vimaranense, ali estiveram grandes notabilidades scientíficas, representantes da Europa culta de então, como Cartailhac, Émile Guimet, Henri Martin, Virchow, etc. As conseqüências desta visita, que despertou em todos quantos percorriam a Citânia pela primeira vez uma viva curiosidade e profundo interêsse, foram as mais profícuas não só para o justo renome de Sarmento, mas para o próprio prestígio scientífico do nosso País. Largas e importantíssimas referências foram, em seguida, publicadas no estrangeiro, em memórias e relatórios, em revistas da especialidade e na imprensa periódica, apresentando Martins Sarmento como um sábio do mais elevado mérito. E, desde então, não há verdadeiramente obra clássica ou de conjunto sôbre arqueologia prè-histórica que não cite o investigador português, no capítulo referente aos problemas da civilização castreja do Noroeste hispânico. Renovador de velhos métodos empíricos de indagação scientífica, Sarmento entrou, definitivamente consagrado, no número dos grandes nomes europeus. Em 1881 era agraciado pelo Govêrno Francês com a Legião de Honra, pelo reconhecido valor das suas proficientes explorações arqueológicas (2).

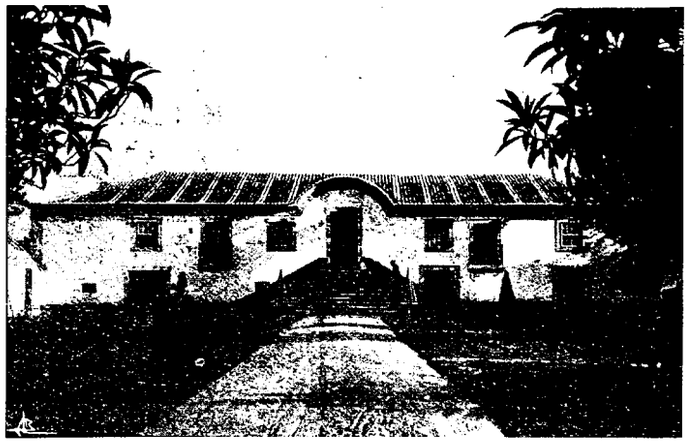


Fig. 6 — Casa da Ponte, em S. Salvador de Briteiros, solar da Família de Sarmento. Hoje propriedade da Soc. M. S.

A obra de Martins Sarmento, no campo da erudição, não é menos notável que no das suas realizações práticas, se bem que menos conhecida no estrangeiro. Percorramo-la, em fugidio relance.

Sarmento usou, como disse José Caldas, «para instrumento das suas reve-

(1) Em 1930 voltou a realizar-se em Portugal (Coimbra e Pôrto) outro Congresso, que foi o XV.

(2) Martins Sarmento possuía, além da Legião de Honra, várias distinções honoríficas, portuguesas e estrangeiras, que jamais solicitou. Era sócio da Sociedade de Geografia, da Associação dos Arqueólogos Portugueses, sócio honorário do Instituto de Coimbra e da Sociedade Martins Sarmento, sócio correspondente da Academia Real das Sciências, do Instituto Arqueológico de Berlim, da Academia de Arqueologia da Bélgica, sócio honorário da Real Academia de la Historia, de Madrid, etc. Vid. nos *Echos humoristicos do Minho*, de C. C. Branco (Pôrto, 1880, n.º 1, págs. 6 e 7), a curiosa referência ao motivo pelo qual Sarmento recusou aceitar a Comenda da Ordem de Sant'Iago, que lhe foi oferecida.

lações uma língua que poucos entendem» (1). Daí a pequena expansão dos seus trabalhos fundamentais — *Os Argonautas* e *Ora Maritima*. E, todavia, qualquer dêles merecia ser largamente conhecido do mundo culto.

O trabalho da interpretação do périplo de Avieno precedeu a tese sôbre etnologia — *Os Lusitanos*, que Sarmento apresentou ao citado Congresso de Antropologia e Arqueologia prè-histórica. Essa interpretação constituía mesmo a base indispensável para a justificação das proposições enunciadas nesta importante síntese da evolução etnológica do ocidente da Península. Porém, a pedido de um académico da nossa Academia das Sciências, havia Sarmento mandado o seu estudo sôbre o *Ora Maritima* para aquela agremiação, a fim de ser ali publicado, tendo mais tarde, passados meses, de reaver o trabalho, para o dar a lume em edição sua, pois que a Academia se não resolvia a editá-lo. Veio assim a interpretação do roteiro marselhês a ser publicada, contràriamente aos desejos de Sarmento, após a saída de *Os Lusitanos*.

Durante parte dos anos de 1879 e 80 trabalhou Sarmento no estudo do poema de Avieno, particularmente nos trechos que interessam à nossa páleo-etnologia. Quatro meses de inverno gastou a redigir o livro, que só no fim do ano de 1880 viu a publicidade.

Fig. 7 — Sarmento no leito mortuário

Como é sabido, o poema de Avieno, escrito no séc. IV de J. C., tem merecido dos estudiosos a mais profunda atenção, pelos dados que faculta sôbre a geografia e a etnologia antigas da Península Ibérica (e, de um modo geral, do Ocidente da Europa), acrescendo a circunstância de se tratar de uma obra composta sôbre antiqüíssimos textos. Apesar das interpolações sofridas em épocas posteriores, no séc. IV a. C., introduzidas por Éforo, no séc. I a. C., por um grego, e cinco séculos mais tarde por Avieno, é todavia opinião de Schulten (2) que o texto primitivo do périplo está quási intacto. Daqui a importância dêste precioso documento para a ampliação do conhecimento das nossas origens. Modernamente, o primeiro autor que fêz um estudo metódico e scientífico do périplo foi Karl Müllenhof (3), que o considerava de origem cartaginesa. Em 1922, Schulten dissecou o assunto nas suas *Fontes Hispaniae Antiquae*, chegando à conclusão de que se trata de um roteiro massiliota, do

(1) Número Especial da *Revista de Guimarães* cit., pág. 67.

(2) «Fontes Hispaniae Antiquae» — I. Barcelona, Berlin — 1922.

(3) «Aviens Ora Maritima», in *Deutsche Altertumskunde* — Berlin, 1870, t. I, págs. 73 a 203.

séc. VI a. C. As conclusões do sábio Professor de Erlangen afastam-se por vezes, e por vezes coincidem com as de Sarmento, quer nas localizações de ordem meramente geográfica, quer nas interpretações de caracter etnológico. O que não é para estranhar, pois dada a obscuridade do texto de Avieno, material de confusa expressão, em muitos pontos contraditório, noutros incompleto, — a sua interpretação é dificílima, se não impossível em muitos passos. E tôdas as aquisições scientíficas baseadas na hipótese estão inevitàvelmente sujeitas à evolução. Mas nem por isso a interpretação de Sarmento, cuja 2.ª edição veio a lume em 1896, deixa de ser, ainda hoje, digna da maior atenção, e de fornecer, pela esclarecida acuïdade dos pontos de vista ali defendidos e pelo quadro sintético que nos faculta da etnologia antiga da Europa ocidental, o mais aproveitável auxílio aos investigadores actuais. Pena é, repetimos, que uma obra desta índole e de tanta importância scientífica não tenha podido, até hoje, sair do ambiente restrito da cultura nacional, pois que, pela sua trasladação para outra língua de maior expansão, seria pela crítica autorizada tomada na conta que merece.

Fig. 8 — Túmulo de Martins Sarmento, no cemitério de S. Salvador de Briteiros.

No mesmo ano de 1880 em que Sarmento publicou estes dois notáveis estudos que acabamos de mencionar — *Os Lusitanos* e *Ora Maritima*, o primeiro dos quais mereceu de Hübner uma referência crítica na *Deutsche Litteraturzeitung* (ano de 1881, pág. 1.584), começou o estudioso vimaranense a abrir os caboucos de uma obra mais vasta — a interpretação da famosa lenda dos Argonautas. Neste ano de 80 solicita êle para a Alemanha, ao Dr. Emílio Hübner, indicações bibliográficas sôbre as edições do poema *Argonautica*, atribuído ao lendário Orfeu, obra que Sarmento não encontrava nos nossos livreiros. Longos anos, até 1887, trabalha o investigador, através da poetização de Apolónio de Rodes, nesta interpretação do texto órfico, que reveste de conceitos originais, dignos do mais profundo exame dos mitógrafos. Segundo as suas próprias palavras, a tese que defende é a de que a célebre legenda dos Argonautas é, pelo menos numa grande parte, de origem fenícia, e que os navegantes que apareceram na foz do Eridano (Reno), para depois, pelo Ródano, saírem para o Mediterrâneo, não são mais que navegantes tírios que os gregos helenizaram (1).

(1) Carta inédita de Martins Sarmento para Emílio Hübner, datada de 5-9-1880. A preciosíssima colecção das cartas de Sarmento a Hübner foi oferecida, em Fevereiro de 1929, à

Num artigo crítico publicado em 88 (1), discorda Hübner de muitas das hipóteses em que Sarmento assenta as conclusões desta sua obra principal, mas acaba por dizer que o estudioso vimaranense tinha o direito de exigir para as suas considerações a mesma atenção devida a outras tentativas semelhantes. E na legenda lapidar que redigiu, em latim, para o Número Especial da *Revista de Guimarães,* dedicado a Sarmento e publicado no ano imediato à sua morte, chama-lhe «*Argonautarum in longinquas occidentis regiones dux intrepidus*» (2). Esta interpretação erudita constituíu um exaustivo trabalho para tão sagaz comentador de textos, mas a nossa crítica scientífica e o nosso meio cultural não tinham, infelizmente, a preparação e o desenvolvimento necessários para apreciarem obras dêste vulto; e por isso, à volta de uma publicação sob tantos aspectos importantíssima para o estudo das influências orientais, ao tempo das primeiras viagens fenícias, na primitiva civilização e colonização do Ocidente da Europa, fêz-se entre nós um quási absoluto e confrangedor silêncio.

Pode integrar-se ainda no número dos seus trabalhos fundamentais a série de magistrais artigos publicados na *Revista de Guimarães,* desde 1890 a 94, e que depois reüniu em volume, sob o título de *Lusitanos, Lígures e Celtas,* polémica sôbre a etnologia dos lusitanos, sustentada brilhantemente contra Adolfo Coelho (3).

Escreveu numerosos artigos scientíficos em variadas revistas, trabalhos interessantíssimos que, por iniciativa da Sociedade Martins Sarmento, estão hoje sendo reünidos em volume (4). Em todos estes artigos transparece o mesmo admirável poder de reedificação e de síntese, o que denota bem a lúcida e arguta visão retrospectiva do investigador, e revela a base firme da larga preparação scientífica em que assentavam as suas proposições.

Uma das facêtas mais interessantes, quão desconhecida, da vasta cultura de Sarmento residia nos seus conhecimentos da epigrafia latina. Foi um dos mais dedicados e valiosos colaboradores de Hübner na elaboração da parte do grande Suplemento ao II volume do *Corpus I. L.,* relativa a Portugal (5). As suas lições e leituras epigráficas eram aceites pelo sábio alemão, quási sempre sem

---

Sociedade Martins Sarmento pelo filho dêste, Sr. Dr. Rudolf Hübner, Prof. na Universidade de Jena, devido à solicitação de Mário Cardozo e aos bons esforços do seu prestável amigo Dr. Eduardo Silva, ilustre Engenheiro químico e Prof. na Technische Hochschule de Karlsruhe.

(1) *Deutsche Litteraturzeitung* — 1888 — pág. 1224.

(2) Número Especial da *Revista de Guimarães* cit., pág. 106.

(3) Vid. *Revista Archeologica* cit., vol. III, 129 e 163; vol. IV, 153.

(4) À actual Direcção da Sociedade Martins Sarmento e à boa vontade e esclarecida inteligência do Sr. Prof. Dr. Joaquim de Carvalho, ilustre Administrador da Imprensa da Universidade de Coimbra, se deve a reünião em volume dos «Dispersos» de Martins Sarmento, edição que a referida Sociedade dificilmente poderia custear. A êste volume seguir-se-á a impressão dos «Inéditos» (Notas de Arqueologia, Tradições populares, Epistolário, etc.), que demandam um meticuloso cuidado selectivo e de revisão. Assim virá, finalmente, à publicidade, a Obra completa de Sarmento.

(5) Vid. *C. I. L., II, Suppl.* — *Inscriptionum Hispaniae Latinarum Supplementum.* Berolini. MDCCCXCII., especialmente págs. 890 e s.

observações nem reservas, tal a confiança que depositava na competência e na autoridade scientífica do estudioso vimaranense. Nesse grande Suplemento, como nos seus aditamentos, numerosas vezes o sábio alemão faz referências a Martins Sarmento, como um dos seus principais auxiliares na colheita e interpretação dos textos epigráficos de Portugal. Pela correspondência trocada entre Hübner e Sarmento, que a seu tempo virá à publicidade, se há-de ver o quanto o arqueólogo vimaranense contribuíu em larguíssima escala para a exacta e segura interpretação de numerosos monumentos catalogados nesse grande Suplemento, publicado em 1892.

A correspondência particular entre homens superiores é uma forma de expressão singularmente reveladora da personalidade; é o espelho da conversa natural, humana, sem a preocupação da posteridade, sem a frase procurada, rebuscada, burilada, das páginas definitivas. Hübner fala a Sarmento espontâneamente, sinceramente, de homem para homem, sem lhe regatear merecidos e constantes elogios. Mas não só em carta, como pùblicamente, faz repetidas vezes alusão ao valioso auxílio de Sarmento, repartindo com tão solícito quão discreto e desinteressado colaborador os louros que a si próprio cabiam, como autor glorioso dessa notabilíssima colectânea. Chama-se a isto probidade no trabalho. Infelizmente estes volumes do *Corpus I. L.*, obra formidável que o Sr. Dr. Leite de Vasconcelos classifica, com propriedade, como «um dos monumentos mais famosos da erudição do século XIX», são consultados por uma escassa minoria no nosso País. Já o ilustre estudioso P.e Martins Capela dizia, em carta para Sarmento: «Entre nós o *Corpus* é obra de tamanho tômo que quási ninguém lê.»

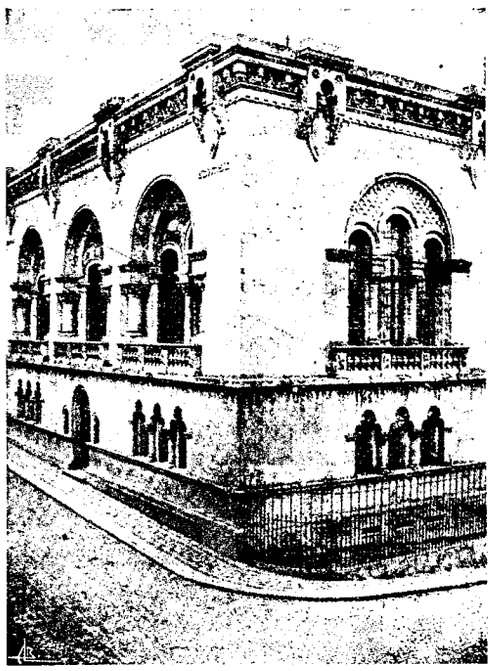


Fig. 9 — Sociedade Martins Sarmento.

Quando o investigador vimaranense morreu, deixou ainda, entre os seus papéis avulsos, cadernos de notas, correspondência, etc., (tudo cuidadosamente recolhido pelo Abade de Tàgilde, e mais tarde catalogado por êste e pelo Dr. João de Meira) — cêrca de 4.500 páginas inéditas, hoje arquivadas, e a salvo de extravio, na Biblioteca da Sociedade Martins Sarmento, repletas de valiosíssimos apontamentos sôbre os mais variados assuntos: arqueologia, lingüística, toponímia, cronologia, geografia antiga, história, religiões, folclore, etc. Quando todo êsse volumoso e precioso espólio, devidamente seleccionado e ordenado, vier à publicidade, vasta matéria encontrarão ali os investigadores para uma orientação segura no prosseguimento de novas e interessantes

pesquisas scientíficas, que o seu coleccionador não teve tempo de efectuar, pois lhe foi curta a vida para tão larga obra.

Incansável no trabalho intelectual, escreveu imenso, febrilmente, pode dizer-se. Mesmo, por vezes, retido no leito pela doença, escrevia sempre, estudava sempre. Queimou assim, ràpidamente, a sua existência nas lucubrações extenuantes do espírito, na rebusca exaustiva das suas absorventes indagações. Quando morreu, aos 66 anos, não tendo, é certo, conhecido a velhice intelectual, como diz Alberto Sampaio, estava, no entanto, fìsicamente esgotado. O próprio tempo que, no verão, passava no campo, em Briteiros, e à beira-mar, em Âncora ou na Póvoa-de-Varzim, na intenção de descansar, o aproveitava na constante pesquisa das suas queridas velharias.

Se dispendia, porém, uma extraordinária actividade na recolha permanente dos mais pequenos materiais de estudo, punha em compensação um vagar, uma calma e uma ponderação longamente meditada e profundamente reflectida no emprêgo dêsses materiais em obras definitivas. Era êste o seu método de trabalho, que aliás alguns lhe condenaram, lastimando que não nos deixasse uma obra de conjunto sôbre o problema dos *castros*, e nomeadamente acêrca das suas famosas escavações da Citânia de Briteiros. Trazia em projecto um largo trabalho neste sentido, que tencionava publicar na Revista *Portugália*, subordinado ao título — «Materiais para a Arqueologia do Entre-Douro-e-Minho», quando a morte o surpreendeu. A necessidade dêste estudo sôbre as suas explorações castrejas foi-lhe várias vezes apontada com insistência pelos seus amigos e admiradores, como Hübner, Leite de Vasconcelos, Joaquim de Vasconcelos, Alberto Sampaio, Ricardo Severo, Rocha Peixoto, etc. Sarmento, porém, não denotava pressa, tanto mais que muito havia ainda que trabalhar, não só na Citânia, mas principalmente em Sabroso e em Santa Iria, outro castro próximo de Briteiros. Não queria o Arqueólogo apresentar apenas um ligeiro estudo, simples relato cronológico e meramente descritivo das suas descobertas, acompanhado dos elementares comentários que resultam da análise directa dos documentos arqueológicos. O espírito do sábio, profundamente inclinado à indagação especulativa, desejava por certo tirar das aquisições concretas das suas pesquisas arqueológicas deduções mais amplas e generalizadas, sempre ligadas ao problema empolgante da nossa etnologia, a incógnita fundamental que tão

Fig. 10 — Um aspecto do Museu de Arqueologia (Secção lapidar), da Soc. M. S.

intensamente prendeu a sua profunda inteligência. E para isso, para que do estudo directo dos castros, de cujas «escavações metódicas advirão de futuro grandes surprêsas à Arqueologia», como autorizadamente afirma o Sr. Dr. Leite de Vasconcelos (1), resultassem materiais que permitissem conduzir o investigador a ilações de ordem geral, era necessário um trabalho exaustivo, seguro e prudente, sobretudo um trabalho comparativo, sempre fecundo em conclusões de ordem genérica. Daqui a inevitável precisão de prosseguir nas explorações da Citânia e Sabroso e de iniciar as de Santa Iria. A morte não lhe deu tempo. Em 1883 escrevia êle: «Desenganado estou há muito, atenta a quantidade inumerável dos nossos monumentos arqueológicos, as dificuldades da sua descoberta e os dispêndios das escavações, de que só poderia chegar ao fim da minha tarefa, sonhada em momentos de entusiasmo insensato, se tivesse ao meu dispôr duas coisas simplesmente impossíveis: o elixir da longa vida e a pedra filosofal» (2). E, em carta a Oliveira Martins, lastimava-se ainda o Arqueólogo por não possuir as maravilhosas «botas de sete léguas e um alvião tão bom como elas» (3), que lhe permitissem correr montes e vales na descoberta das inúmeras riquezas que a terra guarda e a sua intuïção arguta adivinhava. Pioneiro incansável, sentia o tempo fugindo célere e a vida tornar-se-lhe curta para a realização do seu sonho — obra tão vasta que muitas vidas após a sua não têm chegado para a levar a cabo.

Fig. 11 — S. Salvador de Briteiros. No último plano o monte de S. Romão (Citânia).

Nas suas freqüentes excursões e reconhecimentos arqueológicos, por êste nosso maravilhoso Minho, à cata de ruínas ou vestígios de antiguidades, quási sempre se fazia acompanhar por qualquer guia, tomado à mercê de um encontro fortuito com a boa gente rústica dos campos. E era nesta personalidade tão característica, ao mesmo tempo ingénua e maliciosa, do camponês minhoto, neste falar correntio e simples, que o investigador, sugestivamente comunica-

(1) Vid. «História do Museu Etnológico Português — (1893-914)» — Lisboa, 1915, pág. 186 — nota.

(2) Vid. artigo de Martins Sarmento «A propósito de castros», n-*O Panorama contemporâneo*, Coimbra, 1883-84, pág. 17.

(3) Vid. «Uma polémica epistolar entre Martins Sarmento e Oliveira Martins», na *Revista de Guimarães*, XXXVI, 149.

tivo e atraente, procurava, através das crenças íntimas, superstições e rudimentares ideias sociais dos seus companheiros do acaso, as raízes das tradições remotas, legadas de geração a geração, nas conversas à lareira, — tradições que, sob o aspecto de aparentes banalidades, forneciam todavia preciosos elementos para o esclarecimento do problema que era ponto de convergência de todos os estudos e indagações do sábio vimaranense — a reconstituïção das nossas origens étnicas. Recolheu assim Martins Sarmento numerosos dados folclóricos, lendas, superstições, usos e costumes, nomenclatura técnica rural, onomástica, etc., que cuidadosamente registava nos seus cadernos. Durante os meses que passava em Briteiros eram freqüentes, no espaçoso terreiro em frente à sua Casa, as festas domingueiras aldeãs, organizadas pelas môças e rapazes da freguesia, que ali se reüniam a convite de Sarmento, curioso de observar e surpreender, nos seus aspectos locais mais interessantes, êste povo alegre da mais alegre e colorida das províncias portuguesas: eram danças, eram jogos de prendas, eram as trovas improvisadas do cantar ao desafio, era tôda essa expansão comunicativa e álacre da alma popular que Sarmento analisava, admirava, e sentia intensamente. E os bons camponeses adivinhando a simpatia espiritual, a franca e complacente bonomia do «fidalgo» da Casa da Ponte, dedicavam-lhe uma grande veneração, mixto de leal amizade e de tímido respeito.

A Cidade de Guimarães nutria por êle, como hoje conserva ainda pela sua memória imperecível, um respeito e uma simpatia iguais. Não era Sarmento uma figura popular, no baixo sentido em que, por vezes, se interpreta esta palavra. Popular, quere dizer aqui — querido e admirado por tôda a gente, mesmo por aqueles cuja mentalidade elementar lhes não permitia compreender ou avaliar a importância e a extensão da Obra do «mágico desencantador de civilizações mortas». Relembremos o que, sob êste aspecto, dêle escreveu Alberto Sampaio: «Simples particular, não tendo tido nunca nenhuma posição oficial, e vivendo absorvido em cogitações que o público não compreendia, era contudo a figura mais popular e simpática de Guimarães. Aparecesse alguma coisa de suprema importância local, a atenção de todos voltava-se para êle, e a sua casa tornava-se o centro de conferências» (1).

Uma vida de tão intensa actividade, de tão excessivo trabalho mental, devia esgotar-se ràpidamente. De facto, os últimos nove anos da sua existência foram de doença quási constante, com pequenas intermitências de aparente saúde. Êste declinar acentuado e rápido da sua antiga robustez física, tornava-o de cada vez mais desalentado e melancólico. Aos 58 anos, em 1891, esteve desde Janeiro a Julho gravemente doente com uma forte exacerbação da gastro-hepatite crónica de que sofria. Desde então, a depressão moral acentuou-se; em Dezembro dêsse ano escreveu apenas um pequeno artigo sôbre «Marcos miliários no Concelho de Vila Nova de Famalicão» (2), e nos anos de 92

(1) Vid. *Portugália*, Pôrto, vol. I (1899-903), pág. 420.
(2) Publicado na *Nova Alvorada* — Famalicão, 1892 — Ano I, n.º 9.

e 93 nada publicou. Daí por diante, até ao final da sua vida, pouco mais produziu — alguns artigos apenas. O trabalho de maior vulto foi a 2.ª edição, revista, do *Ora Maritima* (1896). Em 1897 nada escreveu, e em 98 sòmente um artigo para a *Portugália* (1).

No ano de 97, Ricardo Severo, vindo visitá-lo a Guimarães, fêz uma fotografia do seu busto. E, nessa cabeça profundamente envelhecida, nessa face de hepático, deprimida, enrugada, de côr terrosa, sentia-se já tôda a ruína e todo o cansaço de uma vida gasta pelo trabalho cerebral. Era a aproximação do fim. Apesar de freqüentar sem interrupção, desde 91 a 97, as termas de Caldelas e as do Gerez, poucas melhoras experimentara. Aos seus males juntava-se ainda uma bronquite crónica.

Pela Páscoa de 1899 adoeceu gravemente, em Briteiros, com uma pneumonia dupla. Veio para Guimarães, e, em princípios de Junho, tendo melhorado um pouco, voltou aos seus tão queridos «ares de Briteiros», para convalescer. Mas a 19 dêsse mês novamente recolhia à sua Casa de Guimarães, torturado de dôres nevrálgicas, provocadas por uma congestão espinal que o imobilizava, produzindo-lhe uma paralisia que, de princípio, lhe tomou os membros inferiores e lentamente lhe foi invadindo o corpo todo. Finalmente, à 1 hora e 30 minutos da tarde do dia 9 de Agosto dêsse ano de 99, sucumbia «sem palavras de lamentação, com a impassibilidade estóica dos fortes» (2), e com a serenidade das almas limpas, tocadas por um verdadeiro sentimento da moral cristã.

Fig. 12 — Um aspecto da Citânia de Briteiros

Um dos resultados mais fecundos da grande influência espiritual que êste homem superiormente dotado exerceu entre os seus conterrâneos foi a criação, em sua honra, em 1882, da Sociedade que o tem por Patrono ilustre. Um núcleo de vimaranenses, admiradores e amigos íntimos do Arqueólogo, lançou os alicerces desta prestantíssima instituïção, na qual Sarmento «claramente viu,

(1) «A arte mycenica no noroeste de Hispanha», *Portugália*, Pôrto, 1899, vol. I, pág. 1 e ss.
(2) Vid. artigo cit., de Alberto Sampaio, na *Portugália*, Pôrto, vol. I (1899-903), pág. 420.

desde o princípio, a continuadora da sua obra» (1). E por isso a amparou sempre, depositando logo nela uma grande parte das suas preciosidades, e legando-lhe, à sua morte, tudo o que espiritualmente o prendeu à vida — as suas séries e colecções de arqueologia, de numismática, de gravuras preciosas, a sua biblioteca erudita, monumentos prè-históricos irremovíveis que adquiriu por compra em várias localidades do País (2), etc., doando-lhe também rendimentos e valores para a continuação de escavações, e, finalmente, a própria casa, airosa e ampla, onde habitou e morreu, para que a agremiação donatária nela fundasse e instalasse qualquer instituto, de harmonia com os seus fins sociais (3). A tão generoso doador, falecido sem descendência, associou-se ainda, anos volvidos, sua virtuosa Espôsa, Senhora D. Maria de Freitas Aguiar Martins Sarmento, a qual, perfeitamente integrada no pensamento nobilíssimo de seu Marido, legou, por sua vez, e à sua morte (4), novos bens à prestigiosa instituïção que, em meio século de existência, só tem procurado honrar um nome ilustre.

Fig. 13 — Um aspecto do castro de Sabroso

A vida modelar dêste vimaranense notável foi assim um perfeito e altíssimo exemplo, na mais bela acepção da palavra. Como cidadão, ilustrou uma Pátria e, como sábio, perdura no renome universal. Às superiores qualidades mentais aliava (coisa tão rara!) a mais franca e leal honestidade de processos,

---

(1) Vid. *Portugália*, Pôrto, 1899, vol. I, pág. 420.

(2) Assim, o dólmen de Donai, em Bragança; o dólmen de Pera-do-Môço (Jarmelo), na Guarda; o Penedo de Cuba (Soalhães), no Marco de Canavezes; o Forno dos Mouros (Monte da Saia) em Barcelos; vários penedos com gravuras prè-históricas, em Briteiros, Caldelas, etc. Todos êstes monumentos, adquiridos à custa de Sarmento, são hoje, por títulos legais, propriedade da Sociedade Martins Sarmento. Relativamente a vários outros monumentos (tais como uma mamoa em Portelagem, Barcelos; um penedo com gravuras, em Lanhelas, Caminha, etc.), que o Arqueólogo não conseguiu adquirir por compra, obteve, pelo menos, dos seus proprietários o compromisso de nunca permitirem a sua destruïção.

(3) Vid. a transcrição das disposições testamentárias de Martins Sarmento a favor da Sociedade, na *Portugália*, Pôrto, 1899, vol. I, pág. 421.

(4) A Viúva Sarmento faleceu em Guimarães, a 4 de Março de 1929. As suas disposições testamentárias a favor da Sociedade vêm transcritas na *Revista de Guimarães*, vol. XXXIX, pág. 231.

as mais nobres qualidades morais! Dizia o Dr. Leite de Castro, seu íntimo, que Francisco Sarmento era «a mais subtil inteligência, o mais rico talento e sobretudo o carácter mais ingènuamente honrado» que havia encontrado (1). De facto, em todos os actos da sua vida se revelou sempre, a par do erudito, o homem moralmente superior. Foi um carácter de eleição e um excelente benemérito.

A admiração que algumas vezes, raras é certo, lhe negaram os seus compatriotas, tributaram-lha, sem reservas, os mais notáveis eruditos estrangeiros do seu tempo, com quem se correspondia largamente (2). Entre todos sobressaíu Emílio Hübner, grande amigo de Portugal. Êste, que era um nobre e gentil espírito, compensou-o, com palavras de rasgado elogio e incitamento, de algumas amarguras que a indiferença ou a mesquinhéz nacional lhe causara. Os conceitos que o famoso epigrafista alemão escreveu (ao perder, com a morte de Sarmento, êste amigo e companheiro infatigável num ramo paralelo de estudos), à sua memória eterna, na linguagem elegante de Cícero — constituem a expressão máxima com que se pode proclamar a glória de uma vida inteiramente devotada ao culto da Sciência.

Hoje, mais de trinta anos volvidos sôbre o passamento do Sábio, e a um século do seu nascimento, novamente se cumpre um dever de gratidão e de justiça: a alta mentalidade estrangeira, intimamente unida a tantos representantes da cultura portuguesa contemporânea, presta, com êste livro scientífico, eloqüente homenagem ao ínclito vimaranense. A presente Miscelânea de estudos eruditos escritos em honra de Martins Sarmento e assinados por algumas das maiores notabilidades europeias da actualidade, ficará como a consagração mais vincadamente expressiva da vida e Obra gloriosa do eminente investigador português!

MÁRIO CARDOZO

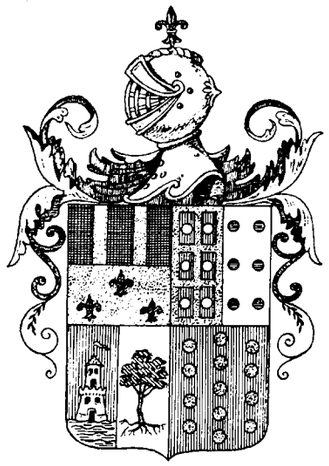
Presidente da Sociedade Martins Sarmento

---

(1) Vid. *Revista de Guimarães*, vol. XXIV, pág. 50.

(2) No Arquivo da Sociedade Martins Sarmento existem preciosos autógrafos de muitos sábios estrangeiros para Sarmento, tais como E. Hübner, A. de Ceuleneer, Sanchez Moguel, Cartailhac, Tubino, Garofalo, H. Martin, K. Müllenhof, Capellini, etc.

ÁRVORE DE COSTADO ATÉ AOS 3.os AVÓS



CASA
da
PONTE
em
S. Salvador de Briteiros

Francisco Martins de Gouveia Morais Sarmento, Bacharel formado em Direito. Fidalgo de Cota d'Armas (C. de 4-XII-1854 — A. H. n.º 819), Cavaleiro da Legião de Honra, Sócio correspondente da Academia Real das Sciências (4-IV-1878), Sócio honorário do Instituto de Coimbra (30-VI-1877), Sócio efectivo da Real Associação dos Arqueólogos e Arquitectos Portugueses (14-V-1877), etc. Nasceu a 9-III-1833 e faleceu a 9-VIII-1899, tendo casado a 5-II-1876, com D. Maria da Madre de Deus Freitas Aguiar, que faleceu em 1929, filha de Pedro de Sousa Guedes de Aguiar e de sua mulher D. Maria Antónia de Freitas Melo e Castro

- Francisco Joaquim de Gouveia Morais Sarmento, senhor da Casa da Ponte, em Briteiros (Guimarães), Alferes de Milícias de Braga (P. de 16-VI-1822)
  - Recebido a 13-III-1785 com
    - José António de Gouveia Morais Sarmento, Capitão de Ordenanças. Nasceu a 25-IX-1751
      - Recebido a 12-IV-1742 com
        - Dionísio António de Gouveia Morais Sarmento
          - Henrique de Gouveia, Capitão de Infantaria, com exercício de engenheiro, baptizado a 9-VII-1684
          - Recebido a 26-I-1710 com
          - D. Maria Teresa de Morais Sarmento, baptizada a 8-VII-1691
        - D. Maria Angélica da Costa Machado (viúva de Bonifácio Ferreira de Macêdo)
          - Manoel da Costa Luís
          - D. Josefa Machado
    - D. Maria Teresa de Barros, senhora da Casa da Ponte, em Briteiros
      - Recebido a 30-V-1756 com
        - Manoel Rodrigues Passos, que faleceu a 5-XI-1797
          - António Rodrigues
          - D. Benta Marques
        - D. Ana Maria de Barros, senhora da Casa da Ponte, em Briteiros
          - Carlos da Silva
          - D. Natália de Barros
- D. Joaquina Cândida de Araújo Martins, senhora da Quinta de Courelas, nasceu a 2-III-1767 e faleceu a 7-X-1862
  - Recebido em Setembro de 1795 com
    - Jerónimo Ribeiro Bernardes, Capitão de Milícias, senhor da Casa da Ribeira, em S. João de Ponte (Guimarães)
      - Recebido a 31-V-1778 com
        - Guálter Ribeiro Bernardes, que faleceu a 21-I-1816
          - Pedro Bernardes, senhor da Quinta da Barroca, em Sêlho
          - D. Maria Ribeiro
        - D. Joana de Macêdo e Castro Salgado. Herdeira. Nasceu a 12-IX-1748
          - João Ribeiro Bernardes, senhor da Quinta da Ribeira, em S. João de Ponte (Guimarães)
          - Recebido a 10-II-1748 com
          - D. Jerónima de Castro Salgado, que nasceu a 8-I-1707, senhora da Casa de Courelas, (sua parenta em 4.º grau)
    - D. Joana Maria de Araújo Martins, que nasceu a 2-III-1767 e faleceu a 3-IV-1845
      - Recebido a 11-III-1760 com
        - Luiz Martins da Costa, senhor da Quinta de Minotes, em Fermentões (Guimarães). Nasceu a 11-I-1737 e faleceu a 28-IX-1794
          - António Martins, senhor da Casa da Taipa, em Sêlho
          - Recebido a 22-X-1724 com
          - D. Margarida da Costa, baptizada a 28-II-1698, da Casa de Bouro, em Sêlho
        - D. Joana Maria de Araújo, que faleceu a 7-V-1815
          - Domingos de Araújo, senhor da Casa do Carvalhal, em Pensêlo
          - D. Domingas Gomes

NOTA

Francisco Martins de Gouveia Morais Sarmento teve quatro irmãs:

1.ª D. Joana Carolina, que faleceu solteira.

2.ª D. Maria do Carmo de Araújo Martins de Gouveia Morais Sarmento, Viscondessa de Roriz, pelo seu casamento, a 4 de Agosto de 1847, com António Marinho Falcão de Castro Morais, 1.º Visconde de Roriz (C. de 13-VI-1853). Com geração.

3.ª D. Luísa Augusta de Araújo Martins de Morais Sarmento, que casou, a 4 de Outubro de 1848, com Miguel Carneiro de Barbosa Pizarro, senhor da Casa da Costa, em Vila do Conde. Com geração extinta.

4.ª D. Margarida Cândida de Araújo Martins Sarmento. Viscondessa de Arneirós, pelo seu casamento, em 1849, com António Pinheiro da Fonseca Osório Vieira da Silva, 1.º Visconde de Arneirós (C. de 7-I-1871). Com geração.

DR. JOSÉ DE SOUSA MACHADO
Sócio Honorário do Instituto Português de Heráldica, etc.

Dr. Eduardo d'Almeida
Advogado e publicista

A mocidade literária de Sarmento

Martins Sarmento nasceu em plena inquietação da Guerra Civil.

Ao passar o S. Silvestre, um Cónego da Colegiada da Oliveira, curiosinho memorialista, fechava assim o respigo dos acontecimentos: «Êste ano de 1833 foi o mais calamitoso, que em Portugal tinha havido desde a sua fundação.»

Logo de manhã, ouvia-se troar o canhão do Cêrco do Pôrto; passavam nas ruas, enleados em grossas cordas, os lívidos recrutas, violentamente colhidos na faina ingrata e amorosa da lavoura, a caminho das linhas de fogo; eram, depois, ao chiar esganiçado e áspero das rodas, com solas de ferro, nos solavancos das lajes, os carros dos feridos e mutilados, sob toldos de serapilheira, uma farraparia de chagas; embargava-se o pão, que vinha para a feira, o pão dos celeiros, o pão da maquia humilde — e o gado, de trabalhar nos campos, e o linho, a estôpa, os tomentos dos bragais; já não havia arrumo para os doentes, até nas hospitalizações improvisadas — e tinham os mortos de esperar a vez dos còveiros; espreitavam-se os vizinhos malavindos, as famílias divorciadas em política, à espera do ajuste de contas, em que saldassem, acrescidos os juros da vingança, todos os vexames e perseguições sofridas; e, ao cair da noite, escrupulosamente assinalada no Têrmo, como de regra nas Províncias, pelos feitos das quadrilhas de salteadores, acendiam-se fogueiras de ramos de loureiro, alecrim e de pinhas, por causa da maligna e do cólera.

Por mais imune que pudesse julgar-se uma mulher às trágicas ocorrências, havia de travar-lhe o leite de mãe aquele natural sentimento da piedade e do horror.

A luta referveu durante os primeiros anos da vida de Sarmento — continuou, debaixo de outros aspectos, não menos sinistros, e por vezes mais tredos, ainda ao depois da Convenção de Évora-Monte: o pior de uma guerra civil, como o pior de muitas guerras, é o período subseqüente à deposição das armas, na incontida ânsia das ambições fermentadas, e quando, inútil e repelido o braço, educado no fratricídio, entra a exercer-se livremente no bandoleirismo e no assassinato. Ao entrar na Escola Primária, esperto e irrequieto, ouviria contar a morte do Romanisco, que ficara célebre por, no tempo de D. Miguel, haver jurado contra mais de cem constitucionais; no perverso e ignominioso

assassínio de uma menina de dezóito anos, da Casa do Costeado, tarde da noite, ao recolher dum baile, quando passava de sege perto do Convento das Dominicas, com um tiro de bala e quartos — como, depois, na horrorosa morte do alquilado matador, a quem taparam os primeiros gaguejos denunciadores com as achas em brasa de uma lareira de aldeia; nos roubos, freqüentes e impunes, de muitas igrejas. Viu os Setembristas, que tinham pegado em armas para restaurar a Constituïção de 22, aliarem-se com os Miguelistas, por causa das eleições; e haviam de chegar-lhe os ecos das impudorosas diatribes, raiadas de ódio, em que se debatia o proselitismo político. Então, por uma fresca manhã de Abril, sublevam-se os povos de Balazar, Sande, Caldelas, S. João de Ponte, até Fermentões, tocam os sinos a rebate, assaltam as Regedorias para tomar as raiúnas da Polícia, queimam os papéis dos dízimos, invadem a sede do Concelho: é a Maria da Fonte.

Segundo o depoïmento de um seu companheiro — como todos os rapazes, arremedou os grandes, «engenhou umas setas, com que se armou a si e aos seus»; mas, apesar da sua preeminência, que lhe conquistaram a fantasia e a perícia nos jogos e brinquedos infantis, tinha longos remansos de «estudioso sossêgo», e «já então lhe denunciava o espírito investigador a paciente atenção, com que espreitava os costumes dos pequenos animais ao seu alcance.»

Quando em 1848 se matriculou, com quinze anos, na Universidade de Coimbra, a situação parecia encaminhar-se para mais serenos rumos. Aqueles tempos haviam decorrido em sedições, tumultos populares, pronunciamentos, incursões e ataques, golpes de estado e mudanças de Governos. Não tinham esfriado as inimizades, nem se ganhara juízo, mas havia um engorgitamento de sangue, o cansaço de tanta miséria. Estava feita a Convenção de Gramido, finda a Guerra Civil. Um compasso de espera — entre duas revoluções. Agora, reinam os Cabrais. O Conde de Tomar é um político enérgico, trabalhador, com planos sérios, medidas acertadas e múltiplas, leis e reformas importantes. Mas o seu nome é terrìvelmente odiado. Um sinónimo de violência e de perseguição. As discussões nas Câmaras atingem os paroxismos do desbragamento e do ultraje. É a história do Caleche, o *affidavit*...

«A política: Se só a política me faz ouras...» — escrevia, pouco depois de formado, Sarmento. E, nesta frase, resumiu a dolorosa experiência de tôda a sua mocidade. Ao seu puro idealismo, à sua fantasia, abria-se o procurado refúgio de todos os engenhos, na luta de reacção e de contacto entre o florir dos sonhos e a realidade, hostil na sua crua certeza, temida pelo enigma do destino que nos reserva: o da poesia. Os versos, em Sarmento, são uma simples e espontânea expressão de romantismo. Um velho lutador, como Herculano, o maior português do seu tempo, exila-se do mundo, pode converter-se num solitário. A mocidade encura-se doutra forma. Ela não viveu ainda e quere viver — e o princípio da vida, para a mocidade, está na mulher e no amor. A formosura da mulher, mais realçada no desejo, prende o olhar sequioso, enamora-o, e desvaira-o, naquele tão doce e ardente, tão suave e apaixonado, tão inquieto e triste desvairamento de rapaz. Tôda a borboleteante alegria se apaga e funde numa longa noite de contemplação e insónia. Absorventemente, exigem-se todos os ritmos do seu coração, tôdas as lucilações do seu pensamento. Faz

ciúmes o perfume da flor, que dispõe na jarra do seu quarto, a distracção da sua prece; envenena-nos o luar, porque lhe roça nos lábios, e rasga-nos como a ponta de um punhal o mais inocente dos seus risos.

«Anjo ou demónio?» — preguntava a poesia amorosa do tempo, se o não inquirem as poesias amorosas de todos os séculos. Elevam-se à mulher as enternecidas súplicas do coração amante, mas logo, se nos interroga a dúvida, a fulminamos com o anátema do nosso escárneo, e lhe flagelamos o desdém com as gargalhadas uivantes do nosso ferido orgulho. Rosas ou espinhos, os passos da vida namorada são, na alma do poeta, as negras contas dum rosário de infindas amarguras.

É uma dolorosa aprendizagem, gimnástica enervante e extenuativa, mesmo quando a concepção não passa de mero artifício, porque o carácter dêste lirismo reside, e quási exclusivamente, na sua espontânea sinceridade de sentimentos vivos. São páginas, que se escrevem e desfolham, como resplandeceram e se extinguiram essas horas da vida, que nunca mais voltam.

O livro — *Poesias* — de Sarmento, publicado em 1855, e pelo autor logo retirado da circulação, e que se compõe de duas partes — *Poesias Várias* e *Páginas dum Livro*, — algumas já anteriormente publicadas em jornais ou revistas, obedece àquelas regras de moda na época, e é o correntio em primícias poéticas, sem desdouro, como sem especiais relêvos. Talvez, porque é muito arriscado fazer afirmações, se possa notar, como características do temperamento, o amor pela solidão, pelos montes e fragas

« Eu amo a solidão; vou muitas vezes
Sentar-me no alcantil do agreste monte...

e a tristeza já desesperançada dos vãos prazeres e ocupações do mundo, como a pungência austera e altiva, sacudida e cortante, dolorosa, arripiada e veemente do sarcasmo, que não são vulgares naquela idade e que, se denunciam outros maiores cuidados do espírito, mostram já o homem de sã honradez.

O folhetinista, êsse é de melhor qualidade. Culto, vernáculo, desembaraçado, esgazeante de ironia. Aqui, muito seguramente, viria a impor-se, como se impôs o sábio. Não é o romancinho barato e carpido, a novelita alcoviteira, o fungàgá em exercício de estilo, a mexeriquice enredante a paspalhar o indígena. A correcção da forma, a rápida facilidade da composição, o critério, a elegância e o a-propósito das citações, o desígnio moral, a coragem de afrontar as torpezas e os vícios, os venerandos preconceitos de supinice tartufesca, são grandes, excelentes predicados literários. Êles explicam, num ciclo posterior da sua incansável actividade, o polemista, erudito, mordaz, convincente, dos artigos no «*Vimaranense*» e na «*Justiça de Guimarães*», (artigos que nos mostram o homem liberal, seu ânimo de paladino), e, mais tarde ainda, mas com o mesmo juvenil ardor, na defesa dos seus labores scientíficos. Como fizera com os versos, dedicou os seus primeiros trabalhos em prosa a Guimarães. Não lhe custaria poucas arrelias. A granjolada botequineira havia de arremeter com as costumadas farpas da má-língua, meio então decaído de passados esplendores, ennevoado em mais densa bruma desde que lhe haviam impiamente arrebatado quási tôdas as luzes da

instrução, e em que o alçar duma adufa, batidas as Trindades, levantava suspeitas de pecaminosos derriços, e o Teatro se julgava a Casa do Diabo. «Em cada partícula do ambiente, escrevia, circula um mexerico, e tão subtil que, embora se tranquem tôdas as portas por dentro, lá encontra êle meio de entrar.»

Não era o estulto desejo de saliência que o movia. Afastada a substância política — «Tu salvas a Pátria no andar de cima (dizia como prólogo dos seus folhetins). Eu fico no andar de baixo com os caprichos da minha imaginação, e as veleidades e fantasias de folhetinista.» — o crítico alterna com o romântico, durante os anos de 1859 e 1860. «Para acepipar a curiosidade — diz o crítico, referindo-se a uma representação da «Nova Castro» — o cartaz prometia a scena da coroação. Da tragédia já dissemos bastante: não gostámos (do modo como foi representada). Da coroação, isso é outra coisa. O fundo do proscénio estava ricamente armado de damasco vermelho e galões, e se houvesse foguetes, zabumba e Rei David, era uma festa de arromba! Apareceu a luzida Côrte do velho Portugal, composta de catorze ou quinze figurões com bandeirolas, e duas ricas-donas, uma vestida de veludilho vermelho, e a outra de sêda *foulard,* de xadrez branco e verde. A cerimónia foi imponente! Ao soar duma marcha fúnebre, a Côrte andou por ali a encruzilhar marcas de contradança; D. Pedro rosnou umas coisas que ninguém entendeu; o pano caíu». Ou, se entra num baile, trava aquele pitoresco diálogo dos olhos, de uns olhos, que nem são febris, de romance arripiado, nem guichos e azevieiros, nem apagados e virtuosos, mas são uns olhos... uns olhos reticências. O romântico traceja o quadro «Luz e Sombra», ou essa auto-polémica sôbre a mulher, que compreende uma série de folhetins — «Êle e Ela», «Conto contra Conto», «A Justa», «A Fausto», «A Justa», seguida dum trecho — «Os meus anos» —, e «Transacções» (*O Vimaranense,* 1860, n.os 38, 39, 40, 41, 42, 44, 45 e 46), em que se revela o estudioso e, lá na essência, o moralista.

No estilo familiar e desprendido, por vezes rude, onde, outras, se trai o cuidado da sua vigília, a febre do conhecimento e da cultura, que tanto haviam de o distinguir e ennobrecer, e lhe formaram uma base muito sólida para as suas investigações scientíficas, manifesta-se que a vida literária o não cativava, nem absorvia — eram irreprimíveis expansões, como as do artista ou criador, que não acertou ainda com o seu caminho, mas a quem só seduz a vida espiritual.

Encontrando-se, por um dêsses dias, nas Caldas das Taipas, um amigo convidou-o para a caça. «Vamos à Citânia, respondeu-lhe. Enquanto enxotas as cotovias, irei eu rever as ruínas da velha cidade». Com a lenda da Moirama, que na Casa da Ponte muita vez devia ter ouvido contar, arranjou um curioso folhetim «Crendices». A sua alma apegaram-se as crendices das velhas ruínas, a paixão da Citânia, e mais encantado e enamorado ficou do que se houvesse enxergado, a um raio de sol, por uma manhã de Maio, a moira mais linda e formosa, sentada na pedra, junto ao rio Ave, a toucar-se de flores. Por ela viveu, amou e morreu.

P.e Francisco Manuel Alves
Director do Museu Regional de Bragança

Bragança e o Dr. Francisco Martins Sarmento

Não foi só na região vimaranense que a acção arqueológica do Dr. Francisco Martins Sarmento se fêz sentir: expandiu-se para outras terras bem distantes, como Bragança, por exemplo, onde iniciou a corrente despertadora do interêsse pelos respectivos estudos.

Em 1721 a Academia Real de História Portuguesa lançara a ideia, vinda já da Renascença, com o seu projecto de escrever a história eclesiástica e profana de Portugal, pedindo aos municípios relatos das notícias interessantes.

Entre êsses relatórios apareceram trabalhos bragançanos de valor, como foram: a *Descripção topografica da cidade de Bragança,* por Joseph Cardoso Borges (1); as *Memorias de Anciães,* pelos padres João Pinto de Morais e António de Sousa Pinto, tudo guardado na Biblioteca Nacional de Lisboa.

Ao mesmo género, mas inferiores em mérito, obedecem as *Memorias da Torre de Moncorvo;* as *Noticias de Villa Flor* e a *Descripção da Villa de Freixo-de-Espada-a-Cinta,* tudo no mesmo arquivo.

D. Jerónimo Contador de Argote aproveitou com notável relêvo (2), algumas das notícias das *Memorias de Anciães,* e as concernentes a Panóias (Vila Real).

Apesar do valor dos trabalhos de Cardoso Borges e das *Memorias de Anciães,* o assunto não teve seqüência na região bragançana, como se mostra das *Memorias Paroquiais* (1758) e das mais informações pedidas aos párocos para o *Diccionario Geografico* do P.e Cardoso, onde ressalta nìtidamente a carência de conhecimentos nesta especialidade scientífica.

De quando em vez surgem estímulos que deviam actuar na mentalidade local, mas deixam-na indiferente, como sucedeu em 1793 à *Memoria sobre as ruinas do mosteiro de Castro de Avellans e do monumento e inscripção lapidar que se acha na capella-mor da antiga egreja do mesmo mosteiro;* ao Elucidário, de Viterbo (1798-1799) e, poucos anos adiante, ao *Apparato de antiguidades romanas* do nosso conterrâneo P.e Manuel Fontoura.

---

(1) Êste interessante códice encontra-se indicado por alguns, que o não conhecem, com o título de «Notícias de Bragança» e ainda «Memórias de Bragança.»

(2) *Memorias para a Historia Ecclesiastica do Arcebispado de Braga,* 1732-1747

Em 1861 o grande epigrafista Emílio Hübner, encarregado pela Academia Real das Sciências de Berlim de uma missão arqueológica na Península Ibérica, visita Portugal e, dos relatórios que para lá mandou, surge a tradução em português sob o título *Noticias Archeologicas de Portugal.*

Com pesar vemos consignada na página 87 desta obra, a triste e menos exacta conjectura, segundo mostram as constantes descobertas, de que lhe parecia «não valer a pena visitar esta pouco habitada província» (de Trás-os-Montes).

Salvo o devido respeito, entendemos que já então o sábio berlinês não tinha razão, porque as pinturas megalíticas do Cachão da Valeira e as insculturas de Panóias (Vila Real), tudo na província transmontana, claramente focado por Argote, que êle mui bem conhecia, são dos mais interessantes monumentos ibéricos.

Entra agora em scena o nosso homenageado Martins Sarmento, que em 1887 teve a feliz ideia de mandar procurar nas ruínas do mosteiro de Castro de Avelãs, junto a Bragança, as duas aras do deus Aerno mencionadas por Sampaio e Viterbo, atrás citados e, teve também a não menor ventura de encontrar um dedicado e consciente colaborador em José Henriques Pinheiro, professor do Liceu de Bragança, que achou uma das lápides, agora no Museu Martins Sarmento, de Guimarães. A outra fôra inutilizada por quem devia ter melhor noção destas coisas.

Além dêste valioso achado, já conhecido, é certo, Pinheiro descobriu: as ruínas importantes de Castro de Avelãs; três miliários da via militar romana de Braga a Astorga; várias lápides funerárias romanas, tudo agora no Museu Regional de Bragança; e deu notícia descritiva de muitos castros e ruínas luso-romanas dos concelhos de Bragança, Mirandela e Vinhais, como tudo consta dos seus livros: *Estudo da Estrada Militar Romana de Braga a Astorga*—1895, e *Relatorio sôbre as ruinas romanas descobertas junto da povoação de Castro de Avellãs*—1887. Êste *Relatorio* saíu inicialmente na obra anterior, mas tem alguns aditamentos.

A descoberta de Pinheiro causou em Bragança entusiasmo enorme; a opinião pública emocionou-se e o caso revestiu proporções de festa regional; a imprensa do País vibrou e o Govêrno mandou a Bragança Borges de Figueiredo, redactor da *Revista Archeologica,* inquirir dos acontecimentos.

Fecunda semente Martins Sarmento lançou à terra por intermédio de José Henriques Pinheiro!

Em 1895 funda o Dr. José Leite de Vasconcelos o *Archeologo Português,* que ainda dura, e a arqueologia bragançana surge nas suas páginas, nas da *Portugália* e noutras, pouco a pouco, ininterruptamente, com progresso constante, tratada por investigadores, seguidores de Pinheiro, e o Museu Regional de Bragança, rico de epigrafia e documentação neolítica, mostra bem que a região, ao contrário do que supunha Hübner, é uma das mais ricas de Portugal e que à iniciativa de Martins Sarmento deve o incremento rápido que tomou e a altura em que vai.

Dr. F. Alves Pereira

Da Academia de História de Madrid e de Sciências de Lisboa, da Assoc. dos Arqueólogos Portugueses, ex-conservador do Museu Etnológico Português (Lisboa).

Os vestíbulos das habitações citanienses

O meu preito à memória do grande vimaranense Martins Sarmento, no instante em que se celebra a sua natividade, é aquele que mais confortante regosijo lhe daria, por se tratar de um elemento arquitectónico das citânias, que nem Briteiros, nem Sabroso lhe revelaram.

Por minha parte, em uma digressão que empreendi, há anos bastantes, por montes e museus do Além-Douro, nada encontrei que se assemelhasse à pedra, cuja remoção para o Museu Etnológico Português (então ainda assim chamado) promovi, quando aí era Conservador.

Refiro-me a um paralelepípedo de granito, lavrado nas suas quatro faces longas. É certo que já publiquei dois dêsses lados (1), por incidente da minha exposição acêrca das estátuas lusitânicas do castro de *Lasenho (Boticas)*, mas sem propôr qualquer hipótese explicativa.

As quatro figuras juntas representam, por sua ordem direita, as quatro faces da pedra, infelizmente partida. A sua altura é de $0^m,60$ e a espessura, descontando as saliências angulares, é, de lado a lado, de $0^m,30$; o espaço da face com torçais ou cordões, entre estes, é de $0^m,12$. Como se depreende das figuras, só uma das faces tem os dois cordões laterais.

Não me detenho a divagar sôbre os lavores desta notável antigualha, proveniente do castro de *Cendufe*, na margem direita do rio Lima, concelho dos *Arcos de Valdevez*. Esta estação, onde ainda há alguns anos se encontravam ruínas de habitações circulares de alvenaria, uma das quais media de altura $3^m,80$ e de diâmetro $3^m,60$, deve ter sido muito típica; dela proveio também o torso, de que me ocupei em *O Arqueólogo Português* (XIII, 202).

A reünião na mesma pedra dos quatro temas decorativos que a exornam, é digna de reparo pelos confrontos que provoca, quer na arte pròpriamente citaniense, quer na de civilizações estranhas, nomeadamente na Itália (2).

Fora desta região, comparem-se, por exemplo, os ornamentos de uma cratera dipiliana, reproduzida por J. Déchelette no *Manuel d'Archéologie* (vol. II,

---

(1) *O Arqueólogo Português*, vol. XX, pág. 11.

(2) Vêr O. Montelius, *La Civilisation primitive em Italie, passim.*

pág. 519), na qual se associam as gregas com círculos, reünidos em série por *postes* de ligação, bem como idênticos motivos prè-etruscos (1). Êste ornato é ainda visível em Sabroso, segundo a *Revista de Guimarães*, vol. XXIV, pág. 121 (2).

A estátua galaica de Viana, que esteve no Museu Municipal do Pôrto, apresenta o mesmo ornato, que passa nos ombros, continuando nas costas quási até o cinturão. Em um vaso numantino pintado, ainda se vêem os *postes* encadeados como aqui, embora mais acentuados (3). De ornatos traçados à feição de chaveirões, de índole tão arcaica, é porém menos vulgar a Citânia e não menos Sabroso, sem que contudo faltem. Não é necessário agora insistir mais nestes paralelos.

Nesta pedra, o que a caracteriza em especial, é realmente a associação dos diversos temas em quatro faces, concepção estética de carácter muito primitivo e infantil; tal como se se tratasse da decoração de um artefacto cerâmico.

Todavia, ¿qual o destino dêste prisma de pedra, recamado de lavores prè-romanos e adornado de relêvos tão acentuados?

Eis a incógnita, que certamente o egrégio Martins Sarmento resolveria e que eu, cultor ocasional destas velharias, tentarei decifrar, justificando apenas o que já expus num trabalho intitulado *Habitações castrejas do Norte de Portugal — Uma hipótese da sua reconstituïção,* na *Límia,* (n.º 1, Outubro de 1910).

Êste paralelipípedo seria um dos esteios ou pilares, destinados a sustentar o tecto dos alpendres de certas construções dos castros, dotadas de vestíbulos de acesso. As habitações, precedidas dêste apêndice, encontram-se na Citânia, em Sabroso e também em Santa Luzia, onde, ainda em 1909, existiam os vestígios de uma, pelo menos.

Revelam a existência dêsses alpendres as plantas das duas primeiras estações; consultem-se os levantamentos do Sr. Mário Cardoso, no seu valiosíssimo opúsculo *Citânia e Sabroso* (1930), e especialmente o desenho da fig. 9.

Os lavores nas quatro faces da pedra denotam, segundo me parece, que êles deviam ser visíveis pelos quatro lados e os relêvos, da fôrma de torçais ou cordões, em dois dos ângulos, indicam ainda que uma das faces devia encontrar-se em posição tal, que preponderava sôbre as outras. As construções citanienses não revelam nenhum caso construtivo de outra planta, ao qual pilares ou colunas, como a de Cendufe, pudessem aplicar-se.

Estes vestíbulos tinham uma entrada, que interrompia a parede dianteira correspondente e que ficava defronte da porta da casota. As paredes respectivas eram mais estreitas que as das habitações; no exemplar que, em 1910, medi na Citânia, a espessura das paredes vestibulares era apenas de $0^m,35$ e a da habitação de $0^m,55$, o que suficientemente denotava que aquelas deviam ter menos altura e oferecer menor resistência a cargas.

---

(1) Artefacto também reproduzido em um dos Catálogos do Museu Britânico *(Greek and Roman Antiquities),* pág. 168, fig. 7.

(2) Mário Cardoso, *Citânia e Sabroso,* fig. 52, pág. 57.

(3) P. Paris, *Promenades Archéologiques en Espagne,* I, est. XLVIII e pág. 247.

Devo ainda notar a concordância que há entre a espessura do pilar ($0^m,30$) e a das paredes, onde o suponho aplicado, apesar de se tratar de estações diferentes; mas, em tôdas as citânias, há grande uniformidade de dimensões.

Fig. 1

Não vejo pois outra solução para a hipótese que a pedra de Cendufe proporciona.

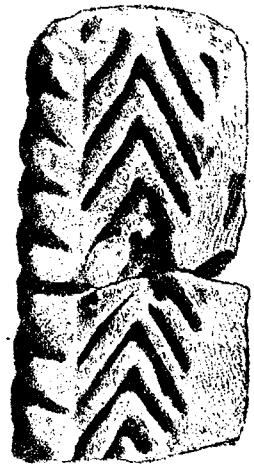


Fig. 2

O aspecto de dois pilares idênticos, à entrada dêstes recintos, seria bem semelhante ao de certos túmulos de *Norchia*, referidos na obra citada de O. Montelius, e munidos de vestíbulos de planta rectangular. Nenhuma estranheza pode suscitar o facto de pôr em paralelo um elemento arquitectónico de túmulos com outro de moradia, dado que nenhum antagonismo haja entre êles.

Ora vestíbulos de casas quadrangulares também os observei em Briteiros, tal como os vestígios planimétricos de arcaicas habitações italianas (1). É de presumir que, nesta disposição arquitectural haja reminiscências helénicas, como há em tôda a ornamentação dos artefactos destas estações lusitânicas; darei por exemplo bem significativo, a meu juízo, o mausoléu designado *Tor de'Schiavi* no *Manuel d'Archéologie Romaine* de R. Cagnat e V. Chapot (I, fig. 183), embora se trate de outra região. ¿Pode contestar-se a analogia da planta?

Fig. 3

Fig. 4

Os autores são concordes em procurar as raízes dêstes temas no território helénico em geral, e particularmente, e mais pròximamente, nas colónias gregas da Itália meridional e da Sicília, que, no séc. VIII a. C., se cobriram de cidades e onde a civilização micenense tinha deixado, havia já séculos, vestígios importantes.

Em Micenas, também se viram réplicas, mais ou menos próximas, em planta, dêstes anexos das cabanas citanienses (*Histoire de l'art*, por Perrot & Chipiez, vol. VI). E certos motivos eram de tão recuada antiguidade e tão

(1) Ver *Arcaiche abitazioni di Bologna*, por Ant. Zannoni, *passim*.

popularizados e seguidos que, já em Creta, iam ornar sarcófagos com uma cromia, a que não pode recusar-se grande beleza (R. Dussaud, *Les Civilisations Préhelléniques,* fig. 297 e pl. D).

Na Itália central ante-romana, a ornamentação hauria nos mesmos arcaicos mananciais os seus temas decorativos, e é por êsse motivo que não é de estranhar que, até nos mosaicos, reapareçam, por vezes, analogias, que não podem ser citadas para descaracterizar o estilo ornamental das citânias, como parecia pretender J. Déchelette.

Tudo isto é verdadeiramente prè-romano, como já o defendia Martins Sarmento, a cuja grande memória dedico admirativamente êste pequeno estudo (1).

---

(1) Esta valiosíssima pedra, do castro de *Cendufe,* freguesia de *Padreiro,* concelho dos *Arcos de Valdevez,* foi obtida para o *Museu Etnológico,* hoje do *Dr. José Leite de Vasconcelos,* pelo meu conterrâneo e amigo João Cândido de Gusmão e Vasconcelos, da velha Tôrre da Tora e senhor das Casas de Carrapaçal e Soutelinhos.

Os desenhos são do habilíssimo lápis do malogrado Guilherme Gameiro, falecido desenhador daquele Museu.

O trabalho com o título supra constitui o n.º XXXI dos meus *Estudos do Alto-Minho.*

Dr. Alfredo Athayde
Assistente de Antropologia na Faculdade de Sciências da Universidade do Pôrto

Ossadas prè-históricas da gruta dos Refugidos

Nas cercanias de Alenquer, região preciosa para a prè-história portuguesa, no sítio de Refugidos, descobriu o sr. Hipólito Cabaço uma gruta que explorou juntamente com o sr. F. Raposo Sousa d'Alte.

Pelos despojos líticos e cerâmicos, datam-se do neo-eneolítico as ossadas encontradas conjuntamente.

Os restos dos ossos humanos compunham-se de:

4 crânios incompletos
1 mandíbula completa
15 partes de mandíbulas
8 maxilares superiores incompletos
2 fragmentos de parietais
1 fragmento duma tíbia
12 dentes soltos.

O crânio n.º 1, o mais completo dos quatro, apresenta em norma vertical um contôrno ovóide, tendo a sutura sagital quási totalmente obliterada e a coronal também na sua maior parte, e é esfenozígio; na norma lateral vê-se que a face, até ao ponto sub-nasal, é quási ortognata, tendo os ossos nasais achatados, fronte baixa e vertical, o contôrno superior plano na região do bregma, o occipital saliente e a apófise mastóide pouco desenvolvida; em norma facial verifica-se que as órbitas são rectangulares, baixas, a face também baixa, não se podendo bem avaliar a abertura piriforme por ter havido perda de substância em parte dos maxilares superiores e dos ossos nasais. O contôrno superior da norma occipital é um arco abatido e a largura máxima desta norma encontra-se à altura das bossas parietais, sendo a largura auricular um pouco inferior, apresentando três ossos vórmios na parte esquerda da sutura lambdóide. Em norma basal vê-se o ínion pouco saliente, o buraco do occipital arredondado, os côndilos largos e os bordos alveolares completamente reabsorvidos.

Esta caveira devia ter pertencido a um indivíduo do sexo feminino de mais de 60 anos de idade.

O crânio n.º 2, em norma vertical, é também ovóide, mas aproximando-se um pouco do contôrno elipsóide; as suturas menos obliteradas; deve também ser esfenozígio. Na norma lateral viam-se os ossos nasais um pouco achatados, fronte vertical e baixa, região bregmática plana, occipital um tanto saliente e a apófise mastóide pequena. Na norma facial, além do frontal, só se conservam os ossos nasais e parte da apófise do maxilar. Em todo o caso, pelos restos da órbita direita se pode avaliar com bastante exactidão o seu contôrno, que devia ser rectangular. A norma occipital tem o contôrno superior arredondado, aproximando-se o valor da largura máxima do da largura auricular. Na norma basal o ínion é pouco saliente, o buraco do occipital menos arredondado do que o do crânio anterior, mas os côndilos são mais largòs.

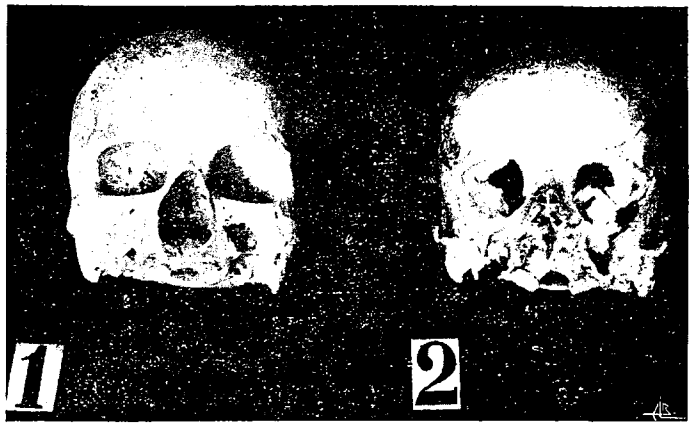


Fig 1

Do crânio n.º 3, o que se conserva é constituído por parte do frontal, parte dum parietal e uma pequena parte do temporal, o que tudo junto permitia sòmente averiguar que devia ser menos dòlicocéfalo que os anteriores;

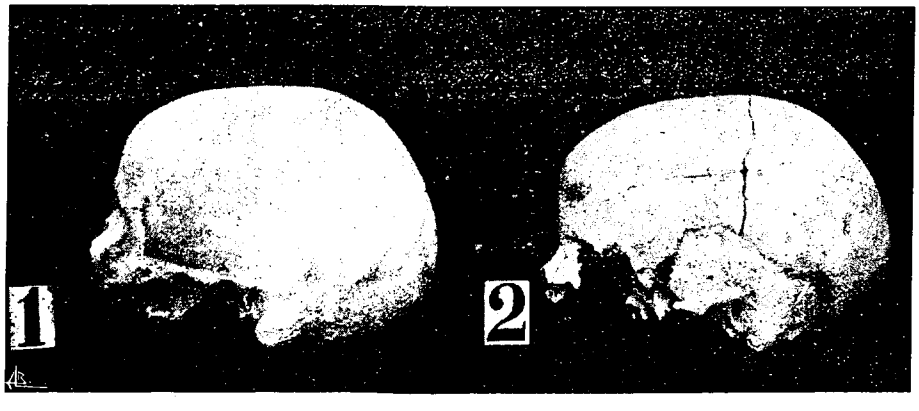


Fig. 2

as suturas estão por sinostosar, os ossos nasais são chatos, a fronte baixa, um pouco inclinada, a região bregmática arredondada, as arcadas supraorbitárias e a glabela mais salientes que nos já descritos.

Devia ter pertencido a um indivíduo do sexo masculino.

Depois de tentada a sua reconstituïção, o crânio n.º 4 ficou composto só pela parte posterior, bastante incompleta, a partir da região do bregma.

Apenas se pode observar que devia ter sido menos dòlicocéfalo, mas maior que os anteriores; as suturas estavam por obliterar e a apófise mastóide é forte.

Dêstes quatro crânios só nos dois primeiros é possível efectuar medidas com segurança; algumas medidas tiradas e a técnica empregada, a de Topinard, foram as mesmas que Paula e Oliveira utilizou ao estudar os crânios de Muge. Assim torna-se mais fácil averiguar se esta população do final do neolítico ainda apresenta afinidades em relação àquela região ribatejana na época dos Kiökkenmöddings.

Essas medidas e os índices calculados são:

	1	2
Diâmetro ântero-post. máximo	181	182
» transverso »	135	129
» glabela-lambda	176	174
» frontal máximo	112	112
» » mínimo	93	90
» biauricular	111	112
Curva horizontal	512	
» transversal	29,9	25
» sagital:		
násion-bregma	125	125
bregma-ínion	126	123
ínion-opístion	125	127
total	376	375
Diâmetro básí-alveolar	95?	
» vertical	129	124
» bitemporal	125	122
» occipital máximo	109	110
» básí-nasal	96	97
Largura da órbita	36	
» facial	122	122
» nasal	24?	
» do buraco occipital	90	
» biorbitária externa	91	
» » interna	20	25?
» posterior da abóbada palatina	42?	
Altura da órbita	27	
» facial superior	54?	
» nasal	45	
» auricular	110	108
Comprimento do buraco occipital	31	32
» simples da face	67?	
» da abóbada palatina	42?	
Ângulo facial de Camper	73?	
» » » Rivet	74?	
» de Daubenton	5.°	
Capacidade craniana (Manouvrier)	1460	1348

INDICES

	1	2
Cefálico	74,6	70,8
Vértico-longo	71,3	68,2
» transverso	95,6	96,2
Frontal	76	73,3
Facial	57,2?	
» superior	43,2?	
Orbitário	75	
Nasal	53,4?	
Alveolar	98,8?	

A maioria dos restos das mandíbulas pertencia a crianças, algumas das quais estavam ainda na primeira infância. E o único maxilar inferior completo colhido, pertenceu, sem dúvida, a um indivíduo jovem. Mas os fragmentos de mandíbulas de adultos, mostravam que quási todos fizeram parte de ossos fortes, altos, com ramos largos e de chanfradura sigmóide pouco pronunciada.

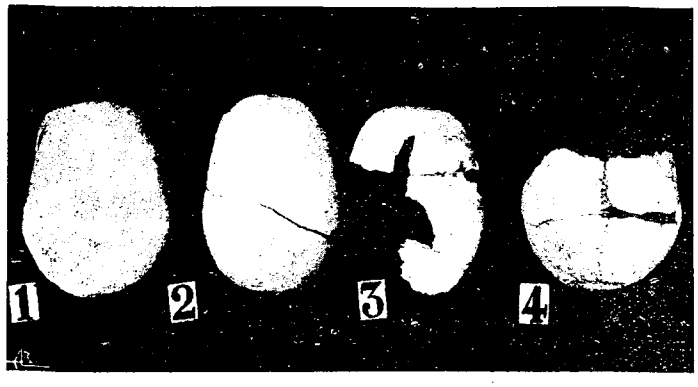


Fig. 3

Além das medidas efectuadas na mandíbula completa (n.º 1) ainda foi possível tirar outras, embora em pequeno número, em vários fragmentos que seguramente pertenceram a indivíduos adultos.

MANDIBULAS

	1	5	7	12	16
Largura bicondiliana	105				
» bigoníaca	83				
Distância côndilo-coronóide	29	34?			
Largura transversal do ramo	29	30	34		
» oblíqua do ramo	31	31			
Comprimento do ramo	41	61	54		
Altura da sínfise	28	33?			35
» ao nível do 2.º molar	19	28		26	
Ângulo mandibular	125	126			
» sinfisiano	79				

Os restos dos maxilares superiores mais completos, mostram que as aberturas nasais deviam ser relativamente largas e em três observam-se goteiras nasais nítidas; todos apresentam prognatismo dentário, mais ou menos acentuado. Devido a êste prognatismo ser bastante forte nalguns, a superfície de desgaste forma um ângulo agudo muito grande, com a superfície exterior do dente.

Averigua-se, pois, que os crânios encontrados na gruta dos Refugidos, não só pelas medidas, mas muito principalmente pelos índices e por vários caracte-

Fig. 4

res descritivos, se afastam bastante do português actual, que é dòlicocéfalo, ortocéfalo, mètriocéfalo, de buraco occipital mesosema, leptoprósopo, quási criptozígico, ortognata e mègalocéfalo; e êstes, embora dòlicocéfalos, são tapinocéfalos, platicéfalos, de buraco occipital megasema, cameprósopos, esfenozígios, prognatas, oligocéfalos ou mètriocéfalos. Quere dizer, enquanto que o crânio do português é em geral estreito e alongado, de altura média, de fronte um tanto larga, de buraco occipital com tendência para o alargamento, de face alongada e de capacidade craniana elevada, o habitante neolítico

Fig. 5

dos Refugidos tinha o crânio muito estreito, alongado, baixo, de fronte estreita, de buraco occipital arredondado, face baixa e capacidade craniana média. E pode-se afirmar que é prognata não pròpriamente pelo ângulo medido nem pelo índice de prognatismo, pois que êstes não podem ser avaliados com segurança, nem no crânio n.º 1 onde o ponto alveolar falta e o bôrdo está reabsorvido, nem no crânio n.º 2, por a perda de substância ter atingido tôda a parte da face para baixo dos ossos nasais, mas sim pelo facto de todos

os restos de maxilares superiores apresentarem prognatismo dentário bem acentuado. As medidas efectuadas nos restos das mandíbulas também não coincidem perfeitamente com as do habitante actual do nosso país.

Mais semelhanças encontramos se compararmos o homem de Refugidos ao *Homo afer taganus,* MENDES CORRÊA, pois não só as medidas e índices, se aproximam, mas ainda caracteres como a esfenozígia, prognatismo, goteiras nasais, ossos do nariz achatados, nos dizem que, no final do neolítico ainda os caracteres negróides ou subnegróides do homem de Muge persistiam pelo menos em alguns elementos da população dêste canto da Península.

Mas de quem estes caracteres o afastam também nìtidamente é do tipo clássico de Cro-Magnon.

O parentesco que o ilustre antropologista de Toulouse, Prof. Vallois, tentou estabelecer entre os fósseis humanos dos Kiökkenmöldings portugueses e aquele tipo da época da rena, não se verifica realmente, se considerarmos com atenção, quando mais não seja, os caracteres negróides ou subnegróides, a baixa estatura e mesmo a capacidade craniana cujo maior valor de Muge ainda difere do Cro-Magnon por cêrca de 100^{cm^3}. O homem de Refugidos, à excepção da estatura, que não pôde ser avaliada, afasta-se talvez mais decididamente daquele tipo prè-histórico presumìvelmente nórdico. E a desarmonia crânio-facial (face larga e crânio estreito) que não existe em regra nos exemplares de Muge, não basta no crânio 1 de Refugidos para o identificar com o Cro-Magnon.

Ser-se-ia levado a crêr, quer admitindo sobrevivências das antigas invasões capsenses, quer admitindo novas penetrações almerienses, que esta parte da Península sofreu outrora uma influência das populações do Norte de Africa muito maior que a das outras da Europa, suas contemporâneas, cujos representantes certos são, até agora, desconhecidos nessa época no nosso país.

BIBLIOGRAFIA

(Indicamos as obras onde vem citada tôda a bibliografia sôbre antropologia de Muge e do neo-eneolítico português).

A. A. MENDES CORRÊA — *Homo,* 2.ª ed., Coimbra, 1926.

A. A. MENDES CORRÊA — *Os povos primitivos da Lusitânia,* Pôrto, 1924.

HENRI V. VALLOIS — *Recherches sur les ossements mésolithiques de Mugem,* — «L'Anthropologie», Paris, 1930.

Dr. António Baião
Director do Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo (Lisboa)

O Arquivo do Estado português no princípio da nossa nacionalidade.—Teria permanecido em Guimarães?

Avisadamente presume João Pedro Ribeiro (1) que os nossos primitivos soberanos teriam arquivo ambulante, à semelhança do que sucedia noutras nações da Europa, cujos reis, em contínuas deslocações e expedições militares, não podiam ter assento nem fixidez. Não será preciso por isso fantasiar para acompanhar o arquivo real por montes e vales, ligado à chancelaria do soberano, no dorso das possantes e seguras mulas ou dos cavalos de carga. Assim jornadeavam diplomas avulsos da maior importância e porventura, de certa época para cá, os célebres livros do *Recabedo Regni,* legítimos ascendentes dos livros da chancelaria medieval.

Entre êsses documentos uns se tornaram mais notáveis pela solenidade que os revestiam, os testamentos dos soberanos. Fixemos nêles a nossa atenção.

O mais antigo conhecido é o de D. Sancho I, ao qual A. Herculano assina a data de 1188 (2). Dêle mandou o rei lavrar seis cartas *consimiles* — semelhantes — que distribuíu por vários prelados, reservando a sexta para o *meo repositario.* Era justo que o reposteiro real tivesse a seu cargo documentos de importância, pois tinha por dever guardar as jóias e outros móveis preciosos da casa real.

De D. Afonso II se conhecem dois testamentos: o mais antigo, em português, datado de 1214, é um monumento notável para o conhecimento da infância da nossa língua, pois, segundo afirma Pedro de Azevedo, que foi quem no-lo revelou in *Revista Lusitana,* é o mais antigo documento do século XIII, em português. Dêsse diploma manda o monarca tirar treze exemplares — chamemos-lhe assim — e o décimo terceiro é mandado guardar *en mia reposte.*

O testamento, em latim, do mesmo monarca, já conhecido da *Monarchia Lusitana* e da *Historia Geneologica,* é datado de 1222, e dêle se mandaram fazer

(1) *Memorias authenticas para a historia do Real Archivo,* pág. 5.
(2) *História de Portugal,* 3.ª edição, II, pág. 441.

oito cartas, a oitava das quais — *penes me facio conservari,* isto é, se devia conservar junto ao soberano, no seu embrionário arquivo, evidentemente. O rei bolonhês, além dos exemplares destinados aos mosteiros, determinou que um fôsse guardado onde os seus testamenteiros melhor entendessem e na mesma orientação seguiu el-rei D. Denis em Junho de 1322, mas acrescentando que outra carta devia estar na sua chancelaria (1).

Em nenhum dos outros testamentos reais anteriores a D. Fernando, que examinámos, se encontra referência alguma ao número de cartas e à sua guarda.

Da mesma maneira se procedia com certos diplomas de importância. João Pedro Ribeiro fala em vários: numa carta de Maio de 1217, referente a certa dívida à rainha Santa Mafalda, da qual se lavraram dez exemplares; de outra carta de 1217 se tiraram onze exemplares. Era uma renúncia, feita pelo bispo de Coimbra, dos maravedis e dinheiros conservados no mosteiro de Alcobaça. E dêstes exemplares alguns foram confiados a entidades que faziam parte do séquito do monarca, como o alferes, o mordomo e o chanceler-mór. Também assim se fêz da lei de Junho de 1222, cujo original temos presente (2) e que é primacial para a história do arquivo do Estado entre nós, pois nos informa quais os detentores dos livros de *Recabedo Regni,* a que atrás aludimos. Eram quatro: um estava em poder do alferes, outro do mordomo, outro do chanceler e o quarto em individualidade indeterminada. E todos êstes livros e diploma vagabundearam atrás do monarca até que, entre 1352 e 1378, o arquivo real se fixou numa tôrre do castelo de S. Jorge, à semelhança do arquivo da Boémia instalado no castelo de Kalstein, do arquivo inglês instalado na *Tower of London,* do arquivo pontifício na *Turris cartularia,* etc.

Por tudo isto se vê como não é crível a asserção de Carvalho da Costa, abraçada confiadamente por Júlio de Castilho (3), de que já o conde D. Henrique havia edificado no burgo de Guimarães, perto do mosteiro de Mumadona, Tôrre do Tombo, *aonde se recolhiam os papeis de consideração, como hoje se faz na de Lisboa.* É natural que o arquivo do Estado aí tenha permanecido, como nas outras terras onde a côrte provisòriamente se mantinha e nada mais.

Não precisa o velho burgo vimaranense de pergaminhos falsos — que tão antigos os tem verdadeiros — e de se enfeitar, como o *graculus superbus* da fábula, com fantásticas *pennas pavonis.*

---

(1) *Tôrre do Tombo, livro I de Reis,* fl. 107.
(2) *Ibidem, Leis,* m. 1.º, n.º 12.
(3) *Lisboa Antiga,* p.e II, tomo III, pág. 150.

Dr. Cláudio Basto
Director da Revista «Portucale». Da Academia das Ciências de Lisboa

---

Canto do cisne

1. O cisne, entre nós, é animal raríssimo, de luxo, — ornamento de lagos, num ou noutro jardim. É mal conhecido do povo, — podemos até dizer «desconhecido». O «cisne» não entrou, por isso, na linguagem popular. Só os eruditos e os semi-eruditos o levaram para a sua linguagem.

2. Do cisne, o que mais dá nas vistas é a *brancura*:

os brancos cisnes
Camões, *Os Lus.*, IX, 86;

o níveo cisne
Id., ibid., IX, 63 (1);

cândido Cisne
Id., *Elegia*, IX (2),

e a *elegância*, especialmente do pescoço, afora a *majestade* do porte e dos movimentos.

3. Esta *majestade* justifica bem o título que lhe dão de «rei dos lagos». Compara-se o pescoço *elegante* de mulher ao do cisne. E, sendo o cisne símbolo

---

(1) Para *os Lusíadas*, sigo a ortografia da edição que organizei em 1930 (publicada por «Maranus», Pôrto).

(2) In *Lírica de Camões*, ed. de José Maria Rodrigues e Afonso Lopes Vieira, Coimbra 1932, pág. 321. — «*Blanc comme un cygne.* Ce proverbe est de toutes les nations; les Grecs l'avaient, κύκνου πολιώτερος, Suidas. «Galatea, candidior cygnis», dit Virgile. Dans la langue des Syriens, le nom du blanc et le nom du cygne étaient le même. Guillem. Pastregius, *Lib. de Orig. rerum.*» Buffon, *Histoire Naturelle — des oiseaux*, in *Œuvres complètes de Buffon*, revues sur l'édition in-4.º de l'Imprimerie Royale et annotées par M. Flourens, Paris s. d., tômo VIII, pág. 412. Na ed. da Imprimerie Royale, a «história do cisne» inicia o IX e último vol. da História das aves, vol. publicado em 1783. Há também cisnes pretos *(Cygnus atratus)* e cisnes de pescoço preto *(Cygnus melanocoryphus*, ou *C. nigricollis)*; a primeira espécie é da Austrália. e a segunda é do extremo sul da América. Os antigos não os conheceram. Hoje mesmo, pouquíssima gente sabe, entre nós, da sua existência.

da *brancura*, é-o também da «inocência»,—da «candidez», palavra que reúne o duplo sentido. Neste ponto, não há senão ilusão, pois o cisne, ainda que *branco*, nada tem de «inocente»; é ave que sabe defender-se, má, perigosa até. A alvura, a majestade e a graça dos movimentos, a elegância da forma — tornaram o cisne também símbolo da *beleza* (1).

4. Chamam *cisne* ao *poeta*. *Cisne mantuano* é Vergílio; *Cisne tebano* ou *dirceu* é Píndaro; *Cisne do Avon* é Shakespeare...

Emquanto eu aparelho um novo esp'rito,
E voz de cisne tal que o mundo espante,
Com que de vós, Senhor, em alto grito
Louvores mil em tôda parte cante,
Ouvi o canto agreste em tronco escrito,
Entre vacas e gado petulante;
Que, quando tempo fôr, em melhor modo
Há-de me ouvir por vós o mundo todo.

Camões, *Écloga* III (2)

E então eu, que sempre ando
Pássaro solitário, humilde e escuro,
Tornado um cisne puro,
Brando e sonoro, por o ar voando,
Com canto manifesto
Pintara a minha pena e o vosso gesto.

Id., *Canção* XI (3)

5. Comparou-se o «poeta» ao «cisne» — porque ambos eram *cantores*. E, como na linguagem ficaram os «cantos» dos poetas e dizer-se que êles «cantam», — ainda hoje se chamam «cisnes» os «poetas», embora estes, em realidade, não *cantem* desde muito. Modos de falar, que recordam, vagamente já, a verdade antiga.

6. Também se diz que é *cisne* o «orador» ou o «músico», — insignes, está bem de ver.

7. Enfim: *cisne* é a pessoa que produz sons deliciosos, semelhantes aos do «canto» daquela ave, — canto que, por ser delicioso, não faltava na «Ilha de Vénus»:

Ao longo da água o níveo cisne canta;
Responde-lhe do ramo filomela;

Os Lus., IX, 63.

8. O *canto* dos cisnes tem sido registado, e celebrado, por escritores numerosos, desde os tempos antigos. Especializarei, para amostra, Luciano, que assim alude à voz melodiosa destas aves, em *Tímon* ou *o Misantropo:*

---

(1) Júpiter, apaixonado de Leda, transformou-se em *cisne*, para a seduzir, e nasceu Helena, raínha da beleza.

(2) In *Lírica de Camões*, cit., pág. 195.

(3) In *Lírica de Camões*, pág. 357-358.

« *Timon* — .. Je venois de chanter; tous les convives, après m'avoir entendu, gardoient le silence, lui seul eut l'effronterie de me donner les éloges les plus outrés, et de jurer que ma voix étoit plus mélodieuse que celle des cignes » (1).

*

9. Existe a expressão *canto do cisne*, que o Dicionário atribuído a Domingos Vieira (por exemplo) assim define: « última obra que escreve um grande poeta ou orador, antes da sua morte ». Melhor se dirá: « última produção de poeta, orador, músico, e, por modo geral, de qualquer grande artista ou pensador. Extensivamente chama-se ainda « canto do cisne » a qualquer manifestação derradeira, seja de o que fôr... até de boémia:

« — Deixa-me gozar, desgraçado! — proseguiu elle — Deixa-me! Esta é a minha ultima rapaziada!... o derradeiro suspiro da minha mocidade! é o ultimo canto do cysne...

— A propósito!... — disse Arthur, mudando de tom — Tu já ouviste cantar o cysne?

— Ora!... o que tu quizeres!... Quem é que ouviu cantar o cysne!... É uma ficção poética ». — Pedro Ivo (2).

10. A expressão *canto do cisne* provém de se julgar que os cisnes, quando vão morrer, soltam um canto singularmente harmonioso, — o seu último canto.

« Illa tanquam cycnea fuit divini hominis vox et oratio » — diz Cícero (3). E diz Camões:

..... qual o cisne na ribeira umbrosa,
Que, presago do fim, brando enternece
A circunstante selva em voz melosa.

Elegia IX (4)

..... as aves que na vida
Vão da morte as exéquias celebrando,

Os Lus., IX, 24

Amor será culpado,
Ou vós, onde êle vive tão isento,
Que causastes tão longo apartamento
Por que perdesse a vida co'o cuidado.
Que, se viver não posso,
Homem formado só de carne e ôsso,
Esta vida que perco, Amor ma deu;
Que não sou meu: se morro, o dano é vosso.

---

(1) *Œuvres de Lucien*, traduites du grec, d'après une copie vérifiée et revue sur six Manuscrits de la Bibliothèque du Roi. Vol. I, Paris 1788, pág. 106. — O tradutor, não mencionado, é Belin de Ballu (1753-1815).

(2) *Pedro Ivo, prosador e poeta*, Pôrto 1909, pág. 146.

(3) *De Oratore*, Livro III, II.

(4) *Lírica de Camões*, cit., pág. 327.

Canção de cisne, feita em hora extrema:
Na dura pedra fria
Da memória te deixo, em companhia
Do letreiro da minha sepultura;
Que a sombra escura já me impede o dia.

Canção V (1)

E, sôbre tudo o que se possa transcrever de Camões, êste soneto:

O cisne quando sente ser chegada
A hora que põe têrmo à sua vida,
Harmonia maior, com voz sentida,
Levanta por a praia inhabitada.

Deseja lograr vida prolongada,
E dela está chorando a despedida;
Com grande saüdade da partida,
Celebra o triste fim desta jornada.

Assim, Senhora minha, quando eu via
O triste fim que davam meus amores
Estando pôsto já no extremo fio,

Com mais suave acento de harmonia
Descantei por os vossos desfavores
La vuestra falsa fe, y el amor mio (2).

Em Gamboa:

O meu estimavel Matos
Quando em amores se emprega,
Qual Cisne expirando canta
Com voz sonorosa, e meiga (3).

Em Garrett:

Leva-t'o além das passadouras eras
Do bardo mysterioso (4) *o eterno canto,*
A harpa sublime agora pendurada
Nos louros do Pamyso, — onde um suspiro
De morte lhe quebrou a extrema corda
Que Eleutheria divina lhe affinára —
Do cantor que no alento derradeiro
Ouviram as cidades contendoras
Pelo berço d'Homero, em canção última
De moribundo cysne, o brado ingente
Alçar da glória aos filhos acordados
De Leonidas que dorme... (5).

---

(1) *Lírica de Camões*, pág. 345.
(2) Camões, *Soneto 93*, in *Lírica de Camões*, pág. 144.
(3) J. F. de Valadares Gamboa, *Obras poéticas*, Lisboa 1779, pág. 246.
(4) Byron's Child Harold's Pilgrim [Nota do original].
(5) Garrett, *Camões*, Canto V, XIII, 6.ª ed., Lisboa 1863, pág. 99.

11. Seria interminável o rol das alusões ao «canto do cisne», na literatura portuguesa — e nas literaturas estranjeiras (1).

12. A propósito da expressão *c'est le chant du cygne*, aplicada a «la dernière belle œuvre d'un homme de génie qui va mourir», diz L. Martel (2):

«Jamais comparaison ne fut plus fausse. Les anciens mêmes, qui appelaient le plus harmonieux des poètes latins, Virgile, le cygne de Mantoue, savaient aussi bien que nous que cet oiseau ne chante pas, qu'il a au contraire un cri rauque et sourd; mais le cygne a été si libéralement doué par la nature de beauté, de grâce, de force, de courage, qu'il n'eût pas été, sans la voix, l'oiseau parfait, le favori de la nature qu'ils se plaisaient à voir en lui. Les modernes ont conservé cette fiction;»

e recorre a Buffon, para abôno da sua afirmativa: o cisne não canta e, por isso, o canto do cisne moribundo não passa de ficção.

13. Efectivamente, Buffon, na *História Natural,* diz o seguinte a respeito do «canto» do cisne que vai morrer (3):

...«les anciens ne s'étaient pas contentés de faire du cygne un chantre merveilleux: seul entre tous les êtres qui frémissent à l'aspect de leur destruction, il chantait encore au moment de son agonie, et préludait par des sons harmonieux à son dernier soupir: c'était, disaient-ils, près d'expirer, et faisant à la vie un adieu triste et tendre, que le cygne rendait ces accents si doux et si touchants, et qui pareils à un léger et douloureux murmure, d'une voix basse, plaintive et lugubre, formaient son chant funèbre: ou entendait ce chant, lorsqu'au lever de l'aurore les vents et les flots étaient calmés; on avait même vu des cygnes expirant en musique et chantant leurs hymnes funéraires. Nulle fiction, en histoire naturelle, nulle fable chez les anciens, n'a éte plus célébrée, plus répétée, plus accréditée; elle s'était emparée de l'imagination vive et sensible des Grecs: poëtes, orateurs, philosophes même l'ont adoptée comme une vérité trop agréable pour vouloir en douter. Il faut bien leur pardonner leurs fables; elles étaient aimables et touchantes.... Les cygnes, sans doute, ne chantent point leur mort; mais toujours, en parlant du dernier essor et des derniers élans d'un beau génie prêt à s'éteindre, on rappellera avec sentiment cette expression touchante: *C'est le chant du cygne!*»

14. — Mas então ¿os cisnes cantam, ou não cantam? ¿Há, ou não há, o «canto do cisne?»

*

15. Quem passa por haver celebrizado, pela primeira vez, o *canto do cisne*, interpretando-o a seu modo, é Pitágoras. «Suivant Pythagore, — lê-se em

---

(1) Buffon, a êste propósito, indica bom número de antigos (gregos e romanos), — poetas, oradores, filósofos... Vid. obra e tômo cits. na 1.ª anotação dêste meu artigo, pág. 423, notas.

(2) L. Martel, *Petit Recueil des proverbes français,* 10.ª ed., Paris s. d., pág. 16-17.

(3) Buffon, obra e tômo cits. na 1.ª nota dêste meu artigo, pág. 423. — As afirmativas do trecho, que recortamos, vai-as Buffon documentando em notas. Eliminamos essas notas, para abreviar.

Buffon (1) — c'était un chant de joie, par lequel cet oiseau se félicitait de passer à une meilleure vie».

16. Quem, de facto, primeiro divulgou literàriamente, com raro êxito, êsse *canto*, tornando-o bordão de poetas e de pensadores, foi Platão, reproduzindo palavras de Sócrates. Divulgou-o no *Fédon*, no relanço que vamos transcrever em tradução francesa:

«Eh! mon cher Simnias, reprit Socrate, en souriant doucement, à grand'peine persuaderais-je aux autres hommes que je ne prends point pour un malheur l'état où je me trouve, puisque je ne saurais vous le persuader à vous-mêmes et que vous me croyez plus difficile à vivre en ce moment qu'auparavant. Vous me croyez donc, il paraît, bien inférieur aux cygnes, pour ce qui regarde le pressentiment et la divination. Les cygnes, quand ils sentent qu'ils vont mourir, chantent encore mieux ce jour-là qu'ils n'ont jamais fait, dans la joie qu'ils ont d'aller trouver le Dieu qu'ils servent. Mais les hommes, par la crainte qu'ils ont eux-mêmes de la mort, calomnient les cygnes, en disant qu'ils pleurent leur mort, et qu'ils chantent de tristesse. Et ils ne font pas cette réflexion, qu'il n'y a point d'oiseau qui chante quand il a faim ou froid, ou qu'il souffre autrement, non pas même le rossignol, l'hirondelle ou la huppe, dont on dit que le chant n'est qu'un effet de la douleur. Mais ces oiseaux ne chantent nullement de tristesse, et encore moins, je crois, les cygnes, qui, appartenant à Apollon, sont devins; et comme ils prévoient les biens dont on jouit dans l'autre vie, ils chantent et se réjouissent plus ce jour-là qu'ils n'ont jamais fait. Et moi, je pense que je sers Apollon aussi bien qu'eux, que je suis comme eux consacré à ce Dieu, que je n'ai pas moins reçu qu'eux de notre commun maître de l'art de la divination, et que je ne suis pas plus fâché de sortir de cette vie;» (2).

17. Êste belo voo poético logrou êxito extraordinário, sendo muitas as alusões que lhe são feitas em tôdas as literaturas.

18. Cícero refere-se-lhe nas *Disputationes tusculanæ* (3):

«Itaque commemorat, ut cygni, qui non sine causa Apollini dicati sunt, sed quod ab eo divinationem habere videantur, qua providentes quid in morte boni sit, cum cantu et voluptate moriantur»...

O português que primeiro citou aquêle passo do *Fédon* (4) (salvo prova em contrário) foi o Condestável D. Pedro de Portugal, na *Tragedia de la insigne reyna Doña Ysabel* (séc. xv):

«E segund yo veo pensades vos outros que yo soy de mas baxa condicion que son los çisnes, que como se sienten çercanos a la muerte cantan mucho mejor que cantaron en el tiempo passado, ca se alegran por que se van para aquel dios de quien eran servidores. E aviene assi que porque los hombres

---

(1) Obra e tômo cits., pág. 423, nota *c*.

(2) *Œuvres complètes de Platon*, publiées sous la direction de M. Émile Saisset — Traductions Dacier et Grou ...Paris s. d.. Tômo v, pág. 63-64.

(3) Livro I, xxx.

(4) Vid. Joaquim de Carvalho, *Estudos sôbre as leituras filosóficas de Camões*, artigo na revista *Lusitânia*, II, 252-253.

reçelan la muerte calumnian los çisnes, e dizen que lloran su muerte, e non piensan como ninguna ave es que cante quando ha frio, ni quando padesçe algund trabajo » (1).

É bem conhecida *la Mort de Socrate*, de Lamartine, — na qual se reproduz em verso o trecho platónico:

Les poëtes ont dit qu'avant sa dernière heure
En sons harmonieux le doux cygne se pleure;
Amis, n'en croyez rien! l'oiseau mélodieux
D'un plus sublime instinct fut doué par les dieux!
Du riant Eurotas près de quitter la rive,
L'âme, de ce beau corps à demi fugitive,
S'avançant pas à pas vers un monde enchanté,
Voit poindre le jour pur de l'immortalité,
Et, dans la douce extase où ce regard la noie,
Sur la terre en mourant elle exhale sa joie.
Vous qui près du tombeau venez pour m'écouter,
Je suis un cygne aussi: je meurs, je puis chanter! (2)

19. As citações, nas literaturas, do mesmo passo do *Fédon* são numerosas. Apenas acrescentaremos a referência que lhe faz Amador Arráiz nos seus *Diálogos*, criticando-o:

« *Ant[iocho]*.... Detiveme nisto, pera vos avisar que não tomeis o officio alheo, & de medico vos torneis Ariolo. Certo he que não sois Rouxinol, nem Andorinha, nem Cysne, dos quaes Plato fabulou que tinhão spiritu divino, por serem aves dedicadas à Apollo, & que adivinhando a gloria da outra vida, com alegria, & doçura cantavão à hora da morte....

Apol[onio]. Plinio diz que o canto do Cysne a hora da morte he fabuloso, & tal he o que das outras aves tendes dito. Lembro-vos que misturar fabulas com historias, he com mentiras desacreditar verdades. » (3).

20. Efectivamente, Plínio não acredita em que os cisnes cantem ao morrer:

« Olorum morte narratur flebilis cantus, falso, ut arbitror, aliquot experimentis. » (4).

21. — ¿Cantam, pois, os cisnes, ou não? ¿Há, ou não há, o « canto » do « cisne » moribundo? ¿É tudo fábula? ficção poética?

---

(1) *Tragédia de la insigne reina Doña Isabel*, 2.ª ed., revista e prefaciada por Carolina Michaëlis de Vasconcelos, Coimbra 1922, pág. 90.

(2) *La Mort de Socrate* encontra-se, por exemplo, em *Homère et Socrate* (Coll. Michel Lévy) Paris 1863, e em *Premières méditations poétiques — La Mort de Socrate* (Hachette et C.ie — Pagnerre — Furne et C.ie) Paris 1870. Os versos transcritos vêm respectivamente a págs. 175 e 323. Recorto-os de êste último lugar, pois há pequenas diferenças de pontuação.

(3) Amador Arráiz, *Diálogos*, nova ed., Lisboa 1846, pág. 14.

(4) *C. Plinii Secundi Historiae Mvndi Libri* XXVII.... Livro X, cap. XXIII, Basileia 1554, pág. 173.

*

22. O que se lê em Platão, por êle atribuído a Sócrates, é que os cisnes, ao sentirem chegar a morte, *cantam melhor do que nunca, com a alegria de irem para o seu deus, pois adivinham a delícia da outra vida.* Isto, em resumo.

23. Cantarem os cisnes, e requintarem o seu canto à hora da morte — é crença vélha; a interpretação dada por Sócrates a êsse facto — é literária, talvez aproveitada de outrem (1), e, no lance, nada nos importa.

24. Que é vélha a crença, o próprio *Fédon* o dá bem a entender; lá se diz que «*os homens* caluniam os cisnes quando interpretam o canto destas aves, moribundas, como de tristeza, por deixarem a vida».

25. A lenda de *Cicno* resultou da mesma crença. Cicno, ou Cigno, rei da Ligúria, com tal excesso chorou a morte de Faetonte, que foi, por isso, transformado em cisne e pôsto entre as estrêlas (2):

...aves cujo canto
A faetonteia morte chorou tanto.
Os Lus., IX, 43.

Olha o Cisne morrendo que suspira,
Ibid., X, 88.

26. Ora a vélha e tam festejada crença — de que os cisnes cantavam, e refinavam docemente o canto na hora da morte — tem sofrido, como se viu, desmentidos formais, — desde Plínio a Cuvier, a Buffon, a tantos outros especialistas respeitáveis. — ¿Onde está a verdade?

*

27. Acentue-se, antes de mais nada, que não existe apenas *uma espécie* de cisnes.

28. Há o cisne *comum* ou *vulgar*, — o encontrado por aí, doméstico, em jardins raros. É a espécie *Cygnus olor*, *Anas olor* de Lineu, o *cisne de bico vermelho* de Cuvier, o *cisne tuberculado*, ou *doméstico*, de Temminck, — cisne chamado tambem *mudo*, embora realmente o não seja de todo; a sua voz, que raríssimas vezes deixa ouvir, é assim como «ronquido desagradable», no dizer da *Historia Natural*, do Instituto Gallach (3).

29. Esta espécie, domesticada, é — como dissemos — a que se encontra por aí, num ou noutro jardim. No estado bravo, habita a Norte e Leste da Europa e na Ásia Central, — emigrando, no inverno, para as costas do Mediterrâneo e do Cáspio e para o Norte da Índia.

---

(1) Cfr. a opinião atribuída a Pitágoras, e a que se fêz acima referência (**15**).

(2) Vid. Ovídio, *Metamorfoses*, II, 367 e segs., e Vergílio, *Eneida*, X, 189-193.

(3) *Historia Natural — Vida de los animales, de las plantas y de la Tierra*, sob a direcção de Ángel Cabrera. Tômo I, Zoologia (Vertebrados), pág. 263. Ed. do Instituto Gallach, Barcelona s. d. (O último tômo [IV] acabou-se de imprimir em 1927).

30. Ora, quando se fala em *cisnes*, geralmente não é senão esta espécie *muda* que se considera, — como se fôsse única. E, assim, ter-se por diparate o *cantar* daquelas aves, e, por conseqüência, o requinte do seu canto, na ocasião em que vão morrer.

31. Note-se que também existe a crença de que os cisnes *só* cantam moribundos (1), — o que provém, claramente, da seguinte confusão: tomando-se como verdadeiro o tam falado *canto do cisne*, e não se ouvindo os cisnes cantar (os que entre nós aparecem, isto é, os *mudos)*, — supôs-se que tais aves *sòmente* cantariam quando estivessem para morrer.

32. Não existe, porém, apenas esta espécie de cisnes. Na Europa, ao Norte vivem mais duas: o *cisne de Bewick (Cygnus bewickii)* e o chamado *cisne cantor (Cygnus cygnus, C. canorus, C. musicus, Anas cygnus* de Lineu, *cisne de bico negro* de Cuvier, *cisne de bico amarelo* de Temminck (2). Na América do Norte, há o *cisne trombeta (Cygnus buccinator)*, com «una voz notable», «cuyo grito recuerda el sonido de una trompa de caza» (3), e há o *cisne silvador (Cygnus columbianus)*, cujo grito é semelhante a silvo estridente (4).

33. Deixando à parte os cisnes pretos e os manchados de preto, que são do Sul (5), e tendo em conta os cisnes brancos do Norte, que são os únicos que nos importam, verifica-se que há cisnes *com voz*, cisnes que — digamos — *cantam*.

34. Buffon, estudando os órgãos fonadores dos cisnes, atribui a certa particularidade dêsses órgãos, «selon toute apparence», «ce retentissement bruyant et rauque, ces sons de trompette ou de clairon qu'ils font entendre du haut des airs et sur les eaux» (6). E continua:

«Néanmoins, la voix habituelle du cygne privé est plutôt sourde qu'éclatante: c'est une sorte de *strideur* parfaitement semblable à ce que le peuple appelle le *jurement du chat,* et que les anciens avaient bien exprimé par le mot imitatif *drensant* (7): c'est, á ce qu'il paraît, un accent de menace ou de colère; l'on n'a pas remarqué que l'amour en eût de plus doux, et ce n'est point du tout sur des cygnes presque muets, comme le sont les nôtres dans la domesticité, que les anciens avaient pu modeler ces cygnes harmonieux qu'ils ont rendus si célèbres» (8).

35. Após isto, Buffon passa a referir-se ao cisne «bravo»:

---

(1) Na *Historia Natural,* cit. em a nota anterior, alude-se a ela: «La creencia popular de que el cisne sólo canta cuando va a morir....»Tômo cit., pág. 265.

(2) Êste cisne tem o bico *negro* com a base *amarela,* — daí os nomes que lhe dão Cuvier e Temminck.

(3) *Historia Natural,* do Instituto Gallach, tômo cit., pág. 265.

(4) A respeito de cisnes, Vid., entre outras obras: *Historia Natural,* do Instituto Gallach, já cit., tômo I, pág. 262-265. O assunto não está ainda perfeitamente estudado. Repare-se em que os tratadistas nem são concordes quanto ao número de espécies! Na própria *Hist. Nat.* do Inst. Gallach, que é obra recente, declara-se que existem «sete *ou* oito» espécies!

(5) Vid. a 1.ª nota dêste meu artigo.

(6) Obra e vol. cits., pág. 421.

(7) Grus gruit, inque glomis cygni prope flumina drensant. Ovid. [Nota de Buffon].

(8) *Loco cit.,* pág. 421-422.

«Mais il paraît que le cygne sauvage a mieux conservé ses prérogatives, et qu'avec le sentiment de la pleine liberté il en a aussi les accents. L'on (1) distingue en effet dans ses cris, ou plutôt dans les éclats de sa voix, une sorte de chant mesuré, modulé, des sons bruyants de clairon, mais dont les tons aigus et peu diversifiés sont néanmoins très-éloignés de la tendre mélodie et de la variété douce et brillante du ramage de nos oiseaux chanteurs» (2).

36. Buffon reüniu — anota Flourens (3), — no capítulo acêrca dos cisnes, *duas* espécies: *a)* o «cisne pròpriamente dito», que é o «cisne de bico vermelho» de Cuvier, o que se domestica, e *b)* o «cisne bravo» *(cygne sauvage)*, que é o «cisne de bico negro» de Cuvier, e ao qual êste naturalista acha despropósito chamar *sauvage* e *chanteur*.

37. Buffon o que fêz foi confundir os cisnes. Não só confundiu *numa só espécie* as *duas* espécies a que Flourens se referiu, mas ainda outras. «Les différences qui se trouvent — diz êle (4) — entre le cygne sauvage et le cygne privé ont fait croire qu'ils formaient deux espèces distinctes et séparées»; «le cygne domestique doit .... être regardé comme une race tirée anciennement et originairement de l'espèce sauvage» (5). E, noutro ponto, diz: «ces cygnes du Canada et de la Louisiane, comparés à nos cygnes sauvages, n'ont offert aucune différence. Quant aux cygnes à tête noire des îles Malouines et de quelques côtes de la mer du Sud, dont parlent les voyageurs, l'espèce en est trop mal décrite pour décider si elle doit se rapporter ou non à celle de notre cygne» (6). De tal confusão, ¿que poderia concluir-se *sem êrro?* Da confusão, em especial, do *cisne mudo* e do *cisne cantor,* resultam, como é óbvio, verdadeiros despautérios.

38. Todavia, a respeito do seu *cygne sauvage,* Buffon não deixa de confessar que êle possui *une sorte de chant mesuré, modulé,* (7) — fincando-se no depoimento seguinte:

«M. l'abbé Arnaud.... a bien voulu concourir avec nous à vérifier et à apprécier ce que les anciens ont dit du chant du cygne. Deux cygnes sauvages, qui se sont établis d'eux-mêmes sur les magnifiques eaux de Chantilly, semblent s'être venus offrir exprès à cette intéressante vérification. M. l'abbé Arnaud est allé jusqu'à noter leur chant, ou pour mieux dire leurs cris harmonieux, et il nous en écrit en ces termes: «On ne peut pas dire exactement que les cygnes de Chantilly chantent, ils crient; mais leurs cris sont véritablement et constamment modulés; leur voix n'est point douce, elle est au contraire aiguë, perçante et très-peu agréable: je ne puis la mieux comparer qu'au son d'une clarinette embouchée par quelqu'un à qui cet instrument ne serait

---

(1) Na ed. de que me sirvo, está «*accents. l'on*». Há êrro tipográfico, que não vale a pena ir averiguar noutra edição.

(2) *Loco cit.*, pág. 422-423.

(3) Vid. obra e vol. cits., pág. 410, nota*.

(4) Ibidem, pág. 419.

(5) Ibidem, pág. 420.

(6) Ibidem, pág. 419.

(7) Ibidem, pág. 422. Vid. a transcrição de **35.**

point familier.... l'inspecteur m'a assuré qu'au temps de leurs amours, ces oiseaux ont un cri encore plus perçant, mais beaucoup plus agréable» (1).

39. Por outro lado, assevera Belin de Ballu, em nota ao trecho de Luciano que citámos (Vid. 8):

«Ce que les anciens ont dit du chant du Cigne, n'est point une fable; il y a une espèce de ces oiseaux qui chante fort agréablement. M. le prince de Condé possède deux Cignes chanteurs, mâle et femelle, originairement sauvages, et qui se sont abattus dans le canal de Chantilli. L'Académie des belles-lettres a envoyé des commissaires sur les lieux pour entendre les Cignes chanter, ils les ont entendus. M. l'abbé de Mongès, garde du cabinet des antiquités de Sainte-Geneviève, et membre de l'Académie, a fait un mémoire sur ces Cignes chanteurs» (2).

40. Na recente *Historia Natural* do Instituto Gallach, lê-se que o *cisne cantor* é dotado de «voz potente y no exenta de armonía», «una voz bastante melodiosa.» (3).

41. Aqui está como, para uns, o cisne «cantor» *canta,* e, para outros, *não canta;* como, para uns, *canta bem,* e, para outros, *canta mal...* (4).

42. Porquê? Em primeiro lugar, questão de «significado» da palavra *cantar;* depois, questão de gôsto, subjectiva.

43. O que se infere, sem qualquer dúvida, é que o *cisne cantor* (pelo menos êste cisne) produz sons modulados. Tais sons, ouvidos de longe (5) e estando o cisne em plena liberdade, não têm, evidentemente, a agudez — considerada por alguns desagradável — que se lhes nota ao perto, com a ave, para assim dizer, cativa.

44. A distância grande, livre o cisne, — a sua voz deve justificar o que dela os antigos disseram, o que se tem repetido pelos tempos fora, — bem que, nessa opinião favorável, possa ter influído o porte, a graça, a beleza da ave, migradora, cortando os ares muito alta (6), surpreendentemente.

45. ¿E o *canto* do cisne moribundo? Um famoso naturalista norte-americano, o Dr. Daniel G. Elliot, conta:

«Cazando una vez en la bahía de Carrituck, paso sobre nosotros, a considerable altura, un bando de cisnes trompetas. Hicimos fuego, y un ave espléndida fué herida de muerte. Al recibir el tiro, sus alas quedaron inmóviles, y en el acto comenzó su canto, que prosiguió hasta caer en el agua, casi una

---

(1) Ibidem, pág. 422, nota *a*.

(2) *Œuvres de Lucien,* traduites du grec,.... loc. cit., pág. 106.

(3) Pág. 264 e legenda na página fronteira ilustrada.

(4) Por curiosidade, indicarei a dissertação de Morin, intitulada *Pourquoi les cygnes, qui chantoient autrefois si bien, chantent aujourd'hui si mal,* in *Mémoires de l'Académie des Inscriptions,* tômo v, — referida por Buffon, obra e tômo cits., pág. 422, nota (vinda da pág. antecedente).

(5) Cfr.: «têm uma linda voz, muito forte, susceptível de modulação, e que não é desagradável, ouvindo-se de longe». Maximiano Lemos, *Encyclopedia Portugueza Illustrada,* Pôrto s. d., s. v. *cysne.*

(6) Deu-lhe Hesíodo o epíteto *altivolante* — Ἀερσιπότας. *Scut. Herc.* Apud Buffon, obra e tômo cits., pág. 414.

milla más allá. Me son perfectamente familiares todas las voces que un cisne tiene costumbre de proferir, pero nunca, ni antes ni después, he oído ninguna como el canto de aquella ave herida. De acento lastimero y entonación musical, sonaba a veces como una suave escala de notas, en una octava completa» (1).

46. A *dor* — como se verifica — pode fazer adoçar notàvelmente a voz do cisne moribundo. É natural. E atente-se em que, no lanço transcrito, se trata não do «cisne *cantor*», mas do «cisne *trombeta*», cuja voz ordinária lembra os sons «de una trompa de caza», como se lê na *Historia Natural* dirigida por Ángel Cabrera, e nós já acima registámos (Vid. **32**). ¿Que se diria, se se tratasse do «cisne *cantor* ou *músico*»?

47. Enfim: o *canto do cisne* não é mera «ficção poética»; tem seu fundamento.

---

(1) Apud *Historia Natural*, do Instituto Gallach, sob a direcção de Ángel Cabrera, vol. I, já cit., pág. 265.

Comte Bégouen
Prof. à l'Université de Toulouse, Docteur h. c. de l'Université de Porto.

Affûtoirs pour pointes d'os en France et en Portugal

Il y a quelques années nous avons revisé avec soin les déblais des fouilles effectuées précédemment par M. Félix Regnault, l'abbé Cau-Durban ou d'autres chercheurs, au fond de la grotte d'Enlène, près de l'étroit couloir en pente qui s'est révélé depuis comme communiquant avec la caverne des Trois Frères, et que ces déblais avaient partiellement comblé. Ils renfermaient un regrettable mélange de couches diverses. Ils provenaient en partie de la nécropole de l'âge du bronze, que Félix Regnault avait fouillée en 1869 et où il avait cru reconnaître des traces d'anthropophagie (1). Cette hypothèse rendit quelque temps célèbre la grotte d'Enlène, mais ne résista pas à un examen approfondi, et fut d'ailleurs rapidement abandonnée, même par son inventeur. Ces fouilles avaient été, du reste, faites avec le manque de précision trop fréquent à cette époque et n'ont pas donné les résultats scientifiques qu'on était en droit d'attendre d'une station, qui, à en juger par ce qu'il en est resté, devait être fort intéressante. Nous y avons ramassé de nombreux tessons de poterie noire grossière, même un fond de vase mamelonné, des fragments de bronze, boutons, anneaux, dont deux encore aux phalanges, une belle pointe de flèche, etc. Mais tout cela était

Fig. 1 — Affûtoir en grès.
Grotte d'Enlène à Montesquieu Avantis.
Gr. nat.

(1) Bulletin de la S.té d'Anthropologie de Paris. T. VI, p. 476.

plus ou moins mélangé avec des silex nettement magdaléniens, des morceaux de sagaies, voire même des os gravés, provenant d'un foyer paléolithique et qui avaient échappé à la vigilance de l'abbé Cau-Durban ou d'autres.

Quoiqu'il en soit, nous avons ramassé un jour l'étrange morceau de pierre qui fait l'objet de cette courte notice. En forme de demi-croissant épais taillé dans un grès assez dur, il mesure 68^{mm} sur sa plus grande longueur, 40^{mm} de largeur et 90^{mm} d'épaisseur. Sur toutes ses faces, trente-quatre trous coniques, ayant de 3 à 8^{mm} de diamètre, sont irrégulièrement disséminés. Plusieurs de ces trous se rencontrent par le sommet, surtout ceux des bords, et lui donnent l'aspect des roches trouées par des mollusques perforants. L'objet est complet, car ces cupules se trouvent sur toutes les faces. Sur l'une d'elles un sillon de 33^{mm} présente tous les caractères d'un petit polissoir pour aiguilles ou pointes fines.

Les conditions de la trouvaille ne permettent pas de déterminer d'une façon précise son âge archéologique, puisqu'il n'a pas été recueilli *in situ*. Cependant des traces de concrétions calcaires, blanchâtres, farineuses, qu'on remarque dans plusieurs trous, sont identiques à celles qui recouvrent des fragments de poterie et autres objets datant de l'âge du bronze et nettement différentes de celles plus dures et plus foncées des foyers magdaléniens.

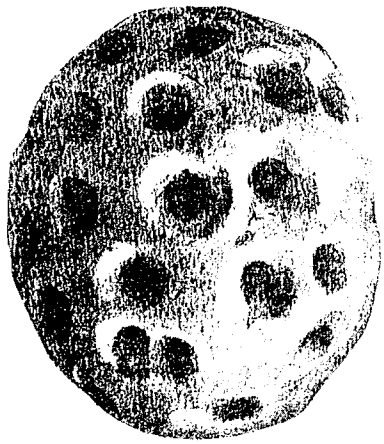


Fig. 2 — Sphéroïde de Monte de Barranco (Serpa — Portugal).

(Des. du Prof. Pedro Guedes)

En la présentant naguère à la S. P. F. (1), nous disions que ce petit instrument avait dû « servir à aiguiser les pointes en os ». En leur imprimant un mouvement de rotation, on devait en régulariser le bout et le rendre plus pointu.

Mais cette attribution fut battue en brèche par le Dr. P. Rivet dans une très curieuse note au Congrès International des Américanistes de Göteborg en 1924 (2). Après avoir reconnu que, quoique notre interprétation lui ait paru *satisfaisante*, il ajoute que « l'ethnographie permet de suggérer une interprétation toute différente » non seulement pour notre objet, mais encore pour un autre, la sculpture de felin trouvée par M. Passemard dans la caverne d'Isturitz. Laissons de côté cette dernière pièce et examinons seulement ce qui a trait à la nôtre.

Il faut avouer que le rapprochement qu'il en fait avec un instrument « d'une ressemblance morphologique frappante » est assez troublant. Il s'agit en l'espèce d'une sorte de bilboquet, provenant des Eskimo de la terre de Baffin.

L'objet qui est figuré dans le Mémoire du Dr. Rivet est un polyèdre allongé, et représente, paraît-il, aux yeux des indigènes, une tête de chien. Le jeu consiste

---

(1) Comte Bégouen — *Un petit affûtoir pour pointes d'os*, Bulletin de la Société Préhistorique Française. T. XVIII. 1921, p. 300.

(2) Comptes-rendus du XXIe Congrès des Américanistes, p. 263.

à faire sauter d'un trou dans un autre, probablement dans un ordre déterminé, un petit poinçon en os, attaché à une ficelle. Ce jeu du bilboquet ne serait pas seulement un amusement, mais aurait conservé un rôle nettement magique. «Les enfants le pratiquent, dit Rivet, d'après Boas, au moment où le soleil reparaît après le long hiver polaire, dans le but de hâter son retour» (1).

Si curieux et si séduisant que soit ce rapprochement ethnographique, un autre rapprochement, archéologique celui-ci, nous ramène à notre interprétation première. M. Augusto de Melo Nogueira a en effet publié sous le titre «Alguns instrumentos neolíticos encontrados no concelho de Serpa (Alentejo) — Lisboa 1931», la description de deux objets dont la similitude absolue avec le nôtre nous a été signalée par M. de Serpa Pinto, lors d'une visite à nos collections. L'un a été trouvé por M. de Melo Nogueira et décrit de la façon suivante: «Un objet grossièrement sphérique et troué par quarante et quelques petites cavités coniques. Sa plus grande dimension est de 56^{mm}. Il a été trouvé à la ferme de Barranco à 1.200 mètres environ au Nord — 52° ouest de la pyramide de Sobreirinho» à q. q. mètres d'une hache néolithique.

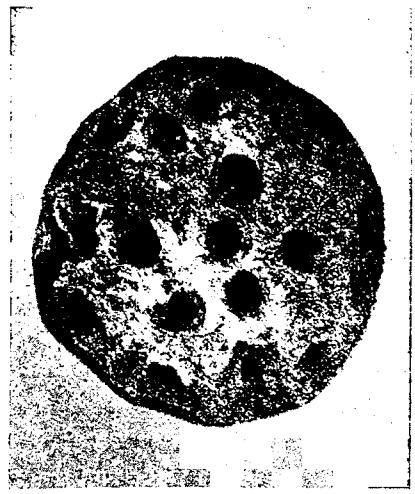


Fig. 3 — Sphéroïde de Tôrre dos Frades (Algarve — Portugal)
(D'après Estácio da Veiga — «Antig. Mon. do Algarve», T. II, est. XXIII, 9)

«Il ressemble à un autre qui existe au Musée Ethnologique Portugais, où il porte le n.° 8.568 du Catalogue, découvert par Estácio da Veiga, à Tôrre dos Frades, Cacela, commune de Villa-Real-de-Santo-António (Algarve) en 1876» et décrit par son inventeur au tome II de «Antiguidades Monumentais do Algarve» p. 399 et 404.

Ces deux instruments sont en diorite et, de l'avis de l'éminent professeur Dr. Leite de Vasconcelos, seraient des «instruments servant à afiler des pointes d'os et d'autres, ce que l'usure des dites cavités paraît confirmer».

À noter également qu'on a recueilli dans la même région «des plaques de pierre ayant probablement servi à afiler des instruments néolithiques, qui ont été trouvés dans la ferme de Nicolau».

Je me range entièrement à l'opinion de l'érudit Directeur du Musée de Belém et je considère ces trois pièces comme des affûtoirs pour pointes d'os.

(1) Boas, Franz. *The Eskimo of Baffin land and Hudson Bay* — Bulletin of the American Museum of Natural History — New-York. T. xv. 1907, p. 191.

Dr. Pedro Bosch Gimpera
Profesor de la Universidad de Barcelona

Los Celtas en Portugal y sus caminos

El Periplo del siglo VI a. de J. C. contenido en el poema de Avieno «Ora maritima» nos ofrece las primeras noticias historicas referibles a los celtas de la peninsula ibérica. Estas son de la mayor importancia para esclarecer los problemas referentes a la manera como se estableció su dominio y a la vez para el conocimiento de los pueblos indigenas.

Hemos tratado ampliamente de la Etnologia de la peninsula en nuestro reciente libro sobre el particular (1); pero creemos util revisar las noticias del Periplo en relación con los pueblos de Portugal, y precisar algo mas los resultados que obteniamos, enfocando el problema de la invasion céltica en Portugal y de sus caminos, asi como de su superposicion a los pueblos anteriores.

Sefes y cempsos

Desde el golfo del Sado el Periplo cita, en la parte occidental de Portugal, los cempsi y sefes, los cuales a partir del territorio de los cinetas (que en dicho Periplo se extienden desde el Sado hacia el S.), pueden localizarse en direccion norte, hasta un lugar que no se precisa. Por el interior de Portugal los cempsos debian extenderse hacia el Alto Alemtejo y vuelven a encontrarse en la Extremadura española, puesto que, al hablar de los pueblos de Andalucia, el mismo Periplo nombra los cempsos detrás de los ileates-gletes. Además aquellos debieron intentar expediciones contra el valle del Guadalquivir, ya que, al hablar de la isla de Cartare (ria de Huelva: isla de Saltés), se dice que la habian poseido los cempsos que habian sido expulsados de ella (2).

El limite septentrional, lo propio que el limite oriental de los cempsos es dificil de precisar. Sólo sabemos por el Periplo que los cempsos en Ofiussa,

(1) Bosch Gimpera, Etnologia de la peninsula ibérica (Barcelona 1932).

(2) Avieno, Ora maritima, v. 255 y sig. Para la interpretacion de Cartare como Saltés Bosch en Butlleti de l'Associació Catalana d'Antropologia, Etnologia i Prehistoria II, 1924, pág. 230-31.

esto es en las tierras costeras de Portugal, eran seguidos por los sefes, los cuales parecen haber ocupado el territorio que fué de los oestrimnios, expulsados por una invasion de «serpientes», nombre en el que Schulten ha visto con razón la traduccion de la palabra griega Σῆπες que debia ser a su vez la del verdadero nombre de los sefes.

Del nombre de los cempsos y sefes y de su caracter se ha dudado que fuesen célticos. Esta filiación la hace evidente la arqueologia y ademas la correspondencia de su territorio con el de los celtas vecinos de los cinetas en Herodoto, como en el Periplo lo son de los cempsos. En cuanto al nombre de los cempsos si no es específicamente céltico desde el punto de vista de la filologia (1), la existencia de la tribu de los Καμψιανοί de nombre equivalente cerca del mar del Norte, segun Estrabon (2), es un nuevo punto de apoyo para el caracter céltico de los cempsos, ya que dicha situacion cerca del mar del Norte presupone celtas o germanos y, aunque Schulten se inclina a creerlos germanos, mas bien pueden interpretarse como restos en el pais de origen de los cempsos, emigrados a causa de las presiones germánicas de los territorios próximos al Bajo Rhin.

En cuanto al nombre de los sefes, en realidad es griego, significando «serpientes», pero entra dentro del circulo de los nombres de pueblo célticos, si se tiene en cuenta que algunos de ellos se toman de animales (asi en España los beribraces e bebriaces equivale a «pueblo del castor») y ademas que en el folklore céltico en general y en particular en el de Galicia y del N. de Portugal, como han comprobado Cuevillas y Bouza Brey (3), la serpiente juega un grand papel, siendo frecuentes las leyendas de serpientes unidas a los «castros» o sea a los poblados célticos. Los sefes serian pues una tribu céltica que tendria la serpiente como animal sagrado o a la que atribuiria una especial virtud.

Schulten (4), interpretando literalmente el Periplo, cree que todo el territorio entre el cabo Cémpsico (Espichel) y la bahia de Setúbal era de los cempsos que poseerian por lo tanto el valle del Tajo con Lisboa. En cuanto a los sefes,

---

(1) Pokorny, articulo *Kelten* en el Reallexikon der Vorgeschichte, de Max Ebert (vol. VII, pág. 299). Creemos sin embargo que puede serlo: comparese con *Campodunum*.

(2) Estrabon VII, 1 (págs. 291-292 de la edición de Kramer). Debemos al prof. Schulten la amable comunicacion de este texto. Schulten en su articulo Germanen und Gallier (Forschungen und Fortschritte VIII, 1932, num. 10), cree que los campsianos de Estrabon son germanos y que por lo tanto los cempsos de Portugal y de España lo serian también. Ello no es del todo imposible, aunque la sola situacion de los campsianos en las tierras del mar del Norte en donde vivian cerca de los cimbrios y de los chaucos, no basta para filiarlos de tal manera, pudiendo ser también restos de las tribus celtas empujadas por los movimientos germánicos que fueron en realidad el origen de la gran inmigracion céltica del siglo VI en la peninsula ibérica.

(3) Os oestrimnios, os setes e a ofiolatria en Galiza (Coruña 1929, publicacion del Seminario de Estudos Gallegos). La interpretacion de los sefes como una tribu céltica, como hacen notar Cuevillas y Bouza Brey, ya fué propuesta por Fernandez y Gonzalez y Garcia de la Riega. Sobre las serpientes en el folklore y en le prehistoria portuguesa ver también: A. A. Mendes Corrêa, Le serpent, totem dans la Lusitanie proto-historique (Anais da Faculdade de Sciencias do Porto, XV, 1928).

(4) Fontes Hispaniae antiquae I (comentario de Avieno).

cree que estarian mezclados con los cempsos en la region de Setúbal, siguiendo de nuevo los cempsos solos en la bahia del Sado, pudiendo extenderse ambos pueblos hasta muy adentro en el interior y llegando los sefes, ademas hasta el valle del Duero.

Esta localización nosotros la creemos confusa y ofreciendo ademas serias dificultades. El Periplo, el describir la costa, desde el cabo Espichel hasta el Sado parte claramente del territorio cémpsico (promunturium cempsicum = cabo Espichel) y al terminar este trecho, fija con precisión el límite de los cempsos con les cinetas del Sado, con cuyo estuario hay que identificar el puerto que nombra (1) y desde el cual siguen les cinetas hasta la desembocadura del Guadiana. Pero entre Lisboa y el Sado se hace dificil creer que exista mas de una tribu y en realidad solo puede pensarse que el Periplo no nombraba mas de una: los cempsos. Solo un verso corrupto del texto de Avieno da lugar a la confusion, diciendo que la isla Petanion se halla *ad Sefum(um) latos* (2). Esta isla se hallaba situada en el interior del estuario que delimitan el cabo Cémpsico (Espichel) y la isla de Acala (hoy unida a la tierra y llamada Costa da Gale): siendo excesivamente largo el verso y suprimiendo el «um» que parece una repeticion del copista, aparece el nombre de los sefes en esta región. Pero, en cambio, interpretando desde el punto de vista de la topografia resultaria que la isla Petanion se hallaria cerca del cabo Cémpsico y que habria que enmendar Sefumum por Cempsicum, pero la métrica no lo permite, justificando la enmienda de Schulten de Sefumum por Sefum, por la cual tiene que admitir la cuña de los sefes en territorio cémpsico. La dificultad métrica es importante, pero la topografia no lo es menos y forzarla, obligando ello a admitir una explicación inverosimil, si se tiene en cuenta que el Periplo nos ha llegado solo a través de um texto corrupto, tampoco nos parece legítimo. La sola conclusión posible a nuestro entender, seria que en el original griego hubiese el nombre del cabo Cémpsico, habiendose sustituido arbitrariamente en las manipulaciones de que fué objeto el Periplo: quien sabe si el error aparece precisamente al hacer la metrificación y al no resultar adecuada la cantidad de Cempsicum, por lo que se la sustituyó por el nombre de los sefes que poco antes se habia citado.

Efectivamente los sefes aparecen pocos versos antes en la digresión (3)

---

(1) Verso 200-201:

patulusque portus, inde Cempsi adiacent
populi Cynetum....

(2) V. 199:

Poetanion autem est insula ad Sefum(um) latus
patulusque portus, inde Cempsi adiacent
populi Cynetum....

(3) V. 195:

Cempsi atque Saefes arduos collis habent
Ophiussae in agro: propter hos pernix lucis (enmendado en ligus e en lusis).
Draganumque proles sub nivoso maxime
septentrione conlocaverant larem.

sobre los pueblos de Ofiusa y esta digresión parece localizar (1) el principio del territorio de los cempsos todavia en el valle del Tajo y en la region de Lisboa, ya que parte del cabo Cémpsico (Espichel) y mira hacia atrás o sea hacia el N. Por ello se deben situar primero los cempsos de los que el cabo recibe su nombre, ocupando por lo tanto la desembocadura del Tajo.

El problema dificil es el de saber hasta donde llegan los cempsos y comienzan los sefes: el Periplo no da ninguna solución y se limita a decir que ambos pueblos ocupan los «ardui colles» de Ofiussa.

Nosotros habiamos creido poder localizar ambos pueblos por medio de la arqueologia.

Uno de los grupos de hallazgos posthallstátticos de Portugal, hasta la divisoria de las cuencas del Mondego y del Duero, tiene un caracter relativamente unitario y parecido al de la necropolis de Alcacer do Sal, céltica, en el límite de los cempsos y de los conios o cinetas y además ofrece relaciones con la cultura ibérica de Andalucia a través de los conios del Algarve (castros con habitaciones rectangulares de Santa Olaya, O Crasto y Chões cerca de Figueira da Foz, en donde abunda la cerámica posthallstáttica y la de tipo ibérico andaluz pintada). Además el nombre de Conimbriga (Condeixa-a-Velha) con el final céltico en -briga, equivale a «fortaleza de los conios», lo que presupone una anterior extensión de los conios hasta el valle del Mondego y haría verosimil que, siendo vecinos los cempsos de los conios y habiéndose extendido por lo tanto a expensas de estos, ocupasen por lo menos la región natural que los conios habian tenido y que termina propiamente en las sierras al N. de Figueira.

Los sefes, asi, habrian vivido mas al N., acaso hasta la cuenca del Minho y realmente alli encontramos otra variedad de la cultura de los castros, tanto en Portugal como en la Galicia española, con los castros y citanias, con habitaciones de planta circular (Sabroso, Briteiros, Santa Tecla, etc., etc.) y con la cerámica a mano estampada, faltando la posthallstáttica a torno y la pintada ibérica recordando las casas circulares y los fosos ovalados que rodean los castros del N. los Ringwälle de los paises célticos del Rhin, mientras los castros del Mondego contrastan por sus casas de planta rectangular y su aspecto general más parecidos a los poblados ibéricos.

El grupo del Minho perteneceria pues a los sefes y el del Mondego seria todavia de los cempsos y confirmaria esta filiación el dato folklórico de Cuevillas y Bouza Brey (2) de la abundancia de tradiciones populares referentes a las serpientes en el N. de Portugal y en Galicia. Dichos investigadores llegan a establecer el limite todavia con mas princision que nosotros, suponiendo que la divisoria sería el valle del Vouga (3). La frontera en tal caso la constituiria por la costa la Serra Gralheira y hacia el interior en el valle del Vouga se perdería entre la serra Gralheira y las do Caramulo y da Lapa.

---

(1) Bosch, Ensayo de una reconstrucción de la etnologia prehistórica de la peninsula ibérica (Boletin de la Biblioteca Menendez y Pelayo, Santander 1922) y Etnologia de la peninsula ibérica (Barcelona 1932).

(2) Lugar citado.

(3) Lugar citado, p. 116.

Si esto fuese asi nos preguntariamos: ¿cual seria el limite septentrional? ¿Ocuparian los sefes toda Galicia?

El Periplo no lo dice y los demás pueblos que cita: los draganos, los «lucis» (nombre enmendado en «ligus» o sea ligures, pero también mas acertadamente en «lusis» o sea lusitanos) ofrecen problemas a parte, no siendo en todo caso pueblos de la costa (1).

El limite norte de los sefes no debe deducirse por el argumento ex silentio del Periplo extendiéndolos a toda Galicia, ya que en el extremo norte de ella aparece implicitamente citada otra tribu céltica, la de los ártabros o arubios del cabo Ortegal (2). Existiendo más tarde en los textos posteriores al siglo III, en Galicia distintas tribus célticas entre las que aparecen precisamente los mismos arubios o ártabros y englobándose todas bajo el denominativo común de callaeci (gallaeci=galli), todo parece inducir a creer que el Periplo no cita todos los pueblos de Galicia, que alli vivirían ya en tiempo del Periplo, además de los ártabros, ya que no es probable que hasta la ocupación roman de aquellas regiones, constantemente ocupadas por celtas, hubiese habido cambios de población.

Pero, no apareciendo entre las tribus célticas citadas posteriormente los sefes, ¿en qué relacion estarian estos con aquellas? ¿Habría que suponer a los sefes fuera de Galicia, en cuyo caso el argumento deducido de la diferenciacion arqueológica de la cultura del Minho y de Galicia respecto de la del Mondego y de los territorios más meridionales de Portugal perdería gran parte de su valor? Si fuese asi los sefes no serian las tribus del Minho y de Galicia y habría que concentrar a los cempsos y a los sefes en los lugares de que más tarde han desaparecido los celtas o sea en el territorio exclusivamente lusitano entre el Duero y el Tajo: si esto fuese asi los cempsos no habrian pasado de la sierra de Sintra y en la vertiente norte de esta hasta el Duero habrían vivido los sefes borrados por la conquista lusitana.

El folklore de las serpientes de Galicia es sin embargo un argumento de peso a favor de la extensión hasta alli de los sefes.

Pero también lo confirmaria el hecho de que el Periplo cuando habla por primera vez de los sefes los situa precisamente en Galicia: al mencionar el gran golfo que se extiende desde la Bretaña hasta Ofiussa (el golfo de Vizcaya) este se hace comenzar al final del territorio que le da el nombre o sea en la costa occidental de la peninsula, que es lógico suponer que principia en el cabo Aruion (Ortegal), citado como limite del golfo, sobre todo si se tiene en cuenta que el Periplo no describe la costa del N. de España, y precisamente a continuacion de la primera vez que se cita Ofiussa al terminar el golfo, se dice que Ofiussa (esto es «tierra de serpientes») fué llamada asi porque las serpientes

---

(1) Ver mas adelante.

(2) El Periplo cita el cabo Aryium, nombre corrupto que Schulten cree deber enmendarse en Aruion o Arubion (com. al vv. 160-162 de Avieno en Fontes Hispaniae antiquae). Este nombre indicaria el cabo de los Arubios equivalente al de los ártabros o arotrebae, nombre céltico quo significa los habitantes extremos: de ar- o are- (extremo) y treb- (habitación).

obligaron a huir de ella a sus anteriores habitantes los oestrimnios. Las serpientes identificadas por Schulten con los sefes indicarian que los sefes fueron el principal pueblo de Ofiussa y empezando Ofiussa en el cabo Ortegal, los sefes incluirían también entre ellos las tribus de Galicia, que en realidad serían tribus parciales de los sefes, recuperando asi los argumentos arqueológico--folkloricos todo su valor probatorio.

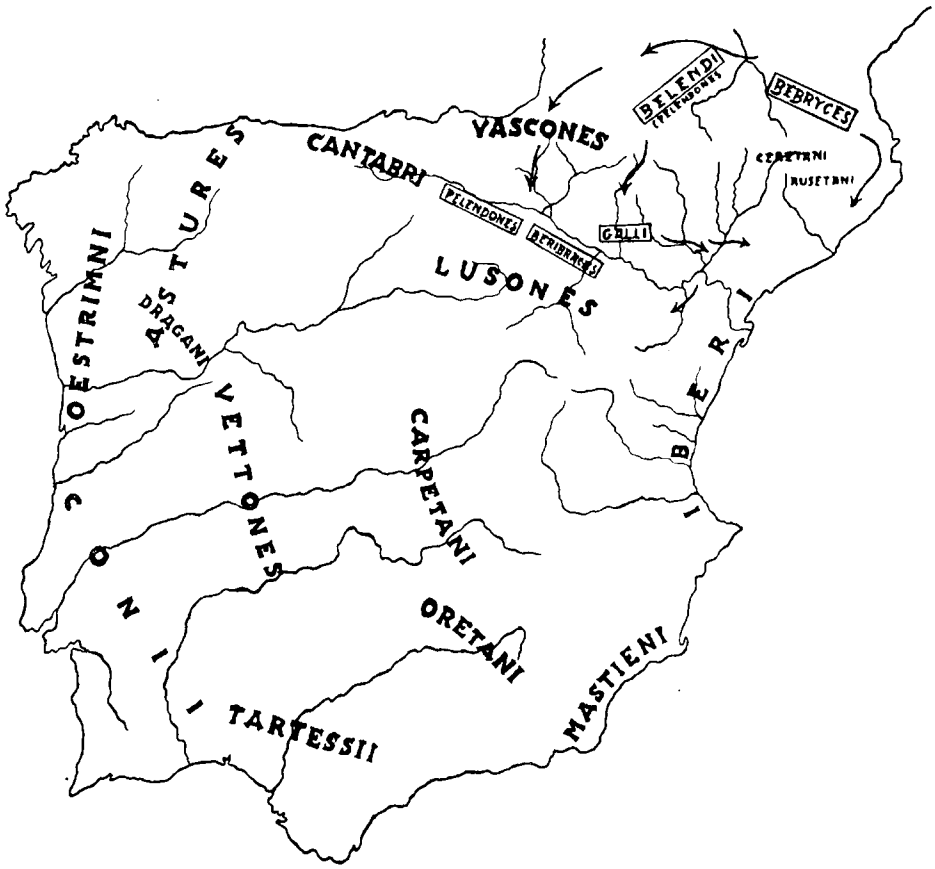


Fig. 1 — Los pueblos de la península antes de las grandes invasiones célticas del siglo VI.

Celtas de la invasión de los «Urnenfelder» hacia 800.

Pero esto contradice los resultados obtenidos en cuanto al limite meridional de los sefes mediante la arqueologia, o sea de que no pasasen a la cuenca del rio Mondego. Admitida la identificacion de las serpientes del Periplo con los sefes y la relación del nombre de Ofiussa que no quiere decir sino tierra de serpientes empleando el sinonimo ὄφις en lugar de σήψ, resulta que el nombre de Ofiussa se aplica a toda la costa portuguesa, al menos hasta el cabo da Roca. Parece natural que si el nombre de Ofiussa está relacionado con los sefes, estos llegasen también a él, teniendo en cuenta que al doblarlo y mencionarse otro cabo este es el cémpsico (Espichel) que lleva el nombre de la otra tribu. Más al sur, el proximo cabo citado, ya en territorio no céltico, es el cabo cinético (San Vicente), que lleva también el nombre del pueblo a que pertenece: los

cinetas o conios. Asi los tres cabos mas importantes del occidente de Europa, da Roca, Espichel y San Vicente (Ofiussa o equivalente a «de los Sefes», Cémpsico y Cinético) que a la vez son mojones para la navegación, reciben en el Periplo el nombre de las tribus próximas, lo que sucede igualmente al empezar el territorio de Ofiussa por el N. con el cabo Aruio (Ortegal) que es el cabo de los arubios e ártabros. Parece legitimo deducir de todo esto que los sefes llegarian al cabo de Ofiussa (Roca), con lo que la divisoria entre sefes y cempsos seria la sierra de Sintra región cerca de la cual precisamente se situa la digresión que habla de los pueblos en la descripción del Periplo.

Si esto es así tenemos aún una última dificultad: el territorio de los sefes incluye dos grupos culturales distintos de la cultura posthallstáttica; de los cuales el grupo del Mondego está mas relacionado con la cultura del territorio cémpsico (por ejemplo con la necrópolis de Alcacer do Sal en la desembocadura del Sado y con los paralelos de esta con el Algarve y con Andalucia), que con la cultura de los castros del Minho que seria la verdadera cultura de los sefes. Al propio tiempo la anterior continuidad del territorio de la tribu precéltica de los conios hasta Coimbra que era un indicio de una equivalente continuidad del territorio de los cempsos hasta el Mondego pierde ahora valor.

Si tenemos en cuenta, sin embargo, la relación cultural de los castros del Mondego con el sur de la península que introdujo la cerámica ibérica andaluza, acaso a la influencia ibérica entrada por vía pacífica habría que atribuir la diferenciación cultural respecto al grupo del Minho, más apartado y que continuó siendo más tipicamente céltico y más cerrado a influencias forasteras. En este caso la arqueologia no seria obstáculo para la extensión de los sefes hasta el cabo da Roca. Y la anterior extensión de los conios hasta Coimbra no es un indicio bastante importante, aislado, para invalidar los demás en contra y solo significaria que los pueblos célticos se situaron sobre los indigenas sin coincidir con los limites de estos, ocupando los sefes todo el antiguo territorio oestrimnico y además la parte del territorio conio al N. de la sierra de Sintra.

El modo como se plantea el problema de *los sefes*, que por lo tanto *principiarian en el cabo da Roca y englobarian las tribus galaicas,* viene a demostrar que *los sefes serian un pueblo complejo, con numerosas tribus parciales.* Al arraigar en el territorio del Minho y en Galicia, parte de sus grupos, mientras la conquista lusitana borraba los grupos mas meridionales, se perdía el nombre común de los sefes que debia ser un nombre genérico, conservándose en cambio los nombres locales de las sub-tribus, de los que algunos, en un principio acaso no fuesen verdaderas denominaciones étnicas sino meramente geográficas o locales: asi los ártabros eran tan solo «los habitantes del territorio extremo».

Lusitanos y draganos: la población precéltica de Portugal

El Periplo en la digresión etnológica mencionada, a la vez que cita los pueblos de la costa, cempsos y sefes, habla de los del interior. Ante tode lo

«pernix lusis» que cabe interpretar como el grupo lusitano (1) y luego los draganos, los cuales habitan los «ardui colles» del campo de Ofiussa, «sub nivoso maxime septentrione». Parece que debe existir cierto paralelismo entre las tribus citadas en la costa y las nombradas en el interior, puesto que todas ellas se citan a partir de un mismo lugar. Los lusitanos así vendrian a colocarse precisamente en las montañas de la Serra da Estrêla, el lugar que fué el punto de partida para su gran desplegamiento en el siglo III, durante el cual borraron la mayor parte de los grupos de los cempsos y de los sefes en Portugal, de los cuales no quedó más recuerdo dentro del territorio lusitano que los nombres de lugar célticos. De los draganos no tenemos más dato para localizarlos que el de que vivian bajo el máximo septentrión. Pero si realmente hay que suponerles próximos a los lusitanos y al interior de los sefes podrían haber estado situados en la región de Trás-os-Montes, en la tierra que fué ocupada luego por las tribus célticas de los luanci, turodi, equaesi y caelerini y cerca de otros territorios no célticos pertenecientes en la época romana a tribus que se incluyen en el grupo de los astures, como los zoelae de la region de Castro de Avelãs y Bragança.

Los draganos han sido interpretados siempre como pueblos indígenas precélticos y Schulten los colocaba en todo el N. de España, creyendo que acaso los astures fuesen una evolución de los draganos (2). Más bien parece debérseles dar una interpretación restrictiva, ya que los astures son no una tribu pequeña sino una gran complejo de pueblos afines, con lo cual, si los draganos están emparentados con los astures, resultarían una tribu parcial de ellos como los zoelae que hay que suponer próximos a los draganos.

Como que el Periplo da el estado de cosas de la península en la primera parte del siglo VI a. de J. C. o sea no mucho después de la invasión céltica de al cual la memoria no se había perdido, es muy posible que los celtas no hubiesen terminado de ocupar todos sus territorios en las zonas interiores o más apartadas de los grandes caminos y por lo tanto cabe creer que los celtas de Trás-os-Montes, los luanci, turodi, etc., entonces todavia no habían ocupado todo su territorio histórico en el que subsistían los draganos.

Así, el Periplo a la vez que nos ilustra acerca de los movimientos célticos, permite la reconstitución en cierto modo de lo que eran los pueblos del occidente de la peninsula antes de la invasión: por la costa los conios hasta incluir en su territorio la cuenca del Mondego, y los oestrimnios en el valle del Duero y probablemente también en Galicia, asi como por el interior los lusitanos

---

(1) El nombre «lucis» de la edición princeps de Avieno ha sido enmendado habitualmente por «ligus». Mendes Corrêa (Os Povos primitivos da Lusitania, Pôrto 1924, pág. 86 y sig.) propone la enmienda «lusis» en cual caso se trataria de los lusitanos. Nuestro colega el Prof. J. Balcells nos confirma la posibilidad de que esa emienda sea acertada porque, suponiendo un manuscrito de Avieno en capitales romanas, LUSIS puede dar en una copia LUCIS. El nombre lusis equivaldria al de lusitanus, solo que este tendria el final amplificado en -tanus.

(2) Fontes Hispaniae antiquae I, comentario y mapa. Antes, Numantia I (mapa) (Munich, 1914) los situaba en todo el N. de España incluyendo en su territorio sin fundamento también la zona vasca.

vivian en las comarcas montañosas de Beira Alta y los draganos pertenecientes al grupo de los pueblos astures se hallarian en Trás-os-Montes, próximos a los ultimos astures históricos, los zoelae de la comarca de Bragança y de la frontera de Salamanca y Zamora. Con la entrada de los celtas se borran los oestremnios en su totalidad, sustituyéndolos los sefes que avanzan hasta ocupar parte del territorio conio hasta el cabo da Roca, mientras los cempsos ocupaban la mayor parte del resto del territorio conio en el valle del Tajo y al sur de el, señalando el Periplo una etapa de los movimientos de los cempsos en que estos por la costa no llegaban mas que hasta Alcacer do Sal, en lugar de la extensión máxima alcanzada ulteriormente al quedar arrinconados los conios en el Algarve, en el tiempo en que entre los lusitanos y ellos se interponian los «celtici» que parecen ser los continuadores de los cempsos.

La existencia de los lusitanos en tiempo del Periplo en Portugal y su arrinconamiento temporal a causa de los movimientos celticos es también un dato de la mayor importancia. Si, como creemos nosotros, no son un pueblo indígena de Portugal (1), sino un pueblo de caracter ibérico que hay que relacionar como se ha hecho siempre (Leite de Vasconcellos, Schulten, etc.) con el de los lusones de la zona del Jalón en Celtiberia de la comarca de Calatayud y de sus proximidades en la otra vertiente oriental de la cordillera ibérica, lo propio que con los nombres de lugar Luzaga y Luzón en la provincia de Guadalajara, la cita de los lusitanos por el Periplo nos daria el *terminus ante quem* de su entrada en Portugal. El aparecer indicios de lusones fuera del territorio estricto de su tribu, puesto que Luzaga y Luzón se hallan en el de los celtiberos tittos, indica que en España habían poseido mayores territorios que los que tuvieron en la época romana y probablemente de ellos fueron borrados por los movimientos célticos, ya que la tribu de los tittos que ocupó el territorio de Luzaga y Luzón es céltica. Antes de los movimientos célticos del siglo VI, por lo tanto, debieron haberse extendido por parte del extremo oriental de la meseta castellana, y representar la avanzada extrema hacia occidente de los pueblos ibéricos, entrados alli mucho antes (en la transición a la edad del bronce, como se comprueba hoy arqueológicamente).

El origen y los movimientos de los lusitanos

Si es cierto que existe una relación étnica entre los lusitanos y los lusones de Celtiberia, aquí habria que buscar el origen de aquellos. Y efectivamente cabe reconstruir la prehistoria de los lusones de manera que explica satisfactoriamente el por qué del corrimiento de uno de sus grupos hacia Portugal.

---

(1) Mendes Corrêa (Os povos primitivos da Lusitania, pag. 369 y sig. y Essai sur l'ethnologie préromaine du Portugal, en la Revue Anthropologique XXXV, 1925, pag. 268 y sig.) duda del iberismo de los lusitanos, asi como de sus afinidades con los pueblos del grupo celtibérico. Desde el momento que hoy parece probable la presencia de elementos ibéricos en el centro de España desde la transicion a la edad del Bronce, nada se opone a que en tiempo del Periplo algunos de estos elementos fuesen los lusitanos y hubiesen llegado ya a Portugal.

Los lusones históricos estan englobados entre los celtiberos citeriores y viven en ambas vertientes de la cordillera ibérica al nivel de las cuencas del Jalón y del Jiloca. siendo sus principales ciudades Nertobriga — Calatorao, Mundobriga — Munebrega, Contrebia — Daroca y Bilbilis — Calatayud. Esta ultima indica claramente que entre los lusones a pesar de su celtización debió persistir el elemento indigena precéltico, ibérico. Hoy, contra la teoria de Schulten sosteniendo la prioridad de los celtas respecto de los iberos en la meseta castellana volvemos a la tesis clásica que creia a los celtas dominadores de los iberos, resultando de su mezcla los pueblos celtibéricos (1). Los lusones representan, pues los iberos anteriores a los celtas, perteneciendo a estos las demás tribus de la región englobadas entre los celtiberos y que todas ellas no solo estan llenas de ciudades de nombre céltico, sino que incluso tienen célticos la mayoria de los nombres de las mismas tribus. Y estas son las que debieron borrar los lusones de la fisionomia étnica de la region, que sólo se reconocen por los nombres modernos de Luzaga y Luzón en la provincia de Guadalajara en la tierra de los tittos de las altiplanicies de Alcolea del Pinar y de las parameras de Molina de Aragón.

No cabe duda pues de que los lusones debieron ocupar originariamente un territorio mayor y en este no sólo hay que incluir el de los tittos sino el de los belos del alto Jalón, ya que este forma una sola comarca sin solución de continuidad con la comarca de Calatayud de los lusones.

Pero creeriamos que no acaba con esto el territorio atribuible a los lusones, ya que geográficamente se pasa insensiblemente, a través de los valles que establecen la comunicación de la cuenca del Jalón con la del Duero, a esta por las tierras de Almazan, siendo probable que no solo estas sino las de las comarcas de Atienza y Osma y aun la misma de Soria hayan podido pertenecer a los lusones.

En realidad el sur de la provincia de Soria y el norte de la de Guadalajara fueron ocupadas anteriormente por una de las extensiones extremas de la cultura de Almeria que desde el Ebro aragonés se extendió en la transición del eneolitico a la edad del bronce hacia el N. de su cuenca (antecesores de los cántabros) y por el Jalón hacia las indicadas provincias de Soria y Guadalajara (2). Asi tenemos en la de Guadalajara cerca de Aguilar de Anguita la necrópolis almeriense del Portillo de las Cortes, asi como en el limite de las provincias de Soria y Guadalajara en la region de Atienza la estación con silex almerienses de Rebollar de Alcolea de las Peñas (prov. de Guadalajara) y al N. del Duero en la comarca de Vinuesa la estacion de El Royo, a las que hay que añadir los hallazgos de silex del mismo caracter de Numancia. El limite extremo de la expansión almeriense es imposible hoy por hoy fijarlo, pudiendo como es natural haber llegado mas al oeste de las comarcas señaladas.

---

(1) Este problema lo hemos tratado ampliamente en nuestro libro La etnologia de la península ibérica (Barcelona 1932).

(2) Para la extensión de la cultura de Almeria en el centro de España ver nuestro libro citado y ademas J. Martínez Santa Ollala, Nuevos límites de expansión de la cultura de Almeria (Universidad, Zaragoza, 1930).

Probablemente asi quedaron estabilizadas las cosas hasta las invasiones célticas que tuvieron su campo principal en las cuencas del Ebro y del Duero y que inmediatamente rozaron las tierras que después formaron la Celtiberia. Con tales invasiones célticas debió deshacerse el grupo de los lusones y, mientras una parte de ellos mas o menos celtizados conservaban su personalidad (los lusones de Calatayud-Daroca), los demás fueron absorvidos por los invasores que debieron desplazar al chocar con ellos alguno de sus nucleos. Estos lusones desplazados debieron ser los lusitanos, siendo probable que pueda suponerse que no fueron lusones de la cuenca del Jalon sino de la cuenca del Duero, que emigrarían al penetrar en ella los vacceos y arevacos. Cabría,

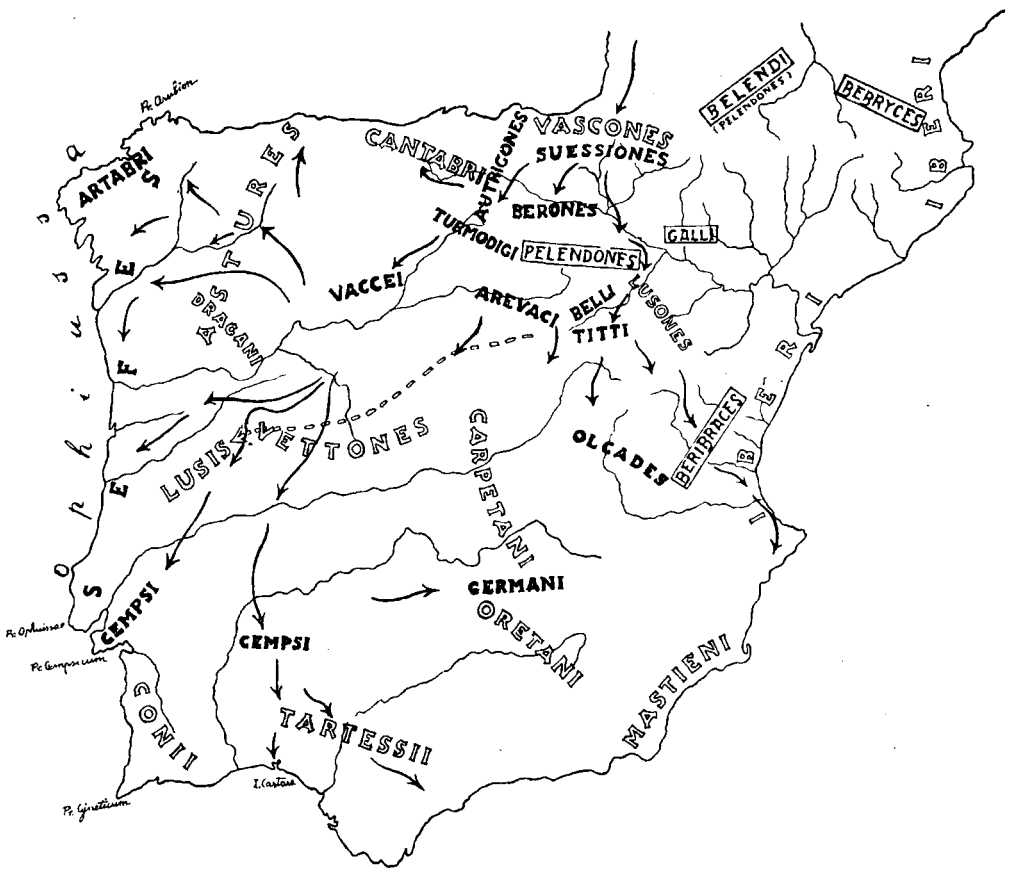


Fig. 2 — La celtización de la península en el siglo VI y sus caminos.

si los lusones se hubiesen extendido considerablemente por la cuenca del Duero, que fuesen un grupo del Duero medio que hubiese sufrido el choque de los vacceos y que hubiese ido a parar a Portugal empujado por estos por el camino Salamanca — Ciudad Rodrigo — Almeida para perderse en los accidentes de la región de la sierra da Estrêla. Pero también cabria, si no parece verosimil suponer a los lusones un pueblo demasiado extenso territorialmente, que representasen grupos desplazados de los valles de Osma, Atienza, etc. por los arevacos o sea por los vacceos orientales al avanzar en dirección sudeste desde

la linea del Duero y en tal caso habrian seguido el camino de la montaña (1), corriendose a lo largo de la sierra divisoria castellana, para evitar la llanura de la meseta dominada por los celtas, y por Sepúlveda, Segovia, Avila, Béjar, Ciudad Rodrigo habrian ido a parar a Sierra da Estrêla.

Alli quedaron los lusitanos arrinconados al llegar también los celtas a Portugal y mientras duró el apogeo de estos, que los habian rodeado por todas partes (los cempsos por el E. y S. y los sefes por el NW.). Al empezar o decaer el poder céltico y su cohesión, los lusitanos salieron de sus montañas y realizaron la asombrosa expansión del siglo III con las correrias de Viriato que pusieron en peligro el dominio romano de España, apoyándose para aquellas en sus hermanos de raza englobados entre los pueblos celtibéricos y refugiandose los restos no sometidos del ejército de Viriato también en Celtiberia después de la muerte del caudillo, con lo que aparece un nuevo indicio del parentesco de los lusitanos y de los lusones.

El proceso de la celtización del Occidente de la península y sus itinerarios

La localización y filiación de los pueblos de Portugal conocidos por el Periplo, ademas del estado de cosas indígena, permite aclarar el proceso de la celtización, como hemos visto. Pero a la vez, dentro de este último, partiendo de los resultados obtenidos hasta ahora, cabe reconstituir también sus itinerarios.

Nosotros supondríamos a los grandes grupos célticos llegados en el siglo VI, procedentes del Bajo Rhin y desplazados por los movimientos germánicos de los cuales pudieron arrastrar consigo algunos elementos (por ejemplo los germani de Sierra Morena y aun otros que irian mezclados con los núcleos célticos propiamente dichos (2). Después de atravesar las llanuras del N. de

(1) La emigración de los lusitanos por el camino de la montaña lo hace verosimil la manera de extenderse muchos de los pueblos primitivos de España que debieron ser principalmente pastores y que en la época de las invasiones célticas es practicada también por tribus que entonces se mueven, como los pelendones, los beribraces y otros, de cultura relativamente primitiva. En cambio, los celtas de la gran invasión del siglo VI parecen seguir mas bien los caminos de penetración y las grandes comunicaciones a través de las llanuras, por lo menos mientras lo permite la naturaleza del terreno.

(2) Véase lo dicho anteriormente acerca de los Germani y el articulo citado de Schulten, Germanen und Gallier (Forschungen und Fortschritte VIII 1932, num. 10). Es posible que entre los celtas de Galicia, como cree Schulten existiese también algun elemento germánico. Schulten lo deduce de una inscripcion de Lugo (Corpus inscriptionum latinarum II, 2573) que dice: Sacrum Poemanae collegium Divi Augusti, debiéndose interpretar Poemana como la diosa tribal de los pemanos y estos por su nombre creerse un grupo desprendido de los pemanos que con los condrusos, eburones, cerosos y otros constituian tribus germanas que vivian junto con los galos belgas entre el Mosa y el Rhin (entre Liéja y Aquisgrán). Si esto fuese asi, lo que es verosimil, no sólo habrian llegado a Galicia elementos germánicos mezclados con los celtas, sino que se comprobaria todavia más que el impulso para la partida de los celtas de la gran invasión del siglo VI se habria recibido de los germanos de las regiones del mar del Norte.

Francia y seguir el camino Poitiers — Angulema — Burdeos, a través de las Landas, siguen hacia Bayona y desde S. Jean de Pié de Port embocan el paso de Roncesvalles y desde alli siguen a Pamplona, desde donde, mientras un grupo sigue hacia el Ebro (los berones de la Rioja), otro marcha por el camino Pamplona — Vitoria — Pancorbo hacia las tierras de Burgos y la gran cuenca interior del Duero, en donde queda el núcleo de los vacceos que tuvo su capitalidad en Pallantia-Palencia.

Esta gran invasión encontró en España, en la cuenca del Ebro a otro estrato de las emigraciones célticas, los celtas de los campos de urnas (1) del S. de Alemania y la meseta suiza que hacia el 1000 los movimientos de los ilirios danubianos habian desplazado y que por el camino del Ródano habian ocupado todo el S. de Francia, desde donde habian entrado en España por diferentes puntos del Pirineo, ocupando, hacia el 800, parte de Cataluña y la cuenca del Ebro. De esta última fueron desplazados (los beribraces y pelendones) por los celtas de la gran invasión del siglo VI hacia los territorios que tuvieron luego, los pelendones en la montaña soriana y los beribraces en los confines de Aragony Valencia, en donde los señala el Periplo.

Con los vacceos debieron ocupar la cuenca del Duero los cempsos y los sefes que prosiguieron su camino hasta mas lejos, siguiendo distintos itinerarios.

Los cempsos parecen partir de la region de Salamanca y bifurcarse en dos grupos. Uno siguió a través del territorio de los vetones hacia la Extremadura española y el limite de Andalucia y otro por Ciudad Rodrigo (Mirobriga) y Almeida (Cottaeobriga) dejando arrinconados a los lusitanos en las montañas de la Sierra da Estrêla, seguió hacia el Tajo y desde alli hacia la linea del Sado, desde donde siguieron extendiéndose a expensas do los conios que quedaron por fin arrinconados en el Algarve. Los mojones célticos de estos dos caminos son en el de Portugal Cottaeobriga-Almeida y en el de la Extremadura española las ciudades de nombre céltico que perduran aun después de la expansión lusitana a lo largo de la via romana de Salamanca hacia Mérida y el territorio de los «celtici» extremeños continuadores de los cempsos: Caurium — Coria, Turmogum — Garrovillas de Alconétar.

El camino de los sefes es posible también deducirlo, por lo menos hipotéticamente. Para ello partimos del hecho de que los sefes originariamente englobaban junto con los grupos desaparecidos de Portugal entre el cabo da Roca y la desembocadura del Duero a consecuencia de la expansión lusitana, también los grupos gallegos, y de que estos debian estar en su domicilio histórico ya en tiempo del Periplo, como lo demuestra la cita de los arubios o ártabros así como de que los draganos de Trás-os-Montes representan un elemento indigena precéltico no borrado todavia en el siglo VI. El itinerario de los sefes pudo ir por distintos lugares. Debió partir en todo caso de la región entre Zamora y Salamanca. Desde alli por Ciudad Rodrigo y Almeida pudo ir a buscar el Mondego en Portugal y de alli a la costa, extendiéndose unos grupos hacia el N. y otros hacia el S., o bien, desde las tierras de Campos a través del reino de

(1) Ver nuestro libro La etnologia de la peninsula ibérica, repetidamente citado.

León, buscar los caminos de Galicia, a la vez por la Puebla de Sanabria y por Astorga y caer sobre Galicia: desde allí avanzarian en distintas etapas hacia la costa portuguesa y finalmente desde el SE. de Galicia a Trás-os-Montes. Pudo por fin partiendo de la zona de Zamora y Salamanca ir a la vez por todos esos caminos.

Contra el camino del Duero habla la poca intensidad de indicios célticos del interior de su cuenca portuguesa, produciendo estos más bien el efecto de una avanzada extrema y pareciendo intensificarse la celtización tanto en la costa y en la región del Minho, como en la parte norte de Trás-os-Montes. En favor del itinerario a través de Galicia hablan no sólo los abundantes restos célticos a lo largo del camino a través del territorio de los astures que permiten suponer una verdadera celtización de estos, sino también la intensidad de la celtización de Galicia, incluso de sus comarcas interiores y la fecha temprana de esta celtización, a juzgar por los indicios arqueológicos. Efectivamente, los testimonios de esta naturaleza casi contemporáneos de la invasión, los puñales hallstátticos de herradura de bronce del siglo VI (1), se han hallado repetidas veces en Galicia, siendo además tal itinerario perfectamente verosímil en relación con la topografia.

Admitido que una gran parte de los sefes pasase por Galicia, creeriamos que partiendo de la región entre Zamora (Octodurum) y Benavente (Brigaetium), ambas ciudades con nombre céltico, irían hacia el Norte, extendiéndose por las tierras leonesas junto con los que alli se quedan dominando sobre los astures. Desde ellas encuentran los caminos de Galicia. Uno de estos que debieron seguir los que se llamaron luego callaici lucenses, parte de Benavente por Astorga va a buscar los pasos que conducen a la cuenca del Sil y al Bierzo para penetrar desde alli en Galicia bifurcándose en dos: por una parte sube a los pasos de la montaña entre la Sierra y Picos de Ancares y el monte Montouto (puerto de Piedrafita) y establece los seurri en las comarcas de Aquae Quintinae—Fonsagrada y Talamina—Neira de Jussá, los capori en la de Lucus—Lugo, los ártabros (llamados también baedii) en la región de Claudiomerium—Ortigueira, Flavium Brigantium—La Coruña, Novium—Noya, etc., asi como probablemente también los cilini en Aquae Flaviae—Caldas de Reyes. El otro, camino también desde la cuenca del Sil, sigue ésta, domina los indigenas gigurri (astures) de cuyo dominio da testimònio la fortaleza de Calabriga (entre Rua y Petin) y lleva a sus domicilios históricos los restantes callaici lucenseso sea los tiburi de Nemetobriga—La Puebla de Trives, los lemavi de Dactonium—Monforte de Lemus y los bibali al rincón de Viana del Bollo (Forum Bibalorum).

(1) Ver la lista de estes hallazgos en Cuevillas y Bouza Brey, Os oestrimnios, os saefes y a ofiolatria en Galiza (Coruña 1929, publicacion del Seminario de estudos galegos). A los puñales de herradura cabe añadir como hallazgo mas o menos contemporaneo de la época de la invasión las diademas de oro hallstátticas de Rivadeo. (Ver Bosch, Etnologia de la peninsula ibérica, fig. 438 de la pag. 472). Los lugares de hallazgo de los puñales de herradura son según Cuevillas (lug. cit. pag. 106-107): Castro de Couboeira (Mondoñedo, Croa do Zonán (Mondoñedo), citania de Santa Tecla (La Guardia, Pontevedra), Castro del Cabo Ortegal, dos dela citania de San Ciprian de Lás y varios encontrados en la provincia de la Coruña.

El grupo que luego constituyó el de los callaici braccari parece partir de la región de Octodurum (Zamora) y por la Puebla de Sanabria lleva los limici a los valles de Limia (Forum Limicorum—Ginzo de Limia y Aquae Quacernorum—Baños de Bande), los Narbasii a Orense—Forum Narbasorum, los grovii a Tudae—Tuy, los lubaeni a Cambaetum—Canbezes y por las comarcas de la costa los nemetati a la región de Braccara—Braga.

El grupo más meridional de los sefes, si no es la prolongación de sus avanzadas hacia el S. por la costa hasta el cabo da Roca, debió salir de la región de Salamanca y, por Ciudad Rodrigo y Almeida, enfocar la cuenca del Mondego hacia Coimbra y Figueira da Foz, desparramándose por la costa hasta unirse con las avanzadas de los grupos del Minho, asi como llegando hasta el cabo da Roca.

La ultima etapa de la expansión del grupo de los callaici braccari la debe señalar la extensión de las tribus del interior de Portugal a expensas de los draganos de Trás-os-Montes. También este grupo debió partir de la comarca de Zamora—Octodurum y por el camino de Zamora a Bragança en el territorio de los astures zoelae, que debieron dominar por algun tiempo (testimonio: Brigantium—Bragança con nombre céltico) siguieron los luanci de Merua en la cuenca del Tuella y Tua, los turodi de Aquae Flaviae—Chaves, asi como hacia el S. los equaesi de la cuenca del Sabor y los caelerini de Caeliobriga cerca de la desembocadura del Coa en el Duero, alcanzando el límite máximo interior de los sefes en la línea de montañas que desde la Sierra Gralheira y la Sierra da Lapa va hacia el N. de Almeida.

Llegamos así al resultado de que la expansión de los sefes debió hacerse en distintas expediciones, a través de Galicia (1) siendo la última la que llevó al angulo NE. de Portugal las tribus que borraron a los astures draganos, que en tiempo del Periplo todavia destacaban claramente su personalidad, perdida al ser colonizado su territorio por los luanci, turodi, aequaesi y caelerini, mientras que, de sus compañeros de pueblo, de las demás tribus dominadas también por los celtas como los zoelae de Castro de Avelãs y Brigantium—Bragança y los gigurri del Sil (con Calabriga y Forum Gigurrorum—El Barco de Valdeorras) todavia en la época romana se conservaba clara la noción de su pertenencia al grupo astur.

La celtización intensa de las tribus asturas explica la extensión de los celtas hasta las mas extremas regiones del NW. y oeste de la peninsula, pues no sólo las tribus intermedias entre los vacceos y los sefes-galaicos aparecen dominadas por los celtas dando testimonio de ello las ciudades con nombre céltico establecidas en los lugares estratégicos de los caminos de penetración (Brigaetium—Benavente, Bergidum Flavium—Cacabelos en el Bierzo, Calabriga entre los gigurros, Brigantium entre los zoelae) sino que figuran luego como tribus asturas pueblos que por su nombre son probablemente célticos de origen como los Brigaetii de Benavente, y aun los lungones de Paelontium—Pola de Lena y los

(1) Rectificamos y precisamos con este trabajo lo dicho acerca de los itinerarios célticos del occidente de la Peninsula en la pag. 625-626 de La etnologia de la Peninsula ibérica.

selini (nombre que equivale al de los cilini de Galicia) de la costa de Asturias (Gijón), dominando los brigaetii el punto de partida del desplegamiento céltico hacia Asturias y Portugal y los lungones y selini respectivamente el camino de penetración desde el puerto de Pajares y la salida al mar. La celtización de los astures es ademas confirmada por la arqueologia en cuanto que los pocos hallazgos conocidos de su territorio (cinturones de León, hallstátticos e posthallstátticos, torques de Astorga, abundantes castros), fenómeno paralelo al de la celtización del territorio cántabro vecino en donde también aparecen infiltradas posibles tribus célticas (los velegienses y aurini) y la cultura posthallstáttica (castro de Caravia, etc.).

Ademas hay que notar, en relacion con las probables etapas de la celtización del NW. de la península, que en Galicia, como ya hemos dicho, aparecen grupos de hallazgos todavia hallstátticos (1), como los puñales de herradura de bronce y las diademas de oro de Rivadeo ya cerca de la frontera astura y junto a la costa septentrional, que atestiguan la llegada alli de los celtas en un tiempo contemporáneo o anterior al Periplo y anterior por consiguiente a la absorción de los draganos de Trás-os-Montes. Ademas esto explica también el caracter arcaico dentro de la cultura posthallstáttica gallega y del N. de Portugal de los hallazgos de joyas (torques etc.).

La naturaleza y la composición del grupo céltico de los sefes

Los sefes debian ser un pueblo extraordinariamente complejo y no solo se dividían en subtribus sino que acaso no fuesen todos ellos de una misma naturaleza. La desaparición del nombre generico «sefes» y la agrupación de los que sobreviven en los dos grupos de los gallegos lucenses y brácaros, que aunque responden a una división administrativa romana, es probable que esta fuese calcada sobre los grupos reales de los pueblos, como de ordinario (2), hablan de una diferenciación interior del gran grupo total que aunque pudo ser debida a un fraccionamiento *a posteriori* en relacion con los territorios ocupados y con su complicada topografia, pudo también existir en la composición originaria del pueblo, ya que es frecuente que las grandes agrupaciones célticas tengan tales subgrupos con sus nombres propios. Pero incluso esta complejidad en la composición de los sefes puede deberse a que sean un conglomerado de tribus célticas que no todas tuviesen idéntica naturaleza ni idéntico origen y cuya unidad relativa se formase durante la emigración, como sucede también con frecuencia en la historia de los movimientos de estos pueblos: entonces, el pueblo principal o director de la expedición da en cierto modo el tono a todos ellos y es el que aparece como el más visible a los ojos de los extranjeros

(1) Ver la nota 1 da pag. 67.

(2) Un caso parecido es el de las ciudades que suponemos célticas formadas com -briga y un nombre romano (Augustobriga, Cottaeobriga, etc.). Dificilmente se encuentran fuera de los territorios célticos y aun cuando fueron fundadas en época romana debían apoyarse en elementos célticos anteriores a ella, por lo general.

pudiendo dar su nombre a todo el conglomerado. Acaso nos explicariamos asi la desaparición del nombre de los sefes, así como la extensión de su grupo desde el cabo da Roca al territorio de los ártabros que ya en tiempo del Periplo aparecen como un grupo destacado: los sefes habrian sido la tribu que sirvió de aglutinante y en su significación mas estricta seria acaso la del sur del territorio ocupado por el conglomerado, o sea la costa portuguesa desde el cabo da Roca a Porto y al ser conquistado este territorio por los lusitanos y ser absorvidos los sefes en sentido estricto por ellos, se pierde su nombre y se conservan tan solo los de los demás subgrupos, entre los que desaparece la noción de su antigua pertenencia al gran conglomerado de los sefes.

Este debió ser el caso de la mayor parte de los pueblos celtas de la peninsula. Desde el punto de vista de la arqueologia cabe sospechar también esta diversidad de composición. Hemos dicho en distintos lugares de nuestros trabajos anteriores (1) que de las dos oleadas célticas que llegaron a España la una hacia el año 800 y la otra en el siglo VI, la primera pertenecía al pueblo de los «Urnenfelder» y la otra debió originarse en el bajo Rhin: esta última en su punto de partida ya debió ser también la resultante de la fusión de distintos elementos entre los que figuran restos de la extension de «Urnenfelder» Rhin abajo durante la primera edad del hierro y que se mezclaron con los elementos célticos indigenas del Rhin que habian desarrollado anteriormente la cultura de los túmulos en la edad del bronce y entre los que habia florecido la ceramica decorada con motivos grabados en la técnica llamada «Kerbschnitt», así como la decoración estampada. En casi todos los grupos célticos de España se halla esta mezcla de decoraciones tanto en Castilla como en Galicia y Portugal: en estas ultimas regiones y en el grupo del Minho precisamente es frecuente el «Kerbschnitt» y el estampado, pero en los castros del Mondego abundan especialmente las formas emparentadas con la cultura de las urnas y que parecen su supervivencia, lo mismo que se observa en ciertas necropolis celtibéricas. Es este un problema muy complejo en el que no podemos entrar aqui, puesto que todavia no se halla bastante maduro para ser bien estudiado, por falta de material, pero que queremos apuntar como uno de los indicios de la complejidad de la composición de nuestros pueblos célticos y que con el tiempo habrá de dar mucha luz para reconstruir la historia de su formación.

Com esta complejidad seria posible explicar también la aparición, en nuestros pueblos, de elementos célticos que se han comparado a los belgas y que hacen creer a Hubert en unos raids belgas llegados a la península en el siglo III (2). Nosotros admitiriamos dificilmente una nueva entrada de celtas después del siglo VI porque a ello se opone la continuidad de la evolución de la cultura posthallstáttica y porque la introducción de los tipos de La Tène II en ella no es una sustitución de cultura sino una mera infiltración de tipos que pudo llegar por la mera relacion cultural, al extenderse, precisamente en el II periodo de La Tène, los volcos por el S. de Francia y llegar la cultura de La

(1) Etnologia de la peninsula ibérica, y otros.

(2) Hubert, Les celtes dans l'époque de La Tène et la civilisation celtique (Paris, 1932, L'évolution de l'Humanité), pag. 86 y sig.

Tène a la linea del Pirineo de la que hasta entonces habia estado sensiblemente alejada. Pero si realmente, como parece, en la península hay elementos belgas (el nombre de Bélgida en la región de Valencia, el de Suessatium y probablemente los suessiones en el pais vasco, Véllica entre los cántabros representando una infiltracion céltica y que Hubert cree sinónimo de Bélgica (1), nombre que ademas puede compararse con la Veleia que nosotros atribuiriamos a los suessiones que reconstruimos en el pais vasco, etc., etc.) tales elementos belgas podrian proceder de la complejidad de composición de nuestros pueblos celtas ya desde su punto de partida. En este que debió estar proximo al hogar de los grupos belgas debió producirse la mezcla de unos y otros y por ello sin que exista en España una verdadera invasión de belgas en la época de apogeo de este grupo céltico aparecen elementos belgas dispersos entre los demás celtas de la peninsula ibérica.

En relación con este posible arrastre de belgas en la gran invasión del siglo VI se halla el arrastre de elementos germánicos: ya hemos apuntado que los germani de Sierra Morena representan este fenómeno. Schulten cree germanos también a los cempsos (2), pero además Schulten cree comprobar germanos

---

(1) Hubert, lug. cit. pag. 91 cree que se refieren a los belgas los siguientes nombres célticos de la peninsula. Ante todo el estrato toponimico representado por los nombres terminados en -dunum (distinto del estrato de nombres en -briga): Caladunum — Calahorra cerca do Montalegre en Trás-os-Montes; Estledunum — Estola, cerca de Luque en la provincia de Córdoba, entre los túrdulos; Sebeldunum — Beseldunum — Besalú en Cataluña; Arialdunum, des ituacion desconocida; Berdún — Virodunum, en la provincia de Huesca y Verdú en la de Lérida. Otro grupo es el de los nombres que se reducen a Cuculae: Cogos en la provincia de Gerona, nosotros añadiriamos acaso el de Cogul en la de Lérida. También la ciudad de Clunia de los arévacos, los nombres de Moenicaptus, esclavo del Main, y de Vismarus jefes galos muertos por los romanos en Andalucia, Bélgida en la España Tarraconense (probablemente la Bélgida de la provincia de Valencia), asi como Véllica — Bélgica entre los cantabros al que nosotros añadiriamos el de Velleia (cuyo nombre recuerda el de los veliocasses, belgas), ciudad proxima a Suessatium en el pais vasco y que Hubert también compara con los suessiones, belgas de Soissons en Francia (nosotros en otro lugar creemos poder reconstruir una tribu de suessiones en España que deja como rastro Suessatium y los suessetanos que luchan con los romanos entre el Ebro y Jaca: Los celtas y el pais vasco en la Revista internacional de los estudios vascos, 1932). Creeríamos además belgas a los vacceos y arévacos de la cuenca del Duero y a los belos del Jalón: los vacceos y arévacos, en realidad el mismo pueblo, son uno de los elementos de los belovacos de la región de Beauvais en la Galia Belgica, de los cuales el otro elemento tiene precisamente el mismo nombre de nuestros belos.

(2) En cuanto a los cempsos nosotros preferiríamos seguir creyéndolos celtas. No creemos decisivo para su naturaleza étnica que sus restos en Alemania se hallen, según Estrabon, entre los cimbrios y los chaucos, pues dichos cempsos pudieron ser un resto de los pueblos célticos arrollados por el avance germánico (o sea el equivalente con los termiños invertidos de los germanos de España y de otros restos célticos entre germanos en Alemania, por ejemplo los bituriges cubi envueltos por los suevos). Acaso el mismo nombre de los cempsos deba ser considerado como céltico, comparándolo con el de Kempten, población que a la vez se encuentra en el Hessen renano, cerca de Bingen, y en Baviera y que equivale a Cambodunum (compárese también con Cambete — Kems en Alemania, Cambætum — Cambezes en la Galicia española y Cambo en el pais vasco francés).

Podríamos tal vez suponer que los campsianos — cempsos serian la tribu céltica del territorio del este del Rhin, en Westfalia, entre el bosque de Tentoburgo, la montaña de Hessen

entre los celtas de Galicia, lo que podria ser muy bien cierto: en una inscripción de Lugo aparece el nombre de la diosa Poemana que parece ser la epónima de la tribu de los pemanos, una de las tribus germánicas que en el Rhin viven entre las tribus belgas (1). Esto, a la vez que complicaria la composición de los celtas gallegos y por lo tanto del conglomerado de los sefes con un elemento germánico, debiendo haber llegado este con la gran invasión del siglo VI, no solo confirmaria que el impulso para esta partió de las presiones germánicas en la linea del Rhin sino que comprobaria la relación de los celtas belgas con los germanos en época muy antigua y haria posible explicar los elementos belgas de la peninsula de la manera como nosotros la planteamos.

(Hessisches Bergland), el Taunus y el Rhin, en donde, a fines de la primera edad del Hierro, en las zonas montañosas, hay abundantes restos de la supervivencia de la antigua cultura céltica de las urnas (tipo de Mehren). Por alli precisamente, parecen haber realizado su avance los germanos de esta zona, a fines de la primera edad del Hierro, y haberse introducido en el primer periodo de La Tène los marcomanos (« Marschmänner » o sea « hombres de la frontera »), cuando todavia los volcos célticos no habian sido sustituidos en Turingia por los hermunduros germánicos. Detrás de los marcomanos llegan los cattos, queruscos y chaucos, a los que siguen los frisios y cimbrios, y al noroeste de los marcomanos debian haberse extendido, en el último período de la primera edad del Hierro, las distintas tribus germánicas que habian penetrado en el Bajo Rhin por entre los belgas; en relación con éstos últimos estan los treviros en el Mosela, entre el Eifel y el Hunsrück, con Tréveris, precisamente en la región enfrente de Hessen, en donde aparece el nombre de Kempten. Los compsos, al ser arrollados por el avance germánico, marcharian, en su mayor parte, hacia Occidente a través de Bélgica, junto con los demás celtas españoles y las avanzadas germánicas occidentales y de ellos quedarian restos dispersos en Westfalia, entre los chaucos y cimbrios, donde los conoce Estrabón, disolviéndose sus restos meridionales del Hessen renano entre los marcomanos, primero, y entre las tribus que les sucediéron, después (cattos, queruscos), quedando acaso como rastro suyo el nombre de Kempten.

Otros argumentos en pro de la celticidad de los cempsos de Portugal derivan tanto de su cultura netamente céltica (Alcácer-do-Sal), como del hecho de que sean precisamente ellos los que Herodoto califica de celtas al referirse a los celtas, pueblo extremo del Occidente de Europa vecino de los cinetos, lo que da la misma topografia étnica del Periplo con la diferencia de emplear el nombre genérico de celtas en lugar del especifico de cempsos. Además en su territorio abunda extraordinariamente la toponimia céltica y, finalmente, cuando desaparece su nombre tribal y son arrinconados por los lusitanos, todas las fuentes hablan en su lugar de los « celtici ».

(1) Schulten, *Germanen und Gallier*. Ver la nota 2 da pag. 65. Schulten cree que esta inscripción es un testimonio de la penetración de los belgas en Bélgica ya en tiempo muy antiguo, ya que el núcleo principal de los pemanos quedó entre ellos, mezclándose, lo que es un dato de la mayor importancia para la cronologia de los movimientos celticos. Esto iria de acuerdo con la suposición de Hubert (lug. cit. pag. 120-21) de que los belgas del N. de Francia debieron estar alli ya durante el periodo de La Tène I. Ver nuestra recensión del articulo de Schulten en la pag. 111 y sig. del Anuario de prehistoria madrileña, II-III, 1931-32.

Dr. F. Bouza-Brey
Conselleiro do Seminario de Estudos Galegos, titular do Institut International d'Anthropologie de Paris.

Máscaras galegas de origen prehistórico

Na Galiza son coñecidas máscaras en certas épocas, singularmente no tempo do Antroido e das festas religiosas principaes, baijo nomes diversos taes como: *choqueiros, lanceiros, madamitas, vellos, maragatos, muradanas, felos, borralleiros, murrieiros, irrios, cocas, charrúas, troteiros e cigarróns* (1).

De entre elas sobresae pol-a originalidade e carácter arcaico a máscara nomeada *cigarrón*, cuia área expansiva na actualidade limítase â vila raiana de Verín, parroquia de Laza, sita tamén no Val de Monterrei e Ginzo de Limia, terras todas de Ourense. Informes por nós recollidos de persoa coñecedora do país (2) acusan unha antiga reducción dos cigarróns, pra a bisbarra de Verín, distinguindo algunha vella crónica do s. XVIII os «cigarróns de Verín e os peliqueiros de Laza» entre os que iban ao frente das monteirías, podéndose aventurar a existencia de dous tipos de máscara que tal vez se fundisen no actual cigarrón.

En Verín saen dende primeiros de ano ata o Antroido, mais en Laza tan sô aparecen o domingo e o martes de este nome (3).

A sua peculiaridade reside tanto na extrana vestimenta que portan e dos seus aderezos como das costumes e respeto popular que as arrodea.

O vestido ven descripto por Risco como «imitante ao dos toureiros, c-unha carantoña de pau e un chapeu que semella unha interpretación do tricornio de fins do s. XVIII; ao lombo levan unha pelica de ovella, na man un pau c-unha vejiga de porco inflada e no cinto ajóujeres e campaíñas (4)» À vista das fotografias que acompañamos e tendo presentes os nosos inquéritos podemos engadir,

---

(1) Vide v. g. FRAGUAS FRAGUAS, A. «*O Entroido nas terras do Sul de Cotobade*». Rev. «NÓS», n.º 77, Maio de 1930.

(2) D. Ramón Fuentes, de Verin, en 1928.

(3) En recente artigo anónimo dise que en Verin saen os tres dias de Antroido e se lle oferece nas casas «a clásica bica do peliqueiro» (Vide «*El Pueblo Gallego*», diario de Vigo, n.º 2814, pág. 15).

(4) RISCO, Vicente: *Os Cigarrons*, artigo na rev. «NÓS», no Arquivo filológico i-Etnográfico, n.º 35, Novembro de 1926.

compretando o devandito, ser de ritualidade entre o uso das prendas da roupa o típico traje herdado que, às veces, pol-a riqueza das preseas que o compoñen, acada prezos realmente elevados; con pantalóns de lan calcetados na casa, de flecos nas pernas; faija roja, pol-o gêral; pelicas de gato montés ou de raposo caíndolle polas costas; pano pra o pescozo e medias, pezas ambas de seda rica que é necesario, por imperio da tradizón, pertêszan â moza con quen se vai casar o home que vai debaijo da máscara. As figuras que ilustran estas notas levam ao cinto nas cadeiras penduradas grandes *chocas* que, de cobre ou bronce, fabrican pra eles os ferreiros ruraes. O chapeu que as coroa, mellor que tricornio decioitesco, lembra unha mitra de dignidade egrejástica, lembranza que contribuie a fijar a variedade de pinturas de diversa figura e côres que o adornan, taes como ramos de frores, astros, corazóns, aves, figuras geométricas etc. A carantoña, que é de madeira, vai tamén policromada e circundada de pelicas. (Figs. 1.ª, 2.ª e 3.ª).

Do devandito indumento chama a nosa atenzón o grandor que acada o chapeu que seria molesto e mal se acomodaría con quen, aparentemente, anda a enredar e troular somente, e as pelicas que, sin finalidade perceptibre de primeiras, caen soltas por detrás da figura.

En canto as costumes da máscara, «dereitos» que, como supervivenza ritual o instinto ou memoria do pobo lle recoñece ao cigarrón, dí Risco que «ten dereito a bater coa vijiga a todol-os que pasan e ninguén lle pode bater a íl, faga o que faga. En troques, anda a gente atrás d-íl aldrajándoo. Às vegadas júntanse dous cigarróns, collen a cualquera pol-as pernas e lévano â taberna e o interesado tenlles que pagar viño. Percorren moitas aldeias e chegan nas suas excursións deica os Milagros» (1). Convén engadir que ao cigarrón non sô non se lle pode bater, sinón que non se lle pode facer mal de ningún geito e que, en tempos ainda recentes, non pedía cartos nin cousa algunha. Hoje ten por costume pedir, desvirtuando así o seu primitivismo (2).

De tal actuación tradicional do cigarrón compre salientar a inmunidade de que gozan por parte do pobo, como si estivese protegido por algo sobrenatural e o contraste que con tal inmunidade forma o feito de que a gente o siga, botándolle fortes aldrajes, como si de algo detestabel se tratase.

Risco pon ôs cigarróns en comparanza cos *felos, murrieiros, choqueiros, charrúas* e *irrios* os *guirrios;* mais é preciso recoñecer que istas máscaras non presentan tan marcado arcaísmo, apesar da sua indumentaria semellante, na sua maneira de comportarse nin tampouco no modo de gardar o pobo no porte pra con eles, tan ao vivo, a ideia do seu antigo rol.

---

(1) Risco, art. cit.

(2) No art. cit. de «*El pueblo Gallego*» dise que «o cigarrón non pode ir pol-a rua a sinón a brincos e non lle é permitido ir a paso» e que «tampouco se lles permite quitar o mascarón na rúa». Tamén, con posterioridade â confeizón de istas notas presentouse no «Seminario de Estudos Galegos de Compostela» unha colleita de novas referentes ao *cigarrón*, por D. José Maria Pereda já conocidas; mais o autor, culto escolante, que desempeñou o seu cárrego en Laza, conta ali que a máscara «leva na man un farrapo, cilindro de duas ou mais pulgadas de ancho feito de tela de saco, a modo de mallo» e que os mozos lle mostran moedas de cobre ao tempo que lle cantan «cigarrón, lapón, mete os cartos no bulsón».

Os *felos* teñen como área de actuación, ao que parez, a vila de Maceda, na región da Limia e, si o nome de *fenos* alude a máscaras semellantes, pódese extender a Allariz seu radio. Son máscaras que visten «como os toureiros, con pelica de ovella, chocas das vacas no cinto e carauta e caperucho de pau, todo de unha peza. Pedían cartos e untaban os zapatos da gente co bergallón do porco», pois non está comprobado que existan na actualidade (1).

Fig. 1.ª — O cigarrón

Os *murrieiros* concéntranse en terras de Caldelas e Lemos, sin localización precisa, ainda que aparezan en Cristosende, concello de Parada do Sil e Teijeira, de Caldelas. «Viñan de longe, vestidos do mesmo geito e sacaban as murrias das pernas». Son tamén máscaras do Antroido e as referencias acusan que levaban «unha sorte de pantalla piramidal na testa e cinto con chocas» (2).

O nome de *choqueiros* fai referencia, según se desprende, non a unha máscara determiñada senón con caracter de geralidade a cantas leven campaíñas, ajóujeres ou cencerros». A verba é da mais crara derivanza céltiga, de *clocca* que deu en francés *cloche*» (3).

Os *charrúas* son propios da vila de Allariz. Hoje son máscaras que perderon o seu antigo indumento, mais consérvase notiza de que «iban vestidos de colorins, c-un cinto de chocas, un zurriago de pelica e unha sorte de monteira e iban pol-as aldeas pra que lle deran algo. Non sabemos si a monteira era de pelica ou si a pelica pasou do corpo â punta do pau. Tocantes ao nome, temos ouvido asegurar que lles viñera de un que había en Ginzo que se vestía todol-os anos, e chamábanlle Charrúa de alcume, o cal non pode ser certo» (4).

Maor difusión, ao menos pol-o nome que lle ven imposto, acadan os *irrios*. Na Galiza o mais coñecido é o Irrio de Castro Caldelas comentado por Vicente Risco. Sae o día da festa da Virge dos Remedios e vai diante da procesión que

(1) Risco, art. cit.
(2) Risco, art. cit.
(3) Risco, art. cit.
(4) Risco, art. cit.

se forma. «Leva unha carantoña de pau, un frac e pantalón, geralmente a cadros de côres, reberetados de marelo ou bermello, e na man un zurriago de pelica, seica antigamente de vijiga de porco e corre aos rapaces que lle berran: — Írrio, írrio peliqueiro!» (1).

Os *guirrios* asturianos «visten pantalón blanco con franja encarnada, camisa blanca, largas polainas de paño negro y faja encarnada sobre la que ciñen ancho cinturón de cuero al que van sujetos algunos cencerros. Cubren su cabeza con una especie de cucurucho, largo hasta sesenta o setenta y cinco centímetros, rematado por un rabo de zorro y formado por una o dos pieles de ovella blanca, que, recubriendo totalmente el cucurucho, bajan simetricamente por el pecho y espalda hasta el epigastrio, a manera de escapulario. En la parte correspondiente a la cara llevan unas aberturas que se corresponden con los ojos, nariz y boca del disfrazado, y otros correspondientes con las orejas. Las de ésta y las de nariz y boca llevan cosidos, superior e inferiormente unos trocitos de paño o bayeta de color rojo, que caen a modo de pequeñas cortinas que ocultan aquellos órganos. También suele quedar por cubrir por la piel la cara. Entonces cubren ésta con un paño encarnado, con las aberturas y cortinillas dichas...» (2). Ista descripción de Vigil comprétase con interesantísimas particularidades proporcioadas por outros ilustres etnógrafos de Asturias, que achegan os guirrios aos nosos cigarróns. Así Aurelio de Llano dí que en Lena as tocas ou chapeus puntiagudos que levan adornadas de fitas e campaíñas «suelen hacerlas sus novias» (3) e Constantino Cabal advirte que non existe uniformidade no traje usandose por veces un bonete con flecos de papel e un cinturón de campaíñas ou cencerros (4). Os guirrios asturianos son máscaras de petitorios de Reises e forman comparsa con *zamarrones, esterones, bardancos* e outras que presentan certa analogía tamén cos nosos cigarróns, representando farsas ou comedias breves antre as que sobresae unha que presenta craro aspecto de magia profiláctica do parto; mais, pra don desvirtuar a máscara no seu aspecto antigo, compre fijar ben istas verbas de Cabal: «En todas estas fiestas de aguinaldos existen dos elementos que tienen muy lejana relación y que no cabe juntar: uno los que representan y otro los que los escoltan. El papel de los unos es de actores, y los vestidos que llevan son los que les exige este papel; el de los otros es el de danzantes, saltarines, pedigüeños y los vestidos que llevan, de rasgos esenciales semejantes en todo pueblo de guirrios, son propios de mascaradas y los mismos que se dan en Carnaval» (5). O paralelismo do cigarrón co guirrio, chamado tamén *sidro*, é evidente, pois.

---

(1) Risco: *O Castro de Caldelas*, sep. do T.º I dos «Arquivos do Seminario de Estudos Galegos», 1927, e o art. cit.

(2) Vigil, Fausto: Artigos sobre costumes asturianas pubricados en 1924, citados por Cabal en *Las costumbres asturianas, su significación y sus orígenes. El individuo*, pág. 118, Madrid, 1925.

(3) Llano Roza de Ampudia, Aurelio: *Del folklore asturiano, mitos, supersticiones, costumbres*, pág. 215, Madrid, MCMXXII.

(4) Cabal, op. cit. pág. 119.

(5) Cabal, op. cit. pág. 123.

Non consiñaremos as opiniones en col da etimología do vocábulo *irrio*. En troques e de interés a comparanza das nosas máscaras con outras asturianas semellantes, e con algunha outra peninsuar.

Así os *esterones* visten c-unha estera que lles da o nome a geito de casulla con grandes chocas no cinto, antifaces e pano â cabeza, con paus na man dispostos pra saltar; os *bardancos* disfrázanse con sábanas e camisas e levan colgando do cinto chocas e os *zamarrónes* «con felpudos encarnados y amarillos a manera de dalmáticas, amarrados al cuerpo por cordales, con un cencerro a la

Fig. 2.ª — Cigarróns vistos de frente

espalda y cuatro hacia las caderas. Los hombros se los cubren con pañuelos que les regalan las mozas» (1).

Os *zafarrones* o *zaharrones* das montanas de León vístese pol-o Antroido de pelicas de animaes, tapa a face con pel de cabirto aburatada pra ver e comer, pónse un cinto de chocas e leva un saco de cinza que bota âs gentes que non correspondan aos petitorios do zafarrón (2).

As «vaquilas» de Atienza «son hómbres vestidos con felpos y que llevan cuernos de vaca y cencerros» (3). Saen no Antroido.

Compre falar, por ofrecer valor comparativo evidente, dos *troteiros*, máscaras tamén galegas que saen en Bande, pais na raia portuguesa, no período que

(1) CABAL, op. cit. pág. 120 e Llano, op. cit. págs. 215 e 216.

(2) MORAN, César: — *Datos etnográficos*, nas «Actas e memorias da Soc. Esp. de Antrop. Etn. y Prehistoria», T.º x, 1931.

(3) MENÉNDEZ PIDAL, Ramón: «Poesía juglaresca y juglares», pág. 29, nota 1, Madrid, 1924.

vai de dia de Reis a martes de Antroido incrusive. Non visten especial indumento, senón que se envolven en colcha ou sábana, levan carantoña confeccioada na casa, de cartón, pol-o gêral e cinto con chocas, ou campaíñas todo en rredor. Baten â gente con un timoeiro de carro feito de corras vegetaes, penetrando nas casas en persecución dos moradores que procuran fugir en ouvindo de longe soar as chocas, choendo as portas das vivendas, porque hase de saber que ninguén pode responder violentamente aos golpes do troteiro, cuia persoa fica a salvo dos ataques das vítimas obrigadas secularmente a respetalos.

As atribucións que por tradizón ao *troteiro* van junguidas son ainda mais extranas pol-o que fai âs mulleres, posto que ista máscara pode facer o que se chama *faldrear*, ou seja meter a man por baijo das saias ã que se poña ao seu alcance, impunemente, sen que, por tanto, nin elas nin persoa algunha poida se considerar ofendida. ¡O troteiro é invulnerabel sempre que non se aparte do seu modo ancestral de ser! Pol-o demais o troteiro, que sabe das suas prerrogativas, vai sin previo aviso âs fiadas e penetra impensadamente nos fornos e outros pontos de juntanzas femeniles, valéndose pra sorprender aos concurrentes de non se colocar o cinto das chocas ata a mesma porta do local onde a reunión se efectúa.

A voz *troteiro* acada prestigio medievel aplicado en femenino a unha especie de cántigas pol-o Arcipreste de Hita como calificativo; e pol-o mesmo poeta, en calidade de substantivo, â alcaiota i-en gêral a toda muller mensageira; i-en masculino a todo mozo recadeiro por varios escritores (1). Dende logo no *troteiro* galego e no *trotero* castelán medioeval aparez nídia a derivanza verbal de «trotar».

Os *borralleiros* teñen seu radio de acción no concello de Cortegada na mesma provinza de Ourense. Non teñen especial vestido, obedecendo o seu nome a levar un fol cheo de borralla que botan âs persoas con quen encontran, asemellándose n-esto aos zafarrones leoneses. No pobo de Cortegada levan tamén estas máscaras, ademáis do seu nome específico, o gêral de *antroidos* con que todas as dos Carnavaes son coñecidas.

Existen, sinte do devandito, outras máscaras que ningun contacto presentan cas expresadas e ningúnha peculiaridade ofrecen e que, ben son propias do Antroido, como as *madamitas*, ben das festas religiosas, representando monstruos, como as *cocas*, ou ben ocasionales, formadas pol-os mozos asistentes a calisqueira laboura popular que eisija concurrencia de gentes tal e como socede no Minho en Portugal, Barcelos, por ej. (2).

Volvendo ao *cigarrón* anotamos as variantes peninsuares de *xafarrón, zaharrón, zafarrón, zagarrón, zamarrón, zangarrón, mazarrón, zarramón* e *zarrón*, (3), todas derivadas pol-os etimologistas modernos «del árabe *çahrón,* intensivo de *çohra,*, homo ridiculos qui ludibria habetur, voz de cuyo derivado *maçhara,*

---

(1) Vide MENÉNDEZ PIDAL, op. cit. pág. 48, nota 3.

(2) GOMES PEREIRA, A.: *Tradições populares, linguagem e toponymia de Barcellos*, pág. 154. Espozende, 1916.

(3) Variante de ista voz é a verba *zamaruco*, aplicada en Cortegada (Ourense) a certas máscaras do Antroido.

proviene también la voz *máscara*» (1). Convén anotar eiqui igualmente as espricacións que mereceu a variante galega *cigarrón*.

Menéndez Pidal recolle a etimología popular que consiña Cuveiro Piñol de contaminazón do nome primitivo pensando no insecto «cigarra», o mesmo que en Lena (Asturias) socede con *zangarrón*, pensando no «zángano» (2). Vicente Risco faise eco de unha ingeniosa opinión, recollida por D. Manuel Fuentes, de Verin, de que os cigarróns eran procedentes das antigas costumes das tribus Cigurros ou Gigurros que deron seu nome a pobos galegos taes como Cigarrosa e Val-de-Orras. «Non hai dúbida — expressa aquel ilustre investigador — que os dous nomes *Girios* ou millor *Guirrios*, do que cecais ven o *Írrio* de Caldelas, e *cigarróns*, semellan derivación dobre de *Gigurros* ou *Guigurros*» (3). Pra enlace de tan sugestivas custións, pode resultar curiosa a pasage de Frei Martiño Sarmento, o grorioso galego do s. XVIII, cando dí: «En Valdeorras, en Galicia, junto al puente que llaman Cigarrosa (pero mal, pues se debe llamar Cigurrosa; *Cigurrosa no de cigarra, sinó de los pueblos Cigurros que Plinio pone en este pais*» (4).

*

Do origen do *cigarrón* e máscaras análogas téñense ocupado Uria y Riu (5), Risco e Cabal, principalmente.

O primeiro relaciónas cos ritos totémicos prehistóricos, seguindolle Risco que as filía tamén nos ritos totémicos ou nos das sociedades segredas primitivas, atribuindo as pelicas de animal que o cigarrón leva a resto do disfraz antigo imitando ao totem, e pondo en comparanza os aldrajes dirijidos ao cigarrón sin que poida responder a eles ca volta dos iniciados dos misterios de Eleusis, cando o pobo, en espera en determiñado recanto do camiño, os aldrajaba tamén, ambos feitos de origen común no estado pre-cultural de todol-os pobos (6). Pra Cabal, non poden expricarse os guirrios pol-a mágia de caza pol-a razón de non lembrar unha data que poidera facerse todol-os dias senón en épocas determiñadas, aparte de que, si así fora, non perduraría tanto nas costumes o especial carácter da máscara; compáraos cas máscaras zoomórficas das cavernas paleolíticas, entendendo que «el carácter itifálico de algunas de esas pinturas, explica los meneos de los guirrios que dicen sensualidad» e que unhas e outros pretendían que os espritos ou os manes das tribus favorecesen a procreación de homes e animaes (7).

---

(1) MENÉNDEZ PIDAL: op. cit. págs. 28 e segts.

(2) CUVEIRO PIÑOL, Juan: *Diccionario gallego-castellano*, Barcelona, 1876. En boa parte da provinza de Lugo â cigarra chamam *carricanta*.

(3) RISCO: *Os cigarróns*, art. cit.

(4) SARMIENTO, Fray Martin: *Onomástico etimológico de la Lengua gallega*, pág. 254 da edizón de Tuy, 1923.

(5) URIA y RIU: *Sobre el origen de los Sidros, Zamarrones, etc.*, n.º 5 do «Bol. del C. de E. Asturianos».

(6) RISCO: *Os cigarróns*, cit.

(7) CABAL, op. cit., pág. 128.

Efectivamente, ja no paleolítico superior aparez comprobada a existencia de práticas de enmascaramento con pelicas e carantoñas imitando animaes nas pinturas e gravuras das covas e abrigos da Franza e da Hespaña (Mége, Lourdes, Marsoulas, Mas d'Azil, Combarelles, Gourdan, Rocamadour, Hornos de la Peña, Altamira, etc., e moi especialmente a figura zoomorfa de Trois Frères), que fan creer en ceremoniaes de índole mágica semellantes âs das sociedades primitivas actuaes, tratándose de representacións, ben de cazadores, ben de feiticeiros ou individuos de sociedades segredas revestidos dos ornamentos rituaes, con carantoñas e tocado singulares (1)

Prolónganse nas sucesivas etapas prehistóricas as danzas e as representacións con supervivencias totémicas que o arte das cerámicas numantinas, verbigracia,

Fig. 3.ª – Cigarrón visto de meio lado, ca carauta levantada e cigarrón visto de costas co cinto de chocas.

representou algunha vez, respondendo a prácticas de índole religiosa subsistentes antre os celtíberos, persistentes con mais ou menos intensidade durante a romanización, e que San Paciano, bispo de Barcelona, no séc. IV, según testemoio de San Jerome condenou no seu libro «Cerbos» ou «Kerbos» dirigido

(1) OBERMAIER, Hugo: *El hombre fósil*, págs. 139, 274 e outras.

contra os que costumaban hereticamente a se disfrazaren con máscaras de animaes (1).

A taes prácticas parecen responder as condenacións que conten o «Penitencial» do séc. XI escrito pra o Mosteiro de Silos contra os «qui in saltatione femineum habitum gestiunt et monstruose fingunt...»; as do moralista ingles Tomas de Cabhan cando dí, no séc. XIII, de certos homes que «transformant et transfigurant corpora sua per turpes saltus et per turpes gestus vel denudando se turpiter, vel induendo horribiles larvas» e as das constituciones egrejásticas que falan dos «monstrua larvarum» (2).

As «Partidas» do Rei Sabeo chama «enfamados» aos «facedores de los zaharrones» e no séc. XVI conta o doctor cordobes Rosal como en Zamora tiñan os *zagarrones* figura de diaño pol-o que o pobo lle chamaba *diablícalos* (3).

Nos homes actuales de vida primitiva os paralelos son en sumo grado intresantes. A máscara nos ritos das tribus indígenas americanas, africanas e oceánicas presenta inmensa variedade. Así, levan carantoña de madeira igoal que os cigarróns e pelicas de animaes nas danzas e festas pra cantar a canción enseñada polo-o totem, os indios Kuiatkiut do noroeste da América, arrodeando a a faciana de unha cabeleira formada de fíos da cortiza do cedro; os indios Peles Rojas na danza dos cabalos, co birrete de cornos que tanto os asemella â figura de Trois Frères, de época prehistórica; os indios Puebla no Arizona nas danzas da Aguia e o Búfalo; os indios Yaqui, mejicanos na do Venadito e as tribus brasileiras.

Na Africa, os negros do Camerón levan carauta de contas de vidro nas danzas da morte interpretadas nas suas sociedades segredas; os do Congo belga tamén usan de elas; na Nigeria Británica úsanas acompañadas de mitras bordadas de vidro e pérolas, semellantes âs dos cigarróns galegos; os da Costa de Marfin revístense de elas pra as danzas de sociedades segredas en que o oficiante vai sempre enmascarado e moitas de elas representan genios luares; ao igoal que no Costa de Ouro e, por fin en Gabón presentan carácter profiláctico.

Nas illas da Oceanía, os melanesios de Nova Irlanda fan máscaras imitando insectos e pajaros con cabeleiras e barbas vegetaes, presentando un carácter mixto terapéutico e adiviñatorio, fundado íste no movimento de insectos e outros individuos zoológicos; tamén as fan os melanesios de Nova Meklemburgo; e de cabazo confecciónanse nas illas Hawaï. Mais onde acadan importanza suma é antre os papúas de Nova Guinea que as fan de materiaes diversos, incluso de follas e de fentos reproducindo as mais das veces os rasgos de un ídolo representativo do esprito da tribu, outras a i-alma do cofrade, outras deuses e outras ainda,—de narís longo, de tipo caricaturesco—semella queren representar extrangeiros polinesios. Tal cantidade de máscaras interveñen nos ritos dos papúas de Nova Guinea que, ao igoal que os cigarróns, rematan por ser

(1) TARACENA AGUIRRE, Blas: *La cerámica ibérica de Numancia*, pág. 48, Madrid, 1924; ESPAÑA SAGRADA, XXIX, pág. 424.

(2) MENÉNDEZ PIDAL, op. cit. pág. 29.

(3) Cit. por MENÉNDEZ PIDAL, op. cit. pág. 27.

motivo de broma as carantoñas, pois «ja lanzados a ista ocupación por necesidades sociales os papúas acaban facéndoas por pura diversión» (1).

Nas illas Baleares consérvase a danza da felicidade de Moutuisi (Mallorca) na que o demo, que defende a un danzante vestido de muller, leva igoalmente carauta.

¡E basta! Dende os tempos prehistóricos, sen solucións de continuidade que abondarian pra encher as poboacións primitivas de hoje, podemos perseguir o verdadeiro carácter das nosas máscaras, que, baijo un aspecto de banalidade pasageira, poseídas de un lene tinte sacerdotal, son restos das sociedades tribales da Galiza prehistórica pra os que ainda conserva o pobo, fidel custodio da tradizón, acochado na subconsciencia, una lembranza esvaída de respeto e temor.

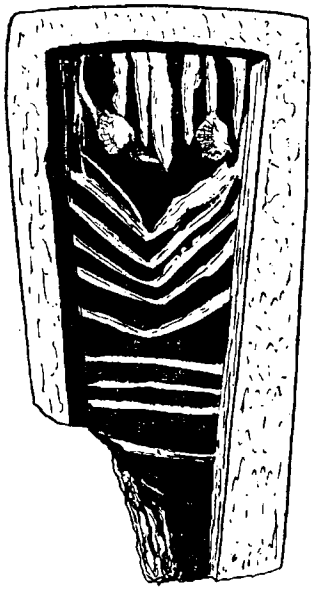
---

(1) Pra a bibliografía de istes pobos vide PIJOAN, José: *Summa Artis*, T.º I, Madrid—Barcelona, 1931, 1.ª ed. A obra gêral suscríbena COSSIO—PIJOAN.

Abbé H. Breuil
Prof. au Collège de France et à l'Institut de Paléontologie Humaine (Paris)

Moule à figurine humaine schématique de l'Oural

Il y a quelques années, à l'occasion d'une conférence scientifique que je donnais à Genève, j'eus l'occasion d'examiner le curieux objet figuré ci-contre entre les mains de M. Donici, collaborateur du Professeur Pittard. Ils m'autorisèrent, en vue d'une publication éventuelle, à en prendre un frottis et un croquis, et m'en adressèrent ultérieurement un moulage.



½ de la gr. nat.

Il s'agit d'un objet recueilli, avec plusieurs autres analogues, dans une localité inconnue de l'Oural.

C'est une valve peu épaisse de moule en pierre tendre que j'ai omis de noter, privée de l'une de ses extrémités. Elle est entaillée peu profondément d'un creux en forme de hache plate; mais la surface unie du fond de l'excavation porte des traits profondément incisés, représentant une figure humaine très simplifiée.

Au bout large, un certain nombre de traits longitudinaux paraissent figurer les cheveux, et celui du milieu, plus long, le nez. Des deux côtés de ce dernier, deux profondes cupules marquent les yeux.

Plus bas, cinq chevrons emboîtés ferment le bas du visage pointu et peuvent représenter un collier. Plus bas encore, quatre traits transversaux indiquent une ceinture.

L'ensemble présente une curieuse analogie superficielle avec certaines figurines énéolithiques en schiste du Portugal; mais tandis que celles-ci présentent au verso des érosions témoignant clairement de leur usage comme palettes à fard (1) et caractéristiques du broiement de celui-ci, nous n'avons ici qu'un moule à figurine asciforme de métal.

(1) E. Cartailhac, à propos de celles, bien plus simples et unies, des dolmens de l'Aveyron, les avait à juste titre comparées aux palettes prédynastiques égyptiennes.

Il est bien à regretter qu'aucune information n'ait pu être recueillie concernant leur point exact de provenance et leur association avec des objets datés.

En remerciant MM. Donici et Pittard de leur amicale autorisation, je publie cet objet aujourd'hui en Portugal, certain de la curiosité que soulèvera son analogie artistique avec des objets nationaux, bien qu'il provienne des frontières de l'Asie.

Juan Cabré Aguiló
Director del Museo Cerralbo (Madrid)
y
Maria de la Encarnación Cabré Herreros
Licenciada en Filosofía y Letras

La espada de antenas tipo Alcácer-do-Sal y su evolución en la necrópoli de La Osera, Chamartín de la Sierra, Avila

Procedentes de las excavaciones de 1874, realizadas por Estácio da Veiga en la necrópoli de Alcácer-do-Sal, existen en el Museo Etnológico de Belém dos espadas de antenas de hierro, de 49 y 47 centímetros respectivamente de longitud sin la vaina, que por las modalidades que ostentan, determinan un modelo específico en la tipología de las armas de la Época del Hierro de la Península ibérica y ante tal circunstancia y en conformidad con el uso y constumbre en los estudios científicos, que cuando se descubre una especie nueva, séa cualquiera la índole de investigaciónes, se la denomine con el nombre de la localidad en que primeramente se halló, proponemos que dicho tipo séa llamado de *Alcácer-do-Sal.*

Las características de dichas espadas són las siguientes, según se aprecia en las figuras 1 a 3: 1.ª y principal. — Empuñadura con el puño de sección octagonal, constituido por dos piezas gemelas, que se ensanchan por ambos extremos y pomo determinando dos antenas mediante tres discos superpuestos, siendo el central el mayor de ellos. 2.ª — Cruz casi recta, viselada la parte superior y afectando el perfil de los extremos la forma de una estilización de cara humana. 3.ª — Hoja de contornos casi paralelos hasta el tercio inferior, ostentando dos acanaladuras muy profundas y anchas, de sección semicircular y entre ellas, otras varias, de poca profundidad, pero de aristas vivas, semejantes a las dos laterales.

Una de las espadas de referencia, figura 2, tiene en la parte inferior de la cruz, para el juego con el brocal de la vaina, escotadura en forma de arco, de medio punto y la otra, figura 3, trapezoidal. De los dos casos, el que subsiste en la tipología de estas espadas es el primero y el segundo da lugar a una rama tipológica, de que trataremos y perdura o sirve de norma fija en todas las espadas de antenas de las demás séries de la Península ibérica.

En el gráfico de una de estas espadas publicado por Estácio da Veiga (1) aparece: parte de una vaina, con su brocal; un puente, curvado hacia el lado

(1) Estácio da Veiga: *Antiguidades monumentais do Algarve.* T. IV, lám. XXXIII-5.

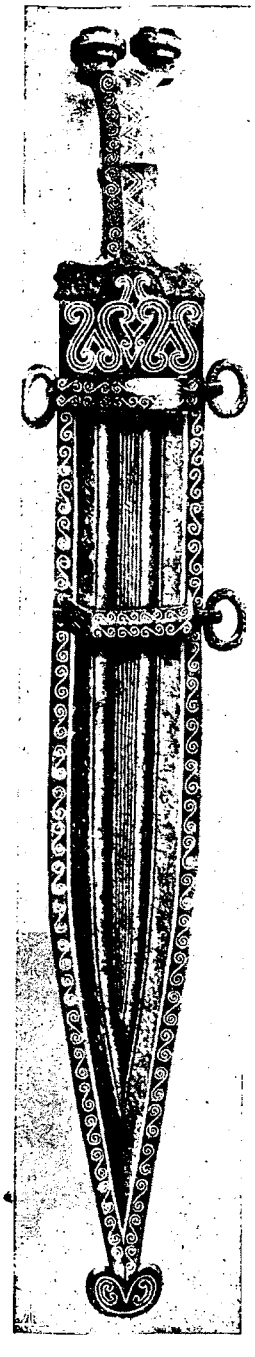


Fig. 1 — Ensayo de reconstrucción de la espada tipo Alcácer-do-Sal, según uno de los dos ejemplares de dicho modelo procedentes de la misma necrópoli, que existen en el Museo Etnológico de Belém.

(Dib. de M. de la E. Cabré).

derecho y con una anilla en el izquierdo; restos de las medias cañas laterales y otro puente, a la vez un poco curvado, no tanto como el anterior y con otra anilla en el extremo derecho y por fín, la terminación de la vaina con su contera. Sin este último detalle y de modo análogo la reprodujo después Alves Pereira (1).

Es probable y casi evidente, que los descritos restos de vaina proceden de las espadas de antenas del tipo que describimos, pero lo que no cabe duda alguna es que no són del ejemplar en que están montados. A todas luces han sido trastocados, probablemente por los obreros que los descubrieron y pertenecen a otra espada del citado Museo, que es la reproducida en las figuras 1 y 2 y deben montarse en la misma, conforme a nuestro ensayo de reconstrucción de dicha figura 1, pero viéndose la empuñadura del otro lado, el cual es realmente el anverso.

Ahora bien, como las dos abrazaderas de la vaina mencionada, en particular la superior se asemejan muchísimo a las de las espadas falcatas descubiertas en la misma necrópoli de Alcácer-do-Sal, según se comprueba por las últimas excavaciones efectuadas por nuestro buen amigo V. Correia (2) y a la vez a las de muchas falcatas de Almedinilla (Córdoba) y de otras localidades de España, hubo un momento que dudamos si las referidas abrazaderas serían de espadas falcatas, de cuyo descubrimiento en Alcácer-do-Sal se hizo eco Cartailhac en 1886 (3). Esta duda, iba tomando fuerza, a medida que hacíamos el estudio de la série de espadas de antenas, de tipo Alcácer-do-Sal, que habíamos descubierto el verano de 1932 en nuestras escavaciones oficiales de la necrópoli de La Osera, perteneciente al Castro de la Mesa de Miranda, Chamartín de la Sierra (Avila), en las cuales, sus vainas presentaban una organización muy distinta a las de Portugal. Pero al ver en la colección del anticuario de Madrid, D. Juan Lafora, una vaina de puñal, con el brocal y los puentes unidos por las medias cañas al estilo y modelo que en

(1) Alves Pereira: *Novo material para o estudo da estatuaria e architectura dos Castros do Alto-Minho.* O Archeologo Português T. XIII, 1908, pág. 224, fig. 19 a.

(2) *Uma conferência sôbre a Necrópole de Alcácer-do-Sal.* Coimbra, 1925.

(3) *Âges préhistoriques de l'Espagne et du Portugal.*

la espada del Museo Etnológico de Belém, y además que aparecía decorada con grabados que en su dia estuvieron damasquinados de plata y tal vez de cobre, del mismo espiritu artístico que las espadas de antenas de Alcácer-do-Sal, tuvimos que admitir de lleno, que dichos restos de vaina pertenecían absolutamente a la espada de la que hemos hecho el citado ensayo de reconstrucción de su forma total y decorado. Esas aclaraciones nos interesa extraordinariamente que consten, para afirmar de una manera absoluta la organización completa de la espada tipo Alcácer-do-Sal.

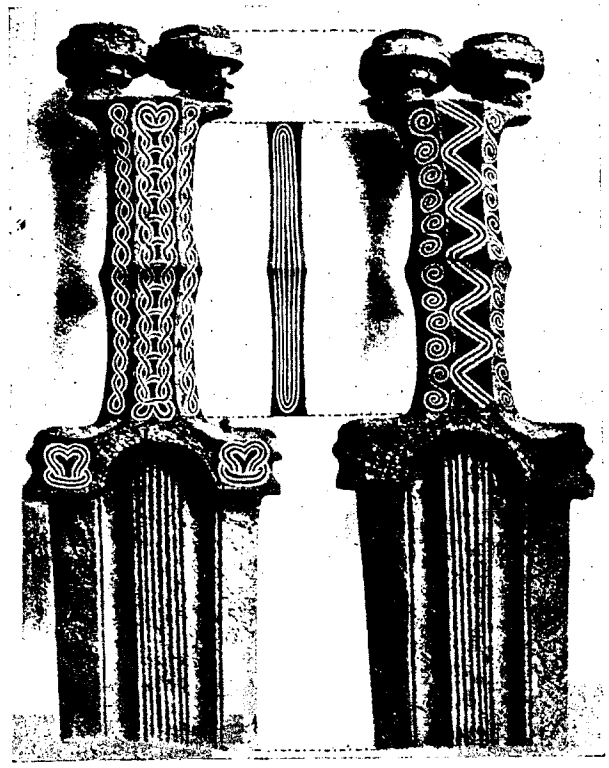


Fig. 2—Reconstrucción de los damasquinados en plata y cobre que ostentaba la empuñadura de la anterior espada.

(Dibujo sobre fotografía por M. de la E. Cabré).

En cuanto al damasquinado que ostentan los dos ejemplares que se conservan en el Museo de Belém, el primero de aludirlo someramente, que sepamos, fué Cartailhac con el siguiente párrafo: *Il y avait là des épées courbes avec poignées originales et fort artistiques, couvertes d'incrustations d'or et d'argent, comme certains de nos bijoux mérovingiens* (1).

Pero quien tuvo el acierto de determinar su estilo y establecer acertados paralelismos artísticos del puño y brocal de una de dichas espadas con insculturas de los Castros del Alto Miño, fué Alves Pereira en su artículo citado.

Nosotros contribuimos a dicho estudio aportando las reconstrucciones expuestas en las tres primeras figuras, en cuyas dos últimas se ve el conjunto de los damasquinados que aparecen en las ocho facetas de la empuñadura de las dos espadas. El motivo central inserto en ambos dibujos se repite de manera análoga respectivamente en los dos costados de cada ejemplar.

Apesar que en España desde hace unos veinte años se han intensificado los descubrimientos de espadas y puñales de la Época del Hierro, en virtud de las numerosas excavaciones que se han realizado en poblados y necrópolis debidas a la iniciativa particular, especialmente del Marqués de Cerralbo, como a la

(1) Cartailhac: *Op. cit.* pág. 252.

vez oficiales y de Entidades de provincias, no se había descubierto, hasta el verano último en nuestras aludidas excavaciones oficiales, una sola espada tipo puro de Alcácer-do-Sal y únicamente algunos puñales derivados de él, de los que citaremos en primer término el del Castro de Las Cogotas (1), el de Illora, publicado por el Marqués de Cerralbo (2), etc., etc.

Las referidas espadas de la necrópoli de La Osera, hasta la fecha son cinco, de las que exponemos en la figura 4 su evolución, determinada principalmente por la forma de las antenas de su empuñadura.

De las cinco, las que conservan todos los caracteres tipológicos del modelo genérico de Alcácer-do-Sal, salvo la organización de la vaina, son la del número 1 de dicha figura y otra gemela a ella que no reproducimos. Ambas, como las de los números 2 y 3 de la misma figura, tienen sus empuñaduras explendidamente damasquinadas de plata y cobre, ornamentando todas sus facetas, el anverso de la cruz, e id. de la vaina, cuyos motivos decorativos, en parte, coinciden con los de Alcácer-do-Sal y por otro lado, con los de las insculturas de Sabroso, Briteiros y otras localidades del Norte de Portugal y Galicia. No exponemos otros detalles ornamentales respecto a las mismas por no hacer mas extenso este artículo.

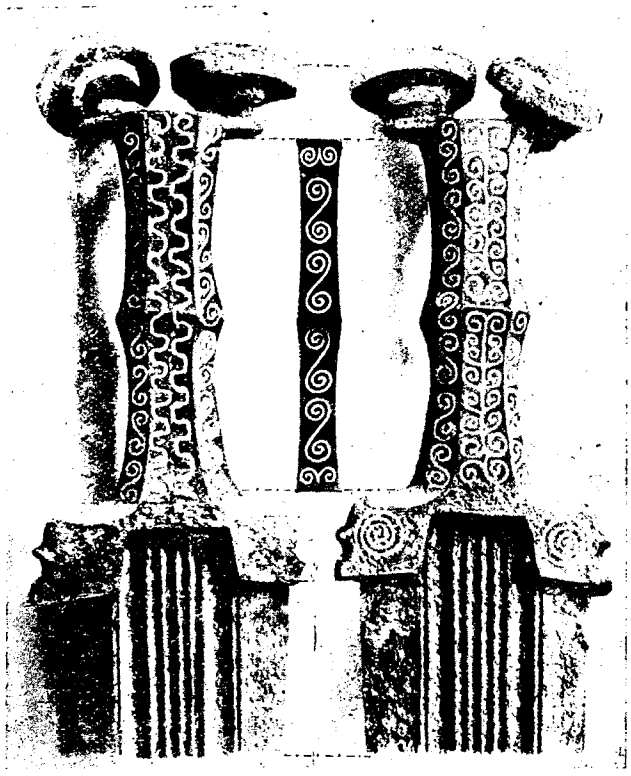


Fig. 3 — Reconstrucción de los damasquinados en plata de otra espada de Alcácer-do-Sal, tambien del Museo Etnológico de Belém.

(Dib. sobre fotografia por M. de la E. Cabré).

En el ejemplar núm. 2 de la fig. 4, el disco superior de la anterior fase se metamorfosea en una especie de cono truncado. En el núm. 3, el superior e inferior en medias esferas y por último en el núm. 4 los tres discos se han convertido en dos antenas completamente esféricas. En los cinco ejemplares, que como hemos vísto pertenecen a cuatro fases, se conserva íntegra la esencia tipo-

(1) Juan Cabré Aguiló: *Excavaciones de Las Cogotas, Cardeñosa (Avila).* I. *El Castro:* Mem. gral. 110 de la Junta Superior de Excavaciones y Antegüedades. Madrid 1930, lám. LXXII.

(2) Marqués de Cerralbo: *Las necrópolis ibéricas,* pág. 32, fig. 17.

lógica de sus ocho facetas en la empuñadura, la forma de la cruz, hoja y características acanaladuras, pero en esta evolución, el modelo padre se acorta en su longitud total y las dos facetas centrales de los costados de la empuñadura se estrechan.

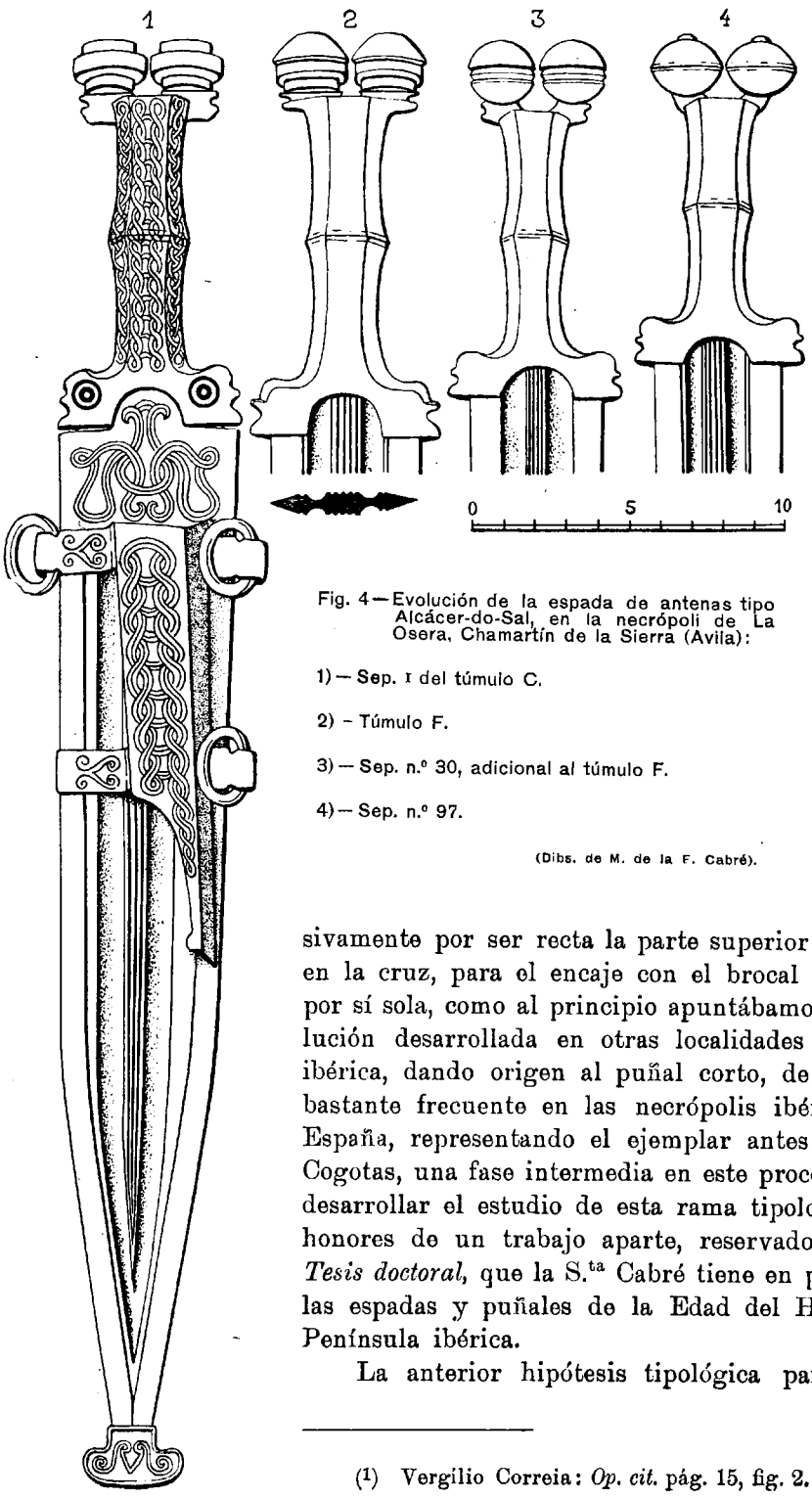


Fig. 4 — Evolución de la espada de antenas tipo Alcácer-do-Sal, en la necrópoli de La Osera, Chamartín de la Sierra (Avila):

1) — Sep. I del túmulo C.

2) - Túmulo F.

3) — Sep. n.º 30, adicional al túmulo F.

4) — Sep. n.º 97.

(Dibs. de M. de la F. Cabré).

El ejemplar de Alcácer-do-Sal, descubierto por Correia (1), podría incluirse quizá entre la segunda y tercera fase de la evolución de la necrópoli de La Osera.

Respecto a la variante (cuya empuñadura se reproduce en la figura 3), caracterizada exclusivamente por ser recta la parte superior de la escotadura en la cruz, para el encaje con el brocal de la vaina, ella por sí sola, como al principio apuntábamos, inicia una evolución desarrollada en otras localidades de la Península ibérica, dando origen al puñal corto, de hoja triangular, bastante frecuente en las necrópolis ibéricas del Sur de España, representando el ejemplar antes aludido de Las Cogotas, una fase intermedia en este proceso industrial. El desarrollar el estudio de esta rama tipológica requiere los honores de un trabajo aparte, reservado por ahora a la *Tesis doctoral*, que la S.ta Cabré tiene en preparación sobre las espadas y puñales de la Edad del Hierro en toda la Península ibérica.

La anterior hipótesis tipológica parece que va en

(1) Vergilio Correia: *Op. cit.* pág. 15, fig. 2.

acuerdo con la cronología provisional que nuestras propias excavaciones nos han dado. Por de pronto, las espadas más afines a las del modelo que podemos llamar clásico de Alcácer-do-Sal, se encontraron en el interior de los túmulos y la de la fase tercera en una sepultura adicional al túmulo del ejemplar de la fase segunda.

Otros argumentos podriamos aducir en pró de nuestra evolución, apoyados en la cronología de los objetos pertenecientes a los ajuares de esas espadas, pero nos abstenemos de exponerlos tambien por no rebasar los limites prudenciales de este trabajo.

En lo que atañe al modelo de la necrópoli de La Osera, se puede consultar el artículo que hemos publicado en Actas y Memorias de la Sociedad Española de Antropología (1) y respecto al túmulo en el que apareció el puñal núm. 2 de la fig. 4 hemos de manifestar que su área interna empedrada (2), era de forma cuadrilátera irregular, de unos seis metros de diámetro, en cuyo lado Norte tenía adosada la sepultura de guerrero de la espada número 3 de la misma figura, cuyo túmulo se encuentra en el ángulo superior izquierdo de la figura 19 del artículo últimamente citado.

En sínteses, la espada de antenas tipo Alcácer-do-Sal, si bien no existe, por ahora, ninguna probabilidad de que fuese una creación de las forjas de los moradores de aquella localidad, estamos plenamente convencidos, dado el espiritu artístico de sus damasquinados, que pertenece en absoluto a la cultura de los Castros del Norte de Portugal y Galicia, la cual florece artísticamente, con todo su explendor, en las insculturas de Briteiros y Sabroso, tan amorosa y cientificamente estudiados por el ilustre Martins Sarmento, y que tal espada debió ser, hacia el siglo IV antes de *J. C.*, el arma creación de dicha cultura, adóptada por los *Saefes* y *Cempsis* y seguramente de importación en los castros *vettones* excavados por nosotros en la provincia de Avila, en los tiempos que mediaron entre la espada y puñal de empuñadura de bronce, del modelo descubierto en Santa Tecla, perteneciente a la tipología del de Couboira y el puñal que llamamos de Monte Bernorio-Miraveche (3), con cuatro discos en la contera de la vaina, cuyo último modelo, tambien con damasquinados de cobre y plata, de estilo artístico similar al de los grabados de los castros portugueses y españoles, aparece asociado en la necrópoli de La Osera, con espadas típicas de La Téne I (4).

---

(1) Juan Cabré Aguiló, Antonio Molinero Perez y Maria de la Encarnación Cabré: *La Necrópoli de La Osera.* T. XI, 1932.

(2) Debemos advertir, que el tipo de sepulturas que llamamos túmulos, en la necrópoli de La Osera, Chamartín (Avila), solo conservan intactas, en la actualidad, el área interna empedrada, pero suponemos que los pequeños montículos de tierra que las recubririan debieron allanarse, parte por los arrastres pluviales, parte por las roturaciones agrícolas posteriores.

(3) J. Cabré: *Tipología del puñal en la cultura de «Las Cogotas».* Archivo Español de Arte y Arqueología. Madrid, 1931. Láms. I a IX.

(4) J. Cabré Aguiló y M. de la E. Cabré Herreros: *Datos para la cronología del puñal de la cultura de «Las Cogotas».* Arch. Esp. de Arte y Arqu. Madrid, 1933.

Dr. Joaquim de Carvalho
Prof. da Fac. de Letras da Universidade de Coimbra

Sôbre a autenticidade dos sermões de Fr. João Xira

¿São autênticos os sermões de Fr. João Xira insertos na *Crónica da Tomada de Ceuta,* de Gomes Eanes de Azurara?

Cremos que o problema nunca foi formulado e ao estabelecê-lo pretendemos tão sòmente fornecer uma achega para a sua solução e para o estudo dos processos literários do retórico cronista. O nome de Fr. João Xira foi, segundo pensamos, ignorado até 1644.

Neste ano, o impressor régio António Álvares publicou na sua oficina a *Chronica del Rey D. João I de Boa Memoria e dos reys de Portugal o decimo,* a qual compreende três partes: as duas primeiras de Fernão Lopes e a terceira de Gomes Eanes de Azurara. O louvável intento não foi servido pelo rigor objectivo, porque, como já acentuou Braamcamp Freire (1), abundam nesta edição os erros de cópia, as omissões e transposições de trechos. Apesar, porém, de tão graves defeitos, não deve esquecer-se que António Álvares foi o primeiro editor de Fernão Lopes e que a sua edição revelou uma multidão de factos até então despercebidos ou ignorados. Pelo que ao nosso tema respeita, os cap. 51 e 95 da III parte continham respectivamente um *Sermão do Padre Frey João Xira,* prègado em Lagos, por ordem do D. João I, a fim de revelar o objectivo da expedição, até então secreto, o qual era a conquista de Ceuta, e de exortar os ânimos à peleja contra o Mouro, e um outro sermão do mesmo prègador, proferido em Ceuta após a conquista.

Azurara dava ao leitor a sensação da fidelidade e da transcrição literal, e porque assim aparecia a obra de um prègador até então desconhecido, compreende-se que poucos anos volvidos sôbre a edição de Álvares, Fr. Manuel da Esperança, em 1666, na segunda parte da *História Seráfica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Província de Portugal* (Lisboa, 1666), aproveitasse pela primeira vez os dados fornecidos pelo cronista, aos quais juntou os de algumas escrituras existentes no Arquivo de Santa Clara do Pôrto, para elaborar uma biografia de Fr. João Xira.

---

(1) Vide *Primeira parte da Crónica de D. João I* por Fernão Lopes, (Lisboa, 1915), p. XXI.

Desde então o nome do confessor de D. João I figurou na história da parenética portuguesa. O sábio Fr. Manuel do Cenáculo Vilasboas apresenta-no-lo como um dos «Prègadores de estimação» no século XV [1], e o Dr. Fortunato de Almeida não se esqueceu de o incluir na sua *História da Igreja em Portugal* (T. II, Coimbra, 1912).

Há no relato de Azurara dois problemas diversos: o da exactidão histórica dos factos, e o da fidelidade literal dos sermões de Fr. João Xira. Atentemos apenas no segundo.

Quem lê o cronista tem a impressão de estar ouvindo o orador. Corresponderá, porém, a impressão à realidade? ¿Foi o cronista objectivo e fiel, ou pelo contrário não pôde furtar-se à sedução retórica, compondo, alterando ou retocando os sermões de Fr. João Xira?

Este pequeno problema, que é um aspecto do tema ainda inexplorado dos processos de redacção de Azurara, tem, quanto a nós, uma resposta decisiva quanto ao texto do sermão prègado em Ceuta após a conquista da cidade. Prova-o o seguinte cotejo do texto do sermão segundo Azurara e os lugares paralelos da *Virtuosa Bemfeitoria:*

.... «E ajmda comtemplamdo açerqua dello, acho que des o fumdamento desta çidade teue o nosso Senhor Deos hordenado de seer aqui posta a cabeça da igreia de toda a terra dAffrica. porque per duas guisas sse comtem em o nome desta çidade a uerdadeyra essencia do nosso Senhor Deos. A primeira em quamto o seu nome comtem em ssy tres sillabas, que rrepresemtam como nosso Senhor Deos em perssoall ternario he sua essemçia em rroda escripta (*). cujo çemtro segumdo diz Hermes, he em todo lugar, a circumferemçia nom he em alguũ. E porem som tres ternarios em geerall uniuersidade do mundo, compridos de todo en çircullaçom. Ho profumdo fillosofall theologo gramde Alberto sobre o primeiro capitullo da çelestriall gerarchia poõe tres graaos demtemdimento, per que sse ha de conheçer Deos. A segumda maneira he.....».	«Deus em sy meesmo com eternal ordenança em persoal ternario sem desigualeza, he sua essençia em Roda sferica, cuio centro segundo diz hermes, he em todo logar per modo Infyndo, e a circonferença nom he em alguũ... ..... Saybhamos que som tres ternarios, em a geeral uniuersydade do mundo, comprydos de todo em çirculaçom. .... E por esto o profundo philosophal theologo alberto, sobre o primeyro capitullo da çelestial iherarchia, poem tres graaos do entendimento per que sse ha em conhecer deus».
Chronica da tomada de Cepta, ed. Esteves Pereira, (1915), cap. 96, p. 255.	*Trauctado da Uirtuosa Benfeyturia*, ed. J. Pereira de Sampaio, (Porto, 1910), p. 297.

(*) Lapso evidente do copista.

(1) Vide *Memorias historicas do ministerio do pulpito por hum religioso da Ordem Terceira de S. Francisco*, Lisboa, 1776, p. 101-2.

Dêste paralelo pode concluir-se:

1.º) — que no sermão de Fr. João Xira há períodos plagiados do *Tratado da Virtuosa Bemfeitoria*, os quais devem atribuir-se a Azurara, já porque em 1415, ano da conquista de Ceuta, o Infante D. Pedro não havia começado ainda a primeira redacção da *Virtuosa Bemfeitoria*, que foi escrita em 1418, já porque o cronista, além da *Cronica da tomada de Cepta*, aproveitou a famosa imagem do círculo, falsamente atribuída a Hermes (1), na *Chronica da Conquista de Guiné* (cap. 74) e na *Chronica do Conde D. Pedro de Meneses* (p. I, cap. II);

2.º) — é legítimo supor que sôbre a base de apontamentos dos sermões de Fr. João Xira, Azurara redigiu os textos, nos quais hoje é difícil, senão impossível, descriminar a parte original e primitiva do confessor de D. João I.

---

(1) Tratamos com algum desenvolvimento desta comparação, celebrizada por Pascal, no artigo *A erudição de Gomes Eanes de Zurara*, in *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, vol. VI, p. 194 e segs.

Luís Chaves
Conservador do Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcellos (Lisboa)

Notas etnográficas colhidas na obra de Martins Sarmento

A minha participação na homenagem a prestar a Martins Sarmento deveria ser e queria eu que fôsse digna dêle. Na impossibilidade de poder com ela corresponder à grandeza da obra do homenageado, que foi um homem, pelo qual tenho a estima e admiração merecidas ao trabalho e à inteligência e, pode dizer-se, à previsão genial de um precursor, limito-me na minha pouquidade a salientar do meu canhenho algumas notas etnográficas, colhidas pelas suas cartas e outros escritos. Cada um dá o que tem, e a mais não é obrigado quem dá o que pode; e, vamos com Deus, que é dado de boa vontade.

Estas notas serão prova de labor scientífico e de interêsse investigatório em homem de sciência e em investigador, como foi Martins Sarmento, para que sirvam de lição e convencimento aos que recusam à etnografia valor scientífico, função de investigação e elemento histórico.

A etnografia é precioso rasto da arqueologia. Serviu de sobra ao sábio arqueólogo da Citânia, como serve a todos os pesquisadores de arqueologia, história, etnologia, a todos os estudiosos de sciências jurídicas e sociais; e, porque a etnografia servirá a própria etnografia, — a arquetnografia à neo-etnografia, — ela se completa a si também, num conjunto definido.

*

Anda na psicologia popular a tradição viva dos tesouros escondidos. Os *roteiros de tesouros* facultam elementos arqueológicos de pesquisa. A grande número de monumentos, e, pondo de parte alguma limitação por circunstância fortuita ou minguado empenho scientífico, até pode dizer-se que a todos os monumentos de arqueologia, encontrados antes de firmamento dos modernos métodos, foram guia fecunda as lendas e atribuïções de maravilha errantes na bôca do povo. Assim sucedeu a Martins Sarmento. Porquê?

Porquê! Êle o confirma nos apontamentos que fêz *A Proposito dos « Roteiros de Thesouros »*, na « Revista de Guimarães » (vol. v, Ano de 1888, págs. 5-11):

« Nem a crença popular nos mysteriosos thesouros é infundada, como muita « gente suppõe, nem foi á tôa que taes e taes logares adquiriram a reputação, que « hoje têm. Os celebres « roteiros » de thesouros fornecem elementos bastantes « para resolver satisfatoriamente estas e outras questões, de mais interesse do « que parece para os investigadores da antiguidade, e é por isso que vamos dizer « algumas palavras a respeito do « Roteiro do D. Felix », na certeza de que todos « os documentos da mesma especie obedecem a uma mesmissima inspiração ».

Para esclarecimento, o título dêste roteiro é por completo: *Roteiro dos Thesouros, que deixarão os Mouros, tirado d'um livro dos proprios thesouros, que mandou fazer D. Felix, Rei Mouro.*

Para êste roteiro são jazigos de tesouros:

Castros, castelos, citânias, cividades, cidades, cidais, cidadelhas, cidadonhas...

Fontes, as « fontes dos tesouros », como a da Citânia, « fontes dos Mouros » ou « Mouras »...

Penedos com sinais, os discutidos petróglifos, onde o povo sói, por interpretação imaginativa muito sua, ver o Sol, a Lua, as estrêlas, em Sabroso, na Citânia, na Sáia, ou « certãs », em Santa Tecla, ou « gatos », no Castro-de-Santagões e no Castelo-de-Casais (Vila-de-Conde), ou «almotolias», no Boquinho, em S. Mamede-de-Aldão (Guimarães), ou « estribos », em Santa Tecla, ou «ferraduras» de cavalo, em Briteiros, etc.

Mesquitas ou « *igrejas dos Mouros* » ou restos de antas; ora ruínas de templos pagãos, ora lugares de culto dos mortos, ora ainda capelas cristãs sôbre ruínas de templos antigos, como parece ser a de S. Cristóvão, castro abandonado, cêrca-de S. Julião-do-Freixo.

Recintos com « marcos fincados » ou seja, limitados por pedras ao alto, fincadas no chão, quatro, cinco ou mais: interpreta-as, lògicamente e de concordância com os outros monumentos, por antas ou dólmenes, desprovidas da mesa horizontal, que as cobria, e desprovidas já anteriormente da sua mamôa.

Madorras e *mamôas* de forma sugestiva, que o segundo nome invoca, bem como o deminutivo *mamoinha* ou *mamonha* e *mamunha,* amanhadas sôbre antas e antelas, — « altares de mouros », etc.

Covas cobertas por pedras, para Martins Sarmento as antelas, cobertas de pedras atravessadas.

Caixões forrados de tejolo, como as sepulturas romanas dêste género.

Caixões em penedos e *pias*, que não eram senão sepulturas abertas em penedos, como o «penedo do caixão» de Cerzedelo (Guimarães) e, de-certo em boa interpretação toponímica, o nome de freguesias nos concelhos de Ponte-de-Lima, Guimarães, Felgueiras, Amarante, Monção e Lousada em terras do Entre-Douro-e-Minho, Ferreira-de-Zézere, na Estremadura, e Mourão, no Alentejo.

É sabido de quantos conhecem a nossa etnografia, que todos estes monumentos que a tradição não perdeu, são atribuídos a obra de Mouros. O povo conhecido, a que tôdas as ruínas e todos os rastos se ligam, é a mourama. Velhos ódios de raça e de religião, não obliterados pelo tempo, embora inertes na sua estratigrafia mental, transmitiram e criaram, quando não transmitiram, lendas e atribuïções de disparatadas índoles. Tão de-pressa o mourão tremendo como a mourinha encantada, e ¡quantas vezes aquele a guardar que se não acabe o encantamento poético desta!

Andam tesouros escondidos em penedos, como nos do Tambor, do Escrivão, do Sino, dos Quartos, na vertente ocidental do mente da Penha; muitos e muitos dêles são «penedos dos Mouros» ou «penedos das Mouras». Os ciprianistas tem grande predilecção por estes monumentos etnográficos, e assim é porque, ou nas grutas que formam e cobrem e limitam, ou nas sepulturas nêles abertas, correm notícias de aparecerem argolas de oiro, sardões, dobadouras, etc., do mesmo apetecido e vil metal. No penedo do Escrivão, que é rocha encantada, e a ninguém é dado parti-la, diz Martins Sarmento estar cravado um pedaço de broca de ciprianista que o tentou fender e desvendar no seu mistério sagrado.

Na topografia etnográfica é bem curioso seguir o roteiro dêsses penedos: *Penedos que falam, Penedos que cantam,* onde Mouros ou Mouras cantam ou falam, pelo eco mais ao menos claro que nêles formam as conversas, os cantos, ou os ruídos de visitantes e convizinhantes, como a ressonância do vento nas concavidades e interstícios da rocha; «*Pedras das Mouras*», e derivadamente: «lapas dos Mouros», ou «lapas das Mouras», «casas das Mouras» (grutas, lapas, em rochedos, como mamôas, por exemplo em Ervosa, de Santo-Tirso), «castelos de Mouros», «redutos de Mouros», etc.

Estas toponímias bélicas concordam com a tradição guerreira do povo a que são atribuídas, e ao qual a ferro e fogo foi conquistada a terra; outras funções militares são dadas a monumentos desta mesma espécie, onde a arqueologia e a etnografia coincidem: em pias abertas junto das muralhas de Guimarães, nos rochedos que as firmam e auxiliaram na defesa, iam os Mouros levar os cavalos a beber, — *bebedouros;* diz a lenda local que estas muralhas de Guimarães foram construídas de fábrica moura, com pedras transportadas à cabeça de Mouras, que pelo caminho da faina iam fiando a sua rocada; e é corrente ouvir que a «pedra formosa» fôra levada do alto da Citânia para o adro de Santo-Estêvão de Briteiros, à cabeça de Moura fiandeira; e, porque cronològicamente o facto se deu há pouco mais de um século, embora para o povo as distâncias em tempo sejam similhantes às distâncias em espaço, e assim um século seja um rôr de tempo sem memória, a Moura que tal trabalheira teve, era uma das muitas «Mouras Encantadas», que por aquelas regiões ficaram a guardar ocultas rique-

zas, até à libertação pelo regresso dos seus irmãos em religião e raça. Pois, se os Mouros da Citânia (é lógico: a Citânia, cidade velha, abandonada, ter sido dos Mouros) foram de lá expulsos, vindo os últimos fugitivos a acabar numa veiga das Caldas-das-Taipas.

Narra Martins Sarmento que a façanha era atribuída aos Romões. Pregunta então se S. Romão teria alguma coisa com a expulsão dos Mouros (« Revista de Guimarães », xx, 12). ¿Não será influência erudita, local ou pessoal do informador? Primitivamente é legítimo supor tradição de Romanos, Romãos; no entanto, parece mais certo ver a derivação de Roma, não como de pagãos, mas de religião romana, romã, e então Romão o que tem religião [católica] romana ou romã, derivada mais próxima de « Roma ». Assim, a ser assim, os Romãos, expulsadores dos Mouros, eram històricamente os Cristãos, e S. Romão o nome de heròicização popular de um Santo protector contra Mouros. Quão grande era o perigo, mostra-o a interpretação popular de todos os restos arqueológicos; os Mouros da montanha de Santa-Catarina eram rivais dos que habitavam o Castro-de-Polvoreira (Penha), e houve um dia grande guerrear entre ambos estes povoados inimigos; ainda nos penedos da Penha se vêem, como nos montões de pedras, os projécteis ou seus sinais. Cêrca do môrro, onde foi construído o velho mosteiro de S. Torquato, houve no Arnado uma grande batalha de Mouros, isto para explicar a existência de vestígios abundantes de ruínas remotas.

É certo que a estas ligações mouriscas vieram sobrepor-se mais, umas de origem pagã (como as « pègadas de bruxas », em penedos) ou vaga (como a « lapa da mulher », no monte de S. Pedro, junto de Guimarães, ou o « penedo da Velha », pelos mesmos sítios), outras de clara origem cristã (as « pègadas da jumenta » de Nossa Senhora, num rochedo do Monte-da-Senhora, o « penedo da Senhora », junto-da ponte de S. João-de-Ponte, sôbre o Ave, o « penedinho de S. Gonçalo », o « penedo das almas », na frèguesia de Ronfe, onde as almas se vinham juntar). Até a « cadeira do Diabo » é penedo cheio de riquezas grossas, em Gondomar. Há outros documentos de cristianização destas velharias pagãs: cruzeiros, sôbre penedos, como o do monte de Santo-António, na frèguesia de Pinheiro (Penha) sôbre o « penedo da Custódia »; capelas nos altos, algumas sôbre templos ou ruínas pagãs, até no meio de castros; na Lapinha, frèguesia de Calvos, parte de um penedo ficou embutida num dos ângulos da capela, talvez para maior consagração do aparecimento da Senhora no penedo; imagens que aparecem, « padrões » que são cruzeiros como o da « cidade de Pedrauca », em Cerzedelo.

*

Como explicou Martins Sarmento estes factos?

1.º — Havia já a crença misteriosa dos tesouros escondidos, antes da invasão dos Árabes. Os cristãos atribuíam as ruínas de Castros, as fontes endemoninhadas, as sepulturas herèticamente abertas no descampado, a obra de pagãos, « uma raça de gente, que as gerações christãs se tinham acostumado a considerar como estranha e odiosa, renegando sem o saber a sua legitima ascendencia ». ¿Que admira, se a religião triunfante condenava o paganismo vencido e as suas práticas?

2.º — Vieram os Árabes, — os Mouros, com a guerra, com a sua religião não cristã, odiosa para os Cristãos, que dêles receberam não pequenas nem ocultas perseguições raivosas; na tradição ficaram ligados aos povos pagãos que o Cristianismo venceu, e documentos antigos lhes chamam igualmente pagãos; como, então, eram estes mais recentes na sua acção, foram amalgamados uns e outros, todos que a religião apontava por inimigos do Verbo, na mesma designativa de Mouros, os muçulmanos, inimigos e conquistadores, da Mouraria, Mourama — a Mauritânia, pátria de Mouros. Acrescia que a guerra de reconquista, para formação das monarquias cristãs da Península, era feita contra essa mesma raça. O ódio guerreiro, os malefícios da guerra, que a religião e submissão militar e política justificavam, aumentavam a esfera de actividade psicológica e adensavam o ambiente social em que as populações viviam. E tudo que restava do passado não cristão, tudo que revelasse quaisquer possíveis e acreditadas relações de influência com os povos vencidos, era atribuído aos Mouros. Se sob os estratos de uma época ficam os das antecedentes que nas almas perduram, o Cristianismo desviou para invocações suas a crença, a lenda, a superstição de aura pagã.

E aí está como os «roteiros de tesouros» feitos pelo rasto dos vestígios e das ruínas reais ou supostas, prestam óptimo serviço à sciência. Siga-se o trabalho de Martins Sarmento nos *Materiaes para a archeologia do concelho de Guimarães,* na «Revista de Guimarães», na sua revista, onde estas notas foram colhidas, — catadas, diria o nosso povo, — e verificar-se-á quanto a etnografia guiou o sábio e persistente pesquisador vimaranense.

Florentino Lopes Cuevillas
Presidente da Seicion de Prehistoria do Seminario de Estudos Galegos

A área xeografica da cultura norte dos castros

Un dos problemas mais intresantes que pranteia o estudo da cultura dos castros de noroeste peninsuar, é sen dubida o da delimitacion do seu ambito xeografico. Non pretendemos, de certo, resolver agora tal problema, se non ordear sinxelamente os nosos coñecimentos, tirando de iles resultados que por forza han ostentar, en grande parte, un caracter por compreto provisorio.

De ser atinada a interpretacion que Bosch Gimpera da ôs versos 195 a 198 da *Ora Maritima* (1) teriamos no periplo, fonte de Avieno o primeiro indício de unha diversidade etnica que serviria pra xustificar diferenzas e coneisións culturaes. Seguindo aquela interpretacion precisariase admitir que no seculo VI denantes de Xesucristo, unha tribu celtiga, a dos Cempsos, habitaba no centro de Portugal e que outra tribu, igoalmente celtiga, a dos Sefes, vivia nas terras comprendidas entre a divisoria do Mondego e do Douro e mais o Cantabrico namentras que unha xente de caste distinta e de filiacion ligur, a dos Draganos, ocuparia o pais que mais tarde pertesceu ôs Astures trasmontanos, vindose determiñar de iste xeito unha fronteira etnica ô leste da actual Galicia e unha zona gris na raia dos Cempsos e dos Sefes, que por causa da sua identidade de orixe presentarian maiores semellanzas nas variadas manifestacions da sua cultura.

Istes puntos de vista do profesor catalan parecen afirmarse pol-os testemuños dos autores gregos que primeiramente recolleran a vision das terras descobertas durante as guerras viriaticas e a expedición de Decimo Iunio Bruto, autores que non fan distincion entre Lusitanos e Galecos e que en troques estabrecena entre Galecos e Astures.

Pra Estrabo, que aproveita informes de Polibio e de Posidonio, a Lusitania abranguia dende o Texo a beiramar cantabrica (2), e unha das *gens* que n-ela habitaba, a dos Calaicos, dera nome as mais das tribus lusitanicas (3). Pol-o

(1) Vex. Bosch-Gimpera, *Los celtas y la civilización celtica en la Peninsula Iberica*, pax., 41 e *Ensayo de una reconstrucción de la Etnologia prehistorica de la Peninsula Iberica*, pax., 76 e seguits.

(2) III, 2, 1.

(3) III, 3, 2.

contrario os Astures, apesares de que o mesmo que os Cantabros e os Vascóns levaban unha vida que se imitaba en rudeza a de aquelas tribus (1), son nomeados aparte e como algo que ficaba dende logo fora dos terminos da Lusitania (2).

A estensión de iste pais deica a beiramar dos Artabros achase ainda eispresada en Diodoro, ou millor en Posidonio, que n-iste caso é a sua fonte, ô afirmar (3) que *hai moitas minas de estaño mais arriba da Lusitania, nas illas situadas frente a Iberia, no Oceano, que por isto se chaman Casiterides,* notiza coincidente ca que nos fornece Estrabo (4) cando coloca aquelas illas ô norte do porto dos Artabros.

E indudabele tamen que Lusitanos e Galecos loitaron xuntos contra os romanos como partes integrantes de un mesmo pobo. Orosio (5) afirma que as xentes do norte do Douro pasaran o rio en ausilio dos seus viciños e que ista foi a causa da espedicion de Bruto, sendo ben fixarse ainda en que o mesmo a incursión galeca de Publio Licinio Craso que a de Cesar emprenderonse após de campañas victoriosas contra os Lusitanos dando a sensación de teren sido proieitadas co obxeto de domear as derradeiras resistenzas de un pais que obedecia a identicas reaicións e a analogos estimulos.

A Lusitania e a Galecia non aparecen afastadas pol-o rio Douro, do xeito que as atopamos en Plinio (6), até despois das novas divisions provinciaes levadas a cabo por Agripa no ano 27 denantes de Xesucristo e por Augusto vinte anos mais tarde (7), que escindiron a Lusitania da Hispania ulterior. Mais tal afastamento, do que hai indicios xa no abreviador de Trogo Pompeio (8) non obedeceu a un imperativo etnico se non a causas politicas, impostas probabelmente pol-a guerra cantabra, e a lembranza da vella unidade quedou ainda viva.

Nos versos de un poeta, que en ocasions non respetou moito a verdade historica, mais que coñecia con detalle ôs pobos peninsuares, na *Punica* de Silio Italico (9), os Galecos e os Lusitanos xuntanse pra combatiren no exercito de Anibal baixo o comando de Viriato, o seu heroe nacional, que apesares de aparecer eiqui con evidente anacronismo, serve de indicador fiei da identidade das tribus do norte e do sul do Douro.

I-é dino de notarense asimesmo que Silio considera ôs Astures como un pobo distinto dandolles por pai a Astyr, o escudeiro de Memnon, e por xefe a Erdo, *cazador infantigabele que percorre os cumes do Pireneu* (10) e que a mais de mencioar as areas auriferas do Lethes fala do ouro que arrinca da terra o *avaro habitante das Asturias* (11).

Ten ista difrenciacion un abultado valor siñificativo porque a politica romana que desprendera a Galecia do solar lusitanico semella que se ourentaba

---

(1) III, 3, 7.
(2) III, 3, 7.
(3) Schulten-Bosch. *Fontes Hispaniae Antiquae*, Fasc., II, paxs., 167 e 246.
(4) III, 5, 2.
(5) *Adversus paganos*, V, 5.
(6) IV, 34 e 35.
(7) Schulten. *Hispania*, pax., 119.
(8) Justino, Libr., XLIV, 3.
(9) Libr., III.
(10) Libr., III.

no senso de aproisimala as Asturias. Creouse en efecto primeiro un legado pra *Asturia et Callaecia*, que dependia do gobernador da Tarraconense e mais adiante, no ano de 216, costituise cos conventos xuridicos de *Bracara*, *Lucus* e *Astuaica* a provincia da *Hispania Nova Citerior Antoniana* que chamandose xa *Gallecia* susistiu após da reforma de Diocleciano, incorporada a diocesis hispanica.

Mais iste nome de Galecia o mesmo que o de Galecos reservouse no uso corrente pra desiñar tan soio o territorio e as xentes dos conventos de Braga e Lugo, recibindo en cambio o pais e os pobos que pertescian a xurisdición de Astorga as denomiñacions de Asturia e de Astures.

Floro cita n-un lugar do seu *Epitome* ôs Lusitanos e Celtas e a todol-os pobos da Galecia (1) e n-otro ôs Astures (2). Plinio di que o rio Douro facia o limite entre os Vetóns e a Asturia i-entre os Galecos e a Lusitania (3), afirmando mais adiante que os cabalos thieldons e asturcons criabanse na Galecia e nas Asturias (4) e informando asimesmo sobre a procedencia do ouro peninsuar, que saia da Lusitania, da Galecia e sobre todo da Asturia (5) e somente n-unha ocasion cando coloca a *civitate* dos Zoelas dentro dos terminos da Galecia, estende tal nome deica abranguer un territorio dependente da xurisdición de Asturica (6). Mela asegura que toda a costa dende o Douro até os Artabros estaba ocupada por celtigos e que despois comenzaban os Astures ôs que xa non se otorga ningun calificativo etnico (7). Marcial fala das Asturias auriferas (8) e cando alude ô ouro galeco non esquece decir que é o astur quen o arrinca da terra (9) e por cabo o mesmo no Anonimo de Revena que no monxe Beato, que recollen serodios a tradición do mapa mundi romano, a Galecia e a Asturia aparecen separadas baixo a desiñación dos seus nomes propios (10).

Abonda ca mencion de istes datos pra comprender que pros autores clasicos anteriores a Augusto a Lusitania e mais a Galecia integraban un sô corpo, que unicamente pol-as eisixencias da adminastracion imperial achase despois dividido en dous trozos, e que pol-o contrario a Asturia foi sempre considerada como un pais aparte de aquiles e que conservou apesares da sua union politica cas rexións enxebremente galecas unha persoalidade ben definida.

Mais o mesmo ista persoalidade que aquela antiga identificación refrexase, fora xa das fontes literarias, nos documentos epigraficos.

Os dous conventos de Braga e Lugo, embora a flebeza da sua densidade en inscripcións latinas, contan c-unha cantidade tan considerabele de nomes diviños de tipo indixena, que non ten cotexo en ningun outro pais peninsuar. Corresponden os mais de istes nomes a deuses topicos ou xentilicios, que pol-a

(1) II, 17.
(2) IV, 12.
(3) IV, 34.
(4) VIII, 67.
(5) XXX, III, 21.
(6) XIX, 2.
(7) III, 1.
(8) XIV, 199.
(9) X, 16.
(10) Vex. Schulten. *Hispania*, paxs., 23 a 25.

sua mesma natureza e pol-a limitación da área do seu culto, non alcanzaron grande inzamento, sendo pol-o xeral singulares os epigrafes a iles referentes. Mais é de notar que en canto aparece algun numen que pol-o localismo e multipricidade das adicacións amostra ter un caracter que poderiamos calificar de pan galeco, iste numen penetra na Lusitania e sô raras veces atopase no convento de Asturica, onde apenas se insinua na raia fronteiriza.

Tal ocurre ca deusa *Navia* rexistrada en duas ocasions en lugares incertos da Galicia (1), en Nocelo da Pena (2), en San Xohan de Camba (3), en Baltar (4) i-en São João Baptista de Pedregão Pequeno (5) e que ven alcontrarse tamen en Alcantara (6) e identico fenomeno dase con *Bandua* representado en adicacións de Codesás (7), Mixós (8), Eiras (9), Braganza (10) e Ribeira da Pena (11) e que se estende por Lusitania deica Esmolfe (12), Brozas (13), La Mezquitilla (14) e Ciudad Rodrigo (15).

No onomastico persoal autoctono que a epigrafia latina nos foi restituindo non se percibe con craridade un feito paralelo o que observamos cas divindades indixenas, sendo normal en todo o cadrante noroeste da Peninsua unha estensión dos nomes peculiares das zonas montesias do norte cara as rexions do sul, estensión que inza a Lusitania e ainda salfire o val do Betis, de donomiñacións persoaes tipicas da Cantabria, da Asturia e da Galecia. Mais nin iste movimento emigratorio, posterior dende logo a conquista romana, nin a atraicion dos centros urbáns creados pol-os conquistadores, que congregaban, coma ocurre agora cas grandes cidades, xentes de moi distinto orixe, foron causa de abondo pra que o onomastico da Galecia apareza unificado co das Asturias. Pol-o contrario se eisaminamos 150 nomes rexistrados nos dous paises (16) achamos un grupo de 70 entre os que figuran os de *Ablono, Abucia, Alomo, Amparamo, Andoto, Apisa, Arausa, Areno, Arro, Avopata, Balaeso, Blecaena, Bodecio, Caldaeco, Cangilo, Cano, Ciserio, Coedo, Docio, Doidero, Elaeso, Elanico, Emuria, Loancino, Magilo, Maisontinio, Maldua, Medugeno, Messa, Navitutio, Negalo, Pentilo, Pintovio, Secoilia, Segisamo, Taloco, Tedio, Tridallo, Tutano, Turaco, Ubalcino,*

---

(1) C. I. L. II, 2601 e 2602.
(2) C. I. L. II, 2622.
(3) C. I. L. II, 2524.
(4) C. I. L. II, 2378.
(5) C. I. L. II, 5623.
(6) C. I. L. II, 756.
(7) C. I. L. II, 2515.
(8) F. Bouza, M. Fontes e X. R. F. Oxea. *A eirexa de Santa Maria de Mixós e as suas aras romanas.* Pubri. do S. de E. Galegos, 1928.
(9) Loc. cit. na nota anterior.
(10) C. I. L. II, 2498.
(11) C. I. L. II, 2387.
(12) C. I. L. Add. 35.
(13) C. I. L. II, 740.
(14) C. I. L. Add. Nova. 179.
(15) C. I. L. II, 861.
(16) Foron acadados istes nomes no C. I. L. de Hübner i-en Gomez-Moreno *Catalogo Monumental de España. Provincia de Zamora* e *Provincia de León.*

Vadaro, Vadono e *Virillio*, costituido por personaes propios do distrito de Astorga e que non se atopan en ningun epigrafe dos distritos de Braga e Lugo, onde se sinalan en cambio *Adalo, Adrono, Andergo, Apolta, Aucalo, Arciso, Arpo, Boelio, Burno, Camalo, Cambavio, Celea, Clodamenio, Comea, Contaro, Coralio, Coria, Doro, Lovesio, Mantia, Mearo, Mebdio, Medamo, Meiduena, Melgaeco, Melia, Melonio, Pinarea, Pintamo, Praenia, Pusina, Urtino, Verollo* e *Verotio*, con alguns mais deica formar un grupo de 60, que non teñen correspondenza na xurisdicion de Astorga, sendo sô comum os dous territorios un terceiro grupo de 20 nomes no que se alcontran *Abana, Albura, Allio, Attio, Arquio, Bloena, Boutio, Caesaro, Cloutaio, Cloutio, Cloutamo, Condisia, Pisiro, Reburro, Reburrino, Rectugeno, Talavo, Tritio, Veicio,* e *Visalo*, debendose advertir que alguns de istes personaes como Reburro, Boutio e Tritio ocupan unha área peninsuar moi estensa e que outros como Arquio, Bloena, Clutamo e Pisiro quedan situados en Braganza i-en Aliste é decir na raia dos conventos de Astorga e Braga.

Porque é mais que posibele que a fronteira que os romanos estabreceron entre a Galecia, ou sexa os distritos de Braga e Lugo, e a Asturia non se correspondera esactamente i-en todo o seu percorrido cas antigas divisions indixenas como parece asimesmo seguro, a xuzgar pol-os datos acadados en Polibio e Posidonio, que a formacion da provincia lusitanica partiu en dous un primitivo nucreo cultural.

Mais, abranguia ise nucreo cultural primitivo a totalidade da Lusitania romana? Quedaba dende logo cinguido pol-o leste a rente dos limites do convento de Astorga? A istas perguntas somentes se lle pode precurar resposta no terreo arqueoloxico e por disgraza a arqueoloxia castrexa resintese de dous defectos que lle impiden fornecer unha contestacion categorica.

Temos en efecto por unha parte a escaseza de investigacións en comarcas como Aliste, Sanabria, o Bierzo, Valdeorras e Asturias, que son precisamente, as que maior intres ofrecen pro noso obxeto e temos por outra a falla de perspectiva cronoloxica da cultura dos castros, co seu material recollido de cote en poboados ou procedente de achádegos casuaes, que non deixa percibir epocas sucessivas nin consinte dexergar os momentos en que unha intromisión alleeira pudo embazar a enxebreza autoctona.

Mais apesares de semellantes fallas, que pol-o que toca o estudo das rexións inesproradas é de agardar sexan pronto remediadas, eisiten elementos suficientes pra intentar algunhas determiñacions provisorias, que ficaran suxetas ô que digan en definitiva os futuros descobrimentos.

Fora de alguns achádegos casuaes, dos que logo imos ocuparnos, carecemos de informacións con respecto as terras comprendidas entre o Douro e o Vouga. No resto de Portugal atopamos en cambio un complexo arqueoloxico formado por elementos de distintas castes. Hai en primeiro lugar un grupo de colares aureos costituído pol-os de Portel-Evora, Penela (1),

---

(1) Vex., Mario Cardozo. *Joias arcaicas encontradas em Portugal.* Pubricacions do S. de E. Galegos, 1930.

Alamo (1) e quizais pol-o famoso de Sintra, que revela na feitura das xoias, no arranxo dos pechos i-en moitos detalles decorativos a eisistenza, no oeste da Peninsua, de unha arte ourivesarica orixinal, infiltrada de elementos hallstatticos, mais que descansa de maneira principal n-unha antiga tradicion autoctona que se manifesta con enteira craridade nos braceletes do devandito tesouro de Alamo, que poden relacioarse cos de Arnozella, Melide e Urdiñeira, datados con seguranza na edade do bronce e nas lunulas de Chão de Lamas e Viseu, que teñen o seu antecedente na de Cabeceiras de Basto, emparentada cas pezas analogas de Irlanda que tanta espansión atinguiron no comenzo de aquela edade.

Sobre do fondo indixena que nos dan a coñecer istas xoias actuaron en epocas, que non poden precisarse con esactitude absoluta, outras aportacións culturaes. Veu unha de elas da meseta castelán e penetrou até Alcacer do Sal, onde aparece representada por armas tipicamente mesetanas i-en especial por unha espada de antenas dexeneradas, identica a outras das necropoles esproradas pol-o marques de Cerralbo e a un eisemprar das Cogotas (2) e tamen deica Conimbriga (3) e Chibanes (4), lugares nos que se rexistrou o achádego de cerámicas estampadas con marquillas igoaes ou moi imitantes as usadas en decoracións de vasos das Cogotas (5) e do Cerro del Berrueco (6), sendo seguro que a introdución en Portugal de torques semellantes ôs marianicos como son os de Chão de Lamas, Monsanto, Monforte, Villa Velha de Rodão e Torres Vedras (7) obedecera ô mesmo movimento que lanzou cara oeste as armas e as cerámicas denantes citadas.

Mais importanza tivo ainda o inzamento en terras lusitanicas dos elementos que, espandidos pol-o comercio fenicio, estenderonse dende os Algarves ô Douro. Os vidros da Fonte Velha de Bensafrim; a cratera grega, os ovos de avestruz, as placas de marfin, o amuleto exipcio e as candeias de Alcacer do Sal; as cerámicas pintadas da mesma necropole, as de Faro, Lisboa, Santa Olaia e Conimbriga, e as anforas e outras vasixas de Chibanes, debense sen duvida a aquil comercio, cuios limites no norte parecen dexergarse nas moedas gregas da serra do Pilar e quizais tamén n-alguns dos testos de traza alleeira de São Julião e de Guifões.

Non é doado percibir n-un meio arqueoloxico tan diverso e compricado os vestixios da primitiva unidade lusitano-galaica que os autores clasicos sinalan con teimosia, nin moito menos marcar a liña divisoria que afastaba o grupo

---

(1) Eugenio Jalhay. O *Tesoiro de Alamo.* Sep. de «Broteria» vol. XII, Fasc. I, Xaneiro 1931.

(2) J. Cabré. *Excavaciones de las Cogotas.* Memoria 110 da J. S. de E. y Antigüedades, Madrid 1930, Lamina LXXIII.

(3) Vergilio Correia. *Conimbriga, A camada preromana da cidade.* O Arch. Port. vol. XXI, 1916, pax. 252.

(4) A. I. Marques da Costa. *Estações prehistoricas dos arredores de Setubal.* In O Arch. Port. figs. 464 a 476.

(5) Op. e loc. cit. na nota 2. Lamina XLIX.

(6) P. Cesar Moran. *Excavaciones arqueologicas en el Cerro del Berrueco,* Memoria 65 da J. S. de E. y Antigüedades. Lamina XIV.

(7) Vex., Mario Cardozo. Op. cit. na nota 1 da p. 103.

norte dos castros incomunicado e recluido nas suas montanas, do grupo sul aberto a tantos infruxos e fondamente modificado por iles. Podese supor con sobrado fundamento que aquela unidade perdurara na lingoa, nos costumes e nas institucións politicas e sociaes, mais debemos decrarar que pol-o que toca ôs variados aspectos da vida material que a arqueoloxia nos restitue, os dous grupos castrexos aparecen notabelmente diversificados e que nin as casas cadradas de Santa Olaia se parecen as redondas de Sabroso, do Trega e de Troña, nin as fibulas de Conimbriga e da mesma Santa Olaia presentan semellanzas cas correntes nas nosas estacións.

Algo hai asi e todo que nos permite aproisimar ambas culturas e precurarlles un posibele fondo comun. Alguns bordos de Santa Olaia (1) teñen unha decoración de caneluras estampadas igoal a que se olla en vasixas recollidas en castros galegos, e outros testos (2) ostentan adornos reticulados do mesmo tipo dos que se alcontran entre nos a fartura e ainda a peza discoidal, revestida con folla de ouro, de Conimbriga, reproduce cos seus numerosos circos concentricos un motivo vulgarisimo ô norte do Douro e pouco usado en Castela.

Por outra parte tense rexistrado na marxe dereita do Vouga e algo mais abaixo perto xa da corrente do Texo, o achádego de tres colares rixidos, os de Malhada, Serrazes e Almoster, intimamente emparentados con colares hallstatticos e nos que temos que ver os prototipos dos torques galecos, desenrolados a favor da riqueza aurifera dos xacimentos do noroeste peninsuar, sendo ben advertir que o colar de Malhada paralelizase con bastante esactitude co atopado na beira do rio Oitaben e que as estampacións que adornan aquela xoia son identicas as que decoran o centro do haste do fermoso torques alcontrado en Asturias e que está esposto no Meuseu de Valencia de Don Juan, de Madri.

Temos en secuenza que iste primeiro trozo da liña divisoria entre os dous grupos da cultura castrexa vai por unha fronteira indicisa que o mesmo pode correr a rentes do Douro que baixar deica o Vouga, mais todo elo refirese a unha comarca costeira fortemente afectada pol-a intromision de formas chegadas por via maritima que seguramente desfiguraron pol-o menos na tona a primitiva facies indixena. Mais adentro nas rexións montesias da Beira rareian as informacións e cando entramos na provincia de Salamanca tocamos xa na área da cultura dos berrões e no meio de ela alcontramos duas cousas tan enxebremente galecas como son as casas redondas dos castros de Saldeana (3) e unha estampilla c-un sino suastico de ramas curvas de Lugar Viejo (4), elementos ambos cuia presencia deixa postular unha estension por terras de Pinhel e Guarda de obxetos e tipos peculiares do circo do norte do Douro.

---

(1) A. dos Santos Rocha. *Estações pre-romanas da Idade do Ferro nas visinhanças da Figueira.* Portugalia, vol. II. Lamina XXVI, n.º 166.

(2) Id., id., id., id., numeros 167, 168 e 170.

(3) P. Cesar Moran. *Prehistoria de Salamanca.* O Instituto, Coimbra 1926, 4.ª serie, vol. 2.º, pax. 627.

(4) J. L. Martin Simenez. *Una estación protohistorica en Yecla de Yeltes.* B. de la A. de la Historia, vol. LXXV, 1919, pax. 399.

A mesma cultura dos berrões reconocibele pol-as esculturas zoomorfas, pol-as feituras das fibulas e pol-os campos de pedras espetadas que defenden as acropoles estendese por Saiago e Aliste (1) e invade o leste da rexión trasmontana. As fibulas do Museu rexional de Braganza (2) tan emparentadas cas de Castela e as esculturas de Murça, Torre de Dona Chama, Braganza. Parada de Infanções, Cabanas de Moncorvo, Açoreira, Malhada, San Vitero, San Mamede e Lumbrales marcan por ista banda unha raia fronteiriza que debia camiñar pol-a divisoria de augas entre o Tamega e o Tua sinalandose asimesmo como segura infiltracion por ela deslizada, o campo de pedras espetadas do castelo da Cidadelha, no concello de Chaves (3) e sô como problematicos infruxos as representacións animalisticas de Arados, Zézere, Trega e Sabroso, que coidamos non poden identificarse sen reservas cos verdadeiros berrões.

Mais alá de Aliste e de Braganza segue a bisbarra sanabresa, pobre en castros e logo a de Carballeda que se une co Bierzo e cos Montes de León, que dividen as augas entre o Sil e o Esla. Toda ista terra, é pol-o que se refire a esproracións un autentico deserto arqueoloxico no que somentes se pode mencioar unha pedra de esquisto negro do castro de Valtuille, que quizais estivo destiñada a garnecer un vano de unha casa, e que aparece decorada con recadros de entrelazos, separados por un adorno funicular, presentando no seu conxunto un parecido impresionante, pol-a similitude dos motivos, ca porta descoberta na cividade de Ancora e depositada oxe no Museu de Guimarães.

Mais iste unico dato non abonda pra resolvermos o problema de se as numerosas estacións castrexas de Valdeorras e do Bierzo participan da tónica cultural galeca ou se pol-o contrario achanse infruenciadas pol-o circo dos berrões que chega como xa vimos deica Aliste e Braganza, anque o estreito parentesco xeografico, etnografico e linguistico do val do Sil ca Galicia faga que nos incrinemos pol-a primeira das duas solucións.

Fora xa dos montes de León e na parte mesetana da provincia do mesmo nome, o numero de acropoles protohistoricas debece de maneira considerabele, dandose o mesmo fenomeno nos debalos meridionaes do Pireneu asturian, e por outra banda o lote de fibulas do Museu de San Marcos, algunhas de cuias pezas proceden de Vega de Magaz e outras posibelmente de Lancia, presentannos a beira de formas caracterististicas de La Tene III, tipos de duplo apendice e zoomorfos, con representacións de paxaros e de cabalos, que teñen escelentes paralelos nas cividades casteláns e que non-os teñen en cambio entre nos, amostrando o mesmo a escaseza de castros que o feitio de istas fibulas que estamos n-un pais difrenzado xa das terras do noroeste, e no que sô se rexistran como unicas cousas que co-elas poden relacioarse un ou duos torques (4) entrados quizais millor dende Asturias que dende Galicia.

---

(1) M. Gomez-Moreno. *Sobre arqueologia primitiva de la región del Duero.* B. de la A. de la Historia, vol., XLV, 1904, paxs., 147 e seguits.

(2) J. Fortes. *As fibulas do noroeste da Peninsula,* Portugalia, vol., II, paxs., 15 e seguits. e Ruy de Serpa Pinto. *As fibulas do Museu regional de Bragança.* Porto 1931.

(3) P. F. M. Alves. *Chaves. Apontamentos arqueologicos.* Gaia, 1931, pax., 39.

(4) Dase un de iles como aparecido na provincia de Leon e o outro non se sabe de certo se é de Astorga ou de Cangas de Onis.

As nosas informacións pol-o que respecta a primeira de aquelas comarcas son algo mais amiudadas e compretas das que posêmos acerca da provincia de Leon. Os castros siguen inzando pol-as montanas asturiáns e son ô parecer mais densos nos concellos ocidentaes que aveciñan ca Galicia. Na acropole de Caravia, case raiana con Cantabria, fixeronse esproracions metodicas (1) e no resto do territorio do antigo Principado descobrironse con relativa frecuencia armas e xoias protohistoricas.

Do conxunto de iste material deducese craramente a eisitenza de elementos peculiares da Galecia, propagados sen dubida dende o norleste galego, lugar onde se asentaba un centro metalurxico e ourivesarico moi importante, propagacion que se percibe no torques do Museu de Valencia de Don Juan de que atrás falamos, e no tesouro de Cangas de Onis, recentemente ingresado no Museu Arqueolóxico de Madri, e do que forman parte un colar enteiro con remates en duplo tronco de cono, un anaco de outro identico o devandito do Museu de Valencia de Don Juan, outro anaco liso, outro ainda con apricacións de espiraes de fio de ouro, tres remates de torques con decoracións riscadas ou de filigrana, unha pulseira con repuxado de SSS e semiesferas, un trozo de diadema igoal a de Ribadeu e varias pezas e utilización incerta e magnificamente decoradas con filigrana e perolado, que teñen imitanza nas cadeiñas que de elas penden, cos cogantes aparecidos no Castro Recouso.

Mais ô lado de istas xoias e dos restos de vasos do castro de Caravia con adornos incisos e con estampacións de circuliños que poden pasar sen inconsenente por cerámicas de calquera das nosas estacións atopanse obxetos como a espada con espigo e as fibulas de cabalo e de apendice tronco conico do mesmo castro de Caravia, que teñen os seus paralelos en Castela e que sinalan un inzamento, cuio punto de partida haberá quizais que precurar entre os celtas Beróns da Cantabria.

Parece pol-o tanto que Asturias nutriuse culturalmente no tempo dos castros con prestacións recollidas nos paises con quen limitaba pol-o leste e e oeste, cousa que vai ben ca situación de aquela comarca e das suas naturaes vias de comunicación, mais compre perguntarse se os complexos formados de iste xeito abranguian a totalidade da actual provincia asturián ou se se detiñan no rio Navia ou na serra do Rañadoiro, fronteira no dia do galego e do Cable. En-iste caso, como no da raia dos Montes de Leon, coidamos que provisoriamente debese ir de acordo cas precisións linguisticas que nos marcan unha liña de afastamento, que é posibele obedeza a unha tradición moi antiga.

---

(1) Vex., Aurelio del Llano. *El libro de Caravia.*

Dr. W. Deonna
Professeur à l'Université. Directeur du Musée d'Art et d'Histoire (Genève)

Un ex-voto délien: la pivoine

On sait que les inventaires, dressés par les administrateurs des richesses sacrées à Délos, énumèrent les ex-voto de tout genre que la piété des fidèles accumula pendant des siècles dans les sanctuaires de l'île, et qu'ils nous fournissent des indications précieuses pour reconstituer le matériel des temples et pour en connaître la vie religieuse (1).

*

Ces offrandes ont parfois l'aspect de végétaux, plantes, fleurs ou fruits, façonnés en métal, bronze, argent, or, bronze doré ou argenté, selon un usage fréquent en Grèce (2). Un θέρος, un λῆϊον (3), évoquent les produits de la moisson, semblables au χρυσοῦν θέρος, à la moisson d'or que les Métapontiens envoyaient à Delphes, aux épis d'or des inventaires du Parthénon (4). Des κρίθαι sont des grains d'orge (5). Voici des roses, ῥόδα (6); des pommes, μῆλα (7), qui portent

(1) Nous signalons un grand nombre de ces ex-voto dans notre étude sur le mobilier de Délos, qui paraîtra dans la publication exhaustive des fouilles, *Exploration archéologique de Délos.*

Dans les notes suivantes, l'abréviation BCH signifie *Bulletin de Correspondance hellénique.*

(2) Consécration d'images de végétaux, Saglio-Pottier, *Dict. des antiquités,* s. v. Donarium, p. 375, note 160.

(3) χρυσοῦν θέρος, λῆϊον χρυσοῦν; BCH, xv, 1891, p. 156; *Dict. des ant.,* s. v. Donarium, p. 375, note 160, référ.

(4) *Dict. des ant.,* s. v. Donarium, p. 368-9, référ.

(5) BCH, xv, 1891, p. 156.

(6) BCH, x, 1886, p. 465, l. 100: ῥόδον χρυσοῦν ἐν ξύλωι. — xiv, 1890, p. 408: ῥόδον ἀργυροῦν. — xv, 1891, p. 143: ῥόδον. — xxvii, 1903, p. 87: ῥόδον καὶ στέφανος. — xxxii, 1908, p. 64, l. 21: ῥόδον καὶ ἄλλα χρυσᾶ παντοδαπά. — Durrbach, *Inscriptions de Délos,* n.° 298, p. 43, l. 127: στέφανον καὶ ῥόδον χρυσᾶ. — BCH, xxix, 1905, p. 512; xxxii, 1908, p. 64, l. 14-5: ῥόδον καὶ στέφανος χρυσᾶ Λυσάνδρου. Λακεδαιμονίου σὺν τῶι ξύλωι ἐν ὦ τὸ ῥόδον; même offrande, σὺν τῶι ῥόδωι, BCH, xv, 1891, p. 131.

(7) BCH, x, 1886, p. 465, l. 105; xiv, 1890, p. 406; xv, 1891, p. 133; xvi, 1891, p. 133, l. 41; xxix, 1905, p. 479; — xiv, 1890, p. 412 (ἐπάργυρα); xxvii, 1903, p. 88 (ἐπίχρυσα). — Durrbach, *Inscriptions de Délos,* n.° 298, p. 45, l. 170.

parfois des dédicaces (1), et dont quelques-unes sont pleines de terre (2); des grenades, ῥοαί (3). Voici un κώθεαν, en forme de pavot (4); un ἐρίνεων ἕνα χαλκωτόν, figuier ou figue (5); un λειμώνιον, limonium ou statice (6); puis une vigne, ἄμπελος (7), peut-être analogue à celle qu'avait ciselée Théodoros de Samos et que Crésus avait consacrée; puis des fleurs, ἀνθέμια (8).

Ces ex-voto végétaux rappellent-ils la dîme prélevée sur la récolte et offerte primitivement en nature, sont-ils des prémices symboliques? (9). Pommes, pavots, grenades (10), mûres (11), peuvent constituer des vases; d'autres peuvent être des éléments de bijoux, tels les fleurs, les grains d'orge, ou le πυρήνιον imitant un pépin, un noyau de fruit (12). Et l'on décore les phiales d'ornements ressemblant à des dattes, à des glands (13); on décore les couronnes de feuilles de chêne, de laurier, de vigne, de lierre.

Le choix du végétal n'est souvent point arbitraire, mais il est dicté par la divinité à laquelle il est consacré (14) et par quelque notion précise, qu'il peut être intéressant de discerner.

*

A Délos, les inventaires de l'Artémision mentionnent dès l'époque amphyctionique certaines plantes en or et en bronze doré: πεντόροβοι (15); πεντόροβος

---

(1) BCH, xv, 1891, p. 133; I. G., A. 556, 568.

(2) BCH, xiv, 1890, p. 405; xxxii, 1908, p. 49, l. 13; μῆλα χρυσᾶ, ἔνια πλήρη γῆς; xxxii, 1908, p. 64, l. 27; μῆλα χρύσᾶ ἔχοντα γῆν.

(3) BCH, xiv, 1890, p. 406; ῥοαὶ χρυσαῖ; xv, 1891, p. 134, l. 44; xxvii, 1903, p. 87; xxxii, 1908. p. 64, l. 21; ῥοαὶ ἐπίχρυσαι ἑπτά; Durrbach, *Inscriptions de Délos*, n.° 298, p. 45, l. 170: μῆλα καὶ ῥοάς,

(4) Durrbach, *Inscriptions de Délos*. n.° 298, p. 48, l. 165.

(5) BCH, xxxv, 1911, p. 16-17, l. 7.

(6) λειμώνιον χρυσοῦν, BCH, vi, 1882, p. 30, l. 11; Durrbach, *Inscriptions de Délos*, n.° 442, p. 142, l. 11; n.° 385, p. 32, l. 16; n.° 421, p. 100, l. 30; n.° 455, p. 220, l. 10; n.° 461, p. 266, l. 14; n.° 465, p. 281, l. 12.

(7) ἄμπελος χρυσῆ, BCH, vi, 1882, p. 46; x, 1886, p. 474, l. 89-90; xiv, 1890, p. 406; xv, 1891, p. 129, 134; xxvii, 1903, p. 87; xxxii, 1908, p. 64, l. 19; Durrbach, *Inscriptions de Délos*, n.° 295, p. 29, l. 11; n.° 298, p. 44, l. 148; *Dict. des ant.*, s. v. Donarium, p. 369, note 89.

(8) BCH, vi, 1882, p. 125; ix, 1886, p. 465, l. 105; xix, 1895, p. 406.

(9) BCH, vi, 1882, p. 145, 146; xv, 1891, p. 156; *Dict. des ant.*, s. v. Donarium, p. 368.

(10) L'Héraïon archaïque de Délos a livré de petites grenades en terre cuite, creuses, avec à l'intérieur un caillou formant grelot; *Exploration arch. de Délos*, x, p. 9, 16, n.° 11, p. 25, n.° 40, p. 59, n.° 126; pl. vii, xxxii; xi, p. 160, fig. 128. La grenade est souvent aussi représentée sur les peintures murales de Délos. *Exploration*, ix, p. 60, n.° 30, pl. ii, 2; p. 159, pl. xviii b; *Monuments Piot*, xiv, p. 83, fig. 25-6; Bulard, *La religion domestique dans la colonie romaine de Délos*, p. 67, 238, note 2, 299, 354.

Les vases en forme de grenades ne sont pas rares, ex. *Arch. Anzeiger*, xliii, 1928, p. 385, n.° 79, fig. 99, etc.

(11) Βατιακή, de Βατία, ronce. Sans doute un vase décoré d'ornements en forme de mûres; BCH, xv, 1891, p. 156.

(12) Diminutif de πύρην. Peut-être des ornements ou des coulants de colliers, BCH, xv, 1891, p. 157; xxxii, 1908, p. 64, l. 22.

(13) Βαλανωτή, καρυωτή, BCH, vi, 1882, p. 33, l. 40, 42; p. 37-8, l. 80-2; xv, 1891, p. 156.

(14) La grenade, par ex., est l'attribut d'Héra.

(15) BCH, xxvii, 1903, p. 88, Sosisthénès.

χρυσοῦς [1]; πεντόροβος χαλκοῦς ἐπίχρυσος [2]. Ce nom, qui vient de la forme du fruit [3], désigne la pivoine, qui porte chez les auteurs grecs d'autres appellations nombreuses [4].

Peut-on attribuer une signification à de telles offrandes?

*

La pivoine, qu'un de ses noms, παιωνία, fait venir de Péonie [5], est en connexion de sens avec Paieon, dieu de la médecine [6], avec l'épithète Paian donnée à Apollon [7], à Asklépios [8], à Dionysos [9], et à d'autres dieux [10], sans doute en leur qualité de sauveurs et de guérisseurs [11]. Ses vertus médicinales et magiques sont connues dès Homère [12], et elles persistent à travers toute l'antiquité jusque dans le folklore moderne [13]. Elle arrête le sang des blessures [14], elle guérit les maux des femmes, elle calme les cauchemars, elle est souveraine contre l'épilepsie et les convulsions, elle facilite la dentition des enfants, elle écarte les maléfices et apaise la tempête.

En Grèce, elle est l'attribut de la déesse lunaire Séléné [15], et c'est pourquoi elle guérit l'épilepsie et les maux mensuels des femmes, qui sont considérés comme influencés par cet astre [16].

*

Consacrées dans l'Artémision délien [17], ces pivoines de métal sont offertes à la déesse Artémis. Celle-ci est en effet par certains de ses aspects une déesse

---

(1) BCH, XIV, 1890, p. 405; XXXII, 1908, p. 64, l. 29.

(2) BCH, XIV, 1890, p. 404, l. 3 (en 279); XV, 1891, p. 129.

(3) BCH, 32, 1908, p. 12: πεντώροβος, πεντόροβος; aussi πεντόροβον.

(4) Pour ces diverses dénominations, cf. Roscher, Lexikon, s. v. *Mondgöttin*, p. 3150, 3156, 3179; *Classical Quarterly*, IX, 1915, p. 67-8; Rolland, *Flore populaire*, I, 1896, p. 119 (en diverses langues).

(5) *Classical Quarterly*, 1915, p. 67.

(6) Roscher, *Lexikon*, s. v. Paian, p. 1245, I. Sans doute dieu guérisseur de Péonie, *Classical Quarterly*, 1915, p. 66; *Classical Review*, 1912, p. 249.

(7) Roscher, s. v. Paian, p. 1246, II.

(8) *Ibid.*, p. 1249, III. Fête attique, Paionia, en l'honneur d'Apollon ou d'Asklépios, *Dict. des ant.*, s. v. Paionia, p. 278-9.

(9) *Ibid.*, p. 1250, IV.

(10) *Ibid.*, p. 1250, V.

(11) Étymologie, *ibid.*, p. 1243.

(12) Macurdy, *The* ὀδυνήφατα φάρμακα *of Iliad* V, *900*, *Classical Quarterly*, IX, 1915, p. 65 sq.

(13) Macurdy, op. cit., p. 66-7; Rolland, *Flore populaire*, I, 1896, p. 119 sq.; Sébillot, *Le Folklore de France*, III, 1906, p. 489; Roscher, s. v. *Mondgöttin*, p. 3150, 3156, 3157, 3159. On trouvera, dans ces divers travaux les références aux textes anciens. Cf. entre autres Pline, H. N. XXV, 10; XXVI, 82.

(14) D'où l'un de ses noms, αἱμαγωγόν.

(15) D'où quelques-uns de ses noms, μήνιον, μηνογένειον, σεληνίον, σεληνόγονον.

(16) Roscher, s. v. *Mondgöttin*, p. 3155, 3156, 3157, 3179; s. v. *Artemis*, p. 571, 1; *Dict. des ant.*, s. v. Diana, p. 133 et note 59; *Classical Quarterly*, 1915, p. 67 sq.

(17) Culte d'Artémis et Artémision à Délos, Roussel, *Délos, colonie athénienne*, p. 215 sq.

lunaire (1); elle est aussi la protectrice des femmes et de leur vie sexuelle (2), et à ce titre, elle reçoit en offrandes de nombreux objets féminins, des bijoux, colliers, bagues, bracelets, des instruments de travail domestique, fuseaux, quenouilles (3). Il était donc tout indiqué que les dévotes déliennes apportassent à la déesse l'image de la plante qui rappelle ses fonctions et qui est efficace à leurs maux.

*

Des ex-voto déliens ont la forme de serpents, ὀφίδιον (4), ὄφις ἀργυροῦς (5), et cet animal aux sens multiples orne aussi à Délos maint objet mobilier et cultuel, bagues, pied de table, etc. Plusieurs de ces offrandes sont déposées dans l'Artémision, et nous avons étudié ailleurs le sens de ce curieux ex-voto qui, dans ce sanctuaire, montre une petite échelle en bois doré entourée de deux serpents d'argent (6). Un autre ex-voto de l'Artémision associe dès le IV siècle le serpent à la pivoine: un serpent d'argent ayant une pivoine d'or à son sommet, ὄφις ἀργυροῦς πεντόροβον ἔχων χρυσοῦν περὶ τῶι αἰετῶι (7). On ne saurait dire quelle était la disposition de ces deux éléments. Le serpent tenait-il dans sa gueule la pivoine? En était-il couronné, comme maint serpent des légendes et des traditions populaires qui portent sur leur tête une couronne, une pierre précieuse (8)? Était-il fixé, comme beaucoup d'ex-voto déliens, sur une planchette, un bandeau, un support quelconque, que la pivoine surmontait? Du moins les textes anciens affirment l'étroite connexion qu'il y a entre le serpent et la pivoine, et l'on est en droit d'en rechercher la raison.

*

Nous ne pouvons toutefois qu'émettre quelques suppositions. Il serait hasardeux de faire état d'un texte arménien selon lequel la pivoine, gardée à la maison, empêche les serpents et les animaux nuisibles de s'en approcher (9).

---

(1) Roscher, s. v. *Artemis*, p. 571, 1; *Dict. des ant.*, s. v. Diana, p. 132, III; toutefois, contre le caractère lunaire de la déesse, Toutain, *L'Acropole*, 1927, p. 219 sq.

(2) Roscher, s. v. *Artemis*, p. 571, 2 (Artemis Eileithyia); p. 572, 3, 4 (présidant à l'accouchement); p. 574, 2 (au mariage), etc.; *Dict. des ant.*, s. v. Diana, p. 134.

(3) Cf. les nombreux inventaires de l'Artémision délien. Ex. Roussel, *op. l.*, p. 216.

(4) BCH, VI, 1882, p. 127, note 2; *Dict., des ant.*, s. v. Donarium, p. 374, note 159, 1; s. v. Draco, p. 410, note 109.

(5) BCH, XXXII, 1908, p. 64, l, 20, dans l'Artémision.

(6) *Ex-voto déliens:* I. *L'échelle aux serpents*, BCH, LVI, 1932, p. 410.

(7) BCH, X, 1886, p. 465 (en 364); XXXII, 1908, p. 11, l. 15.

(8) L'escarboucle, que porte parfois le serpent, est le rubis, qui est rouge, et qui croyait-on, a la propriété de luire dans les ténèbres. La pivoine, dont l'un des noms ἀγλαοφωτίς, insiste sur la couleur éclatante, avait aussi, disait-on dans l'antiquité, la même faculté. Roscher, s. v. *Mondgöttin*, p. 3156.

Sur les serpents porteurs de pierres précieuses, Salverte, *Des sciences occultes*, II, 1829, p. 291-2.

(9) Rolland, *Flore populaire*, I, 1896, p. 119 sq.

Dira-t-on que si la pivoine est plante médicinale et magique, le rôle guérisseur du serpent est bien connu (1)? que si la pivoine est consacrée à Séléné, le serpent est parfois aussi un symbole astral et lunaire (2), peut-être aussi un attribut d'Artémis (3)? que si la pivoine guérit les maux périodiques des femmes, le serpent est en rapport avec la vie sexuelle de celles-ci (4)? Plusieurs hypothèses sont donc possibles, et nous en laisserons le choix au lecteur, à moins que, plus compétent que nous, il n'apporte une explication décisive.

---

(1) Köster, *Die Schlange in d. griech. Kunst und Kult*, p. 135 sq.; Weinreich, *Antike Heilungswunder*, p. 95 sq.

(2) Böklen, *Adam und Qain*, Myth. Bibliothek, L. 2, 69; Piganiol, *Essai sur les origines de Rome*, 1917, p. 107, note 1.

(3) S. Reinach, *L'Artémis arcadienne et la déesse aux serpents de Cnossos*, Cultes, mythes et religions, III, p. 210 sq.; cet attribut est exceptionnel, p. 213; mais Artémis-Hécate est parfois accompagnée de serpents, p. 220.

(4) S. Reinach, *Le serpent et la femme*, L'Anthropologie, 1905, p. 178; id., *Cultes*, II, p. 396; Saintyves, *Les Vierges mères*, p. 122; Havelock Ellis, *La pudeur*, trad., p. 386; Schoebel, *Le mythe de la femme et du serpent*, Paris, 1876, etc.

Dans de nombreuses croyances populaires, le flux menstruel est attribué a la morsure d'un serpent, le serpent féconde la femme, les cheveux de femme se changent en serpents, etc.

Chanoine P.-M. Favret
Membre de la Commission des monuments historiques au Ministère de l'Education Nationale.

La hache gardienne des tombeaux à l'époque néolithique, en Champagne

En mémoire de la belle journée du 28 Septembre 1930 passée à Guimarães et à Citania de Briteiros, au milieu des souvenirs de Martins Sarmento.

Les travaux que nous avons dû entreprendre ces années dernières dans les grottes sépulcrales néolithiques de la vallée du Petit Morin, en particulier dans les groupes explorés par J. de Baye, à Coizard et à Courjonnet, et aussi la fouille et la restauration d'une allée couverte ayant servi d'ossuaire néolithique dans cette même vallée, à quelques kilomètres en aval de ces stations, ont attiré de nouveau l'attention sur la position rituelle des haches de pierre et sur les sculptures qui les y représentent.

Ces hypogées peuvent être attribués à une époque assez avancée du Néolithique, mais cependant à un Néolithique franc, à cette époque que M. Vouga, d'après ses belles études sur les palafittes suisses, appelle le Néolithique Moyen. Nous pouvons appuyer cette attribution en particulier sur la grande richesse des trouvailles de flèches à tranchant transversal associées surtout à des pointes de flèches en amande ou en losange, celles-ci évoluant d'ailleurs vers le type à pédoncule et annonçant déjà la fin du Néolithique.

Même s'il fallait descendre à une époque moins éloignée — ce que nous ne croyons pas pouvoir faire — nous ne pensons cependant pas qu'il soit possible d'attribuer la civilisation des grottes du Petit Morin au Chalcolithique comme on a été tenté de le faire, sous prétexte que J. de Baye *aurait trouvé* dans ces grottes des perles en cuivre. Il s'agit là d'un fait qui n'est nullement prouvé et qui demeure très discutable. Comment des perles en cuivre sont-elles entrées au Musée de Saint-Germain avec le mobilier des grottes de la Marne? Nous l'ignorons et J. de Baye l'ignorait aussi. Jamais il n'en a fait mention dans ses ouvrages. A plusieurs reprises, nous avons parlé de cette question ensemble, et chaque fois il nous a affirmé n'avoir aucun souvenir du fait et il ajoutait:

«Si jamais j'avais trouvé une perle en cuivre dans une grotte, je l'aurais aussitôt signalé, puis mentionné dans mon *Archéologie Préhistorique,* car cela aurait été d'une importance capitale». Dans les notes qu'il a laissées à la bibliothèque du Musée de Saint-Germain, on ne trouve pas non plus, que nous sachions, mention de semblable trouvaille. Par ailleurs, ni M. Rolland ni nous-même n'avons jamais rencontré trace de cuivre ou de bronze dans les grottes artificielles de la Marne. Si donc il fallait attribuer ces grottes au Chalcolithique, ce devrait être, jusqu'à plus ample informé, pour des raisons mieux fondées que celle-là.

Les sculptures de ces grottes, les sculptures anthropomorphes en particulier, qui en sont une des plus riches curiosités, doivent donc être attribuées au Néolithique. De plus, tout le monde est d'accord pour les regarder comme antérieures aux autres représentations du même genre et qui, elles, appartiennent au Chalcolithique ou même à l'époque du Bronze et que l'on rencontre un peu partout, dans le bassin de la Seine et de l'Oise, dans les départements du Midi, dans la Péninsule Ibérique... en Armorique même où elles deviennent à peine identifiables. Aussi, est-on en droit de considérer celles de la Marne comme leurs prototypes.

Nous n'avons pas à discuter dans cette note si l'idée première qui a inspiré les sculpteurs du Petit Morin est due au culte de la *Dame de l'Erable* (Cfr. Siret, *L'Anthropologie,* 1920, p. 235 et ss. — Goury, *L'Homme des Cités Lacustres,* p. 552 et ss.). Mais on ne voit pas cependant comment ce culte de la Dame de l'Erable qui serait parvenu «certainement par les voies méridionales... dans nos contrées d'Occident», serait arrivé, par ces voies méridionales, tout d'abord en Champagne, pour, ensuite, rebrousser chemin, avec des symboles modifiés, vers l'Italie ou la Péninsule Ibérique... Notons aussi, en passant, que la présence des seins, qui dans le culte de la Dame de l'Erable jouerait un rôle important *d'allaitement des morts,* n'est peut-être pas nécessairement une marque du sexe féminin, et qu'en tout cas, cet attribut est loin d'être régulièrement représenté dans les sculptures qui nous occupent: deux fois sur quatre dans la Marne, et ailleurs, en proportion beaucoup moindre.

*

Les représentations anthropomorphes dans les grottes de la Marne sont au nombre de quatre. Nous n'en dirons que quelques mots.

La station de Razet, à Coizard, en compte trois. Deux sont assez exactement connues par les ouvrages de J. de Baye *(Archéologie Préhistorique,* pl. II et III, p. 160 et 164); mais leurs dimensions indiquées par cet archéologue sont erronées; elles sont notablement plus hautes et moins trapues que ne le laissent supposer les dessins publiés, comme on peut s'en rendre compte par la photographie que nons donnons de l'une d'elles, la plus nette des quatre (fig. 1). Cette photographie, comme celles qui illustrent cette note, a été prise pour la première fois directement sur les originaux.

La troisième, moins connue, est, si l'on peut dire, *plus humaine,* moins schématisée, ce qui ne signifie pas d'âge différent, puisqu'elle appartient à une grotte qui offre aussi l'une des figures du type le plus archaïque. Mais elle est

plus complète et, des quatre de la Marne, c'est celle qui rappelle le moins la Dame de l'Erable.

Comme on l'a dit et comme tout le monde l'admet, il faut bien reconnaître, dans ces trois représentations, des divinités protectrices des tombeaux. Mais cette idée de protection va aller se précisant aux époques suivantes, principalement par l'adjonction fréquente à la représentation anthopomorphe d'une arme, hache ou poignard.

Fig. 1 — Coizard: Groupe de Razet.
La sculpture descend au-dessous de la tache formée par un dépôt argileux.
Hauteur moyenne, 1,^{m}10.

(Cliché J. Prieur).

Or, cette divinité armée, nous la retrouvons déjà dans les grottes de la Marne, dans le groupe de Courjonnet, avec la quatrième sculpture. La reproduction qu'en a publiée J. de Baye, et qui a toujours été rééditée (*Archéologie Préhistorique*, pl. I, p. 160), est tout à fait inexacte et a dû être dessinée assez longtemps après sa découverte, beaucoup de mémoire, en utilisant les souvenirs plus récents qu'avaient laissés les sculptures de Coizard. La photographie que nous reproduisons ici, bien qu'empâtée par les dépôts argileux qui la recouvrent, en donne une idée plus juste (fig. 2).

Ce qu'il est important de remarquer dans cette sculpture qui occupe dans l'antégrotte la paroi du fond, commandant, à sa gauche, l'entrée du tombeau, c'est qu'elle est complétée par une hache emmanchée que tiennent une main et un bras droits, détail important que J. de Baye n'a pas signalé. La hache est tournée vers l'entrée de la grotte et nul doute n'est possible: la divinité est armée pour interdire l'entrée de cette grotte. Faut-il remarquer que le bras et la main qui tiennent la hache représenteraient assez bien un des éléments des ceintures que nous rencontrerons plus tard dans les sculptures et les stèles du Chalcolithique?

Nous avons donc là, pour l'époque néolithique, une des toutes premières représentations de la hache, arme sacrée protectrice des tombeaux.

Nous la retrouverons désormais, hache ou poignard, accompagnant les sculptures antropomorphes dans les civilisations suivantes. Mais souvent le

symbole se simplifie, la figuration humaine disparaît et il ne reste plus pour le représenter que l'arme seule qui même, un jour, sera tellement stylisée qu'elle deviendra à peine reconnaissable, réduite parfois à un semblant de manche.

N'était-ce pas aussi la hache qui, peinte sur les murs du palais de Minos, défendait les dédales du Labyrinthe (λάβρυς)?

Nos grottes offrent plusieurs exemples de cette simplification de la divinité protectrice réduite à son arme. Neuf fois, sur leurs parois, nous rencontrons la représentation de la hache de pierre emmanchée, séparée de la divinité qui aurait dû la manier.

Trois exemplaires, provenant de grottes de Villevenard qui étaient menacées de destruction, ont été transportées au Musée de Saint-Germain.

Une grotte explorée par M. Rolland, à Courjonnet, offre, sur la droite de la paroi de fond de sa grande salle, un quatrième exemplaire.

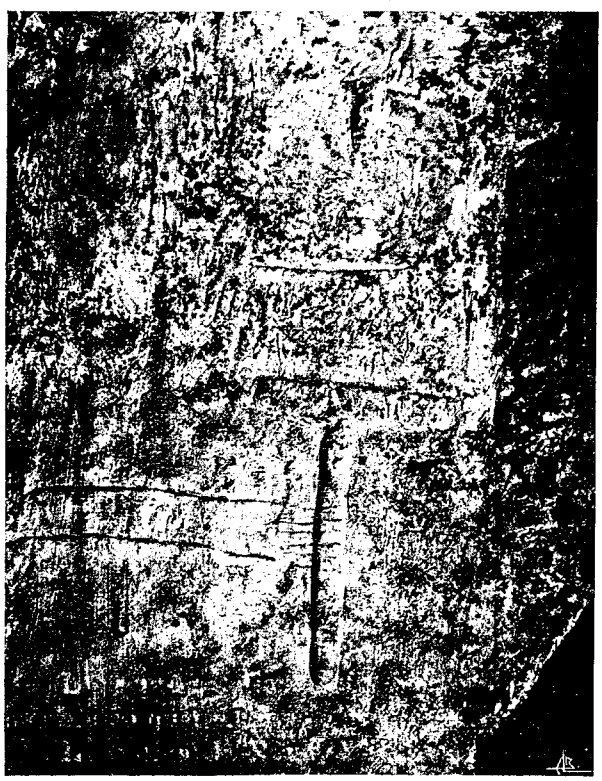


Fig. 2 — Courjonnet: Groupe de Baye.
Hauteur moyenne totale, 1m.
(Cliché J. Prieur).

La protection rituelle des deux grottes de Coizard, déjà gardées par des divinités anthropomorphes, est encore complétée par cinq haches sculptées, toutes cinq emmanchées.

Dans celle qui possède deux figures humaines, il y en a deux sur les parois de fond de l'antégrotte, une de chaque côté de la porte. Leurs tranchants sont en regard l'un de l'autre, tournés vers l'entrée. Une troisième, nettement ébauchée cependant sur la paroi de gauche, n'a pas été signalée par J. de Baye (fig. 3). On aperçoit de plus, auprès de celle-ci, des graffiti, qui eux non plus, n'ont pas été remarqués et qui mériteraient peut-être une étude approfondie comme aussi plusieurs autres que l'on peut découvrir sur de nombreuses parois.

Cette grotte renferme une sculpture énigmatique sur laquelle on a beaucoup discuté sans jamais trouver d'interprétation satisfaisante et où on a voulu voir en dernier lieu une pelle. Le dessin qu'en a publié J. de Baye *(Archéologie Préhistorique*, pl. IV, p. 166), en accentue trop la partie supérieure, ce qui lui donne un caractère très différent de la réalité. Après mûre réflexion, il semble pourtant qu'une interprétation est possible et que l'on se trouve ici en présence

d'un objet dont le rôle doit être apparenté à celui de la hache. Volontiers, nous y verrions une hache-pic, une herminette de silex pouvant éventuellement servir d'arme. Le pic se voit très distinctement sur l'original au bas de la sculpture. Ce serait un instrument de creusage, creusage des grottes elles-mêmes, creusage des galeries d'extraction de silex qui ont été ouvertes à proximité. Ces pics étaient très légers et pour pouvoir exécuter avec eux un travail d'excavation utile tel qu'on le constate par les traces puissantes qu'ils ont laissées sur les parois des grottes, il était nécessaire de leur donner du poids; on devait alors probablement les fixer à une gaîne de bois, effilée à une extrémité pour ne pas gêner le coup de frappe et formant, à l'autre bout, une masse assez forte et assez lourde, percée à son sommet d'un trou pour l'adaptation d'un manche. Ici encore on se trouverait donc bien en présence d'une arme protectrice du tombeau, occupant, dans la sépulture, une place identique à celle que tient une des deux haches dont il nous reste à parler.

Fig. 3 — Coizard: Groupe de Razet.
A noter l'esquisse de la troisième hache non signalée par de Baye, et aussi, à la droite, un graffiti.
Hauteur totale de la hache de gauche, $0^{m},31$.
(Cliché J. Prieur).

C'est à Coizard, dans la grotte qui ne renferme qu'une représentation humaine que se trouvent ces dernières armes, mais cette fois à l'intérieur de la grande salle, sur les parois anterieures, de chaque côté de l'entrée; les tranchants ne se font plus face; celui de droite est tourné vers l'entrée et celui de gauche vers la paroi latérale gauche. La première a été particulièrement soignée et la hache elle-même, charbonnée, se détache parfaitement en noir sur la blancheur de la craie et se sépare nettement de sa gaîne et de son manche puissamment sculptés (fig. 4) (1).

---

(1) En dehors de ces treize sculptures néolithiques connues dans les grottes de la Marne, il faut en mentionner une quatorzième, découverte dans le groupe de Saran (Commune de Chouilly). Elle a l'apparence d'une fleur à six pétales qui surmonte une longue tige. La hauteur totale est de $1,^{m}17$. Il faut noter aussi, dans une grotte de Villevenard deux dessins au

Inutile d'insister davantage pour prouver que l'on se trouve bien, devant ces sculptures, en présence d'un culte de la hache protectrice des tombeaux, hache remise aux mains d'une divinité anthropomorphe ou simplement hache *active* par elle-même.

Mais il existe encore d'autres manifestations de ce culte sur lesquelles l'attention n'a peut-être pas été assez attirée. Ce rite de la hache gardienne du tombeau, non plus simplement de la hache figurée, mais de la hache elle-même, est déjà signalé par cette remarque que J. de Baye fait dans son *Archéologie Préhistorique* p. 304: « Dans les grottes de la vallée du Petit Morin, la hache (de silex trouvée dans la sépulture) était dressée contre la paroi de la grotte... debout comme une garde; la crosse de sa gaîne reposait sur le sol et le tranchant regardait la partie supérieure de la grotte ».

Ce rite, nous l'avons encore rencontré nous-même, non plus dans une grotte creusée dans la craie, mais dans une allée couverte fouillée et restaurée l'an dernier, dans les bois du Reclus, près de Corfélix (Marne), dans la vallée du Petit Morin, à quelques kilomètres en aval de Villevenard, Courjonnet et Coizard.

Fg. 4 — Coizard: Groupe de Razet.
Intérieur de la grotte qui laisse voir le couloir d'accès, l'antégrotte sur la paroi gauche de laquelle est la sculpture anthropomorphe reproduite fig. 1, et à l'intérieur, les deux haches sculptées.
La hauteur moyenne de l'entrée intérieure est de 1m.
(Cliché J. Prieur)

A noter en passant cette particularité constatée pour la première fois: cette allée était recouverte d'un tumulus, non pas, comme d'ordinaire, en forme de *dôme* enveloppant tout le monument, mais *en écharpe, à cheval* sur l'allée dont les deux extrémités demeuraient à l'air libre.

Il s'agissait là d'un ossuaire qui a fourni, au milieu d'un fort magma d'ossements humains brisés et enchevêtrés, avec quelques objets de parure et quelques tessons de céramique, plusieurs lames de silex dont quelques-unes retouchées en poignards, en grattoirs... un magnifique poignard de 18 centimètres de long en silex du Grand Pressigny, 19 flèches à tranchant trans-

---

charbon représentant l'un une sorte de gril, l'autre un objet indéterminé. Un troisième dessin est aujourdhui effacé.

Les moulages de toutes ces sculptures et la reproduction de ces dessins trouvés dans les grottes néolithiques de la Marne viennent d'être exécutés par les soins du Musée de Saint-Germain et sont déposés au Musée de Préhistoire d'Epernay.

versal et 12 pointes de flèches, quelques-unes parfaitement travaillées, formant une série assez homogène où prédomine le type en losange, mais où, cependant, surtout dans les plus fines, on sent comme l'apparition d'une soie, d'un pédoncule, comme des embryons d'ailerons qui indiquent une tendance vers le Néolithique final.

Ce mobilier est bien contemporain de celui des grottes du Petit Morin. Peut-être la technique moins fine des flèches à tranchant transversal et l'homogénéité des types en losange, proportionnellement en bien plus grand nombre que dans les grottes — 12 pour 19 flèches à tranchant transversal au Reclus contre 58 pour 2000 dans les grottes, — inciteraient-elles à faire remonter cette allée à une date légèrement antérieure, de très peu cependant. Mais, malgré cette faible nuance, nous demeurons toujours dans une civilisation du Néolithique moyen.

Or, dans cette allée, nous avons recueilli huit haches polies avec le talon d'une neuvième. De taille assez réduite, variant entre 7 et 12 centimètres de longueur, elles paraissent, pour la plupart, provenir de haches plus volumineuses détériorées et qui auraient été remises à neuf pour la circonstance, pour être déposées dans l'ossuaire, sauf une, non retouchée et trouvée vers l'entrée de l'allée et qui était peut-être une pièce perdue dans les terres du tumulus. Elles ont reçu un affûtage si soigné que l'on peut, avec quelques-unes, couper une feuille de papier aussi facilement qu'avec le meilleur canif.

Il y faut voir des objets purement rituels. On remarquait, en effet, que, volontairement, ces haches n'étaient pas comme les autres pièces du mobilier disséminées au hasard dans la brèche osseuse, mais elles occupaient toutes une position certainement déterminée, sauf une, celle qui n'avait pas été retouchée. Une fut recueillie en dehors de l'allée, en avant, mais tout contre le premier support de gauche. Les six autres avaient été déposées *contre* les parois intérieures des deux premiers suports de chaque côte de l'entrée, avec tellement de soin que deux d'entre elles ne furent découvertes que quand, la fouille terminée, on gratta ces supports pour les débarrasser d'une faible couche d'argile qui les recouvrait sur deux ou trois centimètres d'épaisseur seulement.

C'était le rite déjà constaté par J. de Baye dans les grottes voisines où les Néolithiques avaient déposé contre les parois ou représenté sur ces mêmes parois les armes tutélaires.

C'est le rite qui va se perpétuer pendant de longs siècles et que l'on retrouve plus ou moins déformé dans la civilisation Chalcolithique ou dans celle du Bronze, comme on y retrouvera, également déformées et devenues à peine identifiables, les figures anthropomorphes dont les gravures scutiformes de l'Armorique seraient peut-être une des ultimes stylisations.

Mais il paraît indéniable, jusqu'à ce que de nouvelles découvertes viennent prouver le contraire, que c'est en Champagne, dans les grottes de Villevenard, de Courjonnet, de Coizard, dans l'allée couverte du Reclus..., qu'il faut chercher les premières manifestations de ce culte de la hache à l'époque néolithique et aux âges suivants.

Dr. Joaquim Fontes
Presidente da Secção de Arqueologia Prè-histórica da Ass. dos Arq. Portugueses (Lisboa)

Figuras rupestres astrais no santuário prè-histórico do Gião (Arcos de Valdevez)

Entre as centenas de gravuras que foram insculpidas nos rochedos e nas grandes lages que afloram à superfície do solo desta montanha há algumas representações de figuras astrais. São estrêlas de quatro, sete e oito raios. Ordinàriamente no centro e na terminação de cada um dos raios existe uma escavação, excepto numa que existe no côto das Bogalheiras em que êles terminam livremente.

Essas figuras estelares têm dimensões já de certa grandeza, principalmente se se compararem com a maioria das outras gravuras da chã do Gião. O seu diâmetro é de $0^m,34$; $0^m,35$ e $0^m,83$.

Um facto curioso e que convém frisar é que numa lage horizontal de grandes dimensões ($6^m \times 5^m,60$), olhando o zénite, foi o local onde êsse ignorado artista prè-histórico gravou essas figuras estelares. Só existe aqui mais outra, noutra lage também horizontal e a que acima se fêz referência; no côto das Bogalheiras. É provável que essa posição seja intencional.

Figuras soliformes são freqüentes na arte rupestre, mas as figuras estelares do Gião afastam-se bastante das representações mais freqüentes do sol. Êste astro é vulgarmente representado por um círculo de grande diâmetro e de cuja periferia saem os raios enquanto que nas gravuras do Gião a depressão que ocupa o centro da figura é de dimensões muito deminutas.

Mas representariam elas também o sol? É pregunta para a qual não temos resposta segura. No entanto a maneira como o artista as desenhou é diferente, se por acaso elas representam o astro do dia.

Representações de figuras soliformes aparecem durante o período neolítico e idade dos metais. As do período paleolítico e de Mas-d'Azil são menos demonstrativas, e Obermaier frizou bem êste ponto (1); mas êste autor, como Breuil (2), etc., mostraram como do neolítico em diante elas são freqüentes, quer em pinturas rupestres, quer gravadas sôbre vasos e até insculpidas em esteios de antas em Espanha, Irlanda, Alemanha e Áustria (3).

Melida (4) por seu lado publicou também figuras soliformes gravadas em dolmens dos arredores de Badajoz.

É um facto freqüente na arqueologia prè-histórica a representação do sol e as gravuras do Gião vêm provar como no nosso país existiu também um culto astral nesses tempos tão recuados.

---

(1) *Yacimiento prehistórico de Las Carolinas* (Madrid); *Memoria n.° 16 da Comisión de Investigaciones Paleontológicas y Prehistóricas;* Madrid, 1927, pág. 23 e seg.

(2) *Les peintures rupestres de la Péninsule Ibérique,* LX, *La vallée peinte des Batuecas* (Salamanca), *L'Anthropologie,* XXIX, Paris, 1918-1919, fig. 11, 12, 14, 20.

(3) P. Munro, *Les stations lacustres d'Europe aux âges de la pierre et du bronze.* Tradução francesa de P. Rodel, Est. 24, Paris, 1908. Déchelette, *Manuel d'Archéologie préhistorique celtique et gallo-romaine* Vol. I, Paris, 1908, pag. 548, fig. 199; Vol. II, Paris, 1910, pag. 413 e seg.

(4) *Arquitectura dolménica ibera. Dolmenes de la Provincia de Badajoz; Revista de Archivos, Bibliotecas y Museos;* XXVIII, Est. VI, Madrid, 1914.

Dr. A. de Amorim Girão
Professor da Universidade de Coimbra

Sepulturas antropomórficas abertas em rocha

Uma das preocupações que mais fatais têm sido à resolução de alguns problemas arqueológicos é, sem dúvida, atribuir a determinadas descobertas uma cronologia própria; ou ainda englobar, na mesma tentativa de explicação, vestígios de diversa procedência, por maiores que sejam as semelhanças entre êles reveladas.

A significação dos monumentos de arte rupestre estará possìvelmente neste caso. Procura-se uma única explicação onde explicações várias devem por certo existir, o que, não sòmente prejudica a boa interpretação dos achados, como em muitos casos afastará consideràvelmente da verdadeira solução que todos procuram.

Por outro lado, muito generalizada se encontra ainda a tendência para fazer remontar à mesma época espécies arqueológicas que podem pertencer a diferentes épocas históricas ou proto-históricas. E a idade das *sepulturas antropomórficas* cavadas em rocha constitue, em nosso entender, um exemplo interessante dêste facto.

Sôbre êsse problema, pronunciou-se Martins Sarmento de maneira sensìvelmente diferente dos outros arqueólogos portugueses, mas em termos reveladores de uma grande probidade scientífica e da pouca pressa que tinha em chegar a conclusões definitivas.

E, por tal motivo, ao tentarmos corresponder, na medida das nossas poucas fôrças, ao amável convite que nos foi feito para colaborar na homenagem prestada ao ilustre vimaranense, pareceu-nos que não seria absolutamente destituído de interêsse versar aqui o referido problema, carreando para a sua resolução elementos colhidos nas nossas excursões por uma boa parte do país.

Eis o que temos em vista com as ligeiras notas que se seguem.

*

A idade das sepulturas antropomórficas abertas em rocha constitue, na verdade, uma questão largamente debatida na arqueologia portuguesa.

Martins Sarmento considerou-as posteriores à conquista romana, ao contrário do Dr. Leite de Vasconcelos e de Filipe Simões, que as julgaram romanas ou mesmo anteriores; por seu turno, o Dr. Vergílio Correia, referindo-se

ao assunto (*Monumentos e Esculturas*, pág. 91 e segs.), não hesitou em considerá-las francamente medievais e, em grande parte, posteriores ao século x.

Quanto a nós, de algumas dezenas de sepulturas com a forma do corpo humano, que descobrimos em excursões realizadas pela Beira Alta e pelo Minho, ainda inéditas em grande parte, julgamos poder concluir que todos os autores citados têm razão em certo modo, porquanto nessas diversas épocas se usaram campas com semelhante forma.

Há, entretanto, que fazer uma distinção muito importante, segundo cremos, para o nosso caso: entre sepulturas antropomórficas abertas às vezes muito tôscamente em saibro rijo ou rocha viva, e sepulturas da mesma forma, embora mais aperfeiçoadas, abertas em pedra volante.

As primeiras são, por via de regra, mais antigas, e relacionam-se geralmente com núcleos de população proto-histórica, vizinhos dos locais onde se encontram; as segundas remontam quási sempre a tempos mais recentes, e pertencem em muitos casos à Idade Média.

*

De tôdas as necrópoles desta natureza que conhecemos, a mais importante é, sem dúvida alguma, a que fica situada no local denominado *Água-Afonso*, limites de Routar, concelho de Viseu.

Em terrenos de semeadura, destaca-se uma ligeira elevação onde o granito predomina, e onde podem observar-se, abertas na rocha e com a forma do corpo humano, numerosas sepulturas de dimensões e profundidades variáveis.

Aqui e ali, entalhes e chanfraduras na rocha, e uma espécie de escadaria de acesso denotam o cuidado com que se rodearam os mortos lá depositados; sinais gravados, e séries de *pontinhos* nas faces lisas do granito, parecem transportar-nos ao ritual fúnebre dos fins do Neolítico, se bem que tais sepulturas sejam indiscutìvelmente de época posterior, devendo em nossa opinião andar relacionadas com qualquer núcleo castrejo das vizinhanças.

São ainda, com certeza, prè-romanas as sepulturas antropomórficas de *Jugueiros*, a que se refere A. Campos no *Viseu-Beira*, e as que se encontram junto da ermida da *Senhora do Castelo* de Vouzela; da mesma idade devem ser ainda outras que erròneamente se têm atribuído aos Mouros, como as do pretenso *almocávar* ou cemitério mourisco de *Corvite* (Castelo de Paiva), uma das quais tem ainda a particularidade interessante de apresentar no fundo pequenos regos ou entalhes, correspondentes às costelas.

Proto-histórica é uma sepultura cavada em saibro rijo, situada junto do lugar denominado *Tapada*, na base do Monte Lafão (Vouzela), não longe de uma *lagareta* da mesma época; e duas outras sepulturas há poucos dias encontradas junto do mesmo local, onde há dez anos foram postos a descoberto, por ocasião duma surriba para plantação de vinha, diversos objectos, como *tegulæ*, *imbrices*, bases de colunas com ornato muito tôsco, *molæ manuariæ*, pesos de tear, fragmentos de objectos de barro e uma moeda romana de cobre, já completamente oxidada, mas ainda assim bem característica.

Outra sepultura da mesma natureza, e também da mesma idade, pode ainda

ver-se junto da linha férrea do Vale do Vouga, entre a estação de Mossâmedes e o apeadeiro de Real.

No Minho, são também numerosos os exemplares do nosso conhecimento. E apenas citaremos alguns do *Gerez* e *Faro de Anha*, pela circunstância de PAULO CHOFFAT os ter confundido, por vezes, com fenómenos de erosão atmosférica. Basta examinar com atenção as magníficas gravuras que acompanham o estudo do saüdoso geólogo, publicado no vol. III das *Comunicações da Comissão do Serviço Geológico,* para reconhecer que a Est. I representa verdadeiras *sepulturas antropomórficas*, e a Est. II uma *lagareta* proto-histórica, onde a pia inferior é bem evidente.

*

À época francamente romana, apenas somos tentados a atribuir uma sepultura, aberta em pedra móvel, que ladeia a via militar junto do outeiro da *Senhora do Crasto,* a poucos quilómetros de Viseu; mas tôdas as nossas hesitações derivam da sua discordância com outras sepulturas incontestàvelmente dessa época, que conhecemos na mesma região, como as da necrópole romana de *Germinade* (S. Pedro do Sul), da qual demos breve notícia no *Archeólogo Português.*

*

Medievais, e com freqüência pertencentes à Idade Média já muito adiantada, são, entretanto, quási tôdas as sepulturas antropomórficas abertas numa só pedra volante, mais perfeitas e de contornos mais angulosos.

Encontram-se elas de preferência junto de templos medievais ou dos que lhes sucederam no mesmo local; e pode citar-se, como exemplo, um sarcófago, com inscrição gótica muito apagada, existente no adro da igreja paroquial de Ventosa (Vouzela).

Certo é também, quási sempre, o seu aparecimento junto de pequenas ermidas, em sítios pouco mais ou menos desgarrados, destinados como eram a guardar os restos mortais do seu fundador. Confundem-se fàcilmente com *pias*, e o povo aplica-lhes de facto êsse nome.

Estão neste caso as sepulturas cavadas em rocha das ermidas da *Senhora Dolorosa*, em Ribeiradio (Oliveira de Frades), e da *Senhora do Bom Despacho*, em S. João do Monte (Tondela).

Ambas elas apresentam a particularidade de se afirmar a seu respeito que partiu o carro ou foram molestados os bois, quando pretendiam levá-las do primitivo lugar; e da primeira refere mesmo a lenda que, no momento da sua remoção, a Virgem, acompanhada de dois Apóstolos, aparecera a reconduzi-la para o santuário, exclamando:

Pega Pedro, agarra André,
Que esta «pia» nossa é.

E eis aí o que temos a dizer sôbre a idade das sepulturas cavadas em rocha, as quais, se não podem servir-nos de elemento para estabelecer uma cronologia certa e segura, são todavia, na maior parte dos casos, indícios de grande antiguidade.

Dr. Manuel Gómez-Moreno
Director del Museo de Valencia de Don Juan (Madrid)

La cerámica primitiva ibérica

Mi intento es precisar algunas modalidades de nuestra vajilla más antigua —que es tanto como decir primitiva de todo el Occidente—dentro de una etapa cultural denominada «de las cuevas», y atendiendo a su fase progresiva, cuyo distintivo es un predominio creciente de la cerámica decorada con incisiones. Su auge se dió en el país meridional montañoso, llamado Andalucía alta; y queda aparte otra fase, típica de los territorios septentrionales, en cuevas donde se mantuvo predilección por el adorno averdugado, hasta dentro de los periodos históricos. Una división de la «cultura de las cuevas», en meridional y septentrional, resulta más apropiada que el llamar «central» a la primera, ya que ésta sólo por expansión alcanzó a la meseta castellana, com también al borde occidental de la Península. Respecto de sus comarcas occidentales, cabe una separación, porque las pinturas naturalistas rupestres—que no hay motivo para llevar a una Edad anterior, salvo el amor propio de sus definidores,—parecen testimonio de haber durado allí más la vida salvaje, es decir, de cazadores errantes retrasando la evolución sedentaria de que la vajilla da testimonio.

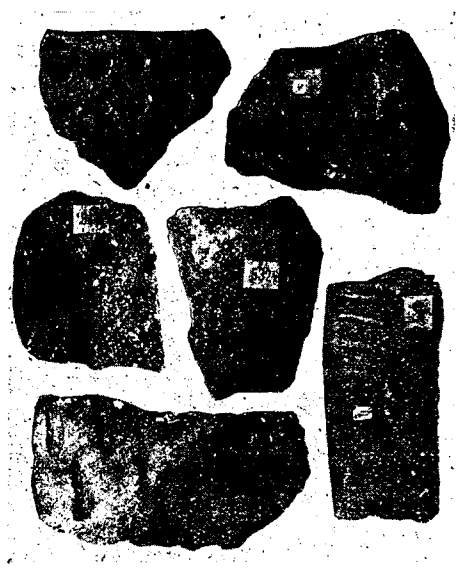


Fig. 1—Cueva de los Murciélagos (Albuñol, Granada).
Museo arqueológico de Madrid.

En dicha cerámica primitiva aparece el adorno generalmente restringido a la parte superior de las vasijas, lo que no se acomoda bien a explicarlo como un remedo de la obra de cestería. Los verdugos picados, o sea, lomos de relieve extendidos sobre la vasija en fresco, y luego punteados o rayados de través, parecen una interpretación artística de los ataderos con cuerdas que reforzasen

otros recipientes, hechos con materiales quebradizos o elásticos, y aun los mismos de barro antes de consolidarse en el horno. Esta vajilla averdugada inicia el tipo de orza con solero plano, frente al de cuencos y ollas ovoides, formas casi únicas en las regiones meridionales, juntamente con la de ánfora que no prevalece. Lo que sí es común a toda vasija es el aditamento de asas, pezones o topes, para colgadero, que se achican y desaparecen al surgir después los tipos cerámicos de Cienpozuelos y del Argar. En estos viene a ser indicio de una estética nueva el perfil cóncavo de los vasos, que asi resultan en escota o acampanados, y ello nos vale para distinguir épocas.

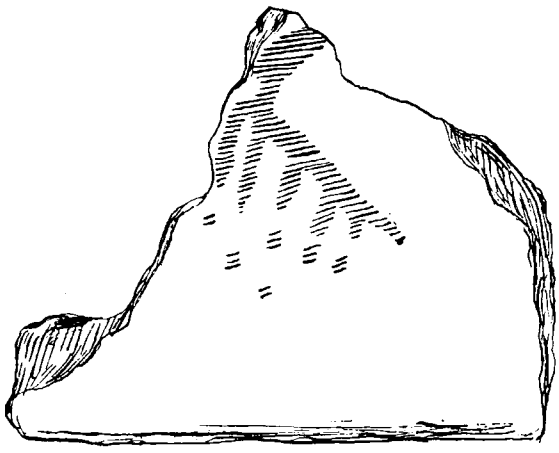


Fig. 2 — Cueva de los Murciélagos (Albuñol, Granada). Museo arqueológico de Madrid.

Hay precedentes de lo averdugado en orzas egipcias de Negada (1) y otras, con mayores desarrollos, en Caldea (2); muy primitivo todo. Por acá lo tenemos en la cueva asturiana del Castillo (3); asi como lo inciso, en la de la Paloma (4) y en los concheros portugueses de Mugem (5); todo ello vetusto, aunque sin precisión cronológica. Tiestos con series de verdugos picados, juntamente con pulseras de pizarra, aparecieron en un silo de Almizaraque, sobre la desembocadura del Almanzora, lo que, por excepcional en aquel pais, merece anotarse (6). Aunque menos prodigada, esta misma decoración abunda en todas las cuevas granadinas y malagueñas, especialmente en la del Hoyo de la Mina, donde los verdugones forman semicírculos entre las asas, como bandas de cuerdas pendientes de ellas, afianzándose así el supuesto origen de dicho adorno (7). Éste falta o poco menos, mientras campea el de incisiones, en las cuevas de Gibraltar, en las africanas hacia Orán y Túnez, en las de Tenerife y en las de Portugal, Extremadura y Segovia, que todas podrán ser menos antiguas. Respecto de las cuevas del NE. peninsular, desde Guadalajara hacia arriba, por tierras de Soria, Vasconia, Navarra, Aragón, el Maestrazgo y Cataluña, su cerámica averdugada y la del tipo de los Alcores y Cienpozuelos, a más de sus imitaciones bárbaras, apa-

(1) Flinders Petrie: *Negada and Ballas;* lám. XXII.
(2) Contenau: *Manuel d'archéologie orientale;* I, 356, 426.
(3) Alcalde del Rio: *Las pinturas y grabados en las cavernas... de Santander;* p. 76.
(4) Se conservan en el Museo de ciencias naturales de Madrid.
(5) Están en el Museo ethnológico portugués de Lisboa.
(6) Están en la colección de D. Luis Siret, en Cuevas del Almanzora (Almería).
(7) Such: *Avance al estudio de la cueva « Hoyo de la Mina »;* figs. 9 a 22.

recen revueltas y sin garantia de prioridad para los tiestos de aspecto arcaico, siempre raros (1).

La decoración incisa primitiva ofrece variedad de procedimientos, sin que ello justifique el adjudicar siempre una mayor antigüedad a los más rudimentarios, cuales son mellas hechas con la uña, que levantaban un reborde lateral a cada golpe y se disponían en filas con cierto orden, o bien series de arañazos a punzón, que producían rebabas también. Para evitarlas, según hizo notar el Sr. Serra Vilaró (2), ideóse no incidir el barro fresco, sino apretarlo con instrumentos adecuados que imprimían huellas cóncavas, similares de las incisiones y cuyo aspecto variaba, según el corte del punzón o filo empleado. Serían mate-

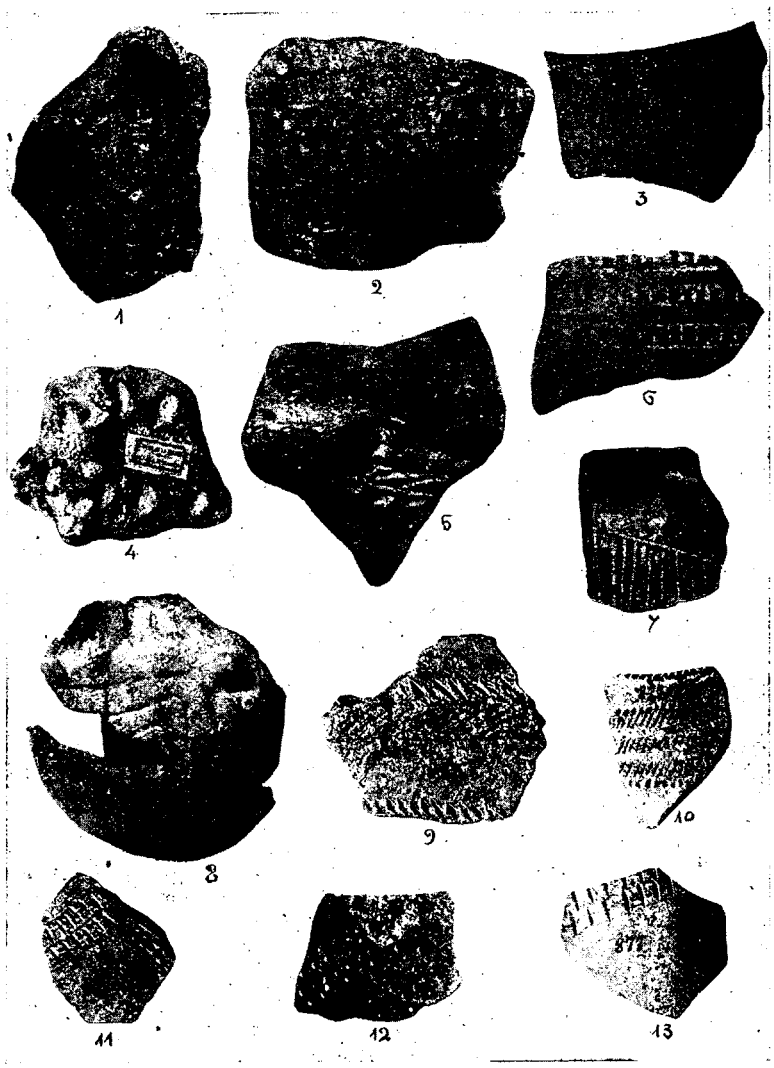


Fig. 3 — Cueva de la Mujer (Alhama, Granada):
1 a 8, Museo antropológico de Madrid y Col. G. M.
9 a 13, Museo arqueológico de Granada.

(1) Castillo Yurrita: *La cerámica incisa de la cultura de las cuevas de la península ibérica, etc.*, en *Anuario de la Universidad de Barcelona*, 1922 — Martinez Santa-Olalla: *Cerámica incisa y cerámica de la cultura del vaso campaniforme en Castilla la Vieja y Asturias*, en *Anuario de prehistoria madrileña*, 1930.

(2) *Escornalbou prehistorich*; p. 35.

riales idóneos para esta faena los colmillos de javalí, huesos aguzados, costillas y chapas de omoplato, a más de palillos y conchas.

Estas impresiones, cuando iban de filo, producian líneas rectas, necesariamente. Para obtener curvas y una mayor soltura, habia que proceder a pulso, con un estilete, cuyo empleo se facilitó procediendo a saltitos oblícuamente, lo que daba de si huellas escalonadas, angulares o de cuadrado, según estuviese cortada la boca del instrumento. Es la técnica «de Boquique», así llamada con el nombre de la cueva extremeña donde se observó primero, aunque su aparición corresponde a una cueva malagueña vetusta. Con los mismos estiletes se obtenian huellas sueltas; o bien, manejados de punta, provocaban triángulos, cazoletas y otras impresiones más o menos regulares, que, repetidas en serie, constituían zonas decorativas. Simultáneamente quizá, para formar de una vez líneas punteadas, valió dentar el filo de una chapa, que imprimía cuadraditos cóncavos, y este fué el origen de otra técnica, que llamaremos «de los Alcores», región sevillana donde evolucionó la cerámica con el tipo campaniforme y dicho procedimiento de adorno; pero cabe rastrear también su invención en las cuevas granadinas. La técnica llamada «cardial», que da resultados análogos, operando con el borde de ciertas conchas — cardium, pecten — parece ser una modificación de la anterior, que se nos ofrece abundante en cuevas de hacia Játiva y en las de Montserrat (1), con caracteres idénticos en ambas regiones y atribuida a la cultura del cobre. Más rudimentaria la prodigan otras cuevas en el Mogreb, entre muestras de abolengo español, según luego expondremos; pero faltan datos en favor de una precedencia entre esta técnica cardial y las de Boquique y los Alcores.

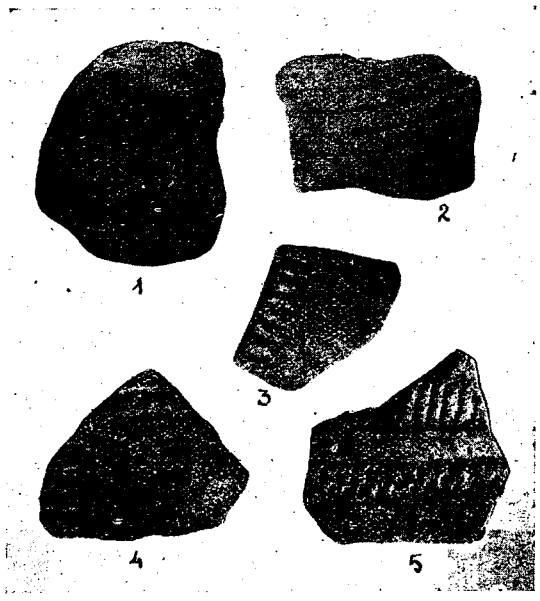


Fig. 4 — 1, Montefrio (Granada), Col. G. M.
2 a 4, Cueva de la Pileta (Benaoján, Málaga), Col. G. M.
5, Sanchorreja (Avila), Museo arqueológico de Madrid.

En la etapa anterior que ahora estudiamos, dichos elementos ornamentales no dieron otra cosa que rayas seguidas, en grupos de paralelas rectas o curvas; campos picados; rayas cortas entre las paralelas rectas, ya en sentido perpendicular ya oblícuas, y también los ziszás y raspas. En las bandas curvas y en

(1) Ballester Tormo: *Unas cerámicas interesantes en el valle de Albaida*, en *Cultura valenciana*, 1928 — Ponsell: *La cova de la Sarsa*, en *Archivo de prehistoria levantina*, 1928 — Colominas: *Prehistoria de Montserrat*, 1925.

las zonas de paralelas rellenas quizá tengamos un recuerdo de lo averdugado, así como en las raspas otro de la obra de pleita. Los cruzamientos en aspas, cuya rareza sorprende, y las puntas que llaman «dientes de lobo» no resultan muy primitivos. Pocas vasijas simultanean verdugos picados y labor incisa; tampoco fué general ni primitivo el picar los bordes, y estos no forman reborde saliente sino con mucha posterioridad. Como origen de todo ello difícilmente se podría justificar una imitación directa de modelos orientales, aunque provenga de ellos la técnica de la alfarería y aun el instinto decorativo y lo averdugado; lo demás es bastante simple y rudimentario para que deje de ser verosímil atribuirle originalidad.

Fig. 5 — Cueva del Hoyo de la Mina (Málaga). Col. Such.

Otro elemento decorativo, muy generalizado en esta vajilla, es el pintado. Sobre ello apenas hay dicho algo, y es lo principal que aquí traigo de nuevo, todo pendiente de observaciones propias. Otros podrán ampliarlas mucho, examinando vasijas y tiestos cuidadosamente, pues a veces resulta difícil apreciar la pintura, ya por suciedad o por un lavado excesivo, y habrá ejemplares que la perderían de antiguo. Esta pintura es única: un rojo carminoso, producto del óxido de hierro — almagre o hematites roja — minerales cuya presencia es frecuente entre el material arqueológico de las cuevas. No hay que pensar en un vedrío, como el de las vajillas egipcia y cretense, obtenido con dicho óxido y un fundente alcalino. La facilidad con que aquélla se reduce a polvo raspándola, acredita que es pintura simplemente, quizá disuelto en sangre el óxido, con lo que se obtenía hacerlo inatacable al agua, como nuestras pinturas rupestres. Pintada o no, la vajilla primitiva se alisaba y bruñía por frote antes de cocerla; y después, al aplicarle el color, había de bruñirse nuevamente. Hay piezas pintadas del todo; otras sólo por su cara externa; en algunas de las que parecen menos antiguas, el color se localiza en las incisiones del adorno. No he observado pintura en ningún tiesto con verdugones. Un ejemplar sólo, de Albuñol, parece llevar algo como animal pintado sobre el barro y brillante, recordando el arte estilizado rupestre (fig. 2). Cumple advertir, por fin, que no debe confundirse ello con el color del barro bien cocido, porque éste penetra más o menos en el cuerpo de la vasija, antes de llegar a negro, mientras que la pintura queda superficial en absoluto y con un tono más carminoso que el de la arcilla en su grado máximo de oxidación. Sin embargo, no procediendo con mucha cautela, es posible engañarse.

Esto del pintado viene a ceñir algo nuestras ideas sobre la evolución de aquélla época remotísima, fase primera de la « edad neolítica », ya caducada casi, desde que se deslindó la otra fase en que aparece cobre. Es por eliminación sobre esta última como aquélla puede reconocerse, y es en Andalucía donde el cobre revela con su presencia una sociedad integral nueva, refinada a su modo, según la descubren despoblados almerienses, como los Millares y Almizaraque (1); la misma que debió de abarcar los Alcores, a lo largo del Guadalquivir (2), que reaparece en cuevas artificiales de Portugal (3) y se infiltra más o menos en las comarcas peninsulares incultas. Una vajilla de tipo nuevo, refinada también, lisa unas veces, policroma otras, grabada primorosamente y enyesada, cuando surgió el famoso vaso campaniforme, acompaña a las otras manifestaciones de dicha cultura, desde antes de cristalizar el tipo dolménico, expresión secundaria suya marcada con la presencia de dicho vaso, que el comercio marítimo propagó hasta paises remotos. Todo esto, si no es bien notorio, debe serlo.

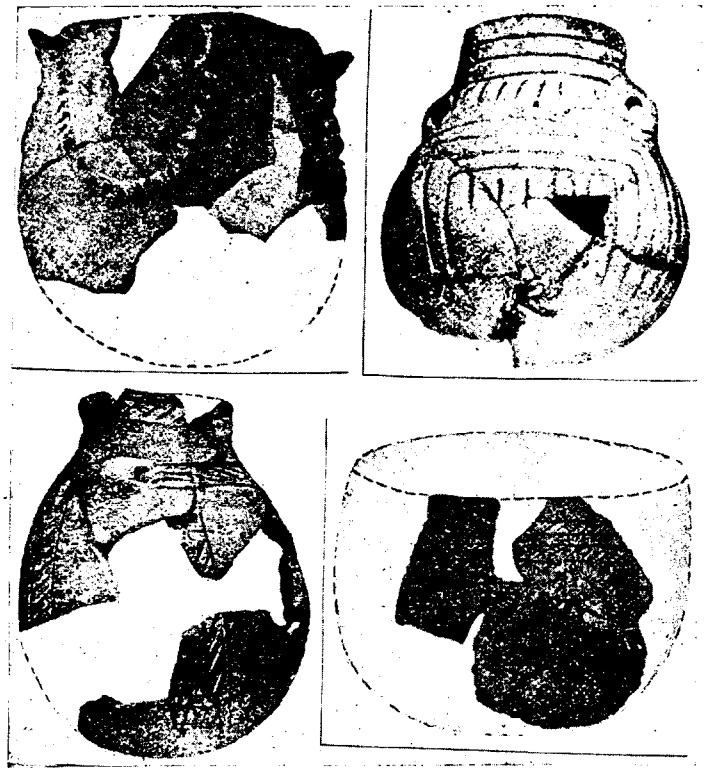


Fig. 6 — Cueva del Hoyo de la Mina (Málaga). Col. Such.

Pero al margen de la cultura de las Tierras bajas andaluzas, a que se refiere lo anterior, queda el macizo de la Andalucía alta, o sea las serranías de Granada y Málaga, donde no prosperó sino tardíamente, que sepamos, la evolución susodicha; y menos, desde luego, que la posterior del Argar, con bronce, plata y otra cerámica diferente. Lo que sí abunda, en cierto modo, allí son cuevas naturales, donde se descubren los restos de vajilla que principalmente ana-

(1) Siret: *Questions de chronologie et d'ethnographie ibériques*; a más de varias monografias anteriores, en *Revue des questions scientifiques.*

(2) Bónsor: *Les colonies agricoles préromaines de la vallée du Betis* — Castillo Yurrita: *La cultura del vaso campaniforme;* láms. VI a XI.

(3) Cartailhac: *Les âges préhistoriques de l'Espagne et du Portugal* — Varios estudios en *O Archeologo português* — Castillo Yurrita: obra citada.

lizamos ahora, según quedó indicado al comienzo de este trabajo. No puede negarse que una parte, cuando menos, de la cultura revelada en ellas fuera sincrónica de la almeriense; aun se podrían precisar como penetraciones de ésta los arreos personales, cuales son, rodajitas de concha, para collares, y pulseras de caliza, más algún finísimo cuchillito de pedernal; pero el faltar absolutamente puntas de flecha en las cuevas resta valor a la infiltración. En todo caso es un argumento decisivo para suponer independencia, aunque no fuese absoluta, entre ambas culturas, el observar que a las cuevas no trasciende la vajilla almeriense; resultando que, así como en ésta los vasos campaniformes enyesados constituyen buen testimonio de la cultura del cobre, así aquella otra vajilla grabada y pintada de rojo corresponde plenamente a la cultura que le precedió, sin metal, sin pedernales exquisitos, sin adornos personales cuasi ni aun sepulturas, salvo indicios de que se dejaba a los muertos en las cuevas mismas. En cambio, pudieron ser manifestaciones suyas artísticas las pinturas rupestres estilizadas, con carácter esquemático, que a veces coinciden con yacimientos cerámicos primitivos.

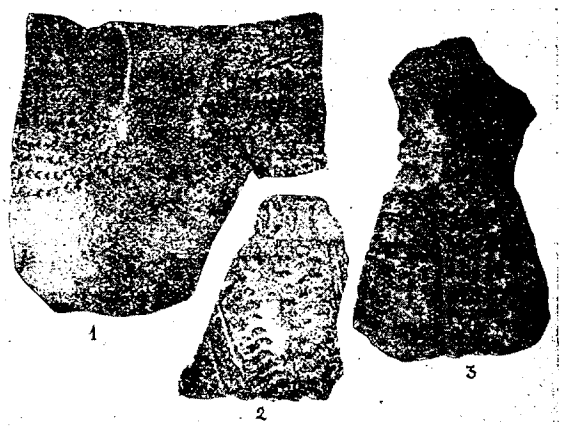


Fig. 7 —1 y 2, Cueva del Hoyo de la Mina (Benagalbón, Málaga). Col. Such.
3, Zafra (Badajoz). Museo antrop. de Madrid.

Si para establecer algo de cronología relativa en lo concerniente a éstos nos guiamos por su rusticidad, es indudable que el primer jalón de la cultura granadina lo suministra la cueva alpujarreña de los Murciélagos; pero antes hemos de hacer distinciones. Góngora (1) recogió de buena fé, como procedentes de ella, diez años después de su descubrimiento, restos de momias, tejidos y bolsas hechos con juncos, esparteñas o agobías, cucharas de palo y una diadema de oro bien laminado, exactamente igual a las de la necrópoli fenicia de Sidon, que resultan de origen cretense. Admiran las tragaderas de los prehistoristas que admiten sin discusión como neolítico todo esto, cuya mayor parte fué obtenida en las casas de Albuñol, entre rechiflas que aun pude recoger de oidas. Y esto dicho sea salvando cierta antigüedad, especialmente para la diadema y aun quizá los tejidos. Lo que originó la confusión fué el hallazgo, bien garantizado, en la cueva y sus vertederos, de piedras de rayo, cuchillas de pedernal, pulseras de caliza, punzones de hueso y tiestos de la serie primitiva, con variedad de asas, verdugos picados, uñadas y rayas hechas a dedo o a punzón, todo ello grosero (fig. 1). Además se obtuvieron, parte de un cuenco profundo, pintado de rojo por ambas haces; otros pequeñitos, que parecen estarlo por dentro, y dos

(1) *Antigüedades prehistóricas de Andalucía.*

cascos de vasija con solero plano, rojo también por fuera uno de ellos, y algo como cuadrúpedo pintado sobre el barro, en el otro (fig. 2) (1).

Sigue a dicha cueva, en caracteres de primitivismo, la de la Mujer, cerca de Alhama (2). Repitióse aquí el hallazgo de herramientas de piedra y hueso, pulseras de concha y de caliza, parte de un recipiente de serpentina, trozos de almagre, piedras teñidas con él, como bruñidores o moletas, y abundancia de tiestos, con las asas, pezones, topes y verdugos picados de costumbre. Algunos, lisos, resultan pintados por fuera o por ambas caras; lo mismo otros, con labor de rayas y puntos hechos a punzón, y alguno que sólo mantiene el color dentro de sus incisiones. Éstas desarrollan ziszás y raspas entre rayas seguidas, pero no en curva, destacándose un fragmento con una especie de sol, y una ollita con rayas, pintadas en uno y otra sus incisiones (fig. 3) (3).

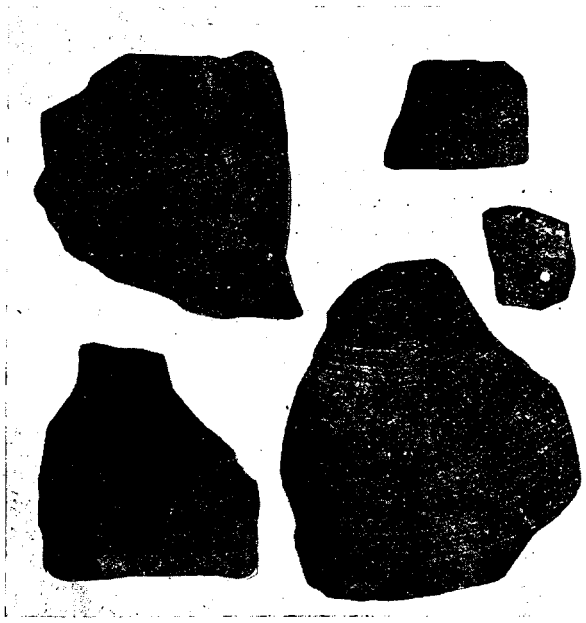


Fig. 8 — Cueva de la Nogaleda (Villaseca, Segovia) Col. Cerralbo.

Las Peñas, en Montefrío (Granada), son un campo de antas muy notable, con cerámica lisa toda (4); pero, dentro de un pozo tallado en la roca, se halló un tiesto con asa, rayas incisas y pintura roja, bien semejante a lo de Alhama (fig. 4, *1*).

La cueva de la Pileta, en la serranía de Ronda, conocida por sus pinturas rupestres, guardaba, en un seno recóndito sin pinturas, muchos tiestos de pequeñas vasijas, como los arriba citados y además con adorno de bandas curvas (5). Quizá siempre se tiñeron de rojo sus incisiones, pues lo están en los ejemplares que tengo a la vista, sin extenderse el color fuera de aquéllas (fig. 4, *2* a *4*).

Otro lote abundantísimo ofrece la cueva del Hoyo de la Mina, cerca de Málaga y de Benagalbón, juntamente con el material de piedras de rayo y pun-

---

(1) Todo ello se conserva en el Museo arqueológico de Madrid.

(2) Mac Pherson: *La cueva de la Mujer... en Alhama de Granada.* 1870, 1871. —Castillo: obra citada, lám. III.

(3) Lo más de ello, en el Museo antropológico de Madrid; parte en el arqueológico de Granada; otros en el de Sevilla, en el Británico y en la Institución libre de Enseñanza; algo, en mi poder, obtenido en una excavación posterior.

(4) Gómez-Moreno: *Monumentos arquitectónicos de la provincia de Granada;* 1907.

(5) Breuil: *La Pileta à Benaojan,* p. 8 — Fragmentos que debo a D. Juan Cabré.

zones de hueso, pulseras de caliza y cuentas redondas de concha; pero sin pedernales. Las vasijas son ollas y cuencos, con asas y pezones, mucho de verdugos picados y de labor incisa, con cierta variedad y complicaciones, cual es la técnica de Boquique, aplicada para formar bandas curvas principalmente, y la de los Alcores, en esbozo, para rayas finas, en una olla grande muy adornada (fig. 5); otra, menor, es como la pequeñita de Alhama, y hay bandas de líneas cruzadas en aspas (1). Resultan llenas de rojo sus incisiones, y teñidas con el mismo color algunas piezas lisas, quedando aún pozos de él dentro de un cuenco (fig. 6 y 7, *1* y *2)*. Otros ejemplares, sacados de una cueva próxima — la Tapada — pertenecen a la misma serie, mas en los vistos por mí no hay pintura (2).

Fig. 9 — Cacín (Granada). Museo arqueológico de Madrid.

El material cerámico de las cuevas de Gibraltar, en el Museo Británico (3), hermana por sus caracteres artísticos, absolutamente, con lo anterior, y aunque nada se haya dicho referente a pintura, es verosímil que la tenga.

Bien lejos, en los arribes del Duratón, cerca de Sepúlveda, la cueva de la Nogaleda ofrece otro foco similar de los andaluces sobredichos, a más de pinturas rupestres, con estilizaciones de soles, no publicadas aún, herramientas de piedra y abundancia de tiestos con adorno de verdugones,rayas finas y puntos grabados; en algunos, técnica de Boquique y la consabida pintura llenando incisiones, aunque no siempre (fig. 8) (4).

Los tiestos de dicha cueva del Boquique, cerca de Plasencia, ofrecen, juntamente con la técnica especial susodicha, algo de averdugado, rayas seguidas y puntos, como siempre; mas no han sido vistos por mí en condiciones de apreciar si tienen pintura (5). Otro fragmento hay de olla, procedente de Zafra, con las mismas rayas profundas, escalonadas en angulitos y rellenas de sustancia roja, que acreditan la insistencia del procedimiento (fig. 7, *3)* (6).

---

(1) Such: *Avance al estudio de la caverna « Hoyo de la Mina »*, en *Boletín de la Sociedad malagueña de ciencias*, 1919.

(2) En la colección Such, de Málaga. Presentados, con otros del Hoyo de la Mina, en la Exposición internacional de Barcelona de 1919.

(3) Castillo: obra citada; láms. II y III.—Bosch: *Etnología de la península ibérica*, p. 76.

(4) En la colección Cerralbo, incorporada al Museo arqueológico do Madrid.

(5) *Anuari del Institut d'estudis catalans;* VI, 515.—Castillo: obra citada, lám. II.

(6) Donado con otros, por un Sr. Soto, al Museo antropológico de Madrid.

Ya en Portugal, en Peniche, sobre el cabo Carboeiro, la cueva de la Furninha parece contener cerámica primitiva, en mayor cuantía pero igual que la de Mugem, y con menos contaminaciones que en las otras cuevas portuguesas. Sus tiestos averdugados son raros, pero abunda el adorno de rayas incisas, a cuchilla y punzón quizá siempre, en zonas picadas generalmente, y con apéndices, como largos dientes de lobo; también, raspas y líneas en ziszás. Su descriptor (1) afirma que están pintados de rojo, cosa no observada por mí, y supone destinados a ello los pedazos de óxido de hierro y moletas manchadas con él, abundantes en la cueva. Ésta dió de sí una de aquéllas placas de pizarra con adornos en ziszás, tan conocidas, y algunos huesos y pedernales labrados, que parecen corresponder a la época del cobre, en contradicción con los otros yacimientos de allá, donde eso mismo se asocia con la cerámica de Cienpozuelos. Finalmente, se da como pintada una ollita, lisa y groserísima, extraida de un sepulcro con cúpula, en la Torre, lugar del Algarve (2).

Fig. 10 — Marchena (Sevilla)
Museo arqueológico de Madrid.

Prescindiendo de otros depósitos no estudiados suficientemente, conviene destacar ciertos hallazgos sueltos con caracteres evolutivos. En primer término, una olla pequeña, procedente de los tajos de Cacín, cerca de Alhama de Granada, con tres asas, adornada su boca conforme a la técnica de los Alcores, formando dientes de lobo, y pintada de rojo por fuera (fig. 9) (3). Otro hallazgo fué cerca de Marchena, en sepulturas de hoyo, con herramientas de piedra tan sólo, y consiste en un vaso campaniforme, con arista en el arranque del solero, lo que parece indicios de primitivimo, pintado enteramente de rojo y con adorno inciso de rayas seguidas, formando zonas horizontales y rellenas de yeso (fig. 10) (4). Ambas piezas, de técnica descuidada y sin otra coincidencia que la pintura, representan la fase transicional entre el arte viejo de las cuevas y la cultura de las Tierras bajas.

---

(1) Delgado: *La grotte de Furninha à Peniche*, en *Congrès international d'anthropologie et d'archéologie préhistorique à Lisbonne*, 1880.

(2) *O Archeólogo português*, IX, 174.

(3) Góngora: *Cartas prehistóricas*, en *La ilustración de Madrid*, 1869.—Existe en el Museo arqueológico nacional.

(4) Mélida: *Museo arqueológico nacional; adquisiciones en 1917*.

Aun merecen atención dos ejemplares granadinos, sin procedencia exacta conocida, en que entra embrionariamente la técnica de los Alcores: una pequeña olla, cuyo adorno de rayas y puntos se parece al de las arriba citadas de Alhama y Hoyo de la Mina, y estuvo pegada a otra, quedando visible su adherencia, de conformidad con varias de Almizaraque y los Millares y muchas egipcias de Negada. Lo otro es un casco de vasija, con cuello algo complicado y labor muy fina, casi con aspecto cardial, que erróneamente viene publicado entre los hallazgos de la cueva de la Mujer, y será más moderno (fig. 11) (1).

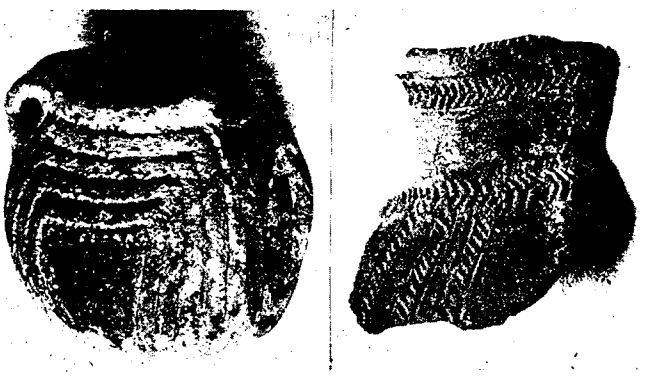


Fig. 11 — Localidades inciertas.
Museo arqueológico de Granada.

Como supervivencia aislada puede estimarse otro hallazgo, en los Castillos, cerca de Sanchorreja (Avila). Son fragmentos de vasijas con técnica de Boquique, y rellena de rojo una zona, entre otras sin color inmediatas (fig. 4, *5*). Trátase de una ciudad serrana, con bronce abundante, cerámica del tipo sobredicho, con empaste de yeso en algunos ejemplares, y otros finísimos con labor geométrica pintada de amarillo en campo rojo (2). Pertenece a la misma fase cultural que el Berrueco (3), pero con la ventaja de ofrecer sus estratos puros, no habiendo llegado a romanizarse.

Tocante a las cuevas africanas, desde Túnez hasta el océano, parece que hay cierta uniformidad de arte. Conozco bien la del Rio Salado, cerca de Orán, con pedernales mal hechos, cuchillas principalmente, mas nada de flechas; también, piedras de rayo como las andaluzas, punzones de hueso, huevos de avestruz, que se repiten con pinturas en otras cuevas, y tiestos, rara vez averdugados. Los demás, sin pintura ni yeso, ostentan las consabidas zonas de rayas, puntos e impresiones varias, no faltando algunas en que parece reconocer-se la técnica cardial; también, raspas, pabellones en ziszás y cruzamientos en diagonal (4). Nada aparece a uña ni a cuchilla, como tampoco en la cueva típica de Radeyef (5), dando idea de un arte algo avanzado y perfectamente conforme con lo andaluz, de acuerdo con el dato suministrado por los instrumentos

---

(1) Ambas piezas en el Museo arqueológico de Granada; la primera, inventariada como de Atarfe; la segunda provendrá de la colección Góngora.

(2) Exploración inédita de los Srs. Navascués y Camps, en 1932.

(3) Morán: *Excavaciones arqueológicas en el cerro del Berrueco*; 1924.

(4) Bosch: *Etnología de la península ibérica*, figs. 28 a 30. — Otro lote y fotograias me han sido comunicados por D. Luis Siret, su descubridor.

(5) Gobert, en *L'Anthropologie*, 1912; p. 151.

pétreos. Otras cuevas oranesas, las de Bresina (1), sólo conocidas por mí en sus restos da vajilla, ostentan ya la técnica cardial formando raspas, ziszás y campos rayados, ya inpresiones digitales y a punzón, de tipo arcaico. Pero lo más significativo a nuestro propósito viene de la cueva de Axacar (2), sobre el cabo Espartel. Sus instrumentos de hueso y pedernal y los muy escasos de otras piedras se conforman con lo oranés; sus vasijas dan el tipo de olla con preferencia, siendo raro lo averdugado en ellas cuanto pródiga la decoración incisa, por compresión, que determina paralelas, rectas o curvas, ziszás y series punteadas, entre alineaciones de tipo cardial, perfectamente definido, y aun aparece la técnica de los Alcores en un tiesto de aspecto caliciforme. Las incisiones de éste y la superficie de muchos otros se tiñen de rojo, acrecentándose así la similitud respecto de lo nuestro. El mismo influjo se extiende por la costa occidental hasta la Guinea inglesa y aun más abajo, donde, entre piezas con decoración lineal grabada, sorprende ver tazones de forma exactamente igual que los de Cienpozuelos y Palmella (3).

Resulta que, en desviándonos del foco granadino, progresivamente lo que aparece son manifestaciones similares a las de nuestras culturas de la Tierra baja andaluza, las almerienses. Lo mismo, si miramos hacia el Oriente: la vajilla primitiva de Malta, Creta y Troya, la exótica negra de Negada y Abydos, etc., todas coinciden con la nuestra de la edad del cobre, hasta en su enyesado, y esto sin hablar de los paises más cercanos, donde el vaso campaniforme constituye una derivación, ya indiscutida, de lo nuestro.

Pudiera pensarse que la cultura granadina no fuera sino reflejo incompleto y bárbaro de la almeriense del cobre, desde luego, en una etapa inicial. Mas ésta, en caso de provenir, bien destacada ya, del Oriente, había de presentar sus mayores concordancias con lo granadino, y resulta lo contrario: las formas de su vajilla, su simplicidad ornamental y su pintura roja lo atestiguan. Impónese otra explicación a la inversa: es decir, una cultura inicial granadina, con remotas ligazones orientales, y luego una intromisión de la cultura del cobre, ajena a aquélla y relacionando con más fuerza ambos extremos del Mediterráneo: esto sí parece verosímil.

---

(1) Ricard: *Pour comprendre l'art musulman;* pl. I.
(2) Koehler: *La grotte d'Achakar*, 1931.
(3) Material existente en el Museo Británico.

Albert Grenier
Professeur à l'Université de Strasbourg

La Voie Régordane et Mercure

C'est l'histoire littéraire du Moyen Age qui nous fournit les premiers renseignements sur cette voie de l'époque romaine. Dans son beau livre *Les Légendes épiques, Recherches sur la formation des Chansons de Geste*, devenu classique dès son apparition, M. J. Bédier indique que ce nom de *Régordane* désigne la grande voie romaine qui allait de Gergovie à Nîmes par Brioude et Alais (1). Cette route nous dit-il, prenait au Moyen Age, dans la partie méridionale de son parcours, le nom inexpliqué de Régordane, aujourd'hui, *cami Regourdan*. Et un peu plus loin, en note, il nous apprend, d'après un excellent archéologue nîmois (2), que *Ricordène, Ricordane, Régordane,* est le nom propre de la région montagneuse et boisée qui s'étend entre Alais et l'Allier, particulièrement entre les deux localités de Portes et de Genolhac. Par la suite, cette région a prêté son nom à l'ensemble de la route qui la traversait.

Deux chansons de Geste, *Le Charroi de Nîmes* qui narre la prise de Nîmes par Guillaume au Court-nez et les *Narbonnais*, où nous trouvons le récit du voyage des fils d'Aimeri de Narbonne depuis Narbonne jusqu'à Paris, mentionnent notre voie Régordane (3). M. Bédier cite les textes qui permettent d'en préciser le parcours.

---

(1) 1.ère éd. Paris, 1908; 2.e éd. 1920. Nos références se rapportent à cette 2.e éd.: I, p. 368 et p. 374 note 3.

(2) J. Bondurand, dans *Revue du Midi*, 1900, p. 929 et brève analyse de cet article dans *Annales du Midi*, 1901, p. 240. Cf. Germer-Durand, *Dictionnaire topographique du département du Gard*, (Paris, 1868), p. IV: la forêt de Portes, connue au Moyen Age sous le nom de *Regurdana* ou *Regordana Sylva*, était traversée par la voie romaine de *Nemausus* (Nîmes) à *Gabalum* (Javols) — E. Langlois, *Table des noms propres de toute nature compris dans les Chansons de Geste imprimées* (Paris, 1901), indique au contraire d'après des textes du *Charroi de Nîmes* que nous verrons ci-dessous: *Ricordane, Ricordène*, contrée entre Clermont-Ferrand et le Puy.

(3) *Le Charroi de Nîmes*, a été publié avec *Li Covenans Vivien* et la *Prise d'Orenge*, dans *Guillaume d'Orenge*, t. 1, par W. J. A. Jonckbloet, La Haye, 1854. M. J. Bédier en donne, dans ses *Légendes épiques*, I, p. 368 sq., tous les passages qui intéressent la voie Régordane — La chanson de Geste *Les Narbonnais*, éd. H. Suchier, se trouve dans la collection des *Anciens Textes français*, Paris, 1898 — Les principaux passages ont été réunis par W. Wilke. *Die französischen Verkehrstrassen nach den Chansons de Geste*, Beiheft *Ztsch. f romanische Philologie*, 22, 1910, p. 57-59.

C'est à Paris que Guillaume d'Orange « le marchis au cort nés » prépare son expédition. Voici comment il en fixe l'itinéraire *(Charroi,* v. 824 sq.).

« *Tot le chemin de Saint Gilles tenés;*
« *Tot droit à Bride nos en convient aler*
« *Au bon cors saint si l'alons aourer.*
« *Nous irons là et à la Mère Dé.* »

Il est clair que Guillaume indique ici un chemin bien connu: le chemin de S.t Gilles, faisant pendant, vers le sud-est de la France, au chemin de S.t Jacques qui conduisait en Espagne. Saint-Gilles, petite ville morte aujourd'hui et presque oubliée, sur le bras occidental du Rhône, le bras mort, fut durant la première partie du Moyen Age, avant la création d'Aigues-Mortes au XIIIe siècle, le grand port d'embarquement et de débarquement des pélerins pour Rome et surtout la Terre-sainte (1). On y reconnait encore les ruines d'abbayes jadis puissantes, à S.t Gilles même, à Psalmodi, à Franquevaux. Des monastères non moins riches et non moins saints jalonnaient le parcours. *Bride,* où Guillaume et ses compagnons se proposent d'adorer le « bon cors saint », est *Brioude,* célèbre par les reliques et le pélerinage de Saint Julien. La *Mère-Dé,* c'est le sanctuaire, encore plus célèbre peut-être, de la Vierge *du Puy.* Ce chemin de S.t Gilles est une grande route de pélerinages, une sorte de voie sacrée.

Nous n'insisterons pas sur son parcours de Paris à Clermont-Ferrand. Il emprunte des tronçons divers de voies romaines bien connues: Paris à Orléans, Orléans à Bourges, Bourges à Clermont (2), ces routes directes qui, à l'époque romaine, reliaient entre elles les capitales des anciennes cités gauloises, Carnutes, Bituriges, Arvernes. De Clermont à Brioude, ou même Vieille-Brioude, à cinq kilomètres plus loin, la route antique est également connue (3). A Vieille-Brioude se trouvait le pont sur l'Allier qui a valu son nom à la localité: *Brivatem* (celtique *briva,* pont) (4). C'est ici que la Chanson nous présente pour la première fois la Ricordane: v. 835 sq.:

« *Clermont laissièrent et Montferrant à destre*
« *La cit laissièrent et les riches herbages...*
(842) « *Par Ricordane outre s'en trespassèrent*
« *Desi au Puy oncques ne s'arrestèrent* ».

C'est ici également que nous échappe la trace certaine de nos chevaliers parce que nous perdons, pour un instant, le fil du réseau routier romain.

---

(1) Cf. Leuthéric, *Les Villes Mortes du Golfe de Lyon* (sic) (8.e éd., Paris, 1910), p. 385 sq.; E. Desjardins, *Géogr. histor. et administrative de la Gaule romaine* (Paris, 1886), I, p. 212, 222, 230; II, p. 73, 74, 168.

(2) Voir en dernier lieu, E. Chénon, *Les voies romaines du Berry,* Paris, Recueil Sirey, 1922.

(3) L. Gobin, *Viae apud Arvernos Romanae quibus monumentis seu vestigiis restitui posse videantur,* Thèse, Paris, 1896; et C. Jullian, *La traversée des Cévennes à l'époque romaine,* dans *Mém. Société des Antiquaires de France,* Paris, 1898, p. 188-196.

(4) Cf. E. Peyron, *Vieille-Brioude et le Fort Victoriac,* dans *Congrès arch. de France,* Le Puy, 1904, p. 193-213.

On sait en effet le différend qui divise les archéologues du Velay. La véritable capitale des Vellaves fut-elle Le Puy, n'était-ce pas plutôt S.t Paulien, *Ruessio*, à 12 km. environ, au nord du Puy (1); autrement dit, les routes de la région convergeaient-elles vers S.t Paulien ou vers Le Puy? Nous trouvons un jalon certain, c'est le nom du village de *Fix-S.t Geneys*, précisément à la limite des départements du Puy-de-Dôme et de la H.te Loire. C'est, comme l'indique le nom moderne de *Fix*, l'ancien *Fines*, la station limite des Arvernes et des Vellaves. De là, autant qu'on en peut juger sur la carte moderne par les vieux chemins de champs d'allure rectiligne et que suivent les limites des bans communaux, il semble bien que la voie antique gagnait directement le Puy. Ainsi, pour se rendre du pélerinage de S.t Julien à Brioude à celui de la Vierge du Puy, les voyageurs du Moyen Age n'auraient eu qu'à suivre toujours directement la grande route romaine.

Après avoir fait ses dévotions au sanctuaire du Puy, Guillaume au Court-nez sort du moustier (v. 851).

« *Au matinet, en sont ensemble alé*
« *En Ricordane tot le chemin ferré.*
« *Fors est la terre, molt les a agrevé*
« *Soventes fois la maldient de Dé.*
« *Mais toz lor gistes ne orent pas conté*
« *Dusé à Areste ne se sont aresté*
« *Iluee se sont une nuit ostelé* ».

L'expression: *le chemin ferré* désigne couramment une ancienne voie romaine solidement construite et dont le radier est parfois constitué par d'anciennes scories de fer. *Areste* est *Alais*, écrit aujourd'hui *Alès*, en conservant la prononciation locale. D'Alais à Nîmes, la Chanson de Geste est plus abondamment fournie d'indications topographiques que confirment d'ailleurs les études archéologiques sur les voies romaines de la région (2). Nous nous en tiendrons ici à la partie la plus majestueuse mais aussi la plus rude et, autant que nous sachions, la moins précisément connue de la route, le parcours du Puy à Alais: environ 100 km.

Fort dégradée, réduite à des tronçons et n'étant plus praticable qu'aux mulets, la voie ancienne parait être restée en usage jusqu'au milieu du XVIIIe siècle. On n'en avait, en tout cas pas perdu le souvenir car, lorsque vers 1750,

---

(1) Voir l'exposé de la question J. Déchelette, *Les bas-reliefs gallo-romains du Musée et de la Cathédrale du Puy*, dans *Congrès arch. de France*, 1904, p. 227-229. Cf. Allmer *Rev. épigraph. du Midi de la France*, II, p. 452-456; III, p. 86; Héron de Villefosse, *ibid.*, V, p. 132-133; Hirschfeld, *Corp. inscr. lat.*, XIII, p. 212-213. Le nom ancien du Puy *(Anicium)* n'apparait que chez Grégoire de Tours. Au II et IIIe siècles, *Ruessio* était certainement la capitale. Ce n'est qu'au VIIe siècle que l'évêché a été transféré de S.t Paulien au Puy. Hirschfeld a été frappé du fait que la plupart des inscriptions du Puy d'après la forme des lettres, se classent au Ier siècle. Il serait possible que Le Puy représentât un ancien *oppidum* depossédé de sa primauté en faveur de Ruessio au cours de l'époque romaine.

(2) G. Charvet, *Les voies vicinales chez les Volkes Arécomices*, dans *Bull. Soc. Scientif. et litt. d'Alais*, 1874, réédité *Cahiers d'hist. et d'Arch.* (Nîmes), II, 1932, p. 201 et suiv.

les ingénieurs de M. Trudaine entreprirent d'établir de meilleures communications entre le Midi et le Centre de la France, ils virent opposer aux tracés nouveaux qu'ils projetaient, la tradition ancienne. Pour éviter les neiges des Cévennes, ils proposaient de détourner la nouvelle route vers le Vivarais par S.t Ambroix et Aubenas. «Il existait autrefois», protestait l'inspecteur des chemins du diocèse d'Alais, «depuis la ville d'Alès jusqu'à celle de Langogne (42 km. au sud du Puy), une voie militaire des Romains que les uns attribuent à Jules Cèsar et d'autres à Gordien. Toutes les apparences veulent qu'un peuple si appliqué à la magnificence et à la commodité des grands chemins, avant de se décider pour le chemin de Villefort, n'a dû agir qu'en connaissance de cause» (1). M. l'inspecteur des Chemins du Diocèse nous aurait rendu grand service en annexant à son mémoire un plan détaillé de cette ancienne voie militaire du Romains qui n'est autre que notre Régordane.

A défaut de document ancien, nous trouvons pour nous guider, les quelques notes consacrées à cette route par l'excellent archéologue d'Alais, G. Charvet (2). Qu'il nous suffise, de relever ici que quelques uns des noms de lieux que l'on rencontre sur son parcours et qui nous paraissent significatifs.

Ce sont d'abord des noms de saints, témoignant de la présence de quelque antique chapelle devenue ou non église paroissiale (3).

La direction de la route, au sortir d'Alais nous est ainsi indiquée par les deux villages voisins de *S.t Martin* et de *S.t Julien* de Valgalgues. La route, nous dit en effet Charvet, remontait la vallée dite Valgalgues et passait par le *Mas-Dieu* — autre nom significatif qui désigne l'un de ces anciens hôpitaux que l'on rencontre couramment le long des anciens chemins (4). Plus loin, un peu avant la localité de Portes, se rencontre l'oratoire de *Notre-Dame*-de-Palme-Salade «où l'on distingue encore un pont antique et des portions de la chaussée romaine» (Charvet).

Viennent ensuite des noms qui conservent le souvenir soit de la voie elle-même soit des monuments qui s'élevaient à ses abords.

Les *Tavernolles* à mi-chemin entre Portes et Chamborigand sont évidemment d'anciennes *tabernolae*, modestes auberges probablement lieu de gîte et

---

(1) P. Marres, *La route d'Auvergne*, dans *Cahiers d'hist. et d'Arch.*, (Nîmes) I, 1931, p. 25-32, particulièrement, p. 28. La seule raison de l'attribution de la route à Gordien est que l'on croyait retrouver le nom de cet empereur dans celui de la route *Re-gordane*, comme on a, dans la région le *camin Aurelian* (Aurélien) et la *voie Domitienne*.

(2) *Les voies romaines chez les Volkes Arécomiques*, dans *Bull. Soc. Scientif. et littér. d'Alais*, 1874, réédité *Cah. Hist. et Arch.*, (Nîmes), 1931 sq.; ce qui concerne la Voie Régordane, II, 1932, p. 201-203.

(3) On sait que ces très anciennes chapelles remontent soit à un ancien lieu de culte paien qui a été christianisé soit à un cimetière qui a été considéré comme renfermant les corps de martyrs. Ces chapelles sont reconnaissables le plus souvent par leur vocable qui est soit le nom du premier apôtre, légendaire ou non, de la région, soit S.t Martin le grand missionnaire de la Gaule, soit un des saints les plus anciennement honorés par l'Eglise: S.t Etienne, S.t Laurent, S.t Pierre, etc. On notera ici le nom de S.t Julien, le patron de Brioude.

(4) Un érudit lyonnais, M. C. Guigue a montré tout le parti que l'on pouvait tirer de l'étude de ces hôpitaux routiers: *Les voies antiques du Lyonnais déterminées par les hôpitaux du Moyen Age* dans *Mémoires Soc. littér. Lyon*, XI, 1876, p. 227-365.

d'étape au milieu de la forêt. Au delà de Génolhac nous trouvons le passage de la route marqué par les noms de *Le Pont du Gas* (du Gué), *Vielvic (vetus vicus)* et surtout *l'Estrade (strata*, la route pavée). Au nord de Villefort, on peut affirmer que la voie passait à *Albespeyres (albas petras)*, nom que sous différentes formes nous retrouvons le long des voies romaines (1). Les noms de *La Garde* et de *la Bastide* que nos rencontrons de part et d'autre de Albespeyres et sur la même ligne, constituent également des jalons à peu près certains. Il s'agit de postes destinés à assurer la sécurité de la route et bon nombre de ces postes du Moyen Age paraissent remonter à des postes de police romains (2).

Entre Albespeyres et la Bastide, la route nous dit Charvet, s'élevait jusqu'au *Tor*. Nous retrouvons ce même nom, orthographié *Tors*, *Tort* ou *Thord*, plus loin, un peu au nord de Langogne, dans le voisinage d'un autre lieu dit *La Pierre Plantée*. On appelle *Tors*, dans les Cévennes, des monuments mégalithiques qui se composent essentiellement d'une énorme dalle posée à plat sur un point élevé. Ils marquent généralement un passage important (3). Notre premier *Le Tor* est au faîte qui sépare les vallées du Chassezac et de l'Allier; le second, au delà de Langogne, marque la ligne de partage des eaux entre les bassins de la Loire et du Rhône. La *Pierre plantée* peut désigner parfois un milliaire romain. C'est plus souvent un menhir. Ces monuments nous reportent bien au delà du Moyen Age et même de l'époque romaine, jusqu'au passé préhistorique dont les pistes aménagées sont devenues les routes de l'empire romain. Signaux de route ou lieux de culte, peut-être à la fois l'un et l'autre, ces mégalithes représentent la préhistoire des chemins dont nous essayons de retrouver et la trace et l'histoire.

Mais voici, sur le parcours de la Régordane, une autre série de noms encore plus précisément évocateurs. Revenons immédiatement au nord d'Alais. Nous remarquons: *Mercouly*, hameau de S.t Martin de Valgalgues où passe la route et, environ 8 km. plus loin, dominant la route à quelque distance au nord, *Mercoirol-le-Haut et Mercoirol-le-Bas*, hameaux de la commune de S.t Florent; puis *Mercoire*, hameau de la commune de Portes, tandis que à environ

---

(1) Par exemple *Estrée-Blanche* (Pas-de-Calais) et *Aubevoye* (Eure). *Obtrée* (Côte-d'Or) est appelé *Albestrées* en 1203. Un autre *Albes-Peyres* se trouve dans la H.te-Loire, commune de S.t Pierre-Duchamp: villa quam nominant *Albas Petras*, vers 1307. Un tel vocable, dit Matruchot, *Notes sur les voies rom.* dans *Bull. Soc. Sciences Semur*, 1905, p. 188, «garde le souvenir d'une voie très antique dont le pavé, en pierre corallienne blanche, tranchait nettement par sa couleur sur le sol environnant».

(2) Charvet signale, à propos de La Garde-Guérin, près de Albespeyres, un fait dont on trouve trace parfois dans les archives et qui est de nature à servir utilement dans la recherche des voies antiques: «Les seigneurs de La Garde percevaient un droit de péage sur la Régordane et y possédaient aussi les droits de guidage et d'arrière-guidage, droit que les seigneurs levaient pour la sûreté du passage et du transport des marchandises sur leurs terres. Ce droit payé par les marchands ou voyageurs, le seigneur les garantissait de tout vol». Ces droits de guidage se retrouvent notamment en pays de langue allemande sous le nom de *Geleitsrechte*. Voir l'usage qu'en fait Linckenheld pour déterminer non seulement les routes mais les frontières remontant à l'époque romaine: *La frontière de la Gaule Belgique et de la Germanie Supérieure*, dans *Rev. Etudes Anciennes* (Bordeaux), 1932.

(3) G. Charvet, *Mém. Soc. Scientif. et littér. Alais*, 1879, p. 44.

trois kilomètres au nord, toujours à l'entrée de la forêt Régordane, dominant à la fois la voie qui en a pris le nom et une autre route également romaine et même probablement préromaine qui suit la vallée de Cèze, un sommet et le hameau qui l'occupe portent encore ce nom de *Mercoire*. Plus loin, au nord de Villefort, l'Allier prend sa source dans Forêt de *Mercoire*, aux abords de laquelle se trouvent les villages *S.t Flour de Mercoire* et de *Luc (lucus*, bois sacré). Tous ces noms modernes nous semblent évoquer le souvenir du grand dieu de la Gaule, *Mercure*, le maître des routes et le guide des voyages (1).

Des noms de lieux de cette famille se retrouvent dans toute la France, nulle part cependant avec la même abondance que le long de notre voie Régordane, au pied des Cévennes, dans le Cantal et le Puy-de-Dôme, c'est à dire aux abords et à l'intérieur de l'ancien domaine des Arvernes dont Mercure était le dieu national: *Mercurius Arvernus*, dit une dédicace des Pays Rhénans (2).

Ils revètent, comme d'ailleurs nous le constatons le long de la Régordane, des formes diverses qui prêtent à discussion. Les linguistes ne se sont pas fait faute de les examiner (3). Leurs conclusions sont en général peu favorables à l'opinion courante qui rapporte à Mercure et à son culte l'origine de ces toponymes (4). Même une évolution phonétique régulière comme dans *Mercoeur*, *Mercoire*, ne suffit pas à exclure la possibilité d'une autre étymologie ou d'une autre origine. Les formes anciennes elles-mêmes, lors qu'elles nomment une *villa Mercorii* ou un *castrum de Mercurio*, peuvent n'être que des traductions savantes d'une forme vulgaire étrangère à Mercure. Sans permettre de rien affirmer, la critique philologique tend au moins à révoquer en doute l'étymologie qui rattache au nom du dieu les toponymes de cette famille.

---

(1) Caes., *B. G.*, 6, 17, 1: *Mercurium... viarum atque itinerum ducem.*

(2) *Corp. Insc. lat.*, XIII, 7845: *Mercurio Arverno, vicani vici V...* On connaît le grand sanctuaire de Mercure au sommet du Puy-de-Dôme, à quelque distance de Clermont-Ferrand, cf. P. Monceaux, *Le grand temple du Puy-de-Dôme, le Mercure gaulois et l'histoire des Arvernes*, dans *Rev. historique*, vol. 35, 1887, p. 235-237; 36, 1888, p. 25, 262 sq., Audollent, *Bull. arch. Comité Trav. histor.*, 1907, p. 369-380.

(3) D'Arbois de Jubainville, *Recherches sur l'origine de la propriété foncière et des noms de lieux habités en France*, (1890) p. 446-448 fait remarquer que *Mercurius* a été un nom de personne et que des indications telles que *villa de Mercorio, villa Mercoria*, fournies par des textes antérieurs à l'an mil semblent indiquer l'ancienne propriété d'un personnage du nom de *Mercurius*. De même la désinence *acus* dans *Mercuriacus, Mercurey, Mercury*, indique plutôt un nom de personne.

(4) On trouvera toutes les objections dans H. Maver, *Einfluss der vorchristlichen Kulte auf die Toponomastik Frankreichs* dans *Sitzungsber. Wiener Akad., Phil.-Hist. Klasse*, vol. 175, 1914, 2.e mémoire, p. 117-129. Nous y ajouterons que certaines formes comme *Marcouls*, dans l'Hérault (sans formes anciennes), peuvent fort bien provenir d'un nom propre tel que *Marculfus*. Nous pensons, avec d'Arbois de Jubainville, *l. l.*, p. 448, qu'il n'est pas nécessaire d'attribuer un caractère absolu ni à l'affirmation ni à la négation. « En certaines circonstances un nom divin peut avoir donné immédiatement naissance à un nom de lieu ». En d'autres circonstances, il faut chercher au nom de lieu une autre origine. Nous ne pensons pas qu'en fait de toponymie, les lois phonétiques aient une valeur probante absolue, tant d'autres influences en altèrent les effets. La critique ou même l'hypercritique foncièrement négative de Maver a sa grande utilité comme réaction contre une trop grande facilité à admettre des étymologies non prouvées. Mais elle ne doit pas être aveuglément suivie.

Elle ne semble pas s'être souciée de reporter au préalable chacun d'eux sur la carte et particulièrement sur une carte des voies romaines de la Gaule.

Dans son étude des *Fana* ou petits temples gallo-romains de la région normande, M. L. de Vesly définit ainsi la situation de ces sanctuaires: «Nos petits temples gallo-romains sont tous situés sur des hauteurs... Tous ils dominent l'horizon... Ils sont toujours établis à la naissance d'un vallon que sillonne une grimpette... Une voie romaine est toujours à proximité du sanctuaire...» (1).

On remarquera avec quelle exactitude les *Mercoire* ou noms de forme voisine, rencontrés le long de la voie Régordane, répondent à ces conditions. Il resterait à prouver, il est vrai, que chacun de ces lieux a été effectivement le siége d'un sanctuaire de Mercure. L'archéologie seule pourrait fournir cette preuve par la trouvaille de quelque vestige matériel. Elle ne l'a pas fait, jusqu'ici, autant que je sache. Mais à défaut de cette certitude, la topographie seule ne procure-t-elle pas une vraisemblance qui fait pencher du côté positif la balance incertaine de la critique purement philologique?

Nous admettrons donc, jusqu'à preuve du contraire, que les toponymes évoquant le nom de Mercure, lorsqu'ils se rencontrent soit immédiatement au passage d'une voie romaine soit à quelque distance, sur un sommet dominant la route, nous conservent bien le souvenir d'un ancien sanctuaire de ce dieu.

S'il en est ainsi, nous ne nous étonnerons pas de trouver des traces du culte de Mercure tout particulièrement nombreuses dans les départements du Puy-de-Dôme et du Cantal, c'est-à-dire dans l'ancien territoire des Arvernes et chez leurs clients, les Vellaves de la Haute-Loire, ainsi que chez leurs voisins du Gard, de la Lozère et de la Corrèze, le long des routes qui conduisaient au grand sanctuaire du Mercure Arverne (2). Au Moyen Age des chapelles bordent ainsi les routes, des monastères dépositaires de reliques saintes en marquent les étapes (3). Dès l'époque préhistorique, tumuli, dolmens, menhirs, se multiplient à leurs abords. Des stations pieuses s'offraient de même aux voyageurs des temps romains, occupant les imaginations durant la longueur du chemin

---

(1) L. de Vesly, *Les fana ou petits temples gallo-romains de la région normande* (Rouen, 1909), p. 116, 117 — Cf. ce que dit Toutain des sanctuaires de la Gaule et particulièrement de ceux de Mercure, *Les Cultes paiens dans l'Empire romain*, III, *Les provinces latines*, (1920), p. 211 et 334-336.

(2) Dans le Gard, sur 10 noms de lieux dont l'étymologie paraît être Mercure, cinq se trouvent le long de la Régordane et cinq autres dans l'arrondissement du Vigan, noeud de routes important et, autant qu'il me semble sur des voies de communication qui doivent être antiques. Il en est de même dans la H.te Loire: 3 Mercoeur ou Mercury se trouvent dans l'arrondissement du Puy dont 2 dans la commune de S.t Privat d'Allier, sur la route qui longeait l'Allier; l'autre, château detruit, commune de Malrevers, semble se grouper avec trois autres noms du même genre de l'arr.t d'Yssingeaux, le long d'une route se dirigeant vers Usson; trois autres, dans l'arrondissement de Brioude semblent continuer la ligne de l'Allier. On trouvera dans Maver, *l. l.*, l'enumération des noms de la même famille dans le reste de la France mais non leur situation topographique.

(3) Ce point a été surtout mis en lumière par l'étude de J. Bédier sur les *Légendes épiques;* voir aussi C. Jullian: *La tombe de Roland à Blaye*, dans *Romania*, 1896, p. 161-173.

et procurant aux inquiétudes de la route le réconfort d'une assistance divine. «Gardien de la longue route déserte qui se déroulait sous son regard protecteur», dit Allmer de la route du Puy-de-Dôme, «Mercure recevait les dévotions des voyageurs qui fréquentaient cette voie périlleuse sous plus d'un rapport» (1). Il en était assurément de même sur la voie Régordane.

Mais, ajoute Allmer: «Dépourvu de fontaine guérissante, depourvu sans doute d'un oracle, le sanctuaire de Mercure sur le Puy-de-Dôme, n'avait rien qui attirât puissament à lui; son magnifique temple n'était pas un lieu de pélerinage». N'en croyons rien; un magnifique temple ne naît et ne vit que par ses pélerins.

Le Mercure du Puy-de-Dôme a été oublié. Saint Julien de Brioude, la Mère-Dé du Puy, Saint Martin,ont pris sa place. En d'autres points de la même route quelques noms de lieux ont cependant conservé obscurément son souvenir. En suivant sur le chemin ferré, les traces de leurs prédécesseurs romains et gaulois, les chevaliers du Moyen Age ne faisaient que répéter les mêmes gestes de piété. Voie sainte au Moyen Age, la Régordane, l'un des plus majestueux et des plus sauvagement grandioses parmi tous les chemins de France, était déjà, assurément, une des voies sacrées de l'Antiquité.

---

(1) *Les dieux de la Gaule,* dans *Rev. épigraphique du Midi de la France,* III, p. 301.

P.e Eugénio Jalhay
Vice-Presidente da Secção de Arqueologia prè-histórica da Ass. dos Arqueólogos Portugueses (Lisboa)

Uma nova hipótese sôbre a utilização da indústria lítica de tipo asturiense

As sucessivas descobertas de indústria lítica de tipo asturiense no litoral galaico-minhoto têm dado assunto a uma grande multiplicidade de estudos. Um dos problemas que logo desde a publicação da primeira estação se suscitaram foi o da sua cronologia, pois surgiam fundadas dúvidas para se poder estabelecer o seu sincronismo com as das Astúrias de época bem definida. Enquanto os prè-historiadores espanhóis, em geral, se inclinam a atribuir-lhes uma idade mais recente (1), os de fora de Espanha formulam a hipótese de elas serem talvez mais antigas. Assim, por ex., o Prof. M. Burkitt, de Cambridge, depois de ter visitado várias estações e colecções portuguesas, escreve o seguinte ao falar dos picos de Âncora: «*But the same type occurs, too, in Quaternary gravels near Elvas, and this is important, in view of the fact that hardly any ordinary Lower Palaeolithic industries have been found in the country. It may be that the Asturian culture is a derivative from the equivalent of the Lower Palaeolithic in Portugal; and as the Asturian pick type resembles certain rostro-carinates..., further work in Portugal may yield clues as to the derivation of the type*» (2). O Eng. R. de Serpa Pinto, a quem devemos a descoberta desta

(1) Consulte-se por ex.: Julián López García: *La Citania de S.ta Tecla o una Ciudad prehistórica desenterrada.* La Guardia, 1927.

Cabré Aguiló (J.): *Instrumentos tallados en cuarcita en el argárico de la Provincia de Ávila.* «Actas y Memorias de la Sociedad Española de Antropología, Etnografía y Prehistoria». Madrid, 1931.

J. Martínez Santa Olalla: Nota bibliográfica publicada no «Anuario de Prehistoria Madrileña», vol. I. 1930, págs. 161 e 172, àcêrca do trabalho de E. Jalhay, *A estação asturiense de La Guardia* e o de R. de Serpa Pinto, *O Asturiense em Portugal.*

Manuel Fernández Costas: *As industrias líthicas d'A Guardia (novas estazóns).* A Cruña, 1929. Idem: *Notas en col do asturiense na bisbarra d'A Guardia (campaña de 1929).* A Cruña, 1930.

Florentino Cuevillas e F. Bouza Brey declaram ser difícil, se não impossível, determinar apenas com os dados conhecidos, a idade das estações galaico-minhotas; mas do contexto parece deduzir-se que se inclinam mais para a primeira hipótese. Veja-se o trabalho dêstes autores: *Os Oestrimnios, os Saefes e a Ofiolatria en Galiza.* A Cruña, 1929, págs. 8 e 9.

(2) Prof. Miles Burkitt (Cambridge): *No'es of a journey throug North-West Spain and Portugal.* «Prehistoric Society of East Anglia», VI, 1931.

indústria em Portugal, já no seu primeiro trabalho se inclina para a segunda hipótese (1), como também a parece abraçar Mr. Blake Whelan, distinto prè-historiador irlandês, ao comparar uma indústria lítica da Irlanda com a portuguesa de Âncora (2).

Confesso que esta segunda hipótese é a que mais me agrada, visto ter a seu favor argumentos de grande solidez, conforme procurei mostrar numa breve nota enviada ao Congresso Internacional das Sciências Prè-históricas e Proto-históricas, de Londres, intitulada: *L'industrie de type asturien sera-t-elle une industrie purement locale?*

Fig. 1 — Pico de tipo asturiense, de La Guardia. 2/3

No meio de tanta divergência de pareceres, é fora de dúvida que se devem ter bem presentes as sensatas considerações, que àcêrca dêste assunto publicou recentemente o Conde de la Vega del Sella. Uma coisa é o asturiense-época, outra o asturiense-instrumento. O *asturiense-época* está perfeitamente determinado nas grutas cantábricas, onde aparece *sôbre* os estratos azilenses, sendo por conseguinte post-paleolítico. O *asturiense-pico* pode encontrar-se em qualquer período (3).

Entre os problemas que podem levantar-se àcêrca desta indústria está o da sua utilização. ¿Para que serviriam os tão conhecidos picos e outros artefactos que com êles aparecem freqüentemente nas costas galegas e portuguesas, como instrumentos em forma de leque, discos, lâminas, etc.?

Para o asturiense clássico da costa cantábrica, a hipótese do Conde de la Vega del Sella tem evidentemente uma

---

(1) R. de Serpa Pinto: *O Asturiense em Portugal.* Pôrto, 1928. Em trabalhos posteriores aponta êste autor a dificuldade de se assentar numa cronologia segura antes de se terem efectuado «demoradas e difíceis investigações geológicas», principalmente no litoral. (R. de Serpa Pinto: *Notas para um plano de estudos geológicos entre Minho e Lima.* Viana do Castelo, 1932).

(2) C. Blacke Whelan: *The Flint Industry of the Northern Irish (25 Foot) Raised Beach: a preliminary Study of its Relation to the Asturian Industry of Portugal.* London, 1930. Separata do «Journal of the Royal Anthropological Institute», vol. LX, pág. 173 principalmente. Note-se de passagem que as opiniões divergem algum tanto àcêrca da base de comparação desta indústria com a galaico-minhota. Mas há especialistas, como por ex. o Dr. Gustav Schwantes, de Kiel, que a apoiam declaradamente.

(3) Conde de la Vega del Sella: *Las Cuevas de la Riera y Balmori (Asturias).* Memoria núm. 38 de la «Comisión de Investigaciones Paleontológicas y Prehistóricas». Madrid, 1930, págs. 95-97.

base sólida (1). O pico utilizar-se-ia para extrair dos rochedos os mariscos a êles aderidos, pois na sua maioria foram encontrados no interior de concheiros, ou seja, de amontoados de conchas dos mesmos mariscos. Esta opinião é apoiada pelo Prof. Hugo Obermaier, a quem se deve juntamente com o Conde de la Vega del Sella a descoberta do asturiense (2); e para uma indústria parecida, encontrada na Bretanha francesa, apresenta o Prof. Henri Breuil a mesma hipótese (3).

Com respeito à indústria galaico-minhota, já vários dos seus descobridores têm emitido o parecer de que ela, servindo para a colheita do marisco, se adaptaria também a outros usos. O Dr. Joaquim Fontes, no seu belo estudo sôbre a estação paleolítica de Camposancos, onde igualmente se têm encontrado intrumentos de tipo asturiense, ao descrever-nos um artefacto lítico em em forma de leque, diz: «O ter-se deixado em quási todo o utensílio a superfície do calhau rolado, é também uma ideia feliz, pois devendo servir estes instrumentos para dar fortíssimas pancadas, se se tivesse desbastado a superfície natural, a mão magoar-se-ia. Não podemos deixar de pensar, ao ver êste instrumento, no machado neolítico; esta peça é o seu natural antepassado. Deveria servir como o machado, para esmagar e cortar materiais resistentes» (4).

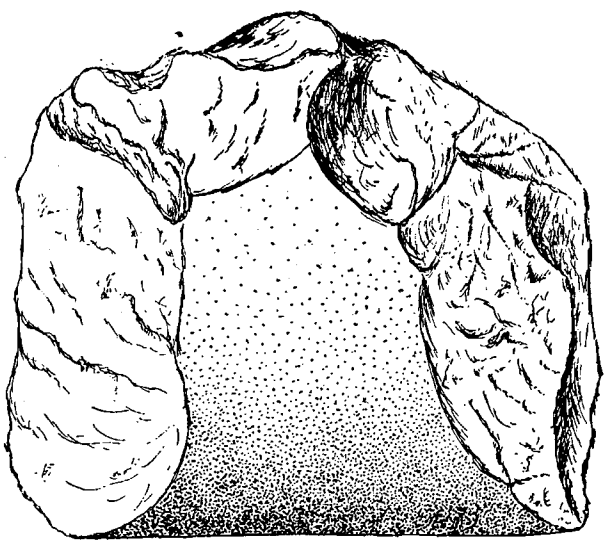


Fig. 2—Utensílio em forma de leque, de Punta de los Picos (Galiza). 2/3

Abel Viana segue quási exclusivamente a hipótese do Conde de la Vega del Sella, aplicando-a mesmo aos instrumentos discóides; mas insiste sôbre a utilização de pequenas lascas à maneira de lâminas e de arpões (5). É o

(1) Conde de la Vega del Sella: *El Asturiense. Nueva industria preneolítica.* Memoria núm. 32 de la C. I. P. P. Madrid, 1932, págs. 16-17. Idem: *La transición al Neolítico en la costa Cantábrica.* Memorias de la «Sociedad Española de Antropología, Etnografía y Prehistoria», tomo IV, Madrid, 1925, pág. 171.

(2) Veja-se, por ex., o trabalho publicado pelo mesmo ilustre professor na revista «Anthropos», sob a epígrafe: *Das Palaeolithikum und Epipalaeolithikum Spaniens,* pág. 27 da separata, Viena, 1920. Idem: *El Hombre prehistórico y los orígenes de la Humanidad.* Madrid, 1932, pág. 165.

(3) Z. Le Rouzic et M. et M.me Saint-Just Péquart: *Er Yoh. Nouvel outillage en os et en pierre découvert dans le Morbihan.* «Revue Anthropologique». Paris, Janvier-Mars 1925, pág. 83.

(4) Joaquim Fontes: *Estação paleolítica de Camposancos (Pontevedra-Espanha).* Separata da revista «Brotéria», Série mensal, vol. I. Caminha, 1925, pág. 8.

(5) Abel Viana: *A estação asturiense de Areosa-Viana do Castelo.* Separata de «Portucale», vol. II, Pôrto, 1929, págs. 25 e 28.

que vemos também no interessante trabalho de Manuel Fernández Costas, que tem explorado com muito método o litoral galego desde La Guardia até Portucelo (1).

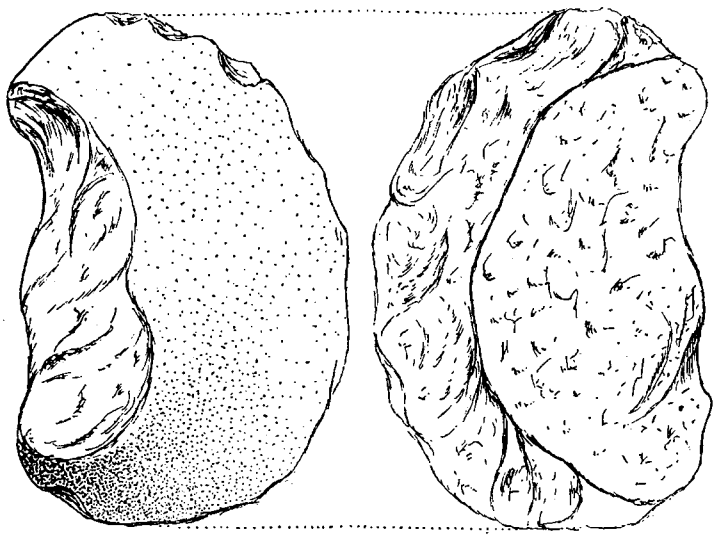


Fig. 3 — Raspador obtido duma lasca de quartzite. La Guardia. 2/3

O Eng. Serpa Pinto no seu primeiro estudo àcêrca desta indústria, publicado em 1928, depois de atribuir aos picos a utilização conhecida, afirma que «alguns grandes exemplares, cujo pêso ultrapassa um quilograma, teriam de ser manejados com ambas as mãos, sendo talvez destinados a um fim diverso do dos outros picos» (2). Numa nota posterior desenvolve mais o seu pensamento: «É de crer porém que nem todos os instrumentos fôssem utilizados na recolha dos mariscos, tanto mais que concomitantemente aparecem raspadores, lâminas, etc., devendo algumas variedades de picos ser empregadas em usos guerreiros, cinegéticos ou domésticos. Estarão provàvelmente neste último caso alguns «picos arredondados» e «picos sub-rectangulares» que apresentam um gume desenvolvido como o dos *coups-de-poing*» (3). E numa comunicação ao Congresso da A. F. A. S., sustenta que «*ces pics serviraient vraisemblablement à détacher des mollusques des rochers pour la nourriture, en plus des utilisations comme de vrais coups-de-poing*» (4).

Na minha segunda nota publicada sôbre o assunto *(A estação asturiense de La Guardia)* inclinei-me para a hipótese formulada pelo Conde de la Vega del Sella, supondo então que ambas as indústrias (a da Galiza e a das Astúrias) seriam coetâneas. Hoje, como deixo dito, estou persuadido de que não existe tal sincronismo, e que houve um verdadeiro roteiro Sul-Norte para a indústria denominada asturiense. Provam-no, entre outros argumentos, a técnica *asturiense* de muitos utensílios do paleolítico africano e de estações portuguesas (por ex., das estações importantíssimas dos arredores de Elvas, descobertas pelo Eng. Lereno Antunes Barradas) e o contacto com culturas mais recentes nas estações asturienses setentrionais. Seja como fôr, o que é certo é que esta in-

(1) Manuel Fernández Costas: *Notas en col do Asturiense*, etc.

(2) R. de Serpa Pinto: *O Asturiense em Portugal*, pág. 33.

(3) R. de Serpa Pinto: *Nótulas Asturienses* II, Extracto do fasc. III do Vol. IV dos «Trabalhos da Sociedede Portuguesa de Antropologia e Etnologia». Pôrto, 1930, pág. 2.

(4) R. de Serpa Pinto: *Nouvelles recherches sur le Miolithique en Portugal.* Extrait des C. rendus du Congrès de l'A. F. A. S., Nancy, 1931.

dústria aparece principalmente como indústria *costeira*. E nesse caso, ¿não serviriam os picos e outros instrumentos para o fabrico de barcos, jangadas, etc., de que necessitariam os povos de então, não só para viagens de maior fôlego, como para as fainas da pesca? É um facto suficientemente conhecido que a mudança de clima no fim do quaternário originou um grande movimento de povos (1), e é muito verosímil que usassem já da navegação como meio de transporte (2).

Esta hipótese foi-me sugerida em carta particular por Mr. Blake Whelan. Acho-a muito sustentável, contanto que não atribuamos aos picos êsse uso *exclusivo*. Assim compreenderemos melhor o fim dos instrumentos de grande tamanho, que evidentemente se não destinariam apenas a extrair pequenos moluscos dos rochedos. O Eng. R. de Serpa Pinto assinala um pico de 1300 gr. de pêso e 16 cm. de altura, proveniente de Moledo «onde abundam os instrumentos de grande tamanho» (3), e que hoje se conserva no Museu do Instituto de Antropologia da Universidade do Pôrto. Abel Viana chama a atenção para um de 16,7 cm. de altura e 1925 gr. de pêso, e outro de 15,4 cm. e 1840 gr., e afirma ter encontrado alguns de mais de dois quilos de pêso (4). O Tenente Afonso do Paço escreve que «com a forma de machadinhas aparece-nos nesta estação [Carreço] uma infinidade de utensílios, pesando alguns mais de dois quilogramas, e que certamente se usavam com ambas as mãos» (5). Entre os instrumentos da minha colecção particular há-os de mais de 800 gr. de pêso, e um de 15,7 cm. de altura.

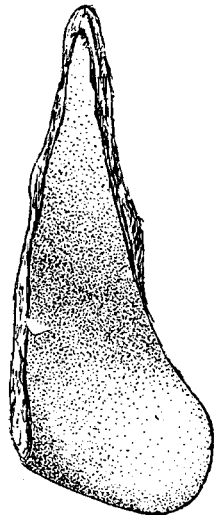


Fig. 4 — Furador. La Guardia 2/3

Em muitos dêstes picos e noutros utensílios nota-se um desgaste mais pronunciado nos bordos laterais, ao passo que a ponta pròpriamente dita aparece muitas vezes quási intacta. (Cfr. figuras 1 e 2). Essa particularidade apoia fortemente a hipótese duma possível utilização dos mesmos instrumentos no aparelho da madeira. A mesma hipótese explica também mais fàcilmente a presença, em tôdas as estações do litoral, de lascas de vários tamanhos, classificadas de raspadores, arpões, etc., pelos seus descobridores (figuras 3 e 4), e que serviriam para desbastar, aplainar e até perfurar os troncos utilizados para embarcações.

---

(1) Veja-se por ex.: Pedro Bosch Gimpera: *La prehistoria africana y el origen de los pueblos camitas.* «Anuario de Prehistoria Madrileña», vol. I, Madrid, 1930. Idem: *O Neo-eneolítico na Europa ocidental e o problema da sua cronologia.* «Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia», vol. III, fasc. IV, Pôrto, 1928.

(2) «*Sabemos que pueblos de cultura aún rudimentaria han emprendido a menudo grandes navegaciones*», Pedro Bosch Gimpera: *Los antiguos Iberos y su origen.* Madrid, 1928, pág. 7.

(3) R. de Serpa Pinto: *O Asturiense em Portugal*, pág. 24.

(4) Abel Viana: *A estação asturiense de Areosa-Viana do Castelo*, págs. 14, 15 e 20.

(5) Tenente Afonso do Paço: *Estação asturiense de Carreço.* Separata da Revista «Brotéria», vol. X, Lisboa, 1930, pág. 12.

Os desenhos que acompanham êste trabalho são da Ex.ma Sr.a Dr.a D. Maria João Lopes do Paço, a quem manifestamos o nosso profundo reconhecimento.

Dr. L. Joleaud
Professeur à la Faculté des Sciences de l'Université de Paris

Le rôle des coquillages marins fossiles et actuels dans la magie berbère

Les coquillages fossiles et vivants ont joué et jouent encore, dans une certaine mesure, un rôle important au point de vue ethnographique, surtout dans le domaine de la magie, en de nombreuses contrées du globe. Bien rarement néanmoins leur étude a fait l'objet de recherches méthodiques de la part de paléontologistes.

Cependant dès 1843 A. Pomel (1) signalait la rencontre, auprès d'Issoire (Puy-de-Dôme), dans une station de l'âge du Renne, de coquilles du Miocène de Touraine. Puis, en 1872, E. Dupont (2) découvrait dans le remplissage, d'âge magdalénien, de grottes des environs de Dinant (Belgique), des coquillages de l'Éocène des régions de Paris et de Reims. Un peu plus tard, en 1874, C. Mayer-Eymar (3) faisait connaître la présence de coquilles du Miocène de Vienne (Autriche), trouvées dans une caverne du canton de Schaffouse (Suisse).

La première étude de caractère général sur de tels sujets est due à P. Fischer (4) qui, en 1876, décrivit un ensemble de faunes de Mollusques récents et fossilles du Magdalénien du Midi de la France: son exposé fut le point de départ d'une importante discussion à la Société Géologique de France; il fut complété par une nouvelle communication en 1879, puis par une note de son fils H. Fischer en 1896.

---

(1) Description géologique et paléontologique des collines de la Tour-de-Boulade et du Puy-du-Teiller (Puy-de-Dôme), *Bull. Soc. Géol. France*, 2, I, 17 juin 1844, p. 595.

(2) L'Homme pendant les âges de la Pierre dans les environs de Dinant, 1872, p. 158.

(3) Conchylien aus der Höhle von Thayngen, *Vierteljahrsch. d. Naturf. Gesellsch. Zurich*, XIX, novembre 1874.

(4) Sur les coquilles récentes et fossiles trouvées dans les cavernes du Midi de la France et de la Ligurie, *Bull. Soc. Géol. France*, 3, IV, 20 mars 1876, p. 329-340. Observations de Gruner, Munier-Chalmas, Labat, Pomel, Dollfus, de Vibraye, Tournouër, Hébert, Sauvage, Gaudry, de Rosemont (Cf. *Id.*, VII, 3 mars 1879, p. 396-397: communication de P. Fischer, observations de Pomel et Oustalet. — H. Fischer, Note sur les coquilles recueillies par M. E. Piette dans la grotte du Mas d'Azil, *L'Anthropologie*, VII, 1896, p. 633.

Des travaux du même ordre ont paru en ces cinquante dernières années en France, en Autriche, etc. Les ethnographes ne leur ont pas toujours attribué l'importance qu'il convenait. Pourtant l'expérience montre au naturaliste explorateur que les indigènes de nombreuses contrées d'Asie, d'Afrique ou d'Amérique distinguent parfaitement les coquillages sur lesquels leur attention est attirée. Les hommes préhistoriques ont certainement eu de même très tôt leurs regards attirés par les formes diverses des coquilles abandonnées sur les plages par l'océan à marée basse ou accumulées en des points fossilifères. Le fait curieux est qu'ils ont fait le même cas des uns et des autres, même lorsqu'ils vivaient fort loin du rivage des mers. A toutes ces coques, ils ont certainement attribué jadis des propriétés magiques, comme le font aujourd'hui les populations archaïques des différentes contrées du globe.

Parmi les coquilles des stations préhistoriques, certaines, en raison de leur grande taille, n'ont pas pu servir d'objet d'ornement. Tel était par exemple le cas du *Triton nodiferum* Lamark, de 32 centimètres de longueur, que le comte Bégouen et T. Russel ont récemment soumis à mon examen: cette conque de Gastéropode, sans doute de provenance méditerranéenne, avait eu ses bords usés intentionnellement. Découverte par le délégué de la Smithsonian Institution (1), au cours d'une fouille effectuée à l'extérieur de la grotte de Marsoulas, à Salies-du-Salat (Haute-Garonne), elle nous révèle les aptitudes de pêcheurs que possédaient déjà les hommes de notre âge du Renne, car le *Triton nodiferum* Lamark, d'usage banal aujourd'hui comme trompe après que sa pointe a été cassée (2), ne se trouve presque jamais rejeté sur les plages: il est donc nécessaire d'aller rechercher ce Gastéropode dans les fonds, où il est même aujourd'hui devenu rare au voisinage de nos côtes méditerranéennes.

D'ailleurs P. Fischer (3) opposait déjà dans son travail de 1876, l'inhabileté des Paléolithiques riverains de notre océan Atlantique, qui ne recueillaient que des coquilles usées arrivant sur les plages, et les aptitudes maritimes des habitants de nos côtes méditerranéennes, qui utilisaient les coquilles de Mollusques pris vivants. Nos observations sur le Triton de Marsoulas confirment cette manière de voir. P. Pallary (4) a aussi fait remarquer qu'il lui avait fallu plonger pour trouver en abondance à Oran *Pollicipes cornucopiae* Leach, Cirripède dont les pièces du test se rencontrent pourtant dans les stations néolithiques de la région.

L. Germain (5) s'était posé la question de savoir quel but poursuivaient les anciens Égyptiens en collectionnant aussi dans leurs tombes des coquilles de Mollusques non comestibles, dont les dimensions excluaient la possibilité

---

(1) Comte Begouen, Fouilles préhistoriques franco-américaines, *Bull. Amitiés Franco-étrangères,* n.° de Pâques 1932, Toulouse.

(2) On se sert des *bious* (appellation locale du Triton) par toute la Provence, principalement au temps des moissons, pour appeler les ouvriers au travail et aussi pour correspondre à d'assez grandes distances au moyen de sons convenus (Villeneuve, Statistique des Bouches-du-Rhône, Marseille, 1821).

(3) *Loc. cit., Bull. Soc. Géol. France,* 1876, p. 337.

(4) Histoire d'une erreur, *Ann. Soc. Linn. Lyon,* LXIX, 1922, p. 239-242.

(5) Sur les Mollusques recueillis dans les anciens monuments égyptiens, *Arch. Mus. Hist. Nat. Lyon,* X, 1909, p. 324.

de l'emploi comme bijoux ou amulettes: tel était le cas de *Triton sp.* (de Négadah), *Strombus fasciatus* Born (Toukh), *S. tricornis* Lamark (Kóptos), *Pterocera lambis* Linné (Karnak), *P. bryonia* Gmelin (Koptos), *Tridacna gigas* et *elongata* Lamark (Karnak), *Pecten Towsendi* Sowerby (Karnak), Mollusques qui tous provenaient de la mer Rouge. En ce qui concerne en particulier les Ptérocères, la réponse est donnée par les statues archaïques prédynastiques ou thinites du dieu Min, trouvées précisement à Koptos: ces monuments portent en effet les dessins martelés de 6 grandes coquilles de Ptérocère; nul doute que ce Gastéropode n'ait été alors l'emblème de la divinité Min, dont le culte avait été évidemment importé dans la vallée du Nil par des gens venus des rives de la mer Érythrée (1).

Le plus généralement les coquilles de nos stations préhistoriques, tout comme celles de tombes le l'Égypte prédynastique, ont fait partie de colliers ou servi de pendeloques doués de propriétés magiques: elles étaient alors percées et enfilées dans une cordelette ou bien entaillées à leur partie supérieure, de façon à dessiner un rétrécissement permettant de les attacher par un lien. Parfois, au lieu des coquilles elles-mêmes, étaient ainsi mises en collier ou portées comme pendeloques, des reproductions de coquillages en céramique ou en métal, suivant les époques et les pays.

L'intérêt que l'humanité a attaché, dès l'âge du Renne, aux coquillages fossiles ou récents, marins notamment, fait que de véritables collections malacologiques ont été découvertes par les ethnologues, en particulier par les préhistoriens. Ces trouvailles sont tout à fait précieuses pour nous, par ce qu'elles nous renseignent, dans bien des cas, sur le sens et sur l'ampleur des déplacements de nos lointains prédécesseurs, qu'il se soit agi de migrations en masse ou de manifestations d'activité commerciale.

L'interprétation rationnelle des données fournies par les recherches de cet ordre, concernant les temps préhistoriques, doit être basée sur des comparaisons avec les constatations que nous pouvons faire de nos jours dans les sociétés humaines de tendance plus ou moins archaïque. C'est dans ce but que j'ai rassemblé la documentation envisagée ici: les renseignements que j'ai réunis dans ces pages concernent en effet, aussi bien des coquillages fossiles que des conques de Mollusques actuels; mais tous ont trait à une même contrée, celle où vivent aujourd'hui les Berbères.

D'une part, de larges étendues du territoire correspondant à l'aire de dispersion de ces peuples a maintenant un caractère franchement désertique, qui y entrave sigulièrement le maintien de voies de communications jadis sans doute très fréquentées. D'autre part l'isolement, dû au développement de cette physionomie de désert affectant de vastes surfaces en Afrique du Nord, a confiné plus ou moins étroitement certains groupes humains, dont la localisation s'est trouvée encore plus circonscrite par l'accentuation du relief, surtout dans le Haut Atlas marocain, par exemple en pays Chleuh. Enfin des Berbères igno-

---

(1) J. Capart, Les débuts de l'art en Égypte, p. 219, fig. 151, *Ann. Soc. Archéol. Bruxelles*, XVII, 1903 et XVIII, 1904.

rant tout de la navigation vécurent aux temps modernes dans les îles Canaries, précisément presqu'en face de la terminaison occidentale des chaînes du Sud de l'Atlas. Ces circonstances géographiques et géologiques font de la Berbérie, du Sahara et des Canaries un ensemble de régions particulièrement instructif pour l'étude des problèmes ethographiques, que pose la question du rôle magique des coquillages fossiles et actuels marins.

*

1. — **Le rôle des fossiles dans la magie moderne chez les Ida ou Tanan (Sud-Ouest marocain).** — Edmond Doutté (1) a le premier, dès 1903, fait connaître l'existence, dans le Sud du Maroc, de véritables devins, qui prédisent l'avenir, en faisant parler des coquilles fossiles de Brachiopodes, de Térébratules, élevées et nourries par eux, disent-ils; en général ces sorciers emploient leur science, à la demande de leurs clients, pour des usages assez particuliers, tels que forcer l'amour d'une femme, rendre un homme impuissant ou même faire mourir un rival.

Abel Brives (2) a, en 1909, apporté de précieuses données géologiques et géographiques sur cette question des fossiles magiques du Moghreb méridional. Au cours de son troisième voyage dans l'empire des Chérifs, en 1904, il eut l'occasion de visiter le pays des Ida ou Tanan, entre Mogador et Agadir. Séjournant en flanc du djebel Oujdad, dans la fraction Ida ou Amran de cette confédération, A. Brives reconnut « parmi les amulettes que les hommes portent sur eux un coquillage fossile. Une grosse Rhynchonelle assez commune, dénommée *tarzout,* « petit pierre », jouit paraît-il, ajoute notre regretté collègue, de la propriété de répondre par de petits cris aux questions qui lui sont posées. Chacun interprêtant la réponse suivant ses souhaits, cet oracle est souvent consulté ».

A. Brives ne spécifie pas autrement le fossile magique des Ida ou Tanan. Mais Louis Gentil (3), qui, en 1905, suivit, sur le territoire des Ida ou Amran, un itinéraire tout proche de celui d'Abel Brives, indique, à la hauteur du village des Aït Amjjoud, c'est-à-dire au pied même du djebel Oujdad, « de nombreux points fossilifères, où dominent les Brachiopodes: des Rhynchonelles se trouvent ici en quantité considérable, et l'on pourrait, dit l'explorateur, en recueillir plusieurs quintaux en quelques heures ».

Le Brachiopode magique des Ida ou Tanan est certainement le fossile récemment décrit par Edouard Roch (4) sous le nom de *Rhynchonella multiformis major* Kilian, forme « extrêmement abondante », dit notre confrère, dans un sous-étage du Crétacé inférieur, l'Hauterivien supérieur, du Haut Atlas occidental au Sud de Mogador. Ce Brachiopode, qui mesure 32^{mm} de diamètre, se

---

(1) Les Marocains et la Société marocaine, *Rev. gén. Sc.*, XIV, 1903, p. 315 (Cf. Magie et religion dans l'Afrique du Nord, la société musulmane du Maghrib, 1908).

(2) Voyages au Maroc (1901-1907), Alger, Jourdan, in-8, 1909, p. 281.

(3) Explorations au Maroc, Mission de Segonzac, Paris, Masson, in-8, 1906, p. 254.

(4) Études géologiques dans la région méridionale du Maroc occidental, *Notes Mém. Serv. Mines Carte Géol* et *Thèse Fac. Sc. Paris*, 1930, p. 321 et pl. XXXIII.

fait remarquer par le profond sinus de sa grande valve, qui divise celle-ci en deux ailes bien individualisées.

Le docteur Mauchamp (1), en 1911, parle également des fossiles magiques du Moghreb. Les talebs, c'est à-dire les savants, dit-il, emploient beaucoup en sorcellerie, une coquille fossile bivalve, dite *tazrout*, qu'on trouve dans la montagne d'Agadir. Cette coquille offre, ajoute-t-il, l'illusion vague d'un visage: la charnière et la petite barrette transversale qui la termine représentant le nez et la bouche, deux impressions de l'insertion des muscles représentant les yeux.

Il est évident, d'après cette brève description, que le fossile magique signalé par le docteur Mauchamp n'est pas la Rhynchonelle en cause dans les écrits d'Abel Brives. Jean Gattefossé (2) vient de préciser que le Bivalve en question est *Isocardia aquilina* Coquand ou une forme voisine de ce Lamellibranche.

Très commun dans les terrains du Crétace moyen (Cénomanien) des Hauts Plateaux de l'Algérie et de la Tunisie (environs de Boghar, Bou Saada, Batna, Tébessa, Sbéïtla, Fériâna, Gafsa) et toujours représenté par des moules internes, souvent d'ailleurs assez frustes, ce Lamellibranche fossile nord-africain a été rattaché tantôt au genre *Isocardia*, tantôt aux *Isoarca* ou aux *Anisocardia*. La dénomination primitive d'*Isocardia aquilina* a été changée en effet bientôt par Coquand lui-même en *Isoarca aquilina*. Replacé dans le genre *Isocardia* par Péron, ce Bivalve fut attribué par Pervinquière aux *Anisocardia*, tandis que Munier-Chalmas hésitait à en faire une espèce d'*Anisocardia* ou de *Plesiocyprina*. Au Maroc, E. Roch (3) indique *Isoarca sp.* parmi les fossiles qui «jonchent le sol de leurs débris près d'Aït Chleuh et d'Ifouriane immédiatement au Nord d'Agadir»: c'est évidemment ce dernier Bivalve qui est envisagé dans les travaux de Jean Gattefossé.

Suivant la tradition populaire, un fossile recueilli chez les Ida ou Tanan doit tout d'abord être porté, par le sorcier qui veut s'en servir plus tard, à la grande zaouia de Sidi Brahim ou Ali, où se trouve le tombeau du saint patron de la confédération, qui groupe 30.000 montagnards, répandus sur un territoire presque circulaire de 40 km. de diamètre: récemment étudiés par R. Montagne (4), les Ida ou Tanan demeurèrent jusqu'en 1928 tout à fait indépendants du pouvoir central marocain.

Comme je l'ai dit précédemment, le tombeau de Sidi Brahim ou Ali est le centre maraboutique des pratiques incontestablement antéislamiques de toute cette région berbère. L'influence de la grande zaouia des Ida ou Tanan s'étend d'ailleurs largement en dehors du territoire de la confédération, comme le montrent les rites conférant un pouvoir magique au fossile d'Agadir; ce serait,

---

(1) La sorcellerie au Maroc, 1911,

(2) *In* R. Boutet, *La Vigie marocaine*, Casablanca, 20, 22, 24, 26, 29 juillet, 2, 6 et 12 août 1931.

(3) *Loc. cit.*, p. 409.

(4) Organisation sociale et politique des tribus berbères indépendantes, Les Ida ou Tanan (Haut Atlas occidental), *Rev. Et. Islam.*, 1927, II, p. 223-247, 1 carte. — Les Berbères et le Makhzen dans le Sud du Maroc, *Thèse Fac. Lettres Paris*, 1930.

suivant la légende, Moulay Abdallah ben Hocein, cousin de Sidi Brahim ou Ali, qui aurait découvert les vertus spéciales du moulage de Lamellibranche du Cénomanien sud-marocain.

C'est l'offrande, par le pélerin propriétaire du moulage, d'un présent au saint qui confère, au fossile apporté à Sidi Brahim ou Ali, son efficacité magique particulière. Le Bivalve est ensuite enfermé dans une chambre, c'est-à-dire dans une boite de bois ou dans une outre de cuir spécialement fabriquée à son intention. Le fossile est nourri désormais avec du sucre: il peut être aussi alimenté fictivement si son détenteur a préalablement égorgé, avec un couteau neuf, sept hirondelles naissantes, de nichées différentes, dont les corps ont été ensuite cuits avec une plante, ultérieurement broyés, puis enterrés dans le cadavre d'une bête, où les vers viennent finalement manger cette mixture. Lorsqu'enfin le fossile sera consulté par un quémandeur, employant l'intermédiaire du magicien détenteur du moulage rendu magique, le consultant devra, avant toute demande, commencer par invoquer Sidi Brahim ou Ali.

Le sorcier, afin d'interprêter la réponse du tazrout, place le fossile contre son oreille: le murmure qu'il perçoit alors indique au magicien le sens de la réponse à donner à l'interrogateur, selon que se dernier désire être renseigné sur l'évolution future d'une maladie, sur la découverte d'un trésor ou sur toute autre sujet.

En principe le sacrifice d'un mouton, ou à l'extrême rigueur d'une poule, sera le point de départ de l'exécution des voeux formulés par l'interrogateur; cependant le sorcier pourra aussi écrire sous la dictée du *tazrout* une formule qui sera remise au consultant.

Aux yeux des informateurs du docteur Mauchamp, le choix de ce fossile magique s'expliquait par le fait que le dit moulage interne, vu par la région du crochet, offre l'image d'une face humaine, la charnière et la barre transversale qui la limite représentant le nez et la bouche, tandis que les reliefs contre-empreintes des creux correspondant aux insertions musculaires figurent les yeux.

Pour Jean Gattefossé, ce serait l'aspect d'organe génital bisexué du moulage qui conférerait au fossile ses propriétés magiques. La coutume chleuh constituerait même une simple survivance de traditions néolithiques, dont cet auteur aurait repéré la trace en Provence, dans des gisements préhistoriques, dès 1921. Ce n'est pas la première fois d'ailleurs qu'est observée en milieu berbère la persistance d'usages de l'âge de pierre, l'ambre par exemple jouit auprès des femmes indigènes du Maroc de vertus qui lui étaient déjà attribuées en Europe au Néolithique et à l'Énéolithique, comme encore aujourd'hui d'ailleurs dans certains milieux, en Bretagne ou en Auvergne par exemple.

L'emploi magique de fossiles s'est propagé vers le Nord d'Agadir à Marrakech et à Casablanca. Il compte parmi les usages de sorcellerie les plus appréciés parmi les masses populaires de cette dernière ville. D'une façon générale d'ailleurs, dans cette cité neuve, créée entièrement par nous, la magie, pratiquée essentiellement par des Soussi ou des Nègres, notamment par des Sahariens d'Aqqa, de Foum Zguid, de Tatta et autres oasis de l'Extrême-Sud, constitue l'une des bases fondamentales de la mentalité indigène: il ne faut pas

perdre de vue que le peuplement berbère domine numériquement Casablanca, avec ses 105.000 individus dits «musulmans», alors qu'il y a 25 ans, Dar el Beïda, le bourg arabisé précurseur de la capitale économique actuelle du Maroc français, comptait seulement 20.000 âmes.

A Casablanca, le magicien qui fait parler le fossile est dit «toto rmair» le maître de la chose, le maître du mystère. Originellement le coquillage aurait été, d'après Jean Gattefossé, non pas «la pierre qui parle» mais «la pierre qui fait parler». Lorsqu'un Chleuh, selon une coutume immémoriale en pays Soussi, s'apprête à émigrer, il va chercher un tazrout dans la montagne et se rend au marabout de Sidi Brahim ou Ali, pour apprendre l'arabe (ou aujourd'hui le français): dans cette intention, il couche une nuit au lieu sacré, en ayant soin de dormir avec le tazrout sous sa tête; le matin il se réveille convaincu qu'il sait la langue de la contrée où il est sur le point de se rendre. Lorsque donc à Marrakech ou à Casablanca un magicien soussi invoque un de ces Bivalves, c'est la pierre qui lui ferait dire ce qu'il ignore, comme le fossile apprend à parler au Chleuh émigrant.

*

2. — **Le rôle probable des fossiles dans la magie punique.** — Divers fossiles, dents de Squales, restes de Bélemnites, moulages de Nérinées, figurent dans les collections du Musée Lavigerie: sans doute jouissaient-ils, aux yeux des Carthaginois de vertus préservatrices spéciales (1).

*

3. — **Le rôle probable des fossiles dans la magie au Paléolithique récent, au Mésolithique, au Néolithique et à l'Énéolithique en Algérie orientale.** — En Afrique du Nord, la période géologique du Quaternaire récent (Néopléistocène, Holocène ou Actuel) a vu se succéder deux phases d'industrie humaine (2): la première a reçu les noms de Gétulien, d'Ibéromaurusien et de Kreidérien, la seconde les dénominations de Saharien, Libyen, Tidikeltien et Maurétanien; j'ai montré depuis longtemps que ces diverses appellations s'appliquaient bien plutôt à des facies synchroniques qu'à une chronologie réelle des deux périodes principales du Néopléistocène (3).

---

(1) P. Pallary, Note sur quelques coutumes carthaginoises et sur la survivance du symbole de Tanit, *Rev. tunisienne*, XVIII, 1911, p. 132.

(2) L. Joleaud, Chronologie des phénomènes quaternaires, des faunes de Mammifères et des civilisations préhistoriques de l'Afrique du Nord, *Compt. rend. Ve Congr. Internat. Archéol.*, Alger, 1930, p. 13-46; — Succession des faunes de Mammifères quaternaires en Berbérie, *Congr. Préhist. France*, X, Nîmes et Avignon, 1931, p. 16.

(3) L. Joleaud, Considérations géologiques et géographiques sur la station préhistorique de Mechta-Châteaudun (Algérie), *Bull. Soc. Préhist. Française*, X, 23 avril 1914, p. 210-215, fig.

Le Gétulien de P. Pallary (1), qui est l'équivalent du Capsien de de Morgan (2), correspond à un milieu sud-oriental de la Berbérie, particulièrement riche en escargotières. Le Dr. Gobert (3) et A. Debruge (4), de même que M. Reygasse (5) et H. Breuil (6), l'ont subdivisé en 4 sous-périodes: 1.° un Gétulien ancien, de tradition aurignacienne, bien individualisé à Aïn Kerma, Aïn Sendès et Mechta el Arbi; 2.° un Gétulien moyen, où gros outils et microlithes sont en proportions subégales et dont les localités les plus caractéristiques sont Bir Kanfous, la couche inférieure de l'abri du Redeyef, Bekkeria (Tébessa) et Refana; 3.° un Gétulien récent microlithique, remarquable à Aïn Achenia, dans l'assise moyenne de l'abri du Redeyef et à Aïn el Mouhad; 4.° un type de transition du Paléolithique au Néolithique, reconnaissable à la base de l'assise supérieure de la couche du Redeyef, à Négrine, Morsott, Corneille et Bougie (grotte Ali Bacha). Ce dernier type d'outillage correspond à peu près à notre Mésolithique (Azilien, Maglemoisien, Sauveterrien, Tardenoisien, Campignien), tandis que les systèmes du Gétulien ancien, moyen et récent sont plus ou moins l'équivalent de notre Aurignacien, de notre Solutréen et de notre Magdalénien, qui sont habituellement groupés sous les noms de Paléolithique récent ou d'Âge du Renne.

La deuxième grande phase lithique du Néopléistocène de la Berbérie sud-orientale comprend d'après les mêmes auteurs: 1.° Un Néolithique ancien à flèches à base concave, correspondant au sommet de l'assise supérieure du remplissage de l'abri du Redeyef, ainsi qu'à l'escargotière postgétulienne du djebel Fortas (Belezma); 2.° un Néolithique récent à microlithes de section trapézoïdale, reconnaissable dans la station du mamelon de l'infirmerie de Redeyef, ainsi qu'à l'oasis de Mtouga, à Oum et Tiour, à Bougie (pic des Singes et grotte Ali Bacha, où il est associé au Cuivre). Ce second stade néolithique est donc en réalité énéolithique; il est synchronique du Saharien (facies du Libyen et du Tidikeltien) à flèches pédonculées sans outils de cuivre: techniquement néolithique, cette industrie est donc, en chronologie absolue, synchronique de l'Énéolithique.

---

(1) Instructions pour les recherches préhistoriques dans le Nord-ouest de l'Afrique, *Mém. Soc. Hist. Algérienne*, III, 1909, 115 p. et 67 fig.; — Les collections préhistoriques du Musée des antiquités algériennes (1911), *Rev. Afric.*, LV, 1911, p. 306-326, 11 fig.; — Revue de Protohistoire moghrebine (1914-1917), *L'Anthropologie*, XXIX, 1917-1918, p. 89-104; — Notes critiques de Préhistoire nord-africaine, *Rev. Africaine*, LXIII, 312-313, 1922, p. 369-424, 6 fig.

(2) J. de Morgan, Capitan et Boudy, Etude sur les stations préhistoriques du Sud-tunisien, *Rev. Ec. Anthrop.*, XX, 1910, p. 120, sq., 211, sq., 271, sq.

(3) Notes et recherches sur le Capsien, *Bull. Soc. Préhist. Franç.*, 1910; — L'abri de Redeyef, *L'Anthropologie*, XXIII, 1912, p. 151-168, 11 fig.; — Introduction à la Palethnologie tunisienne, *Cahiers Archéol. tunisienne*, 2, II, 2, Tunis, 1914.

(4) L'escargotière de Mechta el Arbi (Aurignacien ancien), *Rec. Not. Mém. Soc. Archéol. Constantine*, 5, XII (LV), 1923-1924 (1925), p. 117 (tableau).

(5) Etudes de Palethnologie moghrebine, *L'Anthropologie*, XXVII, 1916, p. 102; — Etudes de Palethnologie moghrebine (nouvelle série), *Rec. Not. Mém. Soc. Archéol. Constantine*, 5, IX (LII), 1919-1920 (1921), p. 556-585; — Les âges de la Pierre dans l'Afrique du Nord *in* Histoire et Historiens d'Algérie, Collection du Centenaire, 1931, p. 37-70.

(6) L'Afrique préhistorique, *Cahiers d'Art*, 1930, n.° 8-9, p. 449-500, 127 fig.

Au point de vue des objets magiques d'origine paléontologique, il faut signaler dans l'Algérie orientale, à Bougie, la découverte par A. Debruge (1), dans la grotte Ali Bacha, d'un certain nombre d'exemplaires de la coquille d'un Mollusque miocène *Turritella triplicata* Brocchi: ces coques perforées et peintes en rouge, étaient évidemment considérées, par les hommes préhistoriques de la région, comme douées d'un certain pouvoir magique (2). Les Turritelles fossiles constituaient même, dit notre confrère, « l'ornement de prédilection des anciens habitants de cette région du littoral, car une vingtaine d'entre eux ont été découverts en contact direct avec les squelettes humains exhumés de la caverne ».

En même temps que ces coquilles de Mollusques miocènes, A. Debruge signale dans la grotte Ali Bacha de nombreux fragments de *Pecten jacobaeus* L., certains avec double perforation, d'autres portant des traces de peinture, plusieurs enfin ayant été taillés intentionnellement en forme de grattoirs ou de pointes (3).

*

4. — **Le rôle probable des fossiles dans la magie au Paléolithique récent, au Mésolithique, au Néolithique et à l'Énéolithique en Oranie.** — L'Ibéromaurusien est typiquement le facies oranais du Paléolithique récent et du Mésolithique; il se retrouve d'ailleurs tout le long du littoral de la Berbérie, de Casablanca à Tabarca. Il n'est que rarement représenté dans l'Afrique du Nord moyenne, sous le facies du Kreidérien: sans doute la contrée était-elle alors occupée par des peuplements forestiers très denses, surtout dans les zones montagneuses. L'équivalent de l'Ibéromaurusien en pays steppique constantinois et tunisien est le Gétulien.

A la deuxième phase du Néopléistocène oranais correspond le Maurétanien, où P. Pallary (4) et à sa suite H. Breuil (5) distinguent un type ancien purement néolithique (grottes des Troglodytes, du Polygone et des Noiseux à Oran) et un type récent (Rio Salado): avec ce dernier outillage lithique, le Cuivre fait son apparition, témoignage d'un stade devant déjà être parallélisé avec l'Énéolithique.

---

(1) La station quaternaire Ali Bacha à Bougie, *Rec. Not. Mém. Soc. Archéol. Constantine*, 4, IX (XL), 1906 (1907) p. 119-158. Cf. Fouilles de la grotte Ali Bacha, *Ass. Franç. Avanc. Sc.*, XXXI, Montauban, 1902 (1903), 2, p. 866-883.

(2) Cette observation est à rapprocher de l'exemple classique de l'Homme de Brünn Moravie), dont le squelette remontant à l'âge du Renne portait un collier ou plastron de 600 fragments de *Dentalium badense*. Ici comme là les coquillages fossiles trouvés dans les sépultures provenaient de gisements distants de plusieurs kilomètres de la station préhistorique.

(3) De nombreuses coquilles fossiles pliocènes (Huîtres, Peignes), taillées intentionnellement ont été observées par G. Flamand dans le remplissage néolithique d'une grotte du boulevard Bru à Alger [Sur l'utilisation comme instruments néolithiques de coquilles fossiles à taille intentionnelle (littoral du Nord africain), *Ass. Franç. Avanc. Sc.*, Ajaccio, XXX, 1901 (1902), 2, p. 731-733, pl. VI].

(4) *Loc. cit.*, *Mém. Soc. Hist. Algérienne*, III, 1909.

(5) *Loc. cit.*

Dans la localité typique de l'Ibéromaurusien, le remplissage des abris de la Mouillah, aux environs de Lalla Marnia, recélait, suivant A. Barbin (1), divers fossiles: 1.° des dents de Squales; 2.° une Térébratule; la présence de cette dernière coquille fait songer aux Brachiopodes fossiles en usage actuellement dans les pratiques magiques des Ida ou Tanan.

D'autre part, dans les matériaux de comblement, paléolithiques récents, mésolithiques, néolithiques et énéolithiques des grottes d'Oran, ont été découverts de nombreux moulages de fossiles (Cônes, Troques, Moules, Lithodomes, Peignes, Haliotides), dont certains rappellent, par leur forme, des anses de poterie ou des hachettes (2).

*

5. — **Le rôle probable des fossiles dans la magie pendant le Néolithique et l'Énéolithique au Sahara.** — Au Néopléistocène, le Sahara vit se succéder, comme l'Afrique mineure, diverses industries lithiques. Le Capsien ancien a été découvert par M. Reygasse (3) au Tidikelt. Le Capsien moyen semble représenté au chabet Naïma, dans les foyers étudiés par Clergeau (4) et le Capsien récent dans les stations de l'oued Mengoub et de l'oued Diffel, au Sud de Biskra. Le Mésolithique à affinités tardenoisiennes a été observé par M. Reygasse (5) à Abd el Azim, dans le Grand erg occidental, en bordure de la vallée de la Saoura, puis par César au Tabelbalet et jusqu'en Iguidi, enfin par d'autres préhistoriens au Cap Blanc en Mauritanie (6).

A ces industries synchroniques du Paléolithique récent et du Mésolithique ont succédé, au Sahara, les outillages caractérisés par des flèches, d'abord à base concave, ensuite pédonculées du Néolithique et de l'Énéolithique. Dans ces stations du Néopléistocène récent, G. Flamand et E. Laquière (7) ont découvert au Tidikelt, dans la vallée de l'oued Botha, des tronçons de tiges d'Encrines d'âge carbonifère, utilisées certainement à la confection de colliers. Depuis le lieutenant César (8) en a retrouvé dans le Sahara occidental, entre Tabelbala et Taoudéni. Ces colliers, en articles de Crinoïdes, ont été comparés aux parures faites de rondelles de terre cuite fabriquées jadis par les indigènes des Cana-

---

(1) Fouilles des abris préhistoriques de la Mouillah, près Marnia, *Bull. Soc. Géogr. Archéol. Oran*, XXX, 1910, p. 83 et XXXIII, 1912, p. 396.

(2) P. Pallary et P. Tommasini, La grotte des Troglodytes (Oran), *Ass. Franç. Avanc. Sc.*, Marseille, XX, 1891 (1892), 2, p. 641-648.

(3) *Loc. cit.*

(4) H. Breuil et Dr Clergeau, Œuf d'Autruche gravé et peint et autres trouvailles paléolithiques du territoire des Ouled Djellal (Sahara septentrional), *L'Anthropologie*, XLI, 1-2, 1931, p. 53-64, 7 fig., pl. I.

(5) *Loc. cit.*

(6) H. Breuil, *Loc. cit.*, *Cahiers d'Art*, V, 1930.

(7) Nouvelles recherches sur le Préhistorique dans le Sahara et dans le Haut-Pays, *Rev. Afric.*, L, 1902, p. 226, fig. 13. — Cf. P. Pallary, Les collections préhistoriques du Musée des Antiquités algériennes, *Id.*, LV, 1911, p. 323.

(8) *In.* H. Breuil, L'Afrique préhistorique, *Cahiers d'Art*, V, 8-9, 1930, p. 478.

ries (1): ces rondelles ont été trouvées sur plusieurs momies découvertes dans les grottes de l'archipel; elles étaient enfermées dans de petites bourses de cuir, enfilées les unes à la suite des autres dans des courroies, formant ainsi de petits chapelets. Le nom de *cuentas* sous lequel sont connus ces assemblages de disques éveille évidemment une notion arithmétique s'attachant à ces pièces ethnographiques: mais une telle idée n'exclue pas, surtout vis à vis de morts, l'hypothèse d'un pouvoir magique attribué à ces pièces (2).

En face des îles Canaries, au Rio de Oro, N. Font y Sagué (3) signale dans les kjökkenmöddings néolithiques du rivage l'abondance des dents de Squales fossiles *(Carcharodon* surtout), dents qu'il pense avoir été utilisées par les populations préhistoriques locales, comme pointes de flèches ou de lances.

*

6. — **Le rôle des coquilles marines actuelles dans la magie moderne au Maroc atlantique.** — Le pays chleuh est parcouru sans cesse par des diseuses de bonne aventure qui, selon E. Laoust (4), tirent leurs horoscopes de conques marines.

Les femmes soussies portent encore aujourd'hui des colliers formés de petites coquilles montées sur un fil, comme jadis les rois guanches de Fontaventure et de Lancerote (Canaries) arboraient des diadèmes de cuir ornés de coquillages.

Les habitants du Sous utilisent aussi de grosses Moules appelées *ruizroug* ou *buzroug* pour conserver et délayer leurs fards, comme le pratiquaient autrefois les belles Carthaginoises, en se servant de valves de Peignes, Pectoncles, Mactres ou Patelles, qui figurent dans les vitrines du musée Lavigerie: ces coquilles sont demeurées pleines de couleur (rouge vif, rose, violet) (5). De même les Égyptiennes prépharaoniques de Négadah, comme celles de la IVe dynastie, tiraient partie de coquillages pour délayer et conserver le fard vert destiné à souligner d'un trait le dessous de leurs yeux (6).

A Rabat et surtout à Salé, P. Pallary (7) et E. Laoust (8) ont signalé le fait que des coquilles de Moules, Patelles et Pourpres sont répandues sur les

---

(1) Bory de Saint-Vincent, Essai sur les îles Canaries et l'ancienne Atlantide, Paris, germinal an XI, p. 76-78, pl. II, fig. 2. — Sabin Berthelot, Antiquités canariennes, Paris, 1879, pl. X, fig. 3, pl. XI, fig. 3, pl. XIII, fig. K. — Dr. R. Verneau, Cinq années de séjour aux îles Canaries, Paris, Hennuyer, in-8, p. 75-76, pl. II, fig. 1.

(2) Ces perles artificielles des Canaries me paraissent aussi un peu comparables aux perles cylindriques découvertes par A. Debruge dans la station de pêche énéolithique du Pic des Singes (Bougie, Compte rendu des fouilles faites en 1904, *Rec. Not. Mém. Soc. Archéol. Constantine*, 4, VII (XXXIX), 1905 (1906), p. 67-123.

(3) Los kiokenmodingos de Rio de Oro (Sáhara español), *Bol. Soc. Esp. Hist. Nat.*, II, novembre 1902, p. 305-309.

(4) Pêcheurs berbères du Sous, *Hespéris*, III, 1923, p. 260.

(5) P. Pallary, *Loc. cit.*, *Rev. tunisienne*, p. 132.

(6) W. M. Flinders Petrie et J. E. Quibell, Negada and Ballas, Londres, 1896, p. 6, 15, 16 et Medum, Londres, 1892, p. 34 et pl. XXIX, fig. 17.

(7) *Loc. cit.*, *Rev. tunisienne*, p. 132.

(8) *Loc. cit.*, p. 240.

tombes: «il y a de la baraka (c'est-à-dire du pouvoir magique) dans les coquilles», se bornent à dire les indigènes. Dans la nécropole romaine de Chella, près de Rabat, H. Basset (1) a indiqué la présence de coquillages dans le mobilier funéraire. Enfin les ruines de la Carthage punique ont fourni un vase portant l'inscription «tombeau de Bodasroth, fils de Baal Hammon» rempli de coquilles brisées de *Murex trunculus* Linné (2).

Si les Moules sont encore fréquemment consommées par les indigènes de Rabat-Salé, de Safi et de la côte du pays chleuh (Mogador à Agadir), sous les noms berbères de *aful, tafult, tigri, buzug,* par contre les Patelles et les Pourpres ne figurent plus dans l'alimentation des Marocains, après avoir été pendant fort longtemps de consommation courante au Moghreb.

*

7. — **Le rôle probable des coquilles marines contemporaines dans la magie au Paléolithique récent, au Mésolithique, au Néolithique et à l'Énéolithique au Maroc.** — Le long de la côte atlantique, du cap Spartel au cap Ghir, des tas de coquilles de Moules, de Patelles, de Pourpres et de Troques ont été reconnus par divers auteurs, notamment par P. Pallary, en compagnie de silex paléolithiques récents, mésolithiques, néolithiques et énéolithiques, notamment à Rabat, Casablanca, Mogador. Plus au Sud, en bordure du territoire des Ida ou Tanan, du cap Ghir à Agadir, le long du littoral encore, un certain nombre de grottes (Ifran Ouroua) ont leur entrée partiellement obstruée par des amas de coquilles calcinées (Moules dominantes, Pourpres, Patelles), renfermant en outre des silex taillés et rappelant les concheros des Canaries (3).

En particulier la stratigraphie de la région littorale d'El Hank, à l'Ouest de Casablanca, comporte de bas en haut: 1° des calcaires à *Trochatella trochiformis* Gmelin et *Acanthina crassilabrum* Lamark; 2° une station chelléenne à la carrière Martin dans des graviers et poudingues à *Purpura hoemastoma* L. (équivalent probable du conglomérat de base à *Elephas* des carrières de Sidi Abd er Rhaman); 3° une dune ancienne; 4° une croûte calcaire; 5° une dune récente à *Helix;* 6° une station moustérienne à quartzites de la surface du plateau dunaire au-dessus de la carrière Martin; 7° et 8° une station atérienne à la base, ibéromaurusienne au sommet dans des sables gris reposant sur la dune consolidée et dans une grotte au phare (ainsi que dans une autre caverne entaillée dans les dunes consolidées de Sidi Abd er Rhaman); 9° de la terre rouge

(1) Dr Huguet, J. Campardou et H. Basset, La nécropole de Chella, *Compt. rend. Ac. Inscr. B.-L.*, 1er avril 1918.

(2) P. Pallary, *Loc. cit., Rev. tunisienne,* p. 132.

(3) P. Pallary, Recherches paléthnologiques sur le littoral du Maroc en 1906, *L'Anthropologie,* XVIII, 1907, p. 313. — Recherches paléthnologiques sur le littoral du Maroc, en 1907, *Id.,* XIX, 1908, p. 168. — Recherches préhistoriques effectuées au Maroc, *Id.,* XXVI, 1915, p. 200, 207, 208. — Exploration scientifique du Maroc, II, Malacologie, 1920, p. 9. — Découvertes préhistoriques dans le Maroc oriental, *L'Anthropologie,* XXXVII, 1927, p. 64. (Cf. E. Laoust, *Loc. cit.,* 1923, p. 238, et L. Joleaud, Contribution à l'étude du Quaternaire dans le Maroc atlantique, *Compt. rend. Soc. Géol. France,* 1926, p. 156).

(hamri); 10° une station néolithique de surface sur la dune actuelle au Lazaret et d'autres stations dans la même situation à La Potinière et à Aïn Diab. Les gisements ibéromaurusiens se trouvent au milieu d'importantes accumulations de coquilles marines, de même que d'ailleurs les stations néolithiques qui correspondent à de véritables kjökkenmöddings (1).

D'une façon générale le Néolithique de facies maurétanien est surtout développé au Maroc dans la région du littoral atlantique, où il ne compte pas moins par exemple de vingt stations entre Casablanca et Azemmour (2). Dans les stations de moyenne ancienneté, telles que les kjökkenmöddings de la Centrale thermique et de la Nouvelle jetée de Casablanca, les haches polies sont plutôt rares et les silex microlithiques taillés abondants, associés à de rarissimes pièces à retouches plates et parallèles (une pointe de flèche à pédoncules et une feuille de laurier de facies énéolithique saharien trouvées aux environs de Casablanca); des coquilles à perforation intentionnelle s'observent dans ces mêmes gisements. Les stations néolithiques récentes du Moyen Maroc sont caractérisées par la décadance de la taille du silex, qui entraîne le retour à l'usage d'outils en quartzite de facture paléolithique: les haches polies abondent alors; toutefois un javelot pédonculé a été découvert dans une de ces stations.

Au Nord de Casablanca, la station de la poterie de l'oued Mellah (3), dont l'outillage est de technique néolithique moyenne, a fourni un vase semblable à celui déjà trouvé dans la région de Tanger, au cap Spartel (grotte d'Achakar), également avec du Néolithique de facture un peu archaïque: les incisions de la surface de ces vases ont été faites avec des coquilles de Peignes, suivant le P. H. Koehler (4).

Dans la sépulture sous grotte du cap Spartel, ce préhistorien a trouvé un crâne humain reposant sur un lit, de petites coquilles de *Columbella rustica* L., *Cassis saburon* Ad., *Tapes decussatus* L., *Mytilus africanus* Chemn.: le rem-

---

(1) L. Gentil, Explorations au Maroc, Mission de Ségonzac, Paris, Masson, 1906, in-8, p. 55-56. — P. Pallary, Recherches paléthnologiques sur le littoral du Maroc en 1906, *L'Anthropologie*, XVIII, 1907, p. 319-320. — Icard, Stations de silex taillés au Maroc, *Bull. Archéol. Comité*, 1907, p. 88-90. — P. Pallary, Recherches paléthnologiques sur le littoral du Maroc en 1907, *L'Anthropologie*, XIX, 1908, p. 172 et fig. 3. — L. Gentil, Rapport sur une mission scientifique au Maroc en 1908, *Nouv. Arch. Miss. Scient.*, XVIII, 2, 1909, p. 29-71. — P. Pallary, Recherches préhistoriques effectués au Maroc. *L'Anthropologie*, XXVI, 1915, p. 199-200. — G. Lecointre, Recherches géologiques dans la Meseta marocaine, *Mém. Soc. Sc. Nat. Maroc*, XIV, 1926, p. 74. — L. Joleaud, Contribution à l'étude du Quaternaire dans le Maroc atlantique, *Compt. rend. Soc. Géol. France*, 1926, p. 156-159. — M. Antoine, Répertoire préhistorique de la Chaouia, *Bull. Soc. Préhist. Maroc*, I, 1927, p. 35-37. — Aperçu sommaire sur les industries lithiques du Maroc central., *Id.*, IV, 1931, p. 28-49. — Notes de préhistoire marocaine, III, *Id.*, IV, 1930, p. 59-117 et V, *Id.*, VI, 1932, p. 23-46.

(2) M. Antoine, Aperçu sommaire sur les industries du Maroc central, *Bull. Soc. Préhist. Maroc*, IV, 1930, p. 49. — Cf. Répertoire préhistorique de la Chaouia, *Id.*, I, 1927, p. 29 et II, 1928, p. 85 et Une excursion à Safi et au Cap Cantin, *Id.*, III, 1929, p. 20, 21, 25.

(3) G. Labouret et R. Lesven, Observations sur un vase de terre cuite découvert dans les dunes de l'oued Mellah, *Bull. Soc. Préhist. Maroc*, III, 1929, p. 6-17 (Cf. M. Antoine, Répertoire préhistorique de la Chaouia, *Id.*, IV, 1930, p. 11-15).

(4) Le vase néolithique de la grotte d'Achakar, *Id.*, IV, 1930, p. 32-34.

plissage de cette caverne semble contemporain de l'Enéolithique méditerranéen oriental, suivant l'abbé Breuil (1).

Ainsi le milieu du Néolithique du Maroc atlantique paraît, au point de vue de la chronologie absolue, synchronique de l'Énéolithique saharien. D'ailleurs au Sud du Maroc, la ligne des kjökkenmöddings du littoral océanique se continue au Rio de Oro (2) et en Mauritanie, à Port-Étienne notamment (3), où les amas de coquilles renferment l'industrie caractéristique de l'Énéolithique saharien. Aux environs de Casablanca, un seul objet de cuivre a été découvert jusqu'à présent (4); d'autre part, dans la région de Tanger, le Néolithique moyen, contemporain donc de l'Énéolithique saharien et oriental passe insensiblement à son sommet à un dépôt de l'âge du Bronze (5). Partout en tous cas sur la côte du Maroc, les kjökkenmöddings sont restés l'objet de la vénération indigène: ceux de la grotte du cap-Spartel l'étaient au temps de l'antiquité classique à Tanger; ceux de Rabat-Salé ont de la baraka; à Safi enfin, cet ordre de fait se présente sous un jour non moins probant, comme je vais le rappeler maintenant.

Dans la région de Safi, Tamanar et Mogador existent côte à côte des kjökkenmöddings anciens, récents et même actuels (6). Aux premiers semblent s'attacher un certain caractère rituel. Ainsi au Sud de Safi, à l'extrêmité de la falaise de Djorf el Youdi, le marabout de Sidi Bou Dnian est construit sur un kjökkenmödding. De même au Nord de Safi, au pied de la falaise du cap Cantin, le marabout de Lalla Tessaout est aussi installé sur un kjökkenmödding: entouré d'un mur bas et de sépultures antéislamiques creusées dans l'amas de coquillages, sa koubba comporte deux coupoles allongées, qui ont été comparées à des monuments phéniciens. Plus au Nord sont taillés dans le roc une chambre, des auges et des vasques en plein air ou dans des grottes: celles-ci comportent un kjökkenmödding à leur entrée. Des pétroglyphes ont aussi été reconnus au voisinage du phare. Tout cet ensemble archéologique a été, sans preuve péremptoire d'ailleurs, envisagé comme une station punique (7).

---

(1) *Loc. cit.*, p. 475.

(2) N. Font y Sagué, *Loc. cit.*

(3) Me B. Crova, Note sur les instruments néolithiques de la presqu'île du Cap Blanc (Mauritanie), *Bull. Soc. Préhist. Franç.*, 24 juillet 1909. — Essai de classification des pointes de flèche de Mauritanie, *Compt. rend. Congr. Préhist. France*, VII, Nîmes, 1911. — Pièces préhistoriques de l'époque de la Pierre polie de Mauritanie, *Bull. Soc. Préhist. Franç.*, 25 avril 1912. — Haches et instruments en pierre polie des côtes de Mauritanie, *Compt. rend. Congr. intern. Anthr. Archéol. préhist.*, XIV, Genève, 1912. — Y a-t-il du Paléolithique en Mauritanie, *Compt. rend Congr. Préhist. France*, VIII, Angoulême, 1912 — Vestiges de l'âge du Cuivre en Mauritanie, *Id.* (Cf. P. Laforgue, Quelques engins de pêche du Néolithique inférieur du Sahara, *Bull. Soc. Géogr. Archéol. Oran*, XLV, 171, 1925, p. 227-231).

(4) M. Antoine, Répertoire préhistorique de la Chaouia, *Bull. Soc. Préhist. Maroc*, V, 1931, p. 32.

(5) P. H. Koehler, La grotte d'Achakar au cap Spartel, *Publ. Inst. Et. Religieuses Evêché Rabat*, I, 44 p., 22 pl.

(6) M. Antoine, Aperçu sommaire sur les industries du Maroc central, *Bull. Soc. Préhist. Maroc*, IV, 1930, p. 46.

(7) A l'époque romaine des textes d'Horace, Ovide, Pomponius Mela, Pline, Silus Italicus parlent de la pourpre gétule ou maure, fabriquée sans doute à Mogador depuis les temps

Je rappellerai enfin que les Chaouia, les Doukkala et les Abda se servent de coquilles de Patelles comme cuillers, qu'ils désignent sous le nom commun de *mhâra* (1). Il s'agit évidemment là d'un très vieil usage berbère, car les Néolithiques d'Oran utilisaient déjà dans le même but des coquilles de Moules (2), ce qui était d'ailleurs semble-t-il plus pratique.

Le mot *mhâra*, outre le sens de « coquillage » qu'il a dans toute l'Afrique du Nord berbérophone, s'entend, en pays chaouia, doukkala et abda, avec l'acception dérivée de « cuiller », soit formée par une coquille de Patelle, soit entaillée dans de la corne (la cuiller, dans ce dernier cas, a un manche très court). Par contre le terme de *mrherfa*, en usage chez les arabophones de l'ensemble de la Berbérie, est inconnu en Doukkala par exemple.

D'autre part les berbérophones du Sous emploient l'expression *aghlal n ouaill* pour désigner divers coquillages marins (3). Or le mot *aghlal*, répandu sous diverses formes dans les parlers berbères au Sénégal, à l'oued Noun, au Tazeroualt, au Sous, à Rabat, dans le Moyen Atlas, au Rif, en Kabylie, dans l'Aurès, désigne à la fois l'escargot, plus spécialement sa coquille, et les cauris de Guinée. Ce mot a précisément été rapproché par E. Laoust (4) de *aghlal* (plat en bois creux chez les Touaregs), de *agourär* (cuiller chez les Beni Snassen, les Zkara et les Beni Snous du Moyen Maroc oriental) et de *taghjolt* (en Kabylie). Mais la majorité des Berbères (en dehors des Touaregs) emploient, pour désigner les cuillers, les mots *aghenja* (s'appliquant spécialement à la louche) et *taghenjaout* (féminin diminutif du nom de la louche, servant à désigner la petite cuiller): ces noms et d'autres de même sens, tout comme les objets qu'ils désignent, jouent un rôle considérable dans les rites magiques berbères de la pluie, du Maroc à la Tunisie (5).

---

puniques, pense S. Gsell. Des établissements phéniciens ont même existé dans cette région, comme en témoigne le récit du périple d'Hannon (antérieur au milieu du IVe siècle), qui mentionne quatre comptoirs entre le Mur Carien (Mogador) et le Lixus (Draa): Gytté (Agadir Ighiddene chez les Ida ou Zeika), Acra (la ville d'Agadir actuelle), etc. Les Phéniciens auraient aussi atteint les îles Canaries et consacré ces terres, selon Pline, à la Junon phénicienne (Astarté). — Les instructions nautiques portugaises du XVIe siècle signalent encore des magasins collectifs ou agadirs sur la côte des Ida ou Tanan du cap Ghir à Agadir (Palma = cap Ghir; Turucuco = adrar Tarkoukou; Tucurumu = Aït Daoud; Tamarato = asif Tamghakht).

(1) E. Doutté, Merrâkech, Paris, Comité du Maroc, in-8, 1909, p. 243. — Cf. Dr. F. Weisgerber, Trois mois de campagne au Maroc, Paris, Leroux, in-8, 1904, p. 32.

(2) P. Pallary (*in* G. de Mortillet, Couverts en bois kabyles, *Bull. Soc. Anthr. Paris*, 4, IV, 19 octobre 1893, p. 605) a fait remarquer, en effet, que la cuiller kabyle en bois ressemble beaucoup à une valve de *Mytilus africanus* Gmel. — Delmas [Note sur les grottes de Brezina, *Ass. Franç. Avanc. Sc.*, XXXIX, Toulouse, 1910 (1911), 2, p. 375] a découvert dans le remplissage néolithique de la grotte de Brezina, au Sud de Géryville dans l'Atlas présaharien, des cuillers en corne et en os. De même A. Debruge [La grotte des Ours, *Rec. Not. Mém. Soc. Archéol. Constantine*, 4, XI (XLII), 1908 (1909), p. 139 et fig. 22] a signalé une cuiller en os dans la grotte des Ours à Constantine.

(3) E. Laoust, *Loc. cit.*, p. 302.

(4) E. Laoust, Mots et choses berbères, 1920, p. 34.

(5) La cuiller jouait déjà certainement un rôle dans la magie prépharaonique; parmi les objets utilisés par les Egyptiennes prédynastiques pour soutenir l'échafaudage de leur coiffure, figure, à côté d'épingles et de peignes, la cuiller, qui ne pouvait évidement avoir dans ce cas qu'un but magique.

*

8 — **Le rôle probable des coquilles marines contemporaines dans la magie au Paléolithique récent, au Mésolithique, au Néolithique et à l'Énéolithique en Oranie.** — Les fouilles effectuées dans les grottes de la région d'Oran, par P. Pallary et F. Doumergue (1), nous éclairent sur les conditions de vie des Hommes du Paléolithique récent, du Mésolithique, du Néolithique et de l'Énéolithique sur le littoral barbaresque: ces gens des âges de Pierre mangeaient, après les avoir fait cuire, des Moules, des Patelles, des Pourpres, des Troques et également un Cirripède, *Pollicipes cornucopiae* Leach (2). Ils délaissaient par contre de nombreux Mollusques dont les coquilles se trouvent néanmoins dans les dépôts archéologiques des grottes de la Tranchée à Mers el Kebir, de Noiseux et des Troglodytes à Oran, de Sidi Marouf et de Saint-Leu près d'Arzeu: parmi ces coquillages figurent notamment des Colombelles, Turritelles, Pourpres, Bucardes, Arches, Pectoncles percés d'un trou qui permettait d'en faire des colliers. A plusieurs reprises ont été observés, dans le remplissage de ces cavernes, les derniers tours de spire du *Triton nodiferum* Lamarck, colorés en rouge, de même que des coques de *Columbella rustica* Linné perforées pour servir d'objets d'ornement. La couleur lie de vin ou sang de boeuf de diverses conques de la caverne des troglodytes oranais laisse à penser que les tests de Mollusques étaient doués aux yeux de ces hommes de pouvoirs magiques.

Dès la fin du Paléolithique, les abris de la Mouilla, aux environs de Lalla Marnia, à 40 km de la Méditerranée, en Oranie, révèlent, par leur remplissage, des données ethnographiques qui sont à rapprocher de celles fournies par les fouilles des grottes des environs d'Oran ou par les observations récentes effectuées chez les Ida ou Tanan. A côté de coquilles de Moules cuites, les détritus laissés par les habitants de la fin de l'âge de la pierre taillée à Lalla Marnia comprennent, selon A. Barbin (3), des coquilles marines, Pourpres, Bucardes, Arches, Pectoncles, perforées naturellement ou artificiellement pour pouvoir être suspendues comme objets de parure, et parfois colorées.

A Saint-Louis (à 15 kilomètres dans l'intérieur entre Oran et Arzeu), à Bou Tlélis et à Lourmel (à 10 kilomètres dans l'intérieur entre Oran et Aïn

---

(1) P. Pallary et P. Tommasini, *Loc. cit.*, 1891, p. 641-648. — F. Doumergue, Contribution au Préhistorique de la province d'Oran, *Bull. Soc. Géogr. Archéol. Oran*, XXX, 124, 1910, p. 413; — Le cimetière des escargots, foyer littoral préhistorique de Coralès, *Id.*, XLI, 152, 1921, p. 52; — Contributions au Préhistorique de la province d'Oran, *Id.*, XLV, 171, 1925, p. 241; La grotte de Cuartel (Oran), *Id.*, XLVI, 174, 1926, p. 204; — La grotte du Polygone (Oran), *Id.*, XLVIII, 177, 1927, p. 223 et 250. (Cf. F. Doumergue, Inventaire des grottes préhistoriques des envierons d'Oran, *Id.*, XLI, 158, 1921, p. 105-127, pl. III. — L. Lacoste, Essai sur l'industrie de la pêche maritime à l'époque préhistorique dans le Nord de la Berbérie, Oran, Fouque, 1912, in-8, 20 p., et La pêche sur les côtes barbaresques à l'époque néolithique, *Bull. Stat. Aquic. Pêche Castiglione*, II, 1919-20, p. 53-70, 15 fig.

(2) Ce Crustacé mangé également par les Énéolithiques de Tanger (grotte du cap Spartel) est de consommation courante aujourd'hui en Espagne et l'a même été en France (Bretagne, Normandie), où, selon Bruguière (Encyclopédie, Histoire Naturelle, I, p. 65) il avait la réputatiou d'un aliment excitant aux plaisirs de l'amour.

(3) *Loc. cit.*

Temouchent), ensuite aux Trois Marabouts (aussi à 10 kilomètres dans l'intérieur entre Aïn Temouchent et Beni Saf), enfin à Saïda (à 196 kilomètres dans l'intérieur au Sud d'Oran) ont été signalées par F. Doumergue (1) des valves de Pectoncles (2), ayant servi d'objets de parures aux troglodytes du Paléolithique récent et du Néolithique.

*

9. — **Le rôle probable des coquilles marines contemporaines au Paléolithique récent, au Mésolithique, au Néolithique, et à l'Énéolithique en Algérie orientale.** — Des coquilles marines percées ont été découvertes par A. Debruge (3) dans le remplissage paléolithique récent, mésolithique, néolithique et énéolithique de la grotte Ali Bacha à Bougie, ainsi que dans les couches supérieures de la grotte des Ours à Constantine. A Bougie notamment les valves de Pectoncles actuels étaient perforées et colorées en rouge, ce qui implique évidemment une idée magique à laquelle elles servaient de support. A Constantine, soit à 80 kilomètres de la mer, plusieurs valves de Pectoncles, toutes perforées au sommet, ont été trouvées avec une coquille de Colombelle.

A. Debruge (4) a aussi observé des valves de Pectoncles à Aumale, également à 80 kilomètres environ de la Méditerranée, au Sud-Est d'Alger; la même région a également d'ailleurs fourni des coquilles fossiles collectionées par les Hommes préhistoriques.

*

10. — **Le rôle des porcelaines et des cauris dans la magie moderne au Sahara.** — Les *Cypraea* ou Porcelaines jouent encore à l'heure actuelle un rôle important en magie africaine. Peut-être ces coquilles doivent-elles, dans certains cas, leur valeur en sorcellerie, au fait que, appliquées sur l'oreille par la face portant l'ouverture, elles ont la propriété de renvoyer dans cette position l'écho des bruits extérieurs qui ont parcouru leur vide interne: il en résulte pour l'auditeur l'impression d'entendre une voie humaine (5). Or les *Cypraea* ont depuis longtemps frappé l'attention des hommes précisément par le dessin de la face où se trouve l'ouverture, face qui est aussi celle où se répercutent

---

(1) F. Doumergue et Poirier, La grotte préhistorique de l'oued Saïda, *Bull. Soc. Géogr. Archéol. Oran*, XVI, 160, 1894, p. 125. — F. Doumergue, Nouvelles Contributions au Préhistorique de la province d'Oran, *Id.*, XXV, 105, 1905, p. 402; — Contributions au Préhistorique de la province d'Oran, *Id.*, XXX, 124, 1910, p. 425 et XXXIX, 152, 1919, p. 78; — La grotte de la Guethna (Lourmel), *Id.*, XLIII, 163, 1923, p. 67; — Contribution au Préhistorique de la province d'Oran, *Id.*, XLV, 171, 1925, p. 246.

(2) Ainsi que bien plus rarement des Colombelles ou des Turritelles.

(3) *Loc. cit.*, *Ass. Franç. Avanc. Sc.*, XXXI, Montauban, 1902 (1903), 2, p. 866-883, et *Rec. Not. Mém. Soc. Archéol. Constantine*, 4, XI (XLII), 1908 (1909), p. 147.

(4) L'Homme préhistorique sur les Hauts Plateaux de l'Atlas (Aumale), *Rec. Not. Mém. Soc. Archéol. Constantine*, 4, VII (XXXVII), 1903 (1904), p. 119-125.

(5) C'est une telle constatation qui est à l'origine du nom «pilo canteux» donné par les marins de Boulogne (Pas-de-Calais) à divers Gastéropodes (Buccin, etc.), en raison du bruit entendu dans la coquille vide, quand l'ouverture en est appliquée contre l'oreille.

curieusement les sons: cette face offre en effet l'image un peu grossière d'un organe génital femelle externe (1), comme le montre le moule fossile d'*Isocardia* ou *Isoarca* et peut-être même comme l'indiquerait la coquille de *Rhynchonella multiformis major*. Aussi ne serai-je pas éloigné de croire que ces fossiles ont tiré leurs vertus magiques, chez les Ida ou Tanan, dans le Sud-ouest marocain, de leur ressemblance morphologique avec des organes génitaux féminins, par analogie avec l'image qu'éveille la vue des Porcelaines actuelles.

De nombreuses Cyprées ont été recontrées dans les hypogées de Carthage: les unes sont selon P. Pallary (2) de provenance méditerranéenne, mais beaucoup d'autres révèlent des espèces de la mer Rouge. Deux coquillles du musée du Bardo appartienent au type *Cypraea pantherina* Solander, forme érythréenne déjà trouvée dans des tombes de l'ancienne Égypte à Négadah par Flinders Petrie (3) et à Karnak par Legrain (4); une dizaine d'autres espèces de Porcelaines de grande taille appartenant à la faune de la mer Rouge sont représentées dans les matériaux provenant de fouilles d'égyptologues (5). Généralement leurs coquilles sont perforées d'un trou de suspension; l'une d'entre elles, *C. arabica* Linné figurait déjà dans le matériel des tombes énéolithiques de la Haute Égypte découvertes par de Morgan (6).

Pline a appelé la Cyprée, conque de Vénus, et dans notre langage populaire ce Mollusque est nommé parfois pucelage, à Noirmoutier notamment. Eusèbe Vassel (7) a même été jusqu'à penser que la coquille de *Cypraea* était censée, aux temps puniques, représenter Tanit ou Astarté, la déesse carthaginoise de la fécondité.

En provençal, selon Victor Gelu (8), la Porcelaine est appelée *viranto*. En langue d'Oc, le verbe *vira* signifie à la fois tourner, retourner, et interprêter, donner un bon ou un mauvais sens, *se vira* voulant dire spécialement être ému de crainte ou de frayeur. La spire de *Cypraea* n'étant point visible extérieurement, il semble bien que ce soit la seconde signification de *vira* qui ait été à l'origine du sens de *viranto*: la Porcelaine serait la coquille qui interprête et qui par suite éveille l'idée de crainte (9). Le nom provençal de la Cyprée pour-

---

(1) Le mot français «porcelaine» vient de l'italien *porcellana*, dénomination appliquée à ce coquillage en raison de sa forme rappelant une vulve de truie *(porca)*. – *Cypraea* vient de *Cypris*, un des noms de Vénus.

(2) *Loc. cit.*, *Rev. tunisienne*, XVIII, 1911, p. 129-130.

(3) Six Temples at Thebes, 1897, p. 31.

(4) *In* Lortet et Gaillard, La faune momifiée de l'ancienne Egypte, 1ère série, *Arch. Mus. Hist. Nat. Lyon*, VIII, 1903, p. 194.

(5) *Id.*, 5e série, *Arch. Mus. Hist. Nat. Lyon*, X, 1909, p. 310-311 (Cf. L. Germain, *Id.*, p. 316-317, 323).

(6) *Id.*, 4e série, *Arch. Mus. Hist. Nat. Lyon*, IX, 1908, p. 108, fig. 71.

(7) La littérature populaire des Israélites tunisiens, III, Les superstitions tunisiennes, 1907, p. 198-199, *Rev. tunisienne*.

(8) Lou Garagaï, p. 35.

(9) D'après une tradition populaire languedocienne rapportée par l'abbé de Sauvages (Dictionnaire languedocien-français, 1820, p. 367), tradition populaire liée sans doute à des concepts magiques «une pierre d'un poids énorme incitait, par sa forme singulière, les gens avides de trésors ou les simples curieux à la retourner; après bien du travail et des sueurs,

rait donc être lié à des pratiques magiques locales plus ou moins comparables à celles des Ida ou Tanan du Maroc et en tous cas fort anciennes dans notre région du Sud-Est.

D'ailleurs les Cyprées ne sont pas rares dans les stations de l'âge du Renne du Midi de la France. Des parures de *Cypraea lurida* Linné et de *Cypraea pyrum* Linné provenant d'eaux assez profondes de la Méditerranée, ont été trouvées sur le squelette de l'Homme de Laugerie-Basse (Dordogne), à la hauteur du front, des bras, des genoux et des pieds. Des coquilles de *Cypraea europaea* Montagu, *C. pyrum* Linné et *C. spurca* Linné ont été découvertes dans les grottes de Grimaldi près de Menton (Alpes Maritimes), cavernes où ont été précisément rencontrés des squelettes de Négroïdes, associés d'ailleurs à de nombreux squelettes d'Hommes du type de Cro-Magnon (1).

La petite Porcelaine commune dans les collections du musée des Pères Blancs à Carthage est encore une forme de la mer Rouge, *C. annulus* Linné: déjà observé dans les tombeaux de l'ancienne Égypte à Koptos [Flinders Petrie (2)] et à Karnak [Legrain (3)], ce coquillage se présente rodé à la face dorsale (4).

Les coquilles de petites Porcelaines *(C. moneta* Linné) jouent un rôle important dans les rites magiques africains: tous les sorciers noirs en portent abondamment sur les vêtements de leur corps, particulièrement à leur coiffure: c'est le cas par exemple de ceux très nombreux qui partis du Soudan parcourent les ksours du Sud (5) ou les villes du Maroc atlantique. Les *Cypraea* jouissent de vertus très appréciées, qui sont peut-être à l'origine de leur emploi comme monnaie dans le continent noir: Louis Tauxier (6), Charles Monteil (7) ont fait voir que les cauris occupent en effet une grande place dans les pratiques de divination chez nombre de groupements noirs de l'Afrique occidentale. Enfin au Moghreb, les petites tresses de cheveux des enfants, tresses qui

---

l'opération réalisée aurait permis de lire sur la face enterrée de ce bloc rocheux: « vira më vouliëi, që daqël cousta më douliëi ».

(1) Une dizaine de ces squelettes portaient des résilles ou couronnes, colliers, bracelets ou pagnes de *Nassa neritea* Petit, parfois colorées en rouge oligiste. Des cachettes comportant plus de 8.000 coquilles, la plupart teintes en rouge, dont 10 % perforées, ont été trouvées dans cette station. Le squelette de la femme de la grotte dite des Enfants était envoloppé d'un véritable lit de coquilles de *Trochus*, observation qui fait songer aux coutumes actuelles pratiquées dans les cimetières de Salé ou de Rabat et rapportées ci-dessus.

(2) *Loc. cit.*

(3) *Loc. cit.*

(4) Ces *Monetaria* ont été rodées sur la face dorsale, ce qui a fait dire à Lortet et Gaillard *(Loc. cit.,* IX, 1908, p. 111) qu'elles avaient dû servir de cauris. L. Germain *(Id.,* p. 323) y voit une preuve de très anciennes relations des Egyptiens et des Nègres qui se servent encore aujourd'hui de cauris.

(5) A. Pomel (Singe et Homme, Monogr. Paléont. *Carte Géol. Algérie,* 1896, p. 22, pl. II, fig. 6) a cru reconnaître une Cyprée, peut-être une caurie, sur une gravure rupestre néolithique des monts des Ksours du Sud oranais.

(6) Le Noir de Bondoukou, p. 177; — Nègres Gouro et Gagou, p. 141; — Le Noir du Yatenga, 1917, p. 603.

(7) La divination chez les Noirs de l'Afrique occidentale française, *Bull. Comité Et. Hist. Scient. Afr. Occ. Franç.*, XIV, 1-2, 1931, p. 53-56.

affectent des dispositions différentes suivant le saint patron sous la protection duquel est placé l'individu, s'ornent fréquemment d'une Porcelaine ou encore d'un petit sac renfermant soit de la terre d'un marabout, soit des talismans écrits (1).

*

11. — **Le rôle probable des coquilles marines contemporaines dans la magie au Paléolithique récent, au Mésolithique et au Néolithique dans le Sahara.** — Un véritable trafic de coquilles marines semble avoir existé très anciennement au Sahara. Le Dr. E. Gobert (2) a trouvé une coquille plutôt rare du golfe de Gabès, *Nassa gibbosula* Lamark dans une série de localités de la région de Gafsa (Sud tunisien): 1° à Bir Khanfous dans une station du Gétulien moyen (Paléolithique récent) (3); 2° à Aïn Aâchena dans un gisement de la fin du Gétulien (Mésolithique); 3° au Redeyef dans un abri du Présaharien (Néolithique ancien), où cette coquille était particulièrement abondante. Or Desor, Martins et Escher de la Linth (4) avaient depuis longtemps découvert la coquille de ce Gastéropode, percée d'un trou de suspension, dans les sables stratifiés de Bou Châma (Souf, Sud constantinois) (5) au milieu d'une station préhistorique selon R. Tournouër (6); de même G. Bellucci (7) avait plus tard observée cette Nasse dans les alluvions de l'oued Akarit, à Gabès (8), avec de beaux silex taillés (9) classés par H. Breuil (10) dans le Néolithique récent, contemporain de l'Énéolithique de Bougie (Pic des Singes, Ali Bacha). Ce coquillage a donc dû avoir une grande valeur dépendant sans doute du pouvoir mystique qui lui était attribué.

Des coquilles méditerranéennes roulées et fragmentées, *Triton olearium* L., *Pecten jacobaeus* L. et var. *major*, *Pectunculus violacescens* Lamk., etc., ont été aussi recueillies dans les dunes de Sedrata, au Sud d'Ouargla par Ph. Thomas (11): elles avaient été apportées là par des hommes, en même temps

---

(1) E. Doutté, Merrâkech, Paris, Comité du Maroc, in-8, 1905, p. 350.

(2) Introdution à la Palethnologie tunisienne, *Cahiers d'Archéologie tunisienne*, II, p. 138, 141, 150; — L'abri de Redeyef, *L'Anthropologie*, XXIII, 1912, p. 155, 163.

(3) Avec *Columbella rustica*, *Cardium edule*, etc., dont les coquilles également percées faisaient sans doute partie à l'origine de colliers.

(4) Desor, Aus Sahara und Atlas, Wiesbaden, 1865, p. 45, sq., pl. III. – Cf. Martins, Tableau physique du Sahara oriental, *Rev. Deux-Mondes*, 1864.

(5) Avec *Balanus sp.*

(6) Sur quelques coquilles marines recueillies par divers explorateurs dans la région des chotts sahariens, *Ass. Franç. Avanc. Sc.*, VII, Paris, 1878 (1879), p. 608-629, pl. VI; — *Bull. Soc. Géol. France*, 3, VI, 4 février et 17 juin 1878, p. 224 et 619.

(7) L'éta della piètra in Tunisia, Roma, 1876.

(8) Avec *Murex trunculus* L., *Pectunculus violacescens* Lamark.

(9) Cf. Ph. Thomas, La mer saharienne, *Bull. Soc. Climat. Alger*, 1882, p. 1-28, et Recherches stratigraphiques et paléontologiques sur quelques formations d'eau douce de l'Algérie, *Mém. Soc. Géol. France*, 3, III, 2, 1884, p. 49-50. — A. Pomel, Description stratigraphique générale de l'Algérie, 1890, p. 208. — P. Pallary, Notes critiques de Préhistoire nord-africaine, *Rev. Afric.*, LXIII, n.° 312-313, 1922, p. 395.

(10) *Loc. cit.*, *Cahiers d'Art*, V, 8-9, 1930, p. 479.

(11) *In* Tournouer, *Loc. cit.*, *Ass. Franç. Avanc. Sc.*, VII, 1878.

que des cauris *(Cypraea moneta* L.), provenant de l'océan Indien et un Cône, ayant peut-être eu aussi un caractère monétaire.

D'ailleurs des coquillages étrangers à l'Afrique du Nord, coquillages provenant en particulier du Nil, de la mer Rouge et de l'océan Indien, ont souvent été observés dans des campements sahariens (1). Par exemple une coquille usée sur le dos et percée de *Cypraea moneta* L. de l'océan Indien a été découverte par L. Rabourdin en 1880 au puits abandonné et comblé d'Hassi Rhatimaia au Sud d'Ouargla et au Nord d'Aïn Taïba, avec de nombreuses pointes de flèches. De même le capitaine Parisot a ramassé en 1875, sur la rive nord-ouest du chott Melrhir, une valve déterminée par P. Fischer comme ayant appartenu à *Arca rhombea* Born., espèce de l'océan Indien. Enfin P. Pallary a fait connaître la trouvaille d'une valve d'un Mollusque nilotique, *Spatha nilotica,* valve percée de deux trous de suspension dans la station énéolithique d'In Salah.

Des coquilles entières ou non de grands Cônes atlantiques ont été indiquées d'Aïn Sefra par P. Pallary (2): une coquille entière trouée dans toute sa longueur était associée à une rondelle soigneusement polie provenant d'une section transversale effectuée dans une autre coquille du même genre et sans doute de même provenance. Cette observation est à rapprocher de celle rapportée ci-dessus de Ph. Thomas au Sud d'Ouargla. D'ailleurs encore aujourd'hui les Hartania du Sahara et les Négresses des oasis du Touat ornent leurs coiffures avec des coquilles de ces grands Cônes atlantiques. D'autre part, *Conus papillionaceus* Hwass est employé comme monnaie par les gens du Rio de Oro (3).

La coquille de Cône atlantique d'Aïn Sefra, percée dans toute sa longueur rappelle tout à fait celles figurées par R. Verneau (4), comme faisant partie d'un collier guanche de type courant aux Canaries. En outre cet anthropologiste signale l'usage fréquent chez les anciennes populations de l'archipel Canarien de pendeloques taillées dans la base d'un Cône, objet d'ornement qui fait songer tout à fait à la pièce trouvée à Aïn Sefra par P. Pallary avec le *Conus* entier. Des relations ethniques anciennes, ayant persisté jusqu'à nos jours, semblent donc lier les Guanches et les indigènes du Rio de Oro aux sédentaires des oasis sahariennes: l'usage par tous ces Berbères de colliers de poteries rouges, d'Encrines fossiles, de Cônes complets ou sectionnés, se rattachait sans doute à la fois, au Sahara comme aux Canaries, à un concept ornemental magique et à une notion élémentaire de monnaie commerciale. Ce double prin-

---

(1) L. Rabourdin, Les âges de la Pierre du Sahara central (Préhistoire et Ethnographie africaine), *Bull. Soc. Anthrop. Paris,* 3, IV, 7, février 1881, p. 125-162; — *Id.,* Algérie et Sahara, 1882, p. 104-108; — *Id.,* Documents relatifs à deux missions dirigées au Sud de l'Algérie par M. le lieutenant-colonel Flatters, 1883. — Zaborowski, *Rev. Ec. Anthrop.,* IX, 1899, p. 44. — G. Flamand, Note sur les outils et objets préhistoriques et leur figuration sur les Hadjrat Mektoubat (Pierres Ecrites) du Sud de l'Algérie et du Sahara, leur nature, leurs gisements, leur origine, *Ass. Franç. Avanc. Sc.,* Paris, XXIX, 1900, I, p. 212-213, discussion (Cf. *Bull. Soc. Anthrop. Lyon,* juin 1901). — P. Pallary. Sur une coquille nilotique utilisée comme pendantif dans le Sahara à l'époque néolithique, *L'Homme préhistorique,* IV, 5, mai 1906, p. 141-143.

(2) *Ass. Franç. Avanc. Sc.,* XXIX, Paris, 1900, I, p. 212.

(3) Malacologie, Exploration scientifique du Maroc, Paris, in-4, 1920, p. 7.

(4) Cinq années de séjour aux îles Canaries, Paris Hennuyer, 1891, pl. II, fig. 1 et p. 75.

cipe est encore à la base de l'emploi si répandu chez les indigènes nord-africains de colliers de monnaies; Alexandre Moret a bien voulu me signaler que ce même complexe de conceptions se retrouvait dans l'antique Egypte, comme en témoignent textes et figurations.

Les coquilles marines recelées par les gisements néolithiques de l'Atlas présaharien révèlent également d'antiques relations humaines des contrées aujourd'hui désertiques du Nord-ouest africain et des rivages méditerranéens. Ainsi dans une station proche d'Aïn Sefra, G. Flamand (1) a indiqué une coquille perforée de *Murex trunculus* L. Plus à l'Est, Delmas (2) a signalé également des coquilles perforées du remplissage de la grotte de Brézina, au Sud de Géryville, toujours dans l'Atlas présaharien.

*

Donc au Paléolithique récent, au Néolithique et à l'Énéolithique, en Afrique du Nord comme en Europe, la diffusion des coquilles marines, concurremment d'ailleurs avec l'emploi de fossiles régionaux et de diverses autres matières d'origine organique ou minérale, nous apparaît partout liée à des pratiques magiques, qui persistent encore aujourd'hui surtout au Sahara et au Maroc sud-atlantique: pendeloques ou colliers faits de l'assemblage soit de coquilles, soit de pierres, avaient, et ont encore, en milieu berbère, la double valeur de parures et d'amulettes, talismans préservatifs ou porte-bonheur, quand il ne possèdent pas en outre une valeur d'indice monétaire; de telles qualités s'étendaient d'ailleurs et s'étendent toujours aux grains d'ambre, aux perles de verre, aux vertèbres ou aux dents d'animaux soit vivants, soit fossiles. Or la répartition géographique de ces objets magiques aux époques préhistoriques successives fournit une précieuse documentation sur les relations ethniques en Berbérie et au Sahara aux temps paléolithiques récents, néolithiques et énéolithiques.

Ainsi la diffusion des coquilles de *Nassa gibbosula* Lamark du golfe de Gabès, telle qu'elle a été précédemment définie, nous est connue, du Paléolithique récent au Néolithique ancien, comme ayant atteint la région de Gafsa. Au Néolithique récent, ce Mollusque a été bien plus largement propagé, car sa coquille se retrouve depuis Gabès jusqu'au Sous: il convient de remarquer que les mouvements humains dont témoignent ainsi les gisements préhistoriques les plus jeunes de ce coquillage sont sensiblement contemporains du développement de la navigation énéolithique méditerranéenne; celle-ci se serait donc répercutée en Afrique sous la forme d'une pénétration continentale, dans le Sahara tunisien et constantinois, à partir de la Petite Syrte, peut-être sous l'influence indirecte d'une colonisation égéenne.

---

(1) Note sur les stations nouvelles ou peu connues de pierres écrites (Hdjrat Mektouba) du Sud oranais, *L'Anthropologie*, III, 1892, p. 152. (Cf. G. Flamand et E. Laquière, *Loc. cit.*, *Rev. Africaine*, L, 1906, p. 227-229, fig. 15).

(2) *Loc. cit.*, *Ass. Franç. Avanc. Sc.*, XXXIX, Toulouse, 1910 (1911), 2, p. 378.

Du caractère maritime de la civilisation néolithique récente oranaise témoignent, non seulement l'existence de nombreuses stations de pêche sur la zone littorale de la terre ferme, mais encore les établissements humains découverts par L. Gentil et P. Pallary aux îles Zaffarines, Rachgoun, Habibas, Plane. Dans le Néolithique récent du Sud de l'Espagne, Siret a même découvert des débris d'oeufs d'Autruche de provenance nord-africaine évidente.

Aux Habibas en particulier ont été rencontrés des outils en obsidienne, matière exotique utilisée également par l'industrie lithique à l'île Pantellaria, au large de la côte tunisienne et sur le continent même à Djedeïda, entre Bizerte et Tunis. Certainement la dispersion de ces instruments en obsidienne dans l'Afrique du Nord et ses dépendances insulaires témoigne de l'existence d'une navigation transméditerranéenne, confirmée par la découverte d'une peinture de navire égéen au kef el Blida chez les Mekna (Tunisie nord-occidentale); le nom de ces derniers figure d'ailleurs sous la forme Meschela dans un texte de Diodore de Sicile se référant aux suites de la guerre de Troie.

Du développement de cette navigation mais sans doute en partie à une époque plus tardive, aux temps de la puissance phénicienne, subsistent des preuves sous la forme d'objets de cuivre découverts à Bougie par A. Debruge dans plusieurs stations et instruments de la même matière minérale recueillis à Casablanca et à Port-Étienne: ils apportent de précieuses présomptions en faveur du très antique développement de la navigation cotière nord-ouest africaine à l'Énéolithique tardif et aux périodes subséquentes.

Aux témoignages de cette civilisation maritime égéenne, puis phénicienne, s'oppose en quelque sorte, dans le domaine da la géographie préhistorique, l'expansion de la culture énéolithique saharienne: la limite septentrionale de cette civilisation continentale passe par le Rio de Oro, Aïn Sefra, Aflou, Messad (au Sud de Djelfa), Mraïer (au Sud de Biskra), Tamerza et Redeyef (à l'Ouest de Gafsa), Djebs (entre Meknassa et Mezzounia), Gabès; mais sporadiquement des pointes de flèches pédonculées caractéristiques de la culture saharienne ont été reconnues à Casablanca, Oran, Saïda, Aïn Oussera (entre Boghari et Guelt es Stel), Aïn Mlila (au Sud de Constantine), Kef el Ahmar (près de Tébessa).

Les relations de la civilisation saharienne et des cultures préhistoriques ou protohistoriques égyptiennes peuvent s'établir comme suit. La plus ancienne industrie néolithique du Sahara, représentée à la partie supérieure du remplissage de l'abri du Redeyef et à Abd el Azim, dans le Grand erg occidental, a été considérée par H. Breuil comme une émanation tardive du Néolithique égyptien du Fayoum. D'autre part, la civilisation énéolithique typique du Sahara, représentée à Redeyef par la station du mamelon de l'infirmerie, mais dont les gisements classiques se trouvent plus au Sud, à Djénéien, en Tunisie, à Hassi Inifel, etc., en Algérie, semble prouver des relations directes avec l'Énéolithique ancien de Négadah en Égypte.

La chronologie absolue, aujourd'hui bien établie pour les civilisations les plus anciennes de la vallée du Nil, va donc nous permettre de dater approximativement les stades successifs de la culture nord-africaine.

En Égypte, les stations néolithiques du Fayoum ont récemment livré à Miss Caton Thompson et à Miss Gardner des coquilles percées provenant les unes de la mer Rouge, les autres de la Méditerranée: dès cette époque donc, un trafic important de coquillages se propageait depuis la Méditerranée orientale et la mer Érythréenne jusqu'aux confins nord-orientaux du Sahara. Cette civilisation purement néolithique du Fayoum, qui date environ de 9500 à 7500, était répandue initialement de la Palestine méridionale à Sioua (oasis de Jupiter Ammon); elle s'est propagée tardivement en Haute Egypte, comme au Sahara central, où elle est caractérisée par ses pointes de flèches à base concave.

La première civilisation énéolithique égyptienne, dite de l'âge de Négadah et qui a duré de 7500 à 5000, a étendu son influence sur tout le Sahara jusqu'au Rio de Oro et à la Mauritanie. Vers le Nord, nous avons vu ses flèches pédonculées caractéristiques arriver sporadiquement jusqu'à Casablanca, à Oran, puis demeurer au Sud de Boghari, de Constantine, enfin atteindre Tébessa. C'est de cette époque que date la valve percée de *Spatha nilotica* d'In Salah.

La deuxième civilisation énéolithique égyptienne ou civilisation d'Abousir el Melek (5000-3500) a vu apparaître dans la vallée du Nil les lames d'obsidienne venues de la mer Egée (Samos, Melos) et un véritable outillage en cuivre, encore rare d'ailleurs: c'est au plus tôt à ce moment qu'ont été apportées à Pantellaria, à Djedeida et aux Habibas, des lames d'obsidienne. Le développement maritime qui se lie à cette culture, surtout caractérisée dans le Delta, serait au plus antérieur à l'établissement des stations insulaires de la Berbérie. C'est alors sans doute que l'art négadien commença à se répandre jusqu'en Ibérie.

Au stade protohistorique d'Abydos (3500 3200), correspond en Égypte l'épanouissement ethnique caractérisé notamment par les manches en ivoire de couteaux de silex portant sur leurs deux faces la représentation de séries d'animaux divers, alignés les uns à la suite des autres en rangées successives: les bas-reliefs d'Hall Tarxien à Malte, qui ressemblent curieusement à ces œuvres artistiques égyptiennes, éveillent l'idée de relations maritimes bien développées: le fait est confirmé d'ailleurs par les images de bateaux de mer tracées sur d'autres manches de couteaux de la même époque.

Les premières influences égyptiennes sur la Berbérie se sont donc propagées par le Sahara, d'abord du Fayoum au Sahara central, ensuite jusqu'au Sud tunisien, au Sud algérien, au Rio de Oro et à la Mauritanie. Nul doute que ces courants humains n'aient entretenu les sentiments magiques chez les Berbères, puisque la magie joua un rôle considérable dans la vallée du Nil, lors de la longue élaboration du pouvoir pharaonique, comme l'a si bien mis en évidence Alexandre Moret.

D'autre part, il est possible que des migrations se soient produites assez tôt des côtes de l'Atlantique saharien en direction d'Aïn Sefra, d'Ouargla, peut-être même de Tabelbala et du Tidikelt. Cette propagation d'influence, qui a subsisté dans les temps modernes, a sans doute eu à son origine quelque rapport avec le peuplement des îles Canaries par des Berbères, sans doute lors du développement de la civilisation phénicienne. Le milieu maritime résiduel qui subsiste dans le monde chleuh actuel en porterait la trace, empreinte

d'ailleurs d'une profonde dégénérescence: en tous cas tout le peuple chleuh est demeuré jusqu'à aujourd'hui sous l'emprise d'une mentalité très archaïque, dominée en quelque sorte par des concepts magiques.

Antérieurement à l'instauration de ces courants ethniques sahariens s'étaient propagées en Berbérie des influences parties de la Méditerranée. Comme en témoignent les coquillages marins, ces courants atteignaient dès le Paléolithique récent, Lalla Marnia et Saïda en Oranie, puis au Néolithique Aïn Sefra et Géryville. En Tunisie, des influences comparables arrivèrent du fond du golfe de Gabès jusqu'à Gafsa à la fin du Paléolithique, et au Néolithique jusqu'au Sous.

En Berbérie, comme dans l'Europe occidentale, des déplacements humains plus ou moins importants commencèrent donc à transporter des objets auxquels étaient attribués des propriétés magiques dès la fin de l'âge de Pierre taillée sur de vastes étendues, à travers des régions montagneuses couvertes de forêts de Chênes et de Conifères (Nord de l'Oranie) ou au milieu de plaines occupées par des savanes à Mimosées (Sud de la Tunisie).

Dr. J. Kostrzewski
Professeur à l'Université de Poznań

Four à minerai datant du I. s. après J.-C. découvert à Mechlin, arrondt. de Srem en Grande Pologne

En juillet 1932 j'ai effectué des recherches préhistoriques sur le territoire de la commune de Mechlin, située dans l'arrondissement de Srem, sur la rive droite de la Warta. A 1,5 km. du village, dans la direction de l'est, on trouve un vaste cimetière à l'incinération, de la civilisation lusacienne, datant de la fin de l'âge du bronze et du premier âge du fer. En fouillant une partie du cimetière située sur le champ du fermier Przybyla, j'ai constaté qu'il existait aussi sur la même place un village préhistorique fondé au commencement de l'époque romaine, c'est-à-dire, dans notre pays au commencement de l'ère chrétienne. Il en est resté une épaisse couche de terre noircie avec des fragments de vases d'argile, des débris d'enduit, des scories de fer, des os d'animaux, etc. Les habitants de cette colonie, pendant la construction de leurs maisons ou en bien d'autres occasions, ont rencontré les tombeaux de la population précédente et ils les ont en partie détruits. La trouvaille la plus intéressante de ce village datant du premier siècle après Jésus-Christ, fut le four à minerai que j'ai découvert (fig. 1-2), d'une construction tout à fait ignorée en Pologne et très rare en général. Voici sa description.

Le four était façonné d'argile mal cuite et il avait la forme d'une coupole. Le diamètre des parois au fond du four était de 1,40 m., les parois avaient environ 5 6 cm. d'épaisseur. La partie supérieure du four s'était partiellement écroulé à l'interieur et l'un de ses côtés était, au moment de la découverte, assez fortement endommagé (fig. 2 et 3). Ces endommagements rendent peu aisée la description exacte de l'aspect primitif du four; cependant, quant aux détails de premier ordre, sa construction paraît claire. Le four était enfoui dans la terre de manière que son fond se trouvait à la profondeur de 95 cm. sous la surface d'aujourd'hui. La hauteur du four est encore maintenant de 45 cm.; auparavant elle remontait sans doute à 60 cm. Sur la hauteur de 30-40 cm. au-dessus du fond du four, il y avait dans les parois des trous ovales de 8-10 cm. de diamètre qui servaient sans doute à la ventilation (fig. 3). Dans la partie du

four qui s'est conservée il y avait 8 trous pareils; il y en avait vraisemblablement 10 ou 11 auparavant. Ce qui frappe, c'est que ces trous sont placés si haut et non pas plus près de la base du four. L'intérieur en était rempli, dans sa partie inférieure, par de la terre noire brûlée qui atteignait au milieu quelque 10 cm. de plus en profondeur que le bord inférieur des parois et qui y arrivait à l'épaisseur de 30 cm. La partie supérieure était remplie par des scories de fer parmi lesquelles il y avait des morceaux de fonte. Les scories formaient d'une part de grandes masses solides, dont la plus grande pesait 25 kilos, d'autre part elles se composaient de petits morceaux. Parmi ces scories il y avait une douzaine de fragments de vases d'argile à formes caractéristiques du premier siècle après J.-C. Ce sont ces tessons, provenant de la couche de débris au dessus du four, qui nous permettent d'en fixer la date.

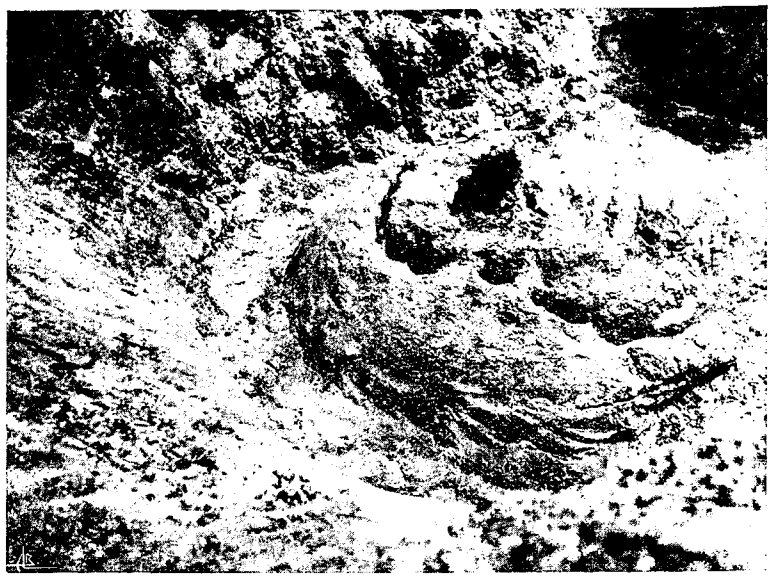


Fig. 1 — Four à minerai de Mechlin, arrondt. de Srem (Grande Pologne). Vue de nord-ouest.

Si nous examinons la construction de la partie supérieure du four, nous verrons qu'il avait l'air de ne pas être tout à fait envoûté en haut et d'y avoir une ouverture. Évidemment cette ouverture était plus petite que celle d'aujourd'hui, qui a 70 cm. de diamètre et qui ne s'est élargie qu'à cause de l'effondrement d'une partie de la voûte en forme de coupole. Cette ouverture était nécessaire pour y ajouter le combustible et peut-être aussi pour aviver le courant d'air, car on peut supposer que les petits trous à ventilation n'étaient pas suffisants. Quand le courant d'air était trop fort, on pouvait couvrir l'ouverture supérieure à l'aide d'une pierre plate. En outre le four pouvait posséder une seconde ouverture en bas, par laquelle s'écoulait la fonte qui se rassemblait dans la partie inférieure du four. C'est justement la paroi du four pouvant avoir cette ouverture qui, malheureusement, était déjà démolie au moment où je découvrais le four; on n'a donc pas pu trancher avec certitude la question de cette ouverture. Si vraiment une pareille ouverture n'existait pas dans la partie inférieure du four, il faudrait, après avoir fondu le fer, démolir en partie le four, pour en pouvoir extraire le minerai. C'est peut-être dans ce but qu'on a jadis démoli une partie du four que nous avons trouvée endommagée.

Les parois du four, relativement faibles, exigeaient sans doute pendant son façonnement des supports qui empêchaient leur écroulement en dedans. La bande foncée oblongue et présentant une coupe ronde, que j'ai observée dans le sol sous la partie démolie de la paroi, est peut-être le reste d'un de ces supports. Je suppose que cette bande, qui a 6 cm. de diamètre et 25 cm. de longueur, est la trace d'un petit poteau planté là dans le sol pour soutenir la paroi d'argile. Il y avait sans doute un nombre plus grand de ces supports, mais on n'aurait pas pu le constater sans démolir le four que nous voulions cependant faire transporter en entier au Musée. D'ailleurs, malgré ces supports, le four était très fragile à cause de la ténuité des parois, faites d'une argile de mauvaise qualité et mal cuite; ainsi je doute fort qu'on ait pu l'employer de nombreuses fois pour fondre le minerai.

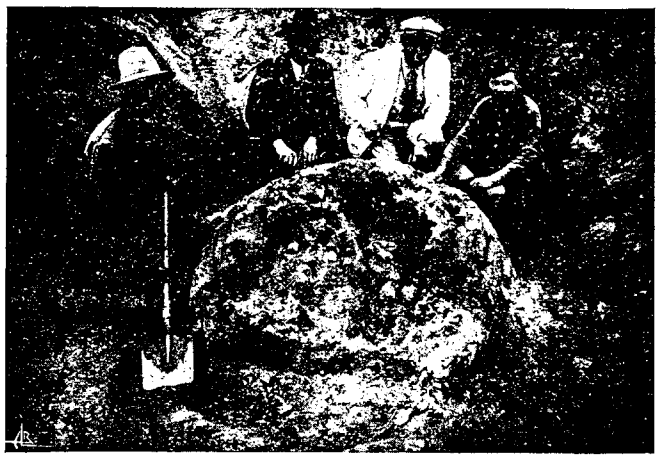


Fig. 2 — Le même four. Vue de sud-est.

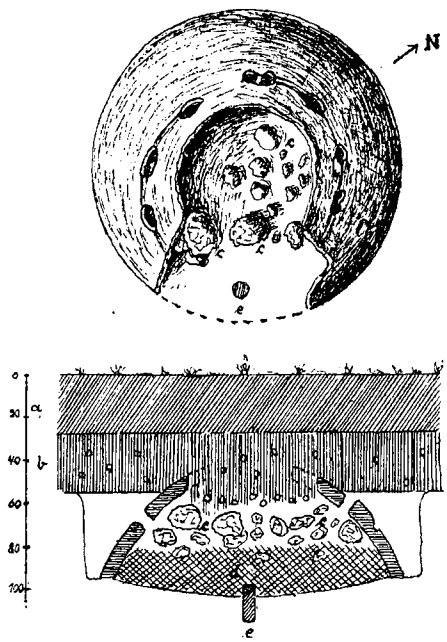


Fig. 3 — Plan et coupe du four à minerai de Mechlin, arrondt. de Srem (Grande Pologne). 1/40 gr. nat. *a)* Couche d'humus; *b)* couche de débris; *c)* scories de fer; *d)* terre noire brûlée; *e)* trace d'un petit poteau.

Quant à la construction du four, on procédait probablement de la manière suivante: d'abord on posait au fond de la cavité alternativement des couches de charbon de bois et des couches de minerai; c'est alors seulement que l'on façonnait les parois du four en forme de coupole, tout en laissant en haut une grande ouverture au milieu, pour que l'on pût ajouter du minerai et du combustible; plus bas, sur la périphérie, on laissait quelques petites ouvertures pour la ventilation. En examinant les ouvertures à ventilation de plus près, nous pouvons remarquer une sorte de sillon irrégulier qui joint ces ouvertures entre elles. Je ne peux pas m'expliquer ce phénomène. Peut-être est-ce le résultat de l'endommagement de la paroi dans ces endroits, à cause de l'activite des flammes sortant par les ouvertures à ven-

tilation, ce qui causait le détachement des parties de la paroi qui se trouvaient à la proximité des ouvertures.

Les analogies les plus proches du four de Mechlin se trouvent au Würtemberg, où Schliz a découvert un bon nombre de fours, dans les stations datant de l'époque de la Tène. Là aussi les fours étaient d'argile, façonnés en forme de coupole; ils avaient de même en haut une assez grande ouverture et plus bas des ouvertures à ventilation sur la périphérie. Ils étaient cependant plus perfectionnés que celui de Mechlin, étant munis d'un grand nombre de creusets d'argile qui se trouvaient posés au fond du four et dans lesquels la fonte s'écoulait. Quant aux autres fours à minerai datant de l'époque romaine et connus en Pologne, la plupart d'entre eux est d'une construction beaucoup plus primitive et se compose de simples cavités cylindriques creusées à la terre même sans parois d'argile. On employait encore des fours pareils dans les villages du sud de la Grande Pologne au commencement du XIX siècle.

La fragilité des parois du four, ainsi que son poids considérable, causé par ses dimensions, en a rendu, malheureusement, impossible le transport en entier au Musée de Poznań, comme nous en avions d'abord formé le projet.

Je profite de l'occasion pour remercier M. le Chambellan Watta-Skrzydlewski, le propriétaire de Mechlin, de l'aimable hospitalité qu'il m'a offerte pendant mes recherches et de toutes les facilités, ainsi que de son vif intérêt aux fouilles.

Dr. Georg Kraft
Professor an der Universität (Freiburg i. Breisgau)

Feuersteinbeile westlicher Form in Baden

Eine der interessantesten Früchte historischer Betrachtung ist, zu sehen, wie ein und dieselbe Landschaft zu verschiedenen Zeiten von verschiedenen Völkern bewohnt wird und dadurch sozusagen ihre Gesichtszüge ändert, während das Knochengerüst, d. h. Berge und Flüsse bleiben. Wer vollends die Jahrtausende der Vorgeschichte heranzieht, wird die mannigfachsten und tiefgreifendsten Veränderungen der geographisch-historischen Zusammenhänge beobachten können. Das Rheintal z. B. liegt seit fast 2 Jahrtausenden in einem Gebiet nordischer Völker und zeitweise konnten nicht einmal die Alpen, diese natürliche Grenzscheide zwischen Nord und Süd, ein Überströmen hindern. Zu Beginn der Besiedlung Europas durch sesshafte Stämme im älteren Neolithikum waren aber die Verhältnisse völlig anders; westeuropäische Kulturen und Menschen begegnen uns rheinauf rheinab, wie ich es für Baden auf Grund eigener Ausgrabungen nachgewiesen habe (1). Aber auch am Ende der Jungsteinzeit bezw. am Übergang zur Bronzezeit bemerkt man neue mächtige Wellen von grosser kultureller Kraft, wie sie u. a. von R. Lais (2) und neuerdings von mir anlässlich meiner Ausgrabung des Heidensteins bei Schwörstadt im Einzelnen aufgezeigt wurden (3).

Schon A. Schliz hat auf diese endneolithischen Invasionen aus Westeuropa hingewiesen und sie u. a. für die kleinen spitznackig-dreieckigen Steinbeile verantwortlich gemacht (4). H. Reinerth hat in Süddeutschland und bes. in der Schweiz diese Erscheinungen weiter verfolgt und hier auch grosse Feuersteinbeile derselben Form namhaft gemacht (5). Aus Oberbaden hat E. Gersbach ein

---

(1) Bad. Fundber. 2, 1930 S. 129 ff.; Präh. Zeitschr. 20, 1929 S. 167 ff. Vgl. Zeitschr. Freiburg. Geschichtsver. 41, 1928 S. 1 ff., bes. S. 18; Schumacherfestschrift 1930 S. 47 ff.

(2) R. Lais, Mitt. Bad. Landesverein f. Naturkunde u. Naturschutz in Freiburg-Brg. N. F. 1, 1919, S. 3 ff.

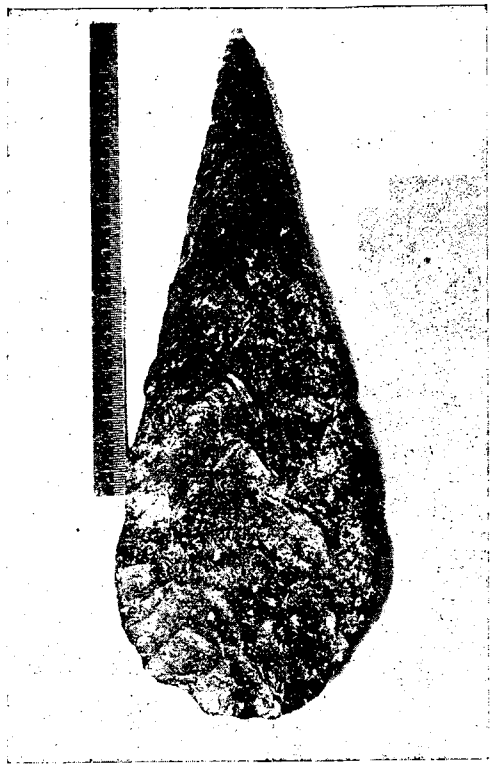
(3) Bad. Fundber. 1, 1927, S. 225-242; Germania, 11, 1927, S. 65-69, Dazu jetzt: P. H. Stemmermann, Glockenbecherfunde im Breisgau. Germania 17, 1933, S, 4 ff.

(4) Korr. Bl. f. Anthrop. 1908, Nr. 9-12, S. 4 f.

(5) H. Reinerth, Die Jüngere Steinzeit der Schweiz, 1926, S. 210 f., Abb. 86, 3-5.

ausgezeichnetes Stück von Wallbach A. Säckingen veröffentlicht (1), das bei einem menschlichen Skelett gefunden wurde.

In dieser Festschrift, die einem ausgezeichneten portugiesischen Forscher gewidmet ist, möchte ich eine Parallele dazu veröffentlichen, die schon vor etwa 20 Jahren an den Tag kam und in Privatbesitz gelangte. Das Stück wurde von einem Bauern auf einem Acker der Gemarkung Weisweil, Amt Emmendingen nördl. Freiburg i. Br. gefunden. Es besteht aus gelblichem Silex und ist ziemlich grob zubehauen, die Kanten dagegen sind scharf. Länge 27,5, Breite 9,32, Dicke (in der Mitte) 3,5 cm. An der Spitze, d. h. am Nacken, und in der Mitte ist es ziemlich dick, von spitzovalem Querschnitt (und zunächst einem Faustkeil ähnlich), dagegen verdünnt es sich in den vordersten 8 cm, etwa von der Stelle grösster Breite ab zu einer Schneide, die beinahe halbkreisförmig ausgezogen ist. Am Original sieht man, dass das oberste Drittel, der Nacken, in etwa 10 cm Länge auffällig glänzt, die unteren zwei Drittel dagegen matt sind; beide Partien setzen sich deutlich gegeneinander ab in einer Linie, die schräg über die Breitseite verläuft.



Die Übereinstimmung der Form der genannten Stücke ist schlagend. Da das abgebildete Stück nur grob bearbeitet ist und die genauen Fundverhältnisse nicht sicher sind, besteht die Möglichkeit, dass es nur ein Halbfabrikat darstellt, das noch geschliffen werden sollte (2). Andererseits zeigt das Stück von Wallbach auf der ganzen Oberfläche feine Überarbeitung und an der Schneide messerscharfe Zurichtung durch Schlag. Es ist daher wahrscheinlich, dass auch unser Stück und vielleicht auch das eine oder andere der französischen in dieser Weise hätte bearbeitet werden sollen.

(1) Bad. Fundber. 1. 1926, S. 131 f., Abb. 58.

(2) vgl. Congr. préh. de France. VI 1911 (Tours) S. 379 Taf. I.; Mortillet, Musée préh. 2. éd. Taf. 50, 534 f. — Geschliffene Beile derselben Form in Grünstein erreichen noch wesentlich grössere Ausmasse, s. Déchelette, Manuel I S. 514 Fig. 84, 9. Mortillet a. a. O. Taf. 54, 575.

Dr. Herbert Kühn
Professor an der Universität (Köln)

Westgotische Durchbruchschnallen

Die reiche Kultur der Westgoten ist in Spanien und Portugal leider längst nicht in dem Masse erforscht, in dem sie es verdiente. Gerade hier sollte eine künftige prähistorische Forschung einsetzen, denn die wissenschaftlichen Möglichkeiten sind sehr gross. Erst seit einigen Jahren beginnt das Interesse der Junta Superior de Excavaciones y Antigüedades für die westgotische Archäologie. Vor einem Jahre hat Martínez Santa Olalla mit den Ausgrabungen von Herrera de Rio Pisuerga (Prov. Valencia) begonnen und mit einer zusammenfassenden Studie über neuere westgotische Funde das Interesse wachgerufen (1) und von deutscher Seite hat Zeiss das spanische westgotische Material gesammelt und für die Publikation vorbereitet.

So möchte in an dieser Stelle gerade über die westgotische Archäologie einen Beitrag liefern, in der Hoffnung, dass auch er dazu beitragen möge, das Interesse auf der Iberischen Halbinsel für die Gotenforschung zu wecken.

Im Museo Episcopal von Vich in Spanien befindet sich eine Schnalle, die des höchsten Interesses wert ist, bisher aber meines Wissens noch nicht publiziert wurde. (Abb. 1, Taf. 1). Das Stück kommt nicht aus neueren Grabungen, die Fundumstände sind nicht beobachtet, es ist nur bekannt, dass es aus Catalunya stammt.

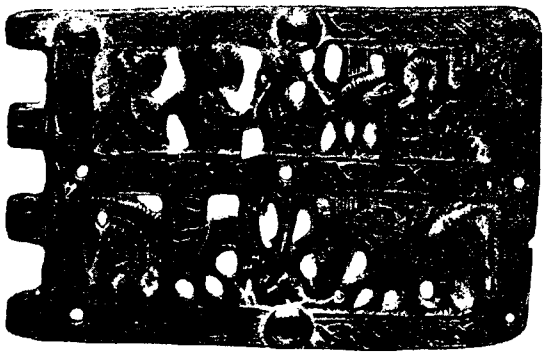
Die Schnalle gehört zu den rechteckigen Durchbruchschnallen der Völkerwanderungszeit (2), die, wie ich glaube gezeigt zu haben, im letzten Jahrzehnt des 6. und im Laufe des 7. Jahrhunderts unter avarischem Einfluss entstehen. Sie zeigen in rechteckigem Rahmen ein Pferd, manchmal mit Reiter, sehr oft ein unbestimmbares Tier mit Vogelkopf. (Abb. 3, 4, 6, Taf. 2). Zugrunde liegt dem Tier das Greifenmotiv, wie es bei den Avaren immer vorkommt, wie es bei den Skythen lebt (Abb. 2, Taf. 2) und seinen Ursprung in Mesopotamien findet. Es erscheint hier schon vor dem 3. Jahrtausend auf Siegelzylindern.

---

(1) Julio Martínez Santa Olalla, Sobre algunos hallazgos de bronces visigóticos en España. IPEK, Jahrbuch für prähistorische und ethnographische Kunst, 1931 S. 57 ff.

(2) Herbert Kühn, Die rechteckigen Durchbruchschnallen der Völkerwanderungszeit. Prähistorische Zeitschrift 1933. (Im Druck).

Einige Schnallen, wie die von Dietersheim, die sehr entwickelt sind und das Greifenmotiv sehr verwandelt haben, sind durch Beifunde sehr gut in das 7. nachchristliche Jahrhundert zu datieren (1). Um diese Zeit beginnt überall in der germanischen Kunst die Tendenz zur menschlichen Gestaltung, die der Kunst der Germanen vorher fremd war (2).



1

2

3

Taf.. 1—1, Prov. Catalunya, Spanien. Vich, Museo Episcopal. 2, 3, La Balme (Haute Savoie). Museum Genf, Schweiz. 2/3

Dieser Tendenz entstammt die Schnalle aus Katalunien, aus ihr kommen auch die berühmten Danielschnallen, (Abb. 3, Taf. 1) die einen Menschen zwischen zwei Tieren zeigen. Auch sie gehören dem 7. Jahrhundert an. Man kann so mit gewisser Wahrscheinlichkeit damit rechnen, dass auch die Schnalle aus Katalunien dem siebenten oder höchstens dem Anfang des achten Jahrhunderts zugehört.

Gestützt wird diese Datierung durch die Parallelisierung mit dem nächstverwandten Stück, einer ganz ähnlichen Schnalle aus Genf (Inv. Nr. 321). Die Genfer Schnalle trägt ein Ornament in Salins Stil II (3), es ist eine Schlange mit einem Tierkopf, der nicht ganz rein im Stil II gebildet ist, jedoch alle Grundlagen des Stiles trägt. Nahe kommt dieser Schlangendarstellung die Schlange auf der Vorderseite des Steines von Niederdollendorf bei Bonn, der ebenfalls in das 7. Jahrhundert gehört.

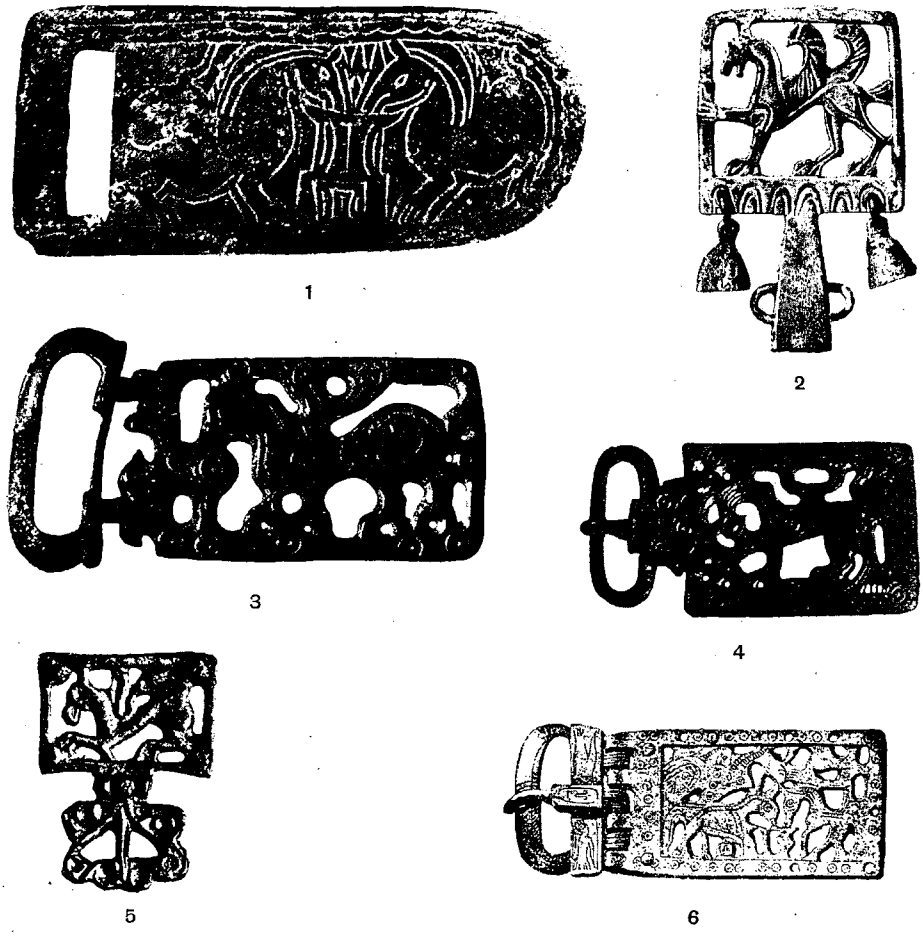
---

(1) Behrens, Germanische Kriegergräber. Mainzer Zeitschrift 1919 S. 9.

(2) Herbert Kühn, Das Kunstgewerbe der Völkerwanderungszeit. In Bossert, Geschichte des Kunstgewerbes. 1928.

(3) Salin, Altgermanische Thierornamentik, Stockolm. 1904.

Was an beiden Schnallen, der von Vich und der von Genf so auffällig und eigenartig ist, das ist die seltsame Darstellung. Beidemal werden nicht wie sonst, etwa bei den Danielschnallen, (Abb. 3, Taf. 1) 2-3 nebeneinanderstehende,



Taf. 2—1, Prov. Burgos, Spanien. Museo Episcopal, Vich.
2, Krasnokutsk, Südrussland.
3, Qualburg bei Cleve, Rheinland, Museum Cleve.
4, Andernach, Rheinland, Museum Bonn.
5, Ordas, Com. Pest, Ungarn, Museum Budapest.
6, Péronne, Frankreich, nach Boulanger.
2/3

steif gezeichnete Menschengestalten gegeben, beidemal wird eine wirkliche Szene, ein Vorgang der heiligen Schrift, dargestellt. Auf der Schnalle von Genf der Einzug in Jerusalem, und auf der Schnalle aus Vich die Anbetung der heiligen drei Könige. Dabei sind die drei Könige im Profil gegeben, eine sehr seltene Gestaltungsart. Die Maria und das Kind dagegen sind ganz undeutlich, dem Künstler ist offenbar die Vielheit der Gestalten nicht geglückt.

Eigentümlich ist auch die Zweiteilung der Schnalle. Auf der unteren Hälfte erscheint eine Szene, die häufiger ist: zwei Pferde, die aus einem Trog trinken. In dem selben Museum befinden sich noch zwei Schnallen aus der

Provinz Burgos, meines Wissens ebenfalls unpubliziert, die das gleiche Motiv tragen, allerdings nicht in Durchbruchtechnik. Aber auch die Durchbruchtechnikkommt vor, Boulanger (1) bildet ein Stück dieser Art aus Péronne ab, das der Schnalle aus Vich sehr nahe steht. Auch bei diesem Stück äussert sich die Tendenz zu szenischer Gestaltung, eine Menschenfigur ist angebracht über dem linken Pferd und unter dem Pferd ein Menschenkopf.

Dieses Motiv der gegenständlichen Pferde bildet die Verbindung zweier immer wieder vorkommender Motive: einmal der zwei Tiere um den Lebensbaum und dann das des Greifen in Durchbrucharbeit. Beide Motive haben ihren Ursprung in Mesopotamien, leben dann auch bei den Skythen am Schwarzen Meer (Abb. 2, Taf. 2) und werden von den Avaren (Abb. 3, Taf. 2) und auch später über Byzanz zu den Westgermanen — nicht zu den Ostgermanen — gebracht. Da die Avaren erst 586 in Ungarn einfallen, und die Zeit der Beziehungen zu den Avaren das ganze 7. Jahrhundert ausfüllt, müssen die direkt beeinflussten Stücke am Anfang des 7. Jahrhunderts liegen, die Stücke aber, die anstelle des alten Greifenmotivs wie es bei den Avaren und zuerst auch bei den Germanen üblich ist, (Abb. 4, Taf. 2) das Pferd gesetzt haben, (Abb. 6, Taf. 2) gehören dem Ausgang des Jahrhunderts an.

Bei dem Stück aus Vich ist ein Pferd dargestellt, aber auf dem Rücken trägt es etwas Unbestimmtes. Das war ursprünglich der Flügel, wie er bei den avarischen Stücken aus Ungarn noch ganz deutlich ist. (Abb. 5, Taf. 2). Den Germanen war das Greifenmotiv unbekannt, sie haben den Greif umgebildet in ein Pferd, seinen flügelartigen Ansatz aber beibehalten, So kann aus stilistischen Gründen dieses Stück aus Vich nur dem Ende des 7. Jahrhunderts angehören. Im allgemeinen beeinflussen die avarischen Stücke direkt die Burgunder, sodass man von burgundischen Durchbruchschnallen sprechen kann. Dieser Einfluss wird dann weitergegeben von den Burgundern an die Westgoten.

Beide Stücke aus Vich sind besonders bedeutungsvoll deshalb, weil sie eine ganz selbstständige Fortentwicklung in der germanischen Kunst der Völkerwanderungszeit zeigen, die, von den alten Motiven ausgehend, ohne Einwirkung durch die Antike, am Ende des 7. Jahrhunderts das Szenische herausarbeitet, Gruppen schafft, und so die Grundlage bildet für die romanische Kunst. Denn die romanische Kunst entwickelt sich direkt aus der Kunst der Völkerwanderungszeit und dies Moment gerade ist es, das auch die Kunst und Kultur des Westgoten in Spanien so bedeutungsvoll macht für die Kulturentwicklung des frühen Mittelalters in ganz Europa.

---

(1) Boulanger, L'Art mobilier funéraire Gallo-Romain et Franc en Picardie et en Artois. Paris 1902-05 S. 169.

Raymond Lantier
Conservateur du Musée des Antiquités Nationales (Saint-Germain-en-Laye)

Les dieux orientaux dans la Péninsule ibérique

Les données dont nous disposons pour l'étude des cultes orientaux dans la Péninsule ibérique se réduisent presque exclusivement à une cinquantaine d'inscriptions. Les textes littéraires, à une exception près, ne fournissent en effet aucun renseignement précis et l'absence de grands répertoires iconographiques (1) rend extrêmement difficile toute enquête approfondie dans le domaine des monuments figurés. Ces divers documents ont été déjà à plusieurs reprises utilisés (2) pour des recherches portant sur le rôle joué par ces divinités dans le panthéon des provinces hispaniques à l'époque romaine. De récentes et importantes découvertes permettent de poser sur des bases nouvelles le problème des rapports qui s'établissent entre les dieux et les colonies de marchands orientaux dans la Péninsule ibérique.

L'introduction des religions originaires de l'Asie antérieure est très ancienne en Espagne et les cultes nouveaux apportés par les navigateurs phéniciens ou carthaginois n'ont pas été abolis entièrement avec leur domination. C'est ainsi qu'on peut reconnaître Melqart dans l'Hercule adoré, à l'époque romaine, à l'extrémité méridionale de l'île de Gadès (3). Dans l'enceinte sacrée, où les porcs ne pouvaient pénétrer et dont la fondation est expressément attri-

(1) L'Ecole des Hautes-Etudes hispaniques de Madrid avait entrepris la publication d'un *Inventaire des monuments sculptés pré-chrétiens de la Péninsule ibérique,* dont la rédaction devait être confiée à divers collaborateurs. Seul le premier fascicule a paru: R. Lantier, *Lusitanie, conventus Emeritensis,* Bordeaux et Paris, 1918. A la même enquête se rattache le répertoire dressé par M. E. Albertini, *Sculptures antiques du conventus Tarraconensis,* édité par *l'Anuari de l'Institut d'Estudis catalans,* MCMXI-XII. Par les soins de la *Junta para ampliacion de Estudios* a été publié, en 1912, un choix restreint de sculptures antiques de caractère religieux ou iconographique (M. Gomez Moreno y J. Pijoan, *Materiales de arqueologia.* I, *Escultura greco-romana. Representaciones religiosas clasicas y orientales. Iconografia).*

(2) J. Toutain, *Les cultes païens dans l'empire romain,* II, *Les cultes orientaux,* Paris, 1911; F. Cumont, *Les religions orientales dans le paganisme romain,* 3e éd., Paris, 1929; J. Leite de Vasconcellos, *Religiões da Lusitania,* t. III, Lisbonne, 1913; C. H. Moore, *Cultes orientaux en Espagne,* Studies in the History of religions presented to Crawford Howell Toy, New-York, 1912.

(3) St. Gsell, *Histoire ancienne de l'Afrique du Nord,* IV, p. 304; F. Cumont, *Les Syriens en Espagne et les Adonies à Séville,* dans *Syria,* VIII, 1927, p. 341.

buée aux Tyriens (1), jusque sous l'Empire ont prédominé les cultes orientaux, célébrés par des prêtres astreints à la continence et vêtus à la mode phénicienne d'une tunique de lin ornée de *clavus*, la tête rase et les pieds déchaux (2). De telles ressemblances expliquent la facilité avec laquelle les religions syriennes ont pu pénétrer en Bétique et cependant leur existence en ces régions n'a été révélée que tout récemment (3). On a signalé leur présence à Cordoue *(Corduba)* (4) où, sur le fragment en marbre blanc d'un autel à fronton triangulaire, décoré de la représentation d'un cyprès ou d'une palme, on lit une dédicace grecque à diverses divinités sémitiques, parmi lesquelles apparaissent les noms d'Elagabal et d'Allath, la divinité arabe par excellence assimilée à Minerve. Un texte hagiographique, souvent cité mais incomplètement étudié, les actes des saintes Juste et Rufine, martyrisées à Hispalis (Séville) probablement en 287, apporte la preuve indiscutable de la célébration dans cette ville de fêtes en l'honneur de Salambo et d'Adonis les 17, 18 et 19 juillet de chaque année (5). Dans le sud de la province de Tarraconaise, à l'est de Carthago Nova (Carthagène), une trentaine d'ancres en plomb furent retirées des eaux du cap Palos. Deux d'entre elles portaient les noms de divinités syriennes, Zeus Kasios et Aphrodite Σώζουσα (6).

L'expansion des cultes syriens paraît ainsi limitée strictement aux provinces méridionales de la Péninsule. Les religions phrygiennes de Cybèle et d'Attis ont eu une meilleure fortune et ont laissé des traces assez marquées dans les diverses régions de l'Espagne et du Portugal (7). En Tarraconaise, le prétendu tombeau des Scipions, aux portes de Terragona (8), porte la double image du pâtre Attis, représenté sous les traits d'un jeune homme pensif, en costume oriental, un bras ramené sur le devant du corps, l'autre main soutenant le menton. A Tarraco même, dans le grand cimetière sur l'emplacement duquel s'élèvent les constructions de la Manufacture des Tabacs, on a recueilli récemment une tête d'Attis, coiffée du bonnet phrygien (9); à Valencia (10) et dans les eaux du port de Grao (11) deux autres images du berger phrygien avaient

---

(1) Pomponius Mela, III, 46; Justin, XLIV, 5, 2; Arrien, *Anab.*, II, XVI, 4.

(2) Silius Italicus, *Punica*, III, 21 et suiv.

(3) M. Toutain (op. cit., p. 55) signale qu'aucune trace de cultes syriens n'a été trouvée dans les provinces espagnoles.

(4) F. Cumont, *Une dédicace aux dieux syriens trouvée à Cordoue*, dans *Syria*, V, 1924, p. 342-345.

(5) Du même, *Les Syriens en Espagne et les Adonies à Séville*, dans *Syria*, VIII, 1927, p. 330-341.

(6) Ibid., p. 330.

(7) Sur le culte de Cybèle et d'Attis dans la Péninsule ibérique, voir: H. Graillot, *Le culte de Cybèle, Mère des Dieux*, Paris 1912, p. 473-475. Aucune découverte nouvelle n'est venue modifier les conclusions de l'étude très précise que M. Graillot a faite de l'expansion du culte de ces divinités en Espagne et au Portugal. Cf. J. Toutain, *op. cit.*, p. 101.

(8) E. Albertini, *Sculptures antiques du conventus tarraconensis*, n.º 150.

(9) J. Tulla, P. Bertran y Cosme Oliva, *Excavaciones en la necropolis romano-cristiana de Tarragona*. Mem. n.º 88 de la Junta sup. de Excavaciones y Antigüedades, pl. X.

(10) E. Albertini, *op. cit.*, n.º 21.

(11) H. Graillot, *op. cit.*, p. 274, n. I.

été autrefois découvertes. En Bétique, on a signalé à Arva (Peña de la Sal), près Alcolear del Rio (1), à Gadès (Cadiz) et à Nebrissa Veneria (Lebrija) (2) une tête et deux figurines de ce dieu qui reparaît sur un relief d'Augusta Emerita (3). A Mahon, dans les Baléares, le nom d'Attis est associé à celui de Cybèle sur le linteau d'un temple dédié au couple divin (4). En Tarraconaise, deux mosaïques de Barcino (5) et de Gerunda (6) offrent l'image de Cybèle chevauchant un lion et, à Tarraco, on a découvert une petite figurine de la déesse mère assise (7). Dans la même province, une inscription signale l'existence d'un temple de la Mère des Dieux à Vellica (?) (Monte Cildad, près Aguilar del Campo) (8) qui fut encore adorée en Galice dans la civitas Limicorum (9) et à Legio (10), associée à Caldas de Vizela aux divinités guérisseuses de l'établissement thermal (11). Pour la Lusitanie, le culte de la Grande Mère apparaît dans les textes épigraphes de Capera (12), d'Augusta Emerita (13) Metellinum (14), Garlitos (15) et d'Olisipo (16). Quant à la Bétique, deux inscriptions seulement mentionnent la célébration des mystères phrygiens à Cordoba (17) et à Italica (18).

Très proches des mystères d'Attis, ceux du Jupiter phrygien, Sabazius, viennent seulement d'apparaître dans le panthéon oriental des provinces espagnoles. Sur l'une des deux plaques en bronze repoussé, découvertes à Ampurias, dans la nécropole romaine à l'ouest des ruines de la ville grecque et conservées au Musée de Gérone, M. Bruhl (19) a reconnu l'image d'un Sabazios funéraire, sous les traits d'un personnage barbu, coiffé du bonnet phrygien, la main droite levée et s'appuyant de la gauche sur une lance.

Si l'Espagne n'est plus, depuis la découverte du mithraeum d'Augusta Emerita (20), le pays d'Occident le plus pauvre en monuments mithriaques (21),

---

(1) E. Engel, *Nouvelles Archives des Missions*, III, 1892, p. 148 et fig. 2.
(2) E. Hübner, *Antike Bildwerke in Madrid*, p. 319.
(3) R. Lantier, *Inventaire des mon. sculptés*, p. 21, n.° 92 et pl. XXV, fig. 82.
(4) *C. I. L.*, II, 3706.
(5) Rémy, *Musée Belge*, 1907, p. 251.
(6) H. Graillot, *op. cit.*, p. 474, n. I.
(7) E. Hübner, *op. cit.*, p. 216, n.° 473.
(8) *C. I. L.*, II, 6297.
(9) H. Graillot, *op. cit.*, p. 474, n. I.
(10) *Année épigraphique*, 1911, n.° 94.
(11) *C. I. L.*, II, 2407.
(12) *Ibid.*, 805.
(13) *Ibid.*, 5260.
(14) *Ibid.*, 606.
(15) *Année épigraphique*, 1913, n.° 13.
(16) *C. I. L.*, II, 178, 179. Cf. Leite de Vasconcellos, *Religiões da Lusitania*, III, p. 328-334.
(17) *C. I. L.*, 5521.
(18) *Année épigraphique*, 1908, n.° 150.
(19) *Plaques du culte de Sabazios provenant d'Ampurias*, dans Revue archéologique 1932, 2, p. 35-43.
(20) P. Paris, *Restes du culte de Mithra en Espagne. Le mithraeum de Merida*, dans Revue archéologique, 1914, 2, p. 1-31.
(21) F. Cumont, *Textes et monuments relatifs au culte de Mithra*, II, p. 260.

le culte de cette divinité reste cependant étroitement localisé dans les capitales de la Tarraconaise (1) et de la Lusitanie (2), puis dans les confins militaires des Asturies, à San Juan de la Isla, près Calonga (3) et à Iria Flavia (4).

Parmi les statues de divinités, Océan, Mercure, Vénus, qui décoraient le mithraeum d'Emerita, figure une image de Sérapis (5) dont la religion ainsi que celle d'Isis, a laissé des traces assez nombreuses dans les provinces espagnoles. En Lusitanie, Sérapis Hypsistos est adoré à Panoias, Sérapis Pantheus à Pax Julia (6); Emerita a fourni une dédicace à Sérapis (7) qui fut également honoré en Tarraconaise, à Valencia (8), Asturica Augusta (9) et Ampurias (10) où un sanctuaire lui avait été consacré. Les mystères d'Isis seraient peut-être encore plus répandus: on les trouve célèbrés à Tarraco (11), Acci (12), Aquae Calidae (13), Bracara (14), Alcacer do Sal (15), La Torre (16), Valencia (17) et à Igabrum (18). Par contre, seules les inscriptions de Valencia (19), de Tarraco (20), et de Lucus Augusti (21) gardent le souvenir des cultes de Jupiter Ammon et de Celestis.

Si on reporte sur une carte les données si parcimonieusement fournies par les documents épigraphes et les monuments figurés, on constate que tout le centre de l'Espagne et le nord-ouest de la Lusitanie sont occupés par un vaste blanc. Les découvertes les plus nombreuses s'échelonnent au long du littoral depuis Ampurias jusqu'à Olisipo en passant par Barcino, Tarraco, Valencia, Carthago Nova, Gades. Hors de la côte, on ne distingue plus que des îlots en Extrémadoure (Augusta Emerita, Metellinum, Capera), en Bétique (Corduba, Hispalis), en Galice et dans les Asturies (Legio, Asturica Augusta, Iria Flavia). Les trouvailles de Gerona, Vellica, Acci et Pax Julia doivent être rattachées à l'un ou l'autre des ces groupes.

---

(1) *C. I. L.*, II, 4086.
(2) P. Paris, *op. cit.*; *C. I. L.*, II, 464.
(3) *C. I. L.*, II, 2705=5728.
(4) *Ibid.*, 5635.
(5) P. Paris, *op. cit.*, p. 11-12 et fig. 9; R. Lantier, *Inventaire*, p. 113, n.° 49 et pl. XXI, fig. 44.
(6) *C. I. L.*, II, 46; cf. Dessau, *Selectae inscr. lat.*, n.° 4401.
(7) Monsalud, *Boletin de la R. Academia de la Historia*, 1903, p. 245, n.° 6.
(8) *C. I. L.*, II, 3731.
(9) *Ibid.*, 5665.
(10) *Ibid.*, 6185.
(11) *Ibid.*, 4080.
(12) *Ibid.*, 3386.
(13) *Ibid.*, 4491.
(14) *Ibid.*, 2416.
(15) *Ibid.*, 33.
(16) *Ibid.*, 981.
(17) *Ibid.*, 3730.
(18) *Ibid.*, 1611.
(19) *Ibid.*, 3729.
(20) *Ibid.*, 2570.
(21) *Ibid.*, 4310.

Cette répartition des monuments dans les villes maritimes, administratives ou militaires est significative. Elle prouve qne ces religions sont bien loin d'avoir pénétré dans tout le pays. Ce sont des cultes exotiques qui ont suivi les marchands ou les soldats qui les ont amenés dans leurs bagages.

La route suivie par les navigateurs syriens est jalonné par plusieurs documents. Malaca était le siège d'une corporation de ces trafiquants (1); d'autres fréquentaient le grand entrepôt de Carthago Nova (2); à Augusta Emerita et à Olisipo, les inscriptions signalent la présence d'Orientaux (3). Par le Baetis, au long des routes qui de Corduba conduisent à Hispalis et à Emerita, avec les marchandises ont voyagé les dieux des marchands.

Le rôle des soldats n'a pas été moins important dans la dispersion de ces cultes. Leur action se fait particulièrement sentir dans les capitales, Tarraco et Emerita, dans les villes militaires où ils ont contribué pour une très large part à répandre les religions de la Grande Mère et surtout celle de Mithra (4). Mais ces mystères n'ont pas fait de prosélytes dans la bourgeoisie indigène des villes ou des populations campagnardes. On est particulièrement frappé, dans un culte qui paraît aussi régulièrement organisé que celui de Cybèle, de constater la prépondérance des noms orientaux ou grecs parmi les prêtres, les fidèles et les initiés (5). C'est là un nouveau témoignage de la faiblesse de l'emprise des religions orientales sur la masse.

Les mystères de la Grande Mère apparaissent pour la première fois à Olisipo, en 108 après notre ère (6). La plus ancienne mention connue, se rapportant au culte de Mithra, date de 155 après J. C. (7). Quelques rares jalons permettent de suivre leur développement à travers le IIIe siècle (8). Ces données chronologiques concordent assez bien avec ce que l'on sait des rapports du monde romain avec l'Orient. La constitution, en 106, par Trajan, de la nouvelle province d'Arabie, ouvre de nouvelles routes commerciales; des relations plus suivies s'établissent entre des contrèes jusqu'alors peu accessibles et l'Occident. C'est le moment où le culte d'Allath pénètre jusqu'en Bétique (9) et il ne devait pas y avoir bien longtemps que les autres religions orientales avaient pris place dans le panthéon des provinces espagnoles.

---

(1) *I. G.*, XIV, 2540. Cf. F. Cumont, *Les religions orientales*, 3e éd., p. 167; du même, *Syria*, VII, 1927, p. 330-331.

(2) Voir plus haut.

(3) *C. I. L.*, II, 224, 515. Cf. E. Albertini, *Les étrangers résidants en Espagne à l'époque romaine*, dans Mélanges Cagnat, p. 313.

(4) F. Cumont, *Textes et monuments...*, I, p. 260,

(5) *C. I. L.*, II, 178, 179, 5260, 5521. *T. Licinius Amaranthus, Flavia Tyche, Docyricus Valerianus.*

(6) *Ibid.*, 179.

(7) *Année épigraphique*, 1905, n.° 25.

(8) Torobole à Cybèle du 9e jour avant les kalendes d'avril (24 mars) de 238 après J. C. (*C. I. L.*, II, 5521).

(9) F. Cumont, *Les religions orientales*, p. 173.

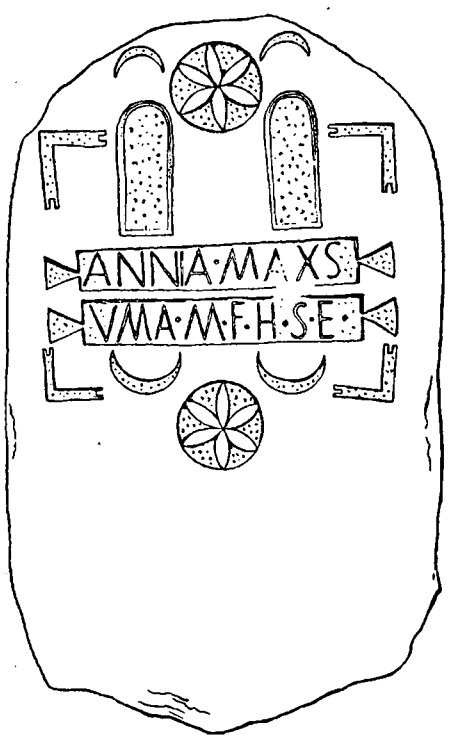
Ces faits qui relèvent autant de l'histoire économique que de l'histoire religieuse de la Péninsule, rentrent dans le cadre des relations entretenues par l'Espagne avec les autres provinces de l'Empire. Si de récentes découvertes ont montré un développement de rapports, primitivement assez superficiels avec l'Orient (1), il faut bien constater qu'ils n'ont jamais atteint l'ampleur des relations étroites et permanentes qui s'établirent alors entre l'Afrique et la Péninsule. On ne saurait oublier que c'est par l'intermédiaire de l'Afrique qu'une autre religion orientale, le christianisme, s'est introduite et propagée en Espagne.

(1) E. Albertini, *Mélanges Cagnat*, p. 317-318.

Dr. J. Leite de Vasconcellos
Director Honorário do Museu Etnológico (Lisboa)

Lápide lusitano-romana da Arruda dos Vinhos

A lápide reproduzida na figura adjunta, e agora existente no Museu Etnológico, de Belém (Lisboa), apareceu no Campo do Casal das Pias, da frèguesia da Arruda, distante da vila coisa de três quilómetros (1). Tem as seguintes dimensões: $1^m,24 \times 0^m,76 \times 0^m,10$, e apresenta na face anterior uma inscrição latina, de duas linhas, postas entre vários ornatos. A exactidão do desenho (2) dispensa explicação miúda.



Lápide da Arruda dos Vinhos, ora no Museu Etnológico de Belém.
C. $1^m,24$. L. $0^m,76$. Esp. $0^m,10$.

O texto diz: *Annia Maxsuma, M(arci Anni) f(ilia), h(ic) s(ita) e(st)*, com pontos separativos das palavras, e outro no fim.

A inscrição, conquanto paleogràficamente óptima, nada tem epigràficamente fora do comum. Os ornatos é que chamam mais a atenção, por serem iguais a muitos que se representam nas *Religiões da Lusitania*, III, 408 sgs.: uns de Portugal, outros de Hespanha, os quais na obra citada considerei símbolos funerários, e cuja interpretação aí procurei dar. Vid. também a figura de p. 407, que representa um cipo consagrado a Marte, encontrado fora da Península hispano-portuguesa.

(1) O meu amigo e antigo condiscípulo na Escola Médica do Pôrto, TITO DE NORONHA, que com brilho exerceu muitos anos na Arruda funções de clínico municipal — hoje está aposentado — foi quem me ofertou, para o Museu esta preciosidade arqueológica.

(2) Feito por F. VALENÇA, desenhador do Museu Etnológico.

As lápides de Portugal provêm do Norte, excepto uma, a de p. 420, que apareceu na Estremadura. Da Estremadura é igualmente a que forma o objecto do presente artigo. Vê-se que a civilização lusitana, a que os símbolos pertencem, e que estamos habituados a considerar exclusivos do Norte, se estendeu pelo Sul, mais do que parecia — depois suplantada pela romana — ou que pelo menos os indivíduos, a que as duas lápides concernem, eram Septentrionais.

— * —

Desejaria o autor prestar à memória do eminente arqueólogo F. Martins Sarmento preito superior àquele que com êste singelo artigo presta: e isso faria de boamente, se não estivesse, como está, sobrecarregado de trabalho literário de que não pode largar mão.

Dr. Emile Linckenheld
Correspondant du Ministère de l'Instruction Publique

Observations sur les sièges primitifs des Senons cisalpins

Le cinquième siècle avant notre ère est celui des grandes migrations celtiques: la Gaule est occupée; des essaims pénètrent en Espagne, en Grande Bretagne, en Italie, et par les Balkans jusqu'en Asie Mineure. En Italie, en Grèce et en Asie Mineure les Celtes entrent ainsi en contact avec l'historiographie des peuples classiques. Voilà pourquoi nous sommes relativement mieux informés de ces migrations lointaines que des répercussions graves, vrais bouleversements politiques qui se sont produits, à partir de la même époque, en Gaule même.

On a cependant essayé d'établir les sièges primitifs de quelques tribus celtiques; notamment M. K. Schumacher, dans plusieurs travaux a réuni certaines données (1). C'est ainsi qu'il est d'avis que les Séquanes sont partis de la Seine (Sequana) pour gagner la Franche-Comté. Les Médiomatriques ont quitté la Marne (Matrona) pour s'établir sur la Meuse et la Moselle; cette dernière hypothèse semble particulièrement fragile depuis qu'on sait qu'au moins trois cours d'eau du nom de Matrona parcourent le territoire des Médiomatriques (2). De la même façon on a pensé à des relations entre le nom des Bituriges Vivisci et la ville de Vevey, sur le lac de Genève (3).

---

(1) *Mainzer Zeitschrift,* II, p. 16 sq.; *Praehistor. Zeitschr.,* 1916, p. 133; *Nassauische Annalen,* 1917, p. 175; *Fundberichte aus Schwaben,* N. F., I, 1917-22; un résumé se trouve dans son œuvre monumentale *Siedlungs- u. Kulturgeschichte d. Rheinlande,* I, 1922, p. 214. H. Hubert en a rendu compte *Revue celtique,* 1925, p. 254-57, et *Les Celtes,* I, 1932 (*L'Evolution de l'Humanité,* t. XXI), p. 173.

(2) Sur ces noms voir E. Linckenheld, *Une frontière romaine étudiée sur le terrain, Revue d. Etud. anciennes,* 1932, 2.e et 3.e fasc. On pourrait être tenté de traduire le nom des Médiomatriques par «Sur les (trois) Matronae».

(3) O. Hirschfeld, *Sitzungsberichte d. Berliner Akademie,* 1896, p. 453 (=*Kleine Schriften,* p. 235); cf. Domaszewski, *Westdeutsche Zeitschr.,* XXI, 1902, p. 203; C. Jullian, *Rev. d. Etud. anciennes* XV, 1913, p. 47; Viollier, *Ibid.,* p. 186. — Cette doctrine est abandonnée; voir Staehelin, *Die Schweiz in römischer Zeit,* 1927, p. 56 («anmutiges Hypothesenspiel»).

Zangemeister *(Corp. Inscr. Latin.*, XIII, 2, 1, p. 283) a supposé que les Santoni avaient été, jadis, les voisins des Helvètes dans l'Odenwald. Cette doctrine qui repose uniquement sur le nom d'un *deus Santius* rencontré sur une inscription des Helvètes (n.° 6607 du *Corpus)* est absolument dans l'air, quoique Norden *(Germanische Urgeschichte)* l'ait récemment répétée (1). Pour conclure à une parenté ou à une communauté d'origine au moins géographique (anciens sièges communs) il faut d'autres analogies.

En 1927 je croyais les découvrir entre les Senons et les Médiomatriques et je proposais l'hypothèse d'un séjour des Senons sur les deux côtés du cours moyen de la Moselle (2).

Pour les Gaulois cisalpins, les Cénomans et les Senons, les Insubres, Boïens et Lingons, cités formées par dédoublement d'une autre cité du même nom et fixée ailleurs, particulièrement en Gaule, on a établi les hypothèses les plus diverses. Jadis on admettait généralement un dédoublement antérieur à l'occupation de la Gaule: une partie de la tribu se serait fixée en Italie, une autre en Gaule (3). Aujourd'hui on est d'avis que les Senons, les Lingons et les Cénomans d'Italie se sont divisés en deux cités seulement après leur arrivée en Gaule (4).

Tite-Live appelle les premiers (V, 34, 5 et 9) «*recentissimi advenarum*». C'est eux qui ont poussé jusqu'à Rome qu'ils prirent, en 390 avant notre ère (Tite-Live, V, 35, 2: «*Hanc gentem Clusium Romamque inde venisse comperio*»; cf. Pline, *Hist. nat.*, III, 116, et Aulu-Gelle, XVII, 21, 21).

On n'a presque jamais cherché, de notre savoir au moins, à établir des relations entre les Gaulois cisalpins et leurs frères de l'intérieur de la Gaule; Paulus Diaconus *(Histor. Longobard.*, II, 23) parle cependant d'un roi Brennus «*qui apud Senones urbem* (=Sens) *regnabat*». Nous voudrions donc aujourd'hui attirer l'attention sur quelques faits bien établis qui semblent plaider en faveur d'anciennes relations qui existaient entre la région occupée par les Gaulois cisalpins d'une part et le pays de la Moselle moyenne, d'autre part.

Nous n'avons nullement la prétention de vouloir solutionner en quelques pages ce problème grave et difficile; nous voudrions simplement apporter une contribution à son étude. Les preuves ou indices que nous avons réunis sont empruntés aux différentes branches de nos préoccupations scientifiques. «L'Historien n'arrivera à se rapprocher de la vérité, à perfectionner ses méthodes, qu'en ayant le courage de s'adresser aux sciences les plus hardies, même à celles qui sont en apparence les plus éloignées de ses habitudes classiques (5)».

---

(1) Keune, *Realenzyklopaedie de Pauly-Wissowa*, Supplém. I A, c. 2288, montre que le nom de Santius n'a rien à voir avec celui des Santoni.

(2) *Les Stèles funéraires en forme de Maison chez les Médiomatriques et en Gaule*, 1927, p. 70 sq.

(3) Nissen *Italische Landeskunde*, 1902, p. 146, a été suivi par O. Montelius et malheureusement aussi par J. Déchelette; cf. E. Linckenheld, *Revue celtique*, XLVI, 1929, p. 35, et *Stèles-Maisons*, 1927, p. 134.

(4) Keune dans Pauly-Wissowa, *Realenzyklopaedie d. Klassisch. Altertumswissensch.* Suppl. III, c. où il y a la bibliographie complète. Voir sur ces problèmes H. Hubert, *Les Celtes*, 1932, I, p. 322; c'est le résumé le plus complet et le mieux établi.

(5) C. Jullian, *Revue d. Etud. anciennes*, 1926, p. 21.

1. — Les stèles-maisons de Montefortino.— La nécropole de Montefortino (province d'Ancône), connue depuis 1894, appartient indubitablement aux Senons (1). Elle a fourni deux stèles-maisons typiques.

Longtemps méconnus, nous leur avons assigné leur place en y voyant la plus ancienne forme de la stèle-maison, création originale du génie celtique. Cette doctrine a été unanimement admise; la Péninsule ibérique vient, du reste, nous apporter des preuves irréfutables (2). Malgré tout, on a encore récemment prétendu (3) que cette forme de la tombe était un phénomène purement local, et qu'entre les stèles de Montefortino et les Médiomatriques il n'y avait «certainement» ancune relation. Ignorer ne doit pas nous amener à nier. Si les stèles-maisons étaient vraiment une particularité médiomatrique, rien que par les pierres de Montefortino, une comunauté de sang ou d'origine entre les Celtes de la Moselle et ceux du Pô serait prouvée, indubitablement. Mais puisque cette forme de la tombe est une création celtique, nous ne pourrions nous rallier à une conclusion très avantageuse pour notre thèse, mais partant d'une fausse prémisse. Il faut ajouter aux stèles de Montefortino une stèle-maison de Ferento (4). Sur des stèles funéraires celtiques en Italie du Nord, d'une autre forme cependant, voir H. Hubert, *Les Celtes*, I, p. 323.

2. — Vosegus chez Silius Italicus.— Silius Italicus (IV, 213-215) nous a conservé le nom de *Vosegus* porté par un chef des Gaulois cisalpins, un boïen dans l'occurrence:

Demetit aversi Vosegus tum colla iubaque
Suspensam portans galeam atque inclusa perempti
Ora viri, patrio divos clamore salutat.

Faut-il ajouter que par le nom de *Vosegus* ou désignait, à l'époque gallo-romaine, tout le pays montagneux entre la plaine d'Alsace, le Hunsrück, les Ardennes, le Plateau de Langres et les Monts-Faucilles? A sud, les Vosges «se prolongeaient alors dans les contrées arrosées par la Saône, au moins dans la partie supérieure de cette rivière» (A. Longnon) (5). Le nom de la divinité éponyme de la chaîne de montagnes (6) a donc passé à un chef de tribu.

---

(1) E. Brizio, *Il sepolcreto gallico di Montefortino (Monumenti antichi dei Lincei*, IX, fasc. 3, 1901, p. 616); O. Montelius, *La Civilisation primitive en Italie*, I, 2, texte, 1904, p. 731; J. Déchelette, *Manuel d'Archéolog.*, I, p. 1087; E. Linckenheld, *Stèles-maisons*, 1927, p. 108.

(2) Martínez Santa Olalla, *Las estelas funerarias en forma de casa en España (Investigacion y Progreso*, 1932, p. 148).

(3) P. Jacobsthal *(Schumacher Festschrift*, 1930, p. 104) débite ces thèses gratuites, *sans la moindre preuve.*

(4) *Notizie d. Scavi*, 1883, p. 45; cf. Ebert, *Realenzyklopaedie d. Vorgeschichte*, VI, p. 291.

(5) Cf. Keune dans Roscher, *Mythologisches Lexikon*, s. v. Vosegus.

(6) Voir les numéros chez Holder, *Altkeltischer Sprachschatz*, fasc. 18, t. III, 1908, c. 451.

On a enseigné jadis que fort peu de noms de divinités celtiques finissent par s'appliquer à des hommes; on serait plus près de la vérité si l'on affirmait le contraire (1). Rien d'anormal donc de ce côté.

On pourrait objecter que ce nom, *Vosegus*, est pure fantaisie chez Silius. Mais quand on considère que Silius est le poète le plus pauvre en fantaisie de tout ce peuple de réalistes que sont les Latins, qu'en outre il était un savant réputé: *doctissimis sermonibus dies transigebat, cum a scribendo vacaret* (Pline, *Epist.*, III, 7), qu'il avait une riche bibliothèque *(multum ubique librorum... habebat, Ibid.)*, qu'il était archéologue et collectionneur, qu'il suit généralement les historiens et puise visiblement dans des sources orales (2), on ne se laissera pas impressionner outre mesure par cette objection (3). C. Jullian et, après lui, d'Arbois de Jubainville ont toujours enseigné que l'auteur des Punica s'inspire beaucoup moins de Tite-Live que des plus anciens annalistes (4).

3. — « Rhenus fluvius » près de Bologne. — La capitale des Boïens cisalpins était Bologne. Près de cette ville nous rencontrons un *Rhenus fluvius*, affluent du Pô, qui prend sa source sur l'Apennin, au-dessus de Pistoria. Aujourd'hui il s'appelle Reno. Pline le cite par deux fois: H. N., III, 118 et XVI, 161; de même notre Silius (VIII, 593: *Oeni prisca domus parvique Bononia Rheni)*. Le mot est unanimement considéré comme celtique. C'est donc les Gaulois, à leur arrivée dans les régions du Pô, qui le lui ont donné. A lui seul, cet argument ne serait pas de nature à emporter la conviction; ajouté à tout ce qui est exposé ici, sa valeur ne peut que gagner. Il n'y a, du reste, qu'un seul courant d'eau en Gaule qui soit appelé du nom du grand fleuve qui la limite à l'est; c'est un affluent de la Loire, en aval de Roanne, qui a sa source au pied du Mont-Pinay (5).

4. — La nymphe Meduna à Kreuznach et le fleuve Meduna en Italie du Nord. — Kreuznach situé « in monte Vosego », dans le sens ancien de ce mot, possède deux sources salutaires bien connues à l'époque romaine et préromaine. Un

---

(1) Dottin, *La langue gauloise*, p. 94, donne des exemples de dérivés; Keune, *Trierer Zeitschrift*, II, 1927, p. 16, a réuni un grande nombre d'exemples. Sur toute la question: Meyer-sahm, *Deorum nomina hominibus imposita*, 1891 (à refaire).

(2) Forstner, Hermes, t. LII, p. 293.

(3) Silius disposait de sources que nous n'avons plus; preuve: au chant XVI, v. 559, il mentionne un Gaulois *Burnus*. Or ce nom est conservé en Espagne, *Corpus*, II, 2484, et la toponymie de l'ancienne Gaule en a conservé des traces dans les nombreux Bournay, Bornay, Borny, etc., (cf. Holder, I, c. 642). Autres exemples: *Caunus* est conservé par Silius (IV, 233) et par une inscription de Bordeaux (Holder, I, 868). Silius, XV, 726: Tum aversi Turgentia colla disicit ense *Mosae* (soldat gaulois), à comparer au *Corpus* VIII, 18011 [GARGIL]A MOSA, etc.

(4) Jullian, *Rev. Et. anc.*, III, 1901, p. 329; d'Arbois de Jubainville, *Revue celtique*, 1902, p. 374.

(5) Pour soumettre à nos confrères le matériel complet, nous citons encore les deux petits lacs du nom de Rino, en Corse, arrondissement de Corte.

socle auquel les statues manquent aujourd'hui, porte l'inscription DE(abvs) VERCAN(a)E ET MEDVN(a)E L. T. ACC(e)PTVS V. S. L. M.

Avec F. Cramer on voyait en Vercana et Meduna les nymphes de ces sources (1). En 1918, le même savant a rendu attentif à un courant d'eau du nom de Meduna, affluent de la Livenza, sur les limites de l'ancienne Vénetie, occupé jadis par des Celtes (2). C'est visiblement le même mot, inconnu par ailleurs. La racine *Medu* a servi à des formations analogues, comme *Medu-acas,* mot désignant le cours supérieur de la Brenta chez Strabon (v, 1, 7), Tite-Live (x, 2, 6), Pline (H. N., III, 121) et dans la Table de Peutinger; comme *Meduana,* aujourd'hui Mayenne, fleuve et ville; comme le nom d'une station *Meduantum* située sur la voie romaine entre Durocortorum Remorum (Reims) et Colonia Agrippina (Cologne), probablement dans les Ardennes, donc dans les Vosges, d'après la conception des géographes anciens (3). Malgré ces analogies ou plutôt ces noms formés moyennant le même thème Medu-, l'identité complète des deux noms, probablement de deux cultes, montre vers un certain degré de parenté des occupants des deux régions.

5. — « Matres Senonum » à Metz. — M. Keune (4) a tiré de l'oubli et prouvé l'autenticité d'une inscription de Metz ainsi libellée:

DIS M(atris) SENONVM
TRIS(=tribus) ET DOMIN(o)
MER(cvrio) COSVMI
EX IVS(sv)
MERCVRI

On vénérait donc à Metz les Matres des Senons, comme par ailleurs les Matres Britannae, Italae, Treverae, Suebae, Noricae, Gallaicae (en Espagne), etc. (5). Le tout serait de savoir, si ce culte était local, répandu dans le

(1) *Eifel-Festschrift,* Bonn, 1913, p. 234. — L'explication de Holder, *Altkeltischer Sprachschatz,* II, 528, purement philologique, est impossible.

(2) C. Cramer, *Germania, Correspond. Blatt d. röm.-germ. Kommission,* II, 1918, p. 8.

(3) Un Medu-briga était situé en Lusitanie; il est cité par le *Bellum Alex.* (48, 2) et Pline (H. N., IV, 118); cf. Holder, II c. 526.

(4) *Annuaire lorrain,* VIII, 1896, p. 64 et 254; cf. *Corp. Inscr. Lat.,* XIII, 4004.

(5) Sur les Matres, on renvoie, depuis une génération, à Ihm, *Mütter- oder Matronenkult und seine Denkmäler,* dans *Bonner Jahrbücher,* 83, 1887, p. 1-200, où 400 monuments sont réunis. Depuis, ce nombre a presque doublé; voir maintenant Heichelheim, dans Pauly-Wissowa, *Realenzyklopaedie,* XIII, 2, 1930; 702 monuments et inscriptions sont énumérés. — Sur les Matres Senonum voir également M. Ihm, dans Roscher, *Lexikon d. Mythologie,* IV, 1910, p. 710, *s. v.* Senonum. — Soulignons, à cette occasion, l'importance de ce culte chez les Gaulois cisalpins: 43 monuments sont connus dans la Gallia cisalpina. L'Espagne, par contre, est excessivement pauvre en documents concernant les Matres: je ne vois qu'une inscription (*Corpus* II, 2764) et une sculpture (*Boletin de la Real Academia,* 1900, p. 507). On ne doit plus mentionner l'inscription d'Elche: *Proxumis.* En 1925 (*Revue d. Etud. anciennes,* XXVII), j'ai démontré que cette inscription venait du Gard.

peuple, ou bien si un étranger, un Senon, a dédié le monument à des divinités de son pays d'origine. Les dédicants des monuments des Matres sont souvent des soldats: Metz n'avait pas de garnison: pas une seule tuile de légions n'a été trouvée ni à Metz ni dans toute la Lorraine.

Dans l'Italie proprement dite, le culte des Matres est inconnu; les rares monuments proviennent sans exceptions de soldats étrangers à l'Italie.

Notre argument, faible par lui-même, ne prouve évidemment rien pour les Cisalpins. Mais la preuve de relations extraordinaires entre les Senons de la Gaule et les Médiomatriques serait d'une grande utilité pour notre problème: Si les premiers avaient occupé primitivement une partie du territoire des derniers, bien des énigmes s'éclairciraient. Nous nous tournons donc un peu de ce côté.

6. — Senons et Médiomatriques. — Les indices qui permettent de poser au moins ce problème sont nombreux et ne peuvent pas être traités à fond dans cette petite notice. Le premier a été indiqué à l'instant.

Nous voulons brièvement mentionner ici des «survivances géographiques», c'est-à-dire des cas, où «les noms de peuplades disparues sont perpétuées par une portion du territoire qu'elles avaient occupé» (1).

Nous rencontrons sur la limite occidentale des Médiomatriques quatre noms de lieux qui sont formés, à ce qu'il semble, avec le nom des Senons:

a). Senones (Vosges), nom qui remonte certainement à un accusatif *Senonas,* attesté pour l'an 661 (2).

b). Senon (Ardennes) avec beaucoup de restes de l'époque romaine (3).

c). Senoncourt (arrond. de Verdun) avec restes de l'époque romaine (4).

d). Senonville (arrond. de Commercy).

Pour Senon, nous possédons un renseignement très précieux, donné par Jeantin *(Manuel de la Meuse,* Nancy, 1861, p. 376): «Cierges, près de Montfaucon d'Argonne, sous la coutume de Sainte Menehould, a maintenu les us, lois et coutumes de l'ancien Perthois; Vibry, Sens et Troyes le révendiquent à l'encontre des Remi *comme ayant fait partie des Senones au temps des Romains*». L'auteur n'indique malheureusement pas ses sources. Mais on a de cette façon au moins un indice pour admettre l'existence de Senons en plein pays médiomatrique. S'agissait-il d'émigrants ou plutôt d'une colonie de Senons restée sur place, lorsque leurs compatriotes émigrèrent, les uns sur les bords de la Loire, les autres en Italie? En tout cas, ces faits répandent un peu de lumière sur l'inscription enigmatique de Metz, traitée sous le n.° 5.

---

(1) C. Jullian, *Revue d. Et. anc.,* VII, 1905, p. 250; en 1893, l'illustre maître des études gallo-romaines avait déjà posé le problème, *ibid.,* I, p. 238, et en 1913 *(ibid.,* p. 49) il a donné de nombreux exemples.

(2) Cf. Keune, *Realenzyklopaedie* de Pauly-Wissowa, t. II, A, 2, c. 1472. Le nom de Senona se trouve sur une monnaie mérovingienne; Belfort 4054 (= Prou 529).

(3) Keune, *ibid.,* en outre C. Jullian, *Rev. Et. anc.,* XX, 1918, p. 256.

(4) L. Quintard, *Journal d. l. Soc. archéol. lorraine,* 1871, p. 27.

7. — Vulcain à Sens et en pays médiomatrico-trévire. — L'Inscription principale du temple de Sens (Agedincum Senonum) portait (1):

MARTI VOLCANO ET DEAE
SANCTISSIMAE VESTAE

Vulcain nous surprend en cette société, quoique à Rome, sous l'influence grecque, Vesta se rencontre souvent associée à son culte. On peut en effet difficilement concevoir que ce dieu romain absolument de deuxième plan soit devenu, au coeur de l'ancienne Gaule, une des divinités principales (2). Et cet étonnement ne fait que grandir quand on voit que parmi toutes les provinces romaines ce ne sont que la Gaule et la Germanie qui l'ont reçu dans leurs sanctuaires (3). Il y a donc un dieu indigène qui a revêtu le costume du Vulcain romain. Ce n'est que dans les derniers temps que ce problème commence à se dessiner; et en même temps la solution se montre. Car depuis peu de temps nous connaissons suffisamment le rôle de la divinité celtique qui, *interpretatione Romana,* nous apparaît sous les traits de Vulcain. C'est Sucellus-Dispater (4). «Sucellus, Silvain, Dispater, Hercule même sous certains rapports, sont des divinités parentes. Et la parèdre du dieu au maillet, Nantosvelta, ensuite Herecura, les Matres, les Parques, Venus même, mais une Vénus gauloise, ont entre elles des rapports étroits, divinités de la fécondité et de la famille et dieux souterrains, maîtres de la vie et de la mort». Et Vulcain en Gaule n'est qu'une hypostase de ce même *Dis Pater,* père de la race celtique. Plus que toute autre preuve, une sculpture récemment trouvée à Alzey, en pays médiomatrico-trévire témoigne de son caractère. C'est une des faces d'un «autel à quatre divinités», décrite par F. Behn (5). Elle représente Vulcain avec un cerf! Cet attribut, dans son association avec le dieu au maillet romain, est sans analogie dans tout l'art religieux classique. Des relations avec Cernunnos commencent à se dessiner. Si le dieu au maillet celtique (Sucellus) et le dieu au maillet romain (Vulcain) se sont amalgamisés de la sorte, la compagne du dieu romain, Vesta, est la divinité qui préside aux mêmes fonctions, en grande partie, que Nantosvelta, parèdre de Sucellus. Son rôle est surtout saisissable en pays médiomatrique, où seule, elle porte comme attribut une maison indigène, une hutte gauloise (6). Là nous la saisissons mieux que partout ailleurs parce que là elle a conservé

(1) *Corp. Inscr. Lat.*, XIII, 2940.

(2) Sur son rôle chez les Romains, voir Wissowa, *Religion u. Kultus d. Römer*, p. 229.

(3) J. Toutain, *Les Cultes païens de l'Empire romain*, I, 388. Tout au plus on le rencontre en Pannonie, où tant de choses rappellent les Celtes; voir Domaszewski, *Westdeutsche Zeitschrift*, XIV. p. 55.

(4) E. Linckenheld, *Sucellus et Nantosvelta, Revue de l'Histoire des Religions*, XCIX, 1929, p. 43 sq.

(5) *Mainzer Zeitschrift*, XXIV/XXV, 1929/30, p. 98. E. Krüger a ajouté des notes qui représentent un véritable programme.

(6) Voir *Sucellus et Nantosvelta*, p. 59, et, du même anteur, *Revue archéologique*, 1926 I, p. 212.

son rôle primitif. Et ce fait relie de nouveau le pays médiomatrique à la région occupée plus tard par les Senons: chez eux ce couple divin était vénéré dans le temple principal de la capitale (1).

Le même fait est admirablement illustré par un monument de Rheinzabern, ancien pays médiomatrique: Vulcain trône au milieu d'une assemblée de dieux (2).

8. — Vulcain chez les Cisalpins. — Le triangle va se fermer: Le culte de Vulcain-Sucellus-Dispater qui relie Médiomatriques et Senons de la Loire, ce culte joue un rôle tout à fait exceptionnel chez les Gaulois cisalpins.

Nous lisons en effet chez Florus (I, 20, 5) que l'an 222 avant J. C., les Insubres et les Boïens, soutenus par les Gésates du Valais promirent de vouer à Vulcain les armes romaines (3). Ce Vulcain ne peut être un autre dieu que Dispater, le dieu au maillet, maître de la vie et de la mort, père de la race celtique, auquel les Gaulois ont voué l'armée ennemie. Cette solution s'impose: on ne voue pas l'armée ennemie à un dieu protecteur des forges, étranger par-dessus le marché.

Je ne connais aucune tribu, où Vulcain-Sucellus occupe la première place du Panthéon, que les Senons, de la Loire et du Pô, et peut-être les Médiomatriques.

9. — Répartition des oenochoés. — Déchelette a dressé une carte célèbre où les trouvailles italo-grecques et étrusques faites dans les régions situées au nord des Alpes sont repérées (4). Son inventaire comporte 60 numéros. C'est l'axe du territoire celtique à la dernière phase de l'époque de Hallstatt. A ces objets hallstattiens récents il faut joindre la plus grande partie des objets trouvés dans ces célèbres tombes de chefs dans la région comprise entre le cours du Rhin moyen et de la Moselle, des tumulus du Dürckheim, Rodenbach, Waldalgesheim, Schwarzenbach, etc. Récemment deux savants allemands, M.M. Jacobsthal et Langsdorff ont réuni à nouveau le matériel complet (5). Avec les trouvailles de l'Italie du Nord, leurs listes comprennent 138 unités. Tout récemment les célèbres vases de Basse-Yutz (Moselle) se sont ajoutés (actuellement au British Museum) (6).

---

(1) Dans le cadre de ce petit article je ne puis pas traiter les monuments et inscriptions de Vulcain, monuments qui proviennent en grande partie «de la campagne», de milieux indigènes. Je le ferai prochainement ailleurs.

(2) Espérandieu, *Recueil des Bas-reliefs*, VIII, n.° 5924.

(3) Voir C. Jullian, *Rev. Et. anc.* IV, 1902, p. 51.

(4) Déchelette, *Manuel*, III, carte V. H. Hubert l'a récemment reproduite, *Les Celtes*, I, 1932, p. 199.

(5) *Die Bronzeschnabelkannen, ein Beitrag zur Geschichte d. vorröm. Importes nördlich der Alpen*, 1929.

(6) Au Musée de Metz, «trois archéologues» les considéraient comme produits de l'époque de la renaissance (!) et refusèrent l'acquisition au prix ridicule de 2.000 frcs. Le British Museum, peu après, les acheta pour 640.000 frcs. Cf. Reginald Smith, *Celtic bronzes from Lorraine, Archaeologia*, LXXIX, 1923, p. 1-12. Sur la question, cf. E. Linckenheld, *Les Vases de Basse-Yutz, Cahiers d'Archéologie d'Alsace*, 1933.

Généralement on considère l'Allemagne du Sud et le cours moyen du Rhin et de la Moselle comme le centre du domaine celtique. Au tournant du ve siècle avant J. C. il en était ainsi. Un seul coup d'oeil sur cette carte montre un fait des plus curieux: ces oenochoés se massent tellement dans deux régions de l'Europe centrale que les autres provinces en semblent depourvues. Ces deux régions sont: l'Italie du Nord, région des Gaulois cisalpins, et la région située entre la Moselle et le Rhin, ou mieux entre la Sarre et la Nahe, pays médiomatrico-trévire.

On n'a jamais proposé la moindre explication de ce fait aussi indéniable qu'énigmatique.

A la fin du ve siècle au plus tard, les Senons sont descendus dans la Plaine du Pô. Le moins qu'on puisse dire, dans cet ordre d'idées, est que la situation générale telle que nous la voyons aujourd'hui, est plutôt favorable à une origine rhénane des Senons cisalpins. Alors on comprendrait cette répartition des oenochoés.

10. — Le mobilier funéraire. — Nous pouvons peut-être encore faire un pas en avant, car après les indices fournis par la toponymie, l'anthroponymie, et la mythologie, on serait étonné, si les critères archéologiques manquaient absolument. Notre science n'est pas encore assez avancée pour nous fournir les moyens de distinguer, d'après les restes conservés dans le sol, une cité celtique d'une autre; mais elle peut, au moins partiellement, aider à découvrir des liens de parenté ou d'ancien voisinage. H. Hubert écrit dans son admirable synthèse sur les Celtes (1): « Les envahisseurs (celtiques) d'Italie venaient de loin. Les occupants du plateau de Somma Ticinese avaient l'habitude de laisser beaucoup de poterie dans leurs tombes. Ce n'est pas le cas dans les pays celtiques les plus proches de l'Italie, notre Franche-Comté et la Suisse. *C'est le cas en Lorraine ou en Bavière.* Les bandes qui entrèrent en Italie dépassèrent donc les populations fixées au bord des Alpes ou dans le Jura ». Par tout ce qui précède, la Bavière paraît exclue comme point de départ des Celtes cisalpins. L'argument du meilleur connaisseur apporte donc un appui puissant à notre essai de démonstration.

Il y a encore un autre indice. Les tombes des Senons (à Montefortino, Filottranto, Ripa Bianca et autres lieux) renferment des bijoux gaulois, particulièrement des anneaux et des torques à tampons, *qui rappellent ceux de la vallée du Rhin* (2).

Conclusions. — Appien, auteur du IIe siècle de notre ère, nous a conservé un passage rarement cité, il est vrai (3), mais qui nous paraît maintenant sous

---

(1) H. Hubert, *Les Celtes et l'Expansion celtique jusqu'à l'époque de La Tène*, I, 1932, p. 332 (tome XXI de *L'Evolution de l'Humanité*).

(2) Nous empruntons cette phrase à H. Hubert, *Les Celtes*, II, p. 33.

(3) Je ne trouve pas ce passage chez Holder, s. v. *Rhenus;* à la c. 1149 du t. II, il ne cite que le commencement de la phrase avec la note que ce renseignement remonte à Fabius

un autre jour: Pour l'an 390 avant notre ère, il écrit: «*pars satis magna Celtarum apud Rhenum habitantium se accinxit ad aliam terram quaerendam et Clusinis bellum inferebat*». Appien parle de l'expédition contre Rome; de Clusium, ils se dirigeaient vers la capitale (Tite-Live, v, 35, 2).

Il fait venir les Celtes qui brulèrent Rome, en 390, directement du Rhin. Or nous savons qu'ils ne sont pas venus «directement», mais qu'ils étaient déjà fixés dans l'Italie du Nord. Mais Appien nous dit qu'ils sont venus du Rhin. Ce renseignement mérite notre attention. Car Appien est un auteur très consciencieux: Mommsen a prouvé définitivement qu'il se sert d'une tradition fournie par les annalistes, tradition qui n'est pas utilisée ni par Tite-Live ni par Dionysios (1). Nous pouvons donc attendre de son côté des renseignements très précis et très précieux. E. Schwartz (2) qui a particulièrement étudié l'oeuvre d'Appien, dit que la partie la plus importante de son oeuvre est constituée par le récit de la catastrophe provoquée par les Gaulois en 390 avant J. C. *(Gall.,* 2-6) et par la guerre contre les Senons et les Boïens, en 222 *(Gall.* II).

Nous nous trouvons donc dans la situation suivante: Une information d'un auteur fort important avait été négligée. Mais des critères empruntés à des sources d'information très diverses plaident en sa faveur.

Le moins qu'on puisse dire, c'est que le problème est posé.

Pictor. Voici ce texte important d'après l'édition de Mendelssohn, Teubner, 1879, I, p. 47: Ὅτι Ὀλυμπιάδων τοῖς Ἕλλησιν ἑπτὰ καὶ ἐνενήκοντα γεγενημένων, τῆς γῆς τῶν Κελτῶν οὐκ ἀρκούσης αὐτοῖς διὰ τὸ πλῆθος, ἀνίσταται μοῖρα Κελτῶν τῶν ἀμφὶ τὸν Ῥῆνον ἱκανή, κατὰ ζήτησιν ἑτέρας γῆς· οἳ τό τε Ἄλπιον ὄρος ὑπερέβησαν, καὶ Κλουσινοῖς... ἐπολέμουν.

(1) Th. Mommsen, *Römische Forschungen,* II, p. 307 sq.

(2) E. Schwartz dans Pauly-Wissowa, *Realenzyklopaedie,* II, 1895, c. 218.

Dr. G.-H. Luquet
Professeur au Lycée Rollin (Paris)

Gravures rupestres de Villadesuso

Si les gravures rupestres dont nous voudrions dire quelques mots ne se trouvent pas en territoire portugais, il ne s'en faut guère que de la largeur de l'embouchure du Minho. Elles remontent d'ailleurs à une époque où il n'était pas question des frontières actuelles, et elles rentrent dans un ensemble artistique qui, s'étendant sur toute la partie Nord-Ouest de la péninsule ibérique, depuis la Corogne jusqu'au Mondego, mérite le nom de galicio-portugais. Au surplus, l'examen de ces productions artistiques primitives rentre dans le cadre des travaux d'archéologie préhistorique par lesquels s'est illustré Martins Sarmento. Leur étude ne sera donc pas déplacée dans ce recueil destiné à célébrer sa mémoire.

Les pétroglyphes se trouvent sur deux blocs de granit assez éloignés l'un de l'autre. Le premier ne nous arrêtera pas longtemps. Il porte simplement une demi-douzaine de figures humaines schématiques, dont deux caractérisées comme masculines par un petit trait vertical indépendant placé entre les jambes écartées, et deux autres où le corps humain est simplement rendu par une croix (6, pl. 5, fig. 3). Ces figures ne présentent rien de nouveau et rentrent dans l'ensemble des schématisations anthropomorphes qui se rencontrent, non seulement dans les gravures galicio-portugaises et dans les peintures néolithiques de toute la péninsule, mais aussi dans une foule d'arts primitifs.

Les figures gravées sur l'autre bloc (fig. ci-contre; 1, fig. 4; 6, pl. 5, fig. 1 et 2) sont plus intéressantes. Elles comprennent d'abord huit représentations animales qui, dans le groupe galicio-portugais, sont beaucoup plus rares que les représentations anthropomorphes. L'un des animaux, au milieu de la partie inférieure, est représenté portant une charge comme dans diverses figures rupestres, néolithiques ou plus récentes, de l'Afrique du Nord. La détermination zoologique des animaux figurés est impossible. Ils ne présentent ni les longues cornes ni les bois ramifiés qui permettent de reconnaître dans d'autres gravures des capridés ou des cerfs. Par leur aspect objectif, long cou vertical, tête horizontale et deux oreilles, ils rappelleraient plutôt des biches. Mais comme la même forme de la partie antérieure se retrouve dans les autres figures qui correspondent à des animaux domestiques: l'animal portant une charge et l'un des deux animaux de la gravure complexe de gauche qui, comme nous le verrons, représente une voiture attelée, toutes les figures animales peuvent vouloir représenter également des équidés, chevaux, mulets ou ânes.

En tout cas, elles sont toutes du même style général. Le corps est linéaire, c'est-à-dire réduit à un seul trait et non rendu par une surface limitée par un contour. Il en est de même pour les pattes, disposées parallèlement et séparées en deux groupes correspondant l'un à celles de devant, l'autre à celles de derrière. Par là ces représentations zoomorphes se distinguent nettement d'autres comme celles de Portela da Cruz, à San Jorge de Sacos (Pontevedra) (5, pl. 17, fig. 14) ou de la roche des Siete Infantes de Lara, à Yecla de Yeltes (province de Salamanque) (5, pl. 19, fig. 16), où le corps est moins schématisé, représenté non par une simple ligne, mais par un contour comprenant les pattes, au nombre de deux et non de quatre, autrement dit figurées en profil absolu. On peut, avec Obermaier (5, p. 53 et 57) rapporter les figures animales de style linéaire au début de l'âge du Bronze, mais il est possible qu'elles remontent à une phase plus ou moins avancée du Néolithique et inversement qu'elles soient au moins partiellement contemporaines des figures à contour, considérées par Obermaier comme de la fin de l'âge du Bronze: l'état actuel des connaissances ne permet pas des déterminations chronologiques très précises.

Echelle: 1/20

Aux animaux isolés de notre roche sont juxtaposées deux figures complexes qui ne paraissent pas pouvoir s'interpréter autrement que comme des voitures attelées. Dans celle de gauche, d'exécution très sommaire, la voiture est réduite à une ellipse munie de divers prolongements linéaires dont deux approximativement symétriques vers l'arrière pourraient rappeler des roues. En avant est gravé un quadrupède dont deux des pattes sont absentes, en dessous duquel se voient les restes d'un autre encore plus incomplet.

La figure la plus importante, à droite de la précédente et un peu plus haut, représente certainement une voiture, mais l'interprétation de détail est assez malaisée. Voici celle qui nous paraît la plus vraisemblable. Les deux interruptions dans les traits que se voient en haut à gauche, dans le contour de l'ellipse centrale et dans l'arceau qui la surmonte, seraient dues à une altération des traits qui étaient primitivement continus. L'ellipse centrale correspond au corps de la voiture, sans qu'il soit possible de discerner si elle représente le fond vu d'en haut ou la paroi latérale vue de profil. La voiture serait à quatre roues, dont deux figurées nettement en dessous, déportées vers l'arrière, et deux en position plus normale en dessus. L'arceau ogival de l'avant et le petit trait en arrière pourraient figurer soit le contenu de la voiture, soit des montants s'élevant à ses deux extrémités et auxquels semblent correspondre les traits situés aux deux extrémités de l'autre voiture.

Mais la partie la plus curieuse du dessin est la partie située à droite de la voiture et qui en représente certainement l'attelage. Le fait que cette partie

est isolée du reste n'est pas un obstacle à cette interprétation, car l'absence de la représentation du timon et des traits d'attelage dans des dessins de voitures attelées n'est pas rare dans l'art primitif (4, p. 85).

La partie centrale de cet attelage se compose d'une droite horizontale correspondant à un corps linéaire et de quatre traits verticaux qui sont deux paires de pattes. Les deux extrémités sont symétriques et ne peuvent correspondre qu'à la partie antérieure de deux animaux. Objectivement, elles sont constituées par un prolongement de la ligne horizontale terminé par un trait vertical et surmonté un peu en arrière d'une sorte de croix.

L'interprétation de ces détails ne va pas sans ambiguïté. Nous voyons la partie antérieure des animaux gravés sur la même roche figurée par une croix analogue non seulement dans les animaux isolés, mais aussi dans l'une des bêtes attelées à l'autre voiture. Il ne serait donc pas impossible qu'ici également chacune des croix du motif représente la tête et le cou d'une des bêtes de l'attelage. Mais dans cette interprétation, il resterait à expliquer la partie du dessin située en avant de cette croix, à savoir l'extrémité du trait horizontal et le trait vertical qui la termine. Ce ne pourrait être que le timon de la voiture prolongé par le joug. Bien que les artistes primitifs se soucient peu de rendre les différentes relations objectives des éléments de leurs modèles, celles-ci seraient traduites ici d'une façon bien étrange. Le timon est au point de vue intellectuel un élément de la voiture; il devrait donc lui être rattaché, alors qu'ici il en est séparé et se termine par un joug à l'extrémité qui lui fait face.

Il nous semble par suite que l'interprétation que nous venons d'envisager ne pourrait être conservée que faute d'une autre plus satisfaisante. Or en voici une très plausible. Le trait vertical serait une tête, dans la position normale d'une tête d'équidé, surmontée par une oreille dressée. La croix n'est pas non plus difficile à expliquer: c'est tout simplement la schématisation très fréquente d'un bonhomme réduit à la tête, aux bras et au tronc. L'absence des jambes est courante dans des dessins primitifs de cavaliers et plus généralement de personnages figurés assis: les jambes sont supprimées en tant qu'inutiles, le personnage n'en ayant pas besoin comme support (4, p. 73). En résumé, cette figure représenterait un attelage de deux animaux sans cornes, vraisemblablement équidés, montés chacun par un cavalier, tournés en sens inverse et n'ayant qu'un corps pour eux deux, les pattes antérieures de chacun servant en même temps de pattes de derrière à l'autre.

Cette façon de rendre une paire d'animaux attelés, bien qu'étrange à première vue, n'a rien de particulièrement surprenant si on la rattache au procédé fréquent dans l'art enfantin et primitif que j'ai signalé sous le nom de rabattement (4, p. 135 sq.). Lorsque deux objets ou parties d'objets semblables sont situés dans deux plans parallèles qui, dans une vue de profil, sont inégalement distants du spectateur, ils n'ont pas seulement entre eux cette relation purement topographique, mais en même temps la relation conceptuelle de former un couple ou une paire; leur représentation mentale s'accompagne de celle de l'ensemble constitué par leur réunion. Or, tandis que le réalisme intellectuel des artistes primitifs fait bon marché des relations topographiques ordinaires, juxtaposition, tangence, sécance, enveloppement, et semble les considérer comme

de simples cas particuliers équivalents de la relation de participation ou d'appartenance, il tient au contraire souvent à rendre la relation de paire, et emploie pour la traduire le procédé du rabattement. Peut-être ce procédé est-il suggéré dans quelque mesure par le fait que fréquemment les objets ou parties d'objets qui forment une paire pour l'esprit se présentent à l'oeil, dans une vue de face, en opposition symétrique, divergent pour ainsi dire d'un tronc commun dans deux directions opposées, comme par exemple les bras des hommes, dont les mains se trouvent aux deux extrémités opposées, les oreilles des animaux ou les anses des vases, qui ont leur concavité tournée en sens inverse. Quoi qu'il en soit, ce procédé, qui est appliqué notamment aux pattes des animaux, aux pieds des meubles, ou aux roues des voitures (4, p. 140-142), ne convient pas moins pour la représentation d'un attelage à deux animaux.

Reste un dernier point à examiner. Selon le P. Jalhay (1, p. 231), les diverses figures réunies sur le rocher formeraient un groupe voulu, représentant un cortège militaire ou rituel ou une caravane. Nous ne le croyons pas. Les différentes figures isolées sont placées pêle-mêle, sans aucune apparence d'ordonnance systématique. L'une d'elles est même en position verticale. Le P. Jalhay propose du fait cette explication que l'artiste, gêné par la petitesse du bloc de pierre, aurait voulu indiquer de la sorte, d'une façon maladroite, la courbe faite à cet endroit par le cortège. Cet argument nous semble arbitraire, car le rocher offrait assez de place à l'artiste pour donner à cet animal la même position horizontale qu'aux autres, s'il l'avait voulu. En outre, les deux voitures, par la place de leur attelage, se dirigent dans deux sens opposés et, si l'on peut dire, se tournent le dos, ce qui s'accorde mal avec la représentation d'un cortège. Il n'est pas impossible que plusieurs des animaux isolés aient été exécutés successivement par un même auteur, sans intention d'en faire un groupe d'ensemble, par suite d'un automatisme dont le dessin enfantin fournit maint exemple (3, p. 27). Mais cela même ne s'impose pas, car les figures sont d'un type trop banal pour qu'il soit interdit de les rapporter à des auteurs différents; bien plus, malgré leur identité générale de type, elles présentent quelques différences qui ne paraissent pas pouvoir être attribuées, au moins entièrement, à l'effacement de certains traits par les intempéries et qui semblent indiquer des mains différentes: alors que la plupart des animaux ont des oreilles et une queue, la figure du bas n'a pas d'oreilles, celle de l'extrémité inférieure droite n'a ni oreilles ni queue. Enfin, la gravure sur granit exige trop de temps pour qu'il semble probable que toutes les figures aient été exécutées d'affilée par un artiste unique; il se pourrait même que certaines de celles qui sont incomplètes aient été, non détériorées, mais inachevées. Le plus vraisemblable est donc, selon nous, que la vue de figures déjà tracées ait suscité chez d'autres auteurs l'intention d'en faire de semblables. Nous regrettons d'ailleurs de ne pouvoir considérer cet ensemble de gravures comme composant un groupe voulu; car dans ce cas, la représentation de deux voitures d'un même cortège qui se dirigent en sens inverse ne pouvant correspondre à la réalité, il y aurait là un nouvel et curieux exemple de rabattement: les deux voitures seraient opposées en longueur, comme les deux animaux de l'attelage de la voiture centrale, pour traduire leur disposition parallèle et de même sens.

Pour conclure, les pétroglyphes de Villadesuso présentent un intérêt double. Le premier, d'ordre ethnographique, est de nous apprendre que dans la population correspondante, les voitures, au moins dans certains cas, étaient attelées de deux animaux montés chacun par un cavalier. Le second, d'ordre artistique, est de nous fournir un nouveau mode de représentation de l'attelage à deux animaux vu de profil, ce qui nous permet de présenter un tableau d'ensemble des divers procédés employés pour dessiner ce thème.

1.° — Le premier, qui a simplement pour rôle d'éviter que l'animal du second plan soit masqué, comme dans la réalité, par l'animal du premier plan, est l'étagement des plans. Les animaux sont dessinés l'un au dessus de l'autre, séparés par le timon ou les traits d'attelage, tous les deux en position normale, les pattes en bas (4, p. 124 et 188).

2.° — Le second, qui vise en outre à exprimer que les deux animaux forment une paire, est le rabattement. Mais ce procédé général présente plusieurs variantes dans la façon d'opposer symétriquement les deux animaux.

a) Ils sont opposés en hauteur, autrement dit par rapport à un axe horizontal. Cette opposition peut elle-même prendre deux formes: les animaux sont opposés soit par le dos, l'animal du second plan ayant les pattes en l'air, soit au contraire par les pieds (4, p. 141).

b) Ils sont opposés en longueur, autrement dit par rapport à un axe vertical. La gravure de Villadesuso nous fournit une première variété de ce rabattement en longueur, dans laquelle les deux animaux forment un ensemble unique en avant de la voiture. Une autre variété se rencontre dans des décors du premier âge du Fer italique, où la stylisation ornementale joue d'ailleurs un rôle considérable. Les chevaux, réduits à leurs protomés qui ont pris l'aspect de tête et de cou d'oiseau, sont figurés de part et d'autre de la voiture réduite à une roue. Tantôt il n'y a de chaque côté de la roue qu'une protomé, tantôt il y en a deux, disposées symétriquement l'une au-dessous de l'autre et opposées par leur cou (2).

OUVRAGES CITÉS

1. — Jalhay (R. P. Eugénio). Nuevas manifestaciones de arte rupestre del Noroeste de la Peninsula. *Boletin arqueológico de la Comisión de Monumentos de Orense,* ix, n.° 199, 1929, p. 225-235.
2. — Luquet (G.-H.). La «roue à oiseaux» villanovienne. *Revue archéologique,* Nouvelle série, ix, 1919, p. 338-366.
3. — Luquet (G.-H.). Le dessin enfantin. Paris, Alcan, 1927.
4. — Luquet (G.-H.). L'art primitif. Paris, Doin, 1930.
5. — Obermaier (Hugo). Die bronzezeitlichen Felsgravierungen von Nordwestspanien (Galizien). ipek *(Jahrbuch für prähistorische und ethnographische Kunst),* i, 1925, p. 51-59.
6. — Santa-Olalla (Julio Martínez). Neue bronzezeitliche Felsbilder in Galizien (Spanien). ipek *(Jahrbuch für prähistorische und ethnographische Kunst),* v, 1929, p. 105.

Dr. A. de Magalhães Basto
Antigo Prof. Aux. da Faculdade de Letras da Univ. do Pôrto

Algumas páginas inéditas de Fernão Lopes?

A *Academia Real das Sciencias de Lisboa* publicou em 1816, na sua colecção *Ineditos da Historia Portuguesa,* a *Chronica de D. Pedro* e a *Chronica do Senhor Rei D. Fernando, Nono Rei de Portugal,* de Fernão Lopes.

Mais avisadamente do que se fizera para a edição da Crónica de D. João I, do mesmo autor, desta vez uma Comissão de Académicos, dos mais doutos daquela Corporação, procedeu a um prévio exame de várias cópias então existentes em Arquivos e Bibliotecas públicas e particulares portuguesas, e escolheu entre essas cópias «as mais autênticas pela sua antiguidade e destino», para servirem de original à edição. O texto publicado é «escrupulosamente» o do exemplar da Tôrre do Tombo, com as lições variantes dos exemplares da Biblioteca Nacional de Lisboa e do Marquês de Tancos.

Aragão Morato no *Discurso Preliminar e Introducção ás Chronicas de Fernão Lopes,* depois de falar dos desvairados juízos que tinham sido formulados sôbre a autoria das crónicas de D. Pedro, D. Fernando e D. João I, escreveu:

— «Segundo as observações feitas pela Comissão nos Códices que examinou ocularmente, e segundo as que fizeram outros, que tiveram presentes outros códices, pode-se assentar com certeza que tantos exemplares atribuídos a tam diferentes autores, não são mais que diferentes cópias das mesmas Crónicas escritas ùnicamente por Fernão Lopes, com pequena diferença de palavras, que só se deve atribuír ao descuido quási inevitável dos diversos copistas. Uma única variedade se acha na Crónica de El-Rei D. Pedro que pode causar admiração, e vem a ser faltar em todos os códices do séc. XVI que eu vi, ou de que eu tenho notícia (1), a matéria dos cap. 10 e 11 da Crónica impressa pelo Padre Baião: o qual, aliás, parece ter tirado estes capítulos do exemplar de que se serviu, por isso que os põe no corpo da obra, e não no suplemento que lhe acrescentou. Contudo... pode concluir-se, com certeza, que êles não foram escritos

(1) Tais são, em Lisboa os Códices do R. Arquivo, da R. Bibliot. Pública, do Ex.mo Sr. Marquês de Tancos, e da Livraria da R. Casa das Necessidades; em Évora, os do Sr. José Lopes de Mira, e da Livraria Pública daquela Igreja; em Coimbra, o do Colégio da Graça; em Alcobaça, os da Livraria daquele R. Mosteiro *(Nota de Aragão Morato).*

por Fernão Lopes, mas inseridos muito posteriormente nalguma cópia do séc. XVII, talvez na fé de Duarte Nunes de Leão, da qual cópia se serviu o Padre Baião para a edição que fêz» (1).

Não alude, portanto, Aragão Morato a uma anomalia que poderá registar quem quer que leia a introdução às *Memórias para a História de Portugal que compreendem o govêrno de D. João I,* de Joseph Soares da Silva (2), onde, entre os Ms. por êste autor consultados, se citam duas Crónicas de D. Fernando, então pertencentes: uma, de *letra muito antiga,* a Manuel Inácio da Cunha e Meneses, e outra, de *melhor letra,* a Pedro Álvares Cabral, senhor de Belmonte, as quais contavam *181 capítulos,* quando é certo que a Crónica publicada pela Academia, e, portanto, tôdas as cópias que a Comissão viu ou de que teve conhecimento, possuíam apenas 178 capítulos àlém do prólogo — isto é, dois ou três capítulos a menos que as Crónicas citadas por Soares da Silva.

Diz também Aragão Morato que a Crónica de D. Fernando, não só no Códice da Tôrre do Tombo, mas também em muitos outros, anda junta com a de D. Pedro (3), sendo êste até o costume na maior parte dos casos (4).

Pois bem.

Na excelente Biblioteca do Ateneu Comercial do Pôrto deu há meses entrada por oferta do apaixonado bibliófilo Snr. Aníbal Chaves, amigo dedicadíssimo daquela instituïção, uma cópia ms. do séc. XVI de uma das referidas crónicas de Fernão Lopes, a qual foge à regra indicada por Morato, pois êsse códice contém apenas a Crónica de D. Fernando; àlém disso, diversamente de todos os códices a que acima aludimos, êste apenas contém 150 capítulos, incluíndo o prólogo (5).

---

(1) *Inéditos* cit., 1816. T.º IV, pág. XXXIV e XXXV.

(2) T.º I, 1730. *Introdução,* s. n. de pág.

(3) *Inéditos,* cit. pág. VIII.

(4) *Ibid.* pág. XXXII.

(5) Intitula-se:

— « *Chronica del rej dom fernando o noueno de portuguall e do nome o primeiro* »

Êste título é o que se encontra no alto da 1.ª pág. do texto.

Na lombada do Códice foi colada uma tira de papel, de que se conserva apenas uma parte, em que se lê:

— « *Chronica del Rey D. Fernando por Fer...* (?) » sendo estas três últimas letras de leitura duvidosa, em virtude do papel estar muito moído nessa extremidade. Por esta mesma razão não conseguimos decifrar algumas letras que estão por baixo daquelas palavras [*sobr*(?) *ms*(?)].

Capa maleável de pergaminho amarelecido.

Códice de papel; a marca de água lembra muito a do papel do Cód. CCLXXV (214) do Mosteiro de Alcobaça, dos fins do séc. XV ou comêços do XVI (Vidé António Anselmo — *Os Códices Alcobacenses da Biblioteca Nacional* — L.xa 1926, p. 50, e est. das *Marcas de Água,* m. de pág. n.º 13), e representa: mão espalmada, com um punho, destacado do ante-braço por uma linha côncava; no prolongamento do dedo médio vê-se o pé de uma flor de cinco pétalas. Alt. total: 5cm.

173 fôlhas, ou 346 pág., não contando as das guardas, que estão em branco e são mais modernas que as restantes. Sem numeração de pág., fls., ou cadernos.

À primeira impressão dir-se-á que estamos em presença de uma crónica truncada, porque confrontando as epígrafes dos capítulos do Códice do Ateneu, que designaremos por *C. do A.*, com as da Crónica publicada pela Academia, a que chamaremos *dos Inéditos*, verifica-se que as epígrafes dos cap. do *C. do A.*, correspondem exactamente às *dos Inéditos* — com as seguintes diferenças:

— o primeiro cap. do *C. do A.* é o que os *Inéditos* chamam Prólogo;
— o segundo » » é o 1.º dos *Inéditos*
— o terceiro » » é o 25.º » »
— o quarto » » é o 26.º » »
etc. etc.
— o 150.º » » 172.º dos *Inéditos*, e é o último no Ms. do Ateneu.

Portanto, em relação *aos Inéditos* faltam a êste Ms. 23 capítulos no comêço, e 6 no fim.

Nada mais haveria a dizer, se nada mais houvesse também digno de reparo.

Vejamos de que tratam os capítulos omitidos. Os seis capítulos finais contam sucessos ocorridos depois da morte de D. Fernando, os quais, se é facto estarem intimamente ligados com essa morte como efeito à causa, já a rigor se não podem considerar como pertencentes ao reinado daquele monarca.

¿Mas os vinte e três capítulos que faltam logo depois das primeiras páginas? Êsses é que devem constituir parte integrante da obra...

Reproduzamos da Crónica editada pela Academia, as suas epígrafes:

Cap. II. Das preitesias que elRei Dom Hamrrique fez com elRei de Navarra.
Cap. III. Como elRei Dom Pedro se vio com a Primçipe de Guallez, e aiumtaram suas jemtes pera emtrar per Castella.
Cap. IV. Como elRei de Navarra hordenou de ñam seer na batalha em aiuda delRei Dom Pedro.
Cap. V. Das jemtes que elRei Dom Hanrrique tijnha pera pelleiar, e como hordenou de poer sua batalha.
Cap. VI. Como elRei Dom Pedro e o Primçipe hordenaram sua batalha, e foi elRei Dom Pedro armado Cavalleiro.
Cap. VII. Como hoPrimçipe de Gallez emviou a elRei Dom Hamrrique huma carta, e das razoões comtheudas em ella.

Alt. da pág.: 270mm; larg. 202mm. Mancha de escrita: 225mm×155mm, aproximadamente Em cada pág. 28 a 40 linhas.

Letra da primeira metade do séc. XVI, excepto os cap.os 76 a 84, 105, e 117 a 126, que são, talvez, da segunda metade do mesmo século.

Êste Códice foi adquirido pelo Sr. Aníbal Chaves num leilão de livros realizado na Galeria de Paris, n.º 48, Pôrto, em Janeiro de 1925, promovido pela Livraria Morais, de Lisboa. No Catálogo dêsse leilão figurou com o n.º 746, e está assim descrito:

— «**Chronica** Del-Rei D. Fernando o nono de Portugal e do nome o primeiro·
—*Manuscrito*. In—4.º de 346 pág. inums. E.
Ex. encadernado em pergaminho».

Cap. VIII. Da reposta que elRei Dom Hamrrique emviou ao Primçipe per sua carta.

Cap. IX. Como se fez a batalhá antre os Reis ambos, e foi vemçido elRei Dom Hamrrique.

Cap. X. Como o Primçipe disse comtra o mariscal de Framça que mereçia morte, e como se livrou per juizo de cavalleiros.

Cap. XI. Das razoões que elRei Dom Pedro ouve com o Primçipe sobre a tomada dos prisoneiros.

Cap. XII. Das avemças que foram feitas amtre o Primçipe e elRei Dom Pedro, sobre as cousas que lhe prometidas tijnha.

Cap. XIII. Quaaes pessoas matou elRei Dom Pedro depois que partio de Burgos, e como trautou paz com elRei Dom Fernamdo de Portugal.

Cap. XIV. Do que aveo a elRei Dom Hamrrique depois que fugio da batalha, e aa Rainha sua molher.

Cap. XV. Como elRei Dom Hamrrique se vio com o duque Damgeus, e do grande acolhimento que achou em elRei de Framça.

Cap. XVI. Como elRei Dom Hamrrique hordenou de tornar pera Castella, e como elRei Daragão embarguava a passagem per seu regno.

Cap. XVII. Como elRei Dom Hamrrique emtrou em Burgos, e cobrou o castello e a iudaria.

Cap. XVIII. Como elRei Dom Hamrrique çerquou a çidade de Leom, e mandou lavrar a moeda dos sesenes.

Cap. XIX. Como elRei Dom Pedro fez vijnr elRei de Graada em sua aiuda, e como se ouvera de perder a çidade de Cordova.

Cap. XX. Como elRei Dom Hamrrique ouvera de cobrar Tolledo, e como iumtou suas jemtes pera pelleiar com elRei Dom Pedro.

Cap. XXI. Como ouveram batalha elRei Dom Hamrrique e elRei Dom Pedro, e foi vençido elRei Dom Pedro.

Cap. XXII. Das razoões que ouve Mem Rodriguez de Seavra com Mosse Beltram de Galquim sobreo çerquo delRei Dom Pedro.

Cap. XXIII. Como elRei Dom Pedro sahio de Momtel, e como foi morto, e em que luguar.

Cap. XXIV. Como foi sabido pello regno que elRei Dom Pedro era morto, e a maneira que elRei Dom Hamrrique teve em alguuns luguares.

Como se vê, êstes vinte e três capítulos tratam das mortíferas desavenças entre D. Pedro I de Castela e seu irmão Henrique de Trastâmara.

Pode aventar-se a hipótese de que o copista, entendendo que não valia a pena trasladar essa parte, passasse adiante. Não deve, porém, ter sido assim, não só porque a numeração dos capítulos está seguida, mas também, e principalmente, porque, se em alguns outros pontos o copista saltou de facto alguns capítulos, nunca mudou a numeração dos que copiou (como teria feito por hipótese nêste caso), transcreveu sempre as epígrafes dos capítulos que omitiu e justificou sempre essas omissões.

Assim procedeu em três passos diferentes:

— «*Tudo isto tenho em hum meu liuro que por alli estar tresladado ao pee da letra da mesma cronica o deixo de por aqui e tem noue cap.os...*» (Cap. 76 do *C. do A.*, ou 98 dos *Inéditos);*
— «*Este capitollo esta treslladado de verbo ad verbum e ao pee da letra desta mesma cronica dell rei dom fernando em o liuro que fica atraz* (sic) *faz a menção diguo* (sic) *que trata do mesmo Iffante*» (Cap.º 105 do *C. do A.*, ou 127 dos *Inéditos);*
— «*Esta historia estaa ao pee da letra treslladada em o liuro de que atras faço menção e contem em si os Cap.os seguintes...*» (Cap.º 118 do *C. d. A.*, ou 139 dos *Inéditos).*

Não há, portanto, motivo justificado para pensar que o copista não tivesse tido cuidado idêntico se, por qualquer motivo, houvesse deixado de copiar não um ou dois, mas vinte e três capítulos do exemplar que lhe serviu de original.

Notemos que, apesar do que dizem as notas acima transcritas, o *C. do A.* é igual aos *Inéditos* nessa parte, pois nêle foram intercalados, em fôlhas de papel exactamente igual, e escritos em letra diversa mas também do século XVI, os capítulos que não tinham sido primeiramente copiados e aos quais nessas notas se faz referência. Nêles se trata da vida do Infante D. João, que casou com a irmã de Leonor Teles (Cap.º 76 a 84 do *C. do A.*, e 98 a 106 dos *Inéditos;* e Cap.º 105 do *C. do A.*, 127 dos *Inéditos);* e da *história do Mestre* de Avis, conforme as palavras do próprio copista (Cap.º 117 a 126 do *C. do A.;* 139 a 148 dos *Inéditos).*

Parece-nos, por tudo isto, poder-se afirmar que, se os vinte e três capítulos mencionados dos *Inéditos* não aparecem no *C. do A.*, é que não existiam no original donde êste último códice foi copiado.

Dirá agora o leitor: mas então, desde que a êsse original faltava tam grande parte do texto primitivo, quem quer que leia o *C. do A.* nota infalìvelmente uma solução de continuïdade entre o seu cap.º 2.º e o 3.º (1.º e 25.º dos *Inéditos),* pois que logo as primeiras palavras do cap.º 25 dos *Inéditos* (3.º do *C. do A.)* fazem referência à morte de D. Pedro de Castela, assunto tratado desenvolvidamente nos vinte e três capítulos anteriores, omitidos no *C. do A.*

Assim devia ser. Mas tal solução de continuïdade não existe, porque o Cap.º 2.º do *C. do A.*, àlém de conter, com ligeiras variantes, quanto se lê no cap.º 1.º dos *Inéditos*, que lhe corresponde, contém a mais algumas páginas em que se resumem as lutas entre Pedro de Castela e Henrique de Trastâmara.

Poderíamos concluir sem mais delongas que o *C. do A.*, àlém de ser uma cópia mutilada, é uma cópia falsificada, o que seria confirmado pela circunstância de nela se encontrarem, no seu cap.º 70, alusões a factos que se diz terem

ficado narrados, o que não é verdade, pois êsses factos constavam justamente de alguns dos vinte e três capítulos omitidos (1).

Mas parece-nos que devemos proceder a mais detido exame para podermos formular conclusões definitivas. Os mestres da crítica diplomática mandam que, ainda quando sejam muito aparentes os indícios de fraude, se não conclua por esta sem procurar primeiro outras explicações para as anomalias existentes nos textos e documentos. E, no caso em questão, só um falsificador nìmiamente inábil não teria tido o cuidado de eliminar do seu trabalho meia dúzia de palavras que tam flagrantemente o comprometiam. As referências do cap.º 70 do *C. do A.* podem perfeitamente explicar-se, se admitirmos que a cópia que a êsse códice serviu de original (e que não sabemos se era tôda da mesma letra, ou não) haja sido tirada, parte, dum determinado exemplar, e parte, doutro. Impossível não é que assim houvesse acontecido, pois que o próprio *C. do A.*, onde, como dissemos, foram intercalados alguns capítulos depois dessa cópia concluída, nos autoriza a admitir tal hipótese.

Não nos parece admissível que o autor da parte final do cap.º 2.º do *C. do A.* tenha sido o próprio copista dêsse códice.

Contra essa conjectura, a primeira objecção é que não podemos conceber que o autor da cópia tal fizesse sem o declarar, já que tão cuidadoso fôra em registar a simples omissão de capítulos, quando os não copiou.

Mas há outra circunstância que fortalece a nossa opinião.

As últimas catorze páginas do *C. do A.*, escritas com letra igual à da quási totalidade das fôlhas dêsse manuscrito, são subordinadas ao seguinte título em letra diferente:

— «*Sumario da Cronica delrei Dom Fernando / f.º dellrei Dom Pedro Cru em que se contem alguns Capitolos que nella faltão/*».

De acôrdo com a epígrafe, essas catorze páginas de papel igual ao restante quanto à *marca de água,* mas um pouco mais escuro, e que formam um caderno distinto, sumariam a Crónica de D. Fernando, referindo não sòmente o que diz o *C. do A.* nos capítulos comuns a êste e aos *Inéditos*, mas também episódios das lutas entre Pedro de Castela e Henrique de Trastâmara contados quási pelas mesmas palavras (embora se note também um ou outro pormenor diferente)

---

(1) Salvas as naturais variantes atribuíveis aos copistas, o cap.º 70 do *C. do A.* é igual ao cap.º 92 dos *Inéditos,* que lhe corresponde.

Ora aí lê-se:

— «... *vos ouvistes em seu lugar, lendo o capítulo da fugida del-rei D. Henrique, quando a batalha de Najara foi perdida, como el-rei D. Pedro e o Príncipe de Gales trataram suas amizades com el-rei de Aragão por el-rei D. Henrique não haver acolhimento em sua terra* (referência ao cap.º 14 dos *Inéditos); por a qual razão lhe el-rei de Aragão enviou depois dizer, quando ordenava de tornar para Castela, que não passasse por seu reino senão que era por fôrça de lho embargar* (ref. ao cap.º 16 *id.); de que el-rei D. Henrique ficou mui mal contente, pero que passou, segundo contámos* (Cap.os 16, 17 e 18, *id.)*».

O *C. do A.* não mencionara antes as avenças do Príncipe de Gales e de D. Pedro com o Rei de Aragão; nem a oposição dêste Rei à passagem de D. Henrique.

dos cap.os 2 a 24 dos *Inéditos,* e os acontecimentos de Lisboa, Santarém e Elvas, logo após a morte de D. Fernando (cap. 173 a 178 dos *Inéd.)*—que não são referidos no texto da Crónica do Ateneu.

Quere isto dizer, supomos, que o autor do *C. do A.* fêz o seu sumário baseado em alguma cópia igual às utilizadas pela Academia (ou com elas parecida) que só houve à mão depois de a sua cópia estar pronta, pois de outro modo não se compreende que tendo à sua disposição uma crónica *completa,* estivesse com a canseira de copiar outra que de ante-mão sabia ser tam *defeituosa.* Desde que o autor do *C. do A.* dá, como parece, garantias aceitáveis do escrúpulo e probidade com que fêz êsse traslado, afigura-se-nos podermos dizer que as anomalias que notamos no seu códice não são da sua responsabilidade. É absolutamente inadmissível que o homem que em três passagens diferentes do seu trabalho levou a sua meticulosidade ao ponto de registar as epígrafes dos capítulos que omitiu, e por fim ainda fêz um sumário dos capítulos que faltavam na crónica, não tivesse também o cuidado de declarar na altura devida, ou no fim do livro, que não só havia eliminado por seu mótu-próprio vinte e três capítulos, mas que também acrescentara a um dos restantes um longo trecho da sua lavra!

Não! Não faz sentido! A lógica recusa-se a admitir tam absurda hipótese.

Porém, o que é facto é que nem por isso resolvemos o problema: estamos como antes sem saber quem foi o autor da parte do cap.º 2.º do *C. do A.*, que não vem no capítulo correspondente dos *Inéditos.*

No entanto, pode dizer-se que o original de que se serviu no séc. XVI o copista do *C. do A.* era diferente de tôdas as cópias do mesmo século, de que temos notícia; já é alguma coisa. Aguça-nos, pelo menos, a curiosidade de ler a parte inédita do cap.º 2.º dessa crónica.

E não perdemos talvez o nosso tempo se lermos êsse trecho com atenção, pois que êle se presta a interessantes reflexões (1).

A parte inédita do cap.º 2.º do *C. do A.* (1.º dos *Inéditos)* à qual, por comodidade, chamaremos *resumo,* não aborda apenas, como seria de esperar, os assuntos versados nos cap.os 2 a 24 da *Crónica de D. Fernando* publicada pela Academia; alude também a episódios do comêço das guerras fratricidas de Castela, contados na *Crónica de D. Pedro,* dando assim, em síntese, um quadro completo dessas lutas desde o seu início. E o que há de mais curioso em tudo isto, é que o *resumo* fala de factos a que se não vê sequer alusão, ou que são contados de modo diverso, nas crónicas de D. Pedro e de D. Fernando que a *Academia Real das Sciencias* fêz publicar.

Na parte final do cap.º 2.º do *C. do A.* mencionam-se:

a) a dissidência com D. João Afonso de Albuquerque e *grande flor* de fidalgos, episódio que é desenvolvidamente tratado na *Cr. de D. Pedro,* cap. 17;

(1) V. a transcrição dêsse trecho no final dêste artigo.

b) os assassínios dos infantes D. João e D. Fernando, contados nos cap.os 21 e 23 da referida *Crónica;*

c) a morte violenta do Mestre de Sant'Iago, D. Frederico, relatada no cap.º 20, *id.;*

d) a revolta contra Pedro de Castela, relatada no cap.º 36, *id.;*

e) a partida dêste rei para junto do Príncipe de Gales, cap.º 40, *id.;*

f) os grandes haveres que o rei exilado levou consigo, *id.*, *id.;*

Se é certo que outros episódios a que o *resumo* alude são descritos nos cap.os 2 a 24 da *Crónica de D. Fernando* publicada pela Academia — certo é também que há no *resumo* alusão a factos cujo conhecimento não pode ter derivado da leitura das crónicas de D. Pedro e D. Fernando, tais como aparecem nos *Inéditos.*

A referência a «*Afonso de Castela, o Conquistador, duodécimo (sic) dêste nome, que filhou Algeciras aos mouros*», e «*foi casado com a Rainha D. Maria, filha de el rei D. Afonso IV*», não a vemos em parte alguma das crónicas aludidas. As lágrimas que «*em sua face*» tinha Pedro de Castela quando foi procurar o Príncipe de Gales; a rebeldia de D. Gonçalo Mexia, Mestre de Sant'Iago; o regresso de D. Henrique a requerimento dêste D. Gonçalo; a tragédia da morte de Pedro o Cru, tal como nesse resumo é contada etc., etc. — são factos que não foram tirados das crónicas de D. Pedro e D. Fernando, como estão publicadas, e isto pela razão simples de que a alguns dêsses factos não há alusão nas referidas crónicas, e, quanto aos restantes, êles são descritos no *C. do A.* por modo diverso daquele por que os *Inéditos* os referem.

¿Que pensar de tôdas estas estranhas circunstâncias?

Não nos parece fácil responder.

Que um copista pouco escrupuloso ao trasladar qualquer livro deixe de copiar alguns capítulos sem o dizer, compreende-se; que, mesmo sem também o declarar expressamente, intercale de sua casa um resumo dos *capítulos que omitiu*, ainda vá. Mas o que é estranho, é que nesse enxêrto se venha falar de factos referidos em outro livro (na *Cr. de D. Pedro);* o que é incompreensível, é que fazendo-se um resumo dos *capítulos omitidos* se mencionem pormenores ou episódios que nesses capítulos se não contêm!

E se, com esta interrogação no nosso espírito, lermos a parte inédita do cap.º 2.º do manuscrito do Ateneu, não podemos deixar de nos surpreender, pois, salvo auto-sugestão nossa, êsses trechos têm todo o sabor da prosa de Fernão Lopes, e o seu estilo, a sua clareza lógica, a ordenação dos factos narrados, tudo nos parece muito superior a grande parte dos capítulos dos *Inéditos* em que se descrevem, em geral pesadamente, as guerras de Castela.

Repare-se na limpidez das frases, na forma especial da sintaxe, nos próprios termos, alguns dos quais tam habituados estamos a vêr nas crónicas publicadas de Fernão Lopes. Nesse pequeno trecho transparecem não só a predilecção da *poesia e do drama*, tam viva no referido cronista, mas também aquele jeito moralizador que lhe é tam peculiar.

¿Não seria Fernão Lopes o autor dessas páginas?
Quem sabe?!...

Referindo se à guerra entre Castela e Aragão, Sanchez Moguel afirmou que Fernão Lopes «seguiu passo a passo, compendiando-a fielmente, até ao ponto de reproduzir as mesmas frases e locuções, quási sempre traduzidas à letra, a *Crónica de el-rei D. Pedro de Castela,* do Chanceler Lopez de Ayala», embora, por outro lado tratasse com desenvolvimento casos a que Ayala apenas aludira (1).

Porque ainda não conseguimos ler o estudo de Sanchez Moguel, cujo livro não existe nas Bibliotecas do Pôrto, não sabemos até onde êsse investigador levaria o confronto das Crónicas de Fernão Lopes com a de Ayala, que também nas Bibliotecas do Pôrto não encontrámos; sabemos, no entanto, que «nenhuma dúvida subsistia para o autor das *Reparaciones historicas* de que» foi na Crónica de Ayala que Fernão Lopes se inspirou ao reproduzir «os factos ocorridos no país vizinho, designadamente todos os referentes a crueldades cometidas pelo rei de Castela» (2).

Ora uma pregunta, talvez ousada, se pode aqui formular: ¿serão de Fernão Lopes todos os capítulos que aparecem nas cópias quinhentistas das suas crónicas?

Já vimos que Morato interpretou como sendo resultado de um enxêrto do séc. XVII os cap.os 10 e 11 da *Crónica de D. Pedro* impressa pelo Padre Baião; ocorre-nos a ideia de que os vinte e três capítulos relativos à guerra de Castela da *Crónica de D. Fernando* sejam também um enxêrto no texto originário. O mesmo poderemos pensar da *Crónica de D. Pedro,* tanto mais que não é muito de crer que Fernão Lopes fôsse tam pouco artista, tivesse tam pequeno sentimento de proporções e de equilíbrio, que empregasse dezóito capítulos duma crónica, que apenas conta quarenta e quatro, em descrever as crueldades do rei de Castela que nada interessam à história de D. Pedro de Portugal.

Parece estar averiguado que Fernão Lopes foi o autor das crónicas de todos os reis portugueses até D. João I (3), as quais, segundo Damião de Góis, formavam um volume único; e sabe-se que essas crónicas, logo no séc. XV, começaram a ser separadas, mutiladas, acrescentadas, refundidas, a ponto de hoje ninguém reconhecer algumas delas, embora se suponha que andem publicadas sob o nome de Rui de Pina. Mais não é preciso para não darmos um crédito ilimitado à genuïnidade, à pureza das crónicas que passam como sendo as autênticas de Fernão Lopes.

¿Não serão, pois, os dezóito capítulos sôbre as crueldades de Pedro de Castela e os vinte e três da *Crónica de D. Fernando* sôbre as guerras do

---

(1) *Reparaciones historicas,* cit. por General Moraes Sarmento — *D. Pedro 1.º e a sua Epoca* — Pôrto, 1924, pág. 46 a 48.

(2) Moraes Sarmento — *Ob. cit.,* pág. 49.

(3) Braamcamp Freire — Introdução à *Primeira Parte da Crónica de D. João I por Fernão Lopes* — Ed. do «Archivo Historico Português».

Pág. 10, Cap. 2.º, da «Crónica de D. Fernando» Códice do Ateneu Comercial do Pôrto.
Na linha 24 — «*Parece nos importante pera esta historia contar a maneira...*»

país vizinho, bem como as referências que noutros capítulos se fazem a alguns daqueles, interpolações posteriores?

¿Não será lícito pensar que Fernão Lopes está a ser injustamente acusado de «reproduzir as frases e locuções, quási sempre traduzidas à letra» da Crónica de Ayala — se é certo que aparece agora, num códice da primeira metade do séc. XVI, uma *Crónica de D. Fernando,* de Fernão Lopes, bem antiga, talvez cópia de cópia quatrocentista, em que não há êsses plágios, e as guerras de Castela, contadas em quarenta e um capítulos nas crónicas dos *Inéditos,* estão ali reduzidas a três páginas, isto é, às justas proporções que devem ter numa História de Portugal?

Formulamos as interrogações, sem nos atrevermos, por enquanto, a tentar dar-lhes qualquer resposta.

Nesta nota preliminar quisemos apenas chamar a atenção dos eruditos para um aspecto novo do problema que diz respeito à pureza dos textos que andam publicados como sendo os mais conformes aos originais de Fernão Lopes.

*

Damos a seguir a parte que interessa a êste estudo da:

«Chronica del rej dom fernando o noueno de portuguall e do nome o primeiro».

(Códice do Ateneu Comercial do Pôrto)

CAP. II

. . . . . .

. . . . . .

. . . . . .

— «... e dizem que desta uez fallou | dioguo lopez a ell rej como se queria vir *pera* sua mercee. | Pareçe nos importante *pera* esta historia contar a | maneira como ell rej dom henrrique vejo a ser Rej | de castella. Ell rej dom afonsso de castella, o conqui | ridor, duodeçimo deste nome, q*ue* filhou a aljazira aos | mouros, foi casado com a R*aínha* dona Maria f*ilha* dell rej | dom afonsso o quarto de portuguall, f*ilho* dell rej | dom Dinys e fez em ella ell rej dom p° de castella; | o quall foi muj iustiçoso e temido dos Reis seus uezi | nhos e dos de seu Rejno. E depois que se dele partio | dom joão a° dalbuquerque e de medelim q*ue* o aconselhaua | muy bem e verdadeyramente, com grão frol dos fidallgos | e dos |

(fl. v.°)

e dos outros do Reino, ouuerão os q*ue* ficauão na priuança | de o aconselhar muj mal, prazenteando (1) e damdo lhe muj | maos conselhos, p*or* tirarem delle

(1) Lisonjeando. Cf. Morais Silva *Dic.°* 1813, vb. *Prazentear* onde se autoriza com o Nobiliário do Conde D. Pedro.

merces. Fizeranno viuer | com grandes peccados, filhando muitas molheres, q*ue* lhe | foi muj má estança (1), e matou muitos e bons dallto linhagem, | entre os quaes forão os Iff*ant*es d*om* fernando e dom João | seus primos com irmãos, f*ilh*os del rej daragão e de doña | *(sic)* sua tia, irmam de seu paj, e matou tres irmãos seus, f*ilh*os del rej dom afonsso, e outros muytos grandes | hom*en*s. P*or* estes peccados desemparou o d*eu*s, e alçousse o Rej- | no contra elle; aiuntarãosse gentes a conde dom henrrique | seu irmão e poseranno fora do Rejno. Elle viosse desherdado | de todo, foisse ao principe de galles e leuou duas f*ilh*as lidi | mas e dous f*ilh*os de mançeba, *e* grande auer q*ue* elle auia, | como quer que delle ficasse muito q*ue* cobrou o conde dom henr | rique; e fallou com o principe, c*om* muitas lagrimas em | sa face, dizendo lhe dizendolhe *(sic)* pois o d*eu*s fizera estremado | de bondade entre os bons do mundo, e a fama tall era, | q*ue* auia lugar pello (2) de d*eu*s e por boa estança, de se doer | dos Rejs desherdados a ser como elle era do seu Rejno; | que lhe pedia que por sa bondade ouueseo (3) apoderar de seu Rej | no, e elle p*er*a sempre lhe seria mandado e obediente em | todallas cousas que fossem de sa honrra; e o princype, | doendosse delle, disse que lhe prazia e veosse logo a castella | com tres mil e quinhentas lanças. E o Conde dom henrrique, com | os castellãos, o forão receber (4) em n*o* guerra (5) e lidou com elle | e os castellãos forão vençidos e o conde dom henrrique foisse | a França. O prinçype apoderou (6) ell rej do Rejno, e | tirou dello sacram*en*to *e* segurança q*ue* não matasse nenhu*n*s | bons nem outras gentes conta (7) pello que era passado, ne*m* | lhes filhasse do seu direito, nem lhes mostrasse sanha, sal- | uo fazendo elles ao diante feitos por que merecess*em* de | de *(sic)* fazer em elles iustiça. Ell rej dom p*edr*o foisse a seuilha | e Reçeberanno ahi, e nos outros lugares, salluo d*om* Guon- | çallo mexia, mestre de santiaguo, q*ue* tinha a voz do conde | dom henrrique, q*ue* esteue sempre em lerena, apezar del rej, | doze |

(outra fl.)

doze leguoas de seuilha, com mil *e* duz*en*tos de cauallo, | q*ue* nunqua quis partir do Rejno. Ell rej dom p.° pellos | seus peccados usou loguo daquillo q*ue* ante usaua, a matar | muitas gentes e fazer das outras cousas q*ue* sohia; e as | gentes da terra virão q*ue* o não tinhão com elle senão se- | rem destruidos. Mandarão fallar com dom henrrique, ca o Reino | seu era tanto, que uiesse, p*or* que vião este Rej desordenado; | d*om* Guonçallo Mexia, mandou loguo a elle, e

---

(1) *Foi mui má estança:* ficou-lhe mal. Cf. com frase antiq. do *Nobiliário* cit. por Morais Silva no seu *Diccionario*, vb. *estança:* — «*filhando muitas mulheres que lhe foi má estança*».

(2) Talvez haja elisão da palavra *amor:* — *pello amor de deus.*

(3) Morais Silva *Dic.°* vb. *haver* diz: «Haver alguma coisa *a alguém;* adquiri-la, consegui-la de outrem para êle. «Esta vantagem, que lhe houveram» Barros, Décadas, 1, 10, 4. «Os Baxás porque erão seus amigos lhe houverão a jornada (alcançarão del Rei que lha desse).» Couto, 6, 10, 20.

(4) No texto lê-se: *recebem.*

(5) *Nâjera?*

(6) Meter de posse.

(7) *à conta, (?)* com côr, pretexto (Morais, *Dic.*).

o conde dom | henrrique veio loguo, e vieronsse pera elle a mor parte dos | dos bons do Reyno e alcaranno por Rej; lançouse | loguo sobre tolledo pera uir lidar ell rej dom pedro com elle, e, | entendendo que elle seria mal aiudado dos que com elle | viessem, ell rej dom pedro moueo pera elle com gram parte | dos mouros e doutras gentes; (o) conde dom henrrique, | quando soube que hia pera *(êle?)*, vejo o reçeber em hum lugar que | chamão Montiell. Lidarão ahi e foj uençido ell rej | dom pedro, e colheosse a hum castello; dom henrrique | cercou o, e ell rej dom pedro, uendosse afficado, mandou | fallar com dom Belltrão de carquim, que era frances, | homem de mujtas gentes, que andaua com ho conde dom | henrrique, prometendo lhe a lhe fazer mujtas mercês | dallj em salluo, e ell rej dom pedro, cu*(i)*dando que o fizesse | assj, foisse ao arrajall e meteose em seu poder. | O conde dom henrrique soube o, e cheguou allj onde esta- | ua e lançou mão delle pera lhe dar com huma adaga; | dom pedro lançou os braços por elle e deito ho no | campo so [1] sj, mas não tinha ia com que lhe dar, e se | o tiuera matara o; e o seus *(sic)* do conde dom henrrique | talharam lhea cabeça, e deitaranna na Rua, e | filharan lhe o corpo, e leuaranno ao castello açima | das ameas e poseranno antre duas tauoas; e matou domhenr- |

(fl. v.º)

dom henrrique todos os priuados que mall conselharão | ell rei dom pedro. Este Rej deixou exemplo pera os Rejs auerem | bons conselheiros, leais, entendidos e letrados, de boas | conscienças, sem pazenteo [2], e antre estes dous homens | bons, e de bom sangue, e Ricos, e de grande estado, que | lhe digão as cousas sem Reçeo; por isso o passou mal | este Rej dom pedro que se meteo em poder de homens | vijs, assj como netos de serurgiões e barqueiros, que | sohião andar em barquas a ganho, e seus facoellros | e besteiros, que sohiao a ser; e o Rej, a que deus da enten | dimento, se crer os bons conselheiros amallo á deus e os | bons do Rejno, e todas as outras gentes, assi que sempre | uiuira em prazer e quando morrer hira a gloria celes | tiall. Da maneira dita acabou ell rej dom pedro, a 23 dias de Março do anno do nacimento de nosso | senhor de mil trezentos e sesenta e noue, e da era de Cesar | de mil quatro centos e sete annos, e morreo em idade | de trinta e cinco annos e sete meses. Foi ell rej dom pedro asaz grande de corpo, branco, ruiuo | e çeçioso na falla; foi muj sofredor de trabalhos; | era gram caçador de aues; era muj temperado | e bem acostumado em seu comer e beber; dormia | pouco; foj muito amador de molheres; foj muj gram | guerreiro; foj muj cubiçoso em aiuntar thesouros grandes | de moeda, e ioias douro, tanto que se achou ualerem | as joias soomente e pedras preciosas trinta contos, | e em dinheiro amoedado cento e trinta contos.

Capitulo 3º quais lugares tomarão voz | por ell rej dom fernando e dallguns senhores | que vierão pera elle

(1) Leia-se: *sob.*

(2) *Prazenteo,* s. m. antiq. lisonja *(Nobiliário do Conde D. Ped.* Ed. de Lavanha, fl. 12) cit. por Moraes, Dic., vb. *prazentèo.*

Como ell rej dom p*edr*o foi morto, allgu*n*s dos q*ue* tinhão os lu | gares po*r* elle tomarão voz po*r* ellreidom fernando | de portuguall e escreueram lhe loguo que se sua merçe | fosse |

(outra fl.)

fosse de os auer po*r* seus que comecasse de entrar po*r* castella e que lhe darião as villas e o auerião po*r* senhor fazendo | dellas menagem... ».

Dr. Jaime de Magalhães Lima
Sócio Corresp. da Soc. Martins Sarmento

Francisco Martins Sarmento

O seu legado e o seu carácter

I. É caprichosa a fama; tem sempre seus juízes ocultos, cujos motivos e mandados escapam à agudeza e à agilidade da apreensão mais bem dotada. Nunca a fama abdica da sua ironia e não raro a muda em crueldade absolutamente gratuita. E assim, a seu sabor, a uns lhes apregoa os merecimentos, mal estes se movem e despontam, e a outros, desamados, lhes impõe o ostracismo e o prolonga numa obscuridade impenetrável, seja qual fôr a elevação da sua estatura e a magnitude e a dignidade dos seus esforços e vitórias.

Francisco Martins Sarmento foi, desde a sua primeira hora de homem público, um eleito da fama e da justiça; mal encetou a jornada, logo essas divindades tutelares o avistaram e consagraram, logo em redor do seu nome se sentiram aplausos e contestações, amigos e adversários, todos, cada qual a seu modo, dando testemunho de temor ou de confiança que, a um e a outra, ambos o lutador suscitava, conforme a diversa compleição e tendência daqueles que vinham ao seu encontro ou êle procurava e desafiava. A uns lhes abriria o caminho e o iluminava, a outros os surpreendia em falta e lhes combatia os prejuízos e lhes arruïnava suas velhas construções; e a todos, sem distinção do campo em que lidavam, lhes agitava e fortelecia o entendimento e o espírito, só por essa virtude e de pronto se constituindo em filtro de vida comunicativo e como tal reconhecido e apreciado. Mal Francisco Martins Sarmento desceu a terreiro, pressentiu-se que chegara alguém com quem tínhamos de contar, um atleta novo entrava na arena, e as velhas legiões e as suas filhas directas e seu espelho correram às armas, umas erguendo o escudo para proteger e salvar da violência do gladiador os veteranos ameaçados de perder os castelos que lhes incumbia vigiar e manter, outras polindo a lança e apontando-a para derrubar o audacioso que blasfemava contra a religião antiga. Eis que uma actividade estupenda e de uma rara perspicácia, não só em observar e interrogar, mas também em condenar e interpretar, sujeitava ao lavor do alvião os castros há muitos séculos ignorados e esquecidos em seu abandôno e repouso, e muitos sepul-

tados sob o pêso da terra em que os invernos lhes haviam dado sua jazida; como em relâmpago, o horizonte dilatou-se em vastidões nunca até aquele momento entrevistas nos fastos da nossa gente, e estranhos seres e estranhos monumentos surgiam do chão deserto que a vida reabitava por magia do espólio que continha e mostrava. Sonhos — diziam uns. Realidades surpremas — anunciavam os outros. E uns e outros afinal cediam à fascinação do precursor arrojado.

As apreciações divergiam. Certo era, porém, que em meio da espêssa poeira dourada que do rumor do arraial brilhante se erguia, deslocado se via o eixo de gravitação da nossa história, ou, antes, da nossa formação. Por arte de Alberto Sampaio a órbita da nossa história excedera a Idade-Média, donde Herculano a havia derivado, e integrava-se na catolicidade romana, senatorial e pontifícia, em todos os modos de sua expansão criadora. Por arte de Martins Sarmento, êsse mesmo agrupamento social e político excedia agora a catolicidade romana para se encorporar profundamente na universalidade desembaraçadamente humana, em seus impulsos anímicos e em tôdas as suas formas de expressão externa.

II. Não seria Francisco Martins Sarmento um iniciador; outros o teriam precedido na obediência a iguais energias, no amealhar de idênticos achados, no ardor de os procurar e na fé das suas confissões. Mas em nosso país ninguém, até Martins Sarmento, nos levara tão longe e tão alto na contemplação de perspectivas de natureza semelhante. Muito crescia aos nossos olhos a vastidão do mundo e a atmosfera ampliou-se para dar espaço ao adejar de um espírito que já não cabia na estreiteza a que o torpor da ignorância de eras que findavam o trazia condenado. Muitos, a seu tempo e afanosamente e com êxito, nos haviam renovado o presente e o mais próximo; mas Martins Sarmento renovava-nos o passado mais distante. Agora era outro o passado e de futuro não mais deixaria de ser aquilo que agora entrava a significar. Por sua arte de inspiração e insinuação, tanto ou mais que pelas conclusões, positivas e visíveis, tiradas das escavações e suas valiosas presas, Martins Sarmento revivia-nos o alvorecer da cultura humana nas suas perduráveis ou, antes, inalienáveis energias de tôda a espécie, desde o acender do lar até ao atear da crença. *Argonautas* e *Lusitanos, Lígures e Celtas* deixaram de ser mitologias no crepúsculo para se aproximarem de nós, ombro a ombro, e se fazerem ao mar em os nossos barcos e connosco escalarem os nossos montes e habitarem em os nossos palácios e orarem em as nossas ermidas, e se exaltarem em os nossos sacrifícios, e se abrigarem sob as nossas lajes, e nos ministrarem o sustento e nos armarem para a defesa. Tinha muitas laudas, e com vária epígrafe, o livro desta epopeia, e ora se chamava prè-história e arqueologia, ora se intitulava etnografia, ora, descuidadamente, contentando-se com a condição de mera curiosidade, não queria ser mais que tradição popular e folclore; mas, afinal, agora o divisávamos nitidamente, êsse livro de prodígios todo seria escrito com um só traço e colorido com a mesma tinta, traço e côr que são a fulguração do palpitar da vida humana na sua continuïdade e inalterabilidade.

Foi na consumação dêste milagre, o qual frutificou copiosamente, e se alastrou em seara de cuja suculenta substância ainda hoje abastamos o celeiro,

foi nesta tarefa ingente que FRANCISCO MARTINS SARMENTO colaborou com uma rara e esplêndida fortuna.

As exigências da crítica, que nem sempre primam pela ponderação e amiüdadamente pecam por ingratidão, não hesitarão talvez em pretender que MARTINS SARMENTO foi mais um semeador intrépido de hipóteses que um doador de pecúlio de museus de seu respigo ou um arquitecto de demonstrações naturalistas com anatomias e dissecações patentes.

É duvidoso o acêrto da argüição, manifestamente; pois a todos êsses capítulos MARTINS SARMENTO levou pontualmente a sua ancha contribuïção, com inquebrantável destreza e firmeza não somenos da destreza. Mas quando MARTINS SARMENTO, nos trabalhos hercúleos da cogitação e da pesquisa prática sòmente num extenso rol de hipóteses houvesse rematado a aventura, nem por isso lhe ficariam prejudicados a superior dignidade de homem de sciência e os talentos magníficos que em seu serviço empenhava e desenvolvia. Porque, em sciência, por cada mistério que se desvanece mil outros nos surgem, e estes serão a imaginação e a hipótese que primeiro os formulam, e formulá-los será o primeiro piso, e impreterível, na estrada pela qual havemos de adiantar a jornada, de cêrro em cêrro lhe adivinhando o leito, antes de o experimentar e lhe galgar os degraus.

III. ¿Por que peregrino temperamento e extraordinária conjunção de faculdades se criou em MARTINS SARMENTO tão desusado poder e tão fecundo? ¿Que demónio interior o gerou e o alimentou e incitou?

O Sr. Mário Cardozo, cujo nome logo acode à nossa lembrança onde o nome de MARTINS SARMENTO se ouviu, porque ninguém como aquele ilustre investigador interpretou e esclareceu, até hoje, a obra de MARTINS SARMENTO com mais inteligente dedicação, nem com mais larga e segura compreensão dos seus meandros e profundezas reconheceu as aptidões, virtudes e aspirações que triunfantemente a determinaram e levaram a cabo, — o Sr. Mário Cardozo, na sua meticulosa e admirável *Bibliografia Sarmentina* (1), atribui três ciclos à obra de MARTINS SARMENTO: — a fase «poética», 1855-60; a fase dos «estudos sociológicos», 1868-75; e a fase «scientífica», 1876-99, sendo, como se vê, esta última muito mais extensa que qualquer das duas primeiras, e até mesmo mais extensa que as duas primeiras fases somadas.

Dêste modo, em MARTINS SARMENTO o vidente, que foi quem primeiro se revelou na afirmação da sua personalidade, teria precedido o combatente que se lhe seguiu, como após êste teria vindo e o teria de todo conquistado o espectador sereno e julgador desapaixonado da história e dos vestígios das suas origens, instigado ùnicamente por certa necessidade íntima e instante de sondar nas suas mais remotas sombras as vicissitudes da gestação das nossas gentes, e entretanto à inquirição se juntando um doce arrebatamento na beleza da ingenuïdade virgem da consciência de todo o cálculo que a empanasse ou atraiçoasse — tal qual se mantinha e se ostentava naqueles rudes destroços do chão da Citânia, dispersos pelas suas ásperas ruínas duradouras, entre as quais o anti-

(1) Publicada em Guimarães, na tipografia Minerva Vimaranense, em 1927.

quário buscava e ressurgia do desprêzo de muitos séculos aquela herança preciosa que nos dava a chave de muitos segredos cuja decifração nos precipitava em lucubrações infinitas.

A cronologia dos escritos de MARTINS SARMENTO, estremados pela natureza da sua respectiva substância, perfeitamente justifica a classificação em que o Sr. Mário Cardozo com finíssima intuïção os distribuíu; mas a investigação do carácter psicológico em todos êles subjacente porventura nos advertirá de que, embora em cada momento designado se distinguisse o predomínio de um elemento de govêrno prevalecendo sôbre todos os demais similares — entusiasmo no primeiro impulso de expressão, amor dos homens e virilidade pugnaz no segundo, espectáculo da amplitude dos tempos e dos feitos no último — embora transitórias preferências se houvessem traçado em semelhante sucessão, nenhum dêsses elementos cessou de influir a par e sob o império dos outros seus irmãos e concorrentes, todos operaram e coincidiram de contínuo e em síntese, unidos e entre si subordinados por um vigoroso sentimento omnipresente de responsabilidade do missionário, obrigado a enriquecer a pátria e o mundo, enquanto acrisoladamente nutria e enaltecia o seu próprio espírito. Onde por amor dos homens e no ardor de os servir o antiquário minava e acumulava para aprender, o poeta afoitava-lhe os arrojos e a imaginação mostrava-lhe caminhos novos em que se entreviam novas conquistas.

Por efeito da nobreza ingénita de MARTINS SARMENTO juntaram-se na sua obra e de harmonia a produziram e remataram a análise segura e cauta do homem de sciência e os lampejos das claridades do contemplativo; aqui se demonstrava mais uma vez que para a concepção final das criações e da vida o génio e o estudo completam-se recìprocamente e o que se adivinha por intuïção não valerá menos que quanto nos é acessível e se alcança pela tenacidade e pelo rigor do exame estritamente objectivo.

Foi assim que em FRANCISCO MARTINS SARMENTO a grandeza do homem e a grandeza da sua obra se confundiram e se ostentam, brasão dos da sua grei que êle por tantos títulos nobilitou e enriqueceu e fielmente guardam o seu legado e veneram a sua memória.

Dr. Júlio Martínez Santa-Olalla
Professor de Arqueologia e Prè-história da Universidade de Madrid

Monumentos funerários célticos. As "pedras formosas" e as estelas em forma de casa

Desde que, no comêço do século XVIII, foi descoberta a «pedra formosa» (1) da Citânia de Briteiros (fig. 1), e muito especialmente a partir da data em que Francisco Martins Sarmento empreendeu as suas famosas escavações na referida Citânia, tem sido tal monumento objecto de repetidos estudos, e até vítima das mais variadas hipóteses, que em alguns casos chegaram a extremos pitorescos (2).

Em princípios de Setembro de 1930, descobriu-se *in situ,* devido à construção da estrada para a Citânia de Briteiros, uma segunda «pedra formosa» (figs. 2 e 3), com a qual ficou definitivamente resolvida a questão da finalidade das *pedras formosas.* Sôbre o novo monumento de Briteiros dispomos do uma excelente monografia descritiva e comparativa de M. Cardozo (3).

Graças ao relato circunstanciado que M. Cardozo faz da nova «pedra formosa» e ao seu estudo comparativo, podemos chegar às seguintes conclusões:

—Tais pedras são as fachadas de certos monumentos que, até à data, apareceram nos castros de Briteiros, Sabroso, Saia e Vermoim.

—Estes monumentos pertencem à época romana (séculos I-II d. d. Cristo).

—Verifica-se, nas suas paredes, a acção do fogo.

Na interpretação dêstes monumentos, põe M. Cardozo uma grande reserva, por certo bem digna de louvor. Atente-se no que êle escreve: «¿Que podemos

(1) M. Cardozo, *A Pedra Formosa do Museu Arqueológico da Sociedade Martins Sarmento.* Separata da «Revista de Guimarães», 1929.

(2) J. Cabré y Aguiló, *Una nueva hipótesis acerca de Pedra Formosa, de la Citania de Sabroso* (Actas y Memorias de la Sociedad Española de Antropologia, Etnografia y Prehistoria, vol. I. Madrid, 1922, pags. 74-78), supunha que se tratava de um *accubitum,* além de atribuir o monumento a Sabroso. Tal hipótese já foi abandonada por J. Cabré, *Las necropolis de los castros del Bajo Duero y del Norte de Portugal.* Separata do «Archivo Español de Arte y Arqueologia», num. 18. Madrid, 1930.

(3) M. Cardozo, *A última descoberta arqueológica na Citânia de Briteiros e a interpretação da Pedra Formosa.* Guimarães, 1931.

nós concluir de positivo àcêrca da interpretação do monumento de Briteiros? —Bem pouco, infelizmente. Mas, a deficiência das nossas asserções não deve ser condenada, porque, quando os dados da investigação rigorosamente scientífica não autorizam que saiamos do campo das conjecturas, ter a prudência de ignorar constitui também, de certo modo, uma sabedoria. Aguardemos pois, sem precipitações, que o futuro nos conceda mais seguros elementos de estudo, e convençamo-nos de que a explicação exacta da notável descoberta de Briteiros, fora do domínio das hipóteses, só poderá obter-se um dia, perante novos dados que outras escavações mais fecundas venham ainda a fornecer».

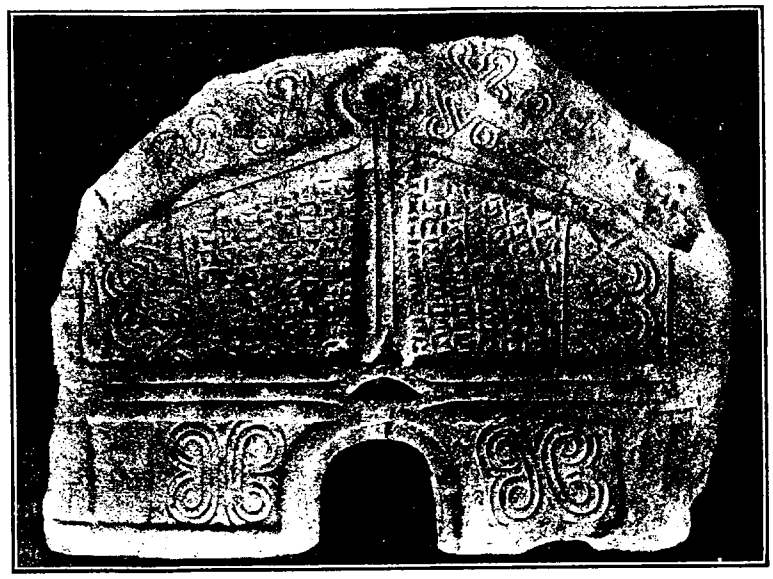


Fig. 1 — A «pedra formosa», da Citânia de Briteiros. No Museu Arqueológico da Soc. Martins Sarmento, em Guimarães.
Dimensões: $2^m,90 \times 2^m,28 \times 0,^m24$
(De M. Cardozo)

Para nós a significação dos monumentos de Briteiros não deixa lugar a dúvidas: são monumentos funerários. Tentá-lo-emos demonstrar, nesta pequena homenagem à memória do grande Arqueólogo lusitano Francisco Martins Sarmento, para o que tratamos de incluir tais monumentos funerários no tipo geral a que pertencem.

Em trabalho recente, já afirmámos, embora de maneira sucinta (1), que as *pedras formosas* não passam de estelas-casas, e, como nós, outros as classificaram do mesmo modo, quer velada (2), quer explicitamente (3).

Em todo o mundo céltico, ou com um *substratum* céltico mais ou menos intenso, podemos encontrar, em maior ou menor grau de pureza, um tipo espe-

(1) J. Martínez Santa-Olalla, *Las estelas funerárias en forma de casa en España* (Investigación y Progreso, VI, págs. 148-150), Madrid, 1932. Sôbre a possível persistência das estelas-casas, como tipo e temas decorativos, veja-se J. Martínez Santa-Olalla, *La iglesia románica de Moradillo de Sedano.* (Archivo Español de Arte y Arqueologia, VI, págs. 267-275). Madrid, 1930.

(2) E. Jalhay, Apreciação de M. Cardozo, «A Pedra Formosa», 1929, na Broteria, X, pág. 127. Lisboa, 1930.

(3) E. Linckenheld, *Les stèles funéraires en forme de maison chez les Médiomatriques et en Gaule.* Paris, Oxford, 1927.

cial de monumentos funerários contituído pelas estelas-casas (figs. 4 a 9). Há muito tempo que as estelas-casas são conhecidas, existindo sôbre elas uma bibliografia bastante extensa, especialmente a partir da publicação, em 1927, do livro de Emílio Linckenheld, «Les stèles funéraires en forme de maison chez les Médiomatriques et en Gaule».

Graças aos modernos estudos, o conceito de — sepultura, casa e lar, apresenta-se-nos como uma verdadeira trindade, segundo a opinião expressa por Otto Tschumi, num excelente trabalho seu (1). Contra esta afirmação, se bem que outra coisa não seja lícito deduzir da própria designação de — estelas-casas, vários arqueólogos se pronunciaram após a publicação do livro de F. Behn, «Hausurnen» (2), em 1924. O primeiro foi W. Schulz (3), negando que as *Hausurnen* tenham tal carácter, pois seriam antes *Speicherurnen* e *Kochhütteurnen*. Mais tarde, F. Oelmann apresenta o problema das *Hausurnen* ou *Speicherurnen* num magnífico estudo de base etnológica (4). A discussão ficou em aberto, posto que nós conservemos, com E. Linckenheld, A. Schober (5) e O. Tschumi, a firme convicção de que, no caso das nossas estelas, se trata simplesmente de casas e não de celeiros. Quanto às restantes *Hausurnen,* as urnas verdadeiras, e não estelas, julgamos de grande pondera-

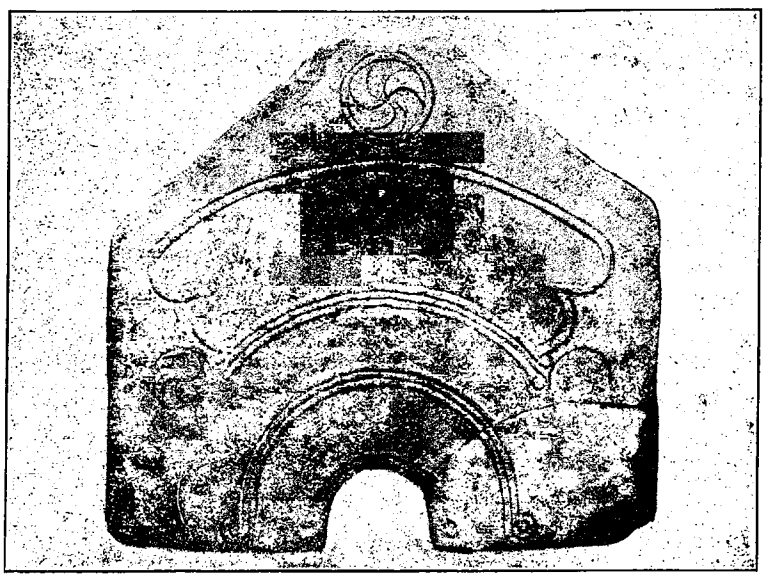


Fig. 2 — A nova *pedra formosa*, descoberta na Citânia de Briteiros, em 1930.
Dimensões: $2^m,34 \times 2^m,15 \times 0^m,20$
(De M. Cardozo)

(1) O. Tschumi, *Grab, Haus und Herd in der Urzeit. Ein Beitrag zur Deutung urgeschichtlicher Grabvorkommnisse.* (Germania, XIV, págs. 121-140). 1930.

(2) F. Behn, *Hausurnen.* Berlin u. Leipzig, 1924. Bd. 1. Heft 1 der Vorgeschichtliche Forschungen. Veja-se também do mesmo autor o artigo *Hausurnen* em M. Ebert, Reallexikon der Vorgeschichte.

(3) W. Schulz, *Über Hausurnen.* Mannus 17, pág. 81, 1925.

(4) F. Oelmann, *Hausurnen oder Speicherurnen?,* Separata de «Bonner Jahrbüchern», H. 134. 1930.

(5) A. Schober, *Zur Entstehung und Bedeutung der provinzialrömischen Kunst.* Separata de «Jahresheften des österreischichen archäologischen Institutes», Bd. XXVI. 1930.

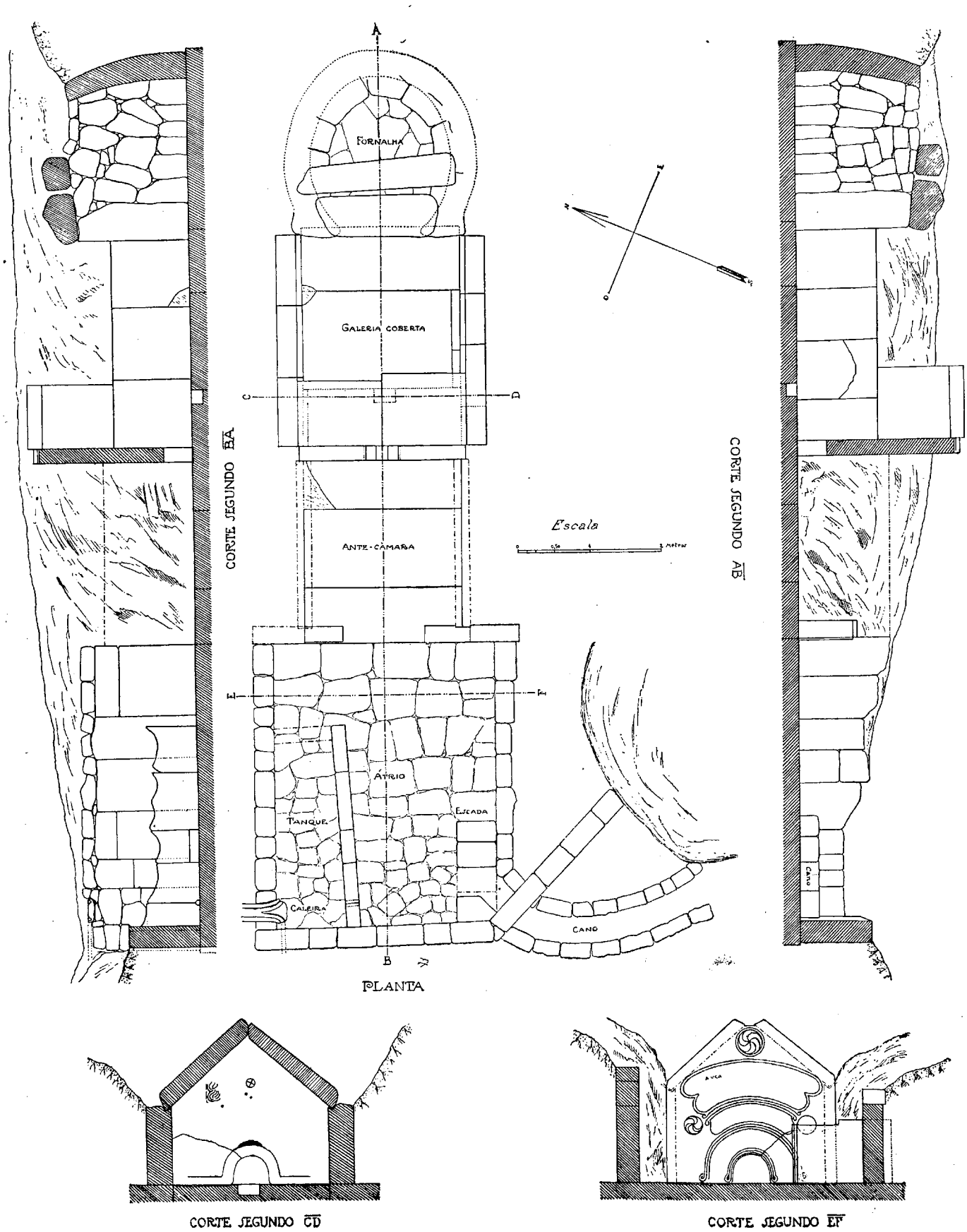


Fig. 3 — Planta e cortes do monumento descoberto na Citânia de Briteiros, em 1930, e do qual faz parte a nova *pedra formosa*.
(De M. Cardozo)

ção os argumentos apresentados por F. Oelmann (1), apesar da impossibilidade em fixar uma distinção nítida entre o que se destinava a celeiro ou a casa.

As estelas-casas (figs. 1 a 9) reproduzem, em geral grosseiramente, a cabana ou a casa da época de La Tène (2), de harmonia com a ideia de que o morto vive no sepulcro uma outra vida. Tal tipo de estela é uma criação céltica que sofreu a influência romana, facto para o qual é conveniente chamar desde já a atenção, obstando assim à origem de possíveis reparos, a fim de melhor se explicarem certos aspectos talvez menos característicos de celtas.

Fig. 4 — Estela da necrópole de Poza de la Sal. Colecção Martínez Santa-Olalla. Dimensões: $0^m,40 \times 0^m,41 \times 0^m.38$

Foto J. Martínez Santa-Olalla

A forma e a evolução das estelas, bem como o aspecto sob que se nos apresentam as necrópoles onde elas se deparam, resumi-lo-emos em breve, baseados nos estudos levados a efeito por E. Linckenheld (3), no país dos Mèdiomátricos, e nos nossos próprios trabalhos, relativamente ao país dos Autrígonos (4), isto é — em dois pontos distanciados um do outro como sejam a província espanhola de Burgos e a Lorena, visto a homogeneidade ser tal que, em linhas gerais, diferenciação alguma se nota.

As necrópoles são de incineração, com as estelas mais ou menos alinhadas em arruamentos, ou nìtidamente dispostas em grupos indicativos de propriedades de famílias diferentes. É muito variável a extensão de tais necrópoles, pois em alguns casos, como por exemplo em Poza de la Sal (Burgos), passa de três centenas o número de estelas (lamentàvelmente destruídas, na sua maioria), e noutros trata-se apenas de verdadeiros cemitérios familiares, como sucede em Quintanilla de Bureba (Burgos), onde se verificou um reduzido número de enterramentos dêste tipo (5). As estelas eram quási sempre colocadas directamente sôbre o solo, e debaixo delas a cova contendo as cinzas. Em grande parte, porém, as cinzas eram depostas numa ampla cavidade praticada na face inferior da estela. Noutros casos ainda a estela era colocada sôbre uma

---

(1) Ob. cit. na nota 4 da pág. 202.

(2) A. Fuchs, *Die Kultur der keltischen Vogesensiedlungen.* 1914. F. Behn, *Hausgrabsteine. Beiträge zur Urgeschichte des Hauses.* Prähistorische Zeitschrift XI/XII. 1919/1920. K. Schumacher, *Siedlungs- und Kulturgeschichte der Rheinlande.* I. Mainz, 1921. F. Oelmann, *Ein gallorömischer Bauernhof bei Mayen.* Bonner Jahrbüchern. H. 133. 1928. F. Behn, *Haus,* en M. Ebert, Reallexikon der Vorgeschichte.

(3) Ob. cit. na nota 3 da pág. 201.

(4) J. Martínez Santa-Olalla, *Las ruinas romanas de Poza de la Sal (Burgos).* Anuário de Prehistoria Madrileña, II-III, 1932.

(5) J. Martínez Santa-Olalla, *La Bureba romana.* (Boletín de la Comisión Provincial de Monumentos Históricos y Artísticos de Burgos, año III, núms, 8 e 9), 1924.

caixa de pedra que desempenhava o papel de verdadeira urna cinerária. E, por vezes, em lugar desta caixa de pedra encontramos cavidades rectangulares inteiramente praticadas na rocha, sôbre as quais se depunham as estelas, como acontece no bosque de Ferschweiler, da região de Trier (1).

As estelas, consideradas isoladamente, apresentam-se-nos sob o aspecto de blocos de pedra, em forma de cunha, em muitos casos com as faces laterais verticais, mas a parte superior sempre talhada em duas vertentes. A face da frente ostenta sempre também uma porta. Na parte inferior existe, em muitos exemplares, uma abertura de grandes dimensões e formas variadas (figs. 1, 2 e 4 a 9).

Tipològicamente as estelas-casas evolucionam do seguinte modo: uma pedra simplesmente cuneiforme e maciça constitui o ponto de partida de tôda a série; vem depois o tipo do *niche à chien,* com duas variantes, conforme apresenta ou não uma parede na parte posterior. O *niche à chien* constitui uma fase evolutiva de grande interêsse, pois nêle temos esboçada (precisamente por ser um todo ôco — porta e cavidade para as cinzas) a porta e a câmara da vivenda fúnebre. No tipo imediato, que é o da casa ou cabana bem definida, já com paredes verticais nos exemplares mais completos ou evolucionados, distingue-se perfeitamente uma porta, em muitos casos ornamentada, que dá acesso à câmara ou cavidade para as cinzas, claramente individualizada, existindo por vezes, também um «corredor», se assim se quiser chamar, que estabelece a comunicação entre uma e outra. É êste o tipo perfeito da casa-estela, a qual podendo variar nas proporções, na decoração ou em pequenos detalhes, se mantém sempre, todavia, subordinada ao mesmo protótipo. Estas casas-sepulcrais são às vezes geminadas por assim o exigir uma dupla incineração.

Fig. 5 — Estela da necrópole de Poza de la Sal. Propriedade particular.

Dimensões: $0^{m},55 \times 0^{m},52$

Foto J. Martínez Santa-Olalla

Da autêntica estela-casa derivam novos tipos, que presentemente e de um modo geral nos não interessam, relacionando-se com outros exemplares caracte-

(1) P. Steiner, *Eine vorgeschichtliche Plateaufesten im Treverland.* In Schumacher-Festschrift. Mainz, 1930. Pag. 166 e ss. Num recentíssimo achado de Bollendorf (na Ferschweiler Hochfläche) descobriu-se uma estela-casa com a caixa de pedra. Steiner, Germania 17, 1933. Pag. 61.

ristìcamente romanos. Dos tipos derivados sòmente nos interessa um, que até ao presente não foi assinalado como tal: as pedras cupiformes.

Um estudo das possíveis variantes de estelas-casas na Alemanha, França, Espanha e Portugal, levou-nos à conclusão de que tôda uma série de pedras sepulcrais semi-cilíndricas, ou, mais pròpriamente — prismáticas, com a face superior abaülada, iguais às chamadas cupiformes por J. Leite de Vasconcelos (1), têm estreitas relações com aquelas. Depois de observar em museus alemães, franceses e espanhóis, um bom número de exemplares, na base dos quais pudemos verificar a existência da cavidade típica para as cinzas, nenhuma dúvida nos resta àcêrca da filiação de tais monumentos funerários. Isto nos conduziu a uma solução satisfatória para explicar a origem das pedras cupiformes lusitanas, relativamente às quais o venerando arqueólogo J. Leite de Vasconcelos não pôde obter outrora, muito naturalmente, uma solução adequada (2).

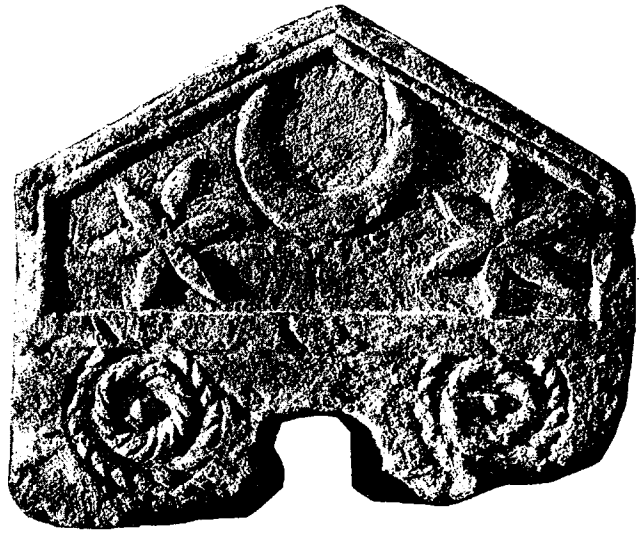


Fig. 6 — Estela da necrópole de Foza de la Sal. Desaparecida actualmente e talvez destruída.

Dimensões: 0m,90×0m,85×0m,68

Foto J. Martínez Santa-Olalla

Outros tipos derivados da estela-casa poderíamos indicar em Espanha e Portugal, bem como tipos que, se não derivados, foram fortemente influenciados por aqueles. Êste último caso nos parece poder apontar-se fora da Península Ibérica, na Húngria e Áustria por exemplo, onde existem algumas estelas funerárias (3) romanas, provàvelmente relacionadas com o grupo de estelas-casas.

A mesma unidade que se nota na tipologia e evolução das estelas-casas, existe na sua decoração (figs. 4 a 9). Esta pode dividir-se, pelo seu significado, em dois grupos: simbólico e estritamente ornamental. Na categoria dos símbolos entram os sóis, discos, estrêlas, rosáceas, e crescentes lunares. Motivos orna-

---

(1) J. Leite de Vasconcelos, *Religiões da Lusitania na parte que principalmente se refere a Portugal.* III. Lisboa, 1913.

(2) É possível que se deva distinguir entre as pedras verdadeiramente cupiformes, em forma de tonel, como as de Sardenha, que naturalmente não contêm a cavidade típica para as cinzas e as que a ostentam. Trata-se aqui, porém, de um problema secundário, que deve ser estudado separadamente.

(3) A. Schober, *Die römische Grabsteine von Noricum und Pannonien.* Na série «Sonderschriften des österreischichen archäologischen Institutes in Wien». Bd. X. Wien, 1923.

mentais são provàvelmente (visto que alguns dêles podem também apresentar um significado simbólico), os vegetais, animais, homens, objectos de natureza vária, elementos arquitectónicos e figuras geométricas não incluídas expressamente na classe dos símbolos.

A decoração das estelas-casas apresenta-se, como ritual que é, geralmente pobre e quási sempre monótona. Em Espanha os exemplares mais ricos são aqueles em que se procurou imitar fielmente uma casa de relativa sumptuosidade (figs. 4 e 5), e nessa intenção se reproduzem diversos elementos arquitectónicos, como pilastras, colunas e arcos, por vezes associados em arcaria. Os pássaros de perfil, figurados frente a frente, constituem uma das decorações mais faustosas de tão modestos monumentos.

Fig. 7 — Estela da necrópole de Poza de la Sal. Colecção J. Martínez Santa-Olalla.
Dimensões: 0m,56×0m,25×0m,5

Foto J. Martínez Santa-Olalla

As estelas-casas contêm inscrições freqüentemente, por vezes referentes a várias pessoas; neste caso apresentam tantas portas quantas as incinerações (fig. 9).

A muitos outros problemas nem sequer faremos alusão, visto que neste momento não interessam ao nosso objectivo e tencionamos estudá-los numa ampla monografia que em breve aparecerá (1). Presentemente temos apenas em vista salientar as características das

(1) Não perderemos a oportunidade de citar aqui o interessante problema derivado das estelas da necrópole de Montefortino, pertencente aos Senones, e que foi seguramente datada do séc. IV a. C., isto é — quási quatro séculos antes das nossas estelas-casas. Veja-se E. Brizio, *Il sepolcreto gallico di Montefortino*, in «Monumenti antichi dei Lincei», IX. 1901. E. Linckenheld, loc. cit. e bibliografia aí dada. Recentemente, P. Jacobsthal, *Keltischer Grabpfeiler aus Glanum* (Schumacher-Festschrift. Mainz, 1930. Pág. 189 e ss.) estabelece a relação entre algumas estelas funerárias celtas de Glanum e os monumentos de Montefortino, o que não assenta em base segura, pois com tôda a probabilidade se trata de monumentos que nada têm de comum. Pelo que diz respeito à influência etrusca nas estelas de Montefortino, escreve: «Die der Senonen werden nicht nur in der sichtlich übernommenen Grabestür, sondern auch in der Gesamtform von den Etruskern stammen». Temos relutância, ressuscitando mesmo o velho argumento da etruscização dos Senones, em aceitar isto, que apesar de tudo admitiríamos — não sem discussão, — relativamente ao referido povo, sob a condição, porém, de renunciarmos a uma relação entre as estelas de Montefortino e as nossas da Ibéria e das Gálias. É absolutamente inaceitável uma influência ou uma origem etrusca num tipo sepulcral tão puramente celta como êste de que tratamos, o que nos leva a supor, em face dos novos materiais de Portugal e Espanha, não tenha lugar a situação «dieser rein lokalen keineswegs urkeltischen Sonderform ihre Stelle unter den griechisch-römischen Grabsteinen», nem tampouco acertado seja que «unternommener Versuch, die Form gewisser Grabsteine in Spanien, Gallien... als keltisch zu erweisen, ist ganz verfehlt».

estelas-casas, bem como a sua zona de expansão, para assim podermos demonstrar a perfeita verosimilhança que apresentam e o fundamento que existe para relacionar as estelas-casas com as pedras-formosas, afirmando, como já o temos feito (1), que estas últimas outra coisa não são senão estelas-casas monumentais.

O monumento funerário (fig. 3) ao qual serve de fachada a nova «pedra formosa» mostra a grandiosa perfeição a que puderam chegar as modestas estelas em forma de casa que em profusão aparecem nas longínquas montanhas dos Vosgos, ou nas afastadas regiões da Castela Velha.

A monumental construção da Citânia deu origem a um problema, presentemente de difícil resolução, e em face do qual tôda a prudência é pouca: ¿Como se passou da modesta estela-casa para o colossal edifício que, com relativa freqüência, foi erguido nos castros portugueses? Dizemos com relativa freqüência pois, segundo o excelente estudo de M. Cardozo (2), àlém do monumento recentemente descoberto e daquele a que pertencia a antiga «pedra formosa», outros terão existido em Sabroso, Saia e Vermoim; e, em face disto, somos levados a supô-los bastante generalizados.

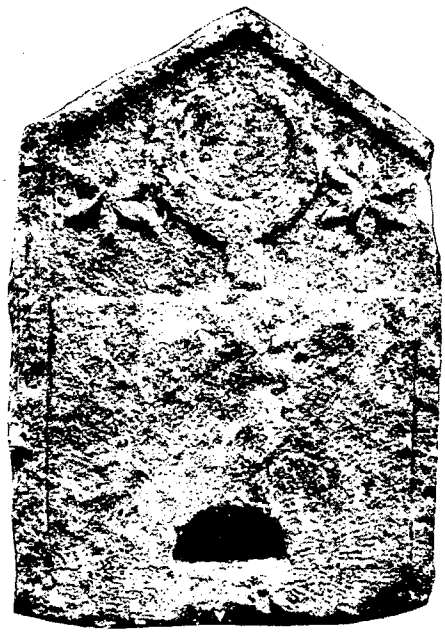


Fig. 8 — Estela da necrópole de Poza de la Sal. Desaparecida.

Dimensões: $0^m,37 \times 0^m,35 \times 0^m,50$

Foto J. Martínez Santa-Olalla

Não pode negar-se que a «pedra formosa» pertencente à fachada do edifício, seja uma estela-casa, pois em tudo se mostra a coincidência: nas proporções e na forma, na porta e decoração simbólica (comparem-se as figs. 1 e 2, e 4 a 9). O que para muitos, na antiga pedra, é uma estilização humana ou um tectiforme, não passa da divisão da frente em duas zonas, freqüente nas estelas-casas espanholas; o tectiforme ou esquematização humana não é senão o que nós chamamos frontão, nas estelas de Burgos (3).

Pelo que diz respeito à fachada, não julgamos, portanto, admissível qualquer discussão, uma vez demonstrada a existência de tais estelas na Península Ibérica, e provado que se trata de um fenómeno geral e comum ao mundo céltico. Mas ¿como se chegou até ao grandioso monumento da Citânia? Actualmente, a única explicação lógica, a única possível em face da planta, fotografias e cortes, que temos presentes (fig. 1 a 3), e atendendo ao significado das estelas-casas e à sua origem — é a de um desdobramento de todos os elementos reünidos nas pequenas pedras funerárias da Lorena.

---

(1) Ob. cit. na nota 1 da pág. 201.
(2) Ob. cit. na nota 3 da pág. 200.
(3) Ob. cit. na nota 4 da pág. 203.

O monumento sepulcral da Citânia consta de duas partes perfeitamente diferenciadas, — uma que antecede, e outra que se segue à «pedra formosa» (fig. 3). A que a antecede (átrio e antecâmara, com a sua construção especial e detalhes particulares) é um dispositivo absolutamente independente, imposto, no presente caso, pela grandeza do conjunto e pelas exigências do ritual. Desta primeira parte podemos e devemos prescindir aqui.

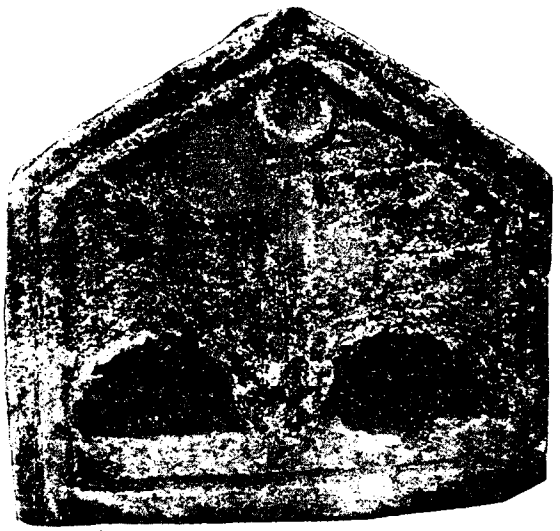


Fig. 9 — Estela da necrópole de Poza de la Sal. Museu Provincial de Burgos. Dimensões: $0^m,65 \times 0^m,43 \times 0^m,42$

Foto J. Martínez Santa-Olalla

A segunda parte, a casa sepulcral, é, pelo seu conjunto anterior (a fachada com a porta e o que M. Cardozo chama «galeria coberta») e até pelos menores detalhes, — uma estela-casa. Devido porém às suas proporções colossais, não foi possível, ao construir a estela, talhá-la num só bloco. Por outro lado, a câmara do fundo impunha tal método construtivo. ¿Com que fim foi construída essa câmara posterior, a «fornalha», como lhe chama M. Cardozo?

Para explicarmos tipològicamente o motivo da existência da «fornalha», convirá recordar, de um modo sumário, que a estela-casa reproduz, em planta, uma casa rectangular como a de la Tène, que notáveis escavações nos deram a conhecer (1). A casa de planta rectangular, porém, não é típica dos castros portugueses e galegos, que apresentam como característica a casa de planta circular; e assim, a «fornalha» outra coisa não é senão uma casa circular, como as

Fig. 10 — Estela da necrópole de Poza de la Sal. Museu da Sociedade Martins Sarmento (Guimarães). Dimensões: $0^m,28 \times 0^m,25 \times 0^m,24$

Foto J. Martínez Santa-Olalla

(1) Ob. cit. na nota 2 da pág. 203. Os modelos das casas da idade do ferro segundo os resultados das escavações são expostos no Römisch-Germanische Zentral-Museum de Mainz e são descritos por F. Behn, *Das Haus in vorrömischer Zeit.* (Kulturgeschichtliche Wegweiser durch das R-G Z-M) Mainz, 1922.

que habitavam os vivos, na Citânia e em Sabroso, em Âncora, Santa Técla e Terroso (1).

Dêste modo, o monumento funerário da Citânia é o desdobramento e o desenvolvimento da estela-casa, no qual a «fornalha» corresponde à cavidade para as cinzas e a «galeria coberta» à deminuta galeria que separa da porta aquela cavidade, ou antes — é a estela-casa tipo que a tradição generalizou, na qual foi introduzida a casa circular característica do país, a fim de lhe imprimir carácter próprio.

Outra explicação admissível para um monumento das características dêste seria a hipótese de uma subordinação dos velhos tipos e métodos construtivos à ideia da casa-sepulcro e da estela-casa céltica. Isto nos conduziria a precedentes que iríamos encontrar nos megálitos portugueses. Esta solução, não sendo para desprezar, não é, porém, no estado actual dos nossos conhecimentos, tão aceitável como a primeira. Nós, pelo menos, não saberíamos fundamentá-la.

Aguardando que futuras escavações sistemáticas e novas descobertas aclarem um problema tão interessante como é o dos monumentos funerários célticos, e especialmente o das singularíssimas «pedras formosas», um dos mais legítimos orgulhos da Arqueologia portuguesa, não podemos, entretanto, em vista do exposto, deixar de afirmar o carácter sepulcral do monumento da Citânia e o seu íntimo parentesco com as estelas-casas célticas, entre as quais se englobam as estelas semi-cilíndricas e cupiformes. Com isto vemos confirmada a velha hipótese de E. Hübner de que a «pedra formosa» era o frontão de um monumento fúnebre (2).

---

(1) Da Citânia de Briteiros e do Castro de Sabroso temos boas plantas, posto que muito pequenas, em M. Cardozo, *Citânia e Sabroso. Notícia descritiva.* Guimarães, 1930. Das escavações na importantíssima Citânia da Santa Tecla (Pontevedra, Espanha) há anos que nada se publica, o que é para lamentar. Dos antigos achados existem fotografias instrutivas em J. López García, *La Citania de Santa Tecla o una ciudad prehistórica desenterrada.* La Guardia, 1927. Sôbre Terroso ver R. de Serpa Pinto, *A Cividade de Terroso e os Castros do Norte de Portugal.* (Revista de Guimarães, XLII, pág. 81-91. 1932).

(2) Vid. bibliografia na obra cit. na nota 1 da pág. 200.

Nota da Soc. M. S., editora desta obra: A estela-casa representada na fig. 10, que pertencia à colecção particular do Sr. Prof. J. Martínez Santa-Olalla, foi generosamente oferecida pelo seu ilustre proprietário ao Museu de Guimarães, como homenagem à memória de Martins Sarmento e testemunho de afecto a Portugal. Fica pois êste Museu possuindo, com tão valiosa dádiva, um precioso elemento de comparação com as nossas «pedras formosas».

Prof. José Ramón Mélida
Antiguo Director del Museo Arqueológico Nacional (Madrid)

Idolos lusitanos de hueso

Suelen encontrarse en las colecciones de antigüedades objetos extraños, que fueron recogidos al azar, de modo que aparecen como piezas aisladas y fuera de serie, cuya filiación no siempre es facil reconocer. Cuando, hace tiempo, visité por vez primera el Museo de Mérida, integrado por preciosos marmoles romanos, en su mayor parte, vi entre los objetos pequeños tres ídolillos de hueso, de figura esquematica, geometrica, que denotaba manufactora indigena, no romana. Pregunté de donde procedian y me dijeron que de sepulcros, sin que supieran decirme más.

Estos, que llamaremos ídolos, son unas figuras recortadas en placa de hueso de modo que perfilan en forma estilizada y sumaria cabeza y tronco, aquella cuadrada, con un feston superior de picos, como interpretación del pelo, los ojos señalados por sendos puntos inscritos en circulos; un ligero lomo vertical indica desde la frente el angulo de la nariz y una incisión horizontal la boca; prolongase el lomo a lo largo del cuerpo, cuyos contornos acusan ligera convexidad; por bajo del cuello hay dos indicaciones de arranques de brazos con un talado horizontal para suspensión; dos puntos indican los pechos y otro el ombligo; unas rayas, el triangulo sexual; en el lugar de los pies hay un cuadrado a modo de pedestal. Por detrás la figura es lisa; solamente alguna tiene indicado el pelo por lineas cruzadas. Miden de altura diez o doce centímetros.

Dado el caracter de estas figurillas supuse fueran una variante de los ídolos prehistoricos de hueso, pizarra o piedra caliza, en los que tambien los círculos de los ojos y otros detalles estan indicados con lineas grabadas. Envié fotografia de los tres ídolos de Mérida al benemerito investigador de la región S.E. de nuestra Peninsula D. Luis Siret, quien los publicó en su libro *Questions de chronologie et d'ethnographie ibériques* (Paris, 1913, pag. 249, fig. 83, 3, 4).

Posteriormente, al practicar excavaciones para descubrir el anfiteatro romano de Mérida, al exterior del monumento, entre él y la muralla de la ciudad antigua, al S.E., encontramos entre objetos romanos, cuales son: tiestos ceramicos, algunos instrumentos o utensilios de cobre y en mayor cantidad

de hueso, tales como punzones o estilos, agujas, etc., ídolos iguales a los tres dichos. Extraño era el hallazgo; pero no nos sorprendio mucho, porque en el curso de las excavaciones las tierras, evidentemente arrojadas en aquel vasto campo de ruinas, nos ofrecian, al ser removidas, objetos romanos, visigodos,

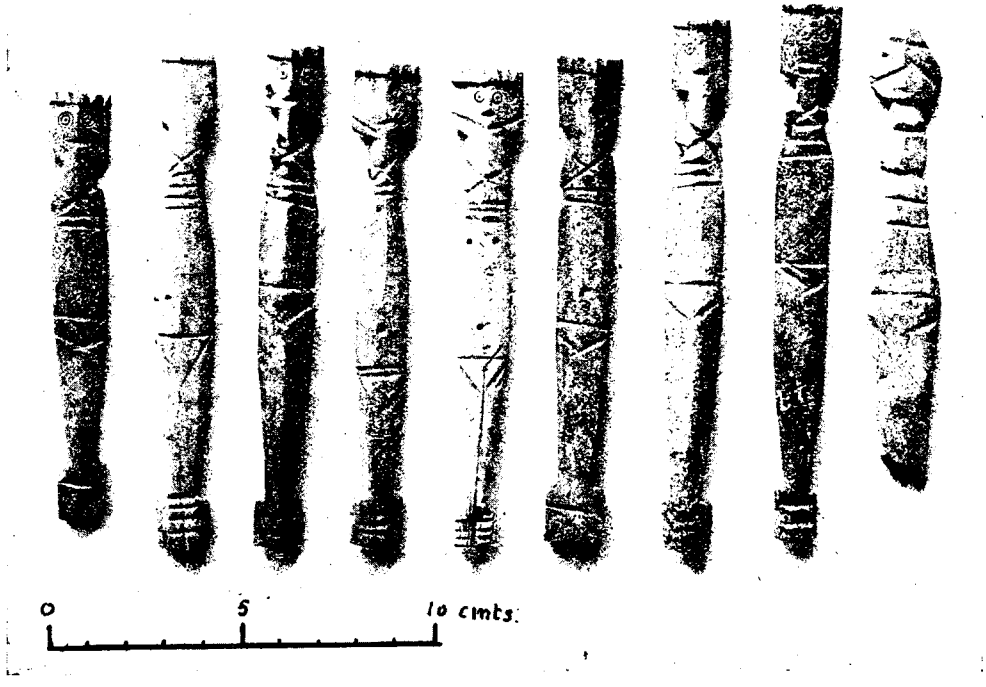


Fig. 1 — Idolos lusitanos de hueso, encontrados em Mérida (Badajoz).
Museo Arqueológico de Mérida.

árabes, en revuelta confusión. Dicho campo debió ser utilizado como escombrera y vertedero durante muchisimo tiempo y por lo mismo era evidente que todos esos tiestos y objetos pequeños, incluso monedas, vinieron envueltos en los terruños alli arrojados.

Mas significativo fué otro hallazgo ocurrido en un sitio de la misma ciudad no lejano al de las excavaciones, al abrir zanjas para levantar una casa. Salio o luz un trozo de muralla romana, singularmente de una torre cuadrada, con sus paramentos de silleria granitica; y sirviendo de relleno en la fábrica, entre cantos y tierra pareció una escultura de piedra caliza que representa un león, obra de arte ibérico, con igual posición que la *Quimera* de Arezzo y otras figuras etruscas. Con ella se halló ademas otro ídolo de hueso de la misma familia que los mencionados. (Vease nuestro *Catalogo Monumental de España. Provincia de Badajoz:* I, p. 77).

A todo esto, el sabio professor Sr. Leite de Vasconcellos, dió cuenta en la Revista «O Archeologo Português», (t. XI, Lisboa, 1906, p. 343, fig. 10) de haber obtenido para su Museu Etnologico un ídolo de hueso, igual a los dichos procedentes de España, que dice consta fué hallado en una sepultura, «en Mé-

rida (que deberá ser lo cierto) o en Granada»; y cita, como termino de comparación otro ejemplar identico, que pareció, con ciertos objetos de hierro muy oxidados, en la gruta llamada «Casa da Genia», en Alcobaça (vease M. Vieira Natividade, «Grutas de Alcobaça»: «Portugalia», I, pag. 458, fig. 232).

Posible es que este ejemplar no sea el único hallado en Portugal, y que no sea el último.

Ídolos prehistoricos se conocen muchos, recogidos en todo el mediodia de la Peninsula. En sepulturas y en general en estaciones neoliticas y del periodo llamado eneolitico, de Portugal y España, en Extremadura y Andalucia, se han encontrado numerosos idolos de piedra o de hueso. D. Luis Siret, en su trabajo «*Religions néolithiques de l'Ibérie*» (*Revue préhistorique,* Paris, 1908, Nos. 7 y 8), hace un estudio de conjunto de sus distintos tipos, publicandolos en dibujos. Del examen de la serie resulta que el grupo mas antiguo lo forman unos simulacros de piedra, placas de pizarra, en forma de violin, semejantes a los de Troya; a cuyo grupo deberá añadirse inmediatamente el de placas análogas, con protuberancias levantadas, simulando los brazos, que tienen sus similares en ejemplares de Micenas. Componen otro grupo ciertos simulacros corporeos, de piedra o alabastro, en forma cónica, algunos con el bulto de la cabeza y otros con un taladro, a veces dos, como simulación de ojos; grupo seguido del de ejemplares de alabastro o marfil, de forma piramidal, algunos con los senos en relieve. Los rudimentarios esbozos pertenecientes a estos grupos primitivos donde con mas frecuencia se han recogido es en sepulturas o yacimientos neoliticos de las provincias de Almeria y Granada.

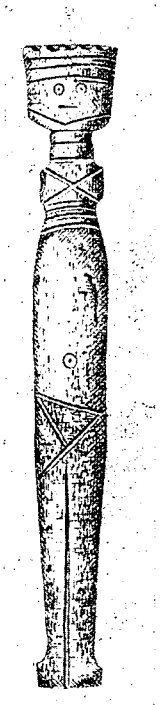


Fig. 2 — Idolo da Casa da Genia (Alcobaça).

(Da *Portugalia*, vol. I, pág. 458, Est. XXVII, n.º 232)

Los restantes grupos, mencionados por el Sr. Siret, y a los cuales hay que añadir el de los idolos que motivan estas lineas, puede decirse que componen serie aparte, por cuanto se diferencia de la anterior, de meras siluetas o bulto rudimentario, en que los nuevos ejemplares, de una o otra forma llevan detalles grabados, lo cual representa un progreso industrial, que se compagina bien con el hecho de que dichos ejemplares en su mayor parte se han encontrado en sepulturas que propiamente no pueden ya considerarse exclusivamente neoliticas, puesto que a los instrumentos de piedra suelen acompañar los de metal. Acaso punzones de esta materia, sino de pedernal, utilizaran los grabadores prehistoricos para sus dibujos en pizarra, piedra caliza y hueso, que son los materiales empleados para los idolos a que nos referimos.

Numerosos son por cierto los ejemplares del tipo ídolo-placa, de pizarra, abundantes sobre todo en Portugal y de los que se han hallado algunos en España, singularmente en Extremadura. Son de figura trapezoidal, con los angulos ligeramente redondeados, algunos con una protuverancia superior a modo de cabeza y de estos algunos tambien con otros dos levantes picudos, cual indicación de brazos. Todos ofrecen un taladro para suspensión, a veces

dos. Su ornamentación grabada, rectilinea, forma zonas de triangulos o fajas. Ello y los dos taladros en el lugar de los ojos dan a ciertas placas aspecto de imagen de ser humano envuelto en su ropa o tatuado segun créen algunos. Hay contados ejemplares que no dejan lugar a duda de lo que representan. Tres se han hallado en Portugal: uno en Alcobaça (M. Vieira Natividade, *(Portugalia,* I, pág. 440, lam. XIII, fig. 78), otro en Idanha-a-Nova (J. Leite de Vasconcellos, *Religiões da Lusitania,* I, p. 162, fig. 31)y otro en Barcena, junto a Elvas. Esta placa se halla en Madrid; perteneció a la colección Rotondo y hoy pertenece al Museo Antropologico Nacional. En España se encontró una en el dolmen de Alconetar, cerca de Garrovillas (Cáceres) y se conserva en el Museo Arqueologico Nacional (L. Siret, *Religions néol.*, lám. VIII, nús. 11 y 12). En los cuatro ejemplares estan señalados los ojos por los taladros; por líneas grabadas la nariz y la ropa, señaladamente en el de Idanha-a-Nova; en los dos últimos, brazos y manos.

No menos elocuente que las placas son unos cilindros de piedra que llevan grabados los ojos en forma circular y aun el pelo que cae a grandes mechones indicados por lineas en ziszas. Dos ejemplares se han recogido en Portugal, uno en Moncarapacho (Algarve), otro en la cueva de Estria; y dos en España, uno de ellos conservado en el Museo Arqueologico Nacional.

Ese modo geometrico de representar los rasgos esenciales de la fisonomia humana se encuentra asi mismo en falanges grabadas, de las que el Sr. Siret dice haber hallado mas de 250 ejemplares en la región S.E. peninsular, casi todos en sepulturas; y unos pocos se encontraron en Portugal, en dolmenes de Alcalar, en las grutas de Palmela y en una sepultura de S. Martinho. En esos huesos se ven grabados en figura circular los ojos orlados de líneas radiales entre anchas fajas de trazos curvos y a veces con dibujos rectilineos, semejantes a los de las placas de pizarra.

Las variedades de ídolos o figuras simbolicas, que dejamos señaladas forman una serie que artisticamente considerada en cuanto tienen de intento antropomorfico, no parecen mas que esbozos o tanteos para representar un concepto. Nos hemos detenido en esa ennumeración por decirlo asi progresiva, de los distintos tipos de ídolos primitivos, porque se nos ofrecen como obligado antecedente de los ídolos de hueso que podemos llamar lusitanos, pues no sabemos se hayan encontrado en otras regiones de la España antigua. En ellos, no ya esbozo, sino la representación clara de la figura humana constituye su caracteristica. Tienen de comun con los anteriores simulacros la interpretación geometrica de las formas, el grabado para indicar los detalles y los ojos circulares; pero revelan un grado de cultura superior que permitió definir con toda precisión el proposito de mostrar una figura humana, desnuda y femenil, como lo indica en todos los ejemplares el triangulo sexual (1). — Con esta caracteristica

(1) Asi lo he comprobado en todos los ejemplares que conozco. Por equivocada colocación, invertida, entre ejemplares completos de uno sin cabeza, su triangulo aparece con vértice hácia arriba en la lámina XXXII de mi *Catalogo Monumental de la Provincia de Badajoz.* Por la misma causa no es imputable al Sr. Siret la colocación del mismo ejemplar en su libro *Questions*, figura 83, núm. 3.

solamente puede citarse una estatuilla femenil de alabastro, hallada en una estación eneolitica de Almizaraque (Cuevas, Almeria), por el Sr. Siret *(Questions*, p. 249); unico ejemplar de tal periodo que acusa la forma humana del tronco, pues carece de cabeza, busto y brazos; pero en la que lo pronunciado de las caderas y el triangulo del puvis, lleno de puntitos, no dejan lugar a dudas respecto de su representación.

Salta a la vista a pesar de tales concomitancias, que los ídolos lusitanos deben ser posteriores a los indicados como terminos de comparación. Si por falta de datos pudimos sospechar datasen de la Edad del bronce, el hecho de haberse hallado uno en Alcobaça con objetos de hierro permite incluirlos entre las producciones indigenas posteriores, sin olvidar que ciertas costumbres populares se han mantenido a traves de los tiempos por virtud de créencias o practicas religiosas y de supersticiones.

Por otra parte es evidente que esas figuras nada tienen de comun con las esculturas protohistoricas de las distintas regiones peninsulares; las estatuas de la Bastetania y Contestania; los leones hallados entre el Guadiana y el Guadalquivir; los toros y berracos, algunos con epitafios latinos, abundantes entre Duero y el Tajo; los guerreros lusitanos, tambien con epitafios latinos, que se encuentran en la región N.O. galaico-portuguesa. Tampoco guardan relación con las figurillas de bronce depositadas como exvotos en los santuarios ibericos del mediodia. Todas estas producciones indigenas revelan mas o menos influencia de las civilizaciones historicas, especialmente de las clásicas, en las que solo podrian señalarse algunas figuras muy arcaicas de cierto parecido con las de hueso lusitanas. Estamos pues ante una manifestación de arte popular, indigena y regional.

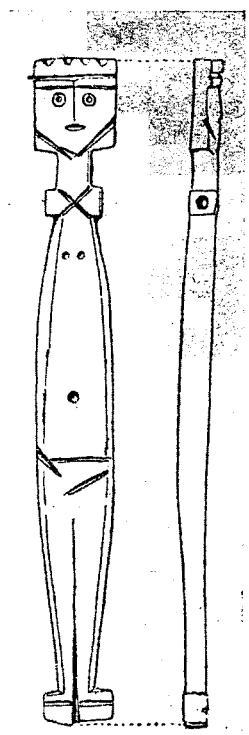


Fig. 3 — Idolo do Museo Etnológico de Belém, proveniente de Mérida?

(Do *Arqueólogo Português*, vol. XI, pág. 343).

*

Del culto tributado a los muertos en los tiempos neoliticos y en los del metal se reconoce como una prueba mas esa variedad de fetiches o ídolos, no pocos de ellos con taladros como para llevarlos suspendidos sobre el pecho a modo de talisman que preservase al ser humano en vida o en muerte de alguna misteriosa influencia maligna o bien por satisfacer cualquiera otro fin supersticioso. Sabido es por otra parte que a los ídolos, figuras y dibujos prehistoricos se les reconoce, en no pocos casos, un simbolismo relacionado con la idea de la generación humana (Siret, *Religions* y *Questions)*, el gran misterio que ha preocupado a los hombres de todos los tiempos y que como fundamento de la existencia constituye un principio de todas las religiones positivas. No insistiremos sobre el particular. Bastara recordar que uno de los caracteres significativos de tales imagenes es el triangulo sexual.

En el caso concreto de los ídolos lusitanos de hueso, representativos de una mujer desnuda, sin esfuerzo se puede reconocer en ella una diosa del amor, la Venus lusitana, protectora sin duda de las gentes en aquellos intimos fines y circunstancias de la vida. Muy antiguo debió ser su culto y por tradición conservarse durante mucho tiempo.

*

Para ejecutar esas incipientes esculturas de escaso relieve, cuyos detalles estan grabados, utilizaron trozos largos y un tanto planos de huesos de las extremidades de cuadrupedos. El tipo reproducido es siempre el mismo. Entre los ejemplares del Museo de Mérida tan solo hay uno de ejecución descuidada en el que la cabeza tiende a una forma triangular. La abundancia de ellos en Mérida parece autorizar el supuesto de que esa ciudad fuese su centro productor.

Cuanto va dicho no tiene otro valor que el de un avance para distinguir una producción que creo exclusivamente lusitana y original. Sirvan a lo menos estas lineas para que en virtud de nuevos hallazgos se puedan esclarecer los puntos señalados y sobre todo la fecha que deba asignarse a los ídolos en cuestión.

A. A. Mendes Corrêa
Professor da Universidade do Pôrto

Valencianos e Portugueses

«Un nacionalista valencià que va a visitar la patria portuguesa no es creu jamai anar-se'n a l'extranger, va a una nació de la família, va a casa seua; com els bons germans, quan van a visitar als bons germans maridats, no van a casa forastera, van a la seua casa».

Com estas palavras de tão carinhosa simpatia para Portugal, abriu há poucos meses um jornalista valenciano uma série de artigos em que relatava as suas gratas impressões de viagem no nosso país (1). Nicolau da Sueca, o autor dêsses artigos, afirma que o planalto castelhano, monótono e triste, é a barreira espêssa que separa «dos pàtries amb ánimes parelles» — duas pátrias com almas semelhantes —, duas pátrias com tantas analogias entre si, no clima, na situação, na paisagem, nos costumes, na língua, nos interesses económicos, na vontade de independência.

Detém-se o articulista especialmente em confrontos lingüísticos. A fonética portuguesa e a valenciana são as mesmas, muitos vocábulos são comuns. Nicolau da Sueca oferece alguns exemplos dêstes, acrescentando os correspondentes castelhanos, bem diversos. *Amostra* em português é *muestra* em castelhano, *mostra* em valenciano. *Arâme* corresponde respectivamente a *alambre* e *aram*, *deixar* a *dejar* e *deixar*, etc. Algumas diferenças são aparentes, são puramente ortográficas.

Os artigos em questão chegaram ao meu conhecimento quando, num estudo de conjunto sôbre os resultados antropológicos referentes à estatura e ao índice cefálico em Portugal (2), mais uma vez me coubera verificar certas afinidades somáticas entre Portugueses e as populações do litoral valenciano.

Conjugando o facto com o informe de Tito Lívio (3) de que Décimo Júnio Bruto, que sucedeu a Cepião, ao vencedor de Viriato, dera terras e uma cidade

---

(1) Em *El Camí*, de Valência, n.os 19, 20, 21 e 23, respectivamente de 9, 16 e 23 de Julho e 6 de Agôsto de 1932.

(2) *Estatura e índice cefálico em Portugal* — «Arquivo da Repartição de Antropologia Criminal do Pôrto», vol. II, 1932.

(3) Tito Lívio — *Hist. rom.* — Epit., livro XV (p. 890 do t. II da ed. Nisard).

que chamara Valência, aos soldados que restavam das hostes do caudilho lusitano, ocorreu-me que pudesse estar nesta medida dos romanos uma causa das analogias antropológicas encontradas.

Houve quem entendesse não ser a Valência mediterrânea aquela a que se referia Tito Lívio, mas sim tratar-se de Valência de Alcântara ou da portuguesa Valença do Minho. Porém Juan Batista Perales, com variadas razões, mostrou ser improvável tal suposição. Assim a Valência edetana, vizinha das ruínas heróicas de Sagunto e que, na lógica da sua origem, não podia, depois, nas guerras de Sertório, deixar de acompanhar, como os seus irmãos lusitanos, êste grande chefe, aparece pela primeira vez na história em 138 a. C. para abrigar os gloriosos vencidos, arrancados para sempre, pela derrota final, às montanhas pátrias.

Conversando sôbre o assunto com o meu colega Prof. Gonçalo Sampaio, êle informou-me também de que nos seus estudos sôbre a música popular encontrara impressivas afinidades entre Portugal e Valência, as quais, entretanto, como as afinidades lingüísticas registadas por Nicolau da Sueca, não podem atribuir-se essencialmente ao acontecimento histórico referido, muito anterior à formação das línguas modernas dos dois países e à constituïção dos factos folclóricos observados e, quando muito, invocável como factor predisponente de convergências evolutivas.

Mas não antecipemos conclusões. Vejamos primeiro em que consistem as afinidades antropológicas encontradas.

*

O malogrado amigo e antropólogo Aurélio da Costa Ferreira pôs, em 1907 (1), em relêvo algumas diferenças entre o dòlicocéfalo beirão e o dòlicocéfalo trasmontano, salientando que a uma elevação relativa da estatura, então admitida no primeiro, correspondia neste uma maior capacidade craniana. Retomando em 1915 o estudo dos beirões (2), fui conduzido a resultados que sumariei em 1917 (3) num trabalho de que extraio apenas a seguinte passagem: «O tipo médio do beirão foi já aproximado da raça *litoral* ou *atlanto-mediterrânea,* que Deniker descreve entretanto como moderadamente dòlicocéfala ou mesmo mèsaticéfala» (o que não sucede no beirão, bastante dòlicocéfalo). E adiante eu transcrevia as seguintes palavras de Giuffrida-Ruggeri: «Na secção Atlanto-mediterrânea deve ter entrado em forte proporção o tipo nórdico de tegumentos claros e alta estatura, e em muito menor proporção o tipo etiópico, de pele muito escura, de cabelos negros e crespos e estatura inferior à média» (4).

---

(1) A. Aurélio da Costa Ferreira — *Sur deux dolichocéphales portugais*, 1907.

(2) Mendes Corrêa — *Contribuïção para o estudo antropológico da população da Beira Alta* — «Anais da Acad. Politecn. do Pôrto», 1915. Id. *Sôbre o índice nasal na Beira Alta* — Ibid., 1917.

(3) Mendes Corrêa — *Antropologia da Beira Alta* — «Instituto», Coimbra, 1917.

(4) V. Giuffrida-Ruggeri — *Quattro crani preistorici dell'Italia meridionale* — «Arch. per l'Antrop. e l'Etnol.», Firenze, 1916, p. 20 do extr.

Dizia eu então que me não abalançava «a ir tão longe na pesquisa das origens», contentando-me em admitir na Beira Alta a influência dum tipo *cro-magnonóide,* dòlicocéfalo, desarmónico e de estatura superior à média, que, numa nota doutro trabalho (1), preguntava se não seria o tipo de Valência, alto e dòlicocéfalo, mencionado por Sanches Fernandez. Lembremos entretanto que Deniker localizava também no litoral valenciano (e noutros pontos) a raça que pretendeu constituir sob o nome de *Atlanto-Mediterrânea* ou *Litoral.*

No meu livro «Raça e Nacionalidade», em 1919 (2), escrevi: «Será da raça atlanto-mediterrânea (ou da ibero-insular modificada) um tipo de estatura superior à média, moreno, dòlicocéfalo, harmónico, de grande capacidade craniana, que na Beira Alta domina sôbre o moreno baixo, sôbre o nórdico mestiçado e ainda sôbre um dòlicocéfalo desarmónico *(o cro-magnonóide)*, que na província encontrei em pequena proporção e o qual é mesorrínico e se aproxima talvez de formas primitivas (Grimaldi?)». Já no mesmo livro (3) esboçava sôbre o dòlicocéfalo do sudeste espanhol o parecer que desenvolveria em 1920 nos seguintes termos, numa conferência na Universidade de Madrid (4): «A sudeste, sobretudo na região de Valência, surge uma forma dòlicocéfala sôbre cuja classificação antropológica parece não ter sido dita ainda a última palavra: é um tipo de crânio alto, órbitas baixas, tendência platirrínica, face alongada, estatura superior à mediana. Dizem-no alguns representante do Cro-Magnon (o que me parece infundado, dada a harmonia crânio-facial). Mais provàvelmente é um tipo eurafricano ou mediterrâneo. ¿São os dolicóides morenos, de alta estatura, tanto os da Ibéria como os da Berberia, mestiços de dólico-baixos morenos com nórdicos loiros e altos [era mais ou menos a hipótese de Giuffrida-Ruggeri]? ¿Não poderíamos considerar, nessa mestiçagem, a estatura alta um carácter dominante, e a baixa dominada ou recessiva, de acôrdo com a lei mendeliana da dominância? E, pelo contrário, a côr clara dos tegumentos, dos cabelos e dos olhos, seria nêsse caso o carácter dominado (5) em relação à côr dos elementos morenos. De resto, ¿porque não poderemos admitir uma intensificação da pigmentação com a situação geográfica dêsses elementos antropológicos? Lembremos, entretanto, também que *o dólico-alto moreno da Beira portuguesa pode muito bem ser parente próximo dos congéneres do litoral valenciano em Espanha*».

Se tal parentesco vem de épocas prè-históricas, os soldados de Viriato, arrancados por Bruto Calaico ao solo natal, teriam, ainda assim, ido abrigar-se em casa de família... Seria dêste modo atenuada a sua saüdade. O destêrro não teria sido completo.

*

O antigo reino de Valência, hoje correspondente às províncias espanholas de Valência, Alicante e Castellon, ocupa sôbre o Mediterrâneo uma posição

(1) Mendes Corrêa — *Sôbre o índice nasal na Beira Alta*, etc., op. cit., p. 13 do extr.
(2) Pág. 95.
(3) Pág. 105.
(4) *Etnologia ibérica* — «Anais da Acad. Politécnica do Pôrto», 1921, pág. 20 do extr.
(5) Por lapso tipográfico lê-se «dominante» no texto.

simétrica da de Portugal sôbre o Atlântico. A sua latitude é aproximadamente a do centro do nosso país. O território é constituído por uma faixa costeira de terras baixas, cenozóicas ou modernas — as famosas *huertas* valencianas, os

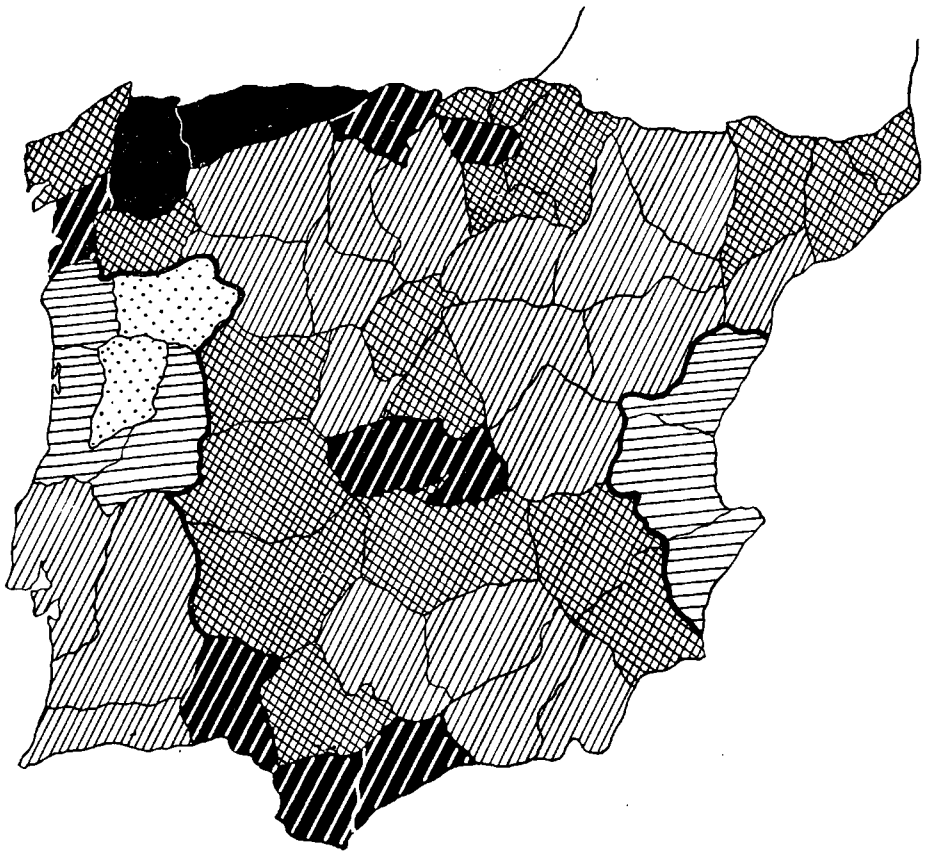


Fig. 1 — O índice cefálico médio das províncias da Península (Oloriz e Tamagnini).

O reino de Valência, a E., está delimitado por um traço mais carregado. As médias do ind. cefálico aumentam progressivamente segundo esta ordem de tons: pontuado, traços horizontais, traços simples oblíquos, traços entrecruzados, negro com sulcos oblíquos claros, negro contínuo.

laranjais e arrozais tão celebrados — e embrenha-se ainda nas montanhas do Aragão e de Cuenca e do extrêmo norte-oriental das cadeias subpenibéticas, bruscamente cortadas no Cabo da Nau.

Nesse país, duma área equivalente à das nossas duas províncias do Alemtejo e Algarve, vive uma população que é um pouco inferior à terça parte da população portuguesa. A caracterização antropológica dos Valencianos pode hoje fazer-se, graças aos trabalhos de Oloriz, Hoyos Sainz, Aranzadi, Sanches Fernandez, etc. Estes trabalhos permitem-nos estabelecer um confronto com a população portuguesa, para a qual contamos com as investigações de Ferraz

de Macedo, Santana Marques, Fonseca Cardoso, Costa Ferreira, E. Tamagnini, etc. (1).

Embora algumas séries provinciais sejam insuficientes para se poderem dar como definitivos certos resultados de detalhe, é lícito admitir na população da Espanha um núcleo antropológico valenciano que se destaca por alguns caracteres bem marcados da massa daquela população.

Em 502 indivíduos do antigo reino de Valência encontrou Oloriz um índice cefálico médio (76,8) correspondente à maior dòlicocefalia de tôdas as províncias espanholas. A média geral espanhola, em 8:368 casos do mesmo autor, é de 78,2. No crânio, obteve Hoyos Sainz menos de 75,5 para os Valencianos. Ora os Portugueses têm o índice cefálico médio de 76,4 no vivo e de 74,5 no crânio, segundo os resultados respectivamente de Tamagnini e Ferraz de Macedo, indo, no vivo, as médias provinciais de 75,1 a 77,5 (2), limites entre os quais se compreendem as médias das províncias valencianas (Valência, 77,0 (3); Alicante e Castellón, 76,7). Assim os Valencianos, pelo índice cefálico, são mais afins dos Portugueses do que das outras populações espanholas.

Sôbre as médias de Ferraz de Macedo em cêrca de 500 crânios portugueses calculei as relações modulares, obtidas por idêntico processo ao usado por Aranzadi para as várias regiões de Espanha (4). Obtive os valores: 121,5 para o comprimento, 90,5 para a largura e 88,1 para a altura. Estes valores permitem incluir os Portugueses em geral entre os portadores de crânios *altos, compridos* e *estreitos* que em Espanha compreende, segundo Aranzadi, os grupos aragonês, *valenciano* e zamorano. Há, no grupo valenciano, algumas diferenças sexuais nas relações modulares, e os valores provinciais dalgumas dessas relações, talvez pelo pequeno número de exemplares das séries respectivas, desviam-se mais ou menos dos limites gerais estabelecidos. Mas, no conjunto, as afinidades luso-valencianas são ainda evidentes neste ponto de vista. As médias provinciais da relação vértico-modular, por exemplo, variam em Espanha de 83,2 a 90,7. Ora os valores correspondentes às províncias do reino de Valência vão de 86,8 a 90,5, limites entre os quais está compreendida a média geral portuguesa já referida (88,1).

---

(1) A natureza sumária dêste artigo não permite muitas indicações bibliográficas que se encontrarão nos meus trabalhos já citados, especialmente na *Raça e Nacionalidade* e ainda nos *Povos primitivos da Lusitânia*, Pôrto, 1924, p. 322 e segs.

(2) Os limites de variação das médias *distritais* são, segundo o prof. Tamagnini *(Sôbre a distribuïção geográfica de alguns caracteres fundamentais da população portuguesa actual — I- O índice cefálico e a estatura* — «Revista da Fac. de Ciências da Universidade de Coimbra». II, Coimbra, 1932, p. 104), 74,91 (Vila Real) e 77,96 (Beja). Os estudos de Santana Marques e Fonseca Cardoso tinham permitido adoptar um mais alto limite superior (78,7 em Braga), ao passo que o inferior era 75,2 (Vila Real e Viseu), mas as séries do Prof. Tamagnini são mais numerosas (Vd. meu trabalho sôbre a estatura e o índice cefálico em Portugal, já citado).

(3) A média exacta é um pouco inferior a 77.

(4) T. de Aranzadi — *Dimensiones de la calvaria en España y sus relaciones de conjunto* — «Boletim de la R. Soc. Españ. de Hist. Natural», 1915, p. 317.

Os autores espanhóis dão para o índice facial valenciano valores correspondentes à mesoprosopia ou leptoprosopia. Barros e Cunha encontrou em Portugal a média geral 54,3 (índice de Kollmann), correspondente a uma leptoprosopia moderada ou a uma mesoprosopia vizinha da leptoprosopia. Ainda aí há certa afinidade.

O índice orbitário médio dos Valencianos acusa a cameconquia bastante acentuada, ou sejam órbitas bastante baixas. Os Portugueses, segundo os vários autores, são em média, cameconcos (Ferraz de Macedo) ou mesoconcos (Vasco de Oliveira e Alfredo Ataíde).

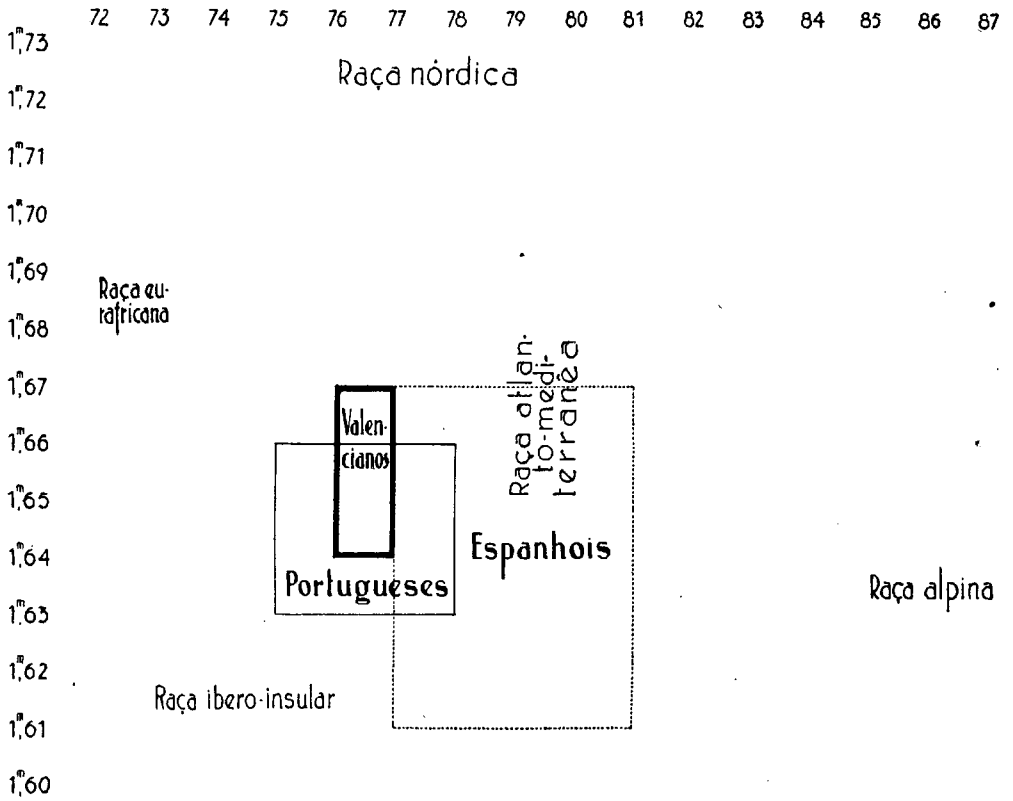


Fig. 2 — A posição relativa dos Portugueses, Espanhois (não Valencianos) e Valencianos, segundo os limites de variação das estaturas e dos índices cefálicos médios provinciais.

O índice nasal médio dos Valencianos (vizinho de 50 ou superior — no crânio) é que traduz uma tendência platirrínica mais marcada do que a que porventura se esboça nalgumas províncias portuguesas. A média geral portuguesa no sexo masculino é 44,4 (segundo F. de Macedo), 44,7 (segundo Mascarenhas de Melo) e 45,6 (segundo as minhas observações), mas no sexo feminino sobe a 46,5 e 45,9 nas duas últimas séries de investigações.

A estatura média dos Portugueses é de 1^m,645, variando as médias distritais de 1^m,63 a 1^m,66 ou 1^m,67. Oloriz determinou para Alicante a média 1^m,64, para Castellon 1^m,66 e para Valência 1^m,67, sendo a média geral do antigo reino 1^m,661, em 155 observações. Estas séries eram pequenas e alguns resul-

tados de Aranzadi e Hoyos permitiam dúvidas sôbre aquelas medidas, mas o estudo de Sanches Fernandez, assente em grande número de casos, veiu confirmar a existência dum núcleo valenciano de estaturas relativamente elevadas, carácter que aproxima aquelas províncias do levante espanhol das nossas províncias da Beira Alta e Trás-os-Montes (pelo menos do distrito de Bragança), que são também as mais dòlicocéfalas de Portugal. A figura 2 que acompanha êste artigo, mostra bem que os limites entre os quais variam em Valência as médias provinciais da estatura e do índice cefálico, estão quási inteiramente compreendidos dentro dos limites das variações, mais amplas, das médias correspondentes em Portugal e, pelo contrário, estão fora, para o índice cefálico, dos limites das outras regiões espanholas.

Haveria outros caracteres a apreciar, mas faltam alguns elementos para confronto. Os recentes estudos sorológicos em Portugal e Espanha (1) pareceriam não aproximar, e antes afastar, o nosso país da região valenciana, se, nos dados publicados por Hoyos Sainz, esta região não aparecesse englobada, por escassez de elementos, numa zona *mediterrânea*, demasiado vasta, e sem dúvida antropològicamente heterogénea. Enquanto não fôrem publicados resultados distintos para aquela região, o confronto com Portugal é, neste ponto de vista, impossível.

O que fica exposto é já, no entanto, suficiente para admitir *maiores afinidades antropológicas da área valenciana com Portugal do que com qualquer outra região de Espanha,* se bem que nalguns caracteres, se notem transições interessantes dessa região para as limítrofes, de Aragão e do meio-dia espanhól.

*

Como mostramos noutro estudo recente (2), os tipos médios das províncias portuguesas não correspondem às descrições dadas por Deniker para as raças *ibero-insular* e *atlanto-mediterrânea* da sua classificação. Citando o meu trabalho *Origins of the Portuguese,* a 2.ª edição do livro de Deniker aconselha a elevação do limite superior da estatura da primeira daquelas raças para que ela possa adaptar-se à gente portuguesa. Verificamos, porém, que a dòlicocefalia mais acentuada (ind. 73 a 76 no vivo) que distingue, segundo Deniker, a raça ibero-insular, pequena, da raça atlanto-mediterrânea, mais alta e com a sua dòlicocefalia moderada (79 a 80), não acompanha as mais baixas estaturas provinciais mas parece antes coincidir, tanto em Portugal, como na região de Valência, com uma elevação de estatura. Aranzadi notara também já em Espa-

---

(1) Hoyos Sainz — *Antropologia de los grupos sanguíneos, su estado actual y aplicaciones a España* — Discurso inaugural da 4.ª secção no Congresso de Lisboa da Assoc. Espan. para o Progr. das Ciências, t. I, 2.ª parte, Madrid, 1932. Aí são resumidos os resultados de D. Adélia Seirós da Cunha em Portugal, mas omitem-se os do Dr. Waldemar Teixeira também no nosso país, que confirmam aliás sensìvelmente os primeiros. Do assunto me ocupei nas minhas lições em 1932 no Instituto de Altos Estudos, em Lisboa (em publicação sob o título *Introdução à Antropobiologia*).

(2) *A estatura e o índice cefálico em Portugal* — op. cit.

nha a impossibilidade de fazer coincidir a caracterização de qualquer grupo como tal indicado por Deniker com a dita raça atlanto-mediterrânea.

Também não é possível estabelecer a coincidência perfeita do tipo médio de qualquer das nossas províncias ou de Valência, com a raça *eurafricana* de Sergi, Giuffrida-Ruggeri e Fleure (1), que foi precisamente apontada por Giuffrida na província portuguesa de Trás-os-Montes. A dòlicocefalia atribuída a essa raça é mais acentuada (70 a 73), a estatura um pouco maior do que as médias provinciais espanholas e portuguesas (cêrca de $1^{m},678$).

Mas, se atendermos à amplitude das diferenças regionais dos mesmos tipos somatológicos e à possibilidade de cruzamentos, reconhecemos como mais viável a atribuïção dalguns caracteres da gente valenciana e de certos tipos provinciais portugueses, ao elemento *eurafricano* do que à debatida raça atlanto-mediterrânea de Deniker. A elevação do índice nasal na região valenciana (as médias provinciais mais altas de Espanha são as da província, limítrofe, de Teruel, da província valenciana de Castellón e da de Málaga) e nas províncias portuguesas da Beira e Trás-os-Montes—embora de médias leptorrínicas, são, ao que parece, com o Algarve, as de leptorrinia mais moderada (2)—milita francamente em favor, senão duma identificação, pelo menos do *reconhecimento duma influência muito importante dum elemento eurafricano nas duas regiões.*

*

Põem-se naturalmente os problemas da origem dêsse elemento, das condições e data da sua penetração naquelas regiões e da possibilidade da sua identificação com os mais antigos povos históricos.

Pelo que respeita a Valência, a etnologia antiga tem sido estudada em conjunto, sobretudo por Bosch Gimpera. Abstraindo do que se passaria no paleolítico inferior, em que a «monotonia de tipos» e sua ampla difusão não permitiriam pormenorizadas diferenciações locais na etnologia peninsular, o ilustre arqueólogo catalão começa por incluir a região de Valência na área dos povos do paleolítico superior chamados capsenses (3). As importantes descobertas de Luís Pericot na grota de Parpalló revelam ali uma sucessão de culturas

---

(1) Vd. descrição em: Haddon—*The Races of Man*, 2.ª ed., Cambridge, 1924, p. 23.

(2) Costa Ferreira, sôbre alguns crânios trasmontanos, chegou mesmo a um índice nasal médio já platirrínico, resultado que Giuffrida-Ruggeri utilizou para o seu trabalho *Residui di un tipo protoetiópico in Europa* («Anais da Acad. Politecn. do Pôrto» t. XII, 1917). Mas julgo êsse valor exagerado, se bem que os resultados que eu mesmo obtive na Beira Alta (*Sôbre o índice nasal na Beira Alta* e *Antropologia da Beira Alta*, citados) e os de José Branco em Vila Real (Mendes Corrêa—*Curso de Antropologia na Universidade do Pôrto; Trabalhos dos alunos*—Pôrto, 1922, p. 23 e segs.) militem em favor da existência duma tendência mesorrínica nas duas províncias portuguesas. É de notar, porém, que Santos Júnior, numa pequena aldeia de Mogadouro, encontrou um índice nasal médio correspondente a uma acentuada leptorrinia (J. R. Santos Júnior—*Estudo antropológico e etnográfico da população de S. Pedro*—«Trabalhos da Soc. Portug. d'Antr. e Etnol.», t. II).

(3) Vid. na sua larga bibliografia, sobretudo: *Ensayo de una reconstruction de la Etnologia prehistórica de la Península Ibérica*, «Boletin de la Bibl. Menendez Pelayo», Santander, 1922; *El problema etnológico vasco y la Arqueologia*, «Rev. Intern. de los Estudios Vascos», San Sebas-

solútreo-madalenenses, que constituem um facto até agora isolado na área em questão, estabelecendo relações com o madalenense setentrional, mas apresentando também nos níveis inferiores curiosas afinidades africanas (1). Africanas

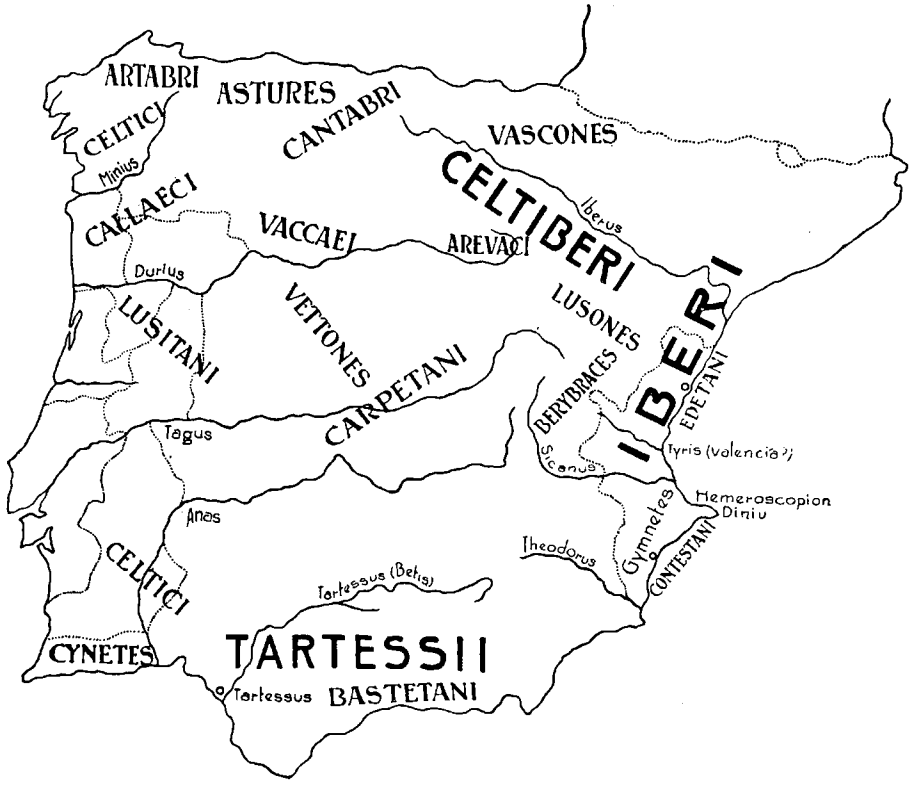


Fig. 3 — Localização dalguns povos antigos da Península.

são também as relações do capsense peninsular. Africana é ainda, segundo Bosch, a origem da cultura eneolítica de Almeria, cuja área de difusão abrange a região de Valência e cuja evolução dá a cultura de El Argar que lhe sucede na idade do bronze na mesma região. É numa ampla zona ao norte do Saara que Bosch localiza a origem da cultura e das gentes almerienses, indo a influência da cultura saariana manifestar-se em estações do Egipto predinástico, como El Badarí e Fayum.

Os Almerienses prè-históricos seriam os antepassados dos Iberos *stricto sensu,* de que falam os mais antigos textos históricos. Se no sul do reino de

---

tian, 1923; *Die Vorgeschichte der Iberischen Halbinsel seit dem Neolithikum*, «Praehistorisches Zeitschrift», XV, 1924; *Les Civilisations de la Péninsule Ibérique pendant le néolithique et l'énéolithique* (em colaboração com L. Pericot), «L'Anthropologie», Paris, 1925; *La Prehistoria de los Iberos y la etnologia vasca*, San Sebastian, 1926; *Los antiguos Iberos y su origen*, Madrid, 1928; *O neo-eneolítico na Europa Ocidental e o problema da sua cronologia*, «Trabalhos da Soc. Portug. d'Antrop. e Etnol.», III, Pôrto, 1928; por fim o grande trabalho de conjunto *Etnologia de la Península Ibérica*, Barcelona, 1932.

(1) Diputación Provincial de Valência — *La labor del Servício de Investigación Prehistórica y su Museo en el pasado año 1931* — Valência, 1932, pág. 5.

Valência, nos maciços montanhosos de Alicante, Avieno localiza um povo de filiação obscura, os *Gymnetes* (aliás também nome dos habitantes das Baleares ou *Gymnésias),* a norte do *Sicanus* (Jucar), por tôda a restante costa valenciana, figuram já no périplo do séc. VI a. C. os Iberos, com a sua cultura distinta, segundo Bosch e Schulten, da post-hallstática, céltica, do interior, da qual os *Berybraces* do périplo seriam os portadores mais próximos do litoral valenciano. Em Hecateu, no fim do séc. VI, fala-se dos *Esdetes,* tríbu ibera, que deve corresponder aos *Edetanos,* citados mais tarde por Estrabão na região de Valência.

O problema para Portugal é mais complicado. *As diferenças arqueológicas entre os dois países são numerosas.* Entre nós não apareceu ainda a arte rupestre capsense como a de Valência e arredores (Bicorp, Valltorta, Morella, La Araña, Alpera, etc.). O presumível madalenense de Casa da Moura é bem precário em confronto com o da Cova de Parpalló. O asturiense, cultura pre-neolítica costeira do N. de Portugal e do N. da Espanha, não aparece no litoral valenciano, mas apenas em Montgrí, na Catalunha. À expansão almeriense de Valência contrapõe-se em Portugal o desenvolvimento notável da cultura megalítica, cujos monumentos arquitectónicos, tão abundantes entre nós, se não revelaram ainda no antigo reino levantino, se bem que Primitivo Gomez creia também ali terem existido (1). A influência africana não seria naturalmente, tão directa e intensa nas costas atlânticas ocidentais como nas regiões mediterrâneas, facto que se deu também quanto às colonizações e tráficos de Fenícios e Gregos. Os focenses tiveram mesmo entre o Jucar e o cabo da Nau a colónia de Hemeroscópion, que estaria situada junto da cidade ibérica *Diniu,* hoje Denia (2). A cultura da 2.ª idade do ferro pròpriamente chamada ibérica está muito mais abundantemente representada na região valenciana do que em Portugal, sobretudo ao N. dêste.

Schulten, com o apoio de Bosch, emitiu a hipótese de que, no século III a. C., os Iberos da costa oriental teriam penetrado na Meseta onde havia Celtas (como os *Berybraces),* e os que ali se fixaram teriam sido designados por Celtiberos (Iberos em terra de Celtas). Um grupo dêsses Iberos teria avançado até Portugal, onde havia também Celtas (sê-lo-iam os *Cempsi* e *Saefes* do périplo de Avieno) e ali se teria instalado. Seriam êsses Iberos os Lusitanos. Desta tese me ocupei noutros trabalhos (3), expondo as objecções que ela me sugere e apresentando antes o parecer de que os Lusitanos *lato sensu* são povos indígenas pre-celtas que receberam a influência cultural e talvez antropológica dos Celtas, devendo, porém, ter qualquer parentesco com os Iberos de leste, justificado mesmo pela existência duma tríbu de Celtiberos com o nome de *Lusones* nas proximidades do Ebro.

---

(1) Nicolás Primitivo Gomez — *Un « Hiatus » prehistórico en las estaciones arqueológicas de altura levantinas* — « Archivo de Prehistória Levantina », I, Valência, 1929.

(2) Schulten e Bosch — *Fontes Hispaniae Antiquae* — I — Barcelona, 1922, p. 119.

(3) Sobretudo nos *Povos primitivos da Lusitânia,* op. cit., págs. 88, 125, 130, 134, etc., e na *Lusitânia pre-romana* (in « História de Portugal », dirigida pelo Prof. Damião Peres, t. I, 1928, p. 165 e segs.).

As ideias de Bosch relativamente aos Lusitanos e Celtiberos modificaram-se, porém, dum modo sensível no seu último, magnífico, trabalho sôbre a *Etnologia da Península Ibérica*, em que o autor admite a possibilidade de ser exacta a minha hipótese da leitura de *Lucis* como *Lusis* no poema de Avieno (1) e de se recuar assim do séc. III a. C. para o séc. VI a aparição dos Lusitanos na história, como povo do ocidente peninsular. O movimento dos Lusitanos para oeste ter-se-ia dado no séc. VI a. C., portanto muito mais cedo do que queria Schulten, constituindo êles um grupo de Lusões e indo localizar-se na região montanhosa da Serra da Estrêla, como um núcleo ibérico no seio das tríbus célticas da Galiza e de Portugal, vindas também no mesmo século para aqueles lugares.

Mas, também quanto aos Celtiberos, Bosch, renovando a análise dos argumentos de Schulten, tanto dos filológicos e históricos como dos arqueológicos (especialmente dos da arqueologia numantina), modifica consideràvelmente as suas opiniões anteriores. Os Celtiberos seriam Iberos dominados pelos Celtas ou misturados com êles, e, contra o que pretendia Schulten, não haveria provas arqueológicas duma sucessão da cultura ibérica á cultura céltica na Meseta, coïncidindo essa transição com a pretendida invasão desta pelos Iberos no séc. III. Em vez duma tal sucessão de culturas haveria apenas influências ibéricas na cultura céltica dos dominadores.

Verifico com prazer que as ideias de Bosch e as minhas sôbre o assunto se aproximam progressivamente. Não vejo, porém, necessidade de admitir que os Lusitanos se tenham desprendido, no séc. VI, dos Lusões e feito então essa jornada para oeste, intercalando-se entre tríbus célticas. Já acentuei há muito que os Lusões aparecem na história séculos depois dos Lusitanos e não há provas do movimento nem no séc. III nem no séc. VI. As influências da cultura chamada ibérica são mais marcadas nas regiões acessíveis aos tráficos marítimos (Algarve, Alcácer-do-Sal, Lisboa, Mondego inferior, foz do Leça, etc.). A generalização do nome de Ibéria a tôda a Península por Eratóstenes no séc. III, não significa necessàriamente a expansão terrestre dos Iberos nessa data (2).

Mas é evidente que a afinidade onomástica entre Lusões e Lusitanos (3) traduz origens comuns, parentesco, não sendo, porém, fácil precisar a data da separação. São justos os argumentos de Schulten e Bosch para mostrar a afinidade de Lusitanos, Celtiberos e Iberos da costa mediterrânea: costumes, topónimos, modo de fazer a guerra, alianças, resistência ao invasor, etc. *Julgo, entretanto, dever procurar-se anteriormente à segunda idade do ferro a fixação dos parentes dos Iberos mediterrâneos no interior e no ocidente da Península.*

---

(1) *Povos Primitivos da Lusitânia*, op. cit., pág. 84. A primeira vez que apresentei em público a minha hipótese foi em 1919 (*Raça e Nacionalidade*, op. cit. pág. 68 e 71 e *Origins of the Portuguese*, «American Journ. of Phys. Anthropology», pág. 129 e 131). Leite de Vasconcelos e Schulten discordam dela, mas Bosch, tendo consultado o especialista Prof. J. Balcells, obteve dêste uma resposta favorável à minha conjectura, que apoiou portanto.

(2) *Povos primitivos da Lusitânia*, op. cit., p. 103 e segs. e 135 e segs.

(3) É impressiva também a afinidade de tema entre o nome doutra tríbu celtibérica, os *Belli*, e um nome pelo qual, segundo Artemidoro (Schulten, *Fontes Hisp. Antiquae*, II, p. 154), seriam conhecidos os Lusitanos — o nome de Belitanos, Βελιτανοί. Do assunto trato especialmente numa nota sôbre *Um nome antigo do Lima* (em publ. no «Anuário de Viana do Castelo»).

A dòlicocefalia mais acentuada de Trás-os-Montes e da Beira pugna pela antiguidade e pureza relativa de raça. ¿Porque se não há-de admitir que antes mesmo do desenvolvimento da cultura de Almeria no sudeste e leste espanhól e da cultura megalítica no ocidente português, já a Península se encontrava povoada, em muitas regiões distantes, por gentes de estirpe eurafricana, falando línguas camitas? Assim, povos da mesma estirpe teriam depois apresentado manifestações culturais diversas, embora um fundo psicológico e lingüístico permanecesse relativamente uniforme através dos séculos. Vicissitudes várias, alternâncias de segregação mútua e de contactos, teriam decorrido em tão longo período, explicando diferenças profundas e afinidades impressivas de cultura.

Está hoje demonstrado que, no decurso de séculos, o N. de Portugal e a Galiza viveram numa esfera cultural atlântico-ocidental, que abrangia também a Bretanha e a Irlanda (1), enquanto que, no mesmo período, o litoral valenciano recebia influências mediterrâneas e orientais das quais só alguns ecos longínquos chegavam ao noroeste peninsular. *Era bem natural que povos da mesma estirpe estivessem repartidos pelas duas áreas distintas da cultura.* Raça e cultura não coincidem necessàriamente.

A vida dos antigos povos peninsulares não pode enquadrar-se no curto espaço de tempo que é alcançado pelas informações históricas, e as lacunas enormes da arqueologia e da antropologia não nos facultam para os tempos ante-históricos as visões precisas de detalhe que desejaríamos obter. Mas há o direito de supôr que *uma grande parte do quadro etnológico que os textos e a arqueologia nos deparam na segunda idade do ferro peninsular, tem, em certos aspectos, raízes indígenas muito remotas.*

*

Como se vê, não atribuí ao destêrro dos soldados de Viriato um papel demogénico que justificasse as analogias antropológicas luso-valencianas, antes fui procurar mais longe a sua origem, autorizado pelo que hoje se sabe da Antropologia e Arqueologia dos dois países. Notarei ainda que já no eneolítico de Valência, ali predomina fortemente a dòlicocefalia (2). Se em certas regiões de Portugal ela é hoje mais acentuada, é porque estas ficaram, através dos tempos, menos acessíveis às intrusões de elementos estranhos do que as costas levantinas, visitadas mais intensamente por Egeus, Fenícios, Cartaginêses, etc.

Restaria explicar as diferenças antropológicas que hoje se verificam entre Trasmontanos e Galegos. Trás-os-Montes, a N. do Douro, era do território dos *Callaeci,* mais do que do dos *Lusitani* «stricto sensu». Ora, os *Callaeci* são dados como Celtas por Schulten e Bosch. A Arqueologia prè-histórica estabe-

---

(1) Mendes Corrêa — *A Lusitânia pre-romana* — In «História de Portugal» dirigida por Damião Peres, vol. I, p. 141, Barcelos, 1928; *Migrations préhistoriques — Le témoignage de la Péninsule Ibérique* — (Conferência feita em Universidades francesas, na Escola de Antropologia de Paris, e na Harnack-Haus do Instituto Imperador Guilherme, de Berlim, em Abril e Maio de 1931; publicada na «Rev. Anthropologique», Paris, 1933).

(2) Isidro Ballester Tormo — *La covacha sepulcral de «Camí Real»* — «Archivo de Prehistoria Levantina» — I, Valencia, 1929, p. 44 e segs.

lece muitas relações entre a área trasmontana e a Galiza, mas também as estabelece com a Beira. ¿É ao elemento celta que, como Broca pretendia, deve atribuir-se a tendência braquicéfala galaico-cantábrica? Nesse caso os Trasmontanos teriam sido menos celtizados do que os Galegos, o que coincide com a sua aproximação dos Valencianos. ¿Mas a dita tendência não poderá resultar doutro elemento? O assunto é de difícil solução. Deixemo-lo para outro ensejo.

Por agora, fixemos apenas o facto das afinidades raciais luso-valencianas, admitindo como sua origem muito remota a difusão peninsular dum elemento eurafricano, anterior mesmo porventura à penetração almeriense e à civilização megalítica ocidental e, ainda mais, muito mais, ao destêrro dos sobreviventes das hostes viriatinas, de que fala Tito Lívio.

Nas horas de sagrada defesa do solo pátrio ameaçado, nas horas de desgraça nacional, essas afinidades longínquas despertariam, por vezes, instintivamente, através dos tempos, identificando almas e estimulando esforços. A antropologia das populações actuais dá, pois, uma explicação de analogias de comportamento psicológico e histórico na vida dos dois povos. Os laços de sangue seriam, pelo menos, um factor predisponente de certas convergências.

Dr. Manuel Monteiro
Sócio Corresp. da Academia das Sciências de Lisboa

Um Génio tutelar

Consagrado pelo Congresso Internacional de 1880, Martins Sarmento, apesar de cumulado de bens e renome, não repoisou à sombra gloriosa dos seus lauréis.

Dominando-o a paixão do saber, à maneira socrática, não cessou de estudar e de se dar inteiramente às sciências do Passado até aos derradeiros momentos em que, segundo é corrente, o seu cérebro vibrou sob o lampejo dum heureca misterioso, logo apagado e sumido com êle no segrêdo impenetrável do Além.

A morte surpreendeu-o, com efeito, quando êle, de colaboração com Ricardo Severo, ia metòdicamente completar a exploração da *Citânia* de Briteiros e escrever a respectiva monografia definitiva, impedindo-o, assim, de dar o indispensável remate ao seu formidável labor de investigador e de realizar o apetecido sonho da última fase da sua vida.

Em Martins Sarmento, além disso, o patriota igualava o sábio; a figura moral estava a par do seu relêvo intelectual.

Por êsse motivo a lição da sua existência, tão eloqüente como um apostolado, não podia deixar de seduzir, estimular e inspirar todos os scientistas das origens lusitânicas.

Basta lembrar a geração forte da *Portugália,* hasteando altiva a nobre divisa — *Pola Grey,* que se lançou no empreendimento construtivo do *Arquivo de materiais para o estudo do povo português* sob os auspícios do insigne homem de ciência.

Efectivamente a opulenta revista abria sob o frontão da *Pedra Formosa* — casualidade singular! — com o último trabalho que o eminente arqueólogo nos legou e se tornou memorável, tanto pelas conclusões caldeadas numa penetrante erudição e reveladora originalidade, como pela oportunidade então resultante das descobertas minoanas de Evans, na ilha de Creta.

As gerações subseqüentes, como o demonstrou, mais que tudo, o recente Congresso Internacional de Arqueologia, voltam-se com o mesmo fervor para a memória aureolada de Martins Sarmento, o clarividente reconstituïdor de périplos e possante exumador de civilizações mortas.

Eu mesmo, que o não cheguei a conhecer por o Destino lhe haver abruptamente encurtado a vida, nem fui seu discípulo, por não me sobrar a ousadia e o fôlego para seguir nas sondagens das idades pretéritas até aos horizontes remotos por êle atingidos, não cessei de lhe votar desde a mocidade um culto crescente no santuário da minha admiração.

Vinte anos após a morte do sábio vimaranense, era ainda êsse culto que me levava a peregrinar, sòzinho e penando, como um romeiro no cumprimento dum voto, pelas acrópoles da velha Hélade criadas pela civilização egeia, cuja expansão chegou, num eco longínquo, às eminências dos nossos *castros* e *citânias*.

Na verdade, ao subir, em Micenas, das construções gigantescas em calote hemisférica, que são os pretensos túmulos de Agamémnon e de Clitemnestra, para a robustíssima e heráldica *Porta dos Leões*, dando acesso ao ninho dos Átridas, eu era dominado menos pela sugestão esmagadora das tragédias do Ésquilo, ou pelo encanto imperecível das páginas de Homero, que pela vivaz influência da Obra do émulo português de Schliemann. Anàlogamente em Tirinto e Cnossos.

Citarei ainda, entre outros sítios, Orcómenos, onde fui contemplar, no cimo do Acôntion, as ruínas da cidade prè-homérica, cujos primitivos habitantes se abrigaram em casas de forma circular e lembrando as das estações proto-históricas do norte de Portugal.

À evocação da tese sarmentina devo um inesquecível confôrto na minha desamparada solitude sôbre essa montanha sobranceira à antiga bacia do lago Copaïs, convertida em campina, então animada, era no outono, por grupos de mulheres que, na atitude bíblica das *Glaneuses* de Millet, procediam à colheita do algodão...

Mas, reatando, pela amplitude e complexidade da sua obra e pelo influxo perdurável e luminoso da sua envergadura intelectual e moral — objecto duma tocante devoção da colectividade benemérita que lhe herdou o nome prestigioso, Martins Sarmento é o nosso Génio tutelar da sciência das origens dos lusitanos.

P. César Morán, O. S. A.
Correspondiente de la Academia de la Historia (Madrid) y de la Academia de las Ciencias (Lisboa)

Salamanca en la Prehistoria

Los grandes hombres son astros que disipan las tinieblas. Su benéfico influjo se dejará sentir más tarde o más temprano. Martins Sarmento iluminó con su inteligencia, con su visión y con sus trabajos las primeras páginas de la Historia portuguesa y consiguió que una pléyade de arqueólogos de su país, bien conocidos en la Bibliografía mundial, comenzasen a explorar y excavar las entrañas de la Patria, a fin de sorprender en ella los primeros pasos del hombre.

La luz esplendorosa de estos astros no se detiene en los límites de las fronteras. La prensa lleva en sus alas los trabajos de los sabios. Y, si un loco hace ciento, un trabajador despierta la afición al trabajo entre miles de sus semejantes. También el buen ejemplo es dulcemente contagioso.

Salamanca, por su vecindad con Portugal, no podía sustraerse a los benéficos rayos luminosos que Martins Sarmento proyectaba desde su Patria. Esos rayos caldearon el ambiente, y los arqueólogos salmantinos se lanzaron por los campos a explorar y a excavar las entrañas de la Patria.

Fruto de estas exploraciones, en gran parte impulsadas por la obra de Martins Sarmento, es una considerable bibliografía de esta región, tan enlazada etnológicamente con el vecino Portugal.

Comenzando por orden cronológico, diré que se han dado los primeros pasos, descubriendo el Paleolítico inferior en los alrededores de Salamanca, hallazgos sólo de superficie, en las terrazas próximas a la ciudad, principalmente a la izquierda del Tormes. Las cuarcitas talladas datan del nivel arqueológico Achelense, tocando ya con el Musteriense. La primera noticia se debe al Sr. Obermaier; después se pronunció una conferencia sobre este hallazgo en el Congreso de Ciencias, de Oporto, y se publicó en el Boletín correspondiente, sección de Ciencias históricas, página 61 y seguientes.

Las pinturas rupestres de las Batuecas, dadas a conocer por Juan Cabré, por el Abate Breuil y por Hernández Pacheco, declaran el interés que el Arte primitivo de Salamanca despierta en otras regiones. También son conocidas las pinturas de Saucelle. Otras inéditas de Pereña se publicarán no tardando.

El yacimiento o estación más importante del Neolítico es el Cerro del Berrueco, población primitiva, que existió desde el Neolítico hasta la conquista romana, pasando por todas las fases intermedias. De todas ellas, en efecto, se encuentran vestigios abundantes: hachas neolíticas, cerámica sincrónica suya, cuchillos y flechas de sílex; hachas planas, flechas ovóideas sin aletas y puñales de cobre, que delatan las primeras manifestaciones del metal; fíbulas, punzones y diademas, con cerámica incisa propios de la Edad del Bronce; agujas, dardos, tijeras y arpones que indican el paso del Berrueco por la Edad del Hierro; los vasos de fondo rojo-amarillo pintados con líneas y figuras negras nos hablan de influencias exóticas y de las proximidades del siglo v, antes de J. C. Por fin, algunas monedas autónomas prueban la vecindad de los romanos. El solar de las viviendas, con abundantes cenizas y carbones, nos dice que la ciudad desapareció por el fuego. Tenía un recinto en lo alto del Cerro donde estaba el santuario que más tarde se cristianizó con la advocación de San Cristóbal. Se ven otros recintos concéntricos, fortificados principalmente por el N. Al S. esos vestigios de murallas han podido desaparecer por estar dedicados los terrenos al cultivo. Encerrando estas murallas y toda la ciudad, que era muy extensa, con tierras de sembradura y campos para pastos, había una muralla circundante que se nota en varios puntos, y en otros la toponimia la recuerda con la denominación de *las paredejas* y la tierra de la puerta.

Dos trabajos se han publicado acerca de este importante castro: *El Cerro del Berrueco en los límites de Avila y Salamanca*, publicado en esta ciudad, imprenta de Calatrava, y *Excavaciones arqueológicas en el Cerro del Berrueco,* Memoria n.° 65 de la Junta Superior de Excavaciones, Madrid.

Los castros, que comenzaron generalemente en el Neolítico y perseveraron unos hasta la conquista romana y otros hasta los tiempos actuales, son tan numerosos en Salamanca como en Galicia y Portugal. He aquí una lista de los que se conocen en nuestra provincia: El Castro de San Cristóbal de la Cuesta, en el sitio en que se levanta la iglesia del pueblo actual; el Castro de Villamayor, que llaman el teso de San Miguel; Castro-Enríquez, en Aldehuela de la Bóveda; Castraz de Yeltes, lo que llaman la Mesa Grande; la Mesa, en término de Cabrillas; otra mesa, en término municipal de San Muñoz; La Sagrada, donde continua la iglesia y el pueblo después de haber suavizado las empalizadas que defendían el antiguo castro; La Seta o Septa, en Aldeaseca de Armuña; El Teso del Castillo, en Santibáñez de Cañedo; El Castillo de Pereña, que continuó hasta la época romana; El Teso de San Cristóbal, en Villarino, donde perduran recuerdos de troglodítas, de templo romano y de religión cristiana; el Castillo de Masueco, el Castillo de Valero, Lerilla e Irueña. Casi todos estos castros están descritos en un librito *Prehistoria de Salamanca,* publicado em *O Instituto*, revista de la Universidad de Coimbra, vol. 73. Como castros pueden considerarse otras fortalezas primitivas, como son: Las Merchanas en Lumbrales, el Castillo de Bermellar, el de Saldeana — *saltus Dianae* —; el Castillo de Berruecopardo, lejos del pueblo; Espada en Cinta, de Hinojosa; Las Uces y el Teso de Utrera, en Mozárbez. Casi todos están más o menos rodeados de muralla en seco. Ledesma, Ciudad Rodrigo, Béjar, Salvatierra de Tormes y Salamanca tuvieron su origen de un castro.

Desgraciadamente los castros de Salamanca están todavía sin explorar. Los dólmenes, que son contemporáneos de los castros, son numerosos, han sido descubiertos recientemente, descritos, estudiados y excavados y dados a conocer en la Memoria n.º 113 de la Junta Superior de Excavaciones, con el título de *Excavaciones en los Dólmenes de Salamanca.* Los conocidos hasta ahora son los siguientes: el de Zafrón; el de Gejuelo del Barro; el de Villasdardo; el de Sahelices en Villar de Peralonso; tres en Lumbrales que son el de Lumbo de Valdesancho, el de la Navalito y el de Prado en Polo; uno en Hinojosa de Duero, otro recientemente desaparecido en Sobradillo, el de La Redonda; dos en Fuenteliante, el del Valle de las Cañas y el de las Eras; el de Hernandinos, que desapareció pocos años hace; el de Retortillo, que está sin explorar por ciertas dificuldades; el de Castillejo de Yeltes, de la Vega, de Sepúlveda, de Pedraza y de Castraz, todos muy cercanos; el de Rabida, del Valle y una cista en las proximidades de Ciudad Rodrigo; el de Gallegos de Argañán, de colosales piedras; el de Castro Enríquez, fecundo en hallazgos; el de Fresno-Alhándiga donde hubo tres que ya no existen; el de Aldeavieja, el más rico por su ajuar funerario; cuatro en Salvatierra de Tormes, el de Prado Nuevo, el de el Prado de las Navas, el Teriñuelo y el de la viña de Esteban García del que nada queda. Otro hay en Traguntia, uno dudoso en Carrascal del Obispo, otro en Villar de los Alamos y el último en las cercanías de Alba de Tormes. Los cuatro últimos están inexplorados.

El ajuar de estos dólmenes, rico en algunos, pobre en la mayor parte, se halla reunido en el Museo Arqueológico Nacional; huesos humanos, hachas neolíticas, flechas y cuchillos de sílex, las cuentas de collar, los vasos funerarios, un plato de granito y objetos de oro y cobre, es lo que se halló en estas tumbas dolménicas salmantinas.

De la Edad de los Metales, quizás de la Edad del Bronce, merecen citarse los caballitos grabados en peñas de las cercanías de Yecla la Vieja y dados a conocer en el Catálogo-Guía de la Exposición de Arte prehistórico Español, 1921, n.º 250.

Los toros y verracos ibéricos, que pertenecen a la Protohistoria, son asaz numerosos en esta región. Su finalidad sigue siendo problemática, pero se abre paso la opinión que los juzga como divinidades de los ganaderos, protectoras de los rebaños. Pondremos un catálogo de los lugares en que se hallan estos simulacros de escultura naturalista y primitiva. Son estos: El toro de Salamanca, hoy en el Museo Provincial, antes en el puente romano y anteriormente no sabemos donde se hallaría; el verraco de la Redonda, hoy conservado en el Colegio de Calatrava de Salamanca; el verraco de Monleón, a la puerta de la Villa; dos en el Cerro del Berrueco, uno al norte, del que se conserva la mitad trasera y otro al sur deshecho en grandes trozos; estas esculturas señalan la última fase de la población; el toro de Berrocal de Padierno que está en el taller en que se labraba y lo destinaban, según la tradición, para ser compañero del de Salamanca; el verraco de Lumbrales, junto a la puerta de una casa cerca de la iglesia; otro en las Merchanas de Lumbrales; el Burro de San Antón, verraco existente en las eras de San Felices de los Gallegos; el verraco de Ciudad Rodrigo, en el Museo de dicha ciudad; el de Masueco, abandonado a

orilla del camino que va de este pueblo a Corporario; el de Barquilla, sosteniendo la pared de una finca; el Cebón de Fuenlabrada, cerca de Cerralbo; otro hay en las ruinas de Irueña, término de Fuenteguinaldo. Ultimamente apareció, un espléndido jabalí, tallado en piedra berroqueña, formando una sola pieza la estatua y la peana y sepultado desde tiempo inmemorial en la plaza de Gallegos de Argañán.

La mayor parte de estos simulacros se conocen por investigaciones recientes de los arqueólogos salmantinos. En cambio se ha comprobado la desaparición de uno que había en Ledesma, otro en Contiensa y otro en Palomares. Estas esculturas, citadas por antiguos historiadores, ya no existen, y las que perseveran se salvaron gracias a la desobediencia de los alcaldes que había en 1834, cuando un gobernador de Salamanca mandó derribar *el toro de la puente* y destruir todos los de la Provincia por figurarse que estos inofensivos animales eran signos de ignominia colocados por orden de Carlos I en las poblaciones que se levantaron en la guerra de las Comunidades. Varios siglos antes de Carlos I ya el Fuero de Salamanca habla del famoso toro de piedra.

En Epigrafía romana se adelanta no poco y, para la continuación del *Corpus Inscriptionum latinarum* que se prosigue en Berlín, Salamanca contribuye con unas 150 inscripciones nuevas, funerarias, honoríficas y votivas.

Ahora se estudian las vías romanas de la provincia, las derivaciones de la Calzada de la Plata que atraviesa la región de S. a N. Con este motivo se han visto nuevos miliarios, nuevos puentes antiguos y caminos romanos hasta ahora desconocidos.

De todas estas manifestaciones culturales se forma un Museo en el Colegio de Calatrava que pueden visitar gratuitamente todos los profesionales y aun los curiosos que deseen echar una mirada sobre el pasado de la región salmantina.

Commandant Octobon
Vice-président de la Société Préhistorique Française.
Membre de l'Institut International d'Anthropologie

Les gravures du Puy de Lacan [1] et leurs relations avec les figurations anthropomorphes

Au cours des fouilles archéologiques qu'ils ont exécutées au Puy de Lacan (Corrèze), M.me et Mr. H. Kidder ont mis à jour des pièces et divers objets gravés [2]. Parmi les gravures, deux sont nettement paléolithiques. Nous ne les examinerons pas ici.

Nous avons eu la bonne fortune, grâce à l'amabilité des auteurs, d'étudier les moulages des autres, et nous avons été frappé par quelques analogies que M.me et Mr. Kidder nous ont demandé de bien vouloir faire connaître aux archéologues que cette question de figurations anthropomorphes intéresse. Cette courte étude n'a pas d'autre objet. Nous sommes donc entraîné à écarter tous les signes plus ou moins alphabétiques ou alphabétiformes (16 44); ceux qui peuvent être interprétés comme des marques de chasse ou de propriété (4-5-11-28, etc....); des essais d'ornements (7 — fragment d'étoile inscrite dans un cercle); des stylisations d'objets ou d'animaux (13 — qui est peut-être un cervidé) et tous les traits impossibles à comprendre ou destinés à préciser une indication ou un profil (ce qui parait être le cas pour 41-42 qui sont nettement phalliformes, et 4 qui l'est peut-être aussi).

Nous ne prendrons également part ni à la discussion concernant l'âge de ces objets, ni à celle qui a trait à leur place relative dans le gisement, épousant sur ce point les conclusions de Mr. l'Abbé Bouyssonie avec qui nous nous sommes entretenu à leur sujet. Nous ne retiendrons que les pierres gravées décrites par les auteurs et figurées dans leur tiré à part spécial sous les N.os 1-22-35-23-36-39-14-37-18-19-30-31-40-15-20-41-23 (revers)-24-29-48a. Nous allons les examiner dans cet ordre, qui parait être celui de leurs « probabilités anthropomorphes ».

---

(1) On écrit aussi Lascamps et Lacam.

(2) Revue Archéologique. Tome XXXV-1932 — Fouilles du Puy de Lacan (pierres avec signes et autres objets. Tiré à part spécial, contenant des figures qui ne sont pas dans la Revue Archéologique),

Premier groupe (1). *N.º 1* — «Fragment de grès rouge, d'épaisseur inégale, grossièrement aplani par raclage sur une face, laquelle est gravée d'un croissant et de traits, qui, semble-t-il, représentent un visage, avec un signe en croix ou en étoile en dessous; 114-101-40 m/m.

N.º 22 — «Plaquette de grès rougeâtre, micacée, cassée, gravée d'un croissant et de cupules, représentant, semble-t-il, un visage; au revers une inscription avec cupules; 61-54-20 m/m.»

Ces petits blocs gravés, de quelques centimètres de côté, ne peuvent être comparés aux mégalithes; leur situation dans le gisement, où ils paraissent avoir été jetés, les éloigne des gravures et des sculptures intéressant les parois des grottes ou les piliers des dolmens; ils ne font pas corps avec le monument funéraire ou la sépulture elle-même, en supposant qu'ils aient accompagné des restes humains; mais la technique de représentation apparente leurs gravures à l'entité que nous avons considérée comme la «gardienne du tombeau» (2). Il s'agit bien là du même personnage; (fig. 1, fig. 2). Le visage le plus voisin du N.º 1 que nous connaissions est celui d'une des statues menhirs du cromlech de Bordeaux (fig. 3). Comme ce dernier, elle possède une bouche et pas de nez; elle a également une croix sous la bouche, comme un des blocs gravés du groupe de St. Aubin de Baubigne transporté à St. Germain. Ce bloc-statue a une bouche, un collier et une croix (fig. 4).

La figure la plus comparable à ce N.º 1 est ensuite celle de la dalle de Corao (fig. 5) qui a le nez en plus, mais possède une bouche très nettement gravée.

Tout cela doit gêner beaucoup les partisans de la «déesse du silence» et ceux qui persistent à expliquer l'absense de bouche des statues-menhirs par le mythe du «silence de la mort».

A Corao, comme au Puy de Lacan, le demi-cercle des sourcils peut également vouloir signifier le haut de la tête. Cette formule de dessin paraît aboutir au visage de Ciudad Rodrigo, également muni de deux yeux, d'un nez et d'une bouche (fig. 6).

Nous ne connaissons pas de gravure comparable en tous points au N.º 22 composé d'un demi-cercle et de deux cupules. Les visages les plus simples, ceux d'Hissarlik (fig. 7) ont un nez. Les autres, ceux du type de Peña-Tu, avec leur nez et leur double arc de cercle radié (fig. 8) et ceux du type de La Espéranza (fig. 9) avec leur triple arc de cercle clouté sont déjà beaucoup plus complexes.

Par contre, cette technique, bien qu'assez rare, n'est pas exceptionnelle dans les statues-menhirs, comme en font foi les visages de celles de Crouxigues (fig. 10) et des Arribats (fig. 11) indiqués simplement par des yeux. Celle de Serra da Boulhosa est dans le même cas.

On peut évoquer, mais de plus loin déjà, les monuments de Crato (fig. 12) et de Quinta do Couquinho (fig. 13) qui a le T inversé; il est en effet curieux

---

(1) La description des pièces et les dimensions sont celles données par les auteurs. Les N.os sont ceux qui figurent à leur tiré à part spécial.

(2) Revue Anthropologique N.º 10-12, 1931, p. 562-563.

de remarquer que l'assemblage nez-sourcils renversé devient, sur cette figuration, l'ensemble nez-bouche-sourcils.

Deuxième groupe. *N.º 35* — « Plaque de grès rouge, assez vif, micacé, avec trois cupules disposées en triangle et une rainure qui se joint à une des cupules et descend entre les deux autres jusqu'à la base de la pièce. La base de la pièce paraît être taillée en socle (?). La pièce était cassée en trois morceaux, lesquels ont été recollés par nous; 148-130, 20 m/m. (fig. 14) ».

N.º 23 — « Bloc de grès rose, fin (la « pierre à aiguiser » du pays) façonnée en triangle, avec deux faces planes (aplanies, semble-t-il, par usure); portant (a) sur une face trois cupules, peu profondes, disposées en triangle de forme à peu près isocèle, et un trait qui, partant de la cupule au sommet du triangle, bissecte approximativement ce dernier; (b) au revers, deux courts traits parallèles reliés au milieu et perpendiculairement par un troisième bien plus long; 154-71, 34 m/m (fig. 15) ».

Ces deux figures ont un trait commun : la rainure qui aboutit à l'une des cupules et sépare les deux autres, qui sont symétriques par rapport à elle. Nous y voyons la représentation d'un masque très stylisé dont les deux cupules sont les yeux, le trait est le nez et la cupule inférieure est la bouche.

Nous pouvons les étudier en y ajoutant le N.º 36 qui est du même style.

N.º 36 — « ... fragment de grès rouge fin, légèrement micacé, calciné à un bout, avec 4 cupules disposées comme en forme de T; 61-42, 22 m/m. (fig. 16) ».

Nous connaissons des visages de statues-menhirs et de dalles gravées qui peuvent leur être comparés, car ils sont formés de cupules et de traits. En examinant les deux premières pierres gravées nous avons rappelé celles des figurations dont la face est indiquée par deux cupules séparées ou non par un trait; (fig. 3 à 13).

Nous sommes donc familiarisé avec ce mode de représentation; le détail nouveau dans les N.ºs 35 et 23 est la cupule terminant le trait vertical, un peu plus long que celui des statues étudiées. Or, cette cupule bouche nous la connaissons; elle est commune à St. Aubin de Baubigné où elle indique souvent, à elle seule, tout le visage (fig. 4). Mais nous la trouvons aussi associée à d'autres figurations stylisées. Nous avons relevé, au cours de nos recherches, sur les statues menhirs et les stèles gravées — 5 techniques habituelles de dessin :

a) Le dessin est complètement formé par des traits (méthode courante) (fig. 5).

b) Le dessin est complètement formé par des cupules (procédé plus fréquent au Paléo qu'au Bronze (fig. 17).

c) Le dessin est composé de traits terminés par des cupules (comme si l'on avait d'abord limité la figure avant de tracer les traits) (fig. 18).

d) Le dessin est composé de cupules « mises en place » sans que les traits aient été dessinés (fig. 16).

e) Le dessin contient des cupules qui sont tantôt aux extrémités tantôt aux points principaux, tantôt à un point quelconque des traits (fig. 19).

Enfin, nous avons également remarqué que les aboutissements « anthropomorphes », si l'on peut ainsi s'exprimer, de la liaison nez-sourcils sont le T et

le V. Nous les rencontrons généralement dans le sens vertical de ces signes majuscules; le T dans toutes les représentations des stèles (avec les yeux), le V

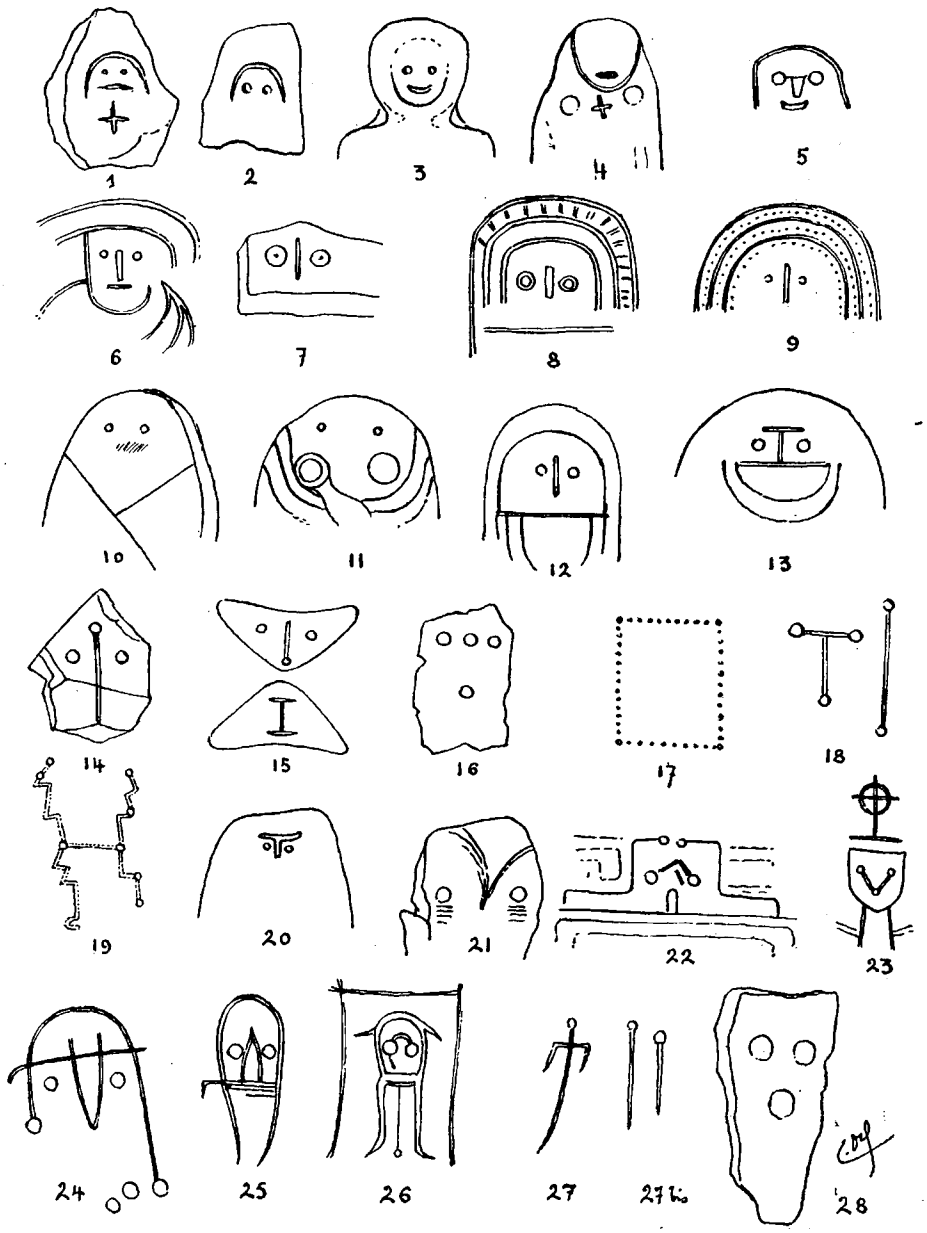


Fig. 1 — Les N.os 1-2-14-15-16 ont leur échelle indiquée au texte et viennent de la *Rev. Archéol.*, t. XXXV, 1932, t. à p.; les N.os 3-4-5-6-7-8-9-10-11-12-13-17-19-20-21-22-24-25-26-27 et bis, 28 ont leurs dimensions et les références les concernant dans le N.° 10-12, 1931, de la *Rev. Anthrop.*; le N.° 23 vient de *La Civilizacion néo-enéolitica gallega*, de F. Lopez Cuevillas y F. Bouza-Brey; le N.° 18 vient de *La Pointe de Kermorvan en Ploumorguer*, Paul du Chatelier, in B.in S.été Arch. Finistère, 1903.

plus souvent sur les idoles plaquettes ibériques. Dans ce cas, le pied du T ou la pointe du V dominent la bouche (quand elle existe) (fig. 20 et fig. 21).

Mais nous connaissons également des visages sur lesquels les V sont à l'envers dans le sens Λ. Or, sur la face de la stèle gravée de Casal (Insalde) (fig. 22), le nez est dominé par un V renversé dont les deux branches sont terminées par des cupules qui servent d'yeux. Il y a donc là un assemblage yeux-sourcils très intéressant et peu connu. Nous avons un autre point de comparaison aussi sérieux pour considérer comme anthropomorphe le V terminé par les deux cupules ou «marqué» par trois cupules. Un des hommes de Casota-do-Paramo, gravé sur support de dolmen, a pour visage un écusson dans lequel trois cupules sont reliées par les branches du V (fig. 23).

Le dolmen de Kermorvan en Ploumorguer, nous donne aussi une grande gravure dont l'arc facial est terminé par deux cupules et le visage formé par deux cupules (yeux) séparées par un V (nez) avec une barre horizontale (sourcils); (fig. 24).

Enfin, parmi les «idoles» de Pamproux, nous trouvons deux figurations: l'une dont les deux yeux-cupules sont séparés par un V renversé (nez) appuyé sur un trait (bouche horizontale) (fig. 25) (inverse de la figuration de Kermorvan); l'autre dont les deux mêmes cupules sont réunies par un arc de cercle (fig. 26).

Quant au T associé à des cupules terminant ses branches, nous en avons des exemples assez nombreux dans les gravures sur roche; tantôt il y figure l'homme entier, sous ses divers aspects, dont un des plus typiques est donné par la figure 27 des rochers de Galicie; tantôt il est réduit à des proportions plus simples et n'a plus de tête, ou n'est peut-être déjà plus que la stylisation d'un visage, comme sur la dalle de la pointe de Kermorvan (fig. 18); tantôt enfin il est indiqué simplement par quatre cupules marquant les aboutissements des segments de droite qui les constituent (fig. 16), ou par trois cupules montrant ces mêmes traits (fig. 28). Sous cette dernière forme, nous le trouvons sur l'énorme mégalithe de Thurgestel et dans de nombreux autres lieux. Réduit à ces trois points il peut figurer le T (18) ou le V (23).

Nous n'insisterons pas sur la forme spéciale de la pièce *N.º 23* (fig. 15) triangulaire et peut-être symbolique, qu'il y a lieu de rapprocher de tous les triangles étudiés dans toutes les parties du monde, et qui précise, à nos yeux, le sens anthropomorphe de la gravure qu'elle porte.

N.º 39 — «Fragment (un bout) de galet schiste micacé, avec deux traits convergents qui se joignent en se croisant au bout; aplati par usure sur un bord. Celui-ci et le dessus sont rougis d'ocre, 51-29, 20 m/m. (fig. 29)».

Si les deux arrachements qui encadrent la base de la gravure sont des cupules, il faut placer cette pierre avec les N.os 23 et 35. Dans les cas contraire (et nous n'avons pas pu trancher le cas d'après le moulage) cette figure est à placer avec les figures en V sans cupules étudiées ci-après.

On peut rattacher aussi la pierre gravée N.º 36 à toutes les dalles de menhirs sculptées ou gravées portant, pour toute figuration, des cupules. Elles sont beaucoup trop nombreuses pour les rappeler dans cette courte note, mais le caractère anthropomorphe des piliers de dolmens de Poulgen-Bihan (fig. 30), des Pierres Plates (fig. 31), du Moulin des Aubraies (fig. 32), et du pilier à écusson facial garni de cupules d'un des dolmens de Kermorvan (fig. 34) ne fait,

ainsi que les dalles de Collorgues (à cupules), pour nous aucun doute. On peut également rappeler toutes ces dalles gravées et celles de Codésas (Moréno) (fig. 33), dans l'étude du N.º 14.

N.º 14 — «Fragment de grès rouge fin, avec inscription sur une face plane, 61-36, 21 m/m.» qui porte deux V séparés par un trait et associés à des cupules.

Troisième groupe. — Nous passons maintenant à un groupe de signes beaucoup plus discutables, mais qui ont de nombreuses analogies avec les signes accompagnant ailleurs les stylisations anthropomorphes:

1.º Le trait terminé par une cupule.

2.º La croix à branche verticale très longue (avec ou sans cupules).

3.º Le V sans cupules.

4.º La figure rappelant le H à branches verticales très courtes.

5.º Les graphiques enchevêtrés composés de bras verticaux et horizontaux.

1.º Au Puy de Lacan, nous trouvons le premier sur la pierre *N.º 37*, où il n'est pas très net... «galet arrondi, en granit gneissique noir et blanc, assez grossier (très martelé comme par suite d'usage de percuteur) portant un trait, et au revers une sorte de cupule» (86-63, 49 m/m. fig. 35).

On sait qu'à Kermorvan ce signe est courant; il accompagne des figures anthropomorphes du type de celles du Valais et de Cordes.

Il a été également signalé sur des roches gravées, et au dolmen du Berceau, à St. Piat, où il accompagne des haches gravées, des V et des croix à longue branche verticale.

2.º La croix à branche verticale très longue. Elle est interprétée par de nombreux auteurs comme une stylisation humaine. Au Puy de Lacan, nous la trouvons sur les pièces 18-19-30-31-40.

(Nous ne nous arrêterons pas aux croix à branches égales du type de la pièce 2 ou aux figures en X du type de la pierre 48 b.)

N.º 18... «Plaquette mince de schiste micacé avec traits qui se croisent». 126-80, 11 m/m. (fig. 36).

N.º 19... «Plaquette de grès rouge, gravée de rainures en forme de croix». 110-83, 24 m/m. (fig. 37).

N.º 30... «Petit fragment de poterie rouge, dure, gravée de traits en croix». 31-24, 17 m/m.

N.º 31. . «Petit fragment de terre cuite rose avec traits gravés en croix sur un bout». 38-33, 27 m/m. (fig. 38).

N.º 40... «Fragment d'un petit galet plat de roche noirâtre, à grain fin, paraissant avoir servi de compresseur. Gravé de traits en forme de croix. Le revers est aussi plus ou moins piqueté». 50 34, 9 m/m. (fig. 39).

Cette croix accompagne, sur de nombreuses roches, les figures humaines; elle est gravée sur quelques blocs-statues de St. Aubin de Baubigné, au dolmen de St. Piat, etc., la figure 39 est peut-être à rapprocher de la figure 50.

3.º Le V sans cupules. Cette figure est commune au Puy de Lacan; en dehors des cas déjà étudiés il convient de noter sa présence sur les pierres gravées N.º 15-20-41, où elle paraît seule; les pièces 14 et 46 où elle est doublée et associée à d'autres signes. Elle est plus ou moins pure, plus ou moins appa-

rentée à un grossier Y (pièce 47), parfois partagée par une bissectrice comme dans la pièce N.° 3.

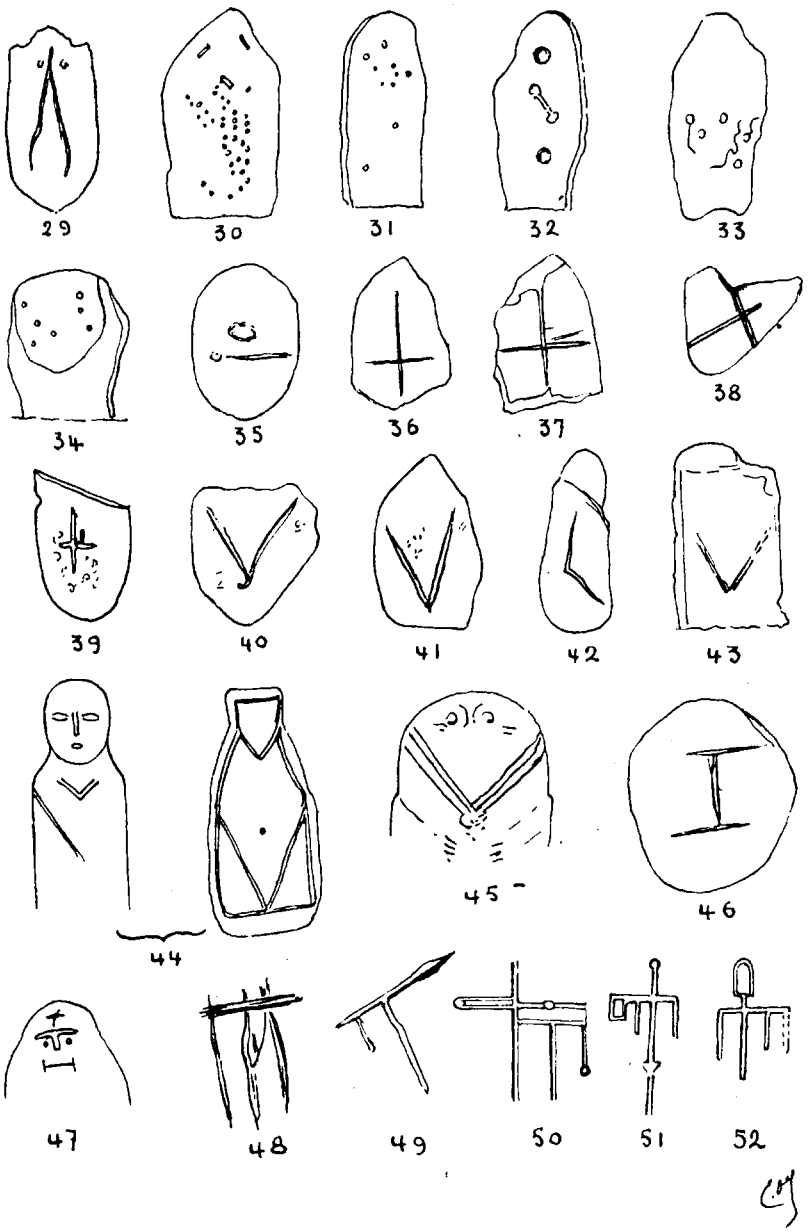


Fig. 2 — Les N.os 29-35-36-37-38-39-40-41-42-46-48-49 viennent du travail de L. et H. Ridder; les N.os 30-31-32-43-44-45-47-51-52 viennent de la *Rev. Anthrop.* N.° 10-12, 1931; le N.° 33 vient de *La Civilizacion neo-eneolitica gallega*, de F. L. Cuevi las y F. Bouza-Brey; les N.os 34 et 50 viennent de *La Pointe de Kermorvan*, par P. du Chatelier, in B.in S.été Arch. Finistère, 1903.

Dans la forme la plus pure, pièces 15 (fig. 40), 20 (fig. 41), 41 (fig. 42), elle accompagne presque partout les statues menhirs, les dalles sculptées, les

plaquettes de schiste. Nous la trouvons, seul signe, sur un des menhirs du cromlech de Bordeaux, la pointe en bas, (fig. 43) (collier, sexe?). Elle est «collier» sur les statues de l'Aveyron, sur les dalles d'Aveny, sur les menhirs et les plaquettes de la Corse (fig. 44); elle est «baudrier» sur la statue de la Prade (fig. 45); elle est au milieu des haches gravées sur le dolmen de St. Piat; elle figure également sur les dalles anthropomorphes de Foissac, de St. Victor des Oules, etc. Nous avons étudié son rôle comme nez-sourcils au début de ce travail. C'est un des signes les plus répandus dans cette longue série de stylisations.

4.º Figures rappelant un H à branches verticales très courtes; ce signe est également assez répandu. Au Puy de Lacan les auteurs le décrivent ainsi:

N.º 23... «Au revers, deux courts traits parallèles reliés au milieu et perpendiculairement par un troisième bien plus long». (fig. 15).

N.º 24... «galet rond, de granit rosé, plat sur les deux faces, dont une gravée d'un signe composé de deux traits courts et parallèles reliés perpendiculairement par un troisième plus long». 58-55, 13 m/m. (fig. 46).—Sur le galet N.º 23, étant donné la forme de ce dernier, il a, peut-être, un sens sexuel.

Quoi qu'il en soit, nous connaissons ce signe ailleurs avec le sens de «bouche». Sur les blocs de St. Aubin de Baubigné (bouches à protubérances) et principalement sur la dalle sculptée de St. Victor des Oules où son sens est indiscutable, (fig. 47). Nous le connaissons également, associé à des cupules, sur diverses roches gravées et particulièrement à Kermorvan sur une dalle de dolmen.

Il est également employé pour indiquer l'ensemble sourcils, nez, bouche, sur la figure de Quinta do Couquinho.

L'aboutissement de cette figure paraît être celle qui existe sur la dalle de Corao (fig. 19) que Mr. Breuil considère comme une stylisation humaine.

5.º Les graphiques enchevêtrés composés de bras verticaux et horizontaux. Nous en trouvons des exemples au Puy de Lacan sur les pierres gravées N.º 29 (fig. 48) et 48a (fig. 49).

Nous signalons simplement l'analogie qui existe entre ces gravures et la méthode de figuration de certaines «idoles» de Pamproux (fig. 25) (fig. 26) (fig. 48), de Kermorvan (fig. 50), du Valais (fig. 51), de la Grotte des Fées, près Arles (fig. 52) dans lesquelles, malgré les divergences des détails, semble résider la même idée.

Avant de terminer, nous insistons cependant encore sur l'impossibilité pour nous de placer côte à côte toutes ces manifestations de tendances voisines, à cause de la petitesse des gravures du Puy de Lacan, qu'on ne peut considérer comme datant des mégalithes, de leur gisement dans l'intérieur du dépôt archéologique à des niveaux divers, de la présence de fragments de poterie ou de terre cuite portant des signes de la même nature, etc.

Nous nous trouvons probablement devant des témoins de la persistance de pratiques en honneur à la fin du néolithique et durant les premiers temps du métal, pratiques qui paraissent avoir duré, sous des formes diverses, jusqu'au Gallo-Romain.

Dr. Felix Oswald
D. Sc., B. A., F. S. A., F. G. S.

Un indice présumable de la présence de la huitième légion en Angleterre

Tout récemment on a signalé un petit monument sépulcral de l'occupation romaine en Angleterre, d'un intérêt spécial, qui a été depuis longtemps dans la possession du commandant Darwin de Elston Hall, près de Newark, dans le comté de Nottingham. Malheureusement l'étiquette a disparu, l'on n'en a pas de registre et l'on ne se souvient pas d'où est venu ce petit monument. Cependant, j'ai pu constater que la pierre où il fut sculpté est l'oölithe de Lincolnshire (le comté avoisinant celui de Nottingham), géologiquement du jurassique, et par conséquent il se peut qu'il soit venu de la cité romaine de Lincoln (Lindvm Colonia), éloignée seulement de quinze milles anglais.

Le coin inférieur à gauche est fort usé par les intempéries des saisons, mais le dos et les flancs de la pierre sont presque sans changement, quoiqu'ils ne révèlent pas des indications de mortier. Il est possible que la pierre ait été ainsi conservée (mais exposée aux mauvais temps en face), si l'on imagine qu'elle a été enfoncée dans le mur extérieur d'une église, comme dans le cas actuel de la plaque romaine en souvenir de Sacer (avec l'addition d'une inscription saxonne par Eartig, commémorant son édification de l'église), qu'on peut voir aujourd'hui encore enfoncée dans le mur de l'église de St. Mary-le-Wigford à Lincoln. D'autre part, il se peut qu'on se soit servi de cette pierre dans l'érection du mur de la ville romaine postérieure, en aval de la colline de Lincoln, près du fleuve Witham, comme dans le cas du monument à la mémoire de Volvsia, dediée par le décurion Senecio.

La pierre sépulcrale, qui est le sujet de cette note, mesure 26,5 cm. par 18 cm. et possède une épaisseur de 9 cm. Elle montre deux niches avec pignons, chacune contenant une statuette debout en bas-relief d'un dieu et d'une déesse, qu'on peut identifier comme Dispater et Herecvra, le dieu et la déesse de l'enfer, en les comparant avec des figures semblables, avec les mêmes attributs, trouvés à Cannstatt, Würtemberg en Allemagne *(Germania Romana*, iv, Taf. xxiv). On a sculpté ces figures bien rudement, sans aucune prétension à l'art ou à la beauté, mais leur intérêt consiste dans la circonstance que cette

pierre sépulcrale est, selon toute apparence, une indication de la présence de la huitième lègion en Angleterre.

Les figures, toutes les deux, sont debout; le dieu tient un maillet à la main gauche (comme le dieu gaulois SVCELLVS) et il est vêtu en sayon; son visage (en contraste à la déesse en plein visage) est incliné un peu d'un côté, rappelant la pose et l'expression d'une des DEAE MATRES dans un bas-relief à CIRENCESTER (CORINIVM), duquel Monsieur R. G. COLLINGWOOD a fait remarquer comme révélant une caractéristique fort originale et distinctive de l'art indigène britannique à cette période (COLLINGWOOD, *Roman Britain,* p. 86). La déesse tient en avant une corbeille avec des pommes et sa robe semble être garnie de volants, tandis qu'elle s'est parée d'une torque sur le cou. Ces volants de la robe sont très insolites et peuvent indiquer une mode régionale.

Pierre sépulcrale représentant le dieu DISPATER et la déesse HERECVRA.

On a trouvé des représentations d'un dieu et d'une déesse avec des attributs semblables (quoique pas debout, mais assis à côté) dans le cimetière romain de CANNSTATT (à présent à STUTTGART) et aussi à SULZBACH (à présent à KARLSRUHE) et à AQVILEIA, accompagnés d'inscriptions qui heureusement établissent l'identité de ces figures avec DISPATER et HERECVRA *(Germania Romana,* IV, Taf. XXIV).

Maintenant il est constaté qu'un détachement de la huitième Légion (dont le quartier général était en garnison à STRASBOURG (ARGENTORATE) était placé à CANNSTATT, et cette légion semble avoir être adonnée surtout au culte de DISPATER et HERECVRA, au moins selon le témoignage de ces monuments sépulcraux.

Or, une inscription à FERENTINVM en ITALIE à la mémoire d'un TITVS PONTVS SABINVS, en enregistrant sa carrière, mentionne, entre autres choses, qu'il a été le commandant des trois détachements, chacun d'un millier d'hommes, appartenant aux Légions VII GEMINA, VIII AVGVSTA et XXII PRIMIGENIA, et prenant part à la campagne britannique en 117 A. D., pour réparer et se venger

du désastre de l'anéantissement de la Neuvième Légion. Après cela, il semble que ces détachements ont pris part dans l'édification du grand mur de l'empereur Adrien à travers la Grande Bretagne entre CARLISLE (LVGVVALLVM) et NEWCASTLE (PONS AELII), car on a trouvé dans le fleuve TYNE, à NEWCASTLE, la bosse en bronze d'un bouclier, gravée avec le nom d'un IVNIVS DVBITATVS, un soldat dans la centurie de IVLIVS MAGNVS, centurion de la huitième légion.

De plus, à NETHERBY (CASTRA EXPLORATORVM), une forteresse située au nord du grand mur d'Adrien, une autre indication de la présence de la huitième légion en Angleterre est manifestée par une pierre sépulcrale montrant une déesse assise avec une corbeille de pommes sur ses genoux toute semblable aux représentations de HERECVRA à CANNSTATT. Malheureusement seule la moitié de la pierre est conservée, montrant la déesse à droite dans une niche à pignon; et probablement (par analogie avec les exemples de CANNSTATT) le dieu DISPATER était représenté dans la niche avoisinante. Enfin, une base trouvée au sud du mur d'Adrien semble nommer un soldat de la huitième légion, MIL(ES) LEG VIII AVG (*C. I. L.*, VII 300), et cette pierre, selon RITTERLING (*Legio*, p. 1658) appartient à cette période.

La présence d'un monument sépulcral de la huitième légion à LINCOLN est, après tout, une occurrence pas si remarquable comme on peut songer à première vue, car à LINCOLN il y a non seulement un monument à la mémoire de G. IVLIVS GALENVS, un vétéran de la *sixième légion* [qui a remplacé la neuvième légion à YORK (EBORACVM)], mais aussi un monument à un décurion de la deuxième ALA des Astures, qui était stationée à CHESTERS sur le mur d'Adrien, un autre à la mémoire d'un vétéran de la *quatorzième légion* [stationée à WROXETER (VIROCONIVM)] et encore un autre à un soldat de la *deuxième légion* ADIVTRIX.

Afonso do Paço
Da Associação dos Arqueólogos Portugueses

Vaso de bôrdo horizontal, de Vila Fria

Em 1929 foram encontrados em Vila Fria, concelho de Viana do Castelo quási à superfície do solo, num lugar chamado «Monte da Ola», três vasos de barro escuro, um dos quais é objecto do presente trabalho. O Sr. Tomás Simões Viana que comunicou o facto à Associação dos Arqueólogos (1) nada pôde adiantar quanto às condições de jazida, elemento que seria preciosíssimo para o seu estudo.

Pertence o vaso em questão ao grupo dos de «bôrdo horizontal» a que o Dr. José Fortes chamou em 1908 «em forma de chapéu invertido» (2), designação hoje fora de uso.

A primeira referência a vasos dêste tipo apareceu, segundo creio, num trabalho do professor J. Leite de Vasconcelos que diz: «La province d'Entre-Douro-e-Minho a donné des vases d'une forme spéciale (semblables à des chapeaux) avec des dessins sur les bords», acrescentando em nota ser provável que datem, ao menos, do fim do neolítico (3).

Em 1908 José Fortes, estudando os dois exemplares da Touguinha, pergunta se será aceitável em absoluto o parecer cronológico anterior (4).

Em 1921 Nils Aoberg, referindo-se a êste tipo cerâmico, chama-lhe de idade incerta, acrescentando porém que o bôrdo largo e ornamentado tem certa analogia «avec la ceramique jutlandaise des tombeaux, les plus récents» (5).

Em 1928 o Dr. Rui de Serpa Pinto diz dela que lhe parece «não ser arriscado» relacioná-la «com a cerâmíca castreja prè-romana» por «os seus

---

(1) *Boletim da Ass. dos Arqueólogos*, Vol. I, Fasc. III, pág. 52—Lisboa 1932.

(2) José Fortes: «Vasos em forma de chapéu invertido—*Portugalia*—, Vol. II, pág. 662. Pôrto 1928.

(3) J. Leite de Vasconcelos: «Notice sommaire sur le Musée Ethnologique Portugais». Pág. 2. Lisbonne 1905.

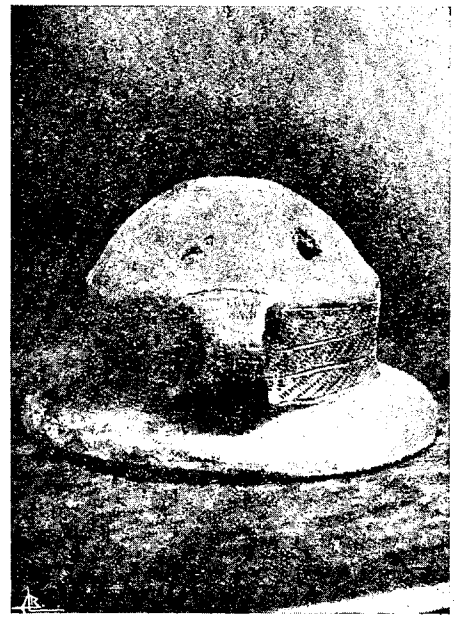
Idem, idem: *O Archeologo Português*. Vol. X, pág. 66. Lisboa 1905.

Idem, idem: «História do Museu Etnológico Português». Pág. 98. Lisboa 1915.

(4) José Fortes, op. cit.

(5) Nils Aoberg: «La civilisation énéolithique dans la Péninsule Ibérique». Uppsala, 1921, pág. 34-35.

A



B

C

Fig. 1 — Vaso de bôrdo horizontal, de Vila Fria

ornatos incisos na borda» apresentarem «sobrevivência dos ornatos eneolíticos» (1).

Em 1930 F. Cuevillas perfilha a doutrina de Serpa Pinto (2), que em 1932 voltou a afirmar ser esta cerâmica peculiar «dos castros do norte do país» (3).

Andava portanto indeciso o problema da sua cronologia. Todavia acha-se êle resolvido, digamos assim, desde 1906, conforme uma comunicação feita à Associação dos Arqueólogos Portugueses pelo ilustre prè-históriador Sr. Dr. Félix Alves Pereira (4).

Quando em 1903 apareceu na propriedade denominada *Seara*, na margem esquerda do rio Vez, o primeiro vaso dêste tipo, logo o Sr. Dr. Félix Alves Pereira se preocupou com a resolução do seu problema cronológico. Procedendo a escavações em 1906 em *Penacova*, encontrou um vaso do mesmo tipo, que pelas condições de jazida pode datar como sendo do Bronze inicial. Realizando novas explorações em 1907 e 1909, confirmaram elas a sua classificação.

Mercê de factos alheios à sua vontade e da necessidade que se impôs de datar com mais segurança aqueles achados, permaneceram tais estudos desconhecidos durante tão largos anos. Sôbre *Seara* e *Penacova* será, porém, publicado muito em breve um importante trabalho daquele arqueólogo, que dará satisfação a todos os que se interessam por êste ramo da Prè-história.

*

O vaso de Vila Fria é do tipo dos de fundo hemisférico, pois também os há com êle plano. Apresenta sôbre todos os outros até hoje conhecidos a particularidade de ter na pansa uma faixa cilíndrica que se liga à calote esférica do fundo, faixa que é ornamentada com desenhos idênticos aos do bôrdo e da asa de que é provido.

Tem a ornamentação da pansa três zonas horizontais limitadas por quatro imperfeitíssimos sulcos paralelos, interrompidos na altura da asa. Cada uma destas zonas é enfeitada com linhas de ponteados oblíquos que, com os paralelos, formam ângulos agudos, não tendo porém todos o mesmo número de graus.

Pela certeza a que os pontos estão distantes uns dos outros, devem êles ter sido feitos com instrumento especial que poderia ser uma roda dentada ou uma matriz em forma de pente e seria aplicada do fundo do vaso para a aba, pois a sua profundidade é menor do lado daquele.

---

(1) R. de Serpa Pinto: «Concelho da Póvoa de Varzim: apontamentos arqueológicos». *A Voz do Crente*, n.º 66, Póvoa de Varzim, 6 de Julho de 1925.

(2) F. López Cuevillas: «Novas cerámicas das Antas Galegas». *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*. Vol. IV, Fasc. III, Pôrto, 1930. — Florentino L. Cuevillas e Xoaquín Lourenzo: «Vila de Calvos de Randin», Seminario de Estudos Galegos, Sant'Iago de Compostela. 1930. Pág. 27.

(3) R. de Serpa Pinto: «A cividade de Terroso e os castros do norte de Portugal». Comunicação ao *IV Congresso Intern. de Arqueologia*. Barcelona, 1930. *Revista de Guimarães*. Vol. XLII, n.ºs 1 e 2, de 1932.

(4) Acta da sessão de Arqueologia Prè-histórica de 13 de Março de 1930.

A asa está dividida longitudinalmente em duas partes não iguais, uma ornamentada com linhas horizontais de ponteados, outra com uma vertical também ponteada.

Se as ornamentações da pansa e da asa não são perfeitas e simétricas, muito menos o são as do bôrdo. Sulcos dum paralelismo muito irregular dividem-no em zonas concêntricas, umas ornamentadas, outras não. Das ornamentadas uma é-o com ponteados oblíquos, duas outras com êles oblíquos ou horizontais, conforme o espaço livre deixado pela imperfeição do sulco traçado.

As suas dimensões são: embocadura $0^m,125$; largura da aba $0^m,040$; altura $0^m,120$. No fundo tem um orifício tal qual um exemplar existente no Museu Etnológico, proveniente de *Seara*.

A ornamentação em ponteados oblíquos tem muito de semelhante no campaniforme da Galiza, nomeadamente nos dois exemplares da Colecção Iglesia (1), provenientes de *Pontes de Garcia Rodriguez*, algo de aparentado com um de Calvos de Randin (2), cerâmica da Penha, de Palmela, etc.

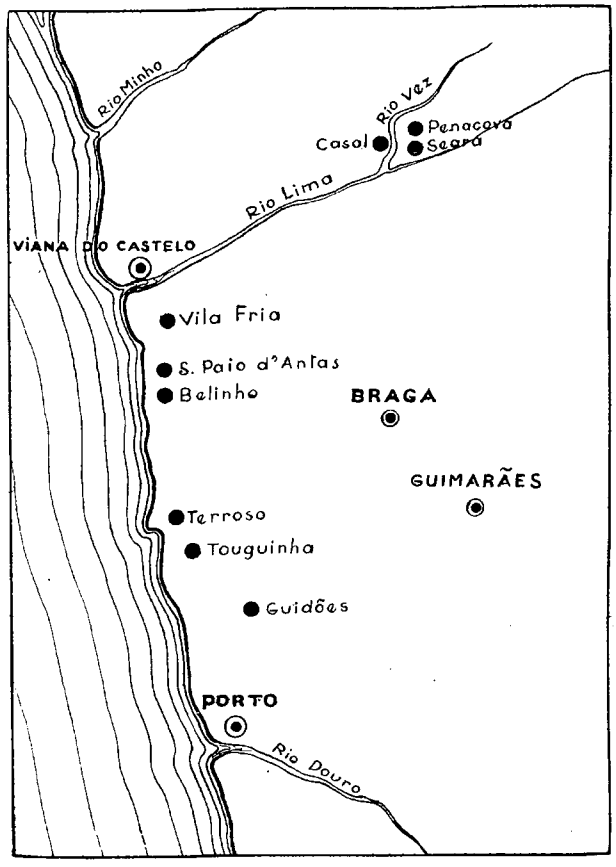


Fig. 2 — Distribuïção dos vasos do bôrdo horizontal
(● *Local dos achados*)

*

O número de achados de vasos dêste tipo que em Leite de Vasconcelos era de 2, eleva-se em José Fortes a 5, em Nils Aoberg a 6, em Serpa Pinto a 11, em Cuevillas a 13 e hoje a 16, assim distribuídos:

Seara (Arcos de Val-de-Vez) — Há desta localidade no Museu Etnológico, um vaso completo e fragmento de bôrdo de outro.

---

(1) Luis Pericot: «Los vasos campaniformes de la colección La Iglesia», *Boletin de la Real Academia Gallega*. La Coruña 1927.

(2) F. López Cuevillas, op. cit.—Florentino L. Cuevillas e Xoaquín Lourenzo, op. cit.

Casal (Arcos de Val-de-Vez) — No Museu Etnológico há um exemplar desta localidade.

Penacova (Arcos de Val-de-Vez) — Há também no Museu Etnológico um exemplar desta localidade,

Vila Fria (Viana do Castelo) — O vaso do presente estudo, que é propriedade do Sr. Dr. Joaquim Fernandes Ferreira, professor do liceu de Viana do Castelo.

S. Paio d'Antas (Espozende) — Há desta localidade dois exemplares no Museu Etnológico, sendo um proveniente da «Cividade» e oferecido pelo poeta Correia de Oliveira.

Belinho (Espòsende) — Um exemplar existente no Museu Etnológico.

Terroso (Póvoa do Varzim) — José Fortes refere-se a dois vasos desta localidade (1) cujo paradeiro se desconhece.

Touguinha (Vila do Conde) — Dois exemplares existentes no Museu Municipal do Pôrto.

Guidões (Santo Tirso) — Há desta localidade no Museu Etnológico um vaso completo e bôrdo de outro.

Guimarães — Existem na Sociedade Martins Sarmento dois vasos cuja proveniência se desconhece.

Pelo menos até agora tem-se mostrado esta cerâmica com carácter local da região costeira de Entre-Douro-e-Minho, com uma ramificação para o interior ao longo da ribeira do Lima, como se pode ver pela carta junta. Ora sendo o vale dêste rio considerado como caminho de infiltração da civilização litoral, os achados de *Seara, Casal* e *Penacova* apoiam a hipótese de F. Cuevillas que vê num vaso de Calvos afinidades com aquela nossa cerâmica (2).

---

(1) José Fortes — Op. cit.
(2) F. Cuevillas — Op. cit.

Dr. José Pérez de Barradas

Director del Servicio de Investigaciones Prehistoricas y Museo Prehistórico Municipal (Madrid)

Necrópolis visigótica de Daganzo de Arriba (Madrid)

En otoño de 1929 fué descubierta casualmente en la finca de los señores de Fernández-Godin, una sepultura en la que aparecieron varios objetos visigodos que fueron adquiridos despues por el Estado a propuesta de la Junta Superior de Excavaciones y Antigüedades. Con fecha posterior, ésta última, apesar de la importancia de los hallazgos, y del extraordinario interes que tienen para la arqueología las necrópolis germánicas, concedió autorización la propietario del terreno don Saturio Fernández-Godin para hacer excavaciones arqueológicas.

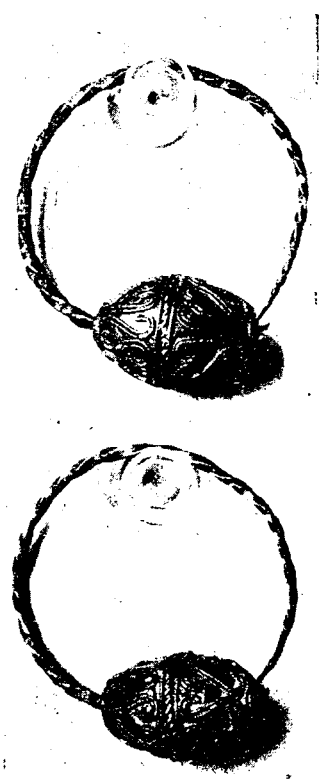


Fig. 1—Par de pendientes de oro, de la necrópolis visigoda de Daganzo de Arriba (Madrid).

Tamaño del original.

Cuando nos enteramos, creimos que nuestro cargo de jefe del Servicio de Investigaciones prehistóricas del Ayuntamento de Madrid, nos obligaba a enteresarnos en las excavaciones que se realizaran en la provincia y a este fin ofrecemos nuestros servicios al señor Fernandez-Godin. Nuestra intervención se ha limitado, ya que solo podia ser amigal y oficiosa, a aconsejar métodos de excavación, que no siempre se siguieron, y a procurar el conocer la procedencia de los hallazgos y su relación con el cadaver. Es decir, por nuestra parte solo hicimos acto de presencia cuando se excavaron sepulturas, sin que seamos solidarios de la forma desordenada y poco metódica de como se realizaron los trabajos.

La necrópolis de que nos ocupamos está situada en los límites de los términos municipales de Daganzo de Arriba y Alcalá de Henares, en la provincia de Madrid y a unos 30 kms. de la capital.

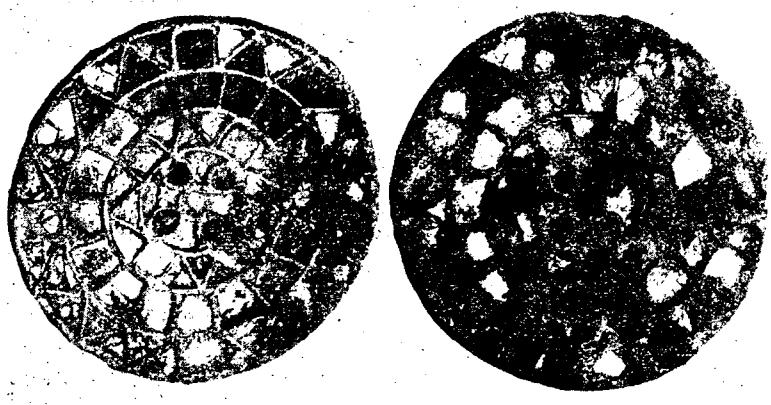


Fig. 2 — Fíbulas de la necrópolis visigoda de Daganzo de Arriba (Madrid). 2/3 tamaño original.

En el transcurso del año de 1930 aparecieron 35 sepulturas, y en 1931-32 unas diez. La necrópolis, que ocupa un área extensa, está en su mayor parte sin excavar. Cerca de ella se han encontrado los cimientos de una casa, aún sin excavar y estudiar.

Las sepulturas, estan construídas con poco esmero. Por lo general estan revestidas de losas de caliza arenisca y en algunos casos de bloques de piedra procedentes de grandes edificios romanos (jamba, cornisa, sillares) y cubiertas con piedras toscas. A juzgar por lo descubierto la orientación E. a W. es general. Tambien hay agrupaciones familiares de sepulturas.

Las más importantes por su ajuar son las que reseñamos a continuación. Aprovechamos ésta ocasión para rectificar los errores en que hemos incurrido y que han sido rectificados amablemente por el profesor Dr. Hans Zeiss de la Römisch-Germanische Kommission der Archäologisches Institut des Deutschen Reiches, que desde hace años se dedica al estudio sistemático de nuestras antigüedades germánicas y cuya obra monumental y inapreciable esperamos con tanta ansia.

Sepultura n.° 1. — Los hallazgos consistieron en un par de pendientes de oro, formados por un aro retorcido y una cuenta oliviforme de oro con filigranas (fig. 1); un par de fíbulas circulares con

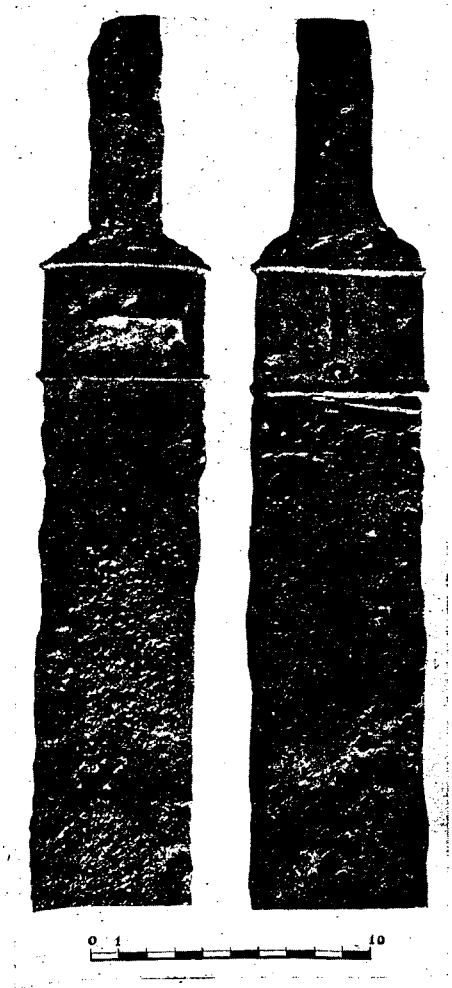


Fig. 3 — Espada de la necrópolis visigoda de Daganzo de Arriba (Madrid).

mosaico de vidrio (fig. 2); un broche de cinturón sencillo; una cuenta de collar, una bulla aplanada y restos de una cadenita.

Sepultura n.º 10. — Esta en unión de las números 11 y 12 forma pantéon familiar. La que en este momento nos ocupa contenía un esqueleto de un joven. A sus pies tenía un plato de bronce; en la mano derecha un anillo de oro decorado con filigrana del mismo estilo que los pendientes de la sep. 1. Al costado izquierdo un puñal de hierro con huellas de la vaina de cuero y con restos de los ribetes y contera de plata. En posición indeterminada se halló una plaquita de oro, que quizá haya formado parte de la contera del puñal. Al cuello apareció un alambre retorcido de plata y en posición indeterminada un botón de plata en forma de cruz.

Sepultura n.º 11. — Medía solo 150 cms de larga y contenía un esqueleto juvenil con el siguiente ajuar: a los pies un vaso de barro rojo, en la mano derecha un anillo de oro idéntico al de la sepultura anterior, al lado izquierdo del cráneo una punta de lanza de hierro, y al costado izquierdo otra lanza, unas tijeras y unas pinzas de igual metal. Sobre el pecho apareció una espada de hierro, de 87 cms. de larga, al parecer de un solo filo, no siendo fácil el tomar una decisión, pues los bordes estan enmascarados por los restos de la vaina y por haberse dividido la hoja de la espada en dos láminas. La vaina, que sería de cuero tuvo una embocadura de plata y un ribete y contera del mismo metal (fig. 3).

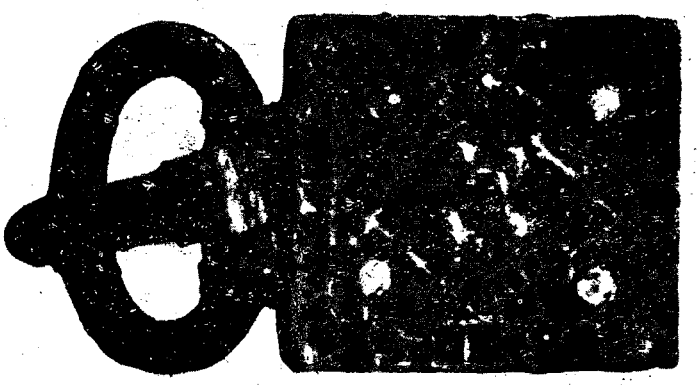


Fig. 4 — Broche de cinturón de la necrópolis visigoda de Daganzo de Arriba (Madrid).
2/3 tamaño original

Sepultura n.º 12. — Era de una persona adulta, que tenía como ajuar: a los pies un plato de bronce idéntico al de la sepultura n.º 10; al lado derecho un broche de cinturón de plata, y en la mano derecha una sortija de plata con una piedra roja grabada. Hacia el centro había una pieza de hierro, que como otras similares pudieran ser *Schildfesseln*, aunque el profesor Zeiss cree que pudieran ser asideros del féretro. Sin negar ésta posibilidad nos parece que habla en favor de la primera interpretación el que haya aparecido siempre una pieza aislada en cada sepultura.

Sepultura n.º 30—No fué excavada en nuestra presencia, por lo cual no conocemos la situación exacta de los objetos. Estos son: un *Schildfessel*, un *strigilis* (?) y un cuchillo curvo de hierro, un gran broche de cinturón rectangular de mosaico de vidrio (fig. 4), otro más pequeño del mismo tipo, un tercero de placa calada; una fíbula circular de bronce; y una cadenita de plata.

Tambien debemos rectificar la edad de la necrópolis que según nuestro amigo dón Julio Martínez Santa-Olalla pertenece a la segunda mitad del siglo VI [1].

---

(1) Martínez Santa-Olalla (J.),—*Sobre como usaron la fíbula los visigodos.* Investigación y Progreso. Año VI, págs. 178-180. Madrid 1932.

Dr. Luís Pericot
Profesor de la Universidad de Valencia

La representacion serpentiforme de la Citania de Troña (Galicia)

En los últimos tiempos ha ido creciendo el interés por las representaciones serpentiformes en el Noroeste de la Peninsula. Por ello creemos conveniente el ocuparnos de la inscultura con una de aquellas, que encontramos en Mayo de 1927 en la citania de Troña (Pias, prov. de Pontevedra) cuya excavación iniciábamos entonces. Publicada en 1928 en una revista de poca difusión en los medios científicos y dada a conocer en una Memoria que fué redactada por nosotros con fines puramente burocráticos en 1931 (1), no nos parece inutil insistir en ella.

La citania de Troña se encuentra en la parroquia de Pias, término de Puenteareas, pero más cerca de Mondariz-Balneario que de la última población. Ocupa la parte alta de un monte que se levanta sobre el valle del Tea, encima mismo de las casas de Pias. Por su aspecto general, muralla y habitaciones, su exploración ha de resultar de gran interés ya que no son muchos los poblados gallegos excavados metodicamente y de los que poseamos un plano algo completo. Las excavaciones que iniciamos en 1927 y que hemos continuado durante varias temporadas, las prosigue actualmente Florentino L. Cuevillas, el conocido prehistoriador a quien tanto debe ya la Prehistoria gallega y del que esperamos que dentro unos años habrá puesto al descubierto la mayor parte de la interesante ciudad.

Fué el primer dia de trabajo en la citania cuando en compañia del profesor de la Facultad de Ciencias de Santiago, Isidro Parga, que colaboró repetidamente en nuestras tareas, descubrimos la inscultura serpentiforme.

La parte alta del poblado se halla ocupada por una gran terraza sobre la que se levanta una ermita dedicada al Dulce Nombre de Jesús; al hacer estas obras se emplearia mucha piedra de las habitaciones de aquel. En la

(1) Luís Pericot e Isidro Parga, *Castros de los alrededores de Mondariz-Balneario.* «La Temporada en Mondariz», año XL, n.os 2, 3, 8 y 9, Mondariz-Balneario, 17 y 24 de Junio, 29 de Julio y 5 de Agosto de 1928.

Luís Pericot Garcia y Florentino Lopez Cuevillas, *Excavaciones en la citania de Troña,* Junta Superior de Excavaciones y Antigüedades, Memoria n.º 115, Madrid 1931.

parte oriental, dicha terraza se hallaba muy próxima a un foso artificial, abierto en la roca para separar el poblado del resto del monte que lentamente se va elevando, en cuyo borde mas tarde descubrimos una fortísima muralla; en el borde de la terraza se hallaba, descubierta en parte, cuando llegamos, una habitación en la que D. Enrique Peinador, que con tanto desprendimento sufragaba los gastos de nuestros trabajos, habia realizado años antes una pequena excavación. En esta habitación aflora la roca y en ella vimos grabados varios signos en parte borrosos que recordaban por su aspecto otras insculturas de la región (fig. 1). Recordemos entre estas la losa grabada que se halló en Mondariz y que se guarda, con otros restos prehistóricos, entre ellos algunos de Troña, en el Museo Etnográfico Peinador, en Pias, y que fué publicada por Murguia (1).

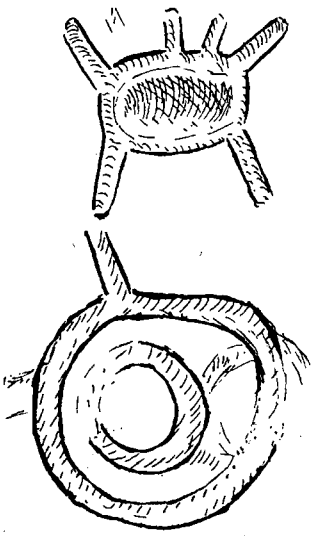


Fig. 1 — Insculturas borrosas en una habitación inmediata a la representación serpentiforme. Citania de Troña. Red. a 1/5 apr.

Empezamos a excavar al otro lado de la pared de esta habitación y a poco dábamos con otro saliente de la roca natural que mostraba una cara plana mirando a levante, del todo vertical, como si hubiera sido alisada por mano humana. Unos 20 cms. de tierra cubrian su borde superior y al limpiarla tuvimos la agradable sorpresa de ver en ella la inscultura serpentiforme. Excavada en los dias siguientes esta parte del poblado, comprobamos que la peña con el grabado ocupa uno de los lados de un espacio libre situado entre las habitaciones y la muralla. De la situación y del aspecto de la inscultura darán mejor idea que toda descripción los grabados adjuntos (figs. 2 y 3).

Procuramos entonces averiguar entre los campesinos del lugar si existian leyendas relacionadas con serpientes en el monte y logramos un resultado interesante al recoger varias tradiciones. Una se referia a una tejedora que tejia dentro de la capilla pero nunca podíase dar con ella, otra a una varilla de oro que una pastora encontró en el monte, otra de una mujer que se peinaba con un peine de oro y que tambien desaparecia cuando queríanse acercar a ella. La más interesante para nosotros fué la contada por el vecino de Pias, Constante Fernandez, y confirmada por varios convecinos, que copiamos así: «*Dixome a difunta mina nai lle contaran seus abós e bisabós que algun tempo habia aqui no monte unha serpente que baixaba a terra chan e roubaba para comer unha besta, unha ovella ou o que fose. Por medo e para que non baixase, os vecinos puxeronse de acordo e traianlle o monte, todol-os dias, un animal que sorteaban entre eles. Pasado tempo axuntaran unha morea de novelos que lle deron as tecedeiras e fixeron c os fios ben retorcidos unha corda e un novelo grande que lle deron a comer a serpente. Axina que a serpente enguleu o novelo tiraron da corda e arrastrarona*

(1) Manuel Murguia, *Peñasco con insculturas en Mondariz*, «Bol. de la R. Academia Gallega», año x, n.º 95, pág. 259, La Coruña 1915. Publicado antes en «La Temporada en Mondariz» (año xx, n.º 12, 16 de Agosto de 1908) con título parecido.

e o mataron e enterraron aqui no adro da ermida, e no sitio do enterramento ergueron o cruceiro que habia onde está o que hai oxe». Vivo está pués en el recuerdo del lugar no solo la idea de la serpiente sino tambien de la sustitución de su culto por el de la cruz (1). Otro curioso detalle lo confirma. Debajo de las andas del Cristo de la capilla, obra sin duda del arte popular, relativamente moderno, de la comarca, aparece toscamente representado el monte y bien visibles dos serpientes que se arrastran entre sus peñas. En cuanto a los comentarios que los campesinos hicieron al descubrirse la inscultura cuya existencia les era del todo desconocida antes de la excavación, no parece tener relación ya con las leyendas referidas, pués lo interpretaban como una señal o escudo dejada por los romanos o los moros, al marchar de estas tierras a fin de conocer luego el lugar donde quedaron enterrados sus tesoros.

Fig. 2 — La roca con la inscultura serpentiforme en la Citania de Troña.

Tuvimos pués reunidos, creemos que por vez primera, varios elementos que prueban un culto de la serpiente en la época de la ocupación de las citanias gallegas para el cual existian numerosos indicios en las fuentes literarias y en las tradiciones, pero que hoy nos es confirmado por un dato arqueologico. El haberse lanzado desde hace tiempo la hipótesis de una tribu que tendria a la serpiente como animal totem y que se llamaria con ese nombre, en el Occidente peninsular, explica la transcendencia de este género de hallazgos y plantea curiosas derivaciones cuyo estudio ha sido hecho por Cuevillas y Bouza Brey (2), por una parte y por Mendes Corrêa (3) por otra, a cuyos trabajos nos remitimos; en el trabajo de los dos autores primeramente citados se utiliza dándole su justo valor, nuestro hallazgo.

Prescindiendo pués de este aspecto etnológico de la cuestión hemos de referirnos a la comparación con otros grabados serpentiformes que hallamos en el mismo gran círculo atlántico. En Galicia mismo tenemos las representaciones de la piedra de la serpiente de Gondomil, de cuya verdadera significación no puede decidirse nada hasta que sea estudiada y publicada debidamente (4).

---

(1) Han sido recogidas innumerables leyendas de serpientes en relación con castros gallegos por F. L. Cuevillas y F. Bouza Brey que las publican en sus trabajos en colaboración, *Prehistoria e Folk-lore do Barbanza* (Publicaciones del «Seminario de Estudos Galegos», 1927) y el que se cita en la nota seguiente.

(2) Florentino L. Cuevillas e Fermin Bouza Brey, *Os Oestrimnios, os Saefes e a Ofiolatria en Galiza*, «Arquivos do Seminario de Estudos Galegos», II, 1929.

(3) A. A. Mendes Corrêa, *Le serpent, totem dans la Lusitanie proto-historique*, «Anais da Faculdade de Sciências do Pôrto», t. XV, Pôrto 1928.

(4) Cuevillas - Bouza Brey, *ob. cit.* pág. 131.

Recientemente el P. E. Jalhay (1) ha dado a conocer una representación serpentiforme junto a varios círculos concéntricos, que supone representaciónes solares, en Oya; la posible linea de la serpiente, poco ondulada, tiene bien marcada su cabeza por medio de un circulito.

En el Norte de Portugal, el Dr. Santos Junior encontró poco después de nuestro hallazgo, otra representación serpentiforme en el *penedo do cobrão* del castro de Baldoeiro (Vilariça, Moncorvo, Trás-os-Montes); es de tipo distinto a la de Troña, con trazo muy fuertemente grabado, gran tamaño (dos metros de longitud) y con el cuerpo de la serpiente ligeramente curvado y la cabeza levantada (2).

Aparte estas representaciones, conocemos lineas sinuosas, que pueden tomarse por serpentiformes, en monumentos megalíticos gallegos (Codesás) y portugueses, como las que aparecen pintadas en los dólmenes de Chã de Vandoma (Baltar, Porto), Cota (Beira Alta), Vilarinho de Castanheira y Zedes (Carrazeda, Trás-os-Montes), dadas a conocer por Mendes Corrêa (3), en Salles, Eiró, etc., que pueden ponerse en parangón con las de Pola de Allande y Cangas de Onis en Asturias (4), pero en todos estos casos, de los que no seria inutil publicar su conjunto (5), excepto quizás en el ejemplar de Zedes, nos hallamos ante representaciones menos claras de serpientes que las de Vilariça y Troña y tambien anteriores a estas, como pertenecientes a la cultura dolménica. Lo mismo cabe decir de las representaciones serpentiformes dispersas de otras estaciones del arte rupestre del resto de la Peninsula.

Fuera de esta no faltan representaciones semejantes. Limitándonos a las comarcas atlánticas, las hemos visto citadas en las siguientes regiones. En Canarias han sido señaladas numerosas muestras de este arte y en ellas parecen frecuentes las lineas serpentiformes (6). En Bretaña, aunque no abundantes, son en algunos casos muy claras (7). Tal ocurre con las figuras de este caracter que

---

(1) Eugénio Jalhay, *Los grabados rupestres del extremo Sudoeste de Galicia,* «Bol. de la Comisión de Monumentos de Orense», n.º 107, 1926; Ibidem, *Nuevas manifestaciones de Arte rupestre del Noroeste de la Peninsula,* Ibid., n.os 119, 193; Ibidem, *Novas descobertas pré-históricas no Sudoeste da Galiza e Norte de Portugal,* «Asociación española para el progreso de las Ciencias, Congreso de Lisboa», t. v, Ciencias Naturales, 2.ª parte, pág. 121, Madrid, 1932.

(2) A. A. Mendes Corrêa, ob. cit., pág. 6. He de agradecerle a este ilustre investigador su amabilidad al facilitarme una fotografia del interesante hallazgo de Santos Junior.

(3) A. A. Mendes Corrêa, *Nouveaux documents de l'art préhistorique en Portugal,* «Rev. Anthropologique», t. XXXVIII, Porto, 1926; Ibidem, *L'art rupestre préhistorique dans le nord-ouest de la Péninsule Ibérique,* «XV Congrès Int. d'Anthr. et d'Arch. Préhistorique» Portugal 1930, Paris, 1931. pág. 383.

(4) Conde de la Vega del Sella, *La piedra del dolmen de Pola de Allande (Asturias),* IPEK 1926. pág. 55.

(5) No está de más el insistir en la urgente necesidad de que se publique en forma de *Corpus* el rico tesoro de las insculturas gallegas, antes de que la ignorancia destruya, como ha sucedido ya en algunos casos, sus muestras mas importantes.

(6) Así en la entrada de la cueva de Belmaco en la isla de Palma (Berthelot, *Antiquités canariennes,* «Materiaux pour l'Histoire de l'Homme», Paris, 1879).

(7) Marthe et Saint-Just Péquart et Zacharie La Rouzic, *Corpus des Signes gravés des monuments mégalithiques du Morbihan,* Paris, 1927, pág. 17.

aparecen en las losas n.os 4 y 8 de Gavr'inis y las cinco del menhir de Manio, una de ellas clarísima representación de serpiente con indicación de la cabeza; resultan más dudosas las lineas onduladas del dolmen de Petit Mont y las de la losa de soporte n.° 5 del de Mane Lud. Más dudosas aun, las lineas sinuosas de la Table des Marchands y de algun otro megalito. En monumentos del Finistere y del resto de Francia podrian señalarse otras representaciones mas o menos parecidas (1).

En Irlanda, cuyo arte de la edad del bronce tantos puntos de contacto tiene con el gallego, al lado de innumerables representaciones de círculos y espirales encontramos las serpentiformes en número que creemos relativamente pequeño; las hemos anotado en las losas de los monumentos megalíticos de Dowth y de Sleive-na-Calligha (2). El mismo arte continua por Escocia y el repetido motivo aparece en la cista megalítica de Coilsfield (Ayrshire) (3). Sin embargo la poca importancia que parecen tener en estos paises tales representaciones nos lo indica el hecho de que autores que han tratado de resumir los motivos de su arte rupestre han prescindido de toda mención de representaciones de serpientes (4).

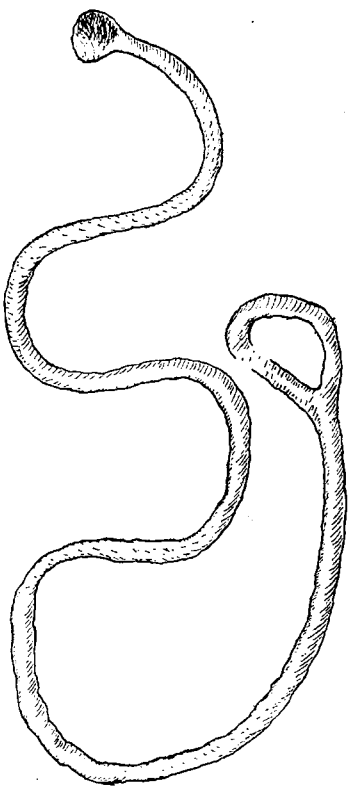


Fig. 3 — Figura serpentiforme de la Citania de Troña. Red. a 1/3.

De todas las que hemos citado, ninguna, excepto acaso las de Manio, tiene el vigor de expresión que las de Vilariça y Troña, que a su vez responden cada una a concepciones distintas a juzgar por su aspecto tan diverso. Frente a lo general en el arte rupestre de la época, ambas se hallan aisladas como si ellas solas fueran el centro de un culto y con este fin fueran labradas, en paredes verticales contra la casi unanimidad en las insculturas galaico-portuguesas de hallarse en superficies horizontales de las peñas. Ambas tam-

(1) En el trabajo anterior se hace referencia al menhir de Saint Micaud y a la tesis de S. Reinach de la existencia de serpientes-totem en Galia; según este último autor *(Cultes, mythes et religions*, I, pág. 74), los autores antiguos hablan de tres pueblos que tenian la serpiente como totem, los Psylles de la Marmárica, los Ofiogenes de Parium y los Marsios de Italia.

(2) G. Coffey, *New Grange and other incised tumuli in Ireland*, Dublin, 1912.

(3) J. Anderson, *Scotland in Pagan Times*, Edinburgh, 1887.

(4) Asi en Macalister, *Ireland in Preceltic times*, Dublin, 1921, y en el interesante trabajo de J. Simpson, *On ancient sculpturings of cups and concentric rings on stones and rocks in various parts of Scotland*, «Proceedings of the Soc. of Antiquaries of Scotland», vol. VI, Edinburgh, 1868.

bien se encuentran en citanias, o sea en relación evidente con nucleos de población (1).

Esto último plantea un interesante problema; el de saber si tales representaciones son contemporáneas de la habitación en dichas citanias o sencillamente insculturas de la edad del bronce como las restantes conocidas, que fueron utilizándose como motivo sagrado, objeto de veneración por las poblaciones posteriores, hasta la época romana inclusive. Si tenemos en cuenta los rasgos que separan las serpientes de Vilariça y Troña de los grabados serpentiformes corrientes, no habria inconveniente en suponer que son obra posterior a estos. Además aunque con razón se haya dado la plena edad del bronce como la que corresponde a la fase avanzada de las insculturas galaico-portuguesas, ningun dato seguro nos permite afirmar que terminada la edad del bronce se perdiese la tecnica del grabado en piedra; al contrario, el fenómeno, que cada dia vemos más claro que se repite en la Prehistoria, de la perduración de elementos culturales arcaicos a través de nuevas influencias progresivas, debe tambien darse en este caso (2). De no ser así podrian pertenecer a la avanzada edad del bronce (3) siendo veneradas después por los constructores de las respectivas citanias; respecto de la de Troña, aunque los restos que en ella se encuentran indica su ocupación en la época plenamente romana, su comienzo ha de situarse por lo menos unos cuantos siglos antes. Incluso podria verse en el hecho de que una inscultura fuera objeto de culto en una citania, la adopción por una población nueva y dominadora de las divinidades del pueblo autoctono, sometido (4).

Prescindiendo del dificil problema de la cronologia exacta de tales representaciones serpentiformes, es indudable que hoy tenemos ya en Troña y en Vilariça la prueba del culto a la serpiente por las tribus de la edad del hierro en el Noroeste peninsular y con ello casi seguridad de que los nombres de Ofiusa y de *Saefes (sepes)* responden a una realidad y a aquellas deben aplicarse. Nuevos hallazgos nos situarán mejor esas figuras dentro de la técnica y la cronologia de las últimas manifestaciones del Arte rupestre peninsular (5).

---

(1) Cuevillas y Bouza Brey (ob. cit., pág. 130 sígs.) insisten en la orientación hacia Levante en actitud heráldica, gallarda, con la cola erguida y la cabeza en alto como si se dispusiera a la defensa o al ataque. Tambien indican que la proximidad a una representación solar puede ser una prueba de la relación entre la serpiente y el culto solar y que ambos se encuentran tambien asociados en las decoraciones estampadas de la cerámica de estos castros.

(2) Vease Juan Cabré, *El idolo de Ciudad Rodrigo, El castro de Lerilla y sus placas de pizarra con inscripciones y grabados.* Actas y Memorias de la Soc. Esp. de A. E. y P., Madrid, t. IX, 1930, pág. 159.

(3) Aunque las lineas generales de la cronologia de las insculturas galaico-portuguesas son firmes después del trabajo clásico de H. Obermaier, *Die Bronzezeitlichen Felsgravierungen von Nordwestspanien (Galicien)* (IPEK, 1925, pág. 51) no es posible precisar el detalle como desearíamos para obtener una cronologia probable de la inscultura de Troña.

(4) El problema de la relación entre las insculturas y la habitación en los castros se plantea en muchos otros de estos: Santa Tecla, Vilariça, Sabroso, etc.

(5) En prensa esta nota, F. L. Cuevillas nos comunica haber descubierto, en las excavaciones del presente verano en Troña, una nueva inscultura serpentiforme en una peña donde se asienta una casa. Esto refuersa el interés excepcional de dicha citania y lo acertado de las hipótesis sobre el culto a la serpiente en la antigua Galicia.

Dr. Luiz de Pina
Professor aux. da Faculdade de Medicina do Pôrto

Notas para a Prè-história vimaranense

É útil e necessário — tanta vez se tem declarado — ir compondo o catálogo do recheio do Museu pertencente à Sociedade que ostenta o glorioso nome do sábio arqueólogo Dr. Martins Sarmento.

Além dos trabalhos sôbre algumas das suas peças, devidos ao seu distinto Presidente Cap. Mário Cardozo, contam-se outros do Engenheiro Rui de Serpa Pinto, José de Pina, Dr. Ricardo Freitas Ribeiro e do autor, para citar os mais recentes (1). É certo que Martins Sarmento, nos seus artigos e nos seus Cadernos, tudo inventariou; porém o seu arrolamento torna-se urgente, não só para benefício dos estudiosos portugueses e estrangeiros, como para fazer bem conhecida a riqueza do abundante material arqueológico guardado naquela prestante Sociedade.

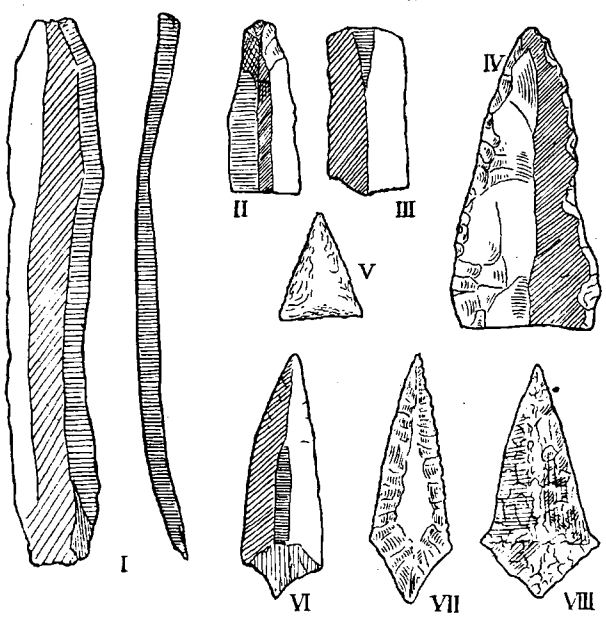


Fig. 1
(Des. do autor)

Em homenagem à memória do distintíssimo investigador, a Instituïção de que é Patrono resolveu, e muito acertadamente, publicar um volume onde se recolham estudos de individualidades nacionais e estrangeiras; o meu modesto trabalho, muito sincera prova de ilimitada admi-

(1) A mór parte publicados na *Revista de Guimarães*. Não deve esquecer-se o trabalho de Cuevillas e B. Brey «Os Oestrímnios, os Saefes e o Ofiolatria en Galiza». A Cruña. 1929 (Ed. Nós).

ração pelo notável vimaranense, limita-se a apontar alguns objectos da idade neolítica, uns já conhecidos, outros inéditos, compondo-se o pequenino rol de *facas* e *pontas de flecha,* encontradas até hoje no território do concelho de Guimarães.

Como se sabe, falta aí, completamente, o *paleolítico;* pelo menos, até o presente, ainda se não descobriram elementos que o caracterizem. E se o *neolítico* (especialmente *èneolítico)* é mais abundante, os objectos de pedra trabalhada, como os que vou apresentar, são em reduzido número.

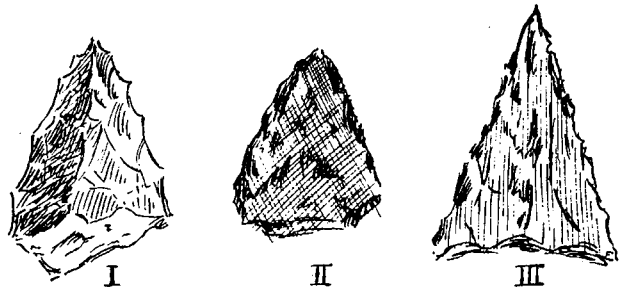


Fig. 2

(Des. do autor)

Principiarei pelos encontrados por MARTINS SARMENTO (Vidè fig. 1, n.os II, III, IV, VI, VII e VIII). Os representados na dita figura com os n.os II, III e IV são originários de Sabroso; os n.os VI, VII e VIII, de uma antela das imediações desta importante estação. São de sílice. O n.º II é apontado por SARMENTO no relato das suas escavações, publicado na «Revista de Guimarães» (1). Apresenta um desenho do mesmo, dizendo: *Trouxe-me hoje o Pennas um fragmento de silex que appareceu. Como outro, que já appareceu, este é esbranquiçado, mas rijo como ferro. Este fragmento é polido por ambas as partes.* (18 de Agôsto de 1878).

Fig. 3 — Cabeço sob cujas rochas apareceu uma ponta de flecha.

(Fot. do autor)

O n.º III parece ser também indicado por êle, nestes termos: *A altura de dous metros appareceu um outro fragmento de silex esbranquiçado. Raspador? Parece ter boccas, mas a coisa é de certo fragmento. Dir-se-ia, como alguns outros, que foi cortado á navalha como se fosse materia tenra* (2). (29 de Agôsto de 1878). Contudo, a figura por êle desenhada não dá ideia do mesmo objecto que reproduzo na minha. Tratar-se-á ainda de outra peça? Idêntica

(1) *Materiaes para a archeologia do concelho de Guimarães.* Revista de Guimarães. Vol. XXVI. N.os 1, 2. 1909.

(2) Id. Id.

àquela que SARMENTO indica em figura, não existe peça alguma no Museu, ou, pelo menos, não consegui vê-la.

Nos seus apontamentos datados de 27 de Julho (1) do mesmo ano, conta que um dos trabalhadores lhe trouxera um fragmento de sílice, que julgou ter pertencido a *ponta de flecha*. Nas notas do dia seguinte informa mais: a dita peça fôra encontrada na terra proveniente de uma das casas de Sabroso, ou próximo a esta. Deve ser aquele fragmento a que o saüdoso arqueólogo se referia nestes termos «*como outro, que já appareceu...*», na passagem há pouco transcrita.

Fig. 4 — Entrada do abrigo natural. (A cruz indica o local onde apareceu a ponta da flecha).

(Fot. do autor)

Não colhi, das notas de SARMENTO, ou no espólio do Museu, qualquer elemento que permita descrever a peça. Como o erudito investigador pensava, era um fragmento de *ponta de flecha*.

Em 1878 o mesmo trabalhador lhe entregou (20 de Junho) um *bocado de silex*, parecendo ser uma peça quebrada (2). «*Que instrumento era não é fácil adivinhá-lo*». Pelo desenho que representa e que não reproduzo, parece tratar-se de um fragmento de *faca*. Foi também encontrado em Sabroso.

O objecto encontrado na figura IV deve ser um fragmento de grande *flecha*, *lança* ou *punhal*. É uma peça de sílice, triangular, mais ou menos plana de um lado, apresentando o dorso característico do outro, constituído por uma aresta longitudinal. Os bordos são serreados. Encontra-se no Museu da Sociedade, bem como os das figuras II e III.

Pròpriamente de Sabroso, os objectos de pedra são êstes; porém outros, muito valiosos, encontrou SARMENTO, não já em Sabroso, mas no espólio duma *mamunha* da bouça de um tal Melres, que ficava próxima de quatro antelas da Gandra (estas a 939 passos da muralha do castro referido) (3).

Vão representados na fig. 1 — VI, VII e VIII. São três *pontas de flecha*, duas de sílice e uma de «*seixo negro*», no dizer de SARMENTO (a n.º VIII). O seu aparecimento data de 1880. São de forma alongada, losângica, com base triangu-

---

(1) *Materiaes para a archeologia do concelho de Guimarães*. Revista de Guimarães. Vol. XXIV. N.os 1, 2. 1909.

(2) *Materiaes, etc.* Rev. de Guim. Vol. XXIV. N.os 3, 4. 1907.

(3) Id. Id. Vol. XVIII. N.os 3, 4. 1901.

lar (pedúnculo). Duas apresentam-se bastante retocadas, como se pode ver nas figuras (1).

*

Resta apontar alguns outros objectos aparecidos numa estação também vimaranense, a Penha, cujo espólio tem sido desveladamente conservado pelo professor José de Pina, que em todos os seus momentos livres ali procede a valiosas rebuscas (2).

Neste castro èneolítico, ocupado por posteriores civilizações, e mesmo no planalto que remata o monte onde assenta, apareceram uma *faca* e três *pontas de flecha* (fig. 1 — I e fig. 2 — I, II e III), tôdas de sílice, excepto a representada em I, que é de seixo negro.

Já mencionei e fiz figurar a primoira num outro trabalho (3); tem 13, 5cm. de comprimento, por 2,5 cm. de largura máxima. É de sílice róseo. As *pontas de flecha,* aparecidas em terrenos onde há abundantes fragmentos de lascagem, são triangulares; uma sòmente, III, apresenta o seu aspecto definitivo. A n.º I pode ser também uma simples lasca de retoque ou núcleo; contudo, por certos caracteres, mais me parece uma *ponta de flecha* inacabada. A n.º II deve ser uma outra *ponta.* São, como se vê, de tipo triangular (base recta).

Fig. 5 — Fraga servindo de tecto ao abrigo natural. (A seta indica o orifício superior do canal que a atravessa).

Resta apontar uma *ponta de flecha* por mim encontrada em 13 de Agôsto de 1930, na vertente O. da Penha, representada na fig. 1 — V. É idêntica às que acabei de mostrar, medindo 2,5 cm. de altura, por 2 cm. de largura, na base. Estas quatro peças, pelas suas características, devem pertencer ao *èneolítico inicial,* ou, mesmo, ao *neolítico final* (classific. de Bosch Gimpera).

---

(1) Quer estas três peças, quer as das figs. II, III e IV, fôram já apresentadas por Mário Cardozo em *Citânia e Sabroso.* 1930.

(2) José de Pina — *A Penha eneolítica.* Rev. de Guim. Vol. XXXVIII. Fasc. 3, 4. 1928. Luís de Pina — *Uma notável estação arqueológica portuguesa: a Penha (Guimarães).* C. Rend. do XV Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie préhistorique. 1930.

(3) Luís de Pina — *Vimaranes. Antropologia, arqueologia, história.* 1929. Pôrto.

Esta última ponta apareceu no terreno que fica sob um majestoso grupo de rochas, num montículo da encosta poente da Penha, nas raias da frèguesia de Pinheiro, perto duma grande pôça chamada do Fojo e dum ribeirinho que a alimenta. Quatro dessas rochas formam um abrigo natural, onde hoje ainda se recolhem os pegureiros; um dêsses penedos, de forma ovóide, assenta sôbre os restantes.

Tendo chamado a minha atenção tal arranjo, aliás natural e semelhante a outros grupos de rochas dispersas pela serra, examinei-as bem, tendo descoberto, no rochedo que cavalga os outros, um orifício na face superior, o qual, por meio de um trajecto cilíndrico, de 1,20 m. de comprimento, comunicava com outro aberto na face superior e voltado, por isso, para o reduzido recinto formado pelas quatro grandes fragas (fig. 4).

Sem querer atribuir à mão do homem a existência dêsse canal, resolvi fazer uma escavação no terreno do recinto; a dois palmos de profundidade encontrei carvões, restos de bolota queimada e a *ponta de flecha*.

Devo dizer que existe na Lapinha (vertente oposta a esta a que me referi) outro penedo furado, ao qual andam ligadas curiosas tradições populares. A respeito daquele que há pouco indiquei, não colhi quaisquer notas etnògráficas.

Como êste trabalho não pode alongar-se, deixarei para outra ocasião mais provas, por mim colhidas, do povoamento da Penha na idade neolítica, que reputo de grande valor para o estudo da Prè-história vimaranense.

José de Pinho
Da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia

Considerações sôbre a religiosidade dos citanienses de Briteiros e Sabroso

Quando em 1899 apareceu no Pôrto a *Portugalia,* a melhor das revistas scientíficas que até à data se têm publicado no país e, nessa época, uma das melhores da Europa, entendeu, e muito bem, o seu corpo redactorial que ela fôsse apresentada ao mundo scientífico pela mão do sábio arqueólogo vimaranense, por todos os títulos ilustre, MARTINS SARMENTO, a quem os homens de sciência da sua terra estão presentemente a prestar a mais justa e merecida consagração.

E no artigo de abertura dessa revista o Mestre se ocupou de «A arte mycenica no noroeste de Hispanha».

Era o primeiro da série que tencionava trazer a público, interpretando, com o seu profundo saber, os monumentos que as suas escavações puseram a descoberto em Briteiros e Sabroso.

Infelizmente, a morte não consentiu que realizasse o seu intento: — êsse artigo foi o último que escreveu.

Ficou, portanto, sem remate a sua obra, de enorme valor, é certo, mesmo assim tal qual a deixou, mas que devia ser puramente grandiosa, se lograsse completá-la.

Como não pôde, procure cada um de nós, na medida das suas fôrças, aproveitando-se do material que tão generosamente nos legou, tirar do seu esfôrço o máximo resultado, para maior engrandecimento do seu nome e mais perfeito conhecimento da vida e costumes dos nossos antepassados.

Pelo que me diz respeito, venho prestar ao Schliemann português a minha homenagem, bem singela por sinal, contribuindo com umas ligeiras achêgas para o estudo da religiosidade dos povos citanienses de Briteiros e Sabroso.

No seu último citado artigo refere-se MARTINS SARMENTO a uma pedra da Citânia, encontrada fora do seu primitivo lugar, e tendo lavrados em alto relêvo, lado a lado e cada um inscrito no seu respectivo círculo, um trísceles e um sinal cruciforme do tipo da cruz de Malta. E, relacionando êste achado com a única associação que conhece de cruzes semelhantes num objecto de procedência micénica, é êste, entre vários, um dos dados que o leva a concluir na influência daquela cultura oriental na arte castreja do norte do País.

De resto, não procura determinar o papel que aquelas cruzes deviam representar nos dois referidos monumentos, por as julgar possìvelmente simples motivos decorativos.

Mas a sciência arqueológica avança, as descobertas sucedem-se e tal associação vem a ser egualmente conhecida em lápides das catacumbas e noutras da Escócia, da época cristã (1), na estátua de uma velha divindade gaulesa (2) e num vaso arcaico de Tera, que representa a deusa pérsica Artemisa (3).

Donde se pode inferir, com relativa segurança, que, muito embora a reünião dêstes dois motivos cruciformes nos apareça numa jóia micénica como elemento aparentemente decorativo, nos outros casos agora citados tem, sem dúvida, um significado puramente religioso.

Pois a cruz isolada e sob todos os seus variados aspectos, conhece-se abundantemente espalhada pelo velho mundo, desde o Egipto à Irlanda e da Ibéria à Índia, sôbre os mais diversos monumentos cultuais prè- e proto-cristãos, o que me leva a concluir que, desde a sua génesis, sempre desempenhou uma função hierática bem diferente, diga-se desde já, daquela que mais tarde o cristianismo lhe distribuíu.

É certo que em lápides das catacumbas se encontram algumas; mas àcêrca da sua natureza é necessário ponderar que a única imagem de Cristo crucificado que lá aparece data do século oitavo (4), e em sepulturas anteriores a Constantino se não encontra símbolo algum da Paixão (5).

Mas, em compensação, nos monumentos cristãos das primeiras idades não rareia a mão (6), que já era adorada no Egipto, na Fenícia e na Caldeia mais de mil anos antes do advento do cristianismo (7) e até a figura que veio a ser considerada o monograma de Cristo se topa, séculos antes da nossa era, numa medalha da Lídia, junto do deus Baco, noutra dos Lagidas, da época de Ptolomeu III e em medalhas dos Flávios e dos imperadores Antémio, Valentiniano e Juliano (8).

Quere isto dizer que, através do cristianismo nascente, ainda se descortinam restos de velhos cultos e a cruz primitiva é símbolo dum dêles, de todos talvez o primeiro cujas características nos é possível desvendar, logo que lhe determinemos a sua lógica filiação. Ora para Déchelette ela é um derivado da roda e portanto um símbolo astral (9).

Mas essa teoria de modo algum a posso admitir, porque, se a cruz em movimento gera a roda ou por meio de sobreposições sucessivas dá origem à estrêla, que à roda é equivalente, a inversa é que não é possível.

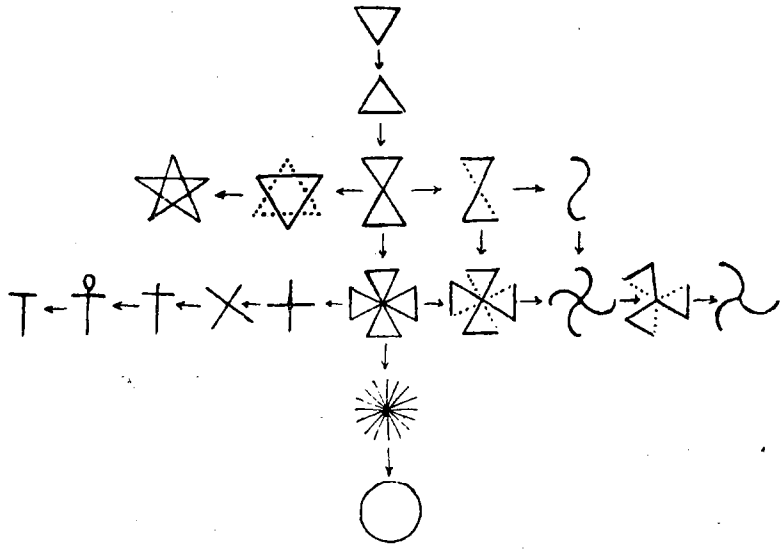
---

(1) Leite de Vasconcelos. *Religiões da Lusitania.* Vol. III, pág. 430, nota 6.
(2) Malvert. *Sciência e Religião,* trad. de Heliodoro Salgado, pág. 67.
(3) Malvert. *Ob. cit.,* pág. 68.
(4) Malvert. *Ob. cit.,* pág. 74, nota 2.
(5) René Menard. *La vie privée des anciens.* Vol. I, pág. 500.
(6) De Lagrèze. *Pompéi, les Catacombes, l'Alhambra,* pág. 268.
(7) Malvert. *Ob. cit.,* págs. 41 a 44.
(8) Malvert. *Ob. cit.,* pág. 76.
(9) Déchelette. *Manuel d'Archéologie. L'âge du bronze,* pág. 458.

E dêste êrro resulta o facto de se não poder explicar cabalmente a sua razão de ser em certos monumentos, se a tivermos de tomar por símbolo astrolátrico (1).

Já, porém, tal não acontece, se a considerarmos um símbolo sexual, derivado do triângulo púbico, base em que, a meu ver, assenta tôda a simbologia fálica.

Da forma da região onde a natureza implantou à humanidade os órgãos reprodutores, é que derivou o simbolismo religioso do machado, que igual forma tem, e assim, partindo do mais simples para o mais complicado, se passa para a bipene que dá origem dum lado ao hexalfa e ao pentalfa e do outro aos postes, da bipene para tôdas as cruzes simples, destas para a estrêla e da estrêla para a roda, símbolo do sol (fig. 1).



Símbolos fálicos simples, derivados do triângulo púbico.

Combinando depois com esta os outros elementos simples, resulta a profusa simbologia fálica, que implìcitamente compreende os símbolos astrais. E cada símbolo goza das virtudes do próprio fálus.

De modo que por tôda a parte onde o falicismo se estendeu, as cruzes lá se encontram na maior parte dos monumentos, nos vasos consagrados às cerimónias religiosas, nas vestes dos sacerdotes, ao pescoço dos guerreiros, na mão das divindades ou no alto dos seus scetros, à porta das casas, sôbre as sepulturas dos mortos queridos, etc., etc., e sempre como divindade protectora, preservando especialmente contra feitiços e encantos.

E, facto importantíssimo, não desprezando o mais insignificante dos elementos que a arqueologia dia a dia nos vai fornecendo, comparando-se entre si e com outros da etnografia antiga e moderna, está-se a poder estabelecer, de uma forma precisa e concreta, o predomínio do falicismo durante tôda a proto-história.

Não era natural, portanto, que os citanienses de Briteiros e Sabroso fizessem excepção, e é em face do material arqueológico exumado dessas arcaicas povoações que vou tentar prová-lo.

---

(1) Malvert. *Ob. cit.*, pág. 72, fig. 68.

Em Sabroso, apareceu uma bipene de bronze com argola de suspensão, a cabeça dum berrão e o focinho doutro em granito.

O primeiro é o bem conhecido símbolo sexual, a que já me referi, representando a união dos dois elementos masculino e feminino que em Micenas nos surge até entre cornos sagrados e foi dedicado a Dea-Síria e a outras divindades caracterìsticamente fálicas, como Júpiter Dolichénus (1).

Dos berrões só basta dizer que foram consagrados a Bona-Dea, Ceres e Tellus, e a ideia fálica que na Lusitânia a êles se ligava está bem patente, quanto a mim, na lenda da porca da Murça e na berroazinha da Assureira e outra berroa das Cabanas de Moncorvo, com os orgãos sexuais fortemente indicados (2).

Na Citânia, temos uma moeda aproveitada como amuleto por ter a figura dum touro; e, para se avaliar da importância cultual que êste animal desempenhou na antiguidade, devido especialmente aos cornos, símbolos do fálus, será suficiente dizer que foi consagrado às divindades fálicas Átis, Cibele, Diana, Júpiter Dolichénus, Mitra, Luna e Men (3).

Depara-se mais no rebôrdo dalguns *dolia* com o triângulo e a cruz chamada de S.to André, que podiam, bem sei, ser marcas usadas pelo proprietário, mas mais provável é que, dada a sua natureza simbólica, estes sinais antes ali desempenhassem funções amuléticas, semelhantes àquelas que, com tôda a probabilidade, se podem atribuir ao bipene, pentalfa e hexalfa grafitados que Santos Rocha encontrara em vasos das estações prè romanas dos arredores da Figueira (4), ao pentalfa gravado em fresco num tijolo de Alcobaça, da época romana ou visigótica (5), e ao hexalfa com cruz inscrita num disco de faiança antiga do Egipto, pertencente ao Museu Etnológico (6).

E finalmente à distribuïção de cruzes isoladas ou em associação, que no tempo de Sarmento sempre apareceram em pedras soltas, mas que há pouco tempo ainda houve a felicidade de encontrar, em grupo, no frontão dum estranho monumento que acabava de ser descoberto, estando as pedras ainda no seu primitivo lugar.

Tem sido muito discutido e ainda não está definitivamente assente o fim a que tal monumento era destinado.

Que êle é de natureza cultual, ninguém duvida; e também parece justificado que dentro da câmara se procedia à cremação total ou parcial dum cadáver ou duma vítima.

Resta, portanto, interpretar a função daqueles símbolos, a que venho de chamar fálicos, tanto na parte anterior como na posterior do frontão. Quanto a mim, de forma nenhuma se devem tomar por decorativos.

---

(1) J. Déchelette. *Ob. cit.*, pág. 480 e seg.

(2) José de Pinho. *A propósito duma velha jóia ibérica*, in Trabalhos da S. P. A. E. Vol. v, fasc. I, pág. 50.

(3) Cagnat et Chapot. *Manuel d'Archéologie Romaine*, T. I, pág. 474.

(4) Santos Rocha. *Estações prè-romanas da idade do ferro nos arredores da Figueira*, in Portugália, T. II, fasc. 3.º, Est. 27.

(5) Leite de Vasconcelos. *Signum Salomonis*, in Archeólogo Português. Vol. 23, pág. 283, fig. 69.

(6) L. de Vasconcelos. *Ob. e vol. cit.*, pág. 277, fig. 39.

A ideia que presidiu ao seu traçado, tanto no exterior como no interior da câmara, tudo me leva a crer que foi a mesma.

Ora no interior da câmara não era lógico que se fôsse decorar uma parede que de modo algum podia ser observada (1); e mesmo na frente, embora os símbolos estejam em simetria, o que era natural é que os motivos decorativos se repetissem dum lado e doutro.

E tal se não dá (2). A meu ver, estão ali no seu papel amulético, como guardas de porta: os do exterior, evitando que os maus espíritos vão possìvelmente perturbar o acto religioso que dentro da câmara se vai realizar; aos internos será reservada a função de preservar quem opera ou assiste, do espírito da morte ou de outro qualquer que o fogo na sua acção redutora ou purificante pusesse em liberdade e pela porta tentasse escapar-se.

Facto semelhante ainda hoje mesmo se dá entre a gente do povo, que não perdeu de todo o hábito de pôr, por cima, à frente ou atrás das portas das casas de habitação e cortes de gado, ferraduras, cornos de carneiro e outros amuletos fálicos, por causa dos maus ares ou qualquer cousa ruím.

E em apoio desta hipótese bastará, estou certo, chamar a atenção para um facto semelhante, e sem dúvida mais claro ainda, a que se refere Mr. Octobon, quando estuda os guardas da galeria dolménica de Mas de l'Aveugle (Collorgues), onde as figuras estão á entrada, uma voltada para dentro e outra para cima, defendendo assim o acesso à câmara dolménica (3).

E, nota para o meu caso importantíssima, estas pedras esculturadas, da época megalítica, onde o machado é pôsto em evidência, estão ìntimamente ligadas às estátuas menires e outros monumentos, da mesma época, nìtidamente fálicos e não astrais, o que duma forma incontestável nos vem provar que a astrolatria deriva do falicismo e não vice-versa.

A associação dos símbolos a que me venho referindo, do mesmo tipo, por vezes, mas não iguais, nada tem de estranho. A etnografia moderna claramente nos elucida a êsse respeito, dando-nos a saber que os amuletos em *cambulhada* (4) têm reforçada virtude, embora os seus componentes sejam de valor igual.

Pôsto isto, sou levado a acreditar, como Sarmento também julga, que tôdas as pedras soltas com rodas e cruzes insculturadas, deviam fazer parte de padieiras ou estar colocadas por cima delas, e tais cruzes como são anteriores ao cristianismo ou quando muito do seu alvorecer, dúvida nenhuma tenho em as considerar de natureza fálica. Demais esta hipótese não pode ser tida por demasiado ousada, se ainda na actualidade cruzes se conhecem, a que de forma alguma pode presidir a ideia cristã.

São elas, entre outras, as que se fazem com o próprio fálus sôbre um seio atacado de dada, para que esta desapareça; as que se traçam com a pá, símbolo do fálus, à boca do forno, para o pão crescer; as que se põe por cima da porta

---

(1) Mário Cardozo. *A última descoberta arqueológica na Citânia de Briteiros*, pág. 18, fig. 5.
(2) Mário Cardozo. *Ob. cit.*, pág. 15, fig. 3 b.
(3) Commandant Octobon. Revue Anthropologique, vols. x a xii, pág. 360 e segs.
(4) José de Pinho. *Ob. cit.*, pág. 17, Est. iv, figs. 1, 2, 3 e 4.

do mesmo (que, quando está cheio, desempenha o papel dum útero grávido); e as que as parteiras colocam à porta de casa como indício do seu mister.

Em conclusão: — Se não estão fora da lógica as razões expostas, os monumentos cultuais exumados das ruínas de Briteiros e Sabroso suficientemente demonstram que, pelo menos à data do abandôno daquela arcaicas povoações, lá se praticava, sem dúvida alguma, o falicismo.

Dr. Eugène Pittard
Professeur d'Anthropologie à l'Université de Genève
et
J. Wietrzykowska
Licenciée en Biologie

La grandeur du trou occipital en fonction de la capacité cranienne

Les quelques travaux — leur technique, on le sait, est particulièrement malaisée — effectués pour savoir quelles étaient les quantités respectives, à l'intérieur de la boîte cranienne, de cerveau proprement dit, de cervelet et de moëlle, ont abouti, malgré leur petit nombre, à des résultats intéressants, d'autant que ces travaux ont été entrepris, les sexes étant séparés. Malheureusement, les documents recueillis sont extrêmement insuffisants. En admettant qu'ils soient comparables entre eux — ce qui est loin d'être démontré — ils ne représentent, vis à vis des variétés humaines, que des renseignements fragmentaires. Les groupes ethniques qui les ont fournis sont en nombre infime. A cause de cela même les comparaisons, qui seraient si intéressantes à faire dans l'espace, et peut-être aussi dans le temps, sont rendues impossibles. D'autre part, il faut constater que, si nos listes du poids de l'encéphale et de ses parties contiennent quelques chiffres, nous n'avons, en regard, aucune indication relativement au surplus des caractères morphologiques des individus chez qui les observations ont été faites. Or, nous savons l'importance qu'a le développement général du corps — taille et poids — sur le développement de l'encéphale. Tout ce chapitre, si utile pour une meilleure connaissance des hommes, est à reprendre, mais avec, pour point de départ, de meilleures bases que celles qu'utilisèrent nos prédécesseurs qui n'avaient pas (et c'est à leur décharge) autant de renseignements que nous, qui réclamons surtout des comparaisons.

Les documents pondéraux que nous possédons ont montré que, dans la masse encéphalique totale, la quantité de matière cérébelleuse et la quantité de matière médullaire ne sont pas les mêmes chez l'homme et chez la femme dans un même groupe (ethnique?), relativement à la quantité de matière cérébrale. Celle-ci est plus grande chez l'homme. Autrement dit, d'une façon générale, la femme a relativement plus de moëlle et de cervelet, donc relativement moins de cerveau proprement dit que l'homme.

A cause des grandes difficultés qu'on rencontre à se procurer un « matériel de travail » en bon état, recueilli dans les conditions que peut et doit réclamer un anthropologiste — qui envisage les problèmes autrement qu'un anatomiste — nous avons cherché à obtenir, par le moyen du crâne sec, quelques renseignements. Un tel procédé, bien entendu rend impossible de jamais rien savoir quant aux quantités précises, rappelées ci-dessus, des trois éléments encéphaliques. Nous ne pouvons connaître, à l'aide de la capacité cranienne, que le développement encéphalique total. Mais il existe un rapport évident entre la grosseur de la moëlle épinière à sa sortie du crâne et la grandeur du trou occipital. Dès lors on pouvait espérer établir une relation entre l'aire du trou occipital et la capacité cranienne. Un tel renseignement est bien loin de nous apporter les éclaircissements que nous pourrions souhaiter. Mais, tout de même, il peut être intéressant de le rechercher en fonction de la race et du sexe, et, aussi, en fonction du développement général des individus.

Depuis bientôt trente ans ce problème me préoccupe. J'avais tenté une mesure de l'aire du trou occipital à l'aide d'un quadrillé, après un dessin au stéréographe. Mais je n'avais pas été satisfait de cette méthode et, sollicité par ailleurs, j'avais abandonné cette recherche. Grâce au planimètre d'Amsler, la mesure de surface du trou occipital est devenue relativement facile.

Pour que les renseignements obtenus aient tout de suite un intérêt comparatif, j'ai profité de ce qu'au Laboratoire d'Anthropologie de l'Université de Genève se trouve déposée, momentanément, la plus riche collection de squelettes de Boschimans, Hottentots, Griquas qui existe, envoyés au laboratoire par le Musée de Cape Town.

Une de mes élèves, M.elle J. Wietrzykowska a mesuré les aires du trou occipital à l'aide du planimètre. J'ai mesuré moi-même la capacité cranienne selon la méthode de Broca. J'ai ajouté aux quatre groupes ethniques mis en comparaison, une série de crânes d'Anthropoïdes, Gorilles, et Chimpanzés.

Nous avons ainsi examiné six crânes d'Anthropoïdes, 100 crânes d'Homo Alpinus (50 masculins et 50 féminins), 77 crânes de Boschimans (36 masculins, 31 féminins et 6 enfants), 7 crânes de Hottentots (4 masculins, 3 féminins), 13 crânes de Griquas (10 masculins, 3 féminins). Pour faciliter la lecture des rapports, nous avons multiplié par 1000 (au lieu de 100) la valeur du numérateur.

I. **Crânes d'Anthropoïdes** — Six crânes de Gorilles et de Chimpanzés ont été étudiés. Leur capacité cranienne varie de 430 cc. à 600 cc. (moyenne 513 cc.). La surface du trou occipital échelonne ses valeurs de 4,9^{cm2} à 6,4^{cm2}. Si la plus petite surface correspond à la plus petite capacité, il n'en est pas de même de la plus grande qui appartient à un crâne dont la capacité est de 510 cc.

Si nous arrangeons ces crânes selon la valeur croissante de leur capacité, nous constatons qu'au fur et à mesure qu'augmente celle-ci, augmente aussi la grandeur de l'aire du trou occipital. Et si nous divisons notre série en deux groupes égaux, nous constatons que la valeur du rapport ne subit pas de modifications. Elle est la même dans le groupe des moins grandes capacités et dans celui des plus grandes.

Capacité cranienne	Surface du trou occipital	Rapport
480 cc.	cm.² 5,43	11,31
547 cc.	cm.² 5,66	11,31

Si nous arrangeons ces crânes selon la valeur croissante de la surface du trou occipital, nous constatons qu'au fur et à mesure qu'augmente cette surface, augmente aussi la capacité. La série étant subdivisée en deux groupes égaux, nous trouvons:

Surface du trou occipital	Capacité cranienne	Rapport
cm.² 5,07	480 cc.	10,56
cm.² 6,03	547 cc.	12,06

Les moyennes générales sont:

Capacité cranienne	Surface du trou occipital	Rapport
513 cc.	cm.² 5,5	11,31

II. Crânes d'Homo alpinus — Nous avons examiné 100 crânes apparte nant à ce groupe ethnique: 50 masculins, 50 féminins. Les moyennes suivantes ont éte trouvées:

	Capacité cranienne	Surface du trou occipital	Rapport
hommes	1583 cc.	cm.² 7,501	4,75
femmes	1404 cc.	cm.² 6,81	4,86

On voit combien les femmes, avec une capacité cranienne plus petite que celle des hommes, ont une surface du trou occipital relativement plus grande. Les valeurs générales exposées ci-dessus doivent être accompagnées de quelques détails.

La capacité cranienne masculine s'échelonne de 1270 cc. (ce qui est très faible) à 1845 cc. (ce qui est très élevé). La surface du trou occipital varie de 6,15 cm.² à 9,2 cm.².

Nous avons établi, pour chaque groupe de 50 crânes, des subdivisions composées, chacune, de 10 individus. Voici d'abord, pour les crânes masculins, les 5 groupes de 10 crânes, rangés selon la valeur de la capacité cranienne:

Tableau 1

Crânes masculins

Groupes	Capacité cranienne	Surface du trou occipital	Rapport
1	1402,5 cc.	7,29 cm.²	5,206
2	1513,5 cc.	7,62 cm.²	4,986

Groupes	Capacité cranienne	Surface du trou occipital	Rapport
3	1584 cc.	7,43 cm.²	4,697
4	1666 cc.	7,68 cm.²	4,478
5	1750 cc.	7,56 cm.²	4,229

Si nous prenons les 20 premiers et les 20 derniers crânes de cette série, nous constatons que la surface du trou occipital augmente en fonction de la capacité cranienne croissante. Quant à la valeur du rapport, elle diminue au fur et à mesure que croît la capacité.

Sériation selon la valeur croissante de la surface du trou occipital:

Tableau 2

	Surface du trou occipital (en centimètres carrés)	Capacité cranienne	Rapport
Les 10 premiers	6,405	1564 cc.	4,102
Les 10 suivants	7,01	1543 cc.	4,577
Les 10 id.	7,48	1588 cc.	4,619
Les 10 id.	7,98	1616 cc.	4,874
Les 10 derniers	8,62	1563 cc.	5,418

Nous trouvons, à l'aide de ce petit tableau, une confirmation générale de ce qui vient d'être constaté. Nous disons « générale » car les groupes de 10 crânes ne montrent pas une valeur croissante régulière de la capacité, au fur et à mesure que s'accroît la surface du trou occipital. Cependant, si nous considérons les 20 premiers crânes et les 20 derniers, leurs moyenne (1553 cc. et 1589 cc.) montrent cet accroissement.

Quant aux valeurs du rapport, elles croissent régulièrement au fur et à mesure que s'augmente la surface du trou occipital.

Crânes féminins

Nous les ordonnons de la même façon que les crânes masculins.

Tableau 3

	Capacité cranienne	Surface du trou occipital (en centimètres carrés)	Rapport
Les 10 premiers	1267 cc.	5,66	4,570
Les 10 suivants	1336 cc.	7,03	5,195
Les 10 id.	1387 cc.	6,52	4,707
Les 10 id.	1460 cc.	7,29	4,891
Les 10 derniers	1569 cc.	7,54	4,793

Nous pourrions faire des remarques semblables à celles que suggéraient le tableau 1, c'est-à-dire que la surface du trou occipital, qui s'accroît au fur et à mesure que s'accroît la capacité cranienne, montre un à coup à la troisième dizaine (c'est au même moment aussi chez les crânes masculins) pour reprendre ensuite sa valeur ascensionnelle. La valeur du rapport diminue légèrement au fur et à mesure que s'accroît la capacité cranienne. Ici la différence est manifeste d'avec les crânes masculins chez qui la diminution était extrêmement nette.

Une observation doit être faite: les valeurs individuelles, lorsque nous les considérons dans l'ensemble des caractères qu'elles représentent, sont loin de se suivre dans un ordre croissant.

Arrangement selon la valeur croissante de la surface du trou occipital:

Tableau 4

	Surface du trou occipital (en centimètres carrés)	Capacité cranienne	Rapport
Les 10 premiers	5,35	1,349 cc.	4,076
Les 10 suivants	6,19	1,335 cc.	4,634
Les 10 id.	6,71	1,391 cc.	4,829
Les 10 id.	7,51	1,471 cc.	5,124
Les 10 derniers	8,29	1,474 cc.	5,539

La valeur de la capacité cranienne et celle des rapports se suivent en ordre croissant au fur et à mesure que s'élève la surface du trou occipital. Il n'y a qu'une exception: la deuxième dizaine de ces crânes féminins a une capacité un peu inférieure à celle du groupe qui la précède.

III. Crânes de Boschimans — Nous avons eu, à notre disposition, 77 crânes de Boschimans. 36 d'entre eux sont des crânes masculins.

Crânes masculins

Leur arrangement est le même que celui adopté pour les crânes appartenant au type de l'Homo Alpinus. Nous composerons quatre contingents: 3 groupes de 10 crânes et 1 groupe de 6 crânes.

Tableau 5

	Capacité cranienne	Surface du trou occipital (en centimètres carrés)	Rapport
Les 10 premiers	1237 cc.	7,11	5,748
Les 10 suivants	1327 cc.	7,71	5,898
Les 10 id.	1456 cc.	7,34	5,070
Les 6 derniers	1544 cc.	7,39	4,982

Avec un tel arrangement ces crânes masculins boschimans nous montrent, dans les valeurs représentant la surface du trou occpital, et aussi celles des rapports, plus d'irrégularités que les crânes du type de l'Homo Alpinus. Cependant, si nous composons deux groupes des moins fortes et des plus fortes capacités craniennes, il y a décroissance (7,41 et 7,37) de la grandeur absolue de la surface du trou occipital au fur et à mesure de la capacité croissante. On pourrait supposer que plus un crâne a de capacité, moins l'aire de la section de sa moëlle à la sortie du crâne est grande, mais une telle supposition serait prématurée. En conservant cet arrangement de deux groupes la valeur du rapport décroît très nettement en allant vers les crânes de plus forte capacité: 5,823 et 5,026.

Arrangement selon la valeur croissante de la surface du trou occipital:

Tableau 6

	Surface du trou occipital (en centimètres carrés)	Capacité cranienne	Rapport
Les 10 premiers	6,31	1321 cc.	4,901
Les 10 suivants	7,27	1399 cc.	5,356
Les 10 id.	7,89	1381 cc.	5,789
Les 6 derniers	8,55	1404 cc.	6,123

En composant deux groupes: des 20 premiers et des 16 derniers, on voit que la capacité augmente — d'ailleurs très légèrement — au fur et à mesure que s'accroît la surface du trou occipital. La valeur du rapport, elle, augmente régulièrement.

Crânes féminins

Nous avons pu examiner 31 crânes de femmes Boschimans. Nous composerons trois groupes: un de 11 crânes et deux de 10 crânes.

Tableau 7

	Capacité cranienne	Surface du trou occipital (en centimètres carrés)	Rapport
Les 11 premiers	1194 cc.	6,78	5,261
Les 10 suivants	1286 cc.	7,11	5,531
Les 10 derniers	1388 cc.	7,04	5,074

Les crânes ayant la plus forte capacité cranienne n'ont pas, en même temps, la plus grande surface du trou occipital. Ils sont devancés par des crânes qui ont 100 cc. de moins qu'eux. Les valeurs des rapports se présentent en désordre. Les crânes féminins ne semblent pas présenter, dans leur construction générale, un arrangement où l'équilibre entre la quantité de l'encéphale et la quantité de la moëlle à sa sortie du crâne se maintient.

Arrangement selon la valeur croissante de la surface du trou occipital (comme ci-dessus le premier groupe contient 11 crânes):

Tableau 8

Surface du trou occipital (en centimètres carrés)	Capacité cranienne	Rapport
6,16	1251 cc.	4,981
6,76	1303 cc.	5,348
8,08	1309 cc.	6,202

La capacité cranienne et la valeur des rapports croissent au fur et à mesure que s'agrandit l'aire du trou occipital.

À ces crânes masculins et féminins nous avons ajouté l'examen de quelques crânes d'enfants. Ici, il est inutile de tenter de définir les sexes avec exactitude. La capacité cranienne varie de 1050 cc. à 1340 cc. Le grand écart existant entre ces deux chiffres s'explique par la différence d'âges des crânes mis à notre disposition. Toutefois nous faisons remarquer que la plus faible capacité de cette série d'enfants n'est pas beaucoup plus petite que les plus faibles capacités offertes par la série féminine des Boschimans (1080 cc.). D'autre part, l'aire du trou occipital la moins développée (5,7 centimètres carrés) n'est guère inférieure à la plus petite surface trouvée chez un crâne féminin adulte de Boschiman (5,8 cm. carrés). Pour ces crânes d'enfants les trois moyennes sont les suivantes:

Capacité cranienne	Surface du trou occipital	Rapport
1157 cc.	6,4 cm²	5,570

Le chiffre relativement élevé du rapport montre que, chez les enfants, l'ouverture du trou occipital est, relativement à la grandeur encéphalique, très considérable. Ce chiffre est supérieur aux trois moyennes féminines. Il dépasse deux fois — sur quatre — les mêmes moyennes offertes par les crânes féminins. Cette observation peut être le point de départ d'une très intéressante recherche.

IV. Crânes de Hottentots — Nous n'avons pu étudier qu'une toute petite série de crânes de Hottentots (4 masculins, 3 féminins). Néanmoins nous pensons que les chiffres que nous avons obtenus méritent d'être ajoutés, ne serait-ce qu'à titre de comparaison ethnique, à ceux qui ont été indiqués ci-dessus.

Tableau 9

	Capacité cranienne	Surface du trou occipital	Rapport
Crânes masculins	1306 cc.	6,8 cm.²	5,860
Crânes féminins	1283 cc.	8,3 cm.²	6,506

S'il était possible d'utiliser avec force des documents obtenus par l'étude de séries aussi minimes, nous aurions sous les yeux des choses bien intéressantes. Les femmes hottentotes ont une surface du trou occiptal particulièrement grande. Aucune moyenne féminine n'atteint celle-là. Et si nous consultons les chiffres individuels de la série féminine des Boschimans, nous n'en trouvons que quatre qui dépassent celui de la moyenne des Hottentotes. Est-ce à dire que les femmes appartenant à ce groupe ethnique sont caractérisées par une ouverture occipitale particulièrement grande? Il serait téméraire de l'affirmer. Toutefois, il y a lieu de remarquer qu'un des crânes masculins a la surface du trou occipital mesurant 9 cm. carrés et que la même surface mesure 9,8 cm. carrés chez un crâne féminin. Ce sont là des chiffres tout à fait exceptionnels. Sur les 50 crânes masculins du type de l'Homo Alpinus nous avons trouvé deux crânes dont la surface du trou occipital dépasse ce chiffre; sur 50 crânes féminins du même groupe nous n'en avons trouvé aucun. Et, non plus, aucun crâne masculin et féminin du groupe des Boschimans n'a montré, un trou occipital pareillement grand.

V. Crânes de Griquas — Faisons tout de suite nos réserves au sujet de la série féminine. Elle est composée par un trop petit nombre d'individus pour que les moyennes calculées puissent être considérées comme ayant une grande valeur.

Crânes masculins

Il y a 10 crânes masculins. Leurs capacités s'échelonnent de 1310 cc. à 1505 cc. Cet ensemble est relativement homogène. Relativement, car l'écart entre les extrêmes est tout de même de 200 cc.

La surface de l'ouverture occipitale varie de 5,2 cm. carrés à 9,9 cm. carrés. Ce dernier chiffre doit être considéré comme particulièrement grand. Il représente la plus grande aire de l'ouverture occipitale de tous les crânes que nous avons étudiés. Et cependant nous avons trouvé, parmi les crânes appartenant à la série du type de l'Homo Alpinus, des capacités autrement plus grandes que celle (1505 cc.) du crâne à qui appartient cette surface exceptionnelle du trou occipital. Les valeurs des rapports s'échelonnent de 3,955 à 6,713. Nous n'avons trouvé, sur 194 crânes masculins et féminins étudiés à ce point de vue, qu'un seul d'entre eux (crâne féminin de Boschiman) dont l'indice dépassait ce chiffre.

Ces 10 crânes masculins nous ont donné les moyennes que voici:

Capacité cranienne	Surface du trou occipital	Rapport
1402 cc.	7,62 cm.^{2}	5,436

La capacité moyenne des crânes de Griquas dépasse celle des crânes masculins des Boschimans et des Hottentots. Mais elle est inférieure à celle des crânes provenant du type Alpinus.

Crânes féminins

Nous avons dit la petitesse numérique de cette série. Nous n'indiquons que les moyennes des trois caractères étudiés.

Capacité cranienne	Surface du trou occipital	Rapport
1245 cc.	7,08 cm.²	5,554

*

Arrivés au bout de cette analyse sommaire il est nécessaire d'avoir une vue synoptique des résultats que nous avons obtenus. Nous les inscrivons dans un tableau récapitulatif qui ne contient que les moyennes.

Tableau 10

		Capacité cranienne	Surf. en cm. carrés du tr. occ.	Rapports
Anthropoïdes		513 cc.	5,55	11,31
Homo Alpinus,	hommes	1583 cc.	7,501	4,75
	femmes	1404 cc.	6,81	4,86
Boschimans	hommes	1374 cc.	7,39	5,44
	femmes	1287 cc.	6,97	5,49
	enfants	1157 cc.	6,4	5,57
Hottentots	hommes	1306 cc.	6,8	5,86
	femmes	1283 cc.	8,3	6,50
Griquas	hommes	1402 cc.	7,62	5,43
	femmes	1245 cc.	7,08	5,55

Le contenu de ce tableau appelle quelques explications complémentaires. Nous utilisons, pour ces compléments, les moyennes des groupes de 10 crânes telles que les ont fournies les séries du type de l'Homo Alpinus et des Boschimans.

Si nous considérons d'abord les séries masculines, nous voyons combien la capacité cranienne des crânes d'Européens dépasse celle des trois groupes humains habitant l'Afrique auxquels nous les comparons. Parmi ces derniers, les Griquas, qui ont le plus grand crâne, ont une capacité qui reste de 181 cc. en arrière de celle des crânes du type de l'Homo Alpinus. Et cependant les Européens de ce type ne sont pas des hommes de haute stature. Ils sont, pourtant, en moyenne, notablement plus grands que les Africains, (sauf peut-être que les Griquas) qui, dans cet examen, sont mis en parallèle avec eux.

La présente étude n'a pas, pour objet essentiel, un examen comparatif du développement de l'encéphale dans les groupes ethniques — ceux qui sont connus à cet égard ne sont pas assez nombreux pour cela — mais il était néces-

saire de s'arrêter un instant sur ce caractère, d'autant plus que les résultats ci-dessus ont été obtenus par les mêmes auteurs, à l'aide des mêmes procédés.

Ce qui vient d'être dit s'applique également aux crânes féminins. Ceux appartenant au type de l'Homo Alpinus ont une capacité cranienne autrement plus grande que les crânes africains des trois autres séries.

La plus grande surface, en centimètres carrés, du trou occipital est, chez les hommes, celle des Griquas, puis vient celle des crânes du type de l'Homo Alpinus et celle des Boschimans. Les crânes de Hottentots n'arrivent qu'assez en arrière. Peut-être la raison de cette différence réside-t-elle dans le petit nombre de crânes appartenant à ce groupe?

Chez les crânes féminins cette surface est particulièrement grande chez les femmes hottentotes, puis chez les femmes Griquas. Les crânes féminins du type de l'Homo Alpinus n'arrivent qu'en fin de la colonne.

Conclusions— Les Anthropoïdes ont un rapport de la grandeur du trou occipital à la capacité cranienne de valeur très élevée. Si la section de leur moëlle épinière est absolument de plus faible surface, elle est, relativement, beaucoup plus grande que celle des Hommes.

Les Européens considérés ici, c'est-à-dire les représentants du type brachycéphale de l'Homo Alpinus ont une surface de section de la moëlle épinière à la sortie du crâne relativement beaucoup plus petite que celle des trois populations africaines auxquelles ils sont comparés.

Lorsque les séries craniennes sont arrangées selon la valeur décroissante de la capacité, on voit s'élever la valeur du rapport au fur et à mesure que diminue la quantité de matière encéphalique. Autrement dit les grands encéphales ont une moëlle épinière relativement peu développée à sa sortie du crâne. Aux petits encéphales sont associées de grosses moëlles épinières.

Les sexes présentent entre eux cette différence que la valeur des indices, chez les divers groupes ethniques considérés, est toujours plus élevée chez les femmes que chez les hommes. Il en résulte que la femme a, par comparaison à l'homme de son groupe, une section de la moëlle qui, par rapport à la capacité cranienne, est relativement plus étendue. La moëlle épinière est donc chez elle, relativement plus volumineuse à sa sortie du crâne que celle de l'homme.

Nous avons là comme une confirmation, malheureusement encore restreinte, de ce qu'ont montré les quelques études faites directement sur la matière encéphalique elle-même.

Enfin, en simplifiant les données du problème, nous pouvons dire que les Blancs paraissent avoir plus de matière encéphalique totale que les autres groupes ethniques (ici les Jaunes d'Afrique) et que, malgré cela ils ont une moëlle épinière moins volumineuse, à sa sortie du crâne, que ces Africains.

De telles recherches — on saisit leur importance — devraient pouvoir devenir largement comparatives, c'est-à-dire qu'elles devraient être étendues à tous les groupes ethniques.

Dr. C. Ş. Nicolaescu Plopşor
Président de l'Institut d'Archéologie Olténienne

Les Celtes en Olténie

Camille Julian, A. Katzaroff et N. Vulič ont étudié d'après les sources littéraires, la dispersion des Celtes dans la Péninsule Balcanique.

Le regretté archéologue roumain V. Pârvan a établi, en ce qui concerne la Dacie, la corrélation entre les écrits des auteurs antiques et les découvertes archéologiques, en arrivant aux conclusions suivantes:

Les anciennes sources littéraires mentionnent la présence des Celtes dans la région du Danube, à partir de 335 av. J.-Chr. à peine, tandis que les objets archéo-La Tène, de Turocz (N. de la Slovaquie) — casque — de Barsod (sur la Tissa) — épée, couteau, plaque d'argent ornementée — et, de Silivaş (Transylvanie) — tombe contenant un casque, épée, couteaux, lances — nous démontrent que le plus ancien flot celtique est venu de la Bohême et de la Moravie, en avançant vers les Carpathes, au ve siècle.

De même de La Tène-I, il y a des vestiges celtiques à Sedriaş-Odorhei et Copisc — où l'on a trouvé des fibules — à Prejmar près de Braşov — tombe contenant un char, harnachement, débris d'épées, etc., — et un riche centre industriel à Muncacs.

Dans La Tène-II, la civilisation celtique joua, dans nos contrées, un rôle important en atteignant l'apogée dans La Tène-III, après laquelle la civilisation romaine devient décisive.

Quoique voisins avec les Daces au ve, au IVe et au IIIe siècle, ils n'étaient pas en bons rapports.

Au IIe siècle cependant ils deviennent des alliés dans les expéditions communes contre la Macédoine et l'Illyrie Romaine, pour qu'à la fin «la plus sauvage inimitié» fasse de Burebista «le tueur de Celtes», pour conquérir, en massacrant la population, les territoires celtes voisins à la Dacie.

Pendant ces siècles, la classe dominante dace empruntait aux Celtes leur splendide civilisation, qu'elle greffa sur le fond de l'ancienne civilisation carpathique, laquelle arriva, dès l'âge du bronze, à un état très florissant.

En Olténie, les découvertes celtiques de Gruia, Severin, Simian et Gogoşita, sont attribuées par Pârvan aux Scordisques de la IIe période La Tène, qui, dans la IIIe période, furent battus et refoulés par les Daces.

Les tombes découvertes sont des tombes de guerriers. « *Nul objet celtique de nature pacifique n'y a été trouvé* ».

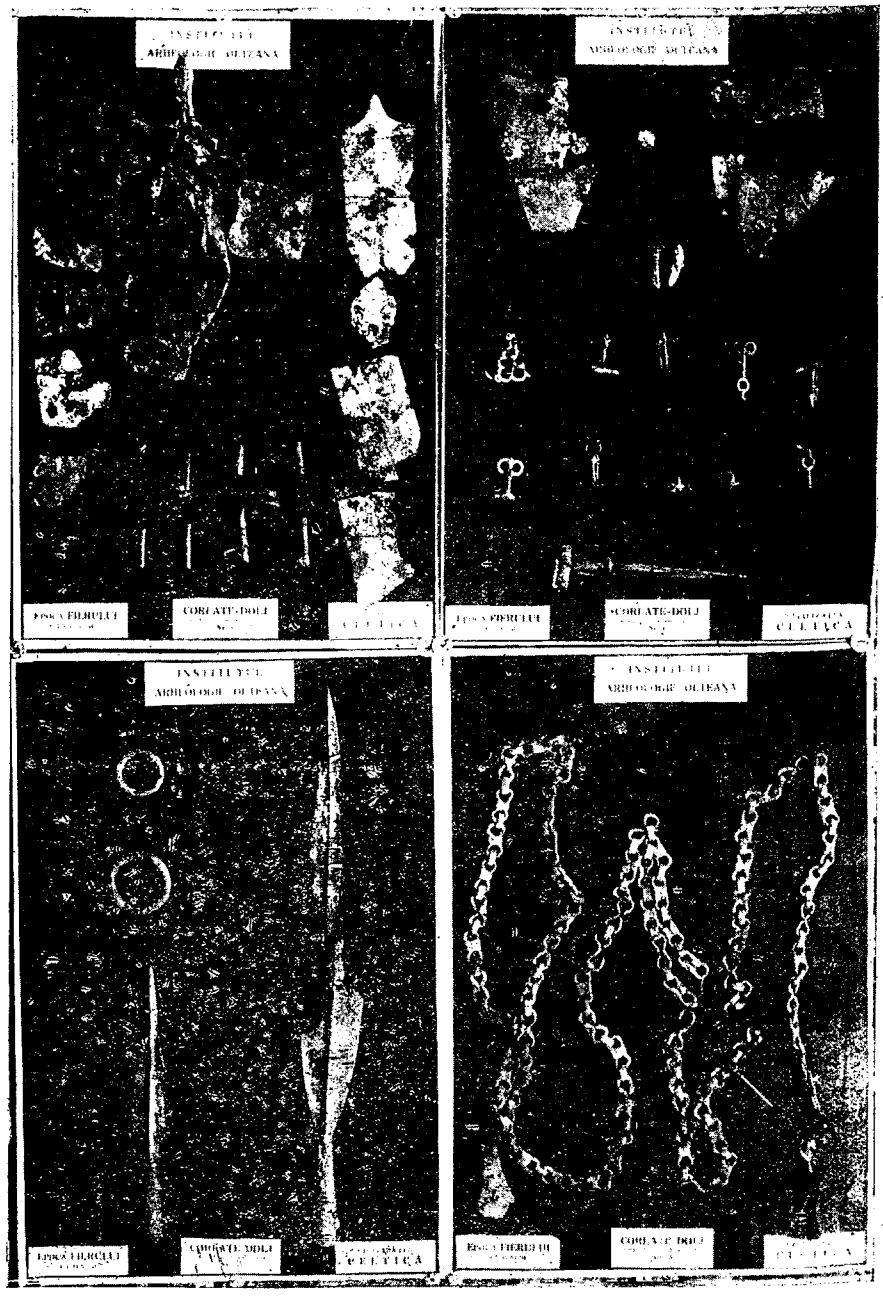


Fig. 1 — Objets appartenant aux tombes d'incinération de Corlate-Dolj.

Les seules traces laissées sur le territoire de l'Olténie, sont « les armes avec lesquelles ils s'étaient défendus jusqu'à la dernière heure ».

Les découvertes de Corlate, Orodel, Cetate, Bârca et Fântânele, toutes dans le district de Dolj, inconnues à V. Pârvan, confirment les affirmations de ce dernier.

Mais arrêtons-nous plus attentivement à nos nouvelles découvertes:

A *Corlate-Dolj*, les recherches faites par l'Institut d'Archéologie Olténienne pendant l'été de l'an 1931, ont mené à la découverte d'un cimetière celtique, et les fouilles ont mis à jour trois tombes d'incinération, ayant un inventaire très intéressant.

La première tombe contient une épée tordue rituellement, une fibule, un umbo et des ornements de bouclier;

la deuxième, une lance pliée rituellement et un anneau;

la troisième, une belle chaîne de ceinture.

A *Orodel-Dolj*, on a découvert accidentellement, en 1917, une tombe celtique contenant une épée, un couteau courbé, une lance et un mors.

A *Cetate-Dolj*, avant la guerre, on a découvert une tombe contenant une épée, un couteau courbé avec son fourreau et une lance. Malheureusement l'épée a été perdue.

De même à *Golenti-Dolj*, on a découvert un couteau courbé et une lance, à Bârca une fibule en argent et à Fântânele une chaîne de ceinture en argent.

Dans le district de Mehedinţi, on a également découvert deux couteaux courbés, lesquels, d'après la patine donnée par le feu, apartiennent à des tombeaux d'incinération.

Outre la découverte des tombes celtiques, on a fait dans cette région de l'Olténie, de fréquentes découvertes de monnaies barbares et même de trésors, comme par exemple ceux de Căciulătesi et Pielesti-Dolj.

Je renonce volontairement à la description détaillée de tous ces objets, ayant l'occasion de les présenter dans les planches ci-jointes.

En définitif, il reste bien établi, comme résultat de nos nouvelles découvertes, *au point de vue archéologique*, que:

La répartition géographique des tombes celtiques en correspondant en même temps avec les trésors de monnaies barbares prétendues daces, nous pousse vers la première opinion, que ces monnaies sont celtiques et non pas daces.

Non seulement les monnaies attribuées aux Daces peuvent être celtiques, mais aussi le couteau de combat dace — que nous connaissons bien de la colonne de Trajan — nous semble une arme celtique.

La céramique qui accompagne les trésors monétaires et les tombes, n'est pas celtique — travaillée au tour — mais dace primitive de tradition néolithique.

La prétendue céramique celtique de l'Olténie, étant beaucoup plus tardive, il s'en suit que les objets en fer de fabrication celtique, ont pénétré en Olténie en même temps que les Celtes envahisseurs, donc beaucoup plus antérieurement aux objets fabriqués en céramique.

Dans leur avancement vers l'Orient, les Celtes commencent à connaître l'incinération en Bohême; arrivés en Olténie, ils la pratiquent pleinement.

Au point de vue historique: Après avoir soumis la plaine olténienne, tout au moins jusqu'à la rivière Jiul, ils pénètrent audacieusement en plein coeur de l'Olténie tout le long des vallées.

L'Olténie a été le théâtre de luttes acharnées daco-celtiques.
Les Celtes qui habitaient les rives du Danube, avançaient vers les Carpa-

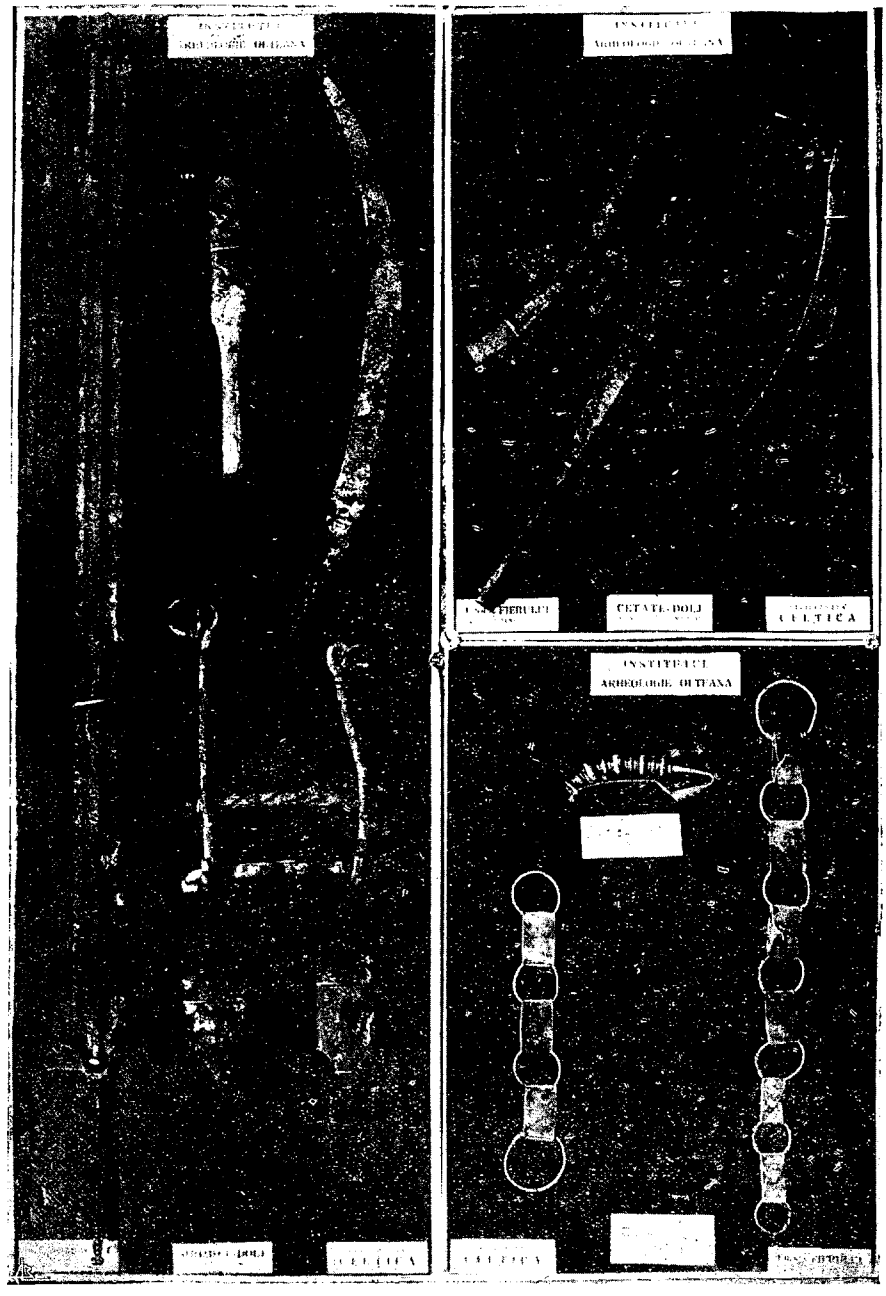


Fig. 2 — Objets appartenant aux tombes celtiques d'Orodel, Cetate, Bârca et Fântânele-Dolj.

thes, mais malgré la supériorité de leur armement, ils ont subi de fréquentes et sanglantes défaites.

Les enterrements hâtifs — la cendre et les armes brisées, seulement, sans vases, — nous montrent que ces chevaliers guerriers ne se trouvaient pas chez eux.

L'influence celtique sur l'organisation politico-militaire des Daces, basée sur une technique métallurgique supérieure et un merveilleux système de lutte et de fortification, transforme bientôt le peuple pacifique de laboureurs et de pâtres en un peuple redouté par les Maîtres du Monde même.

Note. Pour mieux apprécier les dimensions des objets présentés dans les deux planches, je me permets de remarquer que la longue épée d'Orodel a une longueur de 943 mm.

Dr. Edgar Prestage, M. A., D. Litt. Oxon.
Camoens Professor in the University of London, King's College.

Portugal: a Pioneer of Christianity [1]

Portugal owes her place in world history to the voyages of discovery, in which she took her flag, the Cross of Christ, into almost every sea, to her martial successes in the East, where she crippled the power of Islam, then a grave menace, like Bolchevism today, to her colonisation of Brazil and to her missionary enterprise. All these achievements were either in part inspired by, or directly promoted the cause of Christianity and no land of her small extent and population and her poverty has such a record in modern times; she is a little strip of land on the West coast of the Peninsula and at her zenith, in the early 16th. century, the number of inhabitants did not exceed a million and a half.

Her origin is part of the history of the crusades; she was born in the struggle to recover the Peninsula from the Moors, which began shortly after their arrival in 710 and only ended in 1492 with the conquest of Grenada and she kept up the crusading spirit until the end of the 16th. century, that is to a time when, as a result of the Renaissance, supernatural faith had grown dull almost everywhere and the northern countries were divided by religious controversies and wars and their rulers inspired by purely material aims. In 1578 King Sebastian lost his life and army at the battle of Alcacer in the attempt to win Morroco for the law of Christ: if criminally rash and obstinate, he was undoubtedly sincere. The national poem, the *Lusiads* of Camoens, has for its subject the men who spread the faith and founded an empire in pagan lands, the two objects being inseparable, and the poet laments the dissensions among Christians in other countries and inveighs against German and English heresy and the alliance of the Most Christian King of France with the Turk.

In 1415 the Portuguese had carried the crusade overseas and captured Ceuta and in 1418 Henry the Navigator, son of John I and Philippa of Lancaster, inaugurated the voyages which led to the finding of the sea route to

(1) An extract from a Public Lecture given at the Taylor Institution, Oxford, on the 17th. November 1932.

India, to the creation of an Eastern dominion and to the discovery of Brazil. Christianity followed the flag, but the real work of evangelization only began under John III, the Pious. The first priests sent to the East were seculars and Franciscans, who by their small numbers could do little more than attend to the spiritual needs of the soldiers in the fortresses, but they established contact with the so-called St. Thomas's Christians on the Malabar coast and these schismatics were subsequently won back by the Carmelites, thanks to whom we have the Syro-Catholic dioceses of Southern India with a native hierarchy. However John III recognised his responsibilities more fully than his father, Manuel I, and made the spread of the faith his main object; he called to his aid the newly founded Society of Jesus, and missionary enterprise became active and about 1600 reached its climax; it then began to decline and in the East almost came to an end by 1680. The reasons for this were first the unrest at home caused by the unpopular union with Spain, during which the energies of the clergy were largely devoted to nationalist propaganda and secondly the war with the Dutch in the colonies. The Portuguese went to the East with a double object, to evangelise and trade, but the Dutch, who followed them at the end of the 16th. century, had only material aims and in pursuit of these they attacked the monopoly of the Portuguese and finally overthrew their dominion by capturing most of the settlements in India and all those in Ceylon, Malaya and the Moluccas. As Calvinists they hated Catholicism and suppressed it wherever they ruled, and the English, having the same aims, and a similar creed, joined hands with them at first though they did not actively persecute the Catholic faith.

One of the results of the Dutch invasion was that the Portuguese had neither the money nor the subjects to carry on missionary work outside the few settlements left to them, though they continued to enjoy the right of patronage over many Eastern Sees and gave bishops to Pekin and Nankin until the end of the 18th. century.

In 1542 St. Francis Xavier arrived in the East and for ten years, until his death in 1552 on an Island of the coast of China, lived and worked in India, Ceylon, Malacca, the Moluccas and Japan with astonishing results; and though he was a Basque and some of his collaborators were also foreigners, John III who sent him out and sustained him and the Portuguese who helped him, deserve much of the credit for the harvest, which was largely augmented by his successors.

From 1541 to 1724, 1650 Jesuit missionaries left the port of Lisbon and by 1640 the Society had converted and baptised about one million souls. Their field extended from East Africa to the Moluccas and Japan on the one side and from West Africa to Brazil on the other and in addition to evangelisation, they devoted themselves to higher and secondary instruction and built or taught in numerous colleges and seminaries. At Coimbra they renewed scholastic philosophy and could boast of such men as Suarez, the *doctor eximius*, and Pedro da Fonseca, called the Portuguese Aristotle. At the date of the suppression of the Society in 1759, they directed 20 colleges and 3 seminaries in Portugal, the Atlantic islands and West Africa, 10 colleges and 3 seminaries

in the province of Goa, 8 colleges and 2 seminaries in Malabar, 4 colleges and 1 seminary in China and until persecution destroyed the large and flourishing church in Japan founded by them, they had 6 colleges and 2 seminaries there. They also introduced the printing press into India and Japan, and composed and issued grammars and dictionaries in the native languages.

In Brazil they had 9 colleges an 1 seminary and it is generally agreed that the civilisation of that vast country, as large as the United States, owes much to them; Father José de Anchieta earned the title of the «Apostle of Brazil» and his Tupi grammar is the most important monument of that language. In Brazil the Jesuits acted as the protectors of the natives against the efforts of the colonists to enslave them and had to suffer persecutions and exiles on this account.

But not only did the Society spread the Gospel and instruction in distant and savage countries, its members explored them and sent to Europe the first notices of their geography and history, life and customs. António de Andrade discovered Thibet, while Bento de Goes made a five years journey overland from India to China; Matthew Ricci was the pioneer of modern Chinese studies and he was followed by Álvaro Semedo, author of the *Imperio da China*, the fruit of twenty-two years investigation on the spot; Luís Froes wrote a history of Japan which has lately been published in a German translation. The journeys of Pedro Paes and Jerónimo Lôbo to find the sources of the Nile are famous, the latter's work was translated by Samuel Johnson and the writings of these Jesuit travellers have been collected into 15 volumes by Father Beccari, under the title *Rerum Aethiopicarum Scriptores Occidentales inediti.*

It is easy to read of and admire these achievements in the calm of a library, though admiration must be accompanied by a feeling of one's own misery by comparison with such men, but it is almost impossible to realise their pains, perils, and heroic endurance, ending in death in a distant land and often at the hands of a cruel executioner. These pioneers of Christianity might indeed apply to themselves the words of St. Paul in the 2nd. Epistle to the Corinthians Caps. XI and XII which are read on Sexagesima Sunday.

Of all the missions founded by St. Francis Xavier, the most fruitful were those of Japan, which at the end of the 16th. century counted 300.000 converts of all classes, but the very success of the work aroused opposition and ultimately led to its almost complete destruction.

The causes of the persecution seem to have been the influence of the bonzes, the fear (1) of the authorities that conversion would lead to foreign conquest, as in the Philippines and the indiscreet zeal of some of the Spanish missionaries. In 1615 a general edict was issued against Christianity and enforced by persecution and the death penalty; at first priests were merely deported, afterwards those who remained in the country or entered it contrary to the edict were executed. Native laymen suffered the same fate and rivalled

(1) This fear was fostered by the Dutch traders and by William Adams, the first Englishman to visit Japan.

the clergy in their constancy, a fact of which non-Christian Japanese of today are proud. In 1597, 26 Jesuits and Franciscans were crucified, in 1622, 55 priests and laymen were decapitated or burnt in the presence of 30.000 spectators, Christian and heathen; in 1640, 61 persons of different nationalities, including 4 Portuguese ambassadors from Macau and a girl of 8 years, were publicly done to death. Two years earlier 37.000 native Christians retired to a fortress near Shimabara to defend themselves, a Dutch ship was called upon to bombard the place for a fortnight and all were massacred. By such help to the authorities and by avoiding all show of Christianity, the Dutch were able to capture the foreign trade when the Portuguese were expelled, but they had to submit to the greatest personal humiliations.

No country in modern times had so many martyrs as Japan, but every mission could boast of some, among the most famous being João de Brito in Madura and Gonçalo da Silveira, the proto-martyr of East Africa, while the crown was also earned on the high seas by Blessed Ignatius Azevedo and his companions, thrown overboard by Huguenot pirates. The numbers of the glorious army are given by Father Brou in his biography of St. Francis; 40 in the Indies, 27 in Indo-China, 32 in China, 111 in Japan, 12 in the Indian Archipelago and 24 at sea; these figures only relate to Jesuits.

The methods adopted by the authorities in India, under instructions from John III, to assist evangelisation are condemned by some modern writers, who point to the fact that they destroyed mosques and pagodas in the settlements, put pagans under civil disabilities, or expelled them, and attracted converts by gifts and the grant of privileges. Pressure and an appeal to worldly interests certainly played a part, but in the opinion of Father E. R. Hull a competent authority and a foreigner (1), the Portuguese owed their success as a whole to moral and legitimate influence. There was as a rule no compulsory conversion, as took place in Germany to Protestantism *(cujus regio, illius religio)* the first Provincial Council of Goa in 1567 forbade it and the Constitutions of the Archbishopric contained a provision to that effect. The private practice of the Hindu and Moslem religions was not interfered with, but only outward acts of worship, and the eviction of pagans from the fortresses and their neighbourhood was chiefly dictated by political considerations; they plotted against the State and oppresses the native converts. Capital has also been made out of the injustices of the Inquisition by writers like Dellon (2) and others, as if lay courts of justice were then and later less severe, but it had nothing to do with pagans or conversions, and dealt only with lapses from Christianity and crimes by Catholics; St. Francis Xavier, who had seen it at work in Lisbon, urged its establishment in India to deal with renegades, and officials who hindered missionary work. The Portuguese by their bad example were often an obstacle to evangelisation and the Saint once went so far as to say in a letter to Father Rodrigues, the Provincial of Portugal: «Do not let any of your friends come

(1) *Bombay mission history and the Padroado question*, pp. 12, 13, 215.
(2) *Relation de l'Inquisition de Goa.* Paris, 1688.

to India in an official capacity; to these men the words, *let them be blotted out of the book of the living and not inscribed among the just* can be strictly applied»; he alluded to the robberies they practised. The Portuguese had the faith, but too often it was a faith which went far to tempt God, and the historian Gaspar Correia concludes his Lendas with the frank words: «we have forgotten all, our ingratitude is shown by the excess of our sins». There was however a good side, even among the laity, and the annals of the Portuguese in the East contain such names as those of Nuno da Cunha, D. Estêvão da Gama, D. João de Castro, rulers of India, Antonio Galvão, governor and apostle of the Moluccas (1), and a host of lesser men who helped to apread the Gospel by word and example, and provided for the material needs of the natives. Pyrard de Laval considered the Royal Hospital in Goa the finest in the world and the Confraternities of pity, or Misericordias, existing in Portugal and the colonies were and still are monuments of Christian charity. Moreover and notwithstanding every obstacle, the self-sacrificing labours of the Portuguese missionaries and their foreign helpers had permanent results and these are most evident today in Ceylon, India and Brazil. In Ceylon the native Church they founded withstood 150 years of persecution by the Dutch and when the English arrived in the island, it still numbered 70.000 adherents, thanks largely to a succession of Goan priests who visited them in disguise at the risk of their lives; one of these priests, Father Vaz, won the title of the Apostle of Ceylon. In India the great majority of Christians descend from those converted by the Portuguese and there are also native communities in Malaya, South China and elsewhere sprung from the same source. Brazil has lately given evidence of its faith by erecting a colossal statue of Christ the King on the summit of Mount Corcovado overlooking the capital and though Church and State are separated, it has not banished the teaching of Christian doctrine from the schools; it has learnt from the experience of other countries that education not based on religion is worse than ignorance of letters and that learning does not necessarily promote morality or give a passport to Heaven.

On the other hand the once numerous Church in the Congo disappeared in the 17th. century owing to the intestine wars and lack of clergy, that of the Zambesi in the 18th. century from the same causes and in Abyssinia nationalism destroyed the work of the Jesuits. That Abyssinia did not lose Christianity altogether was due to the expedition under D. Cristovão da Gama, which prevented the country from being overwhelmed by the Arabs; in an often quoted passage, Gibbon said with truth: «Etiopia was saved by 450 Portuguese».

The 16th. century was a golden age for the church at home as well as abroad; it produced Frei Bartolomeu of the Martyrs, the saintly Archbishop of Braga, a champion of reform at the Council of Trent, another Dominican, Frei Luís de Sousa, a famous prose writer, Jerónimo Osório, Bishop of Silves,

---

(1) Lavanha agrees with Castanheda that the salvation of souls was his first thought in all his work.

the controversalist and Latin scholar and Frei Tomé de Jesus, the ascetic writer, author of the *Sufferings of Jesus*, which has eleven English edictions. After the Restoration, the 17th. century witnessed a revival of ecclesiastical as well of political energy, the leading figures in which were Frei Bartolomeu do Quental, founder of the Oratory, his foremost disciple Frei Manuel Bernardes and the inspired preacher Frei António das Chagas.

The relations between the Court of Lisbon and the Holy See were usually very cordial and the title of *Most Faithful* was bestowed by Benedict XIV in 1748 on John V, who built the convent of Mafra and in 1717 sent a fleet against the Turks which had the chief part in the victory of Matapan, but King Duarte had claimed it 300 years earlier and it would not be too much to say that nearly all the Kings of Portugal previous to John deserved it, both personally and as representatives of the nation. In the great Schism of the West, Portugal adhered to the true Pope, the Reformation never found an entry there and the monarchs of the 15th. and 16th. centuries were especially zealous Christians; in this respect no royal line in Europe can have rivalled the House of Aviz. They showed a fatherly interest in their subjects and a decree of 16th. March 1568 is typical of their solicitude; those who went to the colonies were ordered to confess and receive Holy Communion before embarking, as «it is the first thing they ought to do, because they are going to remote parts and with probable peril of death»; any one who could not produce a certificate of having complied with this order was not to be allowed to start. This decree had good warrant, for mortality at sea was very high, especially in the 6 months voyage to India. The first King of the House of Bragança followed in the same path; during the war with Spain from 1640 to 1668 the Popes, under Spanish pressure, refused to recognise him and confirm the Bishops he had named, but John IV would not dispense with Papal confirmation, though advised to do so and even in smaller matters he carried on the devout tradition of his ancestors; in the last three days of Holy Week he did not go to bed, but passed day and night in the royal chapel. He dedicated Portugal to the Immaculate Conception and ordered that all candidates for a degree at the University should swear to defend the doctrine, and his daughter Catharine of Bragança set an example of virtue and faith in the dissolute court of her husband Charles II. The ecclesiastical policy of Pombal, supported by Joseph I, which deprived the Church of independence and tended to make it into a department of State under his authorty was reversed by Mary I and she built the basilica of the Estrêla, the first temple in the world to be dedicated to the Sacred Heart of Jesus.

The fidelity of Portugal to the Catholic faith for so long a period (1) and her devotion to the Eucharist, shown by the practise of *Laus Perenne*, did not go unrewarded, for God always gives abundantly to those who seek to merit His

(1) Of 1344 old Portuguese ships whose names are known, only 141 did not bear religious names; the others show the faith of the people down to the end of the 18th. century and include the following: *The Eternal Father, If God Will, Divine Providence, The Holy Family, The Sacrament, Holy Cross, The Holy Ghost, Our Lady* and different saints.

favours, and the country passed through so many crises from the 12th. to the 19th. century, in some of which it seemed to careful observers that she could not preserve her existence, that the belief arose that she enjoyed a special protection from above to enable her to carry out her mission. She obtained and preserved her independence from the large and more powerful realm of Leon and Castile by a fortunate combination of events and not merely owing to the prudence of her rulers, and still less to their material strength; she alone among Peninsular realms avoided final absorption by her neighbour and her resistance at the end of the 14th. century enabled her to enter on a career of political and Christian expansion overseas. It is true that she was conquered by Spain in 1580, an event then regarded as the result of national decadence and a punishment for misdeeds, especially in the East, but after a 60 years captivity, she freed herself in 1640 and, contrary to the general espectation, won through a war of 28 years with Spain in Europe and another with Holland in the Colonies. The immediate cause of the success of the Revolution of 1st. December 1640 was the revolt of Catalonia, which prevented the Spaniards from throwing their forces against her, while from 1661 the help of France and England enabled her to keep her flag flying; her expulsion of the Dutch from Brazil in 1654, which preserved three-fifths of the South American continent for Catholicism, arose humanly speaking in great part from the war between England and Holland, she saved her colonies in the Napoleonic wars thanks to the English alliance and when Brazil left her, she acquired others in Africa; but, as a proverb says: «God writes straight by crooked lines», and the Portuguese did not fail to see the finger of Providence in these happenings. Many a time she won victories in war, both at home and abroad, against such odds that they seemed to be and were commonly regarded as almost miraculous, even by foreigners and non-Catholics, and the preservation of Goa, the seat of her Eastern dominion, when nearly all the rest had been lost, was ascribed to the presence there of the incorrupt body of the Apostle of the Indies.

Dr. C. A. Ralegh Radford, F. S. A.
Inspector of Ancient Monuments in Wales

The Culture of Southwestern Britain in the Early Iron Age

The centenary of the birth of Martins Sarmento recalls the debt which English archaeologists owe to this scholar, whose researches did so much to elucidate the problems of Portuguese prehistory. From the earliest times the Atlantic sea route has linked the western coasts of Britain with those of Iberia and served as a channel for the dissemination of ideas and the interchange of commodities. This connection renders it impossible for the students of either area to remain indifferent to discoveries made in the other. It is therefore with sincere pleasure that the writer is able to offer this slight hommage to the pioneer whose discoveries in Portugal have thrown so much light on British problems.

In order to visualise the culture of Southwestern Britain during the Early Iron Age it is necessary to summarize the results of the more important excavations carried out in this region during the past generation. It will be sufficient to begin with the systematic investigation of the Glastonbury Lake Village, carried out by Dr. A. Bulleid and Mr. H. St. George Gray between 1892 and 1907 (1). The series of low mounds covering about one hectare, was proved to represent a village of over 60 circular huts, built on artificial islands of timber and clay. These islands rose from the shallow water near the shore of one of the lakes in the great tract of marsh then and long afterwards occupying much of Central Somerset. In spite of the poverty stricken appearance of the small thatched huts of wickerwork or wattle and daub, the small objects recovered shew that the inhabitants were by no means uncivilized. The famous bowl and the numerous brooches prove a high degree of skill in metal working while the discovery of both coins and currency bars (the taleae ferreae

(1) A. Bulleid and H. St. George Gray, *The Glastonbury Lake Village*, 2 volumes. Glastonbury, 1911 & 1917. For Somerset sites see also D. P. Dobson, *The Archaeology of Somerset*. London, 1931. Throughout this paper the fourfold division into La Tène A-D is used in preference to the threefold division into La Tène I-III.

of Caesar) (1) shew that the community was not isolated. But the most characteristic product is the pottery, generally wide, hand made bowls of a smooth, well finished black ware. The finest are decorated with elaborate incised curvilinear designs which Déchelette has shewn to be closely connected with the Iron Age wares of Brittany (2). The fibulae, of which the earliest are of a type transitional between La Tène C and D, shew that the site was fully occupied throughout the 1st century B. C. and there is evidence that the settlement was sacked at the time of or not long before the Roman Conquest of Somerset (c. A. D. 50).

The culture of the Glastonbury Lake Village has also been found on the similar site at Meare (3), four kilometres distant. This is still under investigation, but the discovery of a La Tène B brooch and the preliminary examination of the pottery suggest that the occupation began at least as early the 3rd century B. C. In the Mendip Hills to the north of the marshes the same pottery has been found in several caves, of which the best known is Wookey Hole, which appears to have been intermittently occupied from Palaeolithic times onwards (4). In addition to the incised designs found in the lake villages, some of the pottery is decorated with small circular depressions, and this is thought to be an early feature. The denarius of Marcia (124 B. C.) does not necessarily prove an early occupation but the pottery suggests that the Iron Age settlement is contemporaneous with that at Meare.

Mr. Bushe Fox's excavation of the promontory fortress on Hengistbury Head (5) in 1911-2 shewed that this settlement had formed one of the chief ports of entry for the traders and invaders of this period. The disturbed stratification made it impossible to establish the exact date of the defences but the rich sequence of finds threw much ligth on the Continental connections of the inhabitants. The earliest settlement is characterized by a pottery of late Hallstatt type (Class A) which has affinities with the wares of the Central Pyrennees. Recent research suggests that these immigrants came from the Marne district (6), while at All Cannings Cross (7) the association with La Tène B fibulae proves that the culture lasted as late as the 4th century B. C. The next series of pottery are the cordoned and omphalos wares (Class B) and the high shouldered vessels (Class C). The latter have been traced to the Aisne district (8), where they are associated with La Tène B brooches, but the former cannot at present be localized. In Wiltshire vessels based on the high shouldered series appear at a late stage in the history of All Cannings Cross and

---

(1) See note 5, p. 317.

(2) Déchelette, *Manuel d'Archéologie préhistorique*, II, iii, 1473.

(3) Unpublished but see summary in Dobson, op. cit., 111.

(4) H. E. Balch, *Wookey Hole*, Oxford, 1914. See also *Archaeologia*, lxii, 565 and lxiv, 337.

(5) *Reports of the Research Committee of the Society of Antiquaries*, No. III. For pottery of Class D, see fig. 3.

(6) e. g. Jogasses. *Revue archéologique*, V. xxv, 131.

(7) M. E. Cunnington, *All Cannings Cross*. Devises, 1923.

(8) *Revue archéologique*, III, xli, 167 and IV, viii, 337,

then become the dominant ceramic type in the villages of that county (1). The same influences spread northwards along the Jurassic Zone as far as Yorkshire and with them must be associated certain British bronze types of late La Tène B and the succeeding period [e. g. the involuted fibula (2)]. At Hengistbury Head this pottery is associated with a small number of vessels belonging to

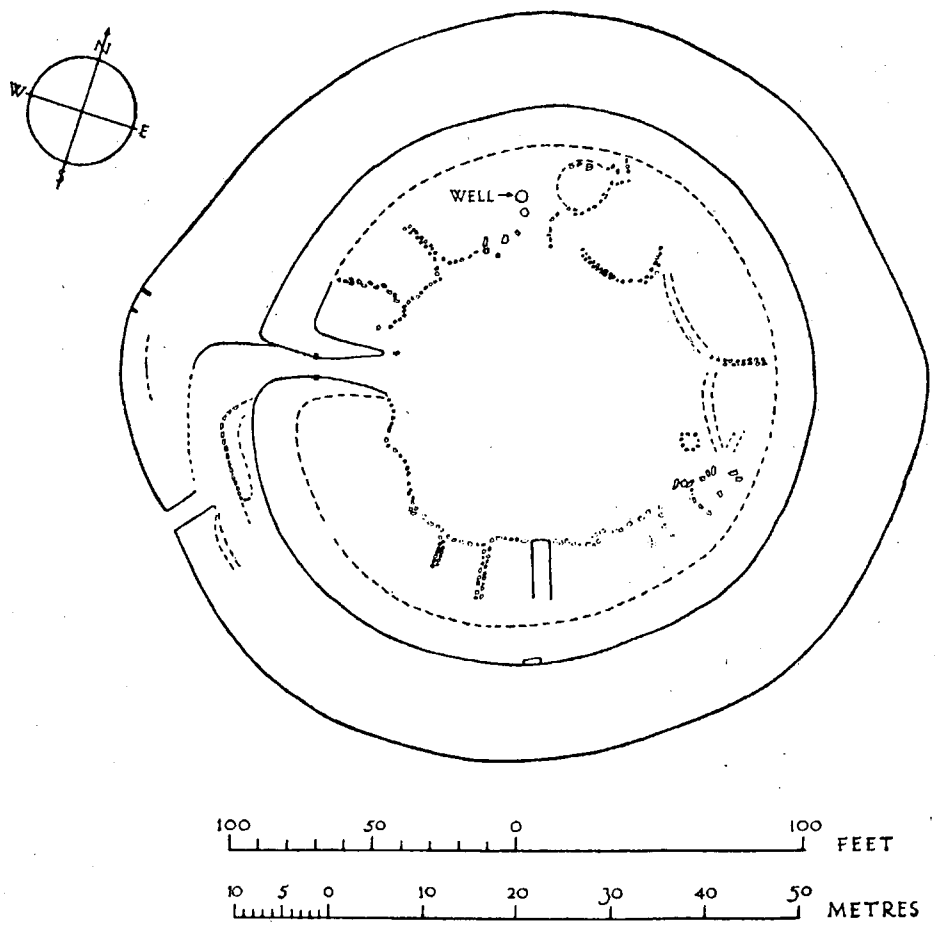


Fig. 1 — CHUN CASTLE (plan).

the earlier part of the Glastonbury series, but the latter does not seem to be really typical of the site and hardly appears in Wiltshire. All these types survived until the 1st century B. C. when they were superseded by the bead rim bowl and other forms associated with the Belgic invasion.

Between 1925 and 1930 Chun Castle, a stone built fortress in West Cornwall was examined by Mr. E. T. Leeds (3). The strong granite rampart 4,5 me-

(1) e. g. Swallowcliffe Down, *Wiltshire Archaeological Magazine,* xliii, 59.

(2) See *Archaeologia Cambrensis,* lxxxii, 89 for these bronze types.

(3) *Archaeologia,* lxxvi, 205 and lxxxi, 33. For plan, see fig. 1. For Cornish sites see also H. O'N. Hencken, *Archaeology of Cornwall and Scilly,* London, 1932.

tres thick and originally about the same height, has an external ditch, beyond which is an outer bank of rubble revetted with stone. Circular huts, with roughly built stone walls lined the inner side of the rampart, but a large part of the interior, ·2 hectares in area, seems to have remained an open space. These huts were between eight and ten metres in diameter, with roughly built stone walls. In some cases there is a central stone carrying the main roof support. The native pottery belonged to the same class as that from Glastonbury, but numerous fragments of imported amphorae point to commerce with the Mediterranean World. Chun lies in the rich tin district of West Penwith and

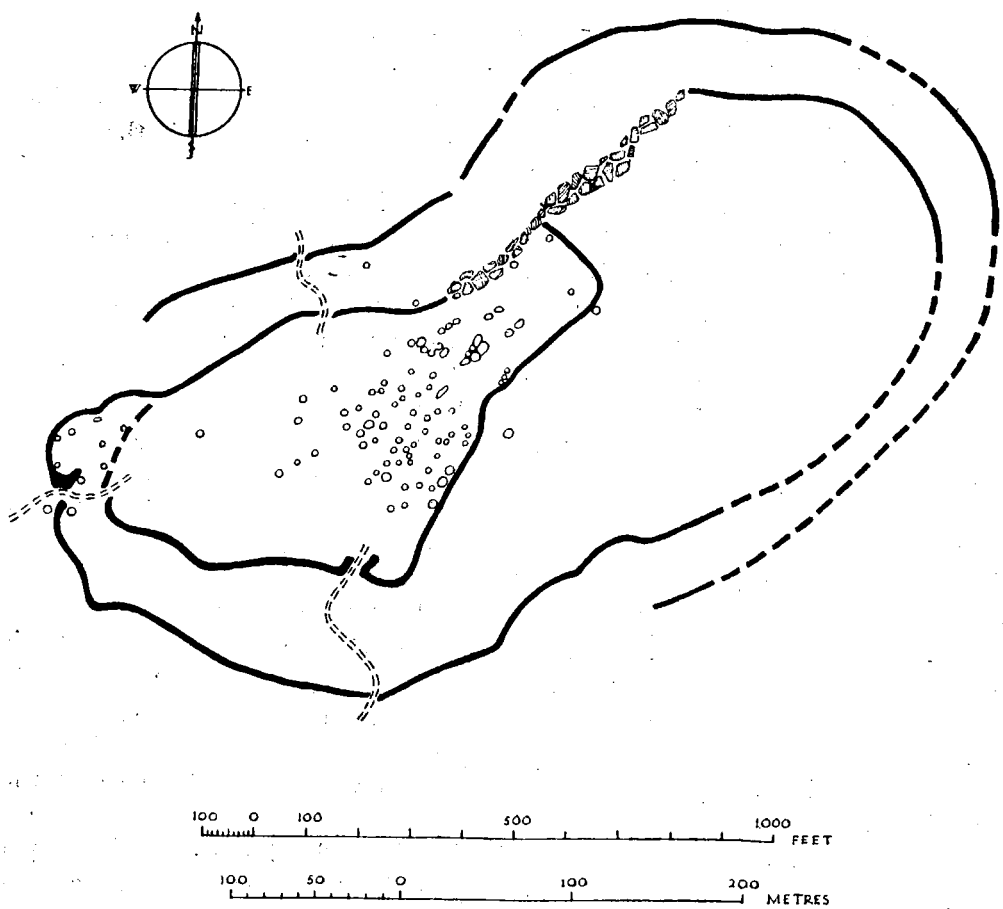


Fig. 2 — CARN BREA (plan).

the discovery of a contemporary smelting furnace and of a lump of tin ore shews the reason for the foreign trade. The small number and the fragmentary nature of the finds prevent a very close dating, but the absence of coins and of all Roman objects suggests that it occupies an early rather than a late place in the series of Cornish sites.

The evidence from the much earlier excavation of Carn Brea (1) may now be examined in the light of the information obtained at Chun. This large stone walled contour fort, with a double rampart, commands the rich tin deposits in the neighbourhood of Camborne and Redruth. The site was first occupied in the late neolithic or early Bronze Age, but there is little doubt that the defences, with their elaborate incurved entrances, and the majority of the 80 circular huts, which cover a large part of the interior, belong to a much later period. Much of the pottery is of Iron Age type and the discovery of a Numidian coin of the 2nd century B. C. and of one of Vespasian (A. D. 69-79) afford fixed points during the occupation. The fragments of tin slag confirm the connection with the deposits from the valleys to the north.

From 1926 to 1928, the fortress on St. Catherine's Hill above Winchester (2) was examined by Messrs. C. Hawkes, J. N. L. Myres and C. G. Stevens. The ramparts were associated with pottery, which shews considerable affinity with that of the south western area. The principal shape is the flower pot type of bowl with incised ornament, but bluntly pencilled and dotted decoration is also used. This fortification had been preceded by an earlier open settlement with pottery of a Hallstatt tradition, but the shapes and the absence of certain types found at All Cannings Cross suggests that the makers were allied with the urnfield people of the Low Countries. St. Catherine's Hill seems to have come to an end at a comparatively early date but the full developement of the wares belonging to the builders of the fort can be traced in the material from the Sussex camps, the Caburn (3), the Trundle (4) and Cissbury (5) and the Northamptonshire fortress, Hunsbury (6). On these sites the pencilled decoration developes into true curvilinear designs and swag patterns comparable with those from the Lake Villages, while at Hunsbury pottery of the true Glastonbury type was also found. The discovery of La Tène B brooches, La Tène C swords, La Tène D brooches and currency bars proves that the occupation of Hunsbury lasted from 3rd to the 1st century B. C. The Sussex settlements are less well dated but the La Tène C sword and the unstratified Carthaginian coin (c. 200 B. C.) from the Caburn probably belong to this stage in the history of the site. On all the Sussex forts the problem is complicated by the discovery of earlier pottery similar to that from St. Catherine's Hill, but, as there, it probably belongs to open villages which preceded the erection of the ramparts.

Dr. R. E. M. Wheeler has recently found bowls of the same flower pot shape in the important hill fort at Lydney (7), in the Forest of Dean. The asso-

---

(1) *Journal of the Royal Institution of Cornwall,* xiii, 92. For plan, see fig. 2. See also Hencken, op. cit., 128.

(2) *Proceedings of the Hampshire Field Club,* vol. xi.

(3) *Sussex Archaeological Collections,* lxviii, 1 and lxxii, 151. For Sussex sites, see also E. C. Curwen, *Prehistoric Sussex.* London, 1929.

(4) *Sussex Archaeological Collections,* lxx, 33 and lxxii, 100.

(5) *Antiquaries Journal,* xi, 14.

(6) *Victoria County History, Northamptonshire,* i, 147.

(7) *Reports of the Research Committee of the Society of Antiquaries.* No. IX.

ciated finds include a La Tène C fibula and suggest an occupation starting at or slightly before 100 B. C. and continuing until the Roman Conquest. The scanty finds from Llanmelin Camp (1), a few miles to the west belong to the same culture and probably cover the same period. At Salmondsbury (2) already known as the source of a large hoard of currency bars, the large fortress superseded an earlier undefended settlement. The excavations are still in progress but the pottery associated with a hut site just within and apparently contemporary with the ramparts is closely connected with that from Lydney and Glastonbury. Hembury Fort (3), Ham Hill (4), Kingsdown Camp (5) and Worlebury (6) have also produced pottery of the Lake Village type. At both Hembury and Kingsdown this is shewn to be associated with fortifications belonging to a late period in the pre-Roman Iron Age, and at both sites a reconstruction dating from about the middle of the 1st century A. D. is accompanied by early Roman pottery and native wares of Belgic type. The ramparts cannot be exactly dated at either Ham Hill or Worlebury, but there is strong presumptive evidence that the stone built ramparts of the latter are to be connected with the characteristic Lake Village pottery.

In Cornwall the same culture has been discovered in several of the British Villages. Croftoe (7), Bossullow (8) and Carn Euny (9) are all typical examples, irregular collections of circular huts between eight and ten metres in diameter. All these have produced typical Lake Village wares. At Croftoe the late and degenerate character of the pottery is confirmed by the discovery of a fragment of pillar moulded glass (c. A. D. 100), but the finds from the other two sites compare very closely with those from Chun with which the villages must be approximately contemporary. At Carn Euny an underground dwelling or fogou, consisting of a long lintelled passage with a domed side chamber, forms part of the settlement and like the neighbouring example at Treveneague (10) it belongs to the Early Iron Age. At Chysauster where the houses are of a more elaborate type with a central chamber from which smaller rooms open out, the occupation seems to date from a slightly later period, as definitely Roman influences are traceable in much of the pottery (11). The similar villages on Dartmoor seems generally to date from an earlier period and there are several differences both in the planning of the settlements and in the arrangement of the individual huts. But there are also a small number of isolated

(1) Not published.
(2) Not published but see note in *Antiquity*, v, 489.
(3) *Devon Archaeological Exploration Society*, i, 41 and 90. See also Antiquity, vi, 476.
(4) *Proceedings of the Somerset Archaeological Society*, lxx, 104, lxxi, 57 and lxxii, 55.
(5) *Archaeologia*, lxxx, 59.
(6) C. W. Dymond, *Worlebury*. Bristol, 1903.
(7) Hencken, op. cit., 133 and *Journal of the British Archaeological Association*, New Series, xxxiv, 145.
(8) *Journal of the Royal Institution of Cornwall*, xxi, 170.
(9) Hencken, op. cit., 137.
(10) Ibid., 139.
(11) Ibid., 143.

groups of hut circles on the Moor which approximate fairly closely to the Cornish series. Foale's Arrishes, which is a typical group, has also produced pottery of the same type (1).

These circular huts are substantially built of slabs of granite set in soil. The walls often stand to a height of between one metre and 1,5 metres. In some cases a central stone base for the main roof pole is recorded. The roof was probably thatched with heather, though the principle of the corbelled vault of stone was known. Some of the Cornish villages contain as many as 20 huts, but on Dartmoor the settlements seem to have been smaller, that at Foale's Arrishes consisting of only four. The group of rectangular fields with well defined lynchets associated with this site is of particular interest as the settlement is securely dated. Traces of similar enclosures can be seen in the neighbourhood of some of the Cornish villages. These fields belong to a Celtic system of which several English examples are known to date back to the Iron Age. In this country they were generally superseded by the strip cultivation introduced during the Dark Ages, but in parts of Ireland and the Scottish Highlands they are still being used.

Further east on the chalk downs, where wooden buildings must have been the rule, the settlements have left little trace on the surface, though the plan of the fields can often be recovered by aerial photography. At Park Brow (2) three successive settlements with pottery of the Late Bronze Age, of Hallstatt character and of the type already described in connection with the Sussex forts, have been investigated. At Findon Park (3) a series of pits belonging to the last named culture yielded a La Tène B brooch of the 3rd century B. C. On Worthy Down (4) another group of huts produced a hoard of currency bars and a bead of the 1st century B. C., during which this settlement was superseded by another village the inhabitants of which used pottery of a Belgic type.

On all these sites circular pits with irregular sides were found, but no remains of houses that could definitely be associated with this culture have been planned. But the discovery of rectangular wooden houses in the second settlement at Park Brow and their appearance on that site after the Roman Conquest make it reasonable to suggest that the same type was also known and built during the intervening period. At Park Brow the lynchetted Celtic fields were in use at least as early as the second settlement and it is probable that many of those discovered by aerial photography are pre-Roman in origin.

The burial customs of this people are less well known. The large cemetries of crouched burials at Harlyn Bay (5) and Mount Batten, Plymouth (6) belong to this period and have produced typical pottery. La Tène B brooches have been found at Mount Batten, and from both sites examples of Iberian

---

(1) *Transactions of the Devonshire Association*, xxix, 151 and *Antiquity*, i, 283.
(2) *Archaeologia*, lxxvi, 1.
(3) Ibid. and *Antiquaries Journal*, viii, 449.
(4) *Antiquaries Journal*, i, 321 and *Proceedings of the Hampshire Field Club*, x, 178.
(5) *Antiquaries Journal*, i, 283.
(6) *Victoria County History*, Devonshire, i, 367 and Plymouth Museum.

fibulae of post-Hallstatt character are known. But on chronological grounds both the extended inhumation of Birdlip (associated with a bronze mirror and eye-brooch of c. A. D. 50) (1) and the incineration from Ham Hill (associated with a dagger of La Tène C type (250-100 B. C.) (2) seem to belong to the same group.

The most wide-spread and most characteristic product of this culture is the pottery and as this was not easily portable under primitive conditions it affords the best indication of the spread of this people. The commonest form is a comparatively wide shallow bowl with or without a neck. A larger deeper jar with a small neck is also found and is almost always decorated. Of the normal type only about one out of six or seven vessels is ornamented. The decoration is incised, and the patterns, both rectilinear and curvilinear, are often emphasized by a use of cross hatching. Purely classical designs incised with the aid of a toothed wheel are recorded from Hengistbury Head (Class F), but elsewhere tho more elaborate patterns are of a Celtic type. In Cornwall and more rarely elsewhere a series with incised «ducks» has been described by Mr. Leeds who demonstrated their connection with similar sherds found in Portugal and Brittany (3). The resemblance between the pottery from Cornwall and that found as far east as Hengistbury and Hunsbury is very great and suggests a close connection between the various makers. The wares from Sussex and other sites on the eastern fringe of this area form a rather distinct group but the typical flower pot vessel is common at Glastonbury and Lydney and the bluntly pencilled-type of decoration is found at Hunsbury in association with vessels ornamented in the normal manner (4). Within this large area Wiltshire forms an enclave where the old high shouldered vessels appear to have survived until the advent of the Belgic wares of the late 1st century, but the connection between the beople of the Aisne region and the inhabitants of Armorica was probably close and it is possible that these vessels only represent a slightly earlier wave belonging to the same movement.

At several of the sites discussed currency bars have been mentioned. These iron bars with a graduated series of weights were used as a medium of exchange (5). With one doubtful exception from East Ham, their distribution corresponds fairly closely with that of the Glastonbury type of pottery (6). On the east they are found as far east as Hunsbury, Maidenhead and Worthy Down. On the north west a hoard is recorded from the Malvern Hills, not far from the fortresses on the Herefordshire Beacon and Midsummer Hill, from

---

(1) *Archaeologia*, lxi, 331.

(2) *Antiquaries Journal*, iii, 149.

(3) *Archaeologia*, lxxvi, 230.

(4) For an alternative explanation of this pottery see T. D. Kendrick and C. Hawkes, *Archaeology of Britain*, 171. London, 1932.

(5) Caesar, *De Bello Gallico*, v, 12: Utuntur... aut taleis ferreis ad certum pondus examinatis pro nummo. See fig. 3.

(6) Bulleid and Gray, op. cit., ii, 395.

both of which pottery of the south western type is known. A single doubtful fragment was found at the Caburn in Sussex (1).

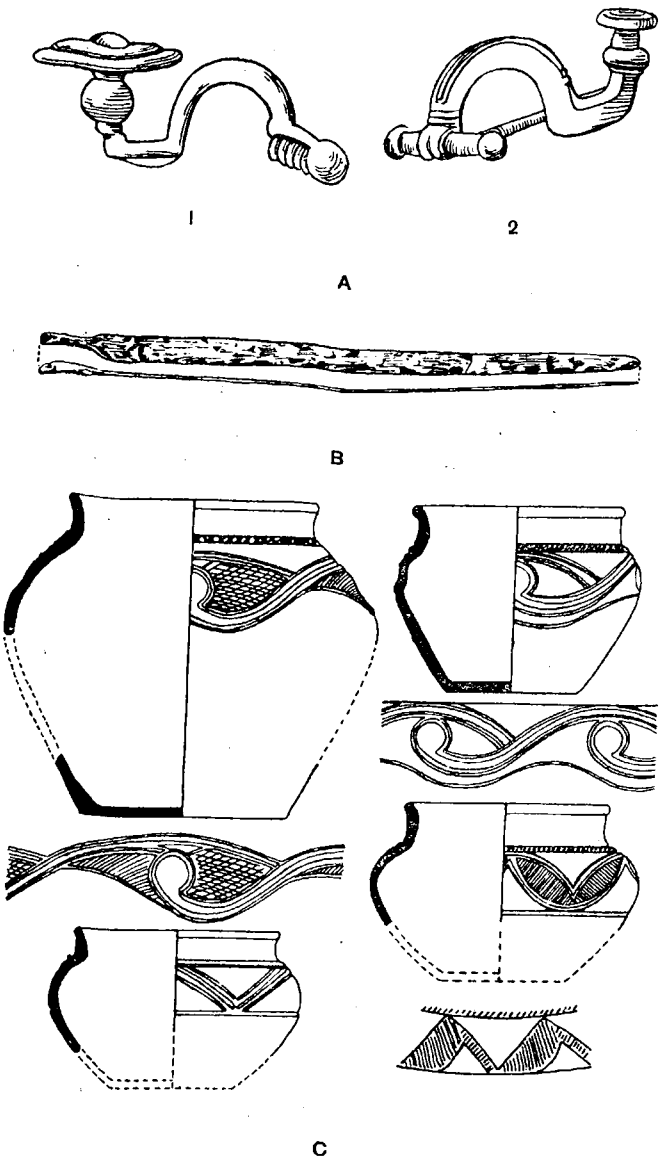


Fig. 3 — A) Brooches from Harlyn Bay (1) and Mount Batten (2). Scale 1/2,5 approx.
B) Currency Bar. Scale 1/10 approx.
C) Pottery from Hengistbury Head (Class D). Scale 1/5 approx.

The most important bronze finds are the brooches (2). It has already been suggested that the involuted fibula and the types associated with it are to be connected with the makers of the high shouldered vases. The earliest La Tène B brooches from the south west are certainly contemporary with these but the types hitherto recorded are too diverse to suggest that any particular form is connected with that region. Very few La Tène C brooches are known but those of the succeeding phase are common at the Lake Villages and elsewhere. From the cemetry at Harlyn Bay two Iberian forms are recorded. They belang « to the crossbow type with a long bar at the head with terminal balls, a short strong bow, and catch plate long in proportion, the foot rising vertically from it and capped by a circular disk with concentric mouldings and central disk » (3).

(1) *Archaeologia*, xlvi, pl. xxiv, 14.
(2) For La Tène B brooches, see Dr. Cyril Fox in *Archaeologia Cambrensis*, lxxxii, 67.
(3) *Proceedings of the Society of Antiquaries*, xxi, 372. See fig. 3.

A very similar specimen was found in the cemetry at Mount Batten (1) from which also same a cupped terminal of fibula similar to one illustrated from Terroso (2). In this connection a small Iberian statuette from Aust on Severn may also be mentioned (3). The area in which these exotic types have been found centres round the tin district of Cornwall and, taken in conjunction with the fragments of amphorae from Chun and, elsewhere and the correspondence between certain patterns on the native pottery of the Portuguese castros and that of Britain, confirms the historical records of a pre-Roman trade with Cornwall.

Caesar's picture of Gaul with its numerous strongholds (oppida) and scattered villages and homesteads (vici et aedificia) affords a close parallel to the civilization just described. The extreme frequency of these strongholds may be judged by the fact that the Bituriges, burnt more than 20 in single day when their territory was devastated in order to impede the Roman advance (4). Although still used as places of refuge (5) for the inhabitants of the surrounding country, these fortresses had by the first century become regular towns with a fixed population and substancial houses. But excavation has shewn that this final form was only a developement of the two generations immediately preceding the Roman Conquest (6) and it is not unreasonable to connect this with the troubles which accompanied the invasion of the Cimbri and Teutones (7). In an earlier period the Celtic peoples are described as dwellers in open villages (8), a form of settlement which has been proved to precede the erection of several of the English hill forts. To what extent the difference is to be explained on political and tribal grounds cannot yet be estimated, but it may be suggested that the fortfied hill town grew out of the camp of refuge, which was not designed to be permanently inhabited, or at least not by a large population. Carn Brea and Worlebury with their closely packed houses covering a large part of the fortified area are the true parallels to the Portuguese castros such as Terroso while St. Catherine's Hill which has produced only slight traces of permanent occupation may be cited as an example of the earlier stage when the stronghold served and was designed as a refuge in time of trouble. With the Claudian Conquest these acropoleis were deserted and England can shew no parallel to the Romanization reflected in the more regular planning and the elaborate doorways of the Citania de Briteiros and Sabroso. In Wales where the hill forts survived the Conquest classical influence was too remote and only faint improvements in building and a more extended use of Roman artifacts can be traced on a site like Tre'r Ceiri (9).

---

(1) *Archaeologia*, lxxvi, 229. See fig. 3.

(2) R. de Serpa Pinto, *A Cividade de Terroso*, 11, fig. 7, 2nd row right.

(3) British Museum. *Guide to the Early Iron Age*, 148.

(4) Caesar, vii, 15.

(5) E. g. Caesar, viii, 3.

(6) Déchelette, op. cit., II, iii, 946.

(7) Caesar, vii, 77.

(8) For Italy, Polybius, *Historiae*, II, xvii, 9: Ὤκουν δὲ κατὰ κώμας ἀτειχίστους. For Iberia, Strabo, *Geographica* III, ii, 15: ...τὰ πολλὰ γὰρ κωμηδὸν ζῶσιν.

(9) R. E. M. Wheeler, *Prehistoric and Roman Wales*, 260. Oxford, 1925.

The furnace at Chun and the slag found in many of the other settlements are proof of the interest of this people in metal working, but when the distribution of the culture as a whole is examined the purpose of the great system of fortifications becomes more apparent. In Cornwall these settlements cluster round the rich tin streams of Penwith. The chain of hill forts in Sussex commands the cornland and the trade routes supplying the iron mines of the Weald, as Lydney, Llanmelin and the camps on the Malvern Hills command those entering the Forest of Dean. For Northamptonshire the evidence is less conclusive, and it has been claimed that the iron-stone of that district could not have been worked by the methods used in pre-Roman days. But the presence of Hunsbury astride the ridge from which the ore is obtained and the slag found in that camp cannot be entirely dismissed. In the 1st century B. C. the south western people appear to have established a virtual monopoly of the British sources of iron and tin and this may account for the inaccuracy of Caesar's information (1), for the Roman invasions of 55 and 54 B. C. brought him into contact only with the Belgic tribes of the south east, while the Veneti, who were certainly better informed had an obvious interest in concealing their knowledge.

In the century following Caesar's invasions the whole political geography of southern Britain was changed. The Belgic tribes of the south east pressed forward. Coins of Tasciovanus and Cunobelinus whose centres were at Verulamium and Camulodunum extend into Northamptonshire and eastern Oxfordshire and the characteristic pedestal urns of the types found at Aylesford (2) and Swarling (3) extend nearly as far. Hunsbury is replaced by Duston, a typicaly Belgic site 2 kilometres distant. In south central England the change is even more complete. The Belgae and the Atrebates, who occupied this area in Roman times are both connected with Belgic Gaul. Their advance may be connected with the spread of the wheel made bead rim pots, which appear in Hampshire and Wiltshire during the century 50 B. C. — A. D. 50 and which spread as far west as Hembury. It is with this advance that we should probably connect the violent destruction of the Glastonbury Lake Village and other south western sites. In Sussex the position is less clear. Belgic coins and pottery types are not common and it seems probable that the earlier tribes maintained their position, at any rate in the east of the county (4).

On the basis of the evidence it seems clear that an invasion from the opposite shores of the Channel occupied south western Britain during the 4th and 3rd centuries B. C. With the exception of Wiltshire, where a slightly earlier and probably kindred tribal group was left in possession, the country was conquered as far north as Northamptonshire and the Malvern Hills and as far east as Sussex. Metal working was one of the principal interests of these

---

(1) Caesar, v, 12: Nascitur ibi plumbum album in mediterraneis regionibus, in maritimis ferrum sed eius exigua est copia, aere utuntur importato. And ibid., iv, 20.

(2) *Archaeologia*, lii, 315.

(3) *Reports of the Research Commitee of the Society of Antiquaries*, No. v.

(4) For the Belgic invasions, see *Archaeological Journal*, lxxxvii, 150.

Fig. 4 — Southern Britain to illustrate sites mentioned in the text.

(Sites belonging to the southwestern British Culture are numbered. Other sites mentioned are indicated by letters)

1 Glastonbury Lake Village.
2 Meare Lake Village.
3 Wookey Hole.
4 Hengistbury Head.
5 Chun Castle.
6 Carn Brea.
7 St. Catherine's Hill.
8 The Caburn.
9 The Trundle.
10 Cissbury.
11 Hunsbury.
12 Lydney.
13 Llanmelin Camp.
14 Salmondsbury.
15 Hembury Fort.
16 Ham Hill.
17 Kingsdown Camp.
18 Worlebury.
19 Croftoe.
20 Bossullow.
21 Carn Euny.
22 Treveneague.
23 Chysauster.
24 Foale's Arrishes.
25 Park Brow.
26 Findon Park.
27 Worthy Down.
28 Harlyn Bay.
29 Mount Batten, Plymouth.
30 Birdlip.
31 Maidenhead.
32 Aust on Severn.
33 Herefordshire Beacon.
34 Midsummer Hill.

A All Cannings Cross.
B Swallowcliffe Down.
C East Ham.
D Duston.
E Verulamium (St. Albans).
F Camulodunum (Colchester).
G Aylesford.
H Swarling.

invaders and the limits to which they spread seem to have been governed by the sources of the supply of tin and iron. The nearest Continental parallels to their pottery are found in Brittany but the material from the rest of the northwest French region is very little known and there is certain evidence that the Armorican league of states which is recorded in Caesar's Commentaries (1) was based on a community of culture extending as least as far east as the Seine and the chalk hills to the east of that river (2). A less important connection is represented by certain finds of Iberian objects, while the disposition of the fortresses controlling the metal bearing regions may be compared with the distribution of the castros of Northern Portugal and Northwestern Spain. But the evidence is too slight to suggest more than a very limited influx from this direction and it is possible that all these finds are to be explained by an attempt to open up the tin trade by the Atlantic sea route, an attempt with which the Voyage of Pytheas (c. 325 B. C.) may well be connected. The principal interest of the connection between the two districts is rather the parallel developement in both cases by Celtic tribes working on a very similar natural background.

(1) Caesar, v, 53 and vii, 75,

(2) See the ornamented pottery from Port le Grand and other sites in *Archaeological Journal*, lxxxvii, 218.

Dr. Bolko Frhr. von Richthofen
Professor der Vorgeschichte an der Universität Königsberg.

Zur Bearbeitung der vorgeschichtlichen und neueren kleinen Rundbauten der Pyrenäenhalbinsel

Zu den am meisten beachtenswerten Erscheinungen eisenzeitlicher Wohnplätze des Nordwestens der Pyrenäenhalbinsel gehören die kleinen Rundhäuser, die zuerst besonders durch E. Hübner und Martins Sarmentos grundlegende Arbeiten in Briteiros und Sabroso bekannt geworden sind (etwa 500-300 v. Chr.) (1). Soweit ich sehe, wird diese Hausform jetzt im einschlägigen Schrifttum Portugals und Spaniens allgemein für ausgesprochen keltisch gehalten (2). Dass die sogenannte Castrokultur im engeren Sinne des Wortes — der diese Bauten der Provinz Minho und in Spanisch Galicien angehören — viele sicher keltische Züge zeigt, steht fest. Mendes Correia und ihm folgend Cardozo sagen zum Volkstum ihrer Träger für Briteiros, es dürfte sich um vorkeltische, den Iberern verwandte (also unindogermanische) Leute handeln, die erst

(1) Vgl. M. Cardozo, *Citânia e Sabroso,* Guimarães, 1930. Dieser wertvolle Führer enthält auch zahlreiche weitere Schriftnachweise. Ueber Rundhäuser derselben Art von Santa Luzia (Viana do Castelo) berichtete — worauf mich Herr R. de Serpa Pinto freundlichst hinwies — A. J. F. Caldas, in: *Compte rendu du Congrès Intern. d'Anthrop. et d'Arch. Préhist.* à Lisbonne, 1880. Vom älteren einschlägigen Schrifttum nennen wir noch R. Virchow, in: *Zeitschrift f. Ethnologie,* Bd. 12, Berlin, 1880, S. 344-351, französisch erschienen in: *Compte rendu de la neuvième session du Congrès Intern. d'Anthrop. et d'Arch. Préhist. à Lisbonne, 1880,* Lissabon, 1884, S. 647 ff. — E. Cartailhac, *Les âges préhist. de l'Espagne et du Portugal,* Paris, 1886, S. 272 ff. — E. Hübner, *Citania-Alterthümer in Portugal,* in: *Hermes,* Zeitschr. f. class. Philologie, Berlin, 1880, S. 49 ff., mit Fortsetzung auf S. 597 ff.

(2) P. Bosch-Gimpera, *Etnologia de la península ibèrica,* Barcelona 1932, S. 484 ff. (dieses inhaltsreiche neue Werk von Bosch-Gimpera bringt auch auf S. 490 ff. nach Cardozo, López García und Sarmento einige hierher gehörige Abbildungen) u. M. Cardozo a. a. O. S. 23 u. 64. Die ersten Darstellungs- und Wiederherstellungsversuche *vollständiger* Rundhäuser von Briteiros unternahm Martins Sarmento, vgl. Cardozo a. a. O. u. Bosch-Gimpera a. a. O. Abb. 458. Zur Frage der jetzt hier notwendigen teilweisen Berichtigungen s. Cardozo a. a. O. S. 23-24 und Alves Pereira, *Habitações castrejas do Norte de Portugal,* in: *Estudos do Alto-Minho,* Bd. 14, Viana do Castelo 1914.

unter keltischem und dann unter römischem Einfluss standen, ohne jedoch ihre Eigenart trotz der Beimengung fremden Blutes zu verlieren (1). Für den Nachweis des *keltischen* Gepräges ihrer Rundbauten stützt sich Cardozo auf Strabos Nachricht über solche Anlagen bei den Kelten (2). Wichtig ist in diesem Zusammenhang auch sein Hinweis, dass in der gleichzeitigen Kultur der *Iberer* im Gegensatz dazu die Rechteckbauten vorherrschten (3). Nach Bosch-Gimpera dürfen die Erbauer der Rundhäuser von Briteiros, Sabroso und ähnlichen Fundplätzen sogar uneingeschränkt als Kelten angesehen werden. Hierfür scheint in der Tat nach seiner vorsichtigen und ausführlichen Begründung vieles zu sprechen (4). Auch R. de Serpa Pinto hält die nordportugiesische Castrokultur für keltisch (5). Der Verfasser dieser Zeilen äusserte kürzlich die Vermutung, dass die Rundbauten mit Steinmauern in der wohl keltischen Castrokultur eine Uebernahme aus dem Kulturgut der bodenständigen Vorbevölkerung seien, — und zwar u. a. deshalb, weil diese Bauform in Gegensatz zur keltischen Kultur im allgemeinen unindogermanisch ist (6), und die Castrokultur auch manche Merkmale aufweist, die der *vor*keltischen Kultur ihres Verbreitungsgebietes entstammen. Die ganze Frage kann aber nur durch eine Einzeluntersuchung über die Rundbauten der betreffenden Gruppe endgültig geklärt werden. R. de Serpa Pinto betont mir treffend brieflich, dass diese z. B. weit mehr Beziehungen zu südenglischen Funden aufweisen — so zu dem vom Th. Leeds untersuchten Wohnplatz von Chun Castle als sonst zur Pyrenäenhalbinsel. Vor allem gilt das z. B. für die Sonderform der runden Hausgrundrisse mit zweikantigem Vorraum (Cardozo a. a. O. Abb. 9). Die Beziehungen der Castrokultur Nordportugals und Galiciens aus der sogen nachhallstättischen Zeit zu England sind ja auch sonst so eng (gestempelte Tongefässe usw.), dass Th. Leeds sogar die eine Welle keltischer Einwanderer nach einem Teil von Südengland aus dem Bereich der Castrokultur herleiten möchte (7). Auch in der keltischen Kultur *ausserhalb* der Pyrenäenhalbinsel dürften

---

(1) Cardozo a. a. O. S. 12-13 u. 65. Vgl. auch A. A. Mendes Correia, *Os povos primitivos da Lusitânia*, Pôrto 1924 u. derselbe, *A Lusitânia prè-romana*, in: *História de Portugal*, Bd. 1, Barcelos 1928.

(2) Strabo, Geogr., Buch IV, 4 (S. 163 in der Ausgabe von Ed. Didot, Paris 1853). Vgl. dazu auch F. Behn, in: M. Ebert, *Reallexikon der Vorgeschichte*, Bd. 5, S. 194.

(3) S. dazu auch J. de C. Serra-Ràfols, unter: «Castro», in: M. Ebert, *Reallexikon der Vorgeschichte*. Bd. 2.

(4) A. a. O. S. 484 ff (Bosch-Gimperas, *Etnologia de la península ibèrica*, bringt ferner überhaupt die neuesten Untersuchungen über das Volkstum der vorgeschichtlichen Bewohner Portugals). Vgl. auch P. Bosch-Gimpera, in: M. Ebert, *Reallexikon der Vorgeschichte*, unter: «Pyrenäenhalbinsel».

(5) R. de Serpa Pinto, *A cividade de Terroso e os castros do norte de Portugal*. Bericht über einen Vortrag a. d. 4. Internat. Archäolog. Kongress in Barcelona 1929, Famalicão 1932.

(6) B. Frhr. von Richthofen, *Zum Stand der Arbeiten über neuzeitliche Kleinbauten vorgeschichtlich-mittelmeerländischer Art und über die Urheimat der Hamiten*, in: *Prähistorische Zeitschrift*, Bd. 22 (1933).

(7) E. Th. Leeds, *Excavations at Chun Castle in Penwith, Cornwall. Archaeologia*, 76 (= N. F. 26) London 1926-1927, S. 205-240. Vgl. dazu auch die gute Besprechung durch A. Mahr, in: *Vorgeschichtliches Jahrbuch*, Bd. 4, Berlin 1930, S. 259-260.

aber die Rundbauten mit Steinmauern einen Bestandteil *nicht* indogermanischen Ursprungs bilden. Ihre Herkunft ist in den in Frage kommenden Gegenden noch näher zu untersuchen.

Die kleinen Rundbauten mit Steinmauern sind in Westeuropa und den Mittelmeerländern z. T. ausserordentlich langlebige Bauformen von meist nachweislich nichtindogermanischer Abstammung. In meinem oben schon genannten Bericht habe ich soeben in der «Prähistorischen Zeitschrift» einige Angaben über den jetzigen Stand der einschlägigen Forschungen zusammengestellt. Es handelt sich hier um ein Gebiet, wo besonders die enge Zusammenarbeit der Vor- und Frühgeschichtsforschung mit der Völker- und Volkskunde erforderlich ist.

In Portugal wird das Zusammenwirken dieser Wissensgebiete schon seit langem in sehr zu begrüssender Weise von verdienten Fachleuten gepflegt (1). Bahnbrechend war dafür zunächst vor allem die erfolgreiche Forschertätigkeit von Martins Sarmento. Ich gestatte mir daher besonders gern, gerade in dieser, seinem Andenken gewidmeten Schrift die eben erwähnte Tatsache zu unterstreichen.

Altertümliche Rundbauten spielen bekanntlich auf der Pyrenäenhalbinsel auch noch heute als Wohnhäuser in manchen Landgegenden und als Schutzhütten der Hirten und Bauern eine Rolle (2). Bauernhäuser von rundem Grundriss gibt es in *Portugal,* wie mir R. de Serpa Pinto freundlichst mitteilte, jetzt besonders noch in der Landschaft Trás-os-Montes. In örtlicher Verbindung hiermit treten sie in Spanien z. B. in der Provinz Salamanca auf. In dem mir in Deutschland zugänglichen portugiesischen Schrifttum habe ich über die neuzeitlichen und älteren *nach*vorgeschichtlichen Bauten dieser Art aus Portugal aber keine Angaben gefunden. Ferner schreibt mir Herr de Serpa Pinto, dass bisher über diese Fragen auch sonst im portugiesischen Schrifttum wenig gesagt wurde. Ich bringe daher noch einige Bemerkungen über den derzeitigen Gang der Forschungen für andere Länder im Anschluss an meinen Aufsatz «Zum Stand der Arbeiten über neuzeitliche Kleinbauten vorgeschichtlich-mittelmeerländischer Art und über die Urheimat der Hamiten» aus dem letzten Heft der «Prähistorischen Zeitschrift».

Von den noch jetzt benutzten ländlichen Rundhäusern Spaniens sind

---

(1) Ausserhalb Portugals ist dies besonders durch Fachzeitschriften wie z. B. *Portugália* und *O archeologo português* und Einzelwerke wie Leite de Vasconcellos, *Religiões da Lusitânia,* Bd. 1-2, Lissabon 1897-1913 und A. A. Mendes Correia, *Os povos primitivos da Lusitânia,* Pôrto 1924 bekannt. Ein gutes neues Beispiel bildet z. B. auch R. de Serpa Pintos, Aufsatzreihe: *Etnografia arqueológica,* bisher erschienen Teil 1 *Antigas contas empregadas como amuletos* (=Antike Perlen, die als Amulette benutzt wurden) Sonderdruck aus *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia,* Pôrto 1932.

(2) Vgl. K. Hielscher, *Das unbekannte Spanien.* Berlin 1929. Taf. 88. E. Hernandez Pacheco, *Geologia y paleontologia del mioceno de Valencia,* in: *Comision de investigaciones paleont. y prehist.* Nr. 5, Madrid, 1915. F. Oelmann, *Haus und Hof im Altertum,* Bd. 1, Berlin 1927, S. 26 u. 108 und P. Bosch-Gimpera, in: M. Ebert, *Reallexikon der Vorgeschichte,* Bd. 10, unter: «Pyrenäenhalbinsel» sowie das weitere hier und bei B. v. Richthofen a. a. O. genannte einschlägige Schrifttum, z. B. den S. 332 erwahnten Aufsatz A. Byhans.

besonders die sogen, «pallazas» aus einem entlegenen Gebiet des Nordwestens in grösserem Zusammenhang näher untersucht worden, und zwar durch wertvolle Arbeiten A. del Castillos und des Hamburger Romanisten F. Krüger (1). Ihre Forschungen ergeben, dass die pallazas als ein Ueberlebsel aus vorgeschichtlicher Zeit in einem Rückzugsgebiet anzusehen sind. Sie treten jetzt noch im gebirgigen Osten der Provinz Lugo und dem angrenzenden Teil des Bierzo, Provinz Leon auf, waren früher aber ebenso in den Gebirgsdörfern Asturiens und der Provinz Orense verbreitet. Del Castillo und Krüger weisen mit Recht auf die vorgeschichtlichen Zusammenhänge der altertümlichen Rundbauten der Gegenwart aus Spanien und Portugal hin und ziehen dafür auch verschiedene wichtige Arbeiten anderer Verfasser heran, besonders aus dem spanischen und portugiesischen Schrifttum.

Noch häufiger ist sonst der Fall, dass derart altertümliche Bauformen zwar nicht als Wohnhäuser weiterleben, aber als Speicher, Schutzhütten, Ställe usw. (2). Für Westeuropa hat dies u. a. C. Schuchhardt besonders unterstrichen und in Uebereinstimmung mit anderen in einen grösseren Zusammenhang gestellt (3), wobei er die runden steinernen Schutzhütten der Feldhüter und Hirten aus den Cevennen, von Limogne und aus dem Vezeretal in Frankreich erwähnt. Nach Schuchhardt bilden diese Bauformen ein uraltes Erbe aus der vorindogermanischen Kultur Westeuropas. Unseres Dafürhaltens besteht diese Ansicht sicher zu recht. Es empfiehlt sich aber, in Einzelfragen bei der Auswertung der Bauformen für solche Schlüsse besonders vorsichtig zu sein. So ist es bekanntlich auch nicht möglich, etwa — wie dies manchmal noch geschieht — für die jüngere Steinzeit und spätere Stufen den Rundbau nur als unindogermanisch und den Viereckbau nur als nordisch-indogermanisch zu erklären. Wir haben doch z. B. das Viereckhaus ja neben Rundbauten auch schon vor dem Beginn der Bronzezeit in vorindogermanischen Kulturen der Pyrenäenhalbinsel, Griechenlands, Kretas und Vorderasiens (4) und demge-

---

(1) A. del Castillo, *Por los montes de Galicia. Las casas del Cebrero*, in: *Boletin de la Real Academia Gallega* Bd. 8, Coruña 1913, S. 147-154; derselbe, *Origen y antiguedad de las pallazas del Cebrero*, a. a. O. Bd. 9, Coruña 1914, S. 241-248. — F. Krüger, *Die Gegenstandskultur Sanabrias und seiner Nachbargebiete.* Ein Beitrag zur spanischen u. portugiesischen Volkskunde, Hamburg 1925 (besonders S. 53-60); derselbe, *Die nordwestiberische Volkskultur*, in: *Wörter u. Sachen*, Bd. 10 Heidelberg 1927, S. 45-138 (besonders S. 110-112).

(2) Vgl. z. B. A. Byhan, *Ueberlebsel bei den Sarden*, in: *Mitt. aus d. Museum f. Völkerkunde* in Hamburg 13 (Festschrift 1928), S. 253-265 (besprochen durch B. v. Richthofen a. a. O.) — B. v. Richthofen, *Ein Laimes der oberschlesischen Form aus Gr. Schlagendorf in der Zips*, in: *Der Oberschlesier*. Bd. 11, Heft 10, Oppeln 1929, — derselbe, *Zum Stand der Vor- u. Frühgeschichtsforschung in Lettland*, in: *Archiv f. Anthropologie N. F.* Bd. 22, Heft 3, Braunschweig 1930, S. 121-131 — M. Hellmich, *Die oberschlesischen Laimes (Speicher) slawisch oder deutsch?* in: *Der Oberschlesier* Bd. 11, Heft 10, Oppeln 1929.

(3) C. Schuchhardt, *Alteuropa*. 2. Aufl. Berlin u. Leipzig 1926, S. 55. — Zur ähnlichen Stellungnahme anderer Verfasser, z. B. von O. Montelius, A. Haberlandt und F. Oelmann — auf Grund solcher Bauten aus anderen Gegenden — vgl. die Hinweise bei B. v. Richthofen a. a. O.

(4) Vgl. F. Behn, G. Karo u. B. Meissner, unter: «Haus», in: M. Ebert, *Reallexikon der Vorgeschichte*, und P. Bosch-Gimpera ebendort, unter: «Pyrenäenhalbinsel».

genüber den Rundbau später auch in manchen indogermanischen Kulturen, so z. B. der keltischen (1). In den metallzeitlichen indogermanischen Kulturen treten allerdings in den meisten Fällen Rundbauten, soweit sie nicht ganz fehlen, zum mindesten hinter den Viereckbauten stark zurück. F. Behn (2) sagte übrigens zu solchen Fragen gelegentlich: «Da Bauformen am Boden und seinen wirtschaftlichen Voraussetzungen haften, bieten Haustypen kein Unterscheidungsmerkmal völkischer Art». Er schränkte allerdings selbst diesen entschieden zu weitgehendem Satze durch spätere Ausführungen in der gleichen Arbeit bereits stark ein, u. a. durch die Angabe, dass die Hausformen doch teilweise auch in völkischer Eigenart wurzeln!

Abb. 1 — Abalos, Provinz Logroño. Nach J. M. de Barandiáran.

Der eben berücksichtigte Beitrag Behns zum 5. Bande von Eberts Reallexikon der Vorgeschichte unter «Haus» bietet auch — besonders auf S. 199 und im Abschnitt VI mit weiteren Schriftnachweisen — wertvolle Angaben zur Frage des Nachlebens vorgeschichtlicher Hausformen in jüngeren Wohnbauten, Speichern usw. Für die Pyrenäenhalbinsel ist der sichere Nachweis solcher Zusammenhänge bis in die Gegenwart — der z. B. im niederdeutschen Siedlungsgebiet gut möglich ist (3) — z. T. durch örtliche und zeitliche Lücken in unserer Kenntnis entsprechender Siedlungsreste (4) recht erschwert. Starke Beachtung verdient hier aber auf alle Fälle, dass sich in Spanien z. B. gerade im Wohnbereich der nicht indogermanischen Basken noch jetzt kleine steinerne Schutzhütten finden, die, — wie die vorhin genannten aus Frankreich, — ausserordentlich an verschiedene vorgeschichtliche Bauten vom altwesteuropäischen und altmittelmeerländischen Schlage erinnern. Sie haben teilweise wieder einen ausgesprochen runden Grundriss. Abgerundet rechteckig ist dieser dagegen bei einer solchen kleinen Anlage aus Samaniego, Provinz Alava. Diese entspricht ganz den in Irland sehr

---

(1) S. F. Behn a. a. O.

(2) In: M. Ebert, *Reallexikon der Vorgeschichte*, unter: «Haus».

(3) Vgl. F. Behn a. a. O. u. W. Wegewitz, *Ein Haus aus spätsächsischer Zeit in Kakerbeck Kr. Stade*, in: Mannus 22, 1930, S. 322-339 sowie O. Lehmann, *Das schleswigsche (cimbrische) Bauernhaus und seine Bedeutung für die Volkskunde*, in: *Festgabe für Anton Schifferer*, Breslau 1931.

(4) P. Bosch-Gimpera, in: M. Ebert, *Reallexikon der Vorgeschichte*, unter: «Pyrenäenhalbinsel».

langlebigen und dort keltisch Clochan genannten Bauten (1). Andeer bienenkorbartig geformte — so aus Abalos, Provinz Logroño — gemahnen wieder mehr an gewiesse Nuragen Sardiniens und weitere ähnliche Bauten (2). Wir kennen diese besonders noch in der Landschaft Rioja und im Süden von Navarra verbreiteten Anlagen bisher vor allem durch zwei kurze verdienstliche Berichte von J. M. de Barandiarán und L. de Urabayen (3). De Urabayen behandelte solche Schutzhütten aus der Nähe von Pamplona. Er hat gewiss recht, dass man zur Erklärung ihres Auftretens bei den Basken nicht etwa Ferneinflüsse aus dem östlichen Mittelmeergebiet anzunehmen braucht. Andererseits scheint es mir — wie ich in meinem Aufsatz in der «Prähistorischen Zeitschrift» näher zu begründen suchte — aber abweichend von de Urabayen nicht angebracht, solche Kleinbauten altertümlichen Stils bei den Basken nur als neue örtliche und durch die Eigenart des verfügbaren Baustoffes landschaftlich bedingte Erfindung anzusehen. Sie dürften auch hier eher ein altes Erbe aus der Vorzeit darstellen, — selbst dann, wenn sich vorläufig dafür noch keine Fundbelege aus den in Frage kommenden älteren Zeitabschnitten dort nachweisen lassen. Jedenfalls müssen bei dem jetzigen Stand der Siedlungsforschung für solche Fälle allgemein mögliche Lücken in unserer bisherigen Kenntnis stark mit in Rechung gestellt werden. Zeitlich bestimmbare *mittelalterliche* Bauten ähnlicher Zweckbestimmung werden in

Abb. 2 — Dignano, Mittel-Istrien. Nach J. R. Battaglia.

(1) Schriftnachweise bei B. v. Richthofen a. a. O. — S. ferner C. F. C. Hawkes u. T. D. Kendrik, *Archaeology in England and Wales*, 1914-1931, London 1932 (mit weiteren Schriftnachweisen) und zu den sonstigen vorgeschichtlichen Beziehungen Gr. Britanniens und Irlands mit der Pyrenäenhalbinsel jetzt besonders auch P. Bosch-Gimpera, *Etnologia de la península ibèrica*, Barcelona 1932 (hauptsächlich Abschnitt 4: *Les relacions exteriors i les colonitzacions*, S. 208 ff) und demnächst noch derselbe, *Relaciones prehistóricas de Irlanda con el occidente de la península ibérica* (im Druck für Leite de Vasconcelos — Festschrift).

(2) Vgl. hierzu B. v. Richthofen a. a. O. Zu dem dort gegebenen Hinweise für die Balearen s. neuerdings auch P. Bosch-Gimpera, *Etnologia de la península ibèrica*, Barcelona, 1932, S. 188 ff (Abschnitt: «*Els pobles de les Balears*») u. die dort gegebenen weiteren Belege.

(3) J. M. de Barandiarán, *Contribucion al estudio de los refugios del pais vasco*, in: *Annuario de Eusko-folklore*, Bd. 8, Vittoria 1928, S. 43-47 — L. de Urabayen, *El hombre y el techo*, in: *Revista intern. de estudios vascos*, Bd. 16, Paris-San Sebastian 1925, S. 298-303. — Vgl. die Besprechung dieser beiden Aufsätze bei B. v. Richthofen, *Zum Stand der Arbeiten über neuzeitliche Kleinbauten vorgeschichtlich-mittelmeerländischer Art und die Urheimat der Hamiten*, in: *Prähistorische Zeitschrift*, Bd. 22 (1933).

der Regel kaum erhalten sein. Ferner sind für die *vor-* und *früh*geschichtlichen Zeiten vielfach durch planmässige Grabungen gewonnene sichere Belege der Entwicklung von solchen Bauformen noch längst nicht ausreichend.

Besser lassen sich schon heute derartige Zusammenhänge z. B. bei den ähnlichen Verhältnissen in Irland nachweisen. Dort gehen manche noch jetzt vorkommenden altertümlichen Formen von Kleinbauten sicher auf die keltische und vorkeltische Kultur des Landes zurück (1). Altertümliche kleine Schutzhütten, wie sie sich noch bei den Basken finden, erweisen sich übrigens in vielen Fällen als Merkmal eines Rückzugsgebietes von Hirtenkulturen. Dies hat vor allem A. Byhan mit Recht in seiner oben schon genannten inhaltsreichen Arbeit unterstrichen. (2). Besonders gut sind vorgeschichtliche Zusammenhänge — bis in die frühillyrische, wenn nicht sogar schon die vorindogermanische (3) Zeit des Landes — für ähnliche Bauten in *Istrien* erwiesen, und zwar durch ausgezeichnete Arbeiten von A. Gnirs und besonders R. Battaglia (4) Die im Schrifttum bereits früher noch weit öfter beachteten altertümlichen Steinrundbauten *Apuliens,* die sogen. Trulli oder Truddhi (Wohnhäuser und Speicher) verden schon seit langer Zeit fast allgemein als altes Kulturerbe aus der vorindogermanischen Zeit Süditaliens angesehen, gewiss mit Recht. So gründliche Untersuchungen über die alten Zusammenhänge der noch jetzt dort landesüblichen kleinen Rundbauten wie bei Istrien fehlen hier

Abb. 3 — Samaniego Provinz Alava. Nach J. M. de Barandiáran.

---

(1) Schriftnachweise bei B. v. Richthofen a. a. O.

(2) Vgl. die Besprechung von A. Byhans Aufsatz «Ueberlebsel bei den Sarden» durch B. v. Richthofen a. a. O.

(3) Vgl. hierzu besonders Fr. v. Duhns Besprechung der in Anm. 26 erwähnten Arbeit von R. Battaglia, in: *Vorgeschichtl. Jahrbuch*, Bd. 4, Berlin 1930, S. 284-288.

(4) A. Gnirs, *Tumulusgräber aus der Kastellierzeit Istriens*, in: *Mitt. d. Zentral-Kommiss. f. Kunst- u. histor. Denkmale* N. F. Bd. 5, Wien 1900, S. 30 ff. — derselbe, *Istria Praeromana*, Karlsbad 1925, S. 79-80. — R. Battaglia, *Ricerche paletnologiche e folkloristiche sulla casa istriana primitiva*, in: *Atti e Memorie della Società Istriana di Archeologia e Storia Patria*, Bd. 38, Heft 2 (Jahrg. 43), Pola 1926, S. 33-79. Vgl. auch dazu die Besprechung dieser Arbeit Battaglias u. die Bemerkungen zu Gnirs bei B. v. Richthofen a. a. O. In Ergänzung der dortigen Angaben sei betont, dass auch L. Pigorini, *Notizie degli scavi e antichità*, Bd. 1917 (Mailand), S. 202-203 u. Knecht (*s. Vorgesch. Jahrb.*, Bd. 4, S. 285) einige dankenswerte Hinweise zu diesen istrischen Vorkommnissen boten.

allerdings noch. Sie würden gewiss auch die obige Ansicht weiter unterbauen können (1).

Ueber das sonstige Vorkommen ähnlicher Bauten im Mittelmeergebiet und anderwärts unterrichten zasammenfassend neuerdings vor allem die genannten beiden Aufsätze von A. Byhan und B. v. Richthofen. Ferner sei dafür hier auch noch auf F. Oelmanns vielseitiges und ausgezeichnetes Werk «Haus und Hof im Altertum» Bd. I (Berlin 1927) verwiesen.

Für die mittelmeerländischen und westeuropäischen Bauten der fraglichen Art aus vorgeschichtlicher Zeit und aus der Gegenwart ist die oben gelegentlich schon gestreifte Frage des *Volkstums* ihrer Erbauer von besonderem Belang. Manche alten Formzusammenhänge dürften hier gerade auf der verwandten völkischen Eigenart der Träger verschiedener früher Kulturen beruhen. Ihre Bauformen erbten sich vielfach fort und wurden teilweise später von anderen Völkern übernommen. Auf damit in Beziehung stehende Forschungen habe ich in meinem Aufsatz «Zum Stand der Arbeiten über neuzeitliche Kleinbauten vorgeschichtlich-mittelmeerländischer Art und die Urheimat der Hamiten» a. a. O. näher hingewiesen. Hierbei sind u. a. auch die Guanchenfrage und Funde von den Kanarischen Inseln kurz mit berücksichtigt worden (2). Unmittelbar nach dem Druck dieser Arbeit erschien P. Bosch-Gimperas hervorragendes katalanisches Werk «Etnologia de la península ibèrica». Dort sind mit dem Volkstum der vorgeschichtlich-mittelmeerländischen Rundbauten zusammenhängende Fragen besonders in dem Abschnitt über die Völker der Balearen (S. 187 ff) erörtert. Bosch-Gimpera sucht für verschiedene dieser alten Bauten aus dem westlichen Mittelmeergebiet der Ursprung in Afrika, und

Abb. 4 — Aran-Inseln, Irland. Nach R. A. S. Macalister.

(1) Zu den Trulli vgl. die Schriftnachweise bei B. v. Richthofen a. a. O.

(2) J. Abercromby, *A Study of the ancient speech of the Canary islands.* Harvard African Studies 1 (Varia africana Bd. 1), Cambridge 1917, S. 95-129 — derselbe, *The prehistoric pottery of the Canary islands and its makers,* in: *Journal of the Roy. Anthropolog. Institute* N. S. Bd. 44, London 1914, S. 302-322. — Zur Frage der vorspanischen Kultur der Kanarischen Inseln vgl. ferner noch R. Verneau, *Cinq années de séjour aux îles canares,* Paris 1891. — H. Meyer, *Di-Insel Tenerife,* Berlin 1896; derselbe, *Ueber die Urbewohner der Canarischen Inseln,* in: *Bastiane-Festschrift,* Berlin 1896, S. 65-78, und E. A. Hooton, *The ancient inhabitants of the Canary islands,* Cambridge 1925.

zwar auf Grund der auch von ihm angenommenen völkischen Verwandtschaft der Träger einiger früher afrikanischer und europäischer Kulturen (1). Im einzelnen lassen sich diese Beziehungen noch schwer überprüfen. Die afrikanische Vorgeschichte ist hierfür—, wie Bosch-Gimpera treffend unterstreicht — noch zu wenig bekannt. Afrikanischen Ursprungs wäre seines Erachtens z. B. der Gedanke des Nuragenbaus, also der Anlage eines für Verteidigungszwecke geeigneten Rundturmes zwischen anderen Gebäuden. Dieselben Baugrundsätze zeigt z. B. — was Bosch-Gimpera hervorhebt — die spanische endsteinzeitliche (= eneolithische) Kulturgruppe von Los Millares und die eisenzeitliche iberische Kultur (2). Wie weit hier wirklich für die betreffenden *Bauformen* eine afrikanische *Herkunft* in Frage kommt, und ob es sich bei den afrikanischen Beziehungen nicht z. T. mehr um die Folgen einer *Ur*verwandtschaft der fraglichen Völker und Kulturen handelt, dürfte wohl erst die Zukunft entscheiden. Bedeutsam ist in unserem Zusammenhang auch die von P. Bosch-Gimpera überzeugend unterstrichene Tatsache, dass die frühe geschichtliche Bevölkerung der Balearen von den Trägern der alten bronze- und eisenzeitlichen Talayotkultur herstammt. Als Erbe aus ihrem Besitz dürfte wohl auch das dortige Fortleben von Kleinbauten altmittelmeerländischen Gepräges bis in unsere Tage (3) zu deuten sein.

Zu den meines Erachtens meist nicht befriedigenden, von geographischer Seite ausgehenden Versuchen, alle die Beziehungen von Bauformen der hier besprochenen Art in der Hauptsache als rein landschaftlich bedingt unabhängig von Volkstumsfragen zu erklären, habe ich a. a. O. in der «Prähistorischen Zeitschrift» Stellung genommen. Für den Vorgeschichtler besitzen diese Bestrebungen von Geographen gewiss aber ebenfalls ihr Gutes. Sie mahnen für die Bearbeitung der Einzelfälle zur besonderen Vorsicht und bieten gelegentlich auch wirklich brauchbare andere Erklärungsmöglichkeiten.

Abschliessend ist eine weitere Behandlung der bautechnischen Besonderheiten und des genauen Alters der hier berücksichtigten Arten vorgeschichtlicher und neuerer Volksbauten mit Verbreitungskarten besonders zu wün-

---

(1) P. Bosch-Gimpera weist dabei für Afrika zum Vergleich auf verschiedene Angaben von Frobenius hin. Vgl. L. Frobenius, *Der kleinafrikanische Grabbau*, in: *Prähistorische Zeitschrift*, 1926, S. 1 ff m. Abb. 26 auf S. 55 — derselbe, *Das unbekannte Afrika*, München 1923, Teil 3 und derselbe und R. v. Wilm, *Atlas Africanus*, München o. J., Karte mit Erklärung in Heft II, 11. — Zur Nuragenkultur und ihren Fernbeziehungen vgl. auch P. Bosch-Gimpera, *I rapporti fra le civiltà mediterranee nella fine della età del bronzo*, in: *Il convegno archeologico in Sardegna*, Guigno 1926, Reggio nell'Emilia 1929.

(2) P. Bosch-Gimpera erwähnt hierzu: Bosch-Senet, *La torre iberica de Llucena*, in: *Anuari de l'Institut d'Estudis Catalans*, Bd. 6, Barcelona 1915-20, S. 621 und unveröffentlichte Funde von Valldeltormo.

(3) Ueber jüngere Rundbauten von Majorca siehe z B. «*Antiquity*» 1927, S. 102-103 und über neuzeitliche Viehschutzhütten und Vorratsspeicher auf Mallorca im Stil der alten Talayots vgl. E. Seeger, *Vorgeschichtliche Steinbauten der Balearen*, Leipzig 1932, S. 20-21.

schen. Die portugiesische und die spanische Wissenschaft werden gewiss mit enger Zusammenarbeit der dabei in Frage kommenden Fachgebiete (1) in Zukunft dafür noch grundlegende neue Beiträge liefern und damit ein Werk krönen helfen, an dem bereits Martins Sarmento erfolgreich mitgearbeitet hat.

(1) Für die Bestimmung des Volkstums der alten Kulturen kommt dabei u. a. auch die Sprachwissenschaft stark in Betracht, wie z. B. Bosch-Gimperas einschlägige Arbeiten klar zeigen. Zu der in diesem Zusammenhang besonders wichtigen Hamitenfrage suchte ich in der «*Prähistorischen Zeitschrift*» a. a. O. einige kritische Bemerkungen zu geben. Die dort berücksichtigte jetzige Stellungnahme von P. Bosch-Gimpera zur Frage des Ursprunges der Hamiten wird auch in seinem neuen Werk nur als Arbeitsannahme vorgetragen. Zu den ausserordentlich zahlreichen Vorzügen dieser prächtigen Veröffentlichung gehört überhaupt allgemein folgende Tatsache: Der Verfasser zeigt klar, wo noch ungelöste Fragen vorliegen und wie weit seine eigenen Versuche, diese zu klären, z. T. nur vorläufige Arbeitsannahmen bilden, über deren Richtigkeit erst weitere Untersuchungen und neue Funde endgültig entscheiden können. Vgl. dazu auch die Besprechung von Bosch-Gimpera, *Etnologia de la península ibérica*, in Archiv für Anthropologie N. F. Bd. 23, S. 154-158.

Dr. Vicente Risco
Director da Sección d'Etnografia e Folklore do Seminario de Estudos Galegos

---

Notas en col do culto do lume na Galiza

Teño o convencimento de que, salvo as particularidades, e salvo unha mais estreita concomitancia co complexo etnográfico a que temos que chamar céltigo, as tradiciós populares portuguesas e galegas responden a un fondo común de creenzas e d'usanzas dos pobos do Centro e do Ocidente da Europa; que tal fondo común de creenzas e usanzas ten un caraute esencialmente agrario, e qu'a sua orige non vai probabelmente mais alén dos tempos neolítecos.

O que se pode enxerguer nos rastros qu'imos recoller do culto do lume, pol-o mènos, semella confirmar esta hipótese.

I. O Fogar — Na Galiza, o labrego fai a sua vida caseña a carón do lume do fogar. A carón do lume janta e cea; a carón do lume traballa nas pequenas angueiras industriais; a carón do lume folga e namora, latrica cos da casa ou cos amigos, parentes e compadres, lê na imprensa ou nos poucos libros que refolla, reza o rosario, e ainda tamén, en moitos casos, durme.

Efeutivamente: en estesas terras da Galiza (montes do Cebreiro e de Cervantes, partidos d'Ordes, Arzúa, Lalin, e montanas ocidentais da provinza de Lugo, parte das rias) os leitos pra durmiren, *tarimas* ou *camariñas*, áchanse dispostos na cocíña, e moitas veces arrodeando a lareira. Hai motivo pra pensarmos qu'outrora foi asina en toda Galiza, e qu'isto provén já do tempo das citanias e dos *vici* pre-romaos.

Ora, unha vida intemamente familiar, no espirtual, no social e no económico, concentrada arredor do lume da lareira, tiña que facer moito pol-o perduramento das tradiciós e das creenzas relativas ao elemento principal da vida do fogar.

Non é moito o que se ten recollido — Galiza somentes agora encomenza a ser esprorada metodicamente no seu folklore — e ainda asina, as referenzas non son moi craras. Asi e todo, podemos estabrecer o caraute sagro do lume do fogar, e os siñais esparexidos d'un verdadeiro culto, com'imos ver.

a) O lume é un ser vivente.

Murguia (1) e Carré Aldao (2) aducen as seguintes espresiós galegas nas qu'o lume aparez persoificado:

1. En galego non é d'usanza dicir: apagar o fogo ou a luz, senon ditos coma istes: *matar o lume, morreume a luz, mateilleocandil,* etc.

2. En Cervantes, terra onde se conservan moitas tradiciós n-outros lados perdidas, cando botan grasa no lume e levántase a flama, din qu'*o lume alégrase.* E, non compre ir a Cervantes; esta espresión, e outras semellantes témola ouvido nós n-outros lados, sempre que lle botan leña nova.

3. En Cervantes tamén, s'unha moza está ond'o lume co seu mozo, e iste s'anima mais do debido, a moza dille:

— Home, *que nos vé o lume.*

4. Temos ouvido dicir tamén qu'o lume *láyase* e *asubía.*

N-Alemaña é corrente dicir qu'o lume *fala, chama, renega, rifa, marmula, rosma, chora* (3).

b) O lume non debe ser profanado.

1. É pecado botar n-il cascas d'ovo. A razón mais geralmente invocada é que co-elas queimaron a San Lourenzo.

Ouservemos de pasada que *Lourenzo* é um nome popular que lle dan ao sol, cecais derivado de *louro* ou loiro.

En Cervantes esprícano d'istoutro geito:

— S'hei comel-os óvos, que é o mellor, non ll'hei dal-as cascas, que é o pior (4).

En troques, n-Alemaña, son as cascas d'ovo unha das cousas co-as que se pode aplacar ao lume alritado (5).

2. É pecado botar pan no lume. Rodriguez Lopez (6) ouserva qu'isto pode ser tanto por respeito ao pan coma por respeito ao lume. E ten razón, porque é usanza corrente, cando cai un anaco de pan no chao, apañalo e beixalo, e cand'un neno tira co pan, reprendelo decindolle que é o corpo de Noso Señor, ou que ao millor un probe o está desexando.

3. É pecado, mais que nada, cuspir no lume.

No país de Bergantiños, asegún Murguia (7) cand'un cuspe no lume, dinlle:

— Non cuspas no lume, xudío, que saleu pol-a boca do Angele.

A mesma espresión témol-a recollido nós con referenza ao concello de Muiños. A prohibición de cuspir no lume é bastante geral nas terras d'Ourense.

---

(1) *Galicia* (Col. *España y sus monumentes),* Barcelona, 1888, p. 175.

(2) *La Provincia de La Coruña* na *Geografía delReino de Galicia* da Editorial Martin, de Barcelona, vol. I, p. 92.

(3) *Handwörterbuch des deutschen Aberglaubens,* de Hoffmann-Krayer e H. Bächtold-Stäubli, vol. II, na verba *Feuer.*

(4) Murguia, *ob. cit.* p. 175.

(5) *Handwörterbuch, loc. cit.*

(6) *Supersticiones de Galicia,* Madrid, 1910, p. 120.

(7) *Loc. cit.*

O alcume de *xudío* (judeu) apricase no senso d'impío. Adoitan chamarllo ao que comete unha impiedade ou un feito cruel ou denotante de mal curazón, coma martirizar un animal, facer chorar un neno, etc. Cuspir no lume é pol-o tanto unha impiedade.

Tamén n-Alemaña o que cuspe no lume comete un pecado, é impío *(gottlos)*, atrái disgracia, vólvese sarnoso, ou tísico, pónselle cara ruin, ou o bico costroso, ou vexigas na lingoa (1). Na Armórica tamén é irreverente cuspir no lume (2).

4. En Cervantes, non botan no lume nada qu'o poida emporcar, e a mesma usanza atopamos n'outros lados de Galiza, mesmo ao pé d'Ourense.

5. En Cervantes, onde durmen, coma dixemos, arrentes do lume, marido e muller cobren o lume enantes de faceren uso do matrimonio (3).

Já falamos da advertenza das mozas aos seus noivos.

O caraute sagro do lume é común a moitos pobos, especialmente aos indoeuropeos. Achase ben constatado nos germanos e pobos do Norte (4) e nos celtas dos Illas Británicas (5) con carauteres ben semellantes aos nosos.

c) O lume ten unha orige celeste.

A ideia de qu'o lume saíu da boca d'un ange, que Murguia atopou en Bergantiños e nós en Muiños, haina tamén en Portugal (6) e ainda en Castela (7).

Murguia di que n-iste dato pervive a opinión védica que fai do lume, o deus Agni, pai do ceo e da terra. Agni é un dos deuses mais antigos do Panteón védico, anterior â entrada dos Aryos na India, cecais propiedade común dos indogermanos; e hai na India images antigas d'Agni qu'o repersentan acabalo d'un año ou d'un carneiro, con duas faces e co lume saindo por entrambas bocas. Eisiste, pois, unha coincidenza na ideia, que ben pode ser casual.

d) As ánimas véñense quentar no lume.

É versión moi espallada na Galiza, qu'as ánimas do Pulgatorio, especialmente as dos mortos da familia, véñense quentar de noite na lareira, ben todol-os dias do ano, ben en dias determiñados, com'o dos Difuntos, 2 de Novembre. Por iso non se debe barrer a lareira de noite, porque se lle dá pra trás âs ánimas, nen deixar o lume apagado, senón non teñen onde se quentaren.

Coido que non sexa preciso irmos precural-os *manes, lares* e *penates* dos romaos, pois a presencia dos mortos na lareira estaba estesa de mais nos pobos antigos pra que cumprira qu'a nós nol-a trouxeran d'afora.

---

(1) *Handwörterbuch, loc. cit.*

(2) Aveneau de la Garancière, *Les parures préhistoriques et antiques en grains d'enfilage et les colliers talismans celto-armoricains*, Paris, 1897, p. 72.

(3) Murguia, *loc. cit.*

(4) Eugen Mogk, *Mitologia nórdica*, Bib. de Iniciación Cultural «Labor», p. 23 e segs.

(5) Eleanor Hull, *Folklore of the British Isles*, Methuen and Co., London, s. a. p. 202 e segs.

(6) *Revista Lusitana*, Lisboa, 1917, p. 71.

(7) Correas, *Vocabulario de refranes*, Ed. da Real Academia Española, Madrid, 1906.

e) As bruxas véñense esparexer na lareira.

A prohibición de barrer a lareira de noite ten n-outros lados, coma no concello de Dozón, partido de Lalin, outra espricadeira: barréndoa de noite, veñen as meigas beilar n-ela (1). Tamén, os rapaces d'aquela terra, cando van co gando ao monte no tempo d'inverno, e alcenden alí lume, despois cuidan de deixalo desfeito, por mor de que non veñan a il as meigas (2).

Porqu'o lume tamén joga un rol nos cultos malditos, que son unha boa parte dos cultos primitívos herdados pol-as meigas.

f) Preparación e conservación do lume.

1. En moitos lados, o lume do fogar consérvase todo a ano. Â noite cobren as brasas co-a borralla e déixano pra o outro dia pr'alcenderen a leña nova no que quedou do dia anterior (3). En Cervantes teñen por disgracia que se lles apague o lume pol-o ano adiante (4).

A mesma usanza atópase nos celtas británicos: «O fogar gaélico garda un lume perpetuo que non está nunca permitido apagar. Â noite acobíllano e cobren un carbón ou dous moi fondo na cinsa, de geito qu'o poidan atopar vivo â mañá» (5). Ao alcendelo, recitan oraciós.

2. O lume novo alcéndese en moitas parroquias galegas todol-os anos pol-o Sábado Santo, c'un tizón traguido da eireja (6).

3. N-outros lados, alcéndeno pol-o dia de Nadal, e poñen n-il un tizón groso que se conserva pra consumir cand'ameaza unha disgracia na familia (7).

Iste é o *Tizón de Nadal,* que por usanza geral púñase no lume o dia do Nacimento do Noso Señor e duraba deica primeiro d'ano. As cinsas servían pra cural-a febre. A meiados do seculo XVI, as *Sinodales* do bispado de Mondoñedo condanaron iste costume coma gentílico (8).

4. Nas montanas de Cervantes alcenden o lume novo o 1.º de Janeiro, primeiro dia do ano. Limpan a lareira, botan fora o lume da noite, e fan un novo que ha durar todo o ano (9).

g) Ofrendas e oraciós ao lume.

Já dixemos que en Cervantes é onde millor se conservan as creenzas e usanzas relativas ao lume cecais outrora estesas por toda Galiza. Citanse d'ali as práiticas seguintes:

1. Cando comen, bótan grasa no lume pra que s'alegre.

---

(1) Comunicación de José Fernandez Nóvoa, aluno da Escola Normal d'Ourense.
(2) *Ibid.*
(3) Carré Aldao, *loc. cit.*
(4) Murguia, *loc. cit.*
(5) Eleanor Hull, *ob. cit.* p. 202.
(6) Carré Aldao, *loc. cit.* Rodriguez Lopez, *ob. cit.* p. 118.
(7) Carré Aldao, *loc. cit.* Rodriguez Lopez, *ob. cit.* p. 119.
(8) Murguia, *ob. cit.* p. 181.
(9) Id. id. p. 179.

Tamén eiqui poidérase traguer a conto o alimentar o lume con manteiga nos antigos sacrifizos, especialmente nos arya-indos.

2. Cando cocen o pan, danlle ao lume a sua parte.

3. Certos dias ao ano, bótanlle frores.

4. Cand'un ten unha pena, quédase soilo co lume e dirixelle a sua imprecación «que es semejante a la que publica Fustel de Coulanges *(La cité antique,* p. 22) tomada de los himnos órficos» (1).

II. Cerimonias púbricas do culto do lume — Hai quen supón qu'enantes d'haber o fogar da casa, houbo o fogar da tribu. Sen dúbida, nos pobos céltigos houbo lumes tribais ou nacionais, ben perpetuos, ben alcendidos en èpocas determiñadas. O mais soado era o lume de Tlachtgha, na Irlanda (2). Istes lumes, que tamén s'atopan nos pobos germánicos, teñen un caraute cósmico-agrícola, en relación co curso dos astros e da colleita. Na Galiza consérvanse moito millor estas tradiciós qu'as relativas ao lume do fogar.

a) O folión.

O folión ten lugar nas freguesías rurais e urbanas na víspora da festa do Santo Patrón.

1. Murguia (3) já daba importancia ao feito de qu'en moitas freguesías das provinzas d'Ourense e Lugo, foran os homes co gaiteiro e mais o fogueteiro ao cume d'un monte pra botaren ali os foguetes.

Temos qu'anotar eiqui: a afeizón dos galegos aos fogos d'artificio; o prestigio dos fogueteiros, sobre todo antr'os rapaces; o ser o *fogo do Apóstolo* o millor das festas de Compostela. Isto todo pode ser pervivenza da impresión que debeu causar a pólvora no comenzo do seu emprego.

2. Son moital-as freguesías onde na noite do folión alcenden un gran lume, arrentes do qual toca o gaiteiro e arredor do qual se fai o baile.

3. N-algunhas freguesías, o lume faise ond'un moimento prehistórico, ou n-un lugar ao que hai ligadas tradiciós antigas.

Na freguesía de San Pedro de Sabariz, concello de Rairiz de Veiga, partido de Ginzo de Limia, na antiga festa de San Mamede do Monte d'Albán, a noite do folión rozaban o monte e facian co-il un gran lume riba d'unha mámoa. Ao pé da fogueira tocaba o gaiteiro e bailaba a gente (4).

Na freguesía d'Olás, concello da Merca, partido de Celanova, faise a festa do San Pedro no lugar da Barreira; mais o folión vano facer ao cume do Monte do Castro, alcendendo unhas fachas que chantan en duas furas feitas nas penedas do monte, e ali faise o baile e botan os foguetes. E apesares de que hai

(1) Id. id. p. 175-179. Murguia, de quen son as verbas textualmente citadas, apoia os datos que dá de Cervantes en Don Telesforo Ogea.

(2) Keating, *History of Ireland* (Irish Texts Society), II, 133, 247, 251.

(3) *Ob. cit.* p. 181.

(4) F. L. Cuevillas, *As mámoas do Concello de Rairiz,* Bol. de la Real Academia Gallega, XV, 235-245.

moito camiño, e de qu'os do lugar d'Olás non queren, ós do lugar de Vilariño impoñen que se faga no castro [1].

4. N-outras freguesías, com'antigamente no folión dos Remedios no Castro de Caldelas, aluman a festa con fachós feitos de grosos troncos d'arbres cortadas d'un ano pra outro

b) Os lumes de San Johan.

Tocantes às tan coñecidas fogueiras de San Johan *(fogueiras, lumes, lumeiradas, cachelas),* semellan mais comús no Norte e na banda do litoral de Galiza. Non embargante, temos notiza d'elas tamén en Lugo e n-algús puntos da provinza d'Ourense. Ocupouse d'elas Murguia [2] e tamén Rodriguez Lopez [3] e Carré Aldao [4].

1. Os lumes de San Johan son purificadores. Apóñenlles as seguintes virtudes:

Aleixan os malefizos.

Preservan de varias doenzas, especialmente da pel.

Libran de mordedelas de cás doentes e de cobras.

Fan qu'as rapazas casen dentro do ano.

2. Pra aproveitar estas virtudes compre choutar por riba da fogueira.

3. Às veces din que compre choutar certo número de veces, sempre impar, unha vez pra un lado, outra vez pra outro.

4. Algús, ao choutaren, cantan a seguinte cántiga:

— Salto por enriba
do lume de San Xoán
pra que me non trabe
nin cobra nin cán [5].

5. Algús choutan *en pelico* (en coiro).

6. Cando é unha creanciña, pásana despida pol-o lume, dándolla o padriño â madriña, e senón, tres Marias, co-a tradizoal fórmula:

— Enfermo cho entrego, devólvemo sano.

Logo envólveno n-unha sábaa de liño sen mollar.

7. As bestas fanse pasar pol-as brasas, asi que s'estiñou a flama.

8. As rapazas, pra casaren no ano, teñen que choutar sen tocaren na flama.

Renunciamos a pôr eiquí os abondosismos paralelos d'esta usanza, común na Alemaña, Francia, Gran Bretaña, parte da Hespaña, etc. Somentes faremos constar a sua importanza e a sua identidade co-a nosa na Irlanda, onde alcenden

---

(1) Seminario de Estudos Galegos, *Catálogo dos Castros Galegos,* fasc. II—*Terra de Celanova,* p. 13.

(2) *Ob. cit.* p. 191.

(3) *Supersticiones,* p. 135.

(4) *Ob. cit.* p. 83.

(5) Carré Aldao, *loc. cit.* Rodriguez Lopez, p. 136.

lumes, choutan riba d'iles e fan pasar o gando (1), coma fan tamén na Armórica, e onde ademais o esquecerse d'alcendelos pode traguer o enfado dos espritos.

c) Os lumes d'outras èpocas.

Os lumes de San Johan responden â festa do solsticio do vran. Mais tamén hai as usanzas de Janeiro e Ano Novo.

Unha festa do lume téñena no Castro de Caldelas o víspora do San Sebastián, o 19 de Janeiro. Todol-os veciños, homes, nenos e vellos, van car-a vella eireja parroquial con fachós de palla acesos no cabo d'uns longos lareiros berrando:

— Viva San Sebastián,
obispo, e o cán!

e outros vítores satíricos adicados a veciños coñecidos. Visitan o Santo e volven por outra rua, arrodeando a parte vella da vila, e chegados ao Prado, ajuntan os fachós no chao, e a carón da fogueira toca o gaiteiro, e bailan. Despois, *lareiran* o lume, erguendo as pallas e leña queimada cos lareiros, e esparexendo as moxenas pol-o ar, deixando o chao inteiramente limpo (2).

d) A beinzón dos campos.

Eisiste na Galiza o costume corrente en toda a Europa de correren de noite pol-os campos con fachós acesos pra abenzoalos co lume. Téñense ocupado d'iste costume: Murguia (3), Rodriguez Lopez (4), Carré Aldao (5) e Filgueira Valverde (6).

1. Na Noite de 29 d'Abril andan pol-os montes qu'arrodean a Ponte Cesures os labregos con fachós acesos cantando:

— Alumea, pai,
cada gran seu toledán!
Alumea, filllo,
cada espiga seu pantrigo!
Alumea o liño,
cada freba seu corriño!

E sacuden os fachós no chao, pra matal-os vermes e bechos dañinos (7).

---

(1) Eleanor Hull, *ob. cit.* p. 250.
(2) Vicente Risco, *O Castro de Caldelas,* Arquivos do Seminario de Estudos Galegos, I, p. 79.
(3) *Ob. cit.* p. 181-183.
(4) *Supersticiones,* p. 120-121.
(5) *Ob. cit.* p. 92.
(6) *A festa dos Maios,* Arquivos do Seminario de Estudos Galegos, I, p. 147.
(7) Murguia, *loc. cit.*

2. Na mesma noite, en Santa Maria de Roo, preto de Noya, alcenden o lume no Outeiro e bailan arredor, cantando:

— Lume, lume!
Ve ao pan
Dios che dea
Moito gran,
Cada gran com'un bugallo,
Cada pé com'un carballo.

E siguen deica romper o dia (1).

3. Na Mahia, asegún Tobío Campos, *alumian o pan, pra que Dios medre as colleitas, librándoo de pedra e peste.* Fano os rapaces correndo pol-as leiras erguendo en alto fachucos e movéndoos pra que s'alcendan, cantando:

— Velo lume, velo pan,
Dios che dea boa gran
pel-o mes de San Johan,
espigas como rebolos
e granciños coma ollos (2).

4. Vicenti recolle outra procisión de fachicos en Padrón e a Ulla pol-o 30 d'Abril, en que cantan:

— Alumea o pan,
aluméao ben,
alumea o pan
par'o ano que ven (3).

É tamén usanza céltiga. Facíano hai uns setenta anos os Highlanders de Braemar, pr'aseguraren a fertilidade dos eidos (4).

Paralelos sen conto de Francia, Alemaña, Suecia, etc., trai Mannhardt (5), con fórmulas de senso moi semellante às galegas, com'as seguintes:

Plus de fruits que de feuilles (Jura).

Bour peumes poires.
des cérises noires (Valenciennes).

Brandelons, brulez,
par ces vignes, par ces blés (Chartres).

III. Virtudes do lume — Todos istes lumes teñen unha sinificación e unha virtude.

---

(1) Murguia, *loc. cit.*
(2) Filgueira Velverde, *loc. cit.*
(3) *Id. id.*
(4) Eleanor Hull, *ob. cit.*, p. 234
(5) *Wald- und Feldkultus,* p. 535 e segs.

O do fogar é unha sorte de divindade doméstica proteitora que atrai, ajunta e congrega aos membros da familia, mesmamente aos mortos, sempre qu'o conserven puro e sen lixo.

Os lumes pèriódicos de San Johan e d'outras épocas do ano, teñen unha virtude purificadora e lustral. «Estes fuegos de necesidad *(nôdfyr)* — di Eugen Mogk (1) — se desarrollaron cuando estallaban epidemias entre los animales domésticos... A menudo saltaban también por encima de él los hombres... De este fuego de necesidad en tiempo de epidemias salieron las hogueras periódicas de verano... pues en tal época se creía que era mayor la actividad de los demonios propagadores de contagios. La creencia en la virtud preservativa del fuego se muestra en todos tiempos, en todos los sucesos en que se teme la acción maléfica de los demonios. Para proteger contra estos su posesión, la rodeaba el germano del Norte de un círculo de fuego, cuando se establecía en un sitio». Eiquí debemos lembrar qu'a procesión de fachós do San Sebastián, no Castro de Caldelas, dá a volta a toda a parte antiga da vila, coma purificando co lume os seus lindeiros, e a fogueira faise onde sen dúbida estivo a antiga porta.

Os caldelaos esprican a usanza dicindo que é lembranza de cand'os cristíaos foron precural-o corpo do santo mártire. Mais tamén na Suabia alemáa esprican o seu *Fackelgang* dicindo que lembra o prendimento de Jesucristo no Horto das Oliveiras. Mannhardt esprica moi ben coma o botaren os fachicos pol-o ar representa os lóstregos que, en forma de beinzón, comunican a chispa vital ao mundo das plantas, namentras na sua forma de ruiña, destruíen a colleita, pol-o qual resulta que, pol-a mágica imitativa, os fachós son a un tempo representación da exalación vital, e amuleto contra do raio e do pedrazo. Por outra banda, é ben sabido com'os lumes sirven tamén pra lle daren forza ao sol cand'a perde, principalmente no inverno, e tamén no San Johan, pois dend'entón encomenza a devecer.

Mais, alén d'iste sinificado cósmico-agrario, a mágica e mais a meiciña popular conservannos unha chea de notizas tocantes â virtude purificativa e manciñeira do lume. Da mágica popular proveñen os seguintes casos:

1. Unha das falcatrúas mais correntes das meigas é a d'embruxaren unha vaca pra qu'en lugar de leite dea sangue ao munguila. O remédeo mais corrente é o de tratar aquil sangue pol-o fogo, de duas formas: ou póndoo a rustrir ao lume n-unha tixola, ou deitándoo na lareira quente. D'un geito ou d'outro, a meiga acometida de atroces doores, ven supricar que retiren o sangue do lume.

O mesmo remédeo empregan n-Alemaña (2).

2. Cando morre un animal por meigallo de bruxa, n-algús lados queiman o corpo do animal. En Sober, partido de Monforte de Lemos — terra por certo de moita bruxeria — morreulle un porco a un veciño e enfermoulle outro por ruin influenza d'unha muller. O home â mañá, emprincipiou a queimar o porco enfermo e cando já lle tiña os pèlos queimados, aparez a muller e dille:

(1) *Mitol. nórdica*, p. 24.
(2) *Handwörterbuch*, na verba *Hexe*, III, p. 1866.

—Non queimes mais o porco.

—Porqué me matáchel-o outro? — perguntou o home.

— Todol-os dias teño que facer algún dano — respondeu ela.

O porco queimado curou (1).

Case idéntico é o que pensan na Irlanda. «Sir John Rhys di que cand'unha besta morre n-unha granxa, e suponse que foi por influenza malina, os restos do animal deben ser queimados ao ar libre». E refire o caso d'un pescador qu'andaba no mar, e sinteuse atraguido irresistibelmente cara un campo ond'estaban queimando un animal (2).

3. Pra se librar dos raios cando trona, botar no lume loureiro bendito o Domingo de Ramos.

4. Cand'hai peste no gando, queimar un dos animales mortos d'ela (3).

Da meiciña popular, citaremol-os seguintes:

1. É bon pra conserval-a saude, beber auga na que s'apagou un tizón ou un ferro quente.

2. A roupa lavada, cando ven do tendal, pode traguel-o coxo que lle deixara algún becho qu'andivera por ela. Pra tirarllo, compre pasala roupa pol-o lume enantes d'usala.

3. Pra cural-o *tiricó, torizó, chourizol*, etc., dos ollos, quéimase en tres pallas, cantando naméntras arden no lume:

Quéimate torizó
con tres pallas e un nó (4)

ou beilando os rapaces arredor d'un lume feito ao ar libre (5).

4. O poder do lume transmétese â cinsa. A *cinsa do lar* emprégase moito na meiciña domésteca pra cural-a sombra qu'os animais botan nos nenos, as doenzas dos ollos, as verrugas, etc., e invócase nas oraciós e desconjuros que lle botan.

5. Pol-o derradeiro, as queimadelas considéranse coma lume que s'apegou â persoa queimada, e o curalas chámase *apagar o fogo*, o qual faise âs veces con auga fria, coma s'apagaría o verdadeiro lume.

Temos que rematar eiquí, sen deixar feito mais qu'unha indicación das mais importantes supervivenzas do culto do lume na Galiza, qu'ainda ha dar tema pra mais estesos estudos sen esgotamento da materia.

---

(1) Comunicación de Ramona Perez Rodriguez, aluna da Escola Normal d'Ourense, ano de 1932.

(2) Eleanor Hull, *ob. cit.* p. 205.

(3) Laza (Verin), comunicación de Celsa Vila Puga, aluna da Escola Normal d'Ourense.

(4) Carré Aldao, *ob. cit.* p. 104.

(5) Comunicación de Xurxon Lourenzo.

Dr. José Maria Rodrigues
Prof. aposentado da Universidade de Lisboa
Antigo Presidente da Academia das Sciências

O Périplo de Hanão e o seu primeiro comentador

I

Em época ainda não bem determinada, mas quando, segundo os dizeres de Plínio, florescia o poder de Cartago (1), talvez pelos fins do século VI, ou princípio do V antes da nossa era, partiu desta cidade um dos seus «sufetes», Hanão, com numerosa esquadra e grande multidão de gente, em direcção à costa noroeste de África, para fundar colónias ao sul das «Colunas de Hércules» e naturalmente também para repovoar as que, desde o tempo dos Fenícios, já ali existiriam, e para explorar a costa africana na direcção do sul.

Desta expedição fêz o seu chefe um relato, que foi gravado em um templo de Cartago e traduzido para grego, não se sabe quando nem por quem (2).

Em 1533 esta tradução, cujo original há muitos séculos se havia perdido, foi publicada a primeira vez pela imprensa; e desde então tem sido assunto de numerosos estudos, de monografias mais ou menos desenvolvidas (3).

---

(1) *Fuere et Hannonis Carthaginiensium ducis commentarii, Punicis rebus florentissimis, explorare ambitum Africae iussi.* Plínio, *Naturalis Historiae* l. V., c. I. Estas últimas palavras relacionam-se com a lenda de que Hanão rodeou a África pelo sul, lenda que o escritor romano perfilha expressamente no l. II, c. 67: «*Et Hanno, Carthaginis potentia florente, circumvectus a Gadibus ad finem Arabiae, navigationem eam prodidit scripto*».

(2) Versão latina da epígrafe grega do Périplo (edição de C. Müller): «Hannonis Carthaginiensis Regis Periplus earum quae sunt ultra Herculis Columnas Lybicarum terrae Partium, quem etiam dedicavit in Saturni delubro».

O deus Chronos do texto grego e o Saturno da versão é Baal-Hamon: «La relation officielle du voyage de Hannon sur la côte d'Afrique, déposée dans le temple de Baal-Hamon à Carthage» etc. F. Lenormant, *Histoire ancienne de l'Orient*, 9.ª ed., t. VI, p. 635. Desenvolvida exposição do Périplo.

(3) Encontra-se o texto grego com a versão latina, introdução e desenvolvidos comentários, no v. I dos *Geographi Graeci minores* de C. Müller, Paris, 1882. Das monografias modernas que vejo indicadas na *Enciclopédia Britânica* e na *Real-Encyclopädie* de Pauly-Wissowa-Kroll, citarei estas: Entz, *Der Periplus des Hanno*, Marienburg, 1884; Mer, *Mémoire sur le*

Ora o primeiro comentador que nos aparece do célebre «Periplo» é um português, um piloto de Vila-do-Conde, que no século XVI levava carregações de açúcar da ilha de S. Tomé para Veneza.

Dá-nos disso ampla notícia J. B. Ramúsio na sua bem conhecida colecção *Delle navigationi e viaggi,* em cujo vol. I da 3.ª edição (Veneza 1563) (1), a seguir à versão italiana de Périplo Cartaginês, se insere um «*Discorso sopra la navigatione di Hannone fatto per un pilotto Portughese*» (fl. 112-114).

E o compilador conta como um fidalgo de Verona, o Conde Raimundo della Torre, que se achava em Veneza, travou relações com «um gentil pilotto Portughese di Villa di Condi, il cui nome, per convenienti respetti se tace», a quem recebia em sua casa com tôda a familiaridade, e cujos vastos conhecimentos náuticos e geográficos encarece com as mais elogiosas referências, dando-o não só «como pessoa perita na arte de navegar, mas também como muito lido em diversos autores e sobretudo muito familiarizado com as Tábuas de Ptolomeu».

Ora foi destas conversações com o piloto de Vila-do-Conde, comunicadas a Ramúsio, que saíu o primeiro comentário do Périplo cartaginês. E esta prioridade é expressamente reconhecida por E. H. Bunbury: «Poucos escritos antigos há que tenham sido assunto de mais copiosos comentários, dada a sua tão limitada extensão. O primeiro dêstes comentários, inserido por J. B. Ramúsio na sua colecção de viagens, é curioso e interessante, como derivado de fontes portuguesas, isto é, dos primeiros exploradores das costas do noroeste africano nos tempos modernos» (*History* cit., I, 333) (2).

II

Por motivos de vária espécie, é muito difícil identificar com segurança todos ou quási todos os lugares referidos no Périplo de Hanão e ultrapassaria os limites que me são prescritos a exposição de tôdas as identificações propostas pelo piloto de Vila-do-Conde e o seu confronto com as de outros comentadores que se lhe seguiram. Limitar-me-ei, porisso, à extensão da viagem, ao seu têrmo, aproveitando os elementos fornecidos pelos trabalhos que tenho presentes.

Para Gosselin, a expedição cartaginesa não passou do cabo Não, mas êste parecer não tem sido perfilhado por mais ninguém, tanto a êle se opõe a simples leitura do texto.

Périple de Hannon, Paris, 1888; Fischer, *De Hannonis Carthaginiensis periplo,* Leipzig, 1893; Illing, *Programm des Wettingymnasiums,* Dresden, 1899; trabalho êste que a *Real-Encyclopädie* citada qualifica de «excelente».

De obras gerais merecem ser lidas a de Vivien de Saint-Martin, *Le Nord de l'Afrique dans l'antiquité,* Paris, 1863, pág. 330 e segg., e a de Bunbury, *A History of ancient geography,* Londres, 1883, vol. I, pág. 318 e segg.

(1) A 1.ª edição é de 1550 e a 2.ª de 1554. Não pude verificar se elas já traziam o «Discorso».

(2) A seguir acrescenta o erudito autor: «O comentário do escritor espanhol Campomanes (*El Periplo de Hannon,* em apêndice à sua *Antiguedad maritima de Cartago,* Madrid, 1756) é, pelo contrário, inteiramente destituído de valor».

Segundo Maltebrun, Hanão parou na Angra de Sintra, um pouco ao sul do Rio do Ouro. Na opinião de Quatremère, aproximou-se do Çanagá. Heeren pensa no rio Gâmbia. Mannert opta pelo arquipélago de Bijagós. Para Vivien de Saint-Martin e Carlos Müller, a expedição cartaginesa chegou à ilha de Scherbro, a principal do grupo que nós chamávamos dos Ídolos, na costa da Guiné francesa, pouco antes da Serra Leoa (1). Durand de la Malle prolonga a viagem até o golfo de Benin e recentemente Illing ainda o faz chegar mais longe, pois identifica o «Carro dos deuses» do Périplo com o pico vulcânico dos Camarões (2) e o «Corno do Sul», o Hesperu Ceras (3), com a baía do Corisco ou com o esteiro do Gabão, nas proximidades do equador (cf. *Real-Encyclopädie* cit.).

Ora, para o piloto de Vila-do-Conde, Hanão chegou até à ilha de Fernando Pó, fronteira ao vulcão dos Camarões.

Não deixa de ser interessante que Illing, um dos mais recentes e mais autorizados intérpretes do Périplo, quási concorda com a opinião do piloto português, a respeito do têrmo da viagem de Hanão, afastando-se assim ambos neste ponto da grande maioria dos comentadores.

---

(1) Cf. Duarte Pacheco, *Esmeraldo*, ed. do prof. E. Dias. pág. 93. «Do cabo da Vêrga ao cabo de Sagres são 18 léguas... No rosto dêste cabo... estão duas ilhas pequenas, que têm um ilhéu junto consigo e a estas chamamos as ilhas dos Ídolos... E da banda da terra, no sertão, verá uma muito alta serra, à qual chamamos de Brapão». Das ilhas dos Ídolos fizeram e fazem alguns geógrafos estrangeiros as «ilhas de Los» e da serra do Brapão, primeiro o monte de Sagres, e agora o Cacúlima, do qual diz um geógrafo italiano que talvez seja um vulcão, Marinelli, *La Terra*, VI, p. 692.

(2) Identificação em que já tinha pensado Burton, o conhecido camonista inglês e arrojado explorador de algumas regiões de África, entre elas a dos Camarões *(Real Encyclopädie* cit.)

Para o nosso piloto, naturalmente por não estar em actividade no seu tempo o vulcão dos Camarões, o «Carro dos deuses» era a Serra Leoa, com o vértice coberto de nuvens e com as contínuas descargas eléctricas: «havendo circondata sempre la cima di foltissime nebie che causano di continuo saette e tuoni». V. de Saint Martin e C. Müller identificam o «Carro» com o monte de Sagres e Fischer com o cabo Mesurado, na Monróvia.

(3) Para o comentador português o «golfo do Hespero» pode ser o mar que banha as ilhas dos Ídolos. Segundo C. Müller, é o arquipélago de Bijagós e o Rio Grande. A palavra grega *ceras*, corno, é interpretada por uns como uma ponta de terra, por outros como um braço de mar.

Dr. Gonçalo Sampaio
Prof. da Universidade do Pôrto

Côro das maçadeiras

Maça do linho

Os bem conhecidos engenhos tangidos pela água dos rios e destinados a transformar os caules do linho em fibraça têxtil apareceram no Minho há perto de um século, espalhando-se dentro de alguns anos por quási tôda a província. Antes disso eram as mulheres que se encarregavam daquela transformação da planta, maçando-a sôbre lages ou bancos de pedra, os maçadouros, com umas clavas de pau, cuja forma e grandeza eram, apròximadamente, as de uma garrafa ordinária.

Nalgumas raras localidades do País ainda hoje se conserva esta velha prática de maçar o linho; mas na maior parte das aldeias minhotas já quási ninguém se lembra das antigas maçadeiras, embora nalgumas casas de lavradores ainda se possa encontrar uma ou outra maça, abandonada ao canto de uma loja ou conservada ignoradamente atrás de qualquer móvel (1).

O serviço das maçadeiras, a jornal, era extremamente árduo; porisso recebiam elas dos patrões uma alimentação melhor do que a fornecida ordinàriamente aos trabalhadores da lavoura. E conta-se que, ainda assim, era freqüente o adoecerem algumas delas com a violência extenuante do trabalho.

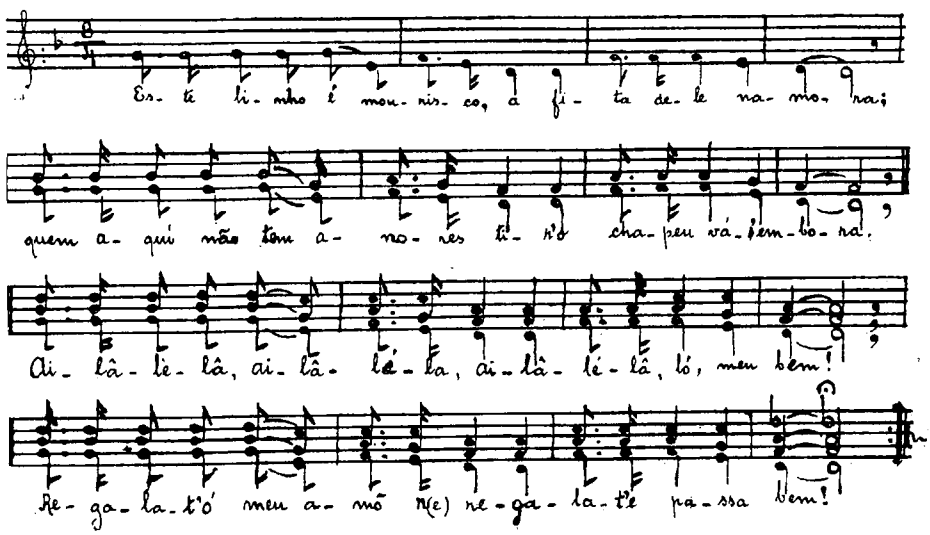
Como acontece com o bater dos manguais, nas malhadas, as pancadas das maças deveriam ser dadas com um certo compasso, visto que se nalgumas terras existem cantos rítmicos dos malhadores, também as maçadeiras do Minho possuíam um canto próprio, um côro de trabalho, naturalmente para regular e cadenciar o seu esfôrço.

Sabe-se que há canções populares adstritas a certos serviços — como são algumas canções de barqueiros, os cantos exclusivos de almocreves, as canções

(1) Seria conveniente, a meu ver, que nos museus se recolhessem, com os respectivos informes sôbre a sua aplicação, exemplares de todos os utensílios que o progresso vai dia a dia tornando inúteis; de contrário, pode acontecer que no futuro se não consiga descortinar, para alguns que apareçam, quais tivessem sido os seus usos.

particulares de carreteiros, os cantos galegos de arada e as nossas interessantes toadas de aboiar — não se ignorando, também, que essas canções podem viver e perpetuar-se através dos séculos, ou desaparecer por completo em virtude do desaparecimento dos serviços e profissões a que andam aliadas. E foi êste último caso, precisamente, o que sucedeu com o curioso e lindo côro das maçadeiras, de que apenas resta uma quási apagada tradição.

No concelho da Póvoa-de-Lanhoso afirmavam-me pessoas idosas que as mulheres ocupadas antigamente em maçar o linho costumavam entoar, trabalhando, um canto do mais agradável efeito; mas como nenhuma dessas pessoas o sabia reproduzir, foi só depois de muitas diligências empregadas que, há dez ou onze anos, consegui achar duas velhas aldeãs — uma da freguesia de Oliveira e outra da Igreja-Nova — que, por o haverem aprendido na sua longínqua mocidade com antigas maçadeiras, puderam ensinar-me não só a melodia, mas também as partes harmónicas do bonito côro. Ei-lo aqui, muito fielmente recolhido por mim:



Êste linho é mourisco,
a fita (1) dêle namora;
quem aqui não tem amores
tire o chapéu, vá-se embora!

Maçadeiras lá de baixo,
maçai-me o meu linho bem;
não olheis para o portêlo,
que a merenda logo vem.

Ai, lâ-lé-lâ! ai, lâ-lé-lâ!
ai, lâ-lé-lâ, ló, meu bem;
regala-te, ó meu amor,
regala-te e passa bem!

Ai, lâ-lé-lâ! ai, lâ-lé-lâ!
ai, lâ-lé-lâ, ló, sou eu!
sou aquela amante firme
por quem você já morreu.

Como todos os coros arcaicos do Minho, êste côro de mulheres é, segundo se vê, composto em bordão, quer dizer, com a melodia na parte grave e o revestimento harmónico nas partes médias e superiores. Os contraltos, a que as can-

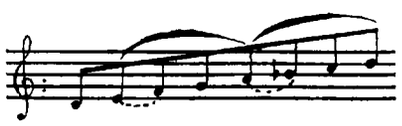
(1) *Fita* — acto de olhar, de fitar.

tadeiras minhotas dão o nome de *baixos,* são os que iniciam o canto, ajuntando-se-lhes depois, na 5.ª medida, o mèsossoprano (chamado por elas *meio),* a cantar em terceiras acima dos baixos. No compasso 9.º entra o soprano, que denominam *guincho,* em quintas e sextas superiores da voz melódica. Finalmente, na última nota, que é muito prolongada, um outro soprano, o *sobreguincho,* dá a oitava do baixo. Deve-se observar que a parte inferior pode ser cantada simultâneamente por dois ou três contraltos, não sendo permitido, porém, mais do que um *meio,* um *guincho* e um *sobreguincho,* no conjunto.

O cultismo musical clássico apoda de «música bárbara» as formas de composição que, como esta, apresentam as vozes em movimento paralelo, com sucessão de quintas; mas as mulheres do Minho executam-nas com tal sucesso, que só os obcecados pelos preconceitos escolásticos — já hoje incompreensíveis — é que poderão deixar de lhes reconhecer uma real beleza. O que se torna indispensável é que essas composições sejam cantadas com aquela simplicidade e perfeição com que as nossas camponesas as cantavam dantes: vozes bem unidinhas, bem afinadas, com a necessária sustentação das notas e posição natural dos órgãos vocais, de forma a não prejudicar a sonoridade.

Quanto às origens e antiguidade dêste côro, pouco se poderá dizer. Notarei, no entanto: 1.º) que a sua melodia é formada por um único período musical (período de quatro compassos, que se repete continuadamente, embora com harmonia diferente) e oferece, por isso, um dos caracteres mais notáveis dos cantos primitivos; 2.º) que o estribilho *ai-lâ-lé-lâ* pertence a um grupo de estribilhos sem significação, muito usados entre os calaicos, pelo menos desde os tempos do trovadorismo, e que êsse estribilho se encontra também num «àlàlá» galego que possuo, copiado com outros do arquivo de Pontevedra; 3.º) que os cantos mulheris com harmonização vocal, talvez semelhante à dêste côro, já eram populares em Braga, no século XVI, a dar-se crédito a dois testemunhos antigos.

Mas o que na realidade me parece muito e muito interessante, é que as notas do côro das maçadeiras são exactamente as mesmas, nem mais uma, nem menos uma, que se encontram no seguinte sistema mutável dos antigos gregos:



sistema que contém a escala dórica (escala menor sem sensível, no tom de *ré),* em que a singela melodia dêste côro também está construída. ¿Trata-se de um mero acaso?

Não me parece, desde que se constata que os variados coros e mais cantos arcaicos do Minho estão quási todos nas duas escalas fundamentais dêste sistema heleno: uns na escala dórica, como o côro das maçadeiras, e outros na escala lídia, que é a nossa actual escala maior no tom de *fá* (1). Ora creio eu que se

(1) Cada um dos termos *dórica, lídia, frígia,* etc., tem sido referido pelos diversos musicógrafos a escalas modais e tonais diferentes, mas eu ligo-lhes o significado que lhes atribuíram os mais antigos e sábios teóricos da música sacra.

não devem considerar como casuais os factos da mesma natureza que, por serem numerosos e concordantes, constituem uma verdadeira regra.

Neste ponto cumpre-me dizer, ainda, que a relação íntima da música popular minhota com a música da velha Grécia também se manifesta muito claramente nas nossas originais toadas de aboiar, que parecem vir, como demonstrei em trabalho anterior, dos recuados tempos míticos (1), e que se derivam de uma forma inicial, própria para ser executada na flauta de Pan, apresentando entre elas o mesmo e único tipo de modulação empregado pelos gregos (2).

E pelo que diz respeito ao instrumental, ou material sonoro, lembrarei que a grega *sirinx* (flauta de Pan, ou gaita de capador) ainda hoje se usa e fabrica tanto no Minho como na Galiza, e que a viola braguesa e o cavaquinho (3), os dois instrumentos de corda mais populares e característicos entre nós, ao norte do Douro, também apresentam frisantes e significativas afinidades com os tetracórdios e sistemas helénicos, pela situação, denominação e perfeita correspondência de certas cordas, como seja a *prima,* por exemplo, e pelo mesmo processo de mudar os «géneros» ou tipos de afinação diferentes, processo originalmente grego baseado na divisão das cordas em duas categorias: cordas «estáveis» e cordas «móveis».

¿Como se poderão explicar todos estes factos, sabendo-se que os gregos não tiveram entre nós mais do que pequenas e isoladas colónias comerciais, no litoral, as quais não exerceram sensível influência sôbre a linguagem das populações antigas do nosso solo e que, portanto, não é natural nem crível que a exercessem sôbre os costumes e sôbre a arte?

Sem ter a menor pretensão de discutir assuntos em que me não sinto com a necessária competência, limito-me a observar que a doutrina do grande sábio português que foi Martins Sarmento se presta completamente para esclarecer esta evidente e palpável relação entre a música das populações calaicas e a da Grécia antiga (4). Assim: um povo asiático, possìvelmente o povo lígure, segundo o notabilíssimo investigador vimaranense, teria invadido e ocupado parte da Europa, inclusivè o nosso território. Êste povo, talvez ramo ou afim dos trácios — que já haviam invadido o Peloponeso, onde se fixaram — era portador dos elementos fundamentais de uma civilização que os mesmos trácios possuíam e que foi a base da chamada civilização micénica dos gregos primitivos, difundindo-os pelas regiões europeias que ocuparam. Nestas condições, compreende-se muito bem a existência de abundantes exemplares de uma arte semelhante à arte micénica, tanto na península hispánica como nas demais regiões onde os lígures se estabeleceram, ficando inteligível,

---

(1) V. *Toadilhas de aboiar,* na revista GENTE MINHOTA, n.º 1. Braga, 1925.

(2) Dou à palavra «modulação» o seu significado primitivo de simples passagem de um tom para outro, e não o significado particular que lhe atribuem os tratadistas modernos.

(3) Não confundir o cavaquinho minhoto, como confundiu o falecido M. Ângelo Lambertini, com o machete ou cavaquinho da Madeira, que é instrumento solista, bastante diferente por várias características.

(4) Pelo que diz respeito à Galiza, também já foi reconhecido que na sua música popular se revelam umas certas analogias com a música dos helenos.

portanto, o inegável parentesco dos nossos mais antigos documentos artísticos, quer no campo das artes plásticas, quer no campo da arte musical, com os produtos e a feição da primitiva arte helénica.

De outras marcadas influências de povos antigos na música popular portuguesa só conheço a dos árabes, na produção dos formosos cantos árabo-andaluzes, que abundam na Beira-Baixa, sobretudo, e no Alemtejo, mas que são absolutamente estranhos ao nosso Minho. E da célebre escala pentafónica, que os musicógrafos afirmam ter sido quási universal, durante as mais remotas épocas, havendo deixado vestígios por tôda a parte, não tenho descoberto neste país o menor rastro, como igualmente o não descobriu na vizinha Espanha o grande Pedrell.

Pelo que toca aos celtas, finalmente, não encontro nos cantos luso-calaicos qualquer carácter especial que se lhes deva atribuir. É certo que pouco ou nada se conhece da música céltica, mas diversos musicógrafos são concordes, entretanto, na sensata opinião de que ela nada poderia ter de afinidade com a música dos velhos gregos.

A. Santos Graça
Da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia (Pôrto)

A crença do Pòveiro nas "Almas penadas"

Nos povos da beira-mar, a superstição da aparição dos «*espiritos*» revela, com as suas angústias e temores, um fundo moral impressionante. Superstição arreigada em todos os povos, principalmente nos da Ibéria, não sei se a do Pòveiro se irmana com a mesma concepção doutros povos. Desta dúvida me veio o desejo de arquivar os seus aspectos locais.

Admite o Pòveiro três espécies de *almas:* as dos *justos*, que, mal se *despegam* do corpo, vão gozar a Bem-aventurança; as *boas*, mas que certas faltas em vida obrigam a penar até à remissão; e as *más*, que não têm lugar nem no céu nem no inferno, andando errantes entre «*ares e nuvens*» para todo o sempre.

São as duas últimas espécies — as «*Almas penadas*»

As *boas*, antes da instituïção das devoções e confraria das almas e dos sufrágios que se fazem para o alívio e resgate das *almas do purgatório,* levantavam-se das campas ao «*toque das Almas*» (1) e, reünidas em procissão, campaínha à frente, tôdas vestidas de branco, vinham pelas ruas e lugares dos povoados em penitência e suplicando aos vivos rezas e sufrágios para as aliviarem das penas em que estavam. Ninguém, dessa hora em diante, saía à rua. E conta-se:

— «A uma vèlhinha, a *tia* Margarida Moleira, ouvi eu contar que, sendo forçada pela *noite morta* a passar pela vélha Igreja da Misericórdia (2) e reparando que a porta estava aberta, entrou, recuando em seguida, estarrecida, ao ver que os mortos se tinham levantado das campas e estavam a ouvir uma missa! Também a *tia* Janela afirmou que, num serão, carecera de acender uma candeia e que, dando pela falta de *lumes*, viera à porta ver se passava alguém para lhos pedir. Abrindo o postigo, viu que vinham ao longe muitas luzes e, quando estas se abeiraram, pediu um *lume*, que lhe foi entregue pelo postigo. Acesa a candeia, quando ía entregar a vela que tinha recebido, já o grupo se tinha distanciado, reparando ela, então, que em lugar de uma vela lhe tinham

---

(1) Nove badaladas do sino às 21 horas. Ainda hoje se mantém esta tradição.

(2) Matriz da Póvoa-de-Varzim até 1757. Era no seu adro que se faziam os enterramentos.

entregado uma *tíbia!* Fôra no dia seguinte confessar-se, sendo-lhe dado o conselho de à mesma hora esperar novamente o grupo e entregar à que fôsse sem luz o que lhe tinha sido dado. «*Eram almas boas que andavam a pedir orações*».

— «O *tio* Manuel da Salvada andava na praia de Abremar ao argaço, quando viu uns vultos, todos de branco, encaminharem-se para ali. Escondeu-se por trás do penedo (1) de Santo André; mas, dentro em pouco, viu que o cortejo rodeava o penedo em romagem, rezando, dando a volta três vezes e retirando em seguida. Não lhe fizeram mal nenhum, mas apanhou um grande susto».

— «E eu e meu pai íamos para a praia de Abremar à uma hora da madrugada, com destino à apanha do argaço. Levávamos às costas as *gravêtas*. Ao chegarmos ao caminho que vai ao areal, reparámos que por êle vinham, do lado do mar, muitas luzes. Aterrados, saltámos ao campo e encobrimo-nos com as giestas da vedação. O cortejo passou sem nos fazer mal nenhum. À cautela, segurámos com a mão direita as *gravêtas*, porque é vélha crença que estas fazem arredar todos os malefícios por terem a forma de cruz».

É crença absoluta que o culto profundo pelas *almas do purgatório* com o *Mês das almas* (Novembro), as *novenas*, os *terços* familiares e os *padre-nossos* às refeições, tudo rezado por intenção das almas penadas, fizeram com que fôssem rareando estes cortejos macabros até desaparecerem completamente.

Foram-se, assim, as súplicas das almas em conjunto, mas surgiram as solicitações isoladas, através dos *corpos-abertos* onde o *espírito* vem *falar* para contar as suas faltas e suplicar, aos seus parentes, que as remedeie para alcançar o «*eterno descanso*»:

— «O Manuel Luís (2) *falava* para a filha da *tia* Ruça, que tinha morrido há meses. Estando à hora do meio-dia a conversar ao portão da casa onde morava a rapariga, caíu redondo. Acudiram-lhe, e, passada meia hora, caíu outra vez sem sentidos. Então, desconfiando-se que fôsse espírito, uma mulher animosa puxou por êle: «*Quem és? O que queres? Fala!*» E o espírito falou: «*Sou a Ruça. Diz a meu homem que devo uma romaria à Senhora do Alívio e que não sossego sem que êle a cumpra*». Os presentes foram ter com o homem, que era o *tio* Sencadas, mas êle não acreditou. Levaram-lhe, em vista disso, lá o rapaz, e o espírito falou de novo: «*Sou eu. Vai fazer a romaria e eu lá te aparecerei tal qual fui dêste mundo*». Foi tôda a família e o rapaz fazer a romaria à Senhora do Alívio, e, quando estavam no Mosteiro, o rapaz gritou, deitando-se ao chão: «*Ela aí vem*». E, então, o homem reconheceu-a, vestida com o hábito da Senhora do Carmo, tal qual tinha ido a enterrar, dizendo-lhe ela: «*Quando saíres daqui, verás uma pomba branca; despede-te, então, de mim para sempre*». E, de facto, viram a pomba branca a voar, a voar, até desaparecer.»

---

(1) Santo Andre é para a gente da beira-mar o *pescador* das almas. Existe a crença de que o Santo deixou vincada uma pègada naquele penedo.

(2) Já descrito no «Pòveiro» pág. 87.

— «No dia de Páscoa, a *tia* Margarida caíu sem sentidos ao meio-dia. Acudiram-lhe as filhas e começaram a preguntar-lhe: «*Que tens? Que tens?*» E, então, ouviram uma voz, parecida com a do pai, que tinha morrido há meses: «*Não posso sossegar. O vosso irmão roga-me pragas por julgar que eu o prejudiquei na divisão dos barcos. Quero-me perdoar com êle*». As filhas foram a correr buscar o irmão, que disse ao espírito: «*É verdade eu rogar pragas; mas não quero que o meu pai sofra. Perdoe-me, como eu lhe perdôo*»; e o espírito respondeu: «*Vou sossegado; ficai em paz!*» E a *tia* Margarida veio a si, completamente boa, não sabendo do que se tinha passado, nunca mais lhe sucedendo nada.»

É profunda a crença nestas *falas,* vendo-se constantemente famílias inteiras em romagens distantes a cumprir promessas que as almas dos seus mortos lhes pediram para cumprir através dos *corpos-abertos.*

Quando o *corpo-aberto* cai inerte ao receber o *espírito,* as interrogações são feitas por pessoas animosas e com todo o cuidado, pois pode bem ser que o Diabo, «*como já tem sucedido*», finja de alma e fale como sendo ela para a «*desacreditar e perder*». Quando há desconfiança da maldade do Diabo, levam o *corpo aberto* ao Amparo (capelinha perto da Apúlia, concelho de Espòsende) e ali, com exorcismos, afugentam-no.

Com estas almas boas, embora com certos temores e susto, tudo se arranja, porque, cumpridos os seus desejos, nunca mais voltam a incomodar os vivos — pois vão para o «*eterno descanso*».

O pior são as almas *más,* que andam entre «*ares e nuvens*» e que de noite, feitas *fantasmas,* aparecem nas casas que habitaram em vida. Essas, sim, é que apavoram! Surgem, algumas vezes, corporizadas, vestidas tal qual andaram neste mundo; outras vezes, entram invisíveis, mas sentem-se-lhes os passos, o seu abrir e fechar de portas; batem palmadas nas costas dos novos inquilinos da sua antiga casa; puxam-lhes pela roupa da cama; apagam, soprando, as luzes; — um horror!

Ninguém quere ver nem visitar estas casas malditas!

Mas, porque tamanha condenação? — Porque em vida essas almas foram prejudiciais à comunidade: não foram escorreitas nas suas acções, praticaram actos que não podem ser perdoados por Deus: desonestaram, apoderaram-se de bens que não eram seus, assassinaram, juraram falso: não podem ter descanso.

«*Esqueceram-se de que teriam de dar contas a Deus*»!

— «Os bons não aparecem; são só os maus. Olhe aquele que aparece na casa da Praça: p'ra o fim já dava esmolas, mas nada lhe valeu. No Brasil tratava mal os escravos, desonestava as pobres pretas e mandava matar os filhos. Não tem mais perdão. O de Abremar queria açambarcar tôda a terra, mudando de noite os marcos e roubando a terra aos pobres, que tinham mêdo das suas demandas. Lá anda a errar pelos campos, sem descanso. Apareceu uma noite ao Ruço còveiro e pediu-lhe que mudasse os marcos, e o pobre homem fugiu espavorido. A casa caíu em ruínas, porque ninguém a quís habitar, nem sequer chegar

à beira. Com o do Sul, ali ao pé da Lapa, dá-se o mesmo. Já morreu de susto a pobre mulher que caíu em habitar-lhe a casa, tantas foram as vezes que êle lhe apareceu. E todos estes maus, feitos fantasmas, foram assim.»

E como estes casos, contam dezenas dêles, citando nomes.

Tendo nessa crença o espectro formidável para todos os egoísmos e maldades, o povo que a concebeu e mantém, dando-nos com ela uma formosíssima lição moral, não pode deixar de possuir os melhores sentimentos.

Dr. J. R. dos Santos Júnior

Encarregado de Curso na Faculdade de Sciências e Conservador do Museu Antropológico da Universidade do Pôrto

A cerâmica campaniforme de Mairos (Trás-os-Montes)

O professor Alberto del Castillo (1), no trabalho de síntese sôbre a orígem e expansão da cultura do vaso campaniforme na Europa, ao resumir as considerações sugeridas pela análise dessa cultura no círculo de Portugal e da costa ocidental, diz a pag. 60: «El Alto Alemtejo, Beira y Trás-os-Montes no tienen cultura del vaso campaniforme».

Desde 1928, data da publicação daquele trabalho do professor barcelonês, até agora, algumas estações daquela cultura se descobriram na província de Trás-os-Montes.

Em Outubro de 1931, escavando uma pequena plataforma na base do rochedo granítico onde estão as pinturas do Cachão da Rapa, encontrei numerosos fragmentos de cerâmica manual, muitos dêles lisos, mas outros com ornamentação incisa que, embora de carácter rude e particular, lembram a cerâmica campaniforme (2). (Fig. 1—1-5).

Também em Outubro de 1931, ao explorar a região de Mairos (Chaves), tão rica arqueològicamente, ali descobri cerâmica èneolítica campaniforme no sítio da Soutilha.

Já antes, em 1928, o Sr. Prof. Dr. Mendes Correia, ao percorrer em exploração arqueológica a região de Chaves (3), trouxera de Outeiro-Sêco, oferta do Dr. Liberal Sampaio, um fragmento dum bôrdo de vaso do mesmo tipo cerâmico da Soutilha. (Fig. 1—6).

---

(1) Alberto del Castillo Yurrita, *La cultura del vaso campaniforme*, Barcelona, 1928.

(2) As pinturas do Cachão da Rapa ficam na margem esquerda do rio Douro e são constituídas por trinta e tantos sinais pintados de vermelho e azul-escuro, quási negro. As pinturas ocupam uma superfície lisa e vertical dum grande rochedo de granito, que com outros cavalga o túnel da Alegria, dois quilómetros acima da estação do Tua. Em todos os sinais predomina a esquematização geométrica. São particularmente curiosos uns sinais axadrezados que se aproximam dos ídolos-placas do sul do país.

Das pinturas do Cachão da Rapa e da cerâmica ali escavada preparo uma monografia que publicarei a seu tempo.

(3) Os elementos sôbre petroglifos que o Sr. Prof. Mendes Correia colheu nesta exploração, forneceram-lhe assunto para o trabalho *L'art rupestre en Trás-os-Montes*, in «Revue Archéologique», Paris, 1929.

No Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos, em Lisboa, vi um fragmento de cerâmica manual com ornamentação incisa de linhas paralelas cruzadas por outras oblíquas determinando pequenos losangos. Aquele fragmento é do mesmo tipo cerâmico da Soutilha e tem a indicação de haver sido descoberto em 1912 pelo Professor Vergílio Correia em Sant'Ana, próximo de Outeiro-Sêco.

No presente trabalho ocupar-me-ei da cerâmica encontrada na Soutilha (Mairos), limitando-me quási a uma notícia descritiva. Uma exploração cuidada, não só da Soutilha, mas também das estações de Outeiro-Sêco, permitirá, certamente, que um dia se possam formular conclusões, que, dada a escassez e sobretudo a natureza fragmentária dos achados, seria ainda prematuro estabelecer.

O achado — Em Mairos, rica povoação do concelho de Chaves, situada na fronteira galaico-portuguesa, há um sítio denominado — *Buracos de Jac-mi-Jorge, Buracos do Beato S. Jorge,* ou ainda *Câmara do Diabo* ou *Buraco Feio.* Naquele sítio, a meio caminho de Mairos para a vizinha povoação de Lamadarcos, que lhe fica a poente, diz o Rev.º P.e Francisco Manuel Alves (1), existia uma caverna, nas paredes da qual julga ter visto pinturas, há cerca de 40 anos.

Em Outubro de 1931 fui em demanda da citada caverna ou gruta para verificar a existência das referidas pinturas.

Não foi possível encontrar os buracos em questão, que, corre no povo, foram atulhados pelos pastores e pelas enxurradas, o que é deveras lamentável.

Em compensação, numa pequena explanada que fica sobranceira e contígua ao sítio dos buracos de *Jac-mi-Jorge,* hoje plantada a vinha, a vinha da Soutilha, encontrei à superfície numerosos fragmentos de cerâmica èneolítica incisa. Lá voltei em Outubro de 1932 e, como da primeira vez, catei aquelas dezenas de metros quadrados de vinha, dos numerosos cacos que o amanho da terra vai trazendo à luz do sol.

Não me foi possível fazer uma escavação, ao menos sumária, do povoado èneolítico da Soutilha. Limitei-me, como disse, a colher à superfície os fragmentos que aqui e ali se viam.

Seria interessante um dia fazer-se uma escavação metódica que viesse fornecer fragmentos cerâmicos maiores, ou possìvelmente vasos inteiros, armas ou outras peças de cobre, contas e outros objectos de adôrno, ídolos, etc., e permitisse, quem sabe, estudar fundos de cabana ou quaisquer restos de povoado.

Cobre — Encontrei apenas um pedacito de cobre (Fig. 1 — 7) ligeiramente encurvado. O lado côncavo é espêsso, enquanto o bôrdo convexo é como que adelgaçado em gume.

Cerâmica — São de várias naturezas as pastas cerâmicas ali encontradas. Aparecem fragmentos espêssos de pasta anegrada e de grão grosseiro, fragmentos que apresentam incisões ornamentais pouco fundas.

---

(1) P.e Francisco Manuel Alves, *Chaves — Apontamentos arqueológicos.* Gaia, 1931, pág. 28.

Há muitos fragmentos, com espessuras variáveis, de côr um pouco mais

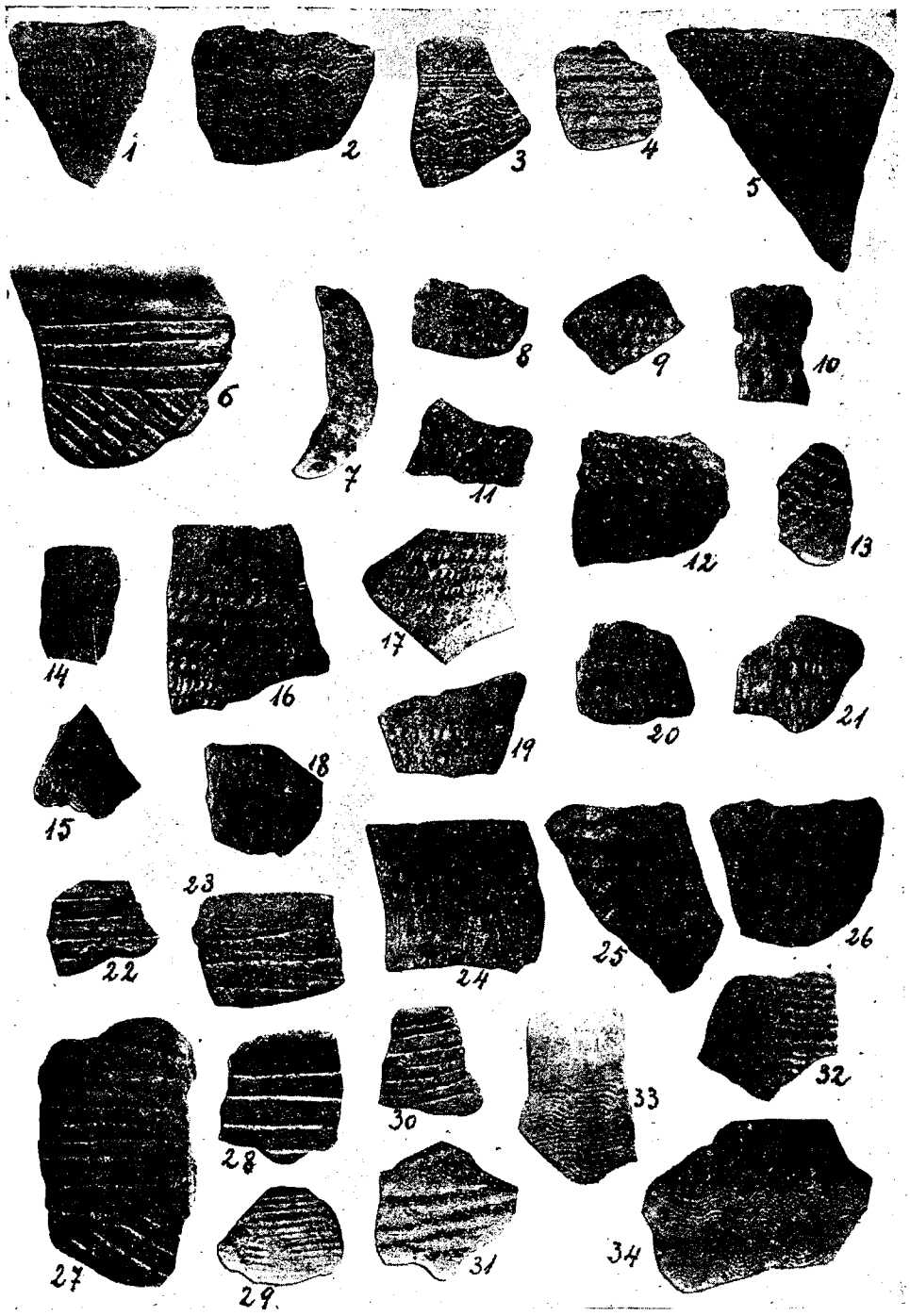


Fig. 1 — Cerâmica manual incisa (reduzida a 1/2): 1-5, Cachão da Rapa; 6, Outeiro-Sêco (Quinta do Salvador); 7, peça de cobre da Soutilha — Mairos; 8-34, Soutilha — Mairos.

clara, e que nas fracturas frescas mostram numerosas palhetas de mica.

Há pastas mais claras, de tons avermelhados, um tanto grosseiras, tendo encorporadas areias quartzosas, algumas do tamanho de ervilhas pequenas, e pequeninos cristais de quartzo.

Além destas pastas grosseiras há belos fragmentos de barro mais fino, pouco espêssos e com incisões fundas. O aspecto um tanto luzidio desta cerâmica, dum lindo tom vermelho, lembra a cerâmica brunida.

As formas — São tão pequenos os fragmentos colhidos que não é fácil deduzir com segurança as formas e sobretudo as dimensões dos vasos a que pertenceram. Além disso, não foi possível reconstituir, por ajuste dos respectivos fragmentos, qualquer grande porção de vaso.

Mas, apesar de tudo, analisando com cuidado os diferentes tipos de bôrdos colhidos, alguma coisa se pode dizer sôbre as formas de alguns vasos.

Certos bôrdos bem a prumo podem ter pertencido a vasos de corpo cilíndrico e, possìvelmente, fundo esférico.

Outros parecem ter pertencido a vasos baixos semi-esféricos. Porém a maior parte dos bôrdos mostram que os vasos tinham colo mais ou menos estrangulado e mais ou menos alto. (Fig. II, — 22, 24, 25, 26).

Motivos decorativos — Técnica — Colhi algumas amostras de cerâmica inteiramente lisa que podem lembrar a cerâmica dos megálitos do nosso país, ou, então, ser fragmentos de vasos que noutros pontos fôssem ornamentados.

Mais numerosas eram, porém, as peças decoradas.

Frisemos desde já que não encontrei um só fragmento com ornamentação em relêvo.

Os motivos decorativos, múltiplos em sua natureza, disposição e arranjo, podem dividir-se em dois grupos fundamentais: motivos decorativos por impressão e por incisão.

Na decoração por impressão, o instrumento decorador, usado à maneira de sinete, deixa impressa no barro mole uma marca correspondente à sua extremidade.

Na técnica por incisão, o instrumento decorador, terminado em ponta fina ou talhado em bisel, é manejado como um estilête; risca a superfície, cortando mais ou menos fundo a pasta mole onde deixa gravados sulcos, quer rectilíneos, quer ondulados.

Dentro de cada um dêstes grupos são vários os motivos ornamentais observados.

Assim, na decoração por impressão, temos:

Pontos: obtidos com instrumento cónico de ponta romba, distribuídos linearmente, quer em fiada recta (Fig. I — 8-9), quer em linha ondulada (Fig. I — 11-13).

Impressões lineares: há-as em pequenos traços finamente impressos, mimosamente picotadas (Fig. I — 14-15), obtidas certamente à custa de instrumento talhado em bisel muito fino ou, possìvelmente, com a unha. Outras são mais grosseiras e mais espaçadas, também dispostas em fiadas lineares e paralelas (Fig. I — 16-21).

Há ainda outras impressões que, por generalização, podemos considerar lineares, se bem que a figura impressa seja mais uma superfície rectangular do que pròpriamente uma linha.

É curioso notar que neste último tipo (Fig. I — 22-24) o instrumento decorador foi manejado um pouco obliquamente à superfície da pasta a decorar, de modo que a impressão obtida é de fundo inclinado em rampa ou lavadouro, com a parte mais funda sempre para o mesmo lado.

Na técnica por incisão temos:

Linhas rectas contínuas paralelas: (Fig. I — 25-31).

Linhas tremidas: (Fig. I — 32).

Linhas onduladas: (Fig. I — 33-34).

Linhas paralelas com incisões intercalares: Neste grupo, podem as incisões intermédias ser normais às paralelas (Fig. II — 2-3), determinando um xadrezado de quadradinhos; podem as incisões ser oblíquas determinando um xadrezado losângico (Fig. II — 1 e 4-8); podem as incisões estar dispostas em duas fiadas discordantes, originando a decoração em espinha de peixe ou fôlha de acácia (Fig. II — 9-12); ou podem as mesmas incisões distribuir-se em 3 ou mais fiadas, obtendo-se dêste modo a decoração em zigue-zague (Fig. II — 13-15).

Triângulos: uns lisos (Fig. II — 16-19) outros com pontos (Fig. II — 20-21).

Vários são, pois, os motivos ornamentais que nos aparecem na cerâmica de Soutilha.

Assim, ali vemos as técnicas decorativas do pontilhado ou pontuado, da impressão linear, da linha lisa contínua, da linha tremida e da linha ondulada. Também na Soutilha aparece a técnica de Boquique, ou seja a linha ou sulco de fundo pontuado (Fig. II — 17).

É claro que estes diferentes tipos de técnica devem ter existido simultâneamente, embora haja, em face do espólio presente, um acentuado predomínio das formas decorativas obtidas à custa de linhas contínuas, em agrupamentos de paralelas e outros arranjos, como xadrezado losângico, fôlha de acácia, zigue-zagues, etc.

Cumpre destacar a técnica da factura das incisões da cerâmica de Mairos que é de-veras curiosa e particular. Os sulcos são, em alguns dos fragmentos colhidos, fundamente gravados e a secção dos mesmos é rectangular ou em forma de U maiúsculo. Êste carácter combinado com a distribuïção dos mesmos sulcos em faxas paralelas ao bôrdo do vaso, e com a distribuïção dos motivos decorativos por bandas ou zonas alternas verticais, a que o Dr. Rui de Serpa Pinto chama, e com propriedade, métopos (Vd. Fig. II — 5, 23 e 29), estabelece uma *fácies* inconfundível e particular a êste tipo de cerâmica, *fácies* que é própria da cerâmica da Penha e que assim vemos repetida em Mairos, e em Outeiro-Sêco (Vd. Fig. I — 6).

Considerações finais — Embora não haja um só vaso completo ou grande fragmento que permitisse sem sombra de dúvida determinar a forma do vaso inteiro, considero os achados ceramológicos de Mairos dentro da cultura do vaso campaniforme.

É necessário, porém, acrescentar que a cultura do vaso campaniforme, é aqui

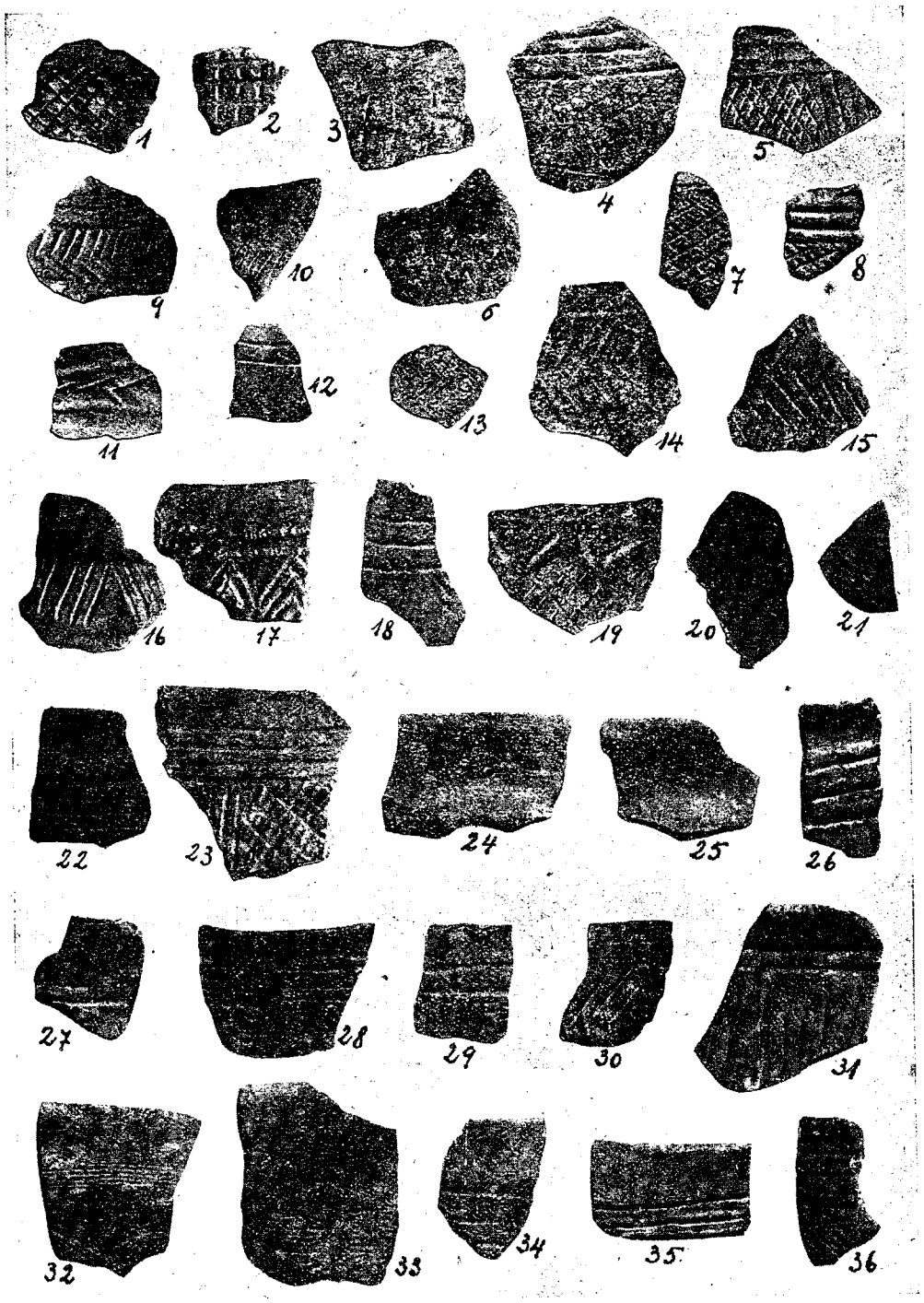


Fig. 2 — Cerâmica manual incisa, de Mairos-Soutilha (reduzida a 1/2).

tomada não no sentido restrito, mas sim na sua mais lata acepção, como a

considera a escola de Barcelona com os professores Bosch Gimpera e Alberto del Castillo.

Sabe-se que a cultura do vaso companiforme, no sentido mais lato, não tem como característica exclusiva a forma em cálice ou campânula de alguns dos seus vasos. Ao lado dêsses vasos típicos outros aparecem, e a par, múltiplos objectos líticos e de bronze.

Ora, se é certo que a cultura do vaso campaniforme *lato sensu* não é exclusivamente formada por vasos em forma de campânula, também não é menos certo que o vaso campaniforme não se distingue apenas pela sua forma, mas também, e muito particularmente, pela decoração incisa tão exuberante em motivos ornamentais e tão rica em disposições e arranjos.

É, pois, baseado na bela decoração incisa dos fragmentos colhidos, que considero a cerámica de Mairos dentro da cultura do vaso campaniforme.

Apesar, porém, das tentativas de sistematização da cultura do vaso campaniforme, sem dúvida louváveis e cheias de interêsse, que têm sido realizadas, entre outros, por Schmidt (1) e Aoberg (2), e nomeadamente pelos arqueólogos espanhóis Bosch Gimpera (3), e Alberto del Castillo (4), verifica-se que ainda não são suficientes os elementos de que dispomos para estabelecer com segurança as afinidades e a cronologia relativa, entre os diferentes grupos culturais que durante o èneolítico floresceram na Península.

Apesar de muitas indicações se colherem já na análise e estudo dos motivos ornamentais de cerâmica manual èneolítica, tipo campaniforme, ainda julgo êsses dados insuficientes, quando tomados exclusivamente e independentemente de outros elementos subsidiários.

Só o conjunto de estudo ceramográfico e das demais indústrias, lítica e metálica, pode fornecer dados seguros para a resolução do problema da distribuïção peninsular dos grupos culturais èneolíticos e das suas respectivas afinidades e possíveis influências.

E assim, embora fôsse tentado a estabelecer confrontos com as estações espanholas do grupo da Meseta superior, especialmente El Berrueco, com os similares achados galegos de Lobeira e de Calvos de Randin, e com os achados portugueses da mesma cultura, resisti a essa tentação. Parece-me que essa tarefa só deve realizar-se depois duma exploração cuidada dos achados de Mairos e de Outeiro-Sêco, após a publicação da estação de Pepim, descoberta e

---

(1) Schmidt, *Zur Vorgeschichte Spaniens*, — Ztschr. für Ethn., 1913. (Apud Alberto del Castillo.

(2) Aoberg, *Das nordische Kulturgebiet*, 1918; e *La civilisation énéolithique dans la Péninsule Ibérique*, Leipzig, 1922. (Apud Alberto del Castillo).

(3) Bosch Gimpera, *La arqueologia prerromana hispánica*, Barcelona, 1920; e *Prehistoria catalana*, in «Enciclopedia catalana», vol. XVI, Barcelona, 1919; e *Glockenbecherkultur*, in «Reallexikon der Vorgeschichte» de Ebert. vol. IV.

(4) Alberto del Castillo, *La ceramica incisa de la cultura de las cuevas de la peninsula iberica y el problema de origen de la especie del vaso campaniforme*, Barcelona, 1922; e *La cult. del vaso campaniforme*, já cit.

estudada por José de Pinho, e ainda inédita, e depois de se realizar um trabalho monográfico completo sôbre a Penha (1).

Além disto, em vez de se fazer o estudo comparado geral da cerâmica èneolítica campaniforme, seria preferível, talvez, fazer o seu estudo por agrupamentos tanto quanto possível homogéneos. Assim, necessário se torna, estudar à parte o vaso campaniforme de todos os povoados peninsulares èneolíticos; noutro grupo estudar-se-ia o campaniforme das grutas ou *cuevas* e, noutro ainda, o espólio cerâmico daquela natureza encontrado nas sepulturas megalíticas e não megalíticas.

Só depois, colhidos assim numerosos elementos, se poderá fazer com certa segurança o estudo das possíveis influências e afinidades dentro de cada grupo e duns grupos para outros, criar novos grupos de cultura e modificar, talvez, os que até agora haviam sido estabelecidos.

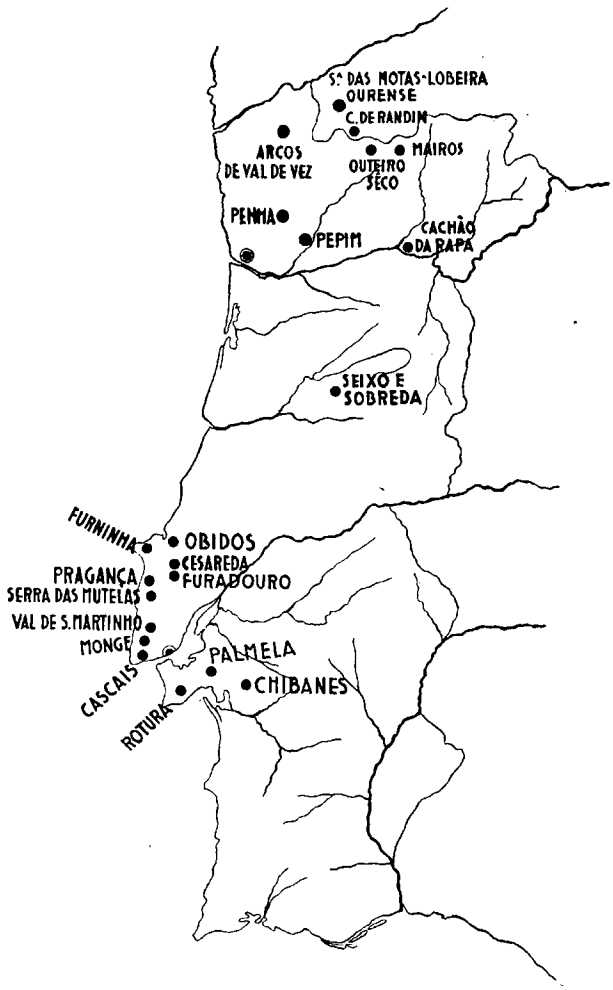


Fig. 3 — Estações èneolíticas de Portugal e da Galiza confinante.

À asserção de Alberto del Castillo, transcrita no comêço dêste trabalho, de que não havia campani-

(1) Sôbre esta importante e notável estação èneolítica, à parte acidentais referências do Prof. Mendes Corrêa (*Os povos primitivos da Lusitânia*, Pôrto, 1924, pág. 285; *A Lusitânia pre-romana*, «Edição Monumental da História de Portugal», Barcelos, vol. I, pág. 128), do Dr. Luís de Pina (*Vimaranes-Materiais para a história da Medicina Portuguesa*, Pôrto, 1929) e das considerações um pouco mais demoradas do ilustre arqueólogo galego Florentino Lopez Cuevillas (*Novas cerâmicas das antas galegas*, in «Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, vol. IV, Pôrto, 1930), pouco há publicado. Conheço apenas uma curta memória de José de Pina (*A Penha eneolítica*, in Revista de Guimarães, vol. XXXVIII, Guimarães, 1928) e uma nota pouco mais circunstanciada, mas ainda parcelar do Dr. Luís de Pina (*Uma notável estação arqueológica portuguesa: a Penha-Guimarães*, in «Comptes-rendus du XV Congrès Int. d'Anthrop. et d'Arch. Préhist.», Portugal, 1930, Paris, 1931).

forme em Trás-os-Montes, já pode contrapôr-se o reconhecimento ali de várias estações.

E tratando por agora dos achados de Mairos, dada a multiplicidade de tipos de bordos ali colhidos, dada a diversa natureza dos barros e a riqueza dos motivos decorativos, é lícito concluir que a cultura do vaso campaniforme floresceu em Trás-os-Montes com certo esplendor, de modo a produzir uma interpretação local sem dúvida notável.

Este carácter local não é para estranhar numa região do noroeste peninsular, em que durante uma grande parte dos tempos pre-históricos se manifestavam, até certo ponto, tendências culturais de grande relêvo e isentas de influências estranhas, antes, porventura, capazes de as exercer a distância.

As estações de *Mairos* e *Outeiro-Sêco* em Chaves, a de *Pepim* em Amarante a da *Penha* em Guimarães e a do *Alto de Penacova* em Arcos-de-Valdevez, constituem um núcleo de povoados èneolíticos, que, não só pelo seu número e distribuïção, mas também pelo carácter particular da sua indústria cerâmica, nos levam a aventar, com as reservas expostas, a hipótese da existência de mais um grupo cultural que terá de juntar-se aos nove já estabelecidos no belo trabalho do professor Alberto del Castillo sôbre a cultura do vaso campaniforme.

Assim poderíamos estabelecer em Portugal dois grupos bem distintos: o do centro litoral, com numerosas estações situadas à roda de Lisboa, tôdas elas próximas do mar, grupo a que podemos chamar *de Palmela*, por ser naquela estação onde o vaso campaniforme aparece mais tìpicamente representado; e ao norte do rio Douro, nas províncias de Entre-Douro-e-Minho e Trás-os-Montes, um outro grupo de características bem próprias e com estações de interior, ao qual podemos chamar *da Penha*, por ser nesta estação onde é mais típica a cerâmica que caracteriza êsse conjunto de estações nortenhas e que tão diferente é da cerâmica do grupo de Palmela.

(Instituto de Antropologia da Universidade do Pôrto).

Dr. A. Schulten
Prof. de la Universidad de Erlangen

Segeda

El nombre de Segeda o Segida (1) no es muy conocido entre los nombres históricos de la península, pero sin embargo merece serlo, porque en Segeda estalló, en 154 a. C., la gran guerra celtibérica, que solo despues de 20 años, en 133, tuvo fin por la destrucción de la heróica Numáncia. Según Appiano, IBERICA, 44 (que, como he demostrado, (2) siguiendo a Políbio, amigo de Scipión, es la mejor fuente y base de la história de las guerras celtibéricas), Segeda, la capital de la tribu de los Bellos (en la cuenca inferior del rio Jalón), preparándose para nueva lucha contra la opresora Roma quiso ensanchar sus murallas y darles un circuito de 40 estadios, es decir 7 kilómetros, y hacerla un baluarte grande, que podería recibir la población de los lugares pequeños de la región y hasta los de la tribu vecina, de los Tittos. Pero el Senado romano, sabido esto y con buena razón sospechando ser preparación de nueva guerra, intervino y prohibió a los Bellos la continuación del ensanche y fortificación de Segeda.

Entonces los de Segeda, no estando todavía bastante preparados y quedando aún la muralla por acabar, se refugiaron a Numáncia, que recibiendoles entró en la guerra. (Véase mi libro NUMANTIA, vol. I, 333).

Hasta ahora la posicion de Segeda era desconocida por completo. Pero creo haberla descubierto y quiero comunicar, en esta modesta contribucion al homenaje del gran fundador de la Arqueologia gallega, lo que exploré.

El difunto conde Samitier, aficionado de Arqueología en Calatayud, me enseñó hace unos 20 años su colección de vasos ibéricos que él había encontrado en su finca de Belmonte, pueblo a 11 kil. al sudeste de Calatayud, en la valle fertil del río Peregil, afluente del Jalón. Me dijo además que hay por allá una grande muralla y otras señales de ciudad ibérica. Ya entonces mi interés por Belmonte

(1) Appiano escribe Σεγήδη, Strabon 3, 4, 13 Σεγήδα, Diodoro 31, 39 Βεγέδα, es decir, *Segeda* con *e*. Pero hay tres ciudades homónimas, que se escriben *Segida* con *i*: una en la Baeturia (Plinio, N. H. 3, 14); dos en Baetica (Plinio 3, 10; Ptol. 2, 4, 9; 10; 2, 6, 60). El *Segedensis* en CIL., II, 988, parece referirse a la Segeda de Baeturia, de manera que aquí tambien el nombre vacila entre *e* y *i*.

(2) NUMANTIA, III, 7.

era grande, suponiendo que era Segeda, pero ocupado con mi obra NUMANTIA no he podido ver el sitio. Lo he visto alfín el año 1931 en compañia del Sr. I. M. Lopez Landa, persona tan amable como culta y fundador de un centro cultural en Calatayud. Cual era mi sorpresa, cuando me encontré en Belmonte con una muralla de 4 metros ancho, hecha con grandes bloques cuadrados y formada en la manera conocida por dos muros de cara de 1,20 y un relleno de material menudo ancho 1,50 m. De esta muralla, sin duda ibérica, se puede apreciar todavía el lado oeste en largura de unos 600 metros, él del norte y los de este y sur, que tienen menos largura, el total formando un rectángulo de unas 15 hectareas ó mas. Esta población ibérica hasta ahora quedó sin explorar, la pequeña excavación del conde Samitier limitandose a muy pequeña extension y con el unico fin de descubrir vasos ibéricos, cuyos fragmentos se veen por todos lados en la superficie. Mi opinión, que la ciudad poderia ser Segeda, ganó terreno y mas todavia cuando en el pueblo de Belmonte me enseñaron bastantes monedas de plata y cobre todas con la misma epígrafe MEANSP (1). Esta epígrafe fué leida por Hübner (MON. LINGUAE IBERICAE, p. 92) *Sethisa*, creyendo él que la letra A (2) es una *th*, pero a *Sethisa* se refieren mas bien las monedas con SFOMSKN (3), cuyo O corresponde al griego θ = *th*. La letra A mas bien debe ser una gutural, *g* o *k*, como opinan Heiss, Gomez-Moreno («Sobre los Iberos y su lengua», en HOMENAGE A MENENDEZ PIDAL), y Hill, director del British Museum y gran numismático, en su pequeño pero muy importante libro «Notes on the ancient coinage of Hispania Citerior» (1931), p. 105. Creo por eso que se debe leer *Segisa* y que Segisa es Seg*i*d*a*, la letra *s* en lengua ibérica teniendo un sonido intermedio entre *S* y *D*, como al lado de Seg*i*d*a* hay tambien Seg*i*s*a*, (segun Ptolem. 2, 6, 60, ciudad de Bastetania, hoy Cieza, en el Segura) y como Con*s*abura tambien se escribe Con*d*abura, Caese*d*a — Caese*s*a, *S*amusium — *T*amusiense. Coincide con mi hipótesis que Segeda es Belmonte el hecho que las monedas mencionadas se encuentran con gran abundancia en Aragón y ante todo en la región de Calatayud, diciendo Pujol, que antes eran allá tan frecuentes como las monedas modernas de cobre. (V. Hübner, MON. LING. IBER., p. 93).

Volvi a Belmonte en otoño de 1932 y hice unas pequeñas excavaciones, logrando descubrir solo una casa romana y dos monedas de cobre, una de Castulo, la otra de Aregrada (cerca de Numáncia), mientras un labrador me enseñó dos monedas, de Bilbilis y de Osca. Supe que cerca de 70 monedas de

---

(1) Ver sobre estas monedas Hübner, p. 92; Vives, *Mon. Hisp.* II, p. 156; Hill, *Notes on the anc. coinage of Hisp. Cit.*, 105.

(2) La letra A se encuentra solo en las monedas de a) Segida, b) *MAN = *olscn*, que parece se refiere a Osca y al argentum Oscense, y c) de HAPXY, que leo *okla-qn*. Tambien estas dos zecas apartienen a la provincia de Zaragoza, y ya por eso Segisa no se debió buscar en Andalucia adonde había otras dos Segeda, siendo cosa frecuente en Iberia la repetición del mismo nombre en varios sitios.

(3) *Mon. Ling. Iber.*, p. 43; Hill, 103.

plata, con «Segisa», se han obtenido, hace unos 20 años, al norte y fuera del recinto amurallado.

Volvi otra vez en otoño de 1933, despues de haber estudiado Bilbilis. El general Lammerer levantó un plano de la muralla de Segisa (Fig. 1), resul-

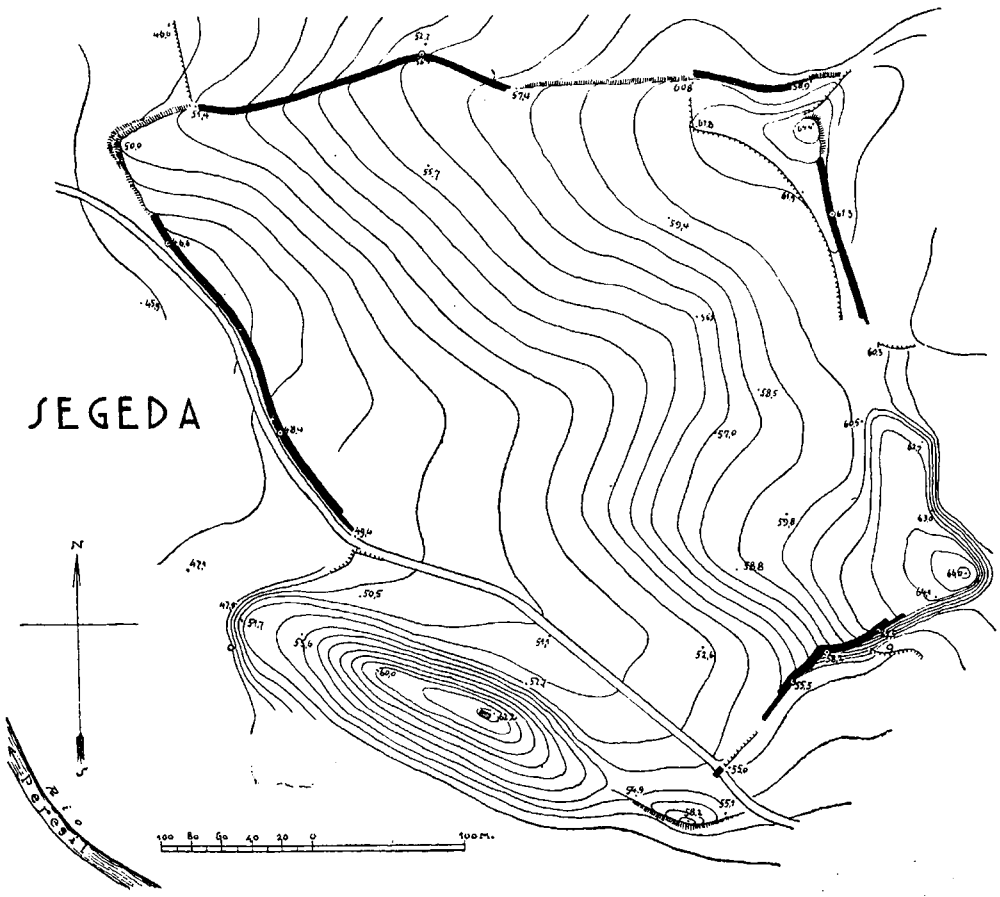


Fig. 1 — PLANO DE SEGEDA
Esc. 1:5000
(La linea ▬ marca lo que existe de la muralla)

tando que esta rodea una ciudad ibérica que tenia de largo unos 650 y de ancho unos 450 metros, cubriendo una superficie de unas 15 hectareas. Se debe notar que los vestigios antiguos se extienden por todos lados afuera del recinto. No logré descubrir señales de la muralla más ancha, del año 154, pero es de suponer que Nobilior la destrozara. Ademas vi a 1 kil. al este de la muralla, en el cerro «Poyo», un castro celtico con bastantes cacharros celticos y con terrazas como las de Numáncia. Otro castro celtico hay en la cumbre llamada «Atalaya», encima del pueblo de Belmonte. Sin duda Belmonte mereceria una exploracion detenida.

Dr. R. de Serpa Pinto
Assistente da Fac. de Sciências da Univ. do Pôrto

O Castro de Sendim. Felgueiras.

(Nota preliminar)

Na viagem para Guimarães e Briteiros, por ocasião do Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Prè-históricas de 1880, surpreendeu com razão ao Prof. Virchow a abundância de povoados castrejos no norte de Portugal, a ponto de afirmar que mal havia coroa de monte onde não se encontrasse um (1).

Se é certo que esta observação corresponde quási à realidade, pode-se também dizer que não houve castro que nas suas peregrinações arqueológicas por Entre-Douro-e-Minho o infatigável arqueólogo Dr. Francisco Martins Sarmento não tivesse visitado. Tanto assim que hoje, ao tentarmos pouco a pouco a sua catalogação, raro é aquele de que nos seus valiosos apontamentos inéditos, e em artigos dispersos, não constem algumas verbas, ou de que no Museu de Guimarães não tenha recolhido qualquer resto.

Fig. 1 — Crasto de Sendim (Felgueiras), visto do S.

Quando pela primeira vez subimos ao *Crasto de Sendim* na companhia do Eng. H. Mendes Corrêa, mal supúnhamos o interêsse que resultaria da sua escavação e a surprêsa que nos esperava. Numa pesquisa de estudo efectuada com minha Mulher em Setembro de 1932, tivemos a sorte de encontrar um grande fragmento de vaso ornamentado, por coïncidência de tipo semelhante ao duma amostra recolhida em 1880 pelo erudito arqueólogo vimaranense!

(1) Virchow, *C. rendus Congr. I. A. A. P.* (1880). Lisbonne, 1884, pág. 650

Nos seus apontamentos inéditos (1) encontra-se esta nota:

«1880. *O Castro* (Francoim), (2). Indo visitar o Rodrigo de Menezes, a Francoim, fui ver o Castro de q̃. elle já me tinha fallado, mas dando a entender que nenhuns vestigios tinha visto lá. Só lhe tinham trazido uns fragmentos de cacos grossos. Os cacos eram, como vi depois, fragmentos de telha romana.

«Quando examinei a cousa, vi logo q̃. os vestigios tinham desapparecido, porq̃. toda a pedra tinha sido saqueada. É ainda muito visivel em quasi todo o circuito do monte, que é pequeno, a linha d'onde foram arrancadas as pedras da muralha, e onde em vez do costumado talude se vê um corte quasi direito, q̃. agora vai pouco a pouco alluindo, mas mostrando uma alta camada de terras, calabreadas com muito carvão. Apenas n'um arco do norte dá a entender q̃. a muralha ainda subsiste soterrada.

«Fragmentos ceramicos não são raros, e apanhei um ornamentado, do typo sabrosino:

Fig. 2 — Cerâmica estampada, de Sendim (no Museu de Guimarães). 1/2

«A ornamentação circular é feita com cabeças d'alfinetes vasadas; a triangular com objecto tambem de metal, de certo, e é perfeitamente identica a uma de Sabroso (fig. 3). A combinação das figuras é q̃. era diferente.

«Um velhote diz q̃. um tal achara ali muito dinheiro q̃. o enriquecera. Mós de moinho de mão foram encontradas, e uma dellas deve, segundo elle diz, estar na caza do Rodrigo. Era quasi noite; não a vi.

«O Castro, a não ser muito pequeno, era do tamanho de Sabroso. Entre elle e o monte de S.ta Quitéria, q̃. lhe fica muito perto, e onde é natural q̃. tambem houvesse uma fortificação, (o q̃. examinarei em tempo opportuno), fica a caza de Sergude com as suas ruinas e tumulos, q̃. não pude ver» (3).

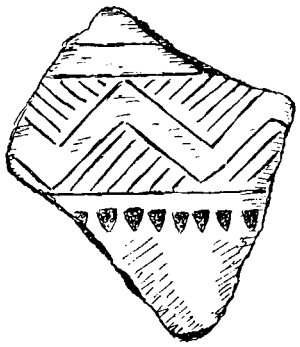


Fig. 3 — Cerâmica incisa e estampada, de Sabroso (no Museu de Guimarães). 1/2

O *Crasto* (fig. 1) é um môrro granítico, a nordeste de S.ta Quitéria, e avista-se dêle a Penha, de Guimarães. A escalada é áspera, e, como Sarmento observou, das obras de defesa da coroa apenas restam muros de terra em socalco. O recinto fechado era pequeno, e, conquanto abundem pedras e cerâmica, não se distinguem superficialmente vestígios de alicerces de

(1) Devemos obsequiosamente a sua transcrição, bem como os desenhos a que é feita referência (figs. 1 e 2), ao nosso prezado Amigo Cap. Mário Cardozo, que devotadamente estudou a Obra Sarmentina, tirando-a do esquecimento.

(2) Aliás de Sendim (nome da freguesia). Nota a lápis, de Martins Sarmento.

(3) Martins Sarmento, *Antiqua*. Caderno n.º 40, págs. 61-62. (Ms. inédito da Biblioteca da Sociedade Martins Sarmento).

casas. A procura de granito, primeiramente na muralha e agora nos penedos, tem destruído bastante o Castro, e, por isso, impõe-se explorá-lo com brevidade.

Não faltam nas redondezas restos de várias épocas, principalmente da ocupação romana, devendo o Castro pertencer ao grupo de Arados, Sabroso e Terroso, pois conquanto Sarmento informe ter visto tégulas, nas sondagens efectuadas apenas encontrámos cerâmica castreja.

À *villa Sendini* pertencerão fragmentos de tijolos e telhões, na Casa do Passal, junto à igreja, recolhidos pelo Eng. Mendes Corrêa.

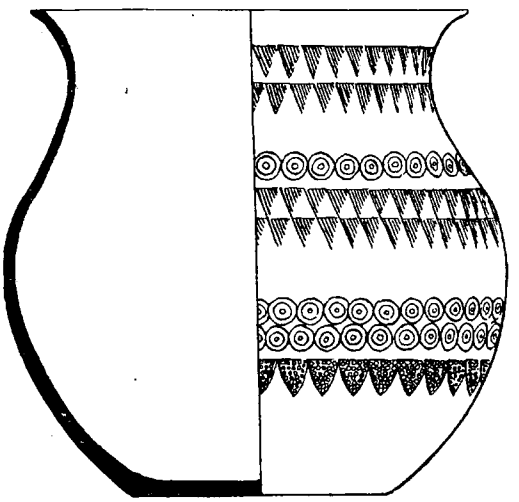


Fig. 4 — Vaso castrejo ornamentado, de Sendim 1/3

Pelo seu interêsse descreveremos um fragmento de vaso com ornatos produzidos por estampilha, que é das mais belas peças da olaria castreja, deixando para mais tarde um estudo geral. É um vaso muito bojudo com aspecto de urna *(olla)*, de 20 cm. de altura e larga bôca (fig. 4). O barro é escuro e muito micáceo como o da restante cerâmica; a sua espessura varia entre 2 e 8 milímetros, o que mostra a perícia do oleiro.

São mal conhecidos os perfis de vasos castrejos, impondo-se a publicação dos tipos de Arados, Briteiros, Sabroso e Terroso, para nêles se basearem ensaios cronológicos e comparações. Conhecemos vasos semelhantes de Briteiros e Terroso, mas incompletos, de menores dimensões e, em geral, lisos. Em Numância encontraram-se vasos com êste perfil, e também com círculos estampados entre a ornamentação (1).

A decoração do vaso de *Sendim* consta de cinco faixas circundantes: duas formadas por triângulos tracejados, outras duas de círculos concêntricos alternando com as primeiras, e a inferior de escudetes triangulares com 24 pérolas em relêvo, que lembram os escudetes heráldicos com o campo carregado de besantes, como aparecem nas armas reais do comêço da monarquia. Não só devido a esta última decoração, como à abundância da restante, o vaso apresenta grande interêsse para o estudo tão atrasado da ceramografia castreja.

As estampilhas a que, por simplificação, chamaremos «escudetes carregados de besantes», encontram-se com menores dimensões e poucos besantes (3 a 6) nas cerâmicas já mencionadas de *Sendim* (fig. 2) e de *Sabroso* (fig. 3), descobertas por Martins Sarmento, e noutra de *Santiago de Arados,* Marco de Canavezes,

(1) Mélida, J. R. *Arqueologia Española.* Col. Labor. Barcelona, 1929, pág. 209, fig. 109.

proveniente de explorações inéditas do Museu Etnológico (1), tôdas portanto de localidades próximas.

Nas estações referidas, e noutras coevas, não será difícil encontrar ornamentações mixtas (incisas e estampadas) com triângulos preenchidos por círculos, onde talvez se inspirassem as estampilhas que nos ocupam, e que, como tôdas as outras, representam um aperfeiçoamento de técnicas decorativas.

Em Itália encontram-se estampilhas do mesmo tipo durante a idade do ferro, e, como lá, observa-se em Portugal a associação dos escudetes, triângulos e círculos estampados.

As estampilhas com os triângulos tracejados paralelamente a um dos lados, podem resultar dos mesmos motivos incisos, de remota tradição, encontrando-se também em Itália (Vilanova, etc.) durante a idade do ferro (2).

Os círculos concêntricos são dos ornatos mais expandidos. Encontram-se em Portugal nos *castros* setentrionais de: Arados, Belinho, Briteiros, Carvalhos, Mantel, Sabroso, Santa Luzia, Terroso, etc. (3); são freqüentes na Galiza (Santa Tecla, Troña, etc.), Astúrias (Caravia), Salamanca (Berrueco), etc. Alcançam estas cerâmicas muitas vezes a época romana, e constituem uma das decorações mais características da segunda idade do ferro.

No sul de Portugal os círculos concêntricos são mais raros, encontrando-se em Crasto, perto da Figueira-da-Foz (faltam em Santa Olaia), Chibanes, perto de Setúbal, etc. (4).

Em Espanha aparecem no povoado da segunda idade do bronze de Roquizal del Rullo, nas necrópoles de Castela, em Numância precedendo a cerâmica ibérica pintada, etc., isto é, em quási tôda a área de ocupação céltica (5).

Relacionados com a cerâmica peninsular são os achados franceses de Avezac-Prat (Pirineus), e Roz-an-Tremen, Kerviltré, etc., na Bretanha (6).

Todos estes factos merecem ser estudados com mais detalhe, conjuntamente com a cultura halstáttica da Europa Central e Itália, (Arnoaldi, Bologna, Vilanova), onde os círculos concêntricos constituem um ornato predominante, a par

---

(1) Leite de Vasconcelos, *Religiões da Lusitânia*, II, 287 e III, 1913, págs. 130-131, fig. 57. Cita a comparação com cerâmica de Arnoaldi ap. Gozzadini. *Intorno agli Scavi fatti dal Sig. Arnoaldi*. Bologna, 1877.

(2) Montelius, O. *La civilisation primitive en Italie depuis l'introduction des métaux*. Stockolm, 1895, I partie, pl. 92, série B.

(3) Cardozo, Mário — *Citânia e Sabroso*. Guimarães, 1930; Serpa Pinto, R. de — *A cividade de Terroso e os Castros do Norte de Portugal*. Sep. da «Revista de Guimarães», XLII. Famalicão, 1932.

(4) *O Archeologo Português*, XV, pág. 59, figs. 459-460; Santos Rocha, *Portugalia*, II, pág. 507, figs. 388-390.

(5) Bosch-Gimpera, *El problema etnologico vasco y la arqueologia*. Sep. da Rev. Int. de Est. Vascos, XIV, n.º 14, pág. 53. S. Sebastian, 1923, etc.; Mélida, *ob. cit.*; Cabré, J. — *Excavaciones en el Roquizal del Rullo*, etc. Junta S. de Excavaciones. Mem. n.º 101. Madrid, 1929; Cabré, *Cerámica de la segunda mitad de la época del bronce en la península ibérica*. Actas y Memorias Soc. Esp. de Antropologia, VIII, 3. Madrid, 1929, pág. 265; Aguirre, B. Taracena — *Numancia*. Barcelona, 1929, pág. 20.

(6) Observação no Museu de St. Germain-en-Laye. Cf. Reinach, *Catalogue*, II, 1921, pág. 221; Pontois, *Le Finistère Préhistorique*. Paris 1929.

com as estilizações de palmípedes. A mesma associação se encontra em Portugal, na zona castreja.

Em Inglaterra os círculos concêntricos constituem uma ornamentação tardia (anglo-saxon period), mas os palmípedes estilizados surgem nas estações coevas das nossas, de Chun Castle, Hengistbury, Treveneague, etc., associados a cerâmica incisa, com fortes paralelos no noroeste da Península (1). O mesmo sucede à cerâmica de tipo castrejo de Chysauster, que vimos, na «Society of Antiquaries», Londres (2). Do mesmo modo a casa de planta circular, com ou sem pequeno alpendre, encontra-se no sul de Inglaterra no fim da idade do bronze e princípio da do ferro (Foale's Arrishes, Legis Tor, etc.) oferecendo curiosas analogias e suscitando reflexões que desenvolveremos noutra ocasião.

Em suma, estas ligeiras observações ceramográficas confirmam os fundos alicerces que a cultura castreja assenta nos povoados montanheses da idade do bronze, de larga dura assinalada por muitas sobrevivências. A primeira idade do ferro teve por isso pequeno destaque, aparecendo com características post-halstátticas um largo círculo cultural atlântico, que abrange as costas da Inglaterra, Bretanha, Galiza e Minho — ¿continuando talvez a federação dos detentores da exploração e comércio do estanho? (3). As dificuldades para o esclarecimento do problema são grandes, mas parece que se começa a acentuar que as afinidades castrejas mais directas são setentrionais, e só por via da sua origem céltica se notam outras que revelam a remota comunidade de origem.

(Instituto de Antropologia da Universidade do Pôrto).

---

(1) Leeds, E. Thurlow — *Excavations at Chun Castle, in Penwith, Cornwall,* «Archaeologia» LXXVI. Oxford, 1927, pág. 204 e Second Report. Id. LXXVI. Oxford, 1931.

(2) Hencken, H. O'N. — *An excavation at Chysauster.* «The Journal of the Br. Arch. Assoc. 1928. New series. XXXIV. London, 1929, pág. 145.

Os palmípedes perduram até ao período anglo-saxónico. Cf. p. ex. Reginald Smith, British Museum. *A Guide to the Anglo-Saxon antiquities.* London, 1923, pág. 21, fig. 11.

(3) Serpa Pinto, R. de — *Activité minière et métallurgique pendant l'âge du bronze en Portugal,* I Congr. Int. des Sciences Préhistoriques. Londres, 1932.

O Autor do presente Estudo faleceu prematuramente a 23 de Março de 1933, pouco tempo depois de esta Obra entrar no prelo. A Sociedade Martins Sarmento, que a editou, aqui manifesta sentido preito de saüdade e admiração à memória de tão ilustre quão malogrado colaborador.

(Nota da Soc. M. S.)

Luis Siret
Ingeniero, Dr. «honoris causa» en Filosofia y Letras de la Universidad de Lovaina

Origen y significación de las corridas de toros

Los primeros sabios tenian el Universo por un gran ser viviente (μέγα ζῷον) cuya alma era la vida considerada como una sustancia, y el cuerpo, la materia inerte que esa vida animaba.

La vida se manifestaba bajo la forma de movimiento.

Todo movimiento era vida; toda vida era movimiento.

Todos los movimientos que ejecutaba ese gran ser animado tenian su razón de ser y su significación; ninguno se producia en balde. De ahi tantos ramos de la μαντεία, ó ciencia divinatoria, cuyo objeto era interpretar todos los movimientos naturales como se interpretan unos jeroglíficos.

No trataremos aqui más que de los movimientos del agua que han constituido la mayor preocupación de los antiguos físicos ó adivinos: los consultaban para predecir el éxito de las enfermedades, de las cosechas, de los viajes, expediciones y guerras y de todas las empresas; los particulares y los estados acudian á ellos para pedir consejo antes de tomar ninguna determinación de importancia.

La teoria tenia otro alcance aún mayor. Puesto que ningun movimiento, ningun hecho cualquiera se producia en balde y sin tener consecuencias, se procuraba realizar los que segun la misma ciencia acarreaban acontecimientos felices. Tampoco podemos entrar aqui en más detalles: nos limitamos á constatar que las leyes impuestas por esa creencia eran despóticas, tiránicas; de esto se tiene idea pensando en los sacrificios humanos que ordenaban.

Entre otras cosas determinaban las formas de los objetos de culto, sus adornos, pinturas, grabados ó esculturas, y lo que nos interesa sobre todo por ahora, los gestos llamados rituales, cuyos principales modelos eran tomados del agua.

Una tercera consecuencia de la teoria era, que siendo la vida del Universo una y la misma en todas sus manifestaciones, el agua, elemento esencialmente móvil, lugar preferido é indispensable de la vida, debia exteriorizar todas esas manifestaciones, y en particular las formas ó por lo menos los prototipos de las formas de todos los seres vivientes, animales y vegetales.

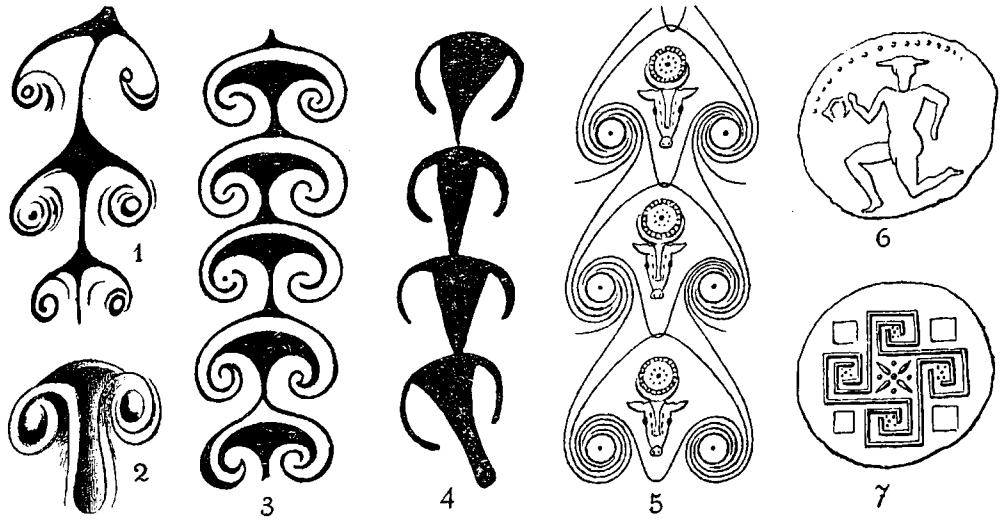
Sentadas estas premisas, vamos á hechos concretos.

De las figuras que se observan en el agua la preferida de los cultos antiguos era el remolino simétrico representado en série por la figura 1 adjunta y

aislado en la figura 2. Ambas figuras son copias de fotografias tomadas de una corriente de agua turbia. La figura 3 representa una imitación del primero de estos motivos, pintado en una hermosa ánfora procedente de una riquisima sepultura, llamada real, de la proximidad de Knossos en la isla de Creta. Demuestra claramente el cuidado con que eran observadas las figuras que forma el movimento del agua y la importancia que se les concedia.

Este motivo como todos los que dibuja el agua es á base de espirales: la espiral era la imagen por excelencia de la vida.

La misma figura geométrica la encontramos en objetos corrientes, como asas de ánforas, ganchos ó eslabones; el nombre griego de estos objetos es



Figs. 1 á 7

λαβή, de λαμβάνω, prender, coger. De la misma raiz λαβ- (lab-) toma la vid silvestre su nombre de labrusca en español y en latino, lambrusque en francés, debido á los zarcillos terminados en espiral que le sirven para asirse de las ramas de árboles ó de otros cuerpos.

De ahi deduzco que los motivos á base de las mismas espirales han tomado el nombre genérico de λαβύρινθος, laberinto (1).

El laberinto clásico era formado de ángulos como pueden tenerlos tambien las asas y los eslabones; pero ese trazado es efecto de la degeneración de las lineas curvas en rectas y angulosas cuando se implantó en Grecia el estilo geométrico, hácia principios del primer milenario antes de nuestra era. Los laberintos primitivos eran compuestos de espirales y curvas.

---

(1) Se da hoy por etimologia de λαβύρινθος el nombre de la doble hacha, λάβρυς. Esta teoria descansa sobre dos hipótesis. La primera identifica el palacio real descubierto en Knossos con el famoso laberinto de Creta; ningun texto, ningun monumento antiguo acredita esta identificación que es gratuita. Por la segunda, dicho palacio tomaria su nombre del culto de la doble hacha que en él se practicaba; esto envuelve varias consecuencias que no podemos discutir aqui; solo diremos que no es demostrable.

Del motivo de la figura 3, los vasos pintados de Susa dan un derivado zoomórfico (fig. 4) en el cual cada uno de los remolinos que integran la série natural ha tomado una forma que los arqueólogos interpretan como una cabeza de toro; es por conseguiente una expresión de la teoria primitiva de historia natural antes referida: que las formas prototípicas de los seres que animan la vida se encuentran en las figuras con que esta se manifiesta en su elemento propio.

Fig. 8

Se conocen otras muchas afirmaciones artísticas de este principio científico. En Grecia el remolino se transforma principalmente en pulpo; en otras partes se le vé tomar la forma de cabeza de carnero, de cara de mochuelo; en las pinturas cerámicas de la Península se cambian los remolinos en cabezas de caballo; muchos pájaros no son mas que espirales animadas. Los ejemplos son innumerables.

Por si cupiera alguna duda acerca de la interpretación del motivo susiano, hé aqui (fig. 5) otro, egipcio, que ocupa el extremo opuesto en la escala del arte; las espirales son las del chorro de agua, artísticamente combinadas, y la cabeza de toro, de un naturalismo perfecto, se ha individualizado ocupando el centro de cada uno de los remolinos, ó sea metida en el laberinto.

No olvidemos que el padre del Minotauro salió ó nació del agua: ese mito absurdo se vuelve realidad artistico-histórica, interpretándolo como que la figura del toro nace del remolino del agua, metamórfosis que estamos presenciando.

La asociación del toro y del laberinto nos hace volver otra vez la vista hacia Creta; y efectivamente en las monedas de Knossos (fig. 6) aparece el Minotauro ó sea un hombre con cabeza de toro; en la cara opuesta (fig. 7) hay una swastika, ó figura formada de cuatro eslabones, que es uno de los antiguos jeroglíficos de la vida, representando un remolino ó laberinto en el estilo rectilineo posterior al curvilineo.

El toro antropomorfo de la moneda está bailando y los gestos de sus brazos y de sus piernas imitan los eslabones de la swastika-laberinto; de tal manera que el cuerpo humano es aqui, como la cabeza de toro, un derivado viviente de las curvas que traza el agua, y el Minotauro no es más que una variante, como los motivos anteriores, de la asociación de los dos motivos acuáticos.

Cuando se perdió la memoria de las verdaderas razones de la mayoria de estas representaciones, se formularon los mitos con pretensión de explicarlas;

el carácter híbrido del derivado que acabamos de describir hizo brotar la leyenda de la mujer de Minos uniéndose al toro nacido del agua, y procreando al monstruo.

El Minotauro bailando nos hace recordar los gestos rituales imitados de las figuras que trazan los remolinos del agua.

No cabe dudar que el remolino es una de las bases principales de todo baile, antiguo como moderno; los gestos del cuerpo, de los brazos y de las piernas, constantemente trazan asas ó eslabones; el más notable de ellos es el de los dos brazos, uno levantado, otro vuelto hacia abajo, ambos encorvados formando entre los dos una ese. El bailador es un laberinto viviente, una imagen viviente de la vida y los modelos de sus gestos estan en los remolinos del agua.

Pero no baste nuestra interpretación que pudiera atribuirse á un exceso imaginativo. Oigamos la tradición antigua de los griegos. Prescindiendo del primer origen de los bailes, ó sea de las danzas sagradas atribuidas á los dioses, en imitación del movimiento de los astros y otros, limitemonos á referir una leyenda mas concreta.

Teseo, cuando hubo vencido y muerto al Minotauro de Creta enseñó á los jovenes y á las jovenes que acababa de salvar, la danza llamada γέρανος (geranos), una de las más célebres de la Grecia. En sus movimientos trazaba las vueltas y revueltas del laberinto que el mismo Teseo habia tenido que correr perseguiendo al Minotauro.

Este texto claro, preciso, no deja subsistir la más pequeña duda: los bailadores reproducian el aspecto del laberinto ó sea, los movimientos del agua.

En la forma de baile arreglada para jóvenes de ambos sexos no hay que extrañar que se eche de menos al toro; parece recordalo sin embargo el monton de cuernos alrededor del cual se ejecutaba la geranos, pero la base misma de la leyenda es la corrida con sus vueltas y revueltas, dada por Teseo y el toro, prototipo de las danzas que ejecutan nuestros modernos Teseos y hacen ejecutar á su toro; acaban por matar á este, como lo hizo el toreador mitológico.

Y no cabe objetar la grán distancia que nos separa de aquellos tiempos, cuando vemos los bailes taurinos representados en obras de arte muy anteriores á los textos conocidos (fig. 8).

Interpretamos estas danzas de toros como la forma primitiva de los preliminares al sacrificio de los mismos, preliminares que en la Grecia histórica y en Roma quedaron reducidos á la imposición de ínfulas; parecen recordar estas las modernas banderillas.

Dr. Alberto Souto

Director do Museu de Aveiro, da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, da Associação dos Arqueólogos Portugueses, do Instituto de Coimbra.

A "Pelagia Insula" de Festus Avienus

O poema *Ora Maritima,* de Rufo Festo Avieno, sôbre o qual existe já uma vastíssima bibliografia, mereceu ao nosso saüdoso e grande Martins Sarmento, um estudo notàvelmente erudito na parte relativa às costas ocidentais da Europa, que foi publicado em 1880 e teve segunda edição no ano de 1896.

Em 1922 o Sr. Dr. Aristides de Amorim Girão publicava a sua *Bacia do Vouga,* primorosa dissertação de concurso ao lugar de professor da Faculdade de Letras de Coimbra, e em 1924 o Sr. Dr. Mendes Corrêa, nome tão ilustre na Antropologia, na Etnologia e na Prè-história portuguesas que dispensa mais elogiosas referências, dava à publicidade *Os Povos primitivos da Lusitânia,* valiosíssimo volume que só mais tarde me foi dado conhecer.

Ambos os ilustres Professores se ocuparam do poema de Avieno.

O Sr. Dr. Amorim Girão, absorto com a parte puramente geográfica, procurou localizar na foz do Vouga a *Pelagia Insula,* a que se referem os versos 164-171 do *Ora Maritima,* concordando assim plenamente com a opinião expendida por Sarmento; o Sr. Dr. Mendes Corrêa, tentando desvendar alguns dos enigmas etnológicos do poema, adoptou, sob grandes reservas, de uma maneira geral e provisòriamente, as interpretações de Schulten na parte topográfica da discutida obra de Avieno.

O trabalho crítico de Schulten, de que eu tive conhecimento pelo livro do Sr. Dr. Mendes Corrêa, foi divulgado em Espanha nas *Fontes Hispaniae Antiquae,* da Universidade de Barcelona, fascículo I, saído em 1922 da Livraria Universal daquela cidade, onde ao comentário original traduzido em espanhol se acrescenta a versão do *Ora Maritima* por D. José Rius y Serra.

A minha tentativa geológica, geográfica e arqueológica sôbre as *Origens da Ria de Aveiro,* anterior a 1921 e publicada em 1923, após um prolongado e forçado repouso meu, consagrando um dos seus capítulos ao problema da *Pelagia Insula,* não podia referir-se ao comentário de Adolfo Schulten, nem ao livro do Sr. Dr. Mendes Corrêa, livro que ao tempo eu não conhecia, mas apenas ao trabalho de Martins Sarmento e às opiniões do Sr. Dr. Amorim Girão.

Nessa publicação de 1923, preguntava eu:

¿Há no poema Ora Maritima *alguma indicação que nos permita verificar a existência do cordão litoral das ilhas da laguna, do delta do Vouga, ou do estuário profundo em que o rio desaguou antes do preenchimento do gôlfo?*

E continuava:

Tentemos com Martins Sarmento penetrar no labirinto e encontrar um fio que nos oriente e leve a desvendar os seus mistérios.

Encontra-se em Avieno uma curiosa e misteriosa passagem que parece sugerir-nos a païsagem característica e anfíbia dos baixos do Vouga:

...post Pelagia est insula,
Herbarum abundans, atque Saturno sacra.

E essa ilha consagrada a Saturno e abundante em ervagens é assim descrita:

Sed vis in illa tanta naturalis est
Ut si quis hanc innavigando accesserit
Mox excitetur propter insulam mare,
Quatiatur ipsa et omne subsiliat solum
Alte intremiscens, cetero ad stagni vicem
Pelago silente...

Insula, nota Sarmento, tanto pode significar ilha, como península. Do facto de se lhe atribuír exclusivamente o significado *ilha,* muitos erros têm advindo na interpretação de antigos textos. Mas evidentemente, nas nossas costas, diz o ilustre investigador vimaranense, não há ilha ou península a que possa referir-se esta pintura.

E Pinho Leal, consultado a êste respeito, sentenciou que nada de positivo se podia concluír por causa das alterações sofridas pela região.

No entanto *Pelagia Insula,* insistia Martins Sarmento, deveria ficar entre os cabos da *Roca* e *Avarum,* mas mais determinadamente entre o Mondego e o Vouga.

E o sábio comentador de Avieno, concluíu que tal ilha ou está encravada no continente ou teria sido tragada pelo mar, porque deveria ter existido naquelas paragens e em nenhumas outras poderia ter existido.

O Sr. Dr. Amorim Girão julgou que a *Pelagia Insula* era uma ilha formada por uma vegetação marinha muito densa, mas ao mesmo tempo de equilíbrio muito instável, devendo assim tratar-se de alguma acumulação de plantas marinhas a que o adicionamento de matérias térreas, trazidas quer pelo mar, quer pelo rio, deu consistência e feição insular, devendo, em sua opinião, essa ilha ter existido no grande estuário do Vouga, antes da formação da ria.

Martins Sarmento comentando os versos descritivos da *Pelagia Insula* dissera o seguinte:

Como deve inferir-se desta pintura, era uma ilha formada por uma vegetação marinha tão densa e consistente na sua superfície descoberta, como deslaçada e por isso elástica na sua base imergida, de sorte que bastava a compressão das águas produzida pelo andamento de um navio que dela se aproximasse, para lhe imprimir uma oscilação muito sensível, oscilação que punha em movimento o mar

circunjacente, mas apenas numa zona determinada pela fôrça das suas vibrações, pois que além daquela zona o mar dir-se-ia um lago.

E desalentado, nada conhecendo de semelhante nas praias portuguesas, concluíu que *no nosso litoral, apesar da sua convicção de se tratar da costa de Aveiro, não há hoje certamente coisa alguma que com isto se pareça.*

¿Não haverá, de facto já hoje, coisa alguma que com isso se pareça?

É o que vamos tratar de averiguar, numa desapaixonada e serêna observação.

*

Meramente episódica a interpretação dos versos 164 a 171 do poema de Avieno, não é, contudo, um simples incidente anedótico de coleccionador de curiosidades, como à primeira vista pode supor-se.

No estudo das alterações litorais das costas peninsulares do Atlântico, a Ria de Aveiro representa um dos maiores problemas, tendo J. Dantin Cereceda afirmado ser a singular laguna o mais notável acidente da fronteira marítima da velha Península.

E a *ilha de Saturno,* não apenas mencionada, mas tão minuciosamente descrita pelo autor do *Ora Maritima,* pode constituír como que a pedra de toque da veracidade do poema e pode bem servir para por ela se aquilatar do crédito e valor das suas indicações topográficas e, conseqüentemente, dos seus dados etnográficos. Tratando-se, porém, de uma obra poética que parece reproduzir as informações de um périplo do século VI antes de Cristo, é lícito preguntar que valor geográfico, arqueológico, etnográfico, que valor scientífico, enfim, se lhe poderá ligar.

Na controvérsia que sôbre isto se levantou, o *Ora Maritima*, diz Martins Sarmento, foi considerado por alguns como um acervo de enigmas burlescos, por outros como um repositório de notícias antiqüíssimas que debalde se procurarão noutra parte. Para E. Desjardins o poema de Avieno nada vale; para Luchaire e outros escritores, êle não passa de uma série de *amusements archéologiques.*

No entanto ligaram-lhe importância e mérito histórico e geográfico, Jubainville, F. de Saulcey e Karl Müllenhoff, e modernamente, entre outros, Schulten, Amorim Girão e Mendes Corrêa.

No caso de o texto de Avieno se basear na descrição de um navegador que tivesse reproduzido com fidelidade o que viu, *Ora Maritima* seria *o mais antigo documento etno-geográfico do Ocidente, um documento de valor infinito, pois que as suas notícias nos proviriam de uma testemunha ocular.* (Sarmento).

O Sr. Dr. Mendes Corrêa, considera-o indiscutìvelmente um documento precioso para o estudo da geografia e da etnologia antigas da Península.

Que assim seja, como pensavam os optimistas, é preciso manter-se em sua frente uma grande e cautelosa reserva, porque, como o ilustre e saüdoso arqueólogo vimaranense ajuíza, *o poema de Avienus é duma obscuridade proverbial.*

Porém, a tendência é para se lhe atribuír real importância, procurando-se, através das suas obscuridades, verificar as indicações que nos fornece, com os dados da Prè-história, da Antropologia e da Etnologia, e pelas luzes da Arqueo-

geografia ou mesmo da Paleogeografia, identificar os acidentes que êle menciona nas nossas costas marítimas.

O Sr. Dr. Mendes Corrêa consagrou-lhe nada menos de 14 páginas do seu erudito e valioso volume *Os Povos primitivos da Lusitânia,* e nessas 14 páginas de profunda análise e de criteriosa e serêna crítica, dissertou largamente sôbre o comentário de Schulten.

Para o ilustre iberólogo alemão, o *Ora Maritima* teve por fonte, não um périplo fenício ou cartaginês, como se pensou até Sarmento, mas sim um périplo que pelo século VI antes de Cristo um autor massaliota compôs sôbre a viagem marítima de Tartesso a Marselha, adicionado com a descrição das costas do Oceano, desde Oestrímnida a Tartesso, descrição essa obtida dos Tartéssios que faziam freqüentemente tal navegação e com o descritivo, ainda, das ilhas da Irlanda e Grã-Bretanha e do litoral da Frísia que os Tartéssios conheciam por tradição oral dos Oestrímnidos.

Segundo Schulten, Rufo Festo Avieno, nascido em Volsínia, da *gens Mussonia,* obteve duas vezes o proconsulado, talvez na Ásia e na Bética, e tendo sido um defensor da antiga religião e das velhas tradições dos romanos, adoptou um estilo arcaico e cultivou as antiguidades.

O poema foi dedicado ao seu amigo Probo, que lhe pedira uma descrição do Ponto Euxino, e na dedicatória o mesmo Avieno confessa que bebeu o assunto dos seus versos em fontes antiqüíssimas e reconditas: *vetustis paginis, secretiore lectione, veterum abdita, secreta rerum,* etc.

O poema tão lúcida e afincadamente comentado por Martins Sarmento, não perdeu pois interêsse nem merecimentos, tendo sido, depois de 1896, objecto de profundas e meticulosas dissertações, entre as quais se destaca, sem dúvida, a de Adolfo Schulten.

De facto, o professor de Erlangen consagrou-lhe nada menos de três anos de estudo e sôbre os comentários anteriores dispôs ainda valiosos elementos, como os mapas alemães das costas ocidentais da Europa, editados na escala de 1:750.000 pelo Reichsmarineamt, bem como as costas espanholas de 1:100.000, percorrendo êle mesmo em 1919-1920 tôda a costa desde os Pirineus ao Guadiana.

Schulten cita o estudo de Franck, datado de 1913, e o de Petermans, notando êste, especialmente, as alterações sofridas pelo litoral, o que nos leva a concordar com a orientação que acentua a necessidade de se estudar o poema à face da geologia peninsular.

Adolfo Schulten, referindo-se ao aparelho crítico de Sarmento, reconhece ser o nosso ilustre compatriota um *investigador sumamente meritório das antiguidades lusitanas,* mas logo a seguir o diminue afirmando que o escritor português, nem na questão das fontes, nem na interpretação dos detalhes, soube compreender os problemas, ao que o Sr. Dr. Mendes Corrêa retorquíu, e muito bem, dizendo parecer-lhe dura e injusta a crítica de Schulten ao erudito investigador português, dado o carácter conjectural e mesmo porventura audacioso de alguns pontos de vista do catedrático alemão.

E o já hoje glorioso Professor portuense apesar de considerar a interpretação de Schulten em grande parte aceitável, e digno do louvor o exaustivo e

erudito esfôrço que ela representa, adverte que não há nas suas opiniões sôbre o *Ora Marítima* uma solidez inatacável.

*

De facto, em meu humilde entender, não é nada sólida a opinião do nomeado iberólogo sôbre os versos 164-171 do poema de Avieno; e, bem pelo contrário, julgo, depois de ler o seu comentário, que é muito mais judiciosa e luminosa a interpretação de Martins Sarmento e a localização que êle assinalou à misteriosa ilha consagrada a Saturno, que o Sr. Dr. Leite de Vasconcelos julgou ser na foz do Minho.

Sem exagerado optimismo, escrevia eu em 1923, *o poema de Festus Avienus, adquiriu a meu ver, nesta passagem, um alto valor árqueo-geográfico, tendo Martins Sarmento, ao revelá-lo, prestado um grande serviço que só enriquece a sua coroa de glória.*

Subscrevo hoje, novamente, e mais afoito e satisfeito, estas palavras de há dez anos, e tanto mais afoito e satisfeito, quanto é certo que a topografia de Schulten se me afigura, neste ponto restrito, mas de um alto valor exemplificativo, inteiramente errada, ao passo que a de Sarmento surge adequada e certa ainda com a geografia e os fenómenos actuais.

Schulten certifica-nos que o périplo designa por *stagnum, palus, lacus, aquilo a que nós chamamos* lagunas, *não só as que antigamente foram golfos e que estão separadas do mar por uma estreita língua de terra* (lido, *em italiano) ou já totalmente cerradas* (laguna morta, *na mesma língua), ou a trechos curtos de água unidos ainda com o mar* (laguna viva).

Tais são: o *stagnum* da ilha de Menaca do verso 430, *immensa palus* do verso 455, *palus stagnumve* do verso 492, o *stagnum Toni* do verso 544, o *stagnum palusve sordice,* etc.

Já à laguna de Narbona se não chama *stagnum*, mas *sinus.*

Também chama stagnum *e* palus *aos lagos que às vezes formam os rios pouco antes da sua embocadura, como no rio Ibero* (Palus Erebea), *no Tarteso* (Palus *ou* Lacus Ligustinus) *e no Ródano* (Palus *ou* Stagnum Accion), confessa Schulten.

Ora o sábio germânico que coloca a *Pelagia Insula* na Berlenga, esqueceu-se de notar que na descrição dessa ilha, que à primeira vista parece fantástica e inverosímil, Avieno empregou o termo *stagni.*

E esqueceu-se, como outros comentadores, entre êles o próprio Sarmento, que o vocábulo latino *pelago* se não traduz apenas por *mar alto* ou *mar profundo,* mas que no latim arcaico tem uma acepção muito diversa, significando, como diz Brou, *a água transbordante de um rio.*

Se Martins Sarmento, que tão acertadamente localizou a *Pelagia Insula* na ria de Aveiro ou foz do Vouga, tivesse tido a curiosidade de tomar em vários dicionários ou em vários textos, as diversas acepções de *Pelagus,* teria resolvido triunfantemente os embaraços em que se viu para demonstrar a sua interessante tese.

E se Schulten, que criticou Sarmento e escreveu trinta anos depois do nosso investigador, tivesse tido igual cuidado, não caïria no êrro de levar para

a Berlenga a ilha de Saturno, só porque *o mar das Berlengas é agitado e nessas ilhas existe muita erva de que se alimentam os coelhos!*

Pelagus, derivado do grego, significava pois, na antiguidade latina como dizem vários dicionários, não mar alto e profundo, mas uma bacia deltaica ou lagunar, um mar interior, a água espraiada de um rio, um esteiro. Daí veio para o português, por contracção, o *pégo* que significa um ponto fundo no curso de um rio ou ribeiro, isto é, em águas interiores, e não a profundidade do mar ou o abismo do oceano.

Se Avieno e o autor do périplo designaram por *stagnum,* como Schulten confessa e verifica, uma laguna, um antigo gôlfo, um *lido* ou uma *haff,* — ¿como é que aliaria ao *pelago silente* a expressão *cetera ad stagni vicem?*

Seria um absurdo. Mas a verdade é que não há aqui absurdo algum. O que temos é de traduzir de forma diversa o texto de Avieno, e fazendo-o, logo a realidade se ajustará admiràvelmente à opinião clarividente de Martins Sarmento.

D. José Rius y Serra fez a seguinte versão dos versos 164-171 do *Ora Maritima:*

Después hay una isla marina abundante en hierbas y consagrada a Saturno; pero en ella es tanta la fuerza de la naturaleza que si alguien se acerca navegando, en seguida se excita el mar cercano a la isla, ella misma se conmueve y todo el mar se levanta extremamente a lo alto, mientras el resto del piélago está silencioso, quál un estanque.

Ora traduzamos nós agora, modificando o significado dos vocábulos *insula, pelagica,* e *pelago* e poderemos dizer:

«*Depois há uma península ou uma ilha no meio de um estuário, abundante em ervagens e consagrada a Saturno; porém nela é tanta a fôrça da vegetação que se algum barco se avizinha navegando, logo a água próxima se agita e a própria ilha estremece e ondeia, enquanto o resto do esteiro se conserva serêno como um lago*».

Pois ao contrário do que descoroçoadamente julgava Sarmento, ainda hoje existe no nosso litoral alguma coisa a que se adapta perfeitamente a descrição de Rufo Festo Avieno, ou do autor grego ou massaliota do périplo por êle aproveitado.

As dificuldades que Martins Sarmento experimentou para contraprovar o singular fenómeno dessa ilha ondeante, provinham apenas do imperfeito conhecimento da vastíssima Ria de Aveiro onde êle localizara a ilha de Saturno com uma convicção e intuïção admiráveis, e da tradução dada ás palavras *stagni* e *pelago* dos versos latinos.

Evidentemente tratava-se de algum canal relativamente estreito onde a passagem do barco provocava a ondulação tão característica dos esteiros, ondulação que vai acompanhando sempre quem nêles navega, formando uma marêta que rebenta na margem ou se estende pelas *ilhas* cobertas de canizia, junco, erva e bajunça, e faz ondear essa vegetação, enquanto que na bacia ou no esteiro mais ao largo a água se conserva tranqüila sem experimentar a mais leve ruga.

¿É lá possível dar-se êste fenómeno, aliás tão freqüente nos canais e ilhas da Ria de Aveiro, numa ilha em pleno mar?

¿Numa costa aberta, batida e desabrigada como a nossa, onde a vaga é contínua e a onda raríssimas vezes deixa de rebentar contra a praia rochosa ou esparcelada?

Não. Trata-se de uma laguna, de uma ria ou de um delta, de um sistema de canais, de esteiros, de estuários, onde havia bacias sossegadas e ilhas de verdura, de impossível existência numa costa desabrigada como a de Portugal e num mar contìnuamente revôlto como é o nosso.

Na Ria de Aveiro, nas proximidades da actual foz do rio doce, isto é, da foz verdadeira do Vouga, estendem-se grandes planícies inundadas na maré alta — *ilhas* e *praias* — onde se explora o *estrume*.

Êste têrmo rústico e mal soante não significa aqui o adubo orgânico vulgarmente utilizado nas terras, nem mesmo o *moliço:* é a *bajunça*, a *canizia* e o *junco* com outras plantas que se erguem a quási um metro de altura e formam um prado enorme de vegetação alta, densa e cerrada.

Quando a maré alastra por êsses campos verdejantes e um barco passa no esteiro erguendo a marêta, tôda essa vegetação ondeia, se agita e move, como se uma verdadeira onda nela se produzisse e como se o seu próprio solo se deslaçasse, ondeando também, infirme e liquefeito. Ao largo, plàcidamente, o espelho da ria reluz ao sol, continuando tranqüilo como um lago, plano como um cristal.

Nem êste fenómeno se pode dar na Berlenga, granítica, pedregosa e alcantilada, nem semelhantes ilhas, de verdura e ervagem pujante e densa, se formam na proximidade da costa aberta e brava, na praia do mar, carregada de salsugem esterilizante, mas apenas nos remansos da água já meia salôbra, ao abrigo da laguna ou nos braços do delta.

*

Longe de mim supor que foram as ilhas, penínsulas e praias da actual Ria de Aveiro as que o autor do périplo viu com admiração e espanto.

Longe de mim defender já hoje a tese de que 500 anos antes de Cristo a Ria de Aveiro era o aparelho litoral que presentemente conhecemos. Mas pelo conhecimento que tenho da costa portuguesa, conhecimento não directo apenas, mas geográfico e geológico, o que afirmo, com Martins Sarmento, é que o fenómeno descrito por Avieno nos versos 164-171 do seu poema, só era possível no estuário do Vouga ou no local ocupado hoje pela Ria de Aveiro, onde o carácter da vegetação lagunar se mantém ainda tal qual o descreve o autor do *Ora Marítima* na sua *Pelagia Insula*.

. . . . . .

Exuberantemente demonstrou Sarmento que a *Londobris* dos gregos estava errada em Ptolomeu e que não podia ser a Berlenga.

Êste artigo não comporta já maior extensão, mas sempre direi que a insistência de Schulten identificando a *Pelagia Insula* com a *Londobris* e ambas com a Berlenga, é outro ponto fraco do seu comentário, débil de prova e falho de demonstração.

Sarmento mantém-se, a meu ver, vitorioso, identificando a *Londobris* com a *Pelagia Insula* e localizando-a no local onde hoje existe a Ria de Aveiro.

Não diminue isto a glória do grande arqueólogo descobridor dos acampamentos sitiadores de Numância, mas a glória de Martins Sarmento é que positivamente não sofreu desdouro algum com o comentário de Schulten aos versos citados do poema de Avieno. Bem pelo contrário, essa glória de sábio verdadeiro — e dos maiores do seu tempo! — ressalta e avulta no critério lógico e na superior intuïção com que versou o mencionado episódio do poema de Avieno, intuïção e critério claramente comprovados ainda hoje pelos fenómenos actuais que êle desconhecia e cuja notícia me apraz trazer a tão interessante debate.

Dr. B. Taracena Aguirre
Director del Museo Numantino (Soria)

Tribus celtibericas. "Pelendones"

Repetidamente se ha planteado el problema de las divisiones tribales de Celtiberia. El interés histórico que encierra y la sugestiva posibilidad de orientarle sobre bases arqueológicas (1) ha producido abundante bibliografia donde se destacan con mayor relieve las obras de los Srs. Schulten y Bosch--Gimpera.

La delimitacion geográfica de cada tribu y mas señaladamente la de pelendones, olvidada en muchos de los textos clásicos que describieron Celtiberia, proyecta numerosas interrogaciones que ha de resolver la arqueologia declarando lo que silencian y aun aclarando lo que contradicen.

Las pocas y concisas fuentes literarias que los nombran están comprendidas, ellas o sus fuentes respectivas, entre los últimos años del siglo II antes de nuestra Era y el siglo I de JC. Las anteriores a la guerra numantina o que narran acontecimientos de los años 218-153, probablemente recibieron noticia del centro de España a traves de los mercenarios que tantas veces combatieron junto a cartagineses, turdetanos y romanos y ella es tan obscura e imprecisa que no cita concretamente el nombre de las tribus; las coetaneas a la guerra (Polibio=Apiano) ni expresa ni veladamente hacen alusion a los pelendones y en las posteriores al siglo II de JC. la mayor parte de estas minúsculas agrupaciones hispanas quedan silenciadas.

Plinio (III-3) dice de ellos solamente «*In Conventum Cluniensem Varduli ducunt... Eodem Pelendones Celtiberorum quatuor populis quorum Numantini fuere clari...*» y despues (IV-21) «*...Durius amnis ex maximis Hispaniae, ortus in Pelendonibus, et iuxta Numantiam, lapsus dein per Arevacos Vaccaeosque...*»

Livio solo les cita incidentalmente (frag. del lib. XCI) refiriendo que Sertorio envio al cuestor M. Mário al pais de los Arevacos y Cerindones «*...in*

(1) Merced al abundante material que han proporcionado Numancia, las excavaciones de los Srs. Morenas de Tejada y Marqués de Cerralbo y las que desde hace años vengo practicando en la provincia.

Arevacos et Cerindones misit...» denominacion esta ultima logicamente interpretada por pelendones (1).

Ptolomeo situa a los pelendones debajo de los Murbogos, atribuyendoles las ciudades de *Visontium, Augustobriga* y *Savia.*

En inscripciones solamente aparecen dos veces (2), limitándose a dos nombres «*Ambatus Pelendi*» y «*Pelenn...*» inexpresivos para estudios geográficos.

*

Entre tan pocos elementos, su delimitacion territorial tiene como punto mas firme la identificacion de las ciudades.

Suficientemente conocidas y aceptadas son las de *Numancia* en Garray y *Augustobriga* en Muro de Agreda, demostradas por Saavedra. *Visontium* suele aparecer identificada con Vinuesa, junto al nacimiento del Duero, y la fonetica y el dictado de Plinio que pone en los pelendones las fuentes del rio abonan la reduccion, aunque solo como hipotesis de trabajo pues los hallazgos arqueológicos de aquellas alturas no pasan de pobres restos del pastoreo celtibérico. Y todavia es menos segura la de *Savia* con Soria pues se apoya en el hallazgo de pequeñas muestras de industria celtibéricas y romanas y en caprichosa interpretacion de remota semejanza fonética, ya que la ciudad (donde no aparecen restos visigóticos ni árabes) se llamaba Medina, Soria en tiempo de Fernán Gonzalez. Por desgracia para esta ultima reduccion, la norma expositiva de las tablas ptolemaicas, donde es regla que las ciudades esten referidas de N. a S. y de E. a O., no dá luz alguna pues obligaria a situar *Savia* al oriente de *Augustobriga,* en plena y esteril serrania del Moncayo.

La delimitacion tribal ha de hacerce pues sobre las bases topográficas firmes de *Numancia* y *Augustobriga,* las hipotéticas de *Visontium* y *Savia* y el curso del Duero.

El punto de partida mas seguro le dá Plinio al decir a *Clunia* de los arevacos (Peñalba de Castro) «*Celtiberiae finis*», lo que nos lleva a buscar al N. de ella y bajo los paralelos de *Visontium* y *Numantia* la union de arevacos y pelendones. Aqui, con directriz O-E y altura y continuidad suficiente para formar frontera natural, se elevan las sierras de Costalago, Cabrejas y Frentes, que dividen los brazos de parábola que el Duero traza en su recorrido Urbion--Soria y Soria-Almazan-Roa y convienen perfectamente con la referencia de Plinio de que el Duero nace en los pelendones y cerca de *Numancia* (brazo Urbion-*Numancia*-proximidades de Soria) y atraviesa despues por los arevacos (proximidades de Soria-Almazan-hasta pasado el meridiano de *Clunia* y antes de Roa) y los vacceos *(Rauda*=Roa, cts.). La identificacion de *Voluce* (Calatañazor) *Vxama Argelae* (Osma) *Termantia* (Termes) y *Clunia,* todas ciudades

(1) Actualmente esta misma region de los pelendones conserva los nombres de Cidones y Cidacos.

(2) Hübner—C. I. L. II, 2948—corregida por el Sr. Gomez Moreno «Ambans Plendie» y Boletin de la Real Academia de la Historia, n.º 63, pág. 356.

arevacas en Ptolomeo y situadas en el segundo tramo del curso del Duero, acredita el supuesto de esta linea fronteriza.

Razones económicas y arqueológicas la confirman. Las sierras de Frentes y Cabrejas dejan al N. terrenos de bosques y pastos y al S. llanuras infecundas o campos de cereal y huertas, haciendo distinta la vida del campesino en cada vertiente. Al mismo tiempo su perfil, suave al mediodia e inaccesible por el N. solo ofrece los pasos practicables de Ocenilla y Herreros y en la cumbre del primero he podido excavar recientemente un robusto castillo de los siglos III al II, verdadero castillo de frontera con acceso facil desde los arevacos y durisimo desde los pelendones, que obstruye el camino natural que aun hoy sigue la trashumancia desde el alto valle del Duero a tierras de Almazan y vigila la ancha faja comprendida entre las sierras de Frentes y Carcaña.

Desde la terminacion de la sierra de Frentes la linea fronteriza es menos segura. Debiendo dejar al N. *Numancia* y posiblemente Soria ha de buscarse hacia el O. por las sierras de S. Marcos y la maciza mole de Santa Ana, bajo la cual acertadamente el Sr. Bosch Gimpera ha señalado un punto avanzado de frontera en el nombre de Ituero y despues, a traves de las ininterrumpidas llanuras del campo de Gomara, seguir hasta enlazar con las sierras de Toranzo, Tablado y el Moncayo que envuelven *Augustobriga*.

Esta frontera S. concuerda bien con la distribucion topográfica de los castros de que luego hablaremos y deja en territorio de pelendones el monte *Vadavero* y el pueblo de *Burado* (sierra del Madero y Beratón, segun Schulten) de que habla Marcial y la supuesta *Aregrada* (Agreda?).

La frontera oriental tiene como punto de partida el Moncayo *(Mons Caius* de Marcial) puesto que en su lado oriental *Bursado, Balsio* y *Turiaso* corresponden a ese grupo que Ptolomeo llama solamente celtiberos. Siguiendo al N. por el valle del Ebro *Cascantum* (Cascante), *Tutela* (Tudela), *Graccurris* (en Alfaro) y *Calagurris* (Calahorra) marcan ya tierra de vascones; Fitero, tambien señalado por el Sr. Bosch, es el fin del territorio pelendon y *Contrebia Leucade* (junto a Cervera del rio Alhama) (1) la ultima ciudad de la tribu. Es presumible por tanto que la linea oriental siguiera el limite de la provincia de Zaragoza con Soria y subiera hasta Fitero por el limite de Navarra con Logroño.

Desde aqui la frontera N. queda dependiente de la extension meridional que supongamos a los berones. La localizacion de sus ciudades *Libia* (junto a Herramelluri), *Atiliana* (entre *Libia* y *Tritium), Tritium* (Tricio, junto a Najera), *Vareia* (Varea, junto a Logroño) y *Barbariana* (S. Martin de Barberana) todas al S. y muy proximas al Ebro, crea mayor dificultad para trazarla pues mientras los oportunos restos arqueologicos llegan en Soria hasta

(1) El fragmento del Libro XCI de Livio la autoriza. Sertorio subio con su ejercito el Ebro, camino hasta Calahorra por las mismas ciudades donde pasa la via I del Itinerario y desde alli mandó a M. Mario al pais de los arevacos y pelendones para recoger trigo, ordenandole traerlo a *Contrebia Leucade*, de excelente posicion a la salida del pais de los berones. Ello confirma su situacion en Cervera, inmediata a la frontera de berones y en pais de pelendones y las fortisimas ruinas conservadas convienen a ciudad de tal renombre.

muy cerca de la divisoria N., en la provincia de Logroño se desconocen en absoluto, lo que pudiera autorizar para atribuir a pelendones la totalidad de la vertiente N. de la serrania. Afortunadamente testimonios medievales parecen esclarecerlo.

Los territorios de Camero Viejo y Nuevo, solo difrenciados entre si desde final del siglo x, ocupan en el centro meridional de la provincia de Logroño una extensa zona montañosa desde las cumbres de Cebollera y Pineda hacia la llanura del Ebro, cuya extension conocemos precisada merced a la de sus Arciprestazgos. La comarca aparece citada en la Edad Media, principalmente en los siglos x y xi, en las formas *Cambero* y *Camberibus* (1) lo que, aun apartada de las conocidas ciudades de berones sitas en el valle del Ebro, parece licito interpretarlo como señal de antigua extension de la tribu cuya denominacion se conservó arrinconada en este inaccesible macizo montañoso no citado en las fuentes clasicas que solo atendieron a las ricas ciudades beronas asentadas en la llanura ribereña del Ebro y donde florecieron importantes nucleos romanos.

Seria por tanto division de las tribus el actual limite de las provincias de Logroño y Soria solamente en este tramo de las sierras del Ayedo de Santiago, Pineda y Cebollera, adonde con la divisoria hidrografica convienen la antigua extension de los Cameros y los restos arqueologicos y despues los pelendones penetrarian por el NO. en la provincia de Logroño (2). Por tanto, en este primer tramo N. debemos buscar la divisoria tribal desde Fitero siguiendo la linea de cumbres al N. del Linares hasta Peña Isasa y despues por las sierras del Ayedo de Santiago, Pineda y Cebollera.

Desde el angulo que forman Cebollera y Frejuela, hacia occidente, se eleva un intrincado macizo montañoso de elevadisimas cumbres surcado por precipicios y vallejos que tienen por un lado a Urbion y por el otro San Lorenzo y la Demanda, donde se hallan los despoblados de Canales de la Sierra (comunmente confundido con la *Segeda* de los *Bellos,* y con caracteristicas de cultura numantina) (3) y Viniegra de Arriba, que razones arqueologicas de

---

(1) Angel Casimiro de Gobantes — Dicionario Geográfico Histórico de España — Seccion II — Pág. 44 y 45 — Un documento del Arch. de Simancas otorgado el año 975 tiene la firma «*Cuncto Concilio de Cambero testis*» y en la escritura de arras del año 1040 dada por D. Garcia de Najera a D.ª Estefania dice... «*Bachera cum ambobus Camberibus*» y de la misma forma se expresa el Fuero de Logroño del año 1095. Resulta curioso como Gobantes rechaza de plano el valor fonetico de estas citas originarias por haber servido luego de apoyo a teorias que reputa aventuradas. Esta denominacion de Campos era frecuente en la antiguedad, el año 49 de JC. por ejemplo, hallamos la cita *Palentini Campi.*

(2) No debemos utilizar para estas demarcaciones los deslindes de Sancho III en 1016, que se hallan en pugna con la arqueologia, ni tampoco valorizar en nada la duplicacion actual de nombres de lugares en ambas vertientes de Cebollera, pues muchos tienen solamente significacion geografica — Morales, Vadillo, Ventosa, Rabanera, ets — otros son inexpresivos para estos fines, como Almarza (= descanso, y por extension quizá mansion en via) y aun los al parecer de mas significativa coincidencia pueden obedecer a ser de un mismo señorio, que cabalgaba sobre los dos lados de la sierra.

(3) Tipo de Ventosa de la Sierra y ambos publicados por mi en las Memorias N.os 75 y 103 de la Junta Superior de Excavaciones.

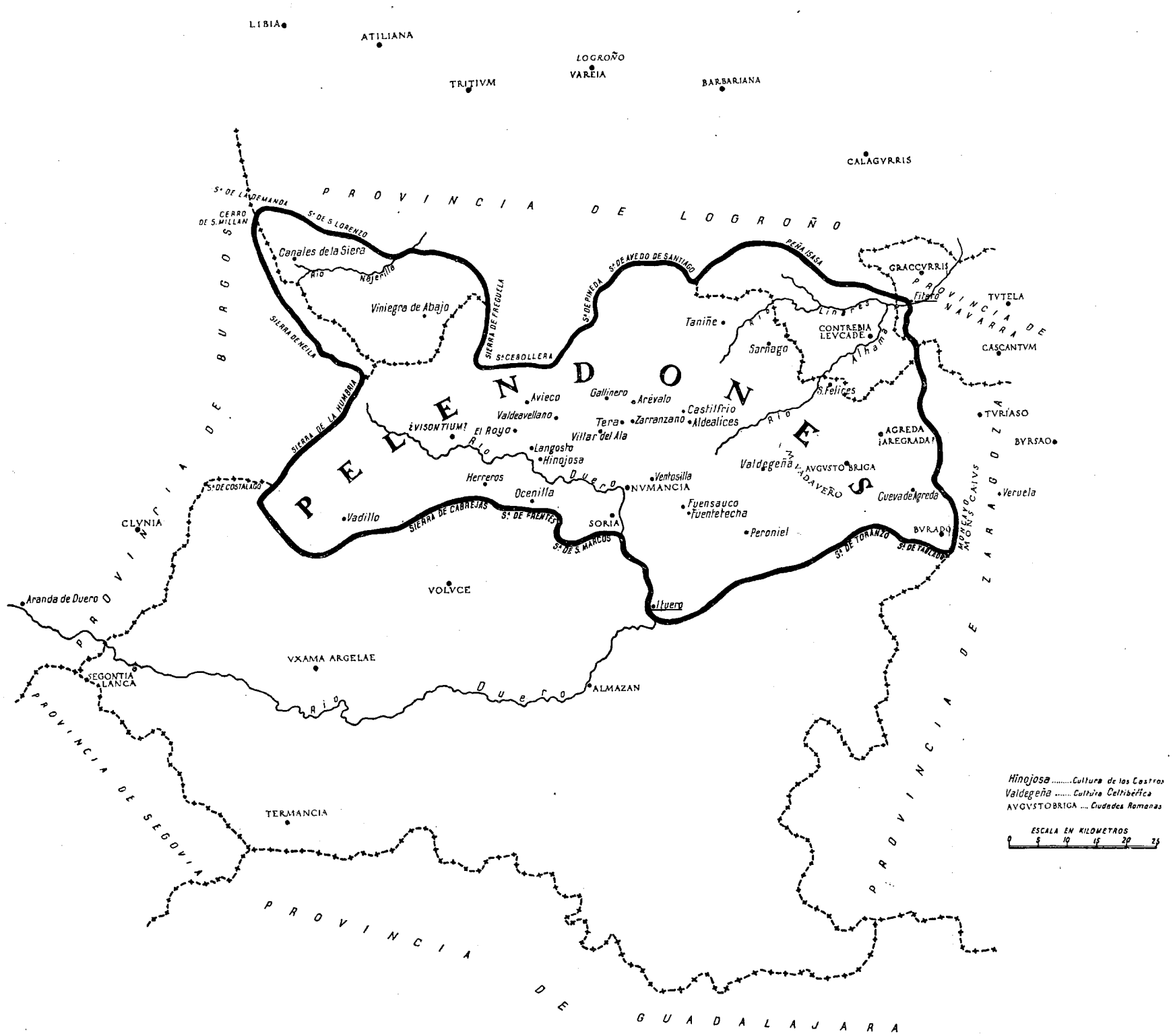


Fig. 1—Plano del territorio de la tribu

acuerdo con la geografia, nos fuerzan a unirlos a la cultura del pais meridional. Por otra parte, y concediendole solo valor relativo, es conveniente anotar que la antigua frontera de Soria ha venido por esta misma linea (1) N. de Brieva, S. del arroyo de Brieva, y N. de Ventrosa, es decir. por las Peñas de las Tres Marias a cruzar el Najerilla sobre su union con el Riofrio y abocar en la Sierra de San Lorenzo, lo que puede contribuir a establecer como limite NO. de los pelendones las sierras de Frejuela, Peñas de las Tres Marias y San Lorenzo, encerrando las estaciones de Canales y Viniegra.

Desde las sierras de San Lorenzo y la Demanda a la de Costalago apenas si tenemos argumentos sobre que trazar la frontera occidental de pelendones. Las noticias arqueologicas se reducen al hallazgo del castillo de turmodigos de Lara de los Infantes, de distinto caracter arqueológico que los sorianos y que como solo indica que la frontera iria mas al oriente, precisa para buscarla someterse a una lógica linea geográfica coincidente con la antigua frontera de Soria y que podria ser el cerro de San Millán y las sierras de Neila y de la Umbria hasta bajar el limite oriental de la de Costalago.

El area geográfica de esta tribu fueron unos 4.400 km² que hoy ocupan 229 nucleos de población con un total de 77.000 habitantes y por tanto una población relativa de 17,5 por km², infima en relación con el resto de España pero superior a la media provincial que es el de 16,01 habitantes por km².

El terreno, vealdico y aptiense, es en general montañoso y duro, aspero de suelo y de clima, con altitud movida entre los 1.000 m. sobre el mar en los campos del S. y 2.315 en la cumbre mas alta, formado en gran parte por serrijones y vallejos y distribuido en zonas de producción bien definida y distinta. Al O. extensos bosques de pinares, carentes de yacimientos arqueológicos, buenos para la monteria de oso y de puerco según dicen los libros medievales e inadecuados para el asiento humano hasta epoca relativamente moderna. En el centro y E. serrijones de cumbres nevadas, robledales en las vertientes y tierras flacas de abundantes pastos en los valles, terrenos propios para el veraneo de ganaderias trashumantes y, excepto el campillo de Buitrago, de corto rendimiento cerealista. Y al SE. y NE., fertiles llanuras rizadas desnudas de arbolado que pueden considerarse como el granero del territorio pelendón. Es pues una comarca montañosa de economia completa de base forestal y ganadera obligada a la trashumancia.

*

Las huellas arqueológicas que por ahora nos interesan pueden concretarse en dos grupos:

1.º — Cultura de los castros (rotulados en el plano en cursiva negra). Son pequeños poblados hasta hoy solo conocidos en el terriotorio de esta tribu, de superficie menor de una hectarea, formados por cabañas guarecidas tras un cinturón de murallas y un anillo de estacada de piedras como los Ringwälle

(1) Vease el mapa de D. Tomas Lopez, del año 1783.

célticos; ocupan los picachos de la sierra entre 1.200 y 1.400 m. de altitud y producen hallazgos uniformes de tosca ceramica cordonada, molinos amigda-

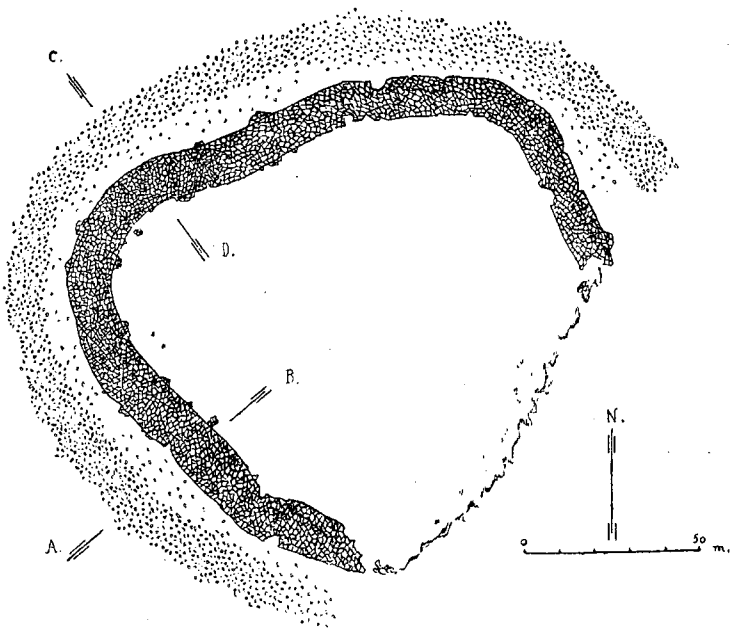


Fig. 2—Plano del *castro* de Caltilfrio de la Sierra (Soria).

loides y algunos objetos metalicos que permiten clasificarlos como producto mas antiguo de la cultura céltica en la meseta castellana, posteriores al año 600 antes de J. C. y emparentados con los castros del bajo Duero y N. de la cordillera Carpetovetónica (Zamora, Salamanca, Avila), posiblemente a causa de ser esta la ruta de trashumancia, predominando en ellos la vida pastoril sobre la agricola.

2.º—Cultura celtiberica (cursiva roja en el plano). Caracterizada por la agrupación en ciudades extensas, de hasta 20 hectareas de superficie, que ocupan altozanos amurallados, se distribuyen en calles pavimentadas, tienen viviendas de mamposteria o barro cubiertas de ramaje y complicado ajuar donde predomina la cerámica roja torneada y pintada. La economia agricola y pastoril aparecen compensadas en estas ciudades.

Las excavaciones que venimos practicando en territorio de pelendones y arevacos permiten apreciar: la prioridad de la cultura de los castros sobre la celtibérica (Fuensauco y Taniñe); que la sustitución de la segunda por la primera no crea hiatus cronologico pues sus productos conviven algunas veces (Arevalo de la Sierra) y la fecha de esta convivencia, deducida de la comparación de su ceramica pintada con la de algunas necrópolis posthallstatticas, puede situarse en la segunda mitad del siglo IV; que la evolución tipológica de la cerámica celtiberica de los poblados confirma lo que las urnas cinerarias parecen indicar, es decir primero la coexistencia de vasos toscos morenos con rojos torneados de perfil hallstattico y sencillas pinturas negras o vinosas de simples

fajas y circulos concentricos ocupando toda la superficie del vaso y aun decorando el interior de la boca (Arevalo de la Sierra), despues la sola presencia de tipos rojos (Ventosa de la Sierra y Fuensauco 2.° estrato) mas tarde, en la segunda mitad del siglo III y durante el II, una fuerte evolución creando la variada y rica gama numantina y por último, durante el siglo I antes de J. C., (Izana y Langa de Duero) una rápida decadencia por simplificación de motivos.

Del cotejo de estos postulados arqueologicos con las fuentes literarias parece deducirse con alguna precisión el valor historico del nombre de la tribu.

Polibio (en Apiano, 48 y 50), testigo presencial de la guerra numantina, al referir las campañas de Marcelo con los nergobrigenses, fuerza a la paz sola-

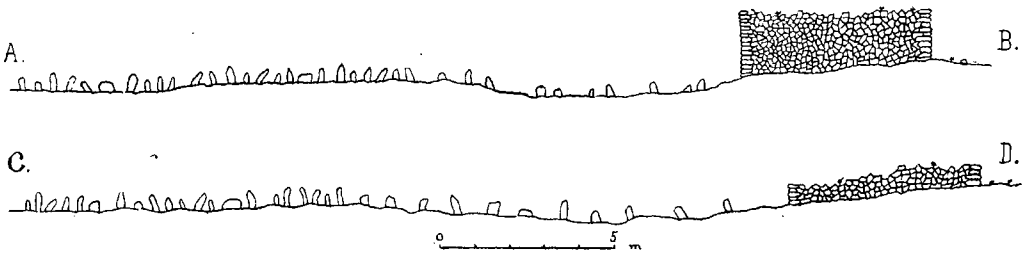


Fig. 3—Sección de las defensas del castro de Castilfrio de la Sierra (Soria).

mente a *arevacos, bellos y tittios,* siendo asi que los celtiberos de la montaña eran los mas indomitos y dificiles. Livio, al comienzo de nuestra era, cita a los pelendones aunque sin localización precisa y su contemporaneo Estrabón habla de Numancia de los arevacos, silenciando a los pelendones. Plinio, que representa la visión de España en los primeros años de J. C. cuando aun está vivo el recuerdo de la organización independiente del pais y escribe su obra con pura intención geografica, cita las cuatro ciudades de la tribu, donde Numancia es la mas celebre. Ptolomeo, 125 años mas tarde y con el mismo afan descriptivo, completa el texto de Plinio dando el nombre de las tres ciudades de pelendones pero suprimiendo Numancia.

Todo ello plantea dos problemas interesantes. ¿A que es debido el silencio sobre los pelendones en Polibio (Apiano) tan minucioso en el relato de una guerra que tiene como teatro el territorio de la tribu? ¿Porqué Numancia aparece unas veces citada como de territorio pelendon y otras de arevaco?

La primera de estas cuestiones parece tener contestación a traves de testimonios arqueológicos. La cultura de los castros célticos (siglos VI á IV) ocupa solamente el territorio pelendon en cuya frontera S. vemos la avanzada dominante arevaca del ya citado Castillo de Ocenilla. El movimiento de pueblos que produce la cultura numantina parece obedecer, según el Sr. Bosch Gimpera, a un corrimiento oriental de los vacceos que por tierras de Clunia y Osma penetra en el alto Duero importando cultura posthallstattica (la formación del nombre *arevaco*=are-vaccei=vacceos del extremo, parece confirmarlo). Por otra parte el mismo Sr. Bosch apunta la semejanza fonetica entre los

pelendones *(pelendi)* y los *belendi* pueblo de Aquitania y la posibilidad de que estos *belendi* (Plinio IV) sean un resto de los pelendones quedados al otro lado del Pirineo. Ello portanto hace pensar que los pelendones eran al comienzo del siglo IV un grupo distinto a los arevacos y arrinconada supervivencia de dominaciones anteriores, al que estos, vacceos de origen y mas modernos en el

Fig. 4 — Fotografia de Numancia, tomada desde avion.

pais, en su expansión oriental hubieron de someter primero y anular mas tarde, por lo cual Polibio, que recorre la comarca con Scipión, no los menciona ya que en el siglo II habrian desaparecido absorvidos en el movimiento arevaco y Polibio atendia solo a narrar acontecimientos actuales, como cronista fiel de la guerra que presenciaba.

Las fuentes posteriores que hablan ya de un pais sometido que preocupa a la administración romana para dotarle del mecanismo mas seguro y eficaz, y por tanto estudiado en su personalidad racial, restauran un estado de cosas historico cuyo recuerdo podria perdurar tres o cuatro siglos y marcan la diferencia de pelendones y arevacos (1).

La diversidad con que las fuentes literarias atribuyen Numancia a pelendones o arevacos, bien puede obedecer a la inseguridad de los escritores en cuanto al

(1) No otra cosa vemos cuando hoy en esta misma provincia de Soria, como en tantas otras, se habla de las fenecidas divisiones administrativas, tales aqui las *Tierras* de San Pedro Manrique, de Fuentepinilla, de las Vicarias o de la Recompensa, en desuso hace siglos y alguna, la última, originada en hecho tan remoto como la merced Real a Boltran Duguesclin.

contorno preciso de una organización siglos antes practicamente desaparecida. El Prof. Schulten la explica pensando que Numancia en algún tiempo perteneció a los pelendones pero que tomada por los arevacos antes de la guerra romana (153-133) les perteneció durante esta epoca y mas tarde, pacificada y sometida la comarca, los romanos la reintegraron a su antigua demarcación. Conforme con los datos indicados, ya que Numancia geograficamente pertenece a territorio pelendón, acaso no es necessario pensar en esta restauración administrativa de hecho, pues bien puede obedecer solamente a una reconstitución erudita de los escritores romanos de los primeros siglos que se ocuparon de la comarca.

La dominación romana, a partir de la epoca de Augusto, surcó esta serrania con caminos que escalaban los puertos de la cordillera, construyó ciudades amuralladas en las que *Augustobriga* fué la mas importante y diseminó casas de labor poco suntuosas que debieron atender casi exclusivamente a la explotación agricola con pérdida de la ganaderia, que sin embargo y temporalmente vuelve a ocupar algunos de los castros célticos siglos atras abandonados. Ya el Ravenate que es el unico que cita algunas de sus ciudades calla el nombre de la tribu.

E. Thurlow Leeds, M. A., F. S. A.
Keeper of the Ashmolean Museum (Oxford)

A Milestone in Western Archaeology

In the first volume of the *Journal of Egyptian Archaeology* (p. 18) Professor A. H. Sayce drew the attention of students of the antiquities of Egypt to the presence in graves of the Bronze Age in the southern counties of England, more particularly in Wiltshire, of beads of blue-glazed frit. These he equated with beads of the New Kingdom in Egypt, pointing out their significance for the history of commerce in the Ancient World in the closing centuries of the second millenium B. C., at the same emphasizing their importance for the dating of the British Bronze Age.

It may be of interest to have placed on record certain tests carried out by the writer a few years ago with the purpose of obtaining practical confirmation of Professor Sayce's observations from the stores of his ocular memory.

The beads, in question, as is well known, belong to the so-called segmented variety, that is, tubular beads constricted at intervals so as to produce the appearance of two or more single beads. There are two chief varieties; the one representing a series of globular elements, the other a cylinder notched with V-shaped grooves. According as the distance between the grooves in this second variety is increased or decreased, the effect obtained ranges from a series of short cylinders to a succession of thin disks. The line of diferentiation is impossible to draw, since the existing examples exhibit every shade of transition from the one to the other.

Beads of this later variety are, as shown on the diagram prepared by Sir Arthur Evans in connexion with similar beads found at Knossos *(The Palace of Minos,* I, 490, fig. 352), known in Egypt over a long period, but it is nevertheless certain that beads found in British barrows can be correlated with Egyptian specimens assignable to a more limited range of time. As Professor Sayce indicated, they are comparable with Egyptian beads belonging to the close of the Eighteenth Dynasty and part of the Nineteenth Dynasty, roughly covering a period between 1450 and 1250 B. C., and he therefore suggested 1300 B. C. as the central date for their deposition in British barrows. One of the sites in Egypt where such beads have very commonly occurred is Tell el-Amarna, the city of Akhenaten, which was only occupied during Akhenaten's reign (1380-1361 B. C.).

On an occasion of visiting the Museum at Devizes, where the majority of the beads from Wiltshire are preserved, I took with me specimens of the beads from el-Amarna, and by the courtesy of Mrs B. H. Cunnington, the Honorary Curator, I was enabled to make a close comparison of the Egyptian and British specimens. When laid side by side, except for some variation in colour such as can justifiably be attributed to the difference in the nature of the soils in which they had severally lain for over three thousand years, they proved to be quite indistinguishable. All the minor details due to the method of their construction, including slight variations in the nature of the groove, could be observed to correspond in both series.

The Wiltshire beads, as figured in Sir Arthur Evans diagram, give the impression of belonging to the first variety of these segmented beads mentioned above, namely those composed of conjoined globular elements. This is the form in which they are depicted in Sir Richard Colt-Hoare's *Ancient Wilts,* plates III and IX, but, if the beads from Upton Lovel shown on plate IX are compared with the photographic representation of the same beads in the plate illustrating Professor Sayce's article in the *Journal of Egyptian Archaeology,* it will be realized at once that in Colt-Hoare's plate they are incorrectly drawn.

They are in short identical with the el-Amarna beads, which, moreover, present features that, so far as I am able to discover from examination of some excellent collections of Egyptian beads, do not appear after the early part of the Nineteenth Dynasty. Later examples of the type are carelessly made, usually of poorer material, and of slender dimensions, while the el-Amarna beads are remarkable for their technical regularity, their robust size and the fine quality of the glaze.

Their occurrence in British graves gains additional interest through their discovery in cremation-graves. They serve to indicate that cremation was fairly extensively practised some two or more centuries before the date usually assigned to its adoption as a regular burial-rite.

Professor Sayce in his paper hesitated to pronounce any opinion about the route by which these beads reached Britain, for that the specimens found in southern England are imports I am perfectly convinced, whatever be the facts about the Scottish examples which Mr. L. Mann has claimed to be of native fabric (1). The question of this route may now be examined.

In an article im Ebert's Reallexikon (Pyrenäenhalbinsel; C. Bronzezeit) Professor Bosch Gimpera holds that trade between the peninsula and the eastern Mediterranean was checked in his Periods II and III, but was renewed during Period IV (1200-1000 B. C.) and adds in regard to the latter, «whether Spain at that time stood in relations with the eastern Mediterranean, we are not yet able to say, in spite of statements about Mycenaean types and Cretan and Achaean colonization, proofs of which are for the moment not forthcoming».

(1) *Proceedings of the Society of Antiquaries of Scotland,* XL. 396, where the specimens illustrated in fig. 13, n.os 4c and 5, especially the latter, give a wholly wrong idea of the form most commonly found in South England.

If evidence of intercourse with the Aegean is lacking, one would hardly expect much commerce with Egypt either. But, as we have seen, it seems clear that for some time before 1200 B. C. Egyptian beads were being traded to Britain, and, since we have no evidence of a land-route, obviously they must have travelled by sea. This brings us at once to the beads of similar character associated with the El Argar culture in the province of Almeria, south-eastern Spain.

After I had compared the el-Amarna beads with those from Wiltshire, I decided to compare them also with those from the Siret brother's excavations preserved in Brussels. That test, for which I am indebted to the good offices of Miss Eleanor Price and the courtesy of the authorities of the Musée du Cinquantenaire, produced exactly the same result as that previously obtained at Devizes.

If then my contention in regard to the comparatively short life in Egypt of the particular variety of these beads is correct, their import into Spain must have taken place before 1200 B. C. But it cannot have been a great while before, since at Fuente Alamo (Grave 9) they were found with a double burial of a man and woman, the former of whom was accompanied by a riveted sword, no less than 0. 58 m. long. It presence would seem to preclude ascription of the beads to an earlier period than the 14th century, for it is scarcely probable that any sword of that length could have been made earlier in western Europe. In brief, the Spanish beads point to the persistence of the El Argar culture unmodified except in some unimportant details over a protracted period. But equally they point to a renewal of intercourse with the eastern Mediterranean, with Egypt at any rate, if not with the Aegean, at least a century before the beginning assigned to Period IV in the peninsula. If its beginning is to be marked by this renewal of commerce, then its initial date must be set further back than has hitherto been admitted. The sea-trade which brought the beads to southern Spain must have linked up with that which carried them forward to Britain.

Conde de la Vega del Sella
Profesor honorario del Museo de Ciencias Naturales

Asturienses, capsienses y vascos

El Asturiense es una industria lítica que aparece despues del Aziliense y antes del arribo, a la Costa Cantabrica, del Neolítico.

Los Asturienses, grandes consumidores de mariscos, formaron al pié de sus viviendas montículos de cáscaras, a veces de enormes dimensiones; en la mayoria de los casos estos amontonamientos han desaparecido corroidos por las aguas de lluvia y solo han dejado como testimonio de su existencia algunos mariscos adheridos a las paredes de las cuevas o abrigos, y en el suelo en superficie o levemente soterrados los picos de cuarcita y algun otro utensilio de los que formaban su escaso ajuar. Los detalles reseñados se refieren al Asturiense hallado en la region asturiana y santanderina.

Una atenta inspeccion de estos residuos de alimentacion humana, permiten deducir las condiciones climatológicas de la época de su formacion; se puede determinar que en el primer tiempo, el clima era mas caliente y seco que en la actualidad y posteriormente, proximamente al final de esto periodo, el ambiente fue mas húmedo que en los comienzos.

Todos los detalles apuntados permiten fijar con exactitud el momento en que estos concheros se formaron pues las condiciones climatológicas coinciden rigurosamente com el *optimum post glaciar*. Así el Asturiense forma en un tiempo situado entre el final del Paleolitico (Aziliense) y el arribo del Neolitico (1).

Desde el año 1914 en que se descubrió el Asturiense hasta el presente momento, el area de dispersion conocida de esta industria, se ha extendido considerablemente. Sus limites en la actualidad son: por el E. y N. la costa francesa desde Biarritz donde se encontraron picos asturienses hasta el Morbiland con probable continuacion hacia el N.; por el O. y S. se encuentran en la costa gallega y portuguesa y verosimilmente se extenderan hacia el S.

(1) He señalado en diversas ocasiones la conveniencia de colocar al final de la industria Aziliense la separación del paleolítico y el neolitico; fundamentaba mi opinión en que los utensilios azilienses son netamente paleolíticos, con esta industria termina la vida troglodita y el clima adquiere un regimen aproximado al actual. Creo son estos motivos de primer órden para colocar el jalon y dar por terminados los tiempos paleolíticos.

La costa occidental africana no ha sido explorada en su zona nórdica pero en los paralelos 22 y 23 entre los que se encuentra nuestra posesion Rio de Oro, en la peninsula que forma la bahia y sus proximidades existen concheros y la industria que en ellos aparece, consiste en puntas de flecha de pedicelo central, hojas largas, raspadores, etc., etc. Hasta el presente momento no ha sido hallado ningun tipo Asturiense. La industria de esta localidad pertenece muy verosimilmente a la cultura Sahariense, derivada de la capsiense.

Entre las especies marinas que forman estos concheros se hallan la mayoria de las actuales de la costa y acompañando a estas aparecen profusamente representados los caracoles terrestres. Desprovista la region en la actualidad de toda vegetacion, la existencia de estos caracoles terrestres indica claramente que estos concheros se formaron en una epoca anterior a la desecacion con que hoy la conocemos. Segun mi manera de ver, la ultima epoca humeda de la zona actual desértica debe corresponder con el *optimum post glaciar* (1). De ser esto cierto los concheros de Africa occidental de esto tipo serian coetaneos de los Asturienses.

Todo hace suponer que el Asturiense es una industria de la costa atlántica cantábrica y aunque en el momento actual no podamos deducir el lugar de su origen de una manera cierta, parece como mas probable haya surgido en la region occidental galaico portuguesa donde el pico aparece en abundancia extraordinaria.

Se concibe facilmente que en esta iudustria que se desarrolla en zona tan extensa, los picos que son, puede decirse, el unico instrumento discernible, aparezca en condiciones muy distintas.

He indicado anteriormente la forma en que se encuentran en la region Asturiana y santanderina, generalmente en superficie; en Galicia y Portugal se encuentran en las playas; en ciertas ocasiones se hallan en conjuncion de industrias del paleolítico, como sucede en la playa de Ciriego (Santander) en la que aparece el pico Asturiense junto a hachas tipicamente musterienses; en otras ocasiones se encuentran asociados a utensilios de epocas posteriores, neolitico, enterramientos eneoliticos y de la epoca de los metales, etc.

Es muy posible que haya aparecido el pico durante el paleolitico asi como que se haya prolongado su uso en epocas posteriores, pero creo que en el momento actual este extremo no esta demostrado; la demostracion de la supervivencia o de la precesion en los tiempos del pico Asturiense requeriria el hallazgo repetido de este instrumento en las mismas condiciones y conexiones con materiales de épocas diferentes, lo que aun no ha sucedido. En el momento en que esto se pusiera en claro, facilitaria grandemente la tarea de averiguar los origenes de esta industria y el curso que haya seguido su difusion; solo la estratigrafia podra resolver este problema.

El hallazgo de picos en las diversas regiones, en condiciones tan distintas ha dado motivo a una lamentable confusion en el concepto del Asturiense, involucrando *Asturiense época* con *Asturiense industria.*

---

(1) C. Vega del Sella.—Teoria del glaciarismo cuaternario por desplazamientos polares. Comision de Invest. Paleont. y Prehist.—Memoria n.º 38.

Asturiense época es el tiempo en que se forman los concheros con picos y en los cuales no se encuentra piedra pulimentada, restos de animales domésticos ni cerámica, situados estratigraficamente entre el Aziliense y el Neolitico; es un tiempo del epipaleolitico perfectamente definido dentro de la cronologia relativa prehistórica.

El pico Asturiense es otra cosa distinta, pues el dia que se demostrase su origen paleolitico o bien su continuacion en épocas posteriores, sucederia que desde aquel momento habria perdido el caracter especifico que hoy tiene; en ese caso, al hallar un pico sin conexion con un conchero de la época Asturiense, lo determinariamos diciendo *pico de tipo Asturiense*, reservando el nombre de Asturiense a aquellos que se hallen en concheros de esta epoca. El P. Eugénio Jalhay, en su trabajo «Algunas notas sobre o Asturiense de Galicia», al hablar del hallazgo de picos en union de instrumentos paleoliticos, dice con clara vision del problema «¿Não serão as estações galaico portuguesas preasturienses?», distinguiendo netamente el instrumento tipico, de la época en que se produce.

El trozo de costa que he explorado personalmente abarca unos 100 Km. y comprende la parte oriental de Asturias y la occidental Santanderina.

A pesar de las investigaciones practicadas en la provincia de Vizcaya y de haber hallado algunos yacimientos que contienen concheros, la industria Asturiense no ha sido hallada. En la provincia do Guipuzcoa, talvez debido a falta de investigacion suficiente, tampoco ha sido señalada la presencia del pico Asturiense tan facil de reconocer hasta por los mas profanos. Sin embargo el Asturiense reaparece en la zona francesa de Biarritz y continua por la costa hasta Finisterre, ultimo límite que actualmente conocemos en esa direccion.

En las excavaciones practicadas en la provincia de Vizcaya bajo los auspicios de su Diputacion y dirigidas por los señores T. Aranzadi, E. Eguren y J. M. Barandiaran en la cueva de Santimamiñe (1) (Basondo Cortézubi) hallaron un yacimiento en el cual aparecia un estrato Aziliense y sobrepuesto a este, un conchero que en la parte superior lindaba con un nivel con cerámica y a continuacion otros neoliticos protohistoricos e historicos.

Las especies que formaban este conchero eran proximamente las mismas que se encuentran en los Asturienses aumentadas por otras propias de un estuario del que se surtian de marisco los habitantes de la cueva: las mas abundantes consistian en *patellas, ostrea scrobicularias* y *trochus,* y como en los concheros situados al occidente carece de *littorina* (solo dos ejemplares). La presencia del *trochus* indica claramente su edad postpaleolitica.

La epoca de la formacion de este conchero queda perfectamente determinada dentro del cuadro cronológico relativo; colocado sobre el Aziliense y lindando con el neolitico; es por tanto sincronico del Asturiense y sin embargo en la excavacion no se encontraron los picos y esto mismo sucede en algunas cuevas cercanas en las que tambien existe conchero.

---

(1) Exploraciones de la Caverna de Santimamiñe por T. Aranzadi, J. M. Barandiaran y E. Eguren. — Bilbao. — 1931. — Imprenta de la Ex.ma Diputacion.

La industria litica del conchero de Santimamiñe no se ha hallado hasta el presente momento en las cuevas de Santander y Asturias; en estas, se aprecia

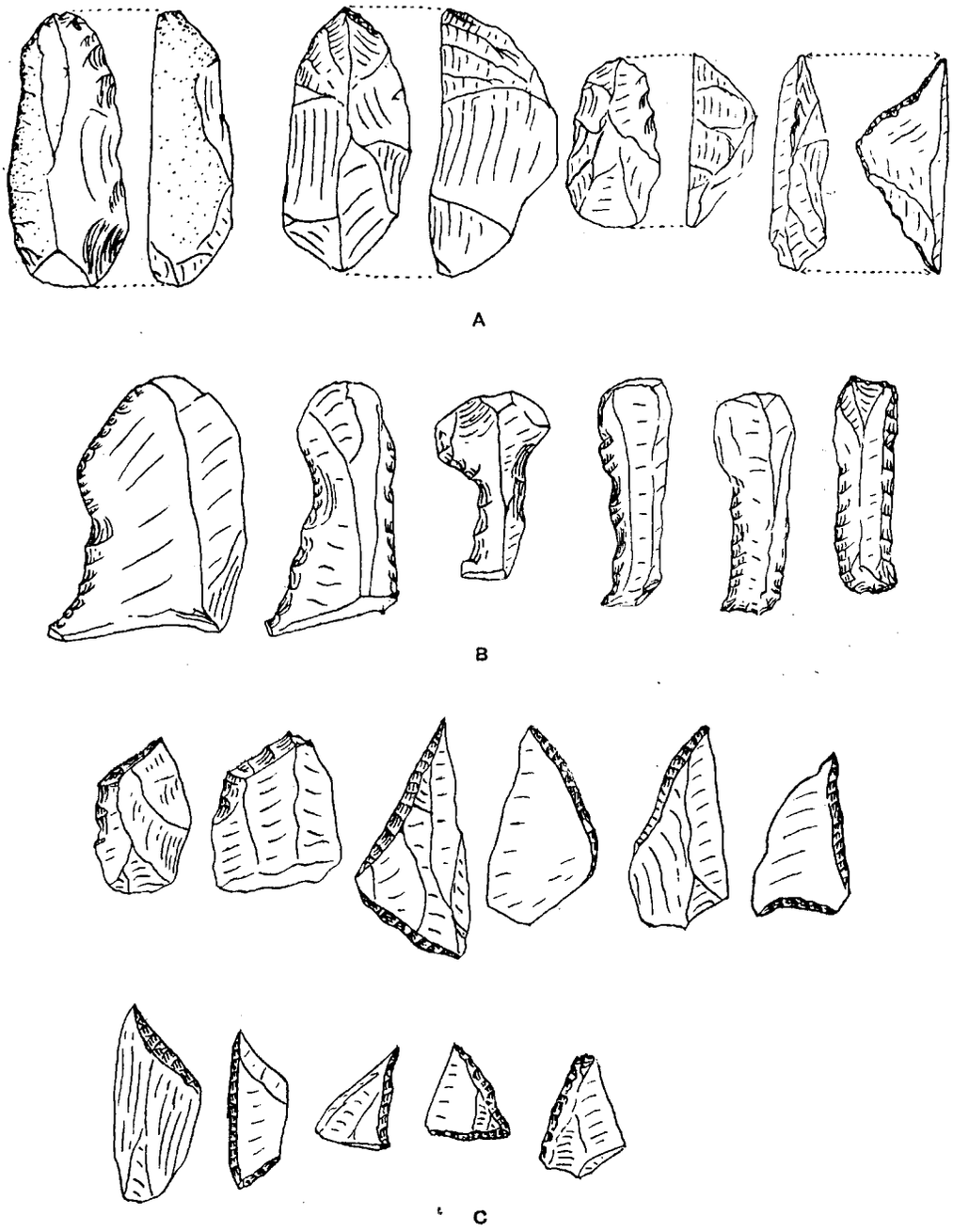


Fig. 1 — Industria de piedra de Santimamiñe, segun los Srs. T. Aranzadi, J. M. Barandiaran y E. Eguren.

al final del Aziliense leves indicios del Tardenosiense consistentes en microlitos de forma geométrica acompañados de otros muchos sin forma definida; este

Tardenosiense creo sea anterior a la formacion de los concheros que estan situados sobre los niveles Azilienses.

La industria del de Santimamiñe puede estudiarse en los dibujos adjuntos entresacados del trabajo de los exploradores de esta caverna; los utensilios tienen mucha mas semejanza con el capsiense que los de otras regiones.

La confirmacion de la ausencia de la industria asturiense en las provincias de Vizcaya y Guipuzcoa y el resultado de la excavacion de esta cueva serian motivos suficientes para suponer con mucha verosimilitud que una invasion capsiense rechazó o absorvió a los Asturienses del epipaleolitico de esta region.

Durante el desarrollo del paleolitico superior en Europa occidental se produce en el N. de Africa la industria capsiense que es una evolucion aparte del auriñaciense inferior analogo en ambas regiones.

Por motivos desconocidos, probablemente climáticos, estos capsienses atraviesan el Estrecho de Gibraltar, penetran en las peninsulas Itálica o Hispánica, se introducen en Francia llegando a Belgica, Inglaterra, Alemania y Europa central, dejando como testimonio de su ruta numerosas estaciones con su industria característica. Parece indudable que se trate de una invasion demostrable por la eliminacion de los asturienses de esta region mientras continuan su camino por el occidente de Vasconia asi como por el N. de la costa francesa. El camino probable que pudo seguir esta intrusion debió de ser el rio Ebro cuyo curso remontarian hasta llegar al Pirineo; el mismo camino que posteriormente seguirán los progenitores de los iberos salidos como los anteriores de las regiones capsienses de Africa del norte.

La comunicacion del N. de Africa y nuestra peninsula que se hizo patente durante el paleolitico franco-cantabrico se hace constante a partir del epipaleolitico, por este motivo existe um paralelismo en la evolucion industrial de ambas regiones.

En la costa cantabrica el final del paleolitico se desarrolla en una forma completamente tranquila; el magdaleniense se transforma en aziliense con gran lentitud; da la sensacion que es el mismo grupo humano que evoluciona *in situ:* aunque el cambio de clima ha debido iniciarse con anterioridad, no se hace perceptible al arqueolago hasta el asturiense en que se ve al *trochus* sustituyendo a la *littorina.* Los lugares que ocupan los asturienses indican claramente su filogenia troglodita, se instalan en la delantera de las cuevas que habitaron los paleoliticos, pero no utilizan su interior puesto que los residuos de su alimentacion forman montículos de tales dimensiones que obstruyen completamente su entrada y en esta region es donde apenas se observa la presencia del tardenosiense que tan marcadamente se acusa en Santimamiñe de donde han sido eliminados los asturienses.

Todos los que han estudiado el pais vasco han advertido en sus habitantes ciertas caracteristicas antropologicas y psiquicas que los diferencian de sus limitrofes y posiblemente esta diferenciacion proceda de este elemento capsiense que debe ser un factor étnico de gran importancia en el pueblo vasco.

Los bereberes ocupan la misma region que anteriormente ocuparon los capsienses, es posible que en esta region del N. de Africa haya habido inva-

siones de elementos nuevos pero de todas suertes la sangre capsiense ha de ser uno de los principales componentes de los habitantes de ese territorio.

Este parentesco de vascos y bereberes explicaria la semejanza de los dolicocéfalos de ambas regiones y su diferencia con los de Europa, observaciones hechas por Broca y posteriormente confirmadas por Virchow.

Por este motivo deben existir ciertas analogias antropologicas y filologicas entre vascos, los iberos y los capsienses, enjambres segregados de la misma region africana.

Alberto Vieira Braga
Do Seminário de Estudos Galegos e da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia.
Director da «Revista de Guimarães»

Influência de S. Tiago da Galiza em Portugal

Profundo apêgo de culto tiveram sempre os portugueses por S. Tiago da Galiza, o Grande Evangelizador de Espanha (1).

De resto, a maior devoção votada pelos povos de tôdas as bandas, pelos povos de todo o mundo, ao Máximo Apóstolo, diante do qual as peregrinações desfilavam em grupos distintos, Nacionalidade por Nacionalidade, sem parança, em longa e pegada fervilheira de horas, dias, noites e meses.

A aspiração palpitante dos peregrinos era velar de noite em tôrno do sepulcro de S. Tiago, e o mais perto possível do altar apostólico. Êste desejo, esta posse, davam lugar a fortes e graves desavenças. Os peregrinos acorriam em grupos numerosos, e consideravam como baliza de honra e testemunho de maior piedade, ocupar aquele ponto mais próximo do Santo. E tão longe subiam, amiüdadamente, o afã e o empenho na disputa dessa almejada e benta ocupação, entre as Nações piedosas, que a violência e o direito das mais fortes tinham de entrar no dirimir da contenda. E não era raro alguns perderem a vida na refrega guerrilheira, correndo por vezes arroios de sangue ao pé do altar do Santo.

A igreja ficava assim profanada, mas por algum tempo, e pouco, visto que o Papa Inocêncio III havia concedido a faculdade para que, em tal caso, qualquer padre a pudesse reconciliar, por um meio fácil e expedito, qual era o de a aspergir com água-benta, de mistura com vinho e cinza.

Os cânticos e as rezas, cada multidão os dizia ao seu modo e no seu falar, implorando aquelas searas de almas, em êxtases de fé, graças e milagres para as suas dôres, para as suas queixas do mundo, para as suas necessidades da vida. Eram o corpo e o espírito naquele mar ondulante, pedindo viver bonançoso e

(1) Grafamos S. Tiago, por ser a forma mais simples e mais popular.
Assim, quando nos referirmos ao Santo, escreveremos S. Tiago, e não a forma clássica Sant'Iago, e quando nos referirmos à cidade Compostelana, escreveremos Santiago.

corrido de morrinhas, salvação e bem-aventurança no Reino dos Céus, quando na morte. Temor e mêdo. Crença e superstição.

O povo, sempre o povo, feito de nada ante a grandeza do mistério e a realidade milagreira, confundido entre sêdas e trapos descosidos, confundido nas lágrimas e sofrimentos, grilhões da vida, que a vida a todos aperta e esmaga, e só a morte desacorda e salva.

Pedir, pedir sempre. Foi castigo que ficou no mundo, acorrentado à Humanidade.

Uns podem pedir esmolas de pão, podem mesmo pedir a Deus a morte aliviadora da fome e da desgraça; outros pedem a saúde, a felicidade, tréguas de sofrimentos, e então a onda dos que pedem corre em feição natural, guiada pela influência mística dos apostolados, para as fontes de maior garantia, para os lugares abençoados onde os milagres se operam, para o seio dos templos e dos Santos de maior fama e maravilha.

Fig. 1 — O Apóstolo S. Tiago.

Cada Nação ali cantava os seus cânticos religiosos ao som de cítaras, violinos, espinetas, liras, tímpanos, flautas, fístulas, harpas e violas. As vigílias eram freqüentes, tornando assim contínuas as solenidades, de portas sempre abertas, tristezas e lágrimas passeadas e vertidas ao redor do templo e do altar do Santo.

Pobres, cegos, mancos e mazelentos, essa legião macabra dos encarangados da vida, bravos e cavaleiros, nobres e prelados, uns descalços, outros carregados de disciplinas, de madeiros e cadeias, de ofertas e votos opulentos outros, tudo ia ter em penitência ou festa à cidade de Compostela, convertida pelos méritos do Santo em fonte perene de saúde para crentes e fiéis.

Com o dobar dos anos e dos séculos, ergueu-se em todos os corações uma tradição corredia em honra de S. Tiago. Chusmas de Reis e Príncipes, de Grandes e Poderosos, de Bispos e Papas, de Cónegos e Abades, ajoelharam diante de Santo tão popular e tão caridoso, em agradecimento e louvor, despejando ali, em acto solene de curvatura penitente e humilde, as coroas refulgentes de brilhantes, os

báculos riquíssimos pontuados de pedrarias, os scetros de marfim, as vestes de púrpura e sêda, as jóias mais ricas, despojos das batalhas, dádivas poderosas dos esponsais, legados dos mortórios, objectos de fina e pura arte, maciços de ouro e prata, todo êsse luxo do mundo, migalhas e farraparias do viver custoso e afligido dêste vale canseiroso de lágrimas. Era um Santo de feição popular e guerreira (1).

Tudo ali, aos pés do Apóstolo, que exerceu uma vida sacrificada de prègação, rodeando a Península e seguindo os famosos caminhos romanos de Itálica, Mérida, Coimbra, Braga, Iria e Lugo, etc., navegando depois pelo Oceano, e correndo todo o Portugal e boa parte da Galiza (2).

As mercês, benefícios, votos, foros e privilégios concedidos a S. Tiago, foram que farte. Eram abundosas as riquezas imóveis, que vertiam constantes pingues de rendimento para a grandiosa catedral e cabido Compostelanos.

Mosteiros, Colegiadas, Corarias, Reis e Estados, Nobres e Fidalgos de quási todo o mundo, fizeram doações de terras, aldeias, vilas, palácios e casebres ao Patrão das Espanhas.

Em testamentos de ricos e remediados, grandes somas legadas caíram nos arcazes daquele templo. O ouro esteve fartos anos canalizado para Espanha, no peregrinar santeiro da gente cristã. Portugal emborcou também muita riqueza e muito dinheiro por Santiago.

Do nosso clero, nobreza e povo, muitas dádivas, muitos votos e círios para lá seguiram em calcorreadas de penitência e romaria.

O culto era esplendoroso, estonteante, e a tradição posta em marcha entre meadas de lendas e superstições, reveladoras dos milagres e poderios do Santo, ecoou por essas lonjuras, maravilhou as gentes e fanatizou os povos.

Estabeleceu-se a corrente, distendeu-se a feição lendária, e as gerações passadas, que viviam muito da luxúria e do fausto, tinham a necessidade espiritual de procurar por longe, para retempêro e salvação das almas, um refúgio aturdido de litanias e salmos, por longe, onde os corpos sofressem o castigo das longas jornadas e dos forçados jejuns.

S. Tiago, que morava para essa banda encolhida da Galiza e fôra um evangelizador de palavra sugestiva, um caminheiro feliz de boas doutrinas,

---

(1) *Apostollo Santiago*
Caualleiro mujto honrrado,
Antre os moouros,
muy esforçado,

Ver a lenda dêste canto, no vol. 5 da *Rev. Lusitana*, a págs. 232 e seguintes. Narra o aparecimento de S. Tiago a um bispo que pusera em dúvida o referido santo tomar parte nos combates que se travaram entre cristãos e mouros.

Santiago de Galicia,
espello de Portugal,
axudádem'á vencer
esta batalla real.

(*Cancioneiro Pop. Gallego*, por José Pérez Ballesteros, tomo III, pág. 275).

(2) *Historia de la Santa A. M. Iglesia de Santiago de Compostela*, por D. Antonio López Ferreira, tomo I, págs. 40 e 41.

foi o eleito, foi o escolhido para o peregrinar abstinente das gentes de àquém e além mar e terra.

Deixou vincada a sua personalidade beatífica nos discípulos mais queridos, entre êles o nosso S. Torcato, que a lenda reza ter sido o primeiro Bispo da cidade de Acitania (Citânia) e depois Arcebispo de Braga, quando esta cidade era a capital galega, e que o acompanhou pelas jornadas de Jerusalém, e S. Pedro de Rates, primeiro Bispo de tôda a Espanha. Ràpidamente criou, pela voz do povo e pelas romarias dos católicos, uma celebridade pouco igualada.

Em Braga realizaram-se pelo menos quatro importantes Concílios: em 561 572, 675 e 1261. Desde muito cedo, porém, as contendas entre os Arcebispos de Santiago e de Braga e os Bispos de Coimbra, Lamego, Viseu e *Egitânia* (1) (hoje Guarda), Pôrto, Lisboa e Évora, levantaram-se sob várias formas e sôbre diversos assuntos, mas na maioria sôbre jurisdição metropolitana, tendo em muitos casos surgido a intervenção dos Reis de Portugal e os decretos Pontifícios (2).

Por vezes mudava o cariz e os tempos amainavam.

Assim é que em 1096 D. Henrique de Portugal faz doações ao Cabido, pondo o seu govêrno e os seus estados sob a protecção do Patriarca das Espanhas, visitando com êste objectivo, em fins de 1097, e em penitente romaria, *causa orationis,* S. Tiago. Vê-se, afirma o douto López Ferreiro, como ràpidamente a Nação Portuguesa começou a venerar o Apóstolo S. Tiago e a visitar a sua Santa Casa (3).

Logo em 1102, D. Diego, Arcebispo de Santiago, faz uma visita às igrejas que em Portugal tinham sede Compostelana, por concessão de Afonso III e de Ordonho II.

Ao aproximar-se de Braga, fez-se anunciar ao Arcebispo S. Geraldo, o qual, precedido do clero e povo, foi ao seu encontro, recebendo-o com as mais sinceras demonstrações de afecto, e conduzindo-o depois processionalmente até à igreja, onde celebrou missa. Ficou seu hospede de destaque e honraria.

No segundo dia despediu-se do clero de Braga, e acompanhado de S. Geraldo, partiu para a paroquial de S. Vítor, hospedando-se com seus familiares no palácio que ali tinham os Bispos Compostelanos. Depois visitou as paróquias daquele contôrno, que estavam sujeitas à sua jurisdição, convocou os familiares da sua confiança e dirigiu-lhes a sua palavra: «Que viera ali para restaurar e ordenar o que estivesse arruïnado e descomposto naquelas igrejas e fazendas. Que todos observavam como vários Corpos Santos que há nestas igrejas tinham lugares

---

(1) Diz João Bautista de Castro, no vol. I do seu *Mapa de Portugal,* a pág. 19, que Egitânia foi no sítio de Idanha-a-Velha, uma cidade nobilíssima no tempo dos Romanos. Ver sôbre o assunto as *Memórias do Bispado da Guarda,* por Manuel da Silva Leal, págs. 14 e segs.

(2) Ver da obra citada de López Ferreiro, os tômos IV, págs. 143, 176 e segs.; 325 e segs.; V, págs. 29 a 31; e tômo VI. E a *Monarchia Lusitana,* de Fr. Bernardo de Brito, 4.ª parte, livro XV, capítulo XXIV, pág. 211 e segs.

(3) *Idem, idem,* tômo III, págs. 195 a 197. Sôbre os privilégios concedidos por D. Henrique aos habitantes de *Corneliana,* ver no mesmo tômo o doc. n.º X (ano 1097) dos Apêndices.

pouco decentes. ¿Não deveriam ser trasladadas estas preciosas Relíquias à sede Compostelana, para ali gozarem veneração devida? Se esta ideia merecesse aprovação, a poderiam pôr em prática, mas com todo o sigilo, porque a gente da terra é arrebatada, e, se chega a perceber esta trama, se levantará contra nós».

Assim falou, e todos concordaram, encomendando a Deus o bom êxito da emprêsa.

No dia seguinte, de manhã, mandou D. Diego fazer uma escavação do lado direito do altar-mor de S. Vítor. Apareceu logo um sarcófago de mármore, primorosamente lavrado. Aberto, logo surgiram duas caixas de prata, tendo uma as Relíquias de N. S. Jesus Cristo, e a outra Relíquias de muitos Santos. Fechadas e seladas, entregou-as D. Diego aos seus clérigos, para que as custodiassem.

Na manhã seguinte dirigiu-se à próxima igreja de S.ta Susana, virgem e mártir, celebrou missa com tôda a devoção, e revestido dos sagrados ornamentos, acercou-se dos toscos sepulcros dos santos mártires Silvestre (1) e Cucufate, tomou seus restos venerandos, e envolveu-os num lenço branco, para que com todo o segrêdo se guardassem na câmara episcopal do palácio de S. Vítor. O mesmo se fêz com o corpo de S.ta Susana, que estava depositado na igreja.

Dois dias depois encaminhou-se à igreja de S. Frutuoso (que havia sido fundada pelo mesmo Santo) e com ânimo tirou as Relíquias do glorioso Metropolitano de Braga.

Aquela noite, D. Diego, com o gôzo de possuír tão rico tesouro e com o receio de o perder, não conciliou o sono, esperando impacientemente o dia, para trasladar tantas riquezas à vila *Corneliana,* que ficava mais para o Norte, nas margens do Lima. Grandes foram as precauções que haviam tomado seus confidentes. Já em *Corneliana*, começou a transpirar alguma coisa do que se passava. Receoso com os rumores, D. Diego despachou com tôda a pressa o Arcediago Hugo por caminhos ocultos e extraviados, conduzindo as Sagradas Relíquias até Tui, ficando êle com a comitiva em *Corneliana,*

Entrava o mês de Dezembro, quando Hugo chegou às margens do Minho. Três dias havia que o caudal do rio aumentava, não havendo barca que se atrevesse a passar a impetuosa corrente. Mas ao acercar-se das margens o Sagrado Depósito, quási de repente se restabeleceu a calma, e suavemente a barca condutora marchou à magem oposta.

De igreja em igreja e de mosteiro em mosteiro, ao cabo de dez dias D. Diego alcançou seu ansiado Tesouro, caminhando com êle, já sem reservas, em direcção de Santiago. Uma légua antes de chegar, foi organizada uma procissão para a entrada solene na cidade.

Formaram-se alas; o Bispo presidiu e na retaguarda muito povo, entoando hinos e cantos de alegria e júbilo, até as Sagradas Relíquias entrarem na Catedral (2).

---

(1) No tômo VIII da obr. cit., a pág. 194, fala-se numa preciosa urna coberta de esmaltes em que se achava o corpo de S. Silvestre e que D. Gelmirez levou para Santiago.

(2) *Idem, idem*, tômo III, págs. 221 e segs.

Êste esbulho sagrado deu sempre muito que falar, levantando acesas lutas, até que em 1590 viu-se o Cabido Compostelano envolvido num grave conflito. Na sessão de 24 de Dezembro entrou o cónego de Braga Alvaro Suárez apresentando cartas do Rei Filipe II, da Imperatriz D. Maria, viúva de Maximiliano II, de seu filho o Cardial Príncipe Alberto, Regente de Portugal e do Arcebispo de Braga, «*en las cuales se apoyaba su petición de alguna parte de las Reliquias de San Fructuoso*».

«*El Cabildo acordó encomendar el negocio a Nuestro Señor para que los iluminase, que se difiriese la resolución y que entretanto se celebrasen Misas implorando luz para mayor acierto. Por entonces la resolución no debió ser favorable á los deseos de la Iglesia Bracarense; la cual sobre este asunto movió cuestión á la de Santiago. Es de creer, no obstante, que la cuestión terminase satisfactoriamente, toda vez que en ella se hallaba interesada la autoridad del Monarca*» (1).

Templo — Materiais e Artistas portugueses:

D. Afonso fêz transportar do Pôrto, para a reedificação do Templo de S. Tiago, muitas peças, como silhares, bases, colunas, capitéis de mármore, etc. «*Hallábase precedida la puerta por un pórtico sostenido, por lo menos, por dieciocho columnas de mármol de las que vinieron de Oporto*». — *Vel alias columnas sculptas, supra quas porticus imminet de oppido portucalense ratibus deportatas adduximus quadras et calcem, unde sunt aedificatae columnae decem et octo, cum aliis columnelis marmoreis simili modo navigio* (2).

— No ano de C. 899 foi publicado um diploma outorgado por D. Afonso III, no dia da consagração da Igreja Compostelana:

«...*uillam Valliga, que est iuxta sedem hiriensem cum terminis et adiacentiis suis uillam que est iuxta fluuium Aleste territorio bracharensi ubi ecclesia, sci. Victoris est fundata cum uicis suis. id est Efigies. Murgotos. Palatium et per terminos de «Lamazares», quam nuper Pelagius filius Petri per nostram ordinationem extirpe prehendit, etc., etc.... Victoris domum et Brachara iuxta fluuium Aleste cum omnibus terminis suis. Omnes has uillas cum omnibus mancipiis nostris habitantibus in eis intus et foris, necnon et familiam sce. Eulaliæ iriensis Sedis. Monasterium sci. Fructuosi episcopi, in locum Monteselios iuxta Bragara, et Dumio cum terminis et adiacenciis suis; uillam Carcatiam integram cum ecclesia sci., etc., etc.... In territorio conimbriense uillas, id est, uillam in ripa de fluuio Viaster cum ecclesia sci. Martini, et uilla Crecemiri, siue iuxta fluuium Certoma uillam cum ecclesia sci. Laurentii et tertiam portionem de uilla Trauazolo inter Agata et Vauga*», *etc., etc....* (3).

— À consagração da igreja Compostelana, que foi a 6 de Maio de 899, compareceram os Prelados: *Nausto* de Coimbra, *Argemiro* de Lamego, *Teodomiro* de Viseu, *Gumado* do Pôrto e *Argemiro* de Braga. — *Naustus conimbriensis, Argimirus lamecencis, Theodemirus uesensis, Gumadus portucalensis, Argimirus bracharensis* (4).

---

(1) *Idem, idem*, tômo VIII, pág. 336.
(2) *Idem, idem*, tômo II, págs. 184 e 187.
(3) *Idem, idem*, tômo II, págs. 47 e 48 dos Apêndices.
(4) *Idem, idem*, tômo II, págs. 51 dos Apêndices.

— Pela Páscoa de 1211, foram a Santiago assistir a uma grande festa de carácter nacional, onde tomaram parte muitos Bispos e Magnates do Reino, os Prelados *D. Suero, de Évora, D. Suero, de Lisboa e D. Pelaio, de Lamego* (1).

— D. Gutierre doou um terno completo para o altar de S. Tiago, e notando a necessidade que tinha o lugar onde se encerrava o SS. Sacramento, legou em seu testamento 150:000 maravedis para seu adôrno e embelezamento, a qual obra devia ser feita com jaspes de Portugal, enviados com licença de El-Rei D. Manuel (2).

— Já em 1504 D. Manuel, a instâncias de D. Diego de Muros, havia dado licença para levar de Setúbal os jaspes que necessitassem para a obra de embelezamento do Altar de S. Tiago. De sua espôsa D. Isabel, filha dos Reis Católicos, se acredita seja o coxim que se guarda na capela das relíquias (3).

— Em 1587, encontrando-se em Santiago o pintor português *Francisco Suárez,* resolveu o Cabido encarregá-lo de renovar e voltar a pintar os milagres que estavam detrás do altar-mór de S. Tiago.

« Se le encargó también que pintara, ó más bien retocara la « Ascensión », frente á la capilla del Rey de Francia. De estas tablas, que estaban en los intercolumnios, si bien en mal estado, aun se conservan dos; la una, de un lado tiene la « Adoración » de los Reyes, en la cual es de notar la espiritual y delicada expresión del rostro de la Santísima Virgen, y de otro lado la Resurrección del Señor; y la otra de un lado la patética Crucifixión que hoy se admira en la Capilla de las Reliquias, y del otro lado justamente la « Ascensión », que deve ser la que pintó Francisco Suárez » (4).

— A 17 de Outubro de 1637 entregou o Cabido a obra de pintura e douramento do retábulo, por 3:000 ducados, aos pintores Francisco Velázquez e Francisco Rodriguez, de Valladolid, e a *Nicolás Correa da Madureira,* português (5).

— No ano 1669 fôram de Portugal: 469 palmos e meio de jaspe lavrado e polido; 350 e meio de jaspe negro e 146 colorido e branco; 6:992 palmos de mármore e jaspe negro e azul, colorido e branco, que desdobrados à serra deram 13:984 palmos, que fôram de Lisboa. (Cada palmo ficava a real e meio de prata). Mais de 20 quintais e meio de palo rosa, etc. Fôram também bronzes lavrados e por lavrar para o mausoléu, gastando-se com êles e com o oficial português que foi dourar a obra, 4:314 reais de prata.

— No ano de 1671 foi um barco de jaspes para a obra da Capela-mór, por 11:739 reais de prata. *« Ocho chapas grandes del bucelón del mausoleo del Altar mayor y la esclavina de plata del Santo Apóstol, 7:097 reales de prata. A Luarte* (sic.) *Juan, portugués, dorador de fuego, que vino de Lisboa a trabajar en la obra de bronce dorado a fuego del tabernáculo, y estuvo trabajando desde 9 de Abril de 1670 hasta fin de Mayo de 1671, 1:232 reales de prata* (6).

---

(1) *Idem, idem,* tômo v, págs. 54 e 56.
(2) *Idem, idem,* tômo vii, págs. 411 e 412.
(3) *Idem, idem,* tômo vii, nota da pág. 415.
(4) *Idem, idem,* tômo viii, pág. 398. Ver também a nota 1 da pág. 402.
(5) *Idem, idem,* tômo ix, pág. 96.
(6) *Idem, idem,* tômo ix, pág. 198.

—Em 1717 vieram a Lisboa comprar mais jaspes, mármores e muitas outras coisas de estimação, para as obras da capela de N. S.ra do Pilar. Depois passaram de Lisboa às montanhas de Arrábida, onde se colhe o jaspe chamado *apinhoado,* encomendando grande porção, etc., etc., etc.... (1).

—Para a riqueza espaventosa e deslumbrante das procissões, onde figuravam carros argênteos na condução dos círios, foram muitos panos de «*laa dos Regnos de Francia e Portugal*» e sêdas custosas da India Portuguesa.

—Em Novembro de 1689, resolveu o Cabido mandar o cónego Montenegro a Portugal, buscar o necessário para vestir os 16 lacaios, 16 pajens e 6 capelães, que haviam de acompanhar os Prebendados que à Corunha iam dar as boas-vindas a S. M. (2) Em 1792 foi chamado um polvorista de Portugal, para a elaboração do fogo de artifício de uma grande festança em Santiago (3).

Doações, foros e ofertas:

—No ano de C. de 883 (era de DCCCCXXI), em 17 de Agôsto, «*D. Alfonso III confirma á esta Santa Apostólica Iglesia en la posesión de lo que en Portugal le habían donado el presbítero Cristóbal y Romarico Cerva.*»

«...*Quod monasterium situm est in locum montelios inter monasterium dumiense atque suburbio bracharense quod ab antico cognoscitur fore in sci. saluatoris fundatus honore*», *etc., etc., etc.* (4)

—No ano de C. de 898 (era de DCCCCXXXVII), em 30 de Dezembro, D. Afonso III doou à igreja de S. Tiago várias vilas no território de Coimbra:

«...*pro uictu monachorum, pro subsidio pauperum et susceptione peregrinorum siue aduenum uillas in suburbio coninbriense quas nuper dominus de manu gentilium abstulit et sancta uestra intercessione*», *etc., etc.* (5).

Neste mesmo ano de 898, D. Afonso fez outras novas doações: *en el território de Braga una villa en donde estaba fundada la iglesia de S. Victor, á orillas del rio «Aleste», con los lugares á ella anejos, «Efigies», «Murgoros» y «Palatium», la villa de «Molendinis», entre Braga y la iglesia de S. Victor* (6).

---

(1) *Idem, idem,* tômo IX, pág. 173 e segs. dos Apêndices.

(2) *Idem, idem,* tômo IX, pág. 220.

(3) *Idem, idem,* tômo XI, pág. 71.

(4) *Idem, idem,* tômo II, pág. 29, dos Apêndices.

—D. Afonso III, foi um dos reis das Astúrias e Leão (o décimo) que em tempo dos Mouros começaram a conquistar e governar Portugal. Era chamado o *Magno,* pelas grandes vitórias que alcançou dos mouros e sumptuosos templos que edificou e esmolas que deu. Em Portugal reedificou muitas cidades arruïnadas: Braga, Pôrto, Chaves e Viseu. Sabendo que seus filhos o queriam despojar do mando, para os não vencer pela violência, repartiu o Império, e deu a D. Garcia o govêrno de Leão, Oviedo e Castela, e a D. Ordonho, Galiza e Portugal. Governou 44 anos, desde 866 a 910 (*Mapa de Portugal,* por João Bautista de Castro, tômo I, pág. 276).

(5) *Idem, idem,* tômo II, pág. 44 dos Apêndices.

(6) *Idem, idem,* pág. 195.

— No ano de C. de 911 (era de DCCCCXLIX), em 20 de Abril, D. Ordonho II, rei da Galiza, faz à igreja de S. Tiago e ao seu Bispo Sisnando I, ricas doações em vilas e servos:

«...*Adicimus in territorio bracharense ecclesiam sci. iohannis in ripa de aue cum sua uilla uel adiacencia, cum cunctis prestationibus suis, quantum ibi honoricus abba obtinuit. et nobis per scripturam*», etc., etc. (1).

«...*y D. Ordoño, en compensación de las 500 monedas, donó la villa de Santo Tomás de «Corneliana» (Cornelhá, en Portugal), á orillas del Limia*» (2).

— Foi no ano de C. de 915 (era de DCCCCLIII), em 30 de Janeiro, que D. Ordonho II e sua espôsa D. Elvira, doaram a S. Tiago a vila de *Corneliana* cêrca de Ponte-de-Lima em Portugal:

«...*placuit nobis ut contestaremus uillam pro eis loco sancto uestre ecclesie sicut et contestamus, id est uillam quam uocitant cornelianam territorio gallecie secus flumen limie cum ecclesia sci*», etc., etc. (3).

Dona también D. Bermudo otras trece aldeas que estaban de la otra parte del Miño en Portugal (4).

No ano de C. de 1065 (era de MCIII), em 10 de Março, D. Fernando I confirma foros e privilégios de que gozava a igreja Compostelana em vários lugares e vilas de Portugal... *in uillas corneliana, bracara, montelios, uillela colina*... (5)

No ano de C. de 1066 (era de MCIV), em 25 de Junho, a Infanta D. Urraca concede à igreja de S. Tiago várias vilas, igrejas e «*posesiones en valle de Vez, en Portugal, con la condición de que, mientras ella viviese habia de gozar á medias con los Clérigos del «Lugar Apostólico» de los frutos de dichas haciendas*» (6).

No ano de C. de 1097 (era de MCXXXV), em 9 de Dezembro, D. Henrique, conde de Portugal, concede vários privilégios aos habitantes de *Corneliana* (Cornelhá), vila própria da igreja de S. Tiago (7).

Em 18 de Agosto de 1263 resolveu o cabido que quando viesse a Santiago algum rei de Castela ou Portugal, ou algum grande personagem, se gastassem 200 soldos ou mais em preparativos de recepção.

---

(1) *Idem, idem*, pág. 65 dos Apêndices.

(2) *Idem, idem*, pág. 245. — Vila Corneliana ou Cornelhá, é hoje a freguesia de Correlhã, em Ponte de Lima.

(3) *Idem, idem*, pág. 86 dos Apêndices. — Neste mesmo tômo II e a pág. 87 dos Apêndices, vem outro documento (n.º XXXIX do ano 915) que fala na vila *Corneliana:* ...«*et damus in ripa Limie villam, quam vocitant Corneliana cum viculis,*» etc., etc.

— D. Ordonho II, filho de D. Afonso III, foi um dos reis das Astúrias e Leão (o décimo-segundo), que em tempo dos Mouros começaram a conquistar e governar Portugal. Morto seu irmão D. Garcia, foi aclamado rei pelos Bispos e Principais do Reino. Combateu a cidade de Beja, que era a mais opulenta que os Mouros ocupavam, e a ganhou matando tôda a gente da guarnição. Pôs grande terror aos bárbaros. Governou de 913 a 923. (*Mapa de Portugal*, por João Bautista de Castro, tômo I, pág. 277).

(4) *Idem, idem*, tômo II, pág. 401.

(5) *Idem, idem*, pág. 242 dos Apêndices.

(6) *Idem, idem*, 528.

(7) *Idem, idem*, tômo III, pág. 41 dos Apêndices, doc. n.º X.

A êste período do capítulo v do tômo v acrescenta uma nota:

«...*En efecto, en el año 1244 había venido el Rey de Portugal á Compostela, y el 3 de Agosto del mismo año por remedio de su alma á honra del Apóstol y como demonstración de afecto al Arz. D. Juan Arias y al Cabildo Compostelano, confirmó todo lo que su padre D. Alfonso II, su abuelo D. Sancho I y su bisabuelo D. Alfonso I, habían donado á la Iglesia del Apóstol, y en especial las villas de Cornellá, Monquin y Nogueira, á las cuales, para mayor seguridad, acoge bajo su amparo, prohibiendo que ningún caballero tenga sobre ellas «maladia» ó encomienda»* (1).

Em 1-7-1261, celebrou-se em Braga um Concílio, a que assistiram os Bispos e Abades da antiga província galega.

É importante e curioso o que a respeito das confirmações de posse do que a igreja Compostelana tinha em Portugal, vem no tomo v, a páginas 221 a 224 e 244.

Ao Concílio provincial de Salamanca, que reüniu em 24-3-1335, assistiram os Bispos da Guarda, Lamego e os representantes dos de Lisboa e Évora.

Os Monarcas Portugueses continuavam a dispensar ao Cabido Compostelano as mesmas atenções e deferências de sempre.

Em 1463 renovou o Cabido um fôro de uma vinha chamada Pedra da Estrema cêrca de Lisboa, que havia feito «*á la noble et vertuosa senora doña Filipa prima do muy noble et virtuoso principe Rey et señor don Alfonso Rey de dicho Regno (Portugal).*

A pensão que D. Filipa devia pagar pela vinha ascendia a 140 florins de ouro, pagos no dia de S. Tiago. A 20 de Abril de 1463 o Rei de Portugal D. Afonso v escreveu ao Cabido Compostelano agradecendo-lhe esta nova concessão e oferecendo-se por sua prima D. Filipa àcêrca do pagamento da pensão e cumprimento das demais condições do contrato (2).

—Em 1518 o capitão da Índia Portuguesa, *Alonso Albuquerque*, deixou em seu testamento uma lâmpada para o altar de S. Tiago (3).

—Em 1548 *Simón Alvarez*, guarda da Fazenda de El-Rei D. João III de Portugal, enviou a Santiago 10 coroas e 350 mrs. que havia legado um seu irmão morto na Índia (4).

—Em 1559 *Alonso de Acuña*, Governador da Índia Portuguesa, enviou a S. Tiago uma lâmpada de prata de 60 marcos, e no ano seguinte outro fidalgo português ofereceu outra lâmpada (5).

---

(1) *Idem, idem*, tômo v, pág. 166, nota n.º 2.

—D. Bermudo (deve referir-se a D. Bermudo III), foi o vigésimo-primeiro rei das Astúrias e Leão. Foi príncipe de grande ânimo, porém infeliz nas guerras. Governou de 1027 a 1038.

—D. Fernando o Magno, foi vigésimo-segundo rei das Astúrias e Leão. Deveu-lhe Portugal a restauração das suas terras desde o Douro até o Mondego. Governou 29 anos, desde 1038 a 1067. (*Mapa de Portugal*, por João Bautista de Castro, tomo I, pág. 230).

(2) *Idem, idem*, tômo VII, págs. 413 414. Ver também nota n.º 3 da pág. 234.

(3) *Idem, idem*, tômo VIII, pág. 434.

(4) *Idem, idem*, tômo VIII, pág. 436.

(5) *Idem, idem*, tômo VIII, pág. 437.

—Em 1633 «*el veciño de Lisboa Jorge Gómez Alonso envió una gran lámpara de plata con seis balaustres y, además, 1.500 reales en plata y oro para que se impusiésen para aceite*» (1).

—Em Agôsto de 1784 chegou a S. Tiago a magnífica lâmpada da Raínha de Portugal, D. Maria. Foi encarregado de fazer a entrega um Ouvidor do Pôrto, filho do capitão-general da dita cidade, que trazia consigo uma escolta portuguesa, a qual em Valença do Minho foi por ordem de Carlos III substituída por uma escolta espanhola.

Esta lâmpada levou dous anos a fabricar (2), e foi doada para renovar a que havia oferecido D. Manuel I. Tem de altura 18 palmos, e 16 de circunferência, pesa 11 arrôbas de prata, primorosamente lavrada em Lisboa.

—As rendas e os votos que o Cabido Compostelano tinha em Portugal, foram alguns anos desviados, desde o scisma do Ocidente, negando-se os portugueses a satisfazê-los.

A 17-1-1422 foi publicado um édito Papal que emprazava o Conde de Barcelos, *João Gomes da Silva, João Alonso de Nulide* e outros, para comparecerem na Cúria de Roma e fundamentarem as razões do não cumprimento das possessões, jurisdições, rendas e votos que reclamava o Cabido de Santiago.

Pela carta que na vila de Avis escreveu o Rei D. Duarte, em 13-7-1438, contestando a do Cabido, parece que a favor dêste se resolveu a questão. Anunciava D. Duarte que enviara a Santiago «*Afom Anes, su contador em Oporto, para tratar acerca de los votos de las Diócesis bracarense y portuense*», *etc., etc.* (3).

Em Portugal, El-Rei D. Eduardo († 1438) fêz justiça às reclamações do Cabido de Santiago, e ordenou a devolução dos bens retidos pelo Duque de Bragança.

—«*Su hermano D. Pedro, Duque de Coimbra, del cual se dice que recorrió las «siete partidas», no pudo menos de comenzar por visitar al Patrón de los viajeros, Santiago. Siendo Regent, del Reino en la menor edad de su sobrino Alfonso V, su cortesano Juan de Serpe, vecino de Lisboa, fundó en la Catedral compostelana un aniversario, que se celebraba el 20 de Abril de cada año*» (4).

—Em 1446 as mesas arcebispal e capitular deram em fôro a *João Lisboa,* secretário do Duque de Coimbra, por os dias da sua vida, todos os votos, rendas e direitos que a igreja tinha em Rivadecoa (Portugal), por a pensão de 25 doblas; já no ano de 1444, a 30 de Janeiro, se havia aforado por 20 coroas anuais, o casal da vinha da *Rosa,* em Rivas de Alenquer, que antes havia tido o Bispo de Coimbra *D. Álvaro Ferreira.* Em cabido de 19-12-1438 se deu poder «*al racionero Gómez Ballo para que cobrase de Alonso Yans, contador del de Portugal, 250 florines por los Votos de Braga y Oporto*» (5).

---

(1) *Idem, idem,* tômo IX, pág. 333.

(2) *Idem, idem,* tômo XI, págs. 39 e 40. Aquela lâmpada tem duas inscrições que podem lêr-se a págs. 16 e 17 dos Apêndices do vol. XI. Neste mesmo tômo e a págs. 157 a 159 dos Apêndices, vem uma relação de tôdas as lâmpadas portuguesas oferecidas, e que são as anotadas acima.

(3) *Idem, idem,* tomo VII, pág. 94, incluindo a nota n.º 1.

(4) *Idem, idem,* tômo VII, págs. 164 a 166.

(5) *Idem, idem,* tômo VII, págs. 165 a 166. —Nota n.º 1. Ver também pág. 177.

— Em 1467 foram aforados a *Fernán Téllez* e a *Juan de Silva* os votos de Braga e Coimbra por 100 doblas de ouro, a pagar anualmente e durante suas vidas. O mesme *Benito López* aforou aos mencionados *Téllez y Silva* os votos do Pôrto por 60 florins (1).

Visitantes e Peregrinos:

— Morto seu espôso El-Rei D. Dinis, entregou-se por completo a Raínha Santa Isabel de Portugal, aos exercícios de piedade, não desprezando o que por aquela época era comum e freqüente — as peregrinações a S. Tiago.

Pelo verão de 1326, acompanhada de pessoas da sua maior confiança, dirigiu-se a Santiago. Visitou os lugares que em vida e na morte S. Tiago dignificou com a sua presença e com os seus milagres. Entretanto o dia da grande festa chegava, e Santa Isabel, que resolvera assistir a ela, ao chegar o momento mais solene da missa, que celebrava o Arc. D. Berenguel,

«*hizo muestra de los donos que ofrecía al Santo y á su Iglesia*». «*Presentó la riquísima corona, cubierta de piedras, de inestimable valor, y los vestidos bordados de perlas y esmaltados de piedras preciosas, de que ella solía usar en los actos de Corte durante la vida de su esposo. Presentó, además, toda la rica vajilla maravillosamente labrada, que se ponía á sua mesa en las fiestas de Palácio; muchos paños de brocado en que estaban bordadas las armas de Portugal y Aragón; varias vestiduras y ornamentos sagrados, tejidos de oro y seda; y por último, otras muchas oblaciones y limosnas en numerario. Regaló también una mula, lujosamente enjaezada, cujo freno era de oro e plata y estaba cuajado de piedras preciosas*» (2).

Ao despedir se de S. Tiago, o Arcebispo ofereceu-lhe como recordação uma escarcela e um bordão coberto de chapas de cobre dourado, adornado com conchas, bordão que nas mãos da Santa, fêz grande número de prodígios, sendo à sua morte depositado sôbre o ataúde.

— No ano de 1335, quando completava 64 anos de idade, repetiu a romaria, «*en que la devoción y la humildade quedasen igualmente satisfechas, y una de otra no celosas*».

Efectivamente, saíu a Raínha Santa de Coimbra, coberta de toscos vestidos, com reduzida comitiva, e empreendeu a pé a viagem a Santiago, procurando que todos dissessem, para assim todos o acreditarem, que era uma mulher do povo que com outras ia cumprir as suas devoções. E conseguíu-o, pois ignorando que tratavam com uma Raínha, socorriam-na como uma mendiga (3).

— Em 1336, poucos dias antes da festa principal do Santo, voltou a visitar Santa Isabel todos os lugares assinalados pela devoção de S. Tiago (4).

---

(1) *Idem, idem*, tômo VII, pág. 337.

(2) *Idem, Idem*, tômo VI, pág. 298.

(3) *Idem, idem*, tômo VI, pág. 297 e seguintes. Neste mesmo tômo e a págs. 83 a 85 dos Apêndices, vem o documento (n.º XIX) em latim, relacionando as duas peregrinações da Rainha Santa Isabel de Portugal.

(4) *Idem, idem*, tômo I, págs. 43 e 45.

— No ano de 1502 esteve em Santiago, como peregrino, o Rei de Portugal D. Manuel, o Afortunado:

« D. Manuel profesaba particular afecto al Deán D. Diego de Muros; y acaso á instancia de éste estando en Coimbra expidió el 12-10-1506 un albalá por el cual declaró libre de sisa, décima y portage á todos los materiales que para el Hospital de Santiago se sacasen en caravellas de su reino; asi pedreria branca de verride, terra de S.ta Cruz. . e asy jaspe de Setuvell...» «Esta exención se hizo extensiva — añade el Sr. Villa-amil-dos años después, en 1508, al pago de décima por el pan y carne que llevasen de Galicia los canteros que fuesen á sacar piedra á Mondego».

— D. Sancho II também foi algumas vezes de peregrinação até Santiago.

— Em 1501 D. Manuel, *« muy alto e muy ycelente Rei de Portugal»* ofereceu, movido de grande devoção que tinha pelo Santo, uma lâmpada de prata, grande, comprida e de muita perfeição. Em 1523 foi por D. João III de Portugal, mandada limpar e compor.

D. Manuel havia encomendado de prover de azeite e manter acesa esta lâmpada, a D. Catarina Sarmento, neta do regedor de Pontevedra. Depois D. João III, encarregou dêste serviço outras pessoas.

De entre as numerosas lâmpadas de prata, oferecidas por célebres potentados, que ardem diante de S. Tiago, a mais rica e artística é a que ofereceu D. Manuel (1), a qual todos os Reis de Portugal sustentavam perpètuamente acesa. *« Periódicamente se libraba sobre el almojarifazgo de Ponte de Lima da cantidad necesaria para el aceite que anualmente se consumia en la lámpara»*. (2).

— Em 1519 foi recebido por confrade o fidalgo português da casa de El-Rei, *Simão Fogaza*, seus filhos e sua espôsa *D. Guiomar de Meneses* (3).

— Em 1543 foram de Coimbra visitar o Apóstolo, com outros membros da Companhia, os P.es jesuitas *Melchor Carneiro*, tão celebrado pela sua missão na Etiópia, e *Martin de Santa Cruz*, muito conhecido pelo que trabalhou em várias fundações de Espanha e Portugal (4).

— Em 1549 foi de romaria até Santiago o pintor português *Francisco de Holanda*, acompanhando o Infante D. Luís.

Por êste tempo os P.es da Companhia de Portugal promoveram numerosas peregrinações de portugueses, *« en Julio y Agosto de 1556, como el P. Polanco dice, vinieron en romeria varios de nuestros hermanos novicios y escolares»* (5).

— Em 1610 fizeram romaria a S. Tiago o Bispo de Lamego, *« el cual, dijo de nuestra Iglesia, que si en otras brillaba el « decor pulchritudinis », la Compostelana en todo ostentaba el « decorem majestatis»* (6).

Neste mesmo ano visitou o Santo, o visconde de Ponte de Lima (7) e o Bispo sub-colector geral Apostólico em Portugal.

---

(1) *Idem, idem*, tômo VIII, pág. 438.
(2) *Idem, idem*, tômo VIII, pág. 441.
(3) *Idem, idem*, tômo VIII, pág. 434.
(4) *Idem, idem*, tômo VIII, pág. 435.
(5) *Idem, idem*, tômo VIII, pág, 436.
(6) *Idem, idem*, tômo IX, pág. 333,
(7) *Idem, idem*, tômo IX, pág. 333.

— 1615 foi em romaria o Núncio de Portugal (1).

Em Guimarães:

Esteve S. Tiago em Guimarães? ¿Exerceu o Grande Apóstolo a sua influência junto dos povos destas bandas?

P.e Torcato de Azevedo, firmando-se em boas opiniões e citando alguns documentos e pergaminhos, diz-nos que sim.

«...*e diz o papa Calisto* II *que vindo no ano de 36 o sagrado apóstolo S. Tiago à província de Entre-Douro-e-Minho, ajustara nove discípulos...*»

«*Repartiu o sagrado apóstolo seus discípulos por diversas partes, e se foi a Saragoça, aonde levantou o primeiro altar à Virgem N. S.ra da Espanha, que hoje se chama a S.ra do Pilar, e tornando a Braga colocou outra em uma gruta junto ao templo da deusa Ísis, que está em Guimarães, e com o título de S.ra da Oliveira, no simulacro de Ceres*». «*O epitáfio gótico que estava no templo de Ceres, se deduz das formais palavras de Fr. Bernardo de Braga: No Rossio ou praça de Guimarães está um templo que foi da Gentilidade: é de obra Mosaica majestosa, e antiqüíssima, e as notícias que tenho é que foi dedicado a Ceres, o qual destruiu S. Tiago prègando naquela terra, e nela baptizou S. Torcato, e tendo lança-lo por terra os falsos ídolos que nêle estavam, colocou no altar a Virgem N. Senhora da Oliveira, o que bem se prova de um letreiro que vi, e se achou junto à tôrre quando esta se começou a arruïnar pelos anos de 1559, e dizia:* In hoc simulacro Cæres Jacobus filius Zebedæi, germanus Joanis Imaginem Santæ Mariæ III Sæois ...» (2).

Martins Sarmento, porém, agarra-se a estas páginas do P.e Torcato, e principia a contradizê-las:...

«...*o apóstolo S. Tiago, vindo à nossa terra e encontrando um templo de Ceres, cristianizou-o pelo facto de converter a estátua da deusa na imagem da S.ra da Oliveira. Dêstes sucessos dava testemunho um letreiro gótico, etc., etc. Todos estes factos estão muito bem encadeados, mas não é difícil mostrar que só o aparecimento da estátua e a sua colocação na igreja de S. Tiago — têm um carácter histórico; os outros pertencem ao mundo imaginário. A vinda do apóstolo a Guimarães e os feitos que se lhe atribue estão na plana da historieta das mouras acarretando pedras para os muros da vila. Gaspar Estaço ainda viu a igreja, e fala-nos na sua tôrre. Ora é sabido que os templos pagãos não tinham campanários e que os cristãos só começaram a tê-los a datar do século* VI. *Assim a igreja de S. Tiago tinha sido construída depois do século* VI...»

«...*porque era vulgar a lenda relativa à vinda de S. Tiago à Espanha e ao altar que êle levantara à Virgem, e como havia na praça uma antiga igreja da invocação do Apóstolo, aventurou-se a ideia de que êle faria em Guimarães o mesmo que fêz noutras partes da Península, e a ideia foi tão bem aceite que a vemos formulada numa inscrição gótica. E é digno de especial menção que Estaço, que era cónego da Colegiada de Guimarães, e não podia ignorar tôdas as crendices, que Torcato coligiu depois dêle, nem sequer alude à vinda de S. Tiago à nossa terra, nem ao templo de Ceres, nem ao letreiro gótico. O seu silêncio o menos que prova, a nosso juízo, é que se riu delas, sem as querer atacar de frente*» (3).

Isto nos diz, com o seu saber, firmado nos conhecimentos históricos, Martins Sarmento.

Mas, àparte tudo o que de lenda se entreteceu à volta do templo gentílico

---

(1) *Idem, idem*, tômo IX, pág. 337.

(2) *Memórias Resuscitadas da Antiga Guimarães*, pelo P.e Torcato Peixoto de Azevedo, pág. 188 e segs.

(3) *Materiais para a Arqueologia do Concelho de Guimarães*, por Martins Sarmento, vol. XIII da Rev. de Guimarães, pág. 7 e segs.

de Ceres, e que Sarmento desfez miüdamente, e da descrença de muitos eruditos, quando dizem que o Apóstolo nunca pousou pés na Península, não nos repugna acreditar, que em simples missão evangelizadora, S. Tiago se demorasse por estas paragens. López Ferreiro traceja-nos, na sua obra, o caminho de prègação que S. Tiago tomou, dizendo-nos que percorreu todo o Portugal e boa parte da Galiza, tendo estado em Braga.

Se percorreu todo o Portugal e esteve em Braga, ¿não teria vindo a Guimarães, local de regular nomeada e de certa influência histórica, pelo tempo do seu apostolado?

E depois, quando mais não seja, é preciso deixarmos nos assuntos mais delicados e nos de menos exigência histórica, uma pontazinha de lenda...

López Ferreiro, historiador de grande envergadura e homem de sciência que se notabilizou pelos trabalhos de merecimento a que ligou o seu nome, e sobretudo naqueles trabalhos onde os assuntos da Galiza ressaltam e vivem, com precisão e verdade escreveu uma obra monumental sôbre a Santa A. M. Igreja de S. Tiago. São 11 grossíssimos volumes de história conscienciosa, largamente documentada, o que a torna de valimento superior e de manifesto interêsse, mesmo porque a história de S. Tiago anda ligada, embora em restritos pontos, à história de muitas Nações da Europa.

López Ferreiro, arejando e dando luz a tôda a documentação arquivada no Cabido Compostelano, conseguíu escrever uma história muito completa, desde os primeiros passos do apostolado de S. Tiago e da primeira traça da catedral velha, até ao século XVIII, não indo mais por diante porque a morte o surpreendeu e roubou dêste mundo.

O erudito polígrafo, nesta sua obra de grande monta, abrangeu tôda a largueza da história da Igreja de S. Tiago, quer no temporal, quer no espiritual, e dentro de todos os campos, os mais delicados e os mais severos de ponderação e juízo crítico, como sejam os da lenda, da filosofia, da tradição, do milagre e da crença.

Abrangeu todos os pontos, abordou todos os temas, desfiou todos os pormenores, conseguindo formar assim uma obra completa e geral.

Compulsámos êsses 11 volumes, e da sua leitura, feita na pressa das horas vagas, que são pouco vantajosas para proveitos de recolha e estudo, ficaram nas margens de tantas e tantas mil páginas, uns rabiscos de lápis, indicando à nossa curiosidade o que acima fica descosidamente arranjado.

Não tivemos a pretensão de esgotar o assunto, nem dar-lhe forma historiada, mas simplesmente colhêr o que a respeito de Portugal diz essa obra de López Ferreiro. ¿Perderia ainda assim, a nossa vista, algumas notas curiosas nesse opulento mar de páginas? É natural.

Deixamos de fora o que o escritor anota e descreve a respeito de guerras e guerrilhas, assédios e evasões, que entre Portugal e Espanha se deram e travaram dentro de vários períodos históricos. Algumas passagens teriam comento, outras encheriam grande número de páginas.

O nosso intuito limitou-se aos sub-títulos de curiosidade que abrimos, ficando as notas respigadas a representar uma simples ajuda para trabalho mais perfeito e completo.

O compulsar de obra tão importante, porém, forneceu à história local de Guimarães um documento de grande valia, desconhecido de todos os monógrafos falecidos, e dos estudiosos que a esta velha terra de tradições nobilíssimas dedicam ainda o seu entusiasmo e o seu amor, documento de valia porque nos vem dizer que aí pelo século x, existiu na pequenina freguesia de Penselo, uma comunidade de monjes, onde o culto a S. Tiago se iniciou, numa capela do seu nome e erguida num monte que o seu nome tem.

Segundo o Abade de Tàgilde, havia nesta freguesia de Penselo, e no alto do Monte de S. Tiago, uma capela com esta invocação, de que ainda se vêem restos dos alicerces.

É uma apequeneirada freguesia de 280 almas e 69 fogos, de 20 lavradores caseiros e colmeia reduzida de cabaneiros, que fica num alto, batida das chuvas e das chapadas do sol, e dista 3 quilómetros de Guimarães. Dos lugares do Outeiro e das Cavadas, é a freguesia servida em roda por uns caminhos toscos, de lagedo guilhento, primitivos, a pedir esmola de arranjo e favoreza de valetas, caminhos de cabras, de formigas, de gericos de moleiro, como a mor parte dos que cortam e remexem o xadrez largo e verde macio do nosso concelho.

No espinhaço acocorutado fica a capelinha branca, de reformada arquitectura, sem características nem valor de formas, a pedir no bater dos sinos, missas, novenas, práticas e rezas para a salvação das almas dos que se dobram no sacrifício do trabalho, e em baixo, no fundo, corre ao leito dos campos, o rio Selho, tangendo o chocalhar de muitas mós, para o milagre de transformar em brancura de farinha, o loiro grão que se desprende saltitante da gaiola afunilada da moega.

E o texto espanhol vai elucidando: Pelo ano de 915 outras aquisições logrou a igreja Compostelana, e entre elas a que se regista no Tombo C. fol. 142. O presbítero Viliulfo (1) que havia edificado, ou quiçá, reedificado «*la iglesia de San Juan en el lugar del Pensello, à la falda del Lartito y à orillas del Selo en el territorio de Braga*» e reünido nela uma comunidade de monjes, a ofereceu com tôdas as suas possessões ao Apóstolo S. Tiago, incluíndo as cruzes, os cálices, as coroas, os livros, os cortinados e mais indumentária sagrada; os leitos, mesas, cátedras, bancos *ó compendiales,* cubas e todo o mobiliário dos monjes (2).

E o documento em latim reza:

Ano de C. de 908 (era de DCCCCXLVI) *em 4 de Março — In nomine sce. et indiuidue Trinitatis domino et patrono meo sanctoque Dei martiri sancto Iacobo apostolo cuius corpus tumulatum manet sub archis marmoreis territorio gallecie in finibus amaee. Ego seruus uester licet indignus Viliulfus presbiter cum peccatorum mole...*

(Siguen las fórmulas acostumbradas en que se exponen los motivos de la donación). Et sic concedo et offero glorie uestre atque sacro sancto altario uestro pro victu atque uestitum monachorum

---

(1) O presbítero Viliulfo aparece-nos no primeiro documento dos *Vimaranis Monumenta Historica:* I doc. de 870, Kartula de Sancto Michaele de Negrellus — *Viliulfus presbiter,* testemunha (pág. 2).

(2) *Historia de la S. A. M. Iglesia de Santiago de Campostela,* tômo II, pág. 228.

Dei in ista sancta ecclesia nostra (uestra) deseruiencium suum etiam uel in elemosinis pauperum id est ecclesiam sci. iohannis uel sociorum eius martirum cum omni utensilie sue. crucis, calcis, (calicis) atque corone seu in libelos uel uela ministeria ecclesie qui etiam fundata in uilla que uocitatur Pensello subtus monticulo Lartico (1) *iuxta arrogio selo territorio bracarense, necnon quoque et ipsa uilla prefata Pensello quantumcunque me in ea competet ab integro per terminis et adiacentiis suis, terras pomares, uineis, salta, sub paretis montis et fontis cum omne accessum uel recessum iendi et redigendi siue etiam domos et orrea et intrinsecus omne domorum quantum Dei iubamine ibidem augmentare uel profectare potui uel adhec (adhuc) potuero, id est, cupas, cupos, lectos, cathedras, mensas seruicios compendiales sicut superius resonat, omnia aule uestre esse perpetualiter pro anime redemptionis mee esse concedo. Idemtidem quoque boues et uacas ouiculas porcos et omne quadrupeda uel uolatilium omnia ecclesie sancte uestre concedo firmiter permansuro quo et juracione confirmo per Deum qui diuisit lucem a tenebris quod contra hunc factum meum numquam ero uenturus ad irrumpendum. Si quis tamen quod absit munime (minime) credo ais (quis?) contra hoc factum meum ad irrumpendum uenerit et quisquis ille fuerit ultio diuina constrictus pena incipiat luituras, et insuper parti ecclesie uestre pariat auri talentum et ham scriptura testamenti in omnibus plenam habeat firmitatem.*

Facta scriptura testamenti, IIII, *nonas martii* (2).

Seguem 13 assinaturas, de vários presbíteros e diáconos, que sem dúvida foram cónegos de Santiago, segundo parecer de López Ferreiro.

Vê-se portanto que há um documento autêntico do ano de 908 a falar-nos na vila de Penselo, que devia ser importante lugar, pela distinção e honra da comunidade que possuía (3). Conhecido, só o documento do ano de 1014, o primeiro que nos aparece a falar na *villa pensello*, que o rei Ramiro doou a Mumadona, como se lê na «*Kartula de Moreira de Monte Longo et de alios mandamentos*» (4).

Em 1058 volta a aparecer: «... *Et quomodo determinant cum villa antemiri*

---

(1) *Lartito*, como diz o texto em Espanhol, ou monticulo *Lartico* iuxta arrogio selo territorio bracarense, como se lê no doc. latino, deve ser o significar o mesmo que *Latito*, palavra que freqüentemente aparece em diversos documentos da época, e significa, segundo o Abade de Tàgilde: *Montis latito*—nome com que era conhecido na Idade-Média a cadeia de montes, que se prolonga desde o Selho, na freguesia de Aldão, até o Vizela, na freguesia de S. Lourenço de Calvos, como se vê, entre outros nos docs. n.os XXIX, XXXII e LII. Junto a Guimarães tem hoje o nome de Monte Largo (*Vimaranis Mon. Historica*, nota n.º 1 da pág. 7).

Noutros docs. aparece também *Latitus, latito, latio* e *latido*. (*Idem, Nomes Toponímicos*, pág. 480). Ver também no vol. 29 da *Rev. Lusitana* a pág. 287, o artigo *Matéria Filológica*, por J. L. de Vasconcelos.

— *Selo*=o mesmo que *Selio* ou *Selium* — Selho.

(2) *Idem*, obra já cit. tômo II, págs. 61 e 62 dos Apêndices.

(3) «A pouco mais de dois quilómetros do castro de Prazins, fica o alto de S. Tiago de Penselo. A configuração do terreno, combinada com a abundância de cacos de louça e de telha, que por ali tinha visto, não me deixaram dúvida de que existira na coroa do monte um segundo castro.

Há portanto certeza plena de que o alto de S. Tiago foi um lugar de refúgio para a população dos seus arredores. O castro de Penselo serviria a população do alto, e principalmente a da vertente oriental, que desce para o Selho, e onde fica a igreja paroquial». (Vêr no vol. XV da *Rev. de Guimarães*, o artigo de Martins Sarmento, *Materiais para a Arqueologia do Concelho de Guimarães*, a págs. 165 e 166).

(4) *Vimaranis Monumenta Historica*, doc. XXIV, pág. 26.

et cum villa siluares et cum villa asoderi et cum villa palatiolo e penselio et de crexemir...» (1).

Em 1059 surge novamente: «... *Uilla antemiri integra cum sua criacione et cum ecclesia sancto ihoanne de pensello..* » (2).

Depois aparece amiüdadas vezes nas Inquirições.

Outra passagem curiosa aparece no tômo II, e é aquela em que se relata a convocação de uma grande Junta no Mosteiro de Guimarães, para decidir uma teimosa rixa. Vamos transcrevê-la no idioma em que vem, para não perder o sabor:

« *Tampoco estaba preso Sisnando en 27 de Febrero de 961, en el cual día, ante el Sepulcro de Santiago se terminó el litigio que había tenido con San Rosendo sobre unas pesqueras en el río Tambre. Creía San Rosendo, que á su madre Santa Ilduara correspodía la cuarta parte en dichas pesqueras; afirmaba Sisnando que dichas pesqueras eran íntegras de la Iglesia de Santiago, en virtud de la donación que á la misma había hecho D. Ramiro* II *del Condado de Postmarcos. En una gran Junta que se celebró en el monasterio de Vimaranes (Guimarans, en Portugal), no pudo aclarar-se la verdad por falta de pruebas. Entonces convinieron los dos Prelados, en que cada uno buscase cuatro hombres buenos, los cuales, bajo juramento y en lugar sacrosanto, declarasen lo que supiesen con certeza sobre el punto en cuestión. El lugar elegido fué el del Sepulcro del Apóstol* » (3).

E lá se dirimiu a questão, de boa mente.

Em Portugal, o mês de Julho é conhecido pelo mês de S. Tiago. O calendário indica o seu dia próprio — 25 de Julho.

Quási tôdas as Nações marcaram o seu dia nas folhinhas do seu regulamento.

Nos principais mosteiros e colegiadas do País, rezavam-se os oitavários a S. Tiago. Os monjes e os cónegos de todos os retiros e de todos os lugares, iam de jornada até o milagroso Santo de Compostela, nas moles das peregrinações, ou isoladamente em grupos pequenos, jornadeando a pé, em disciplinada abstinência, ou com farnel e sacola de romaria (4).

---

(1) *Vimaranis Monumenta Historica*, doc. XLII, pág. 41.

(2) *Vimaranis Monumenta Historica*, doc. XLV, pág. 48.

(3) *Idem, idem*, tômo II, págs. 345 e 346.

(4) Na Colegiada de Guimarães, eram contados como presentes ao côro e outros serviços de obrigação, os Beneficiados que fôssem de romaria aos Santos que os estatutos indicavam em capítulo especial. Por essa determinação estatutária, que era rigorosamente observada, nós aquilatamos das tendências romarieiras daquela época.

Romarias

«Será contado por 15 dias o Beneficiado que for em romaria a S. Tiago da Galiza; e por 3 a S. Gonçalo de Amarante; e por um mês a N. S.ra de Guadalupe; e por 10 dias a N. S.ra da Lapa; e por 3 a N. S.ra da Abadia; e por 2 a N. S.ra da Lagoa.» *(Estatutos da Insigne e Real Colegiada de Guimarães).*

— Durante um ciclo de lutas travadas entre Portugal e Espanha, o cabido resolveu em 6-9-1649 — que os dias do estatuto que se tomavam para S. Tiago da Galiza, visto o impedimento do reino, durante êle se partissem os ditos 15 dias na maneira seguinte: 10 dias para a romaria de N. S.ra da Lapa, que é na Beira, 3 para N. S.ra da Abadia e 2 para a da Lagoa, com declaração que havendo passes e comunicações para a Galiza êste assento não valerá mais, nem se usará dêle. *(Inf. de J.L. de Faria)*

E tanto mais se arraïgou e cresceu no espírito de todos a ideia da visita ao Santo, quanto mais depressa a superstição temerosa se avolumou, ensinando por feiticeiro juízo de cartilha, que quem não fosse lá em vida, teria de ir depois da morte.

Mas para as almas dos mortos poderem seguir direitinhas a estrada de S. Tiago (via-láctea), que se desenha no firmamento e conduz ao céu, têm primeiro de ir em grande desvio e estirada longa junto do túmulo do grande Apóstolo, salvo se lá tivessem ido em vida.

E o povo, antes em vida para lá se encaminhava. Na morte, as almas podiam perder-se, e ficar a errar pelo mundo.

«A Via-Láctea» é chamada a «estrada de S. Tiago», por onde as almas dos mortos vão para Santiago, pois que em Santiago da Galiza há um buraco no qual tôda a gente tem de passar em vida ou morte.

S. Tiago de Galiza
vós sendes tão interesseiro,
ou em morte ou em vida
hei-de ir ao vosso mosteiro.

S. Tiago de Galiza
é um cavaleiro forte:
quem lá não fôr em vida
há-de ir lá depois da morte.

A origem da romaria de S. Tiago, contou-ma assim uma mulher de Famalicão: — Deus mandou S. Tiago a prègar à Galiza, e êle dizia que lá era uma terra muito remota, onde ninguém o iria ver. Deus disse-lhe então que fôsse para lá, que todos o haviam de ir lá visitar, mortos ou vivos. Da mesma romaria fala o rifão:

No camiño de Santiago
tanto anda o coxo com'o sano» (1).

«O povo acredita que é preciso ir pelo menos uma vez na vida a Santiago da Galiza, aliás é preciso ir depois da morte: assim se explicam algumas peregrinações que de aqui se fazem àquele Santuário, que são quási nada em comparação do que eram noutros tempos. Com esta crença anda ligada uma outra, e é que na dita igreja há uma porta muito estreita, onde se conhece quais vão em graça, e quais não, visto só as primeiras poderem passar para além» (2). *Daí o dizer-se que «quando uma porta ou janela está contìnuamente a bater com o vento, é o «postigo de S. Tiago», aludindo provàvelmente à lenda popular de que quem não fôr a S. Tiago da Galiza, em vida, há-de ir depois de morto, de onde se segue que a porta ou postigo do santo deve estar em moto-contínuo, para dar vazão a tantos visitantes»* (3).

Esta supersticiosa prática de voto foi morrendo, mas morreu lentamente, depois de terem desaparecido as grandes, enormíssimas e constantes peregrinações que a Santiago se fizeram.

Foi morrendo e morreu, depois que os testamentos deixaram de falar nas rezas e nas missas a dizer ante o altar do Apóstolo de Compostela.

---

(1) *Tradições Pop. de Portugal*, por J. L. de Vasconcelos, pág. 25.

(2) *Tradições Pop. de Barcelos*, por A. Gomes Pereira, pág. 116.

(3) *Tradições Pop. de Vila Real*, por A. Gomes Pereira, na *Rev. Lusitâna*, vol. 12.º pág. 317.

Eram raros os testamentos dos séculos XI a XVII que não ordenassem, em nome dos testadores, missas a dizer no altar de S. Tiago, na Galiza, no altar de S. Pedro de Rates, em Braga, e a S. Gonçalo, em Amarante, ou não deixassem esmolas, com a designação claramente expressa: *Para ir por mim uma pessoa a Santiago, 2 maravedis* (1).

E assim se alimentou aquela ideia de temor, afeiçoada á crença fervorosa e mística do nosso povo.

Depois tudo passou, tudo morreu.

Fracassaram as peregrinações e o Santo foi perdendo aquele prestígio de fama mundial, perdendo também o povo o estímulo do culto em sua honra, mas criando pela recordação, com o nome do Santo, um calendário rural para seu govêrno, e dentro da folhinha do seu mês de Julho:

Pela S.ta Marinha, a mulher no campo parece uma galinha;

Pelo S. Tiago, o homem no campo parece o diabo, e pelo S. João parece um cão. — Pelo S. Tiago, apinta o bago. — Pelo S. Tiago, vai à vinha que acharás bago. — Pelo S. Tiago, cada pi ga vale um cruzado (ou uma canada), pela S.ta Marinha, uma canadinha. — Pela S.ta Marinha, despeja o S. Tiago a cabacinha. — Pelo S. Tiago, atira o sacho p'ro diabo.

Criou também um rosário de benzilhices em muitos ensalmos e orações, aparecendo o nome do Santo no talhar da erisipela, pé aberto, bichôco, inveja, livrar do ar excomungado, curâ das chagas, das lombrigas, dos animais doentes, do feitiço, quebranto e conciliação dos casados, etc., com a designação de *Senhor S. Tiago, Apóstolo S. Tiago,* etc. (2).

Na morte, ¡que trabalho e que canseiras tinha o povo destas bandas!

Não se esquecia de deitar na cova uma mão-cheia de terra e uma moeda de cobre, passando depois a deitá-la, com mais segurança de êxito, no caixão, moeda que não devia ter cruz (5 ou 10 réis), para não ser rejeitada pelo diabo, guarda-mór da ponte de S. Tiago. Entre nós, foi costume, senão freqüente, pelo menos vulgar. Independentemente de em muitas partes acompanharem a moeda outros objectos, vantajosos de perseverança, entre o povo dêstes lados, a moeda seguia só, com o lenço que cobria a cara do defunto sem pontas, porque estas eram de bom agoiro de saúde e felicidade para quem as guardasse.

Essa moeda era para pagar a passagem na ponte de S. Tiago (3).

«*A alma não pode salvar-se, se não passar na ponte de S. Tiago da Galiza e, passada a ponte, vir juntar-se ao corpo, que está sôbre a terra, para o acompanhar à sepultura: é para isso que o corpo não deve ser sepultado senão 48 horas depois do falecimento. Se o corpo é sepultado antes que a alma regresse, se esta retarda na viagem e, na volta, não encontra o corpo sôbre terra, a alma perde-se e o*

---

(1) Ver os 2 vols. de Registos de Testamentos, da Colegiada de Guimarães e alguns vols. de Registos de Testamentos dos arquivos paroquiais.

(2) Ver *Tradições de S.to Tirso*, por A. C. Pires de Lima, *De Guimarães: Tradições e Usanças Pop.* por Alberto V. Braga e *Tradições Pop. de Portugal*, por J. L. de Vasconcelos, pág. 53, e *Os documentos inquisitoriais*, por F. Adolfo Coelho, no Boletim da Soc. de Geografia, 2.ª série, 1880, págs. 658 a 666.

(3) «Na freguesia de Santa Isabel do Monte, metem no caixão do defunto uma pequena

corpo fica excomungado (sic). A ponte de S. Tiago é tôda aberta (sic), não tem pavimento, e a passagem, que a alma atravessa, é tão estreita como o gume de uma faca. Se a alma não pode atravessar a ponte, se cai, perde-se, e o corpo vai a enterrar sem alma. Segundo outra versão, por baixo da ponte está o diabo com umas forganchas na mão e fogueiras acesas. Quando as almas passam, o diabo abana com a ponte, a ver se as almas caem abaixo. As almas que passam, salvam-se; as que caem, vão para o inferno » (1).

Em Guimarães cresceu bastante, nas épocas já perdidas, o culto a S. Tiago, tendo havido muitas imagens dêste Santo em várias freguesias do têrmo e bastantes capelas, da sua invocação, algumas delas existindo ainda. É também o orago de algumas freguesias do concelho, e de 183 de todo o Portugal.

Pela nota que a seguir transcrevemos, pode bem avaliar-se do volume e da importância das peregrinações a Santiago:

« *Em sessão de câmara de 22-8-1642 foi acordado com os da governança dar uma pena de água ao Hospital da Misericórdia, da arca que está atrás da capela de S. Brás. Êste acôrdo foi a requerimento do Provedor e irmãos da Misericórdia, alegando que esta vila era de passagem para S. Tiago da Galiza e S. Gonçalo de Amarante, e também à vila vinham muitos romeiros e doentes a S. Gualter, e assim o hospital tinha falta para os pobres doentes beberem e para limpeza* » (2).

O nosso povo, já não o visita, já não lhe reza, mas ainda o recorda festeiramente.

No dia 25 de Julho, faz-se um grande arraial e romaria a S. Tiago, na Costa, festança airosa, viva, movimentada, onde a saúde e a alegria correm em parelhas de dança, em corropios de pândega (3).

---

bilha com água, um bocado de pão de milho molhado em vinho e uma moeda de 5 réis, e dizem:

Aí vai
vinho e pão,
e cinco réis
p'ra passar's o rio Jordão.

No caminho para a igreja (onde ainda se procede aos enterramentos, há um ribeiro a que chamam o *rio Jordão.* » (*Usos e Costumes Minhotos — concelho das terras do Bouro* — por A. Tomás Pires, na *Rev. Lusitâna*, vol. 10.º pág. 327.

— Há muitas variantes, e curiosas, quanto à aplicação da moeda.

Em algumas freguesias do Marco de Canavezes, metem no caixão do morto uma moeda, umas contas e uma agulha enfiada. A moeda é para passar no campo de Jurafaz *(sic)* e meter na bôca do Diabo, que lá está de guarda; as contas são para rezar pelo caminho e a agulha para consertar o vestuário no outro mundo. Segundo outra versão, a moeda é para passar na barca de S. Tiago.

Noutra freguesia usam lançar no caixão uma moeda de 5 réis, uma côdea de pão e uma agulha enfiada. A moeda para passar na ponte de Jurafaz, a côdea para dar ao leão, que enquanto a devora, deixa passar, *(aqui, o leão, a nosso ver, deve ser o diabo)*, a agulha para os consertos. Na opinião de outros, a côdea é para « cortar os maus ares », os quais se cortam se o morto « desjejuar » logo que entre no outro mundo. Há o mesmo preconceito com relação à missa: quem fôr em jejum à missa, pode ter um mau ar. (*Tradições Populares*, artigo de João de Vasconcelos, no vol. XVI da *Revista de Guimarães*, págs. 44 a 47).

(1) *Rev. de Guimarães* — Janeiro de 1899, artigo *Folclore*, por João de Vasconcelos pág. 44.

(2) Livro 6.º das Vercações, a fôlhas 53.

(3) Ver *O Culto da alfâdiga e dos cravos — No amor e na crença*, por Alberto V. Braga.

Neste mesmo dia e em várias terras e freguesias do País, como em Paços-de-Ferreira, Viseu, Fânzeres (concelho de Gondomar), Lauredo (concelho de Paredes), Monsul (concelho da Póvoa-de-Lanhoso), Custóias (concelho de Paredes), Oliveira do Douro (Gaia), etc., fazem-se festas em louvor do santo Apóstolo.

Fig. 2 — Andores característicos da romaria de S. Tiago da Costa (Guimarães)

Até em singelos cantares, já amortecidos na lembrança do povo, se recordava o apostolado do Santo e manifestava a ânsia de o visitar:

Fêz o Senhor oração
Co'uma profunda agonia;
Pedro, João e Tiago
Com muito sono dormiam.

Pedro, João e Tiago,
Que dormis tão descansados,
Levantai-vos, que não tarda
Judas com outros malvados! (1)

Eu hei-de ir a S. Tiago
no dia da romaria;
hei-de ver se vou a pé
a mais a minha Maria.

Se fôres a S. Tiago,
trazei-me um S. Tiaguinho:
se não puderes com um grande,
trazei-me um mais pequeninho (2).

Verdadeiro culto a S. Tiago rendia também o Cabido da Real Colegiada de Guimarães (3). Uma visitação de 1621 (?), ordenou se não fizessem oitavários a S. Tiago, S. Torcato e S. Damaso, etc. Nessa visitação, para que a ordem fôsse cumprida, pretendeu o visitador

---

(1) *Folclore Varzino*, por Candido Landolt, pág. 197.

— A pág. 47 das *Tradições Pop. de Portugal* de J. L. de Vasconcelos, vem uma quadra que em S. Pedro do Sul dizem para o borborinho fugir:

Bolborinho do pecado
vai-te com S. Tiago;
bolborinho do Demonho,
vai-te com Sant'Antonho.

(2) É uma das quadras mais populares, e cantada do mesmo modo e jeito em referência a S. João, S. Gonçalo, S. Torcato, etc.

(3) Em 22-4-1594 assentou o cabido que em dia de S. Tiago fôssem todos os Beneficiados à sua igreja, com a imagem do Santo, para veneração sua e aumento da confraria existente na dita igreja. *(Inf. de J. L. de Faria).*

dar por nulos os estatutos, pelos quais o Cabido se governava, e que todos os beneficiados que de novo entrassem haviam, sob jura, de respeitar.

Os estatutos tinham sido feitos com muito cuidado e diligência por quatro capitulares, muito letrados e conhecidos: o Dr. Sebastião Vaz Golias, mestre-escola, e os Rev.dos Gaspar Estaço, Manuel Lopes da Costa e P.º de Mesquita Sobrinho.

A visita, de que o Cabido fez agravo a fim de se não fazer obra pelos seus capítulos, é assim comentada:

«...que no choro se não fasão utavos a S. Damaso e a S. Torq.de e a S. Thiago sendo verdade q. o breviario na Rubrica das utavas declara e espresamente ordena se Reze das utavas do patrão da Igreja e de todas as festas dos Santos q. en alguas Igreijas, congregações e Religiões costume de se Rezar e selebrar com otavarios:

«...que nesta Real Collegiada se tomou por padroeiro do Bem aventurado S. Damazo como natural desta villa e he nella de garda por vezitação dos Snrs. Arcebispos, e se Reza delle um otavario de muitos annos a esta parte. E na mesma conformidade se tomou por padroeiro o bem aventurado S. Torq.de por terem o seu Santo Corpo inteiro na Igreja do seu nome q. he do R.do Cabido, com milagres continuos obrados por sua interceção, qual Santo he do tempo dos apostollos, morto à mil e seis centos annos, e por esta r.zão, e por a dita Igreia render p.a o Cabido, cuja he pella qual rezão consistiase embargo o capitullo da vezitação en q. se manda e ordena senão fosão os ditos utavarios rezandose delles muito tempo, e pello mesmo modo:

«...q. nesta Igreja se Reza o Otavario de S. Tiago à m.tos annos, asim por o apostollo aquem este Reino deve a fee q. professa o qual elle escolheo p.a vir pregar e em Braga en cujo Arcebispado está esta terra fes seu assento e fes p.ro Arcebispo S. P.º de Rates, com outros muitos companheiros de cujo numero foi S. Torq.de como por seu sagrado corpo estar sepultado em Compostella vizinho desta provincia dentre douro e minho, e esta Igreja ter devoção particular ao dito S.to pella qual rezão o Cabido desta Real Collegiada nas suas vesporas costumava a sua Igreja da praça rezar a completa, pello q. com rezão se embarga o dito capitullo.»

Devíamos rematar esta despretenciosa recolha, com a série, tanto quanto possível comentada, dos romances populares mais antigos, dos séculos XV a XVIII, que nos dão um conhecimento claro, em desenvolvido relato, do valor das peregrinações a S. Tiago.

Para não tomarmos mais espaço, limitamo-nos sòmente a referi-los, com o respigo das passagens mais flagrantes.

São todavia, os romances populares, um factor social de observação que o passado nos legou. São documentos antigos de definido carácter, que em muitos casos retratam e comemoram, embora por vezes em disfarçada dramatização ou ligeiros desvios de figurado, os factos mais notáveis que assinalaram determinadas épocas.

Por êles nós sabemos das histórias de muitos reis, imperadores e santos. Sabemos das lutas e raivas dos Grandes e Senhores.

Os feitos, as aventuras, as biografias, os milagres, as lendas, as rezas, as penitências, o cachoar dos sentimentos e dos instintos, nas modalidades de todos os atritos humanos, religiosos ou históricos, e o culto das romarias e dos arraiais, são a ligeira efabulação dos romances, onde se reflecte, em toada de verso correntio, o viver das antigas eras dentro do campo tradicional e de costumes.

O culto a S. Tiago devia ter larga representação no romanceiro, pela pai-

xão influenciadora que fortemente se desenvolveu nos espíritos místicos daqueles séculos das cruzadas e santas prègações.

Do romance *Justiça de Deus* (1):

Prêso vai o conde, preso,
Preso vai a bom recado;
Não vai preso por ladrão,
Nem por homem ter matado.
Mas por violar a donzela
Que vinha de S. Tiago:
Não bastou dormir com ela,
Senão dá-la ao seu criado!
.....

Do romance *Rainha e Cativa:* (2)

.....
Deram com o conde Flores
Que vinha de romaria:
Vinha lá de Santiago,
Santiago da Galiza;
Mataram o conde Flores,
A condessa vai cativa.
Mal que o soube a rainha,
Ao caminho lhe saía:
.....

Do romance *Miragaia:* (3)

.....
—«S. Tiago de Galiza,
Longe fica o vosso altar:
Peregrino que lá chegue,
Não se sabe se há-de voltar.»

---

(1) *Romanceiro*, Garrett, tômo II, pág. 301. Tem variantes. Ver o *Romanceiro Geral*, de Teófilo Braga.

Diz Garrett, do *Justiça de Deus:* «Poucas coisas mais bonitas tem o romanceiro popular da nossa península. Onde nasceu, não sei; mas as colecções castelhanas não o trazem. Advertirei também, ao leitor pouco versado em nossas coisas, que lhe não faça pêso, para julgar êste romance castelhano por fôrça, o ver que nêle se trata de S. Tiago e de suas romarias e romeiros. Depois da Galiza, nenhum reino de Espanha teve jàmais tanto que fazer com o Apóstolo de Compostela, como o nosso Portugal, especialmente nas duas províncias do extremo Norte».

(2) *Romanceiro*, Garrett, tômo II, pág. 194. — Vem também no *Romanceiro Português* de José L. de Vasconcelos, a pág. 54, com algumas variantes o sob o título *Branca Flor*, e igualmente com êste título no *Romanceiro Geral*, de Teófilo Braga, pág. 104. Diz Garrett do *Rainha e Cativa:* Pelas referências a Galiza, a senhorio de moiros ainda perto, e à «Terra de Santa Maria», que, como todos sabem, é o distrito de Entre Douro e Vouga que hoje se chama «Terra da Feira», vê-se que a história e epopeia, ambas são dos primeiros tempos da monarquia.

(3) *Romanceiro*, Garrett, tomo I, págs. 192 e 207.

Na encosta do castelo
Uma fonte está a manar;
Donzela que está na fonte,
Pôs-se o romeiro a escutar.

A donzela está na fonte,
A jarra cheia a deitar:
— Bendito sejais, romeiro,
E o vosso doce cantar!
.....

— S. Tiago!... Cerra, cerra!
S. Tiago, e a matar!
Abertas estão as portas
Da tôrre de par em par.

Nem atalaias nos muros,
Nem roldas para as velar...
Os moiros despercebidos
Sentem-se logo apertar.
.....

Do *Romance da alma:* (1)

Alma vai a S. Tiago,
Vai cumprir a romaria;
A companhia que levava
Era a Virgem Maria.
O Pecado ia atrás
A ver se a tentaria.
— Vai-te daí, ó demónio,
Deixa-me a alma, que é minha,
Que me deram de alvíssaras
Por um filho que eu tinha.
.....

De *O peregrino do S. Tiago:* (2)

A gritar vai uma alma,
a gritar que se perdia,
caminho de S. Tiago
a cumprir a romaria.
Ouvira-a um cavaleiro
da sala donde dormia:
— ¿p'r'onde vais, ó alma santa,
com tão grande gritaria?
— Caminho do S. Tiago
a cumprir a romaria.
....

---

(1) *Romanceiro Português,* de José L. de Vasconcelos, pág. 34.
(2) *Folclore do Concelho de Vinhais,* pelo P.e Firmino A. Martins, pág. 152.

Dr. Pedro Vitorino
Sub-director do Museu Municipal do Pôrto

Um discípulo de Sequeira

A única maneira de conhecer um artista é estudar as suas variadas produções. Para isso torna-se necessário que elas se patenteiem fàcilmente à vista dos estudiosos.

¿Como realizar entre nós êsse trabalho, se não temos museus especiais aonde recorrer?

Os estabelecimentos que ostentam pomposamente êsse nome, sob o ponto de vista de belas-artes, e em particular das que nos dizem respeito, serão tudo, menos instituïções educativas.

¿Que poderá aprender-se em um museu de arte onde falta a ordenação, e sem possibilidade de colhêr informações daquilo que se observa?

Para o vulgo desatento talvez isso não tenha importância de maior, mas para o estudioso o caso é diverso.

Os museus de arte do Pôrto, no género, são típicos.

Se nêles procurarmos as produções dos artistas regionais, quási nada encontramos.

Não as havendo aí, que era o lugar delas, ¿aonde ir buscá-las?

Isto, simplesmente, revela um desamor à terra e à sua arte, que é doloroso verificar.

Dos dois museus do Pôrto, é o de «Soares dos Reis» aquele que, sob o ponto de vista da pintura regional, nos oferece melhores elementos. Tem quadros e tem desenhos. Ao abandôno durante longos anos, como triste exemplo da tutoria de uma escola que formava artistas sem respeitar as obras de arte, vai agora ressurgir, por felicidade, com proveito para todos. O Municipal, com uma rica galeria, por conhecer devidamente (que o fumo de uma vizinha estufa de Geneste-Herscher deteriora dia a dia), estiola-se na inércia. O mesmo desarrumo de uma instalação declarada *provisória* em 1912, que, com desagrado, persiste hoje, vinte anos decorridos, sem a menor alteração favorável. Aqui, pela altura das paredes, repletas, e pela amálgama do conjunto, nada é fácil observar com proveito.

Artistas locais, pouco representados.

¿Será possível, dêste modo, conhecê-los e, conseqüentemente, estimá-los?

Um museu não pode expor tudo, mas deve possuír o indispensável (em reserva) para o conhecimento duma época ou dum artista. Desenhos e esboços merecem cuidada recolha. Esclarecimentos de vária ordem, deve ministrá-los o respectivo arquivo.

Só assim um museu desempenhará a sua verdadeira missão.

*

Do pintor João Baptista Ribeiro, educado no Pôrto, possuo alguns desenhos e esboços a nanquim, que revelam bem a influência artística de um dos seus mestres, Domingos António de Sequeira.

Trasmontano, nascido em 1790, João Baptista era filho de pais modestos. Aos doze anos de idade ia para o Pôrto, a fim de se matricular na aula de desenho da Academia Real de Marinha e Comércio da mesma cidade. Determinou a sua ida, o pedido feito ao pai pelo arcebispo de Braga D. Fr. Caetano Brandão, que, andando por Vila-Real, teve conhecimento da grande vocação do rapaz para o desenho. O Morgado de Mateus, D. José Maria de Sousa, intercedeu no mesmo sentido.

Regia então a aula Domingos Francisco Vieira, pai de Vieira Portuense, na ausência de seu filho. Por morte dêste, ocorrida em 1805, vinha a suceder-lhe Domingos António de Sequeira.

O *Annuario da Academia Polytecnica do Porto* (1) dá estes informes:

«Em 7 de janeiro de 1806 foi proposto pela Junta da administração da companhia geral da agricultura das vinhas do Alto-Douro para director da aula de desenho da nossa academia, com a obrigação de residir no Porto trez meses por anno a fim de vencer o seu ordenado. E foi na verdade nomeado por C. R. de 8 de maio de 1806, na qual todavia se não menciona aquella obrigação. Verdadeiramente só serviu o dito cargo em 1806 e 1807, posto que recebesse o ordenado respectivo até á suppressão do logar em 1821. De 1808 em diante não ha outro vestigio do serviço de Sequeira como director da aula de desenho d'esta academia.»

Vê-se que a passagem de Sequeira na aula de desenho do Pôrto foi curta: dois anos apenas, que, afinal, segundo o estipulado, se reduziam a seis meses efectivos.

Outros mestres ensinavam na mesma aula: José Teixeira Barreto e Raimundo Joaquim da Costa (2).

De todos êles, recebeu João Baptista Ribeiro ensinamentos artísticos, tendo sido «um dos cinco alumnos desta academia que Domingos António de Sequeira escolheu para lhes ensinar pintura».

---

(1) Ano lectivo de 1877-1878. Pôrto, 1878, pág. 263.

(2) Os dados biográficos dêstes artistas encontram-se no livro *José Teixeira Barrêto*. Artista portuense. (1763-1810), por Pedro Vitorino, Coimbra, 1925.

Há no Museu de Soares dos Reis um desenho de Sequeira que representa a Harmonia, onde se vê um grupo de jovens dedilhando liras, agrupados em tôrno de um ancião, que os cinge num abraço acolhedor; são os cinco alunos portuenses, entre êles João Baptista, que, como deixou dito, foi quem deu a Domingos de Sequeira o motivo da graciosa alegoria (1).

Pela sua aplicação, Baptista Ribeiro obteve três prémios de desenho, em 1807, 1808 e 1809. Foi, sem dúvida, o melhor aluno da Academia de Marinha.

Refere-se-lhe, em especial, Cristóvão Guerner (2), deputado da Junta da Administração, dêste modo: «D'entre os quaes (alunos), pelos seus conhecidos

Fig. 1 — Esbôço a tinta da China, por João Baptista Ribeiro.

(Col. do autor)

talentos e obras em Desenho e Pintura, se fez digno de ser eleito Substituto da Aula de Desenho João Baptista Ribeiro, que deveo todos os seus principios e estudos à mesma Academia».

Em 1811, aos vinte e um anos, ocupava êsse lugar, por morte de Teixeira Barreto, falecido no ano anterior.

---

(1) Possuo uma cópia, em litografia, feita em 1839 por J. T. de Carvalho.

O original, segundo me informou o meu velho amigo Dr. Vasco Valente, que há pouco tomou posse do lugar de director do Museu de Soares dos Reis (antigo Museu Portuense), não se encontra no estabelecimento. Todavia, foi-lhe oferecido por João Baptista Ribeiro, com outro desenho de Sequeira, como consta de documentos. Vide: *Os Museus de Arte do Pôrto.* (Notas Históricas), por Pedro Vitorino. Coimbra, 1930, págs. 23 e 80.

Êsse desenho acha-se reproduzido da litografia de Carvalho, no magnífico livro do Dr. Luís Xavier da Costa, *A morte de Camões.* Quadro do pintor Domingos António de Sequeira. Lisboa, 1922, pág. 146.

(2) *Discurso historico e analytico sobre o estabelecimento da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro.* Coimbra, 1827, pág. 54.

João Baptista ficou tão fiel ao mestre querido, que o seguiu por vezes na sua maneira de esboçar. Como bem se sabe, Domingos de Sequeira, dotado da magia do claro-escuro, era notabilíssimo nas composições, onde as manchas, mais do que as linhas, exprimiam o pensamento ardente do artista.

A pedido de João Baptista, e para seu uso particular, o grande Sequeira traçou umas regras de estudo que tornei públicas há alguns anos (1). Nessa altura ignorava a data da sua confecção. Numa outra cópia que se me deparou depois, lê-se: «NB. Este regulamento foi feito no Porto em 1810 por Domingos Antonio de Sequeira para o estudo do seu discipulo João Baptista Ribeiro, que o copiou fielmente do authographo em 2 de Novembro de 1865».

Essas instruções recomendavam particularmente «esquiçar figuras e gru-

Fig. 2 — Esbôço a tinta da China, por João Baptista Ribeiro.

(Col. do autor)

pos». Em observação, indica-se tal qual: «O esquiçar he conseguir fazer de empronto os contornos dezezivos, marcadas todas as formas, sem confuzão, nem enmendas».

Nas mesmas, também era aconselhada a factura de «*Maquias* dos temas projectados, achando-se a sua localidade do terreno, de luzes, e sombras». A palavra que Sequeira empregou é italiana, embora ortográficamente desnaturada. *Macchia* é um têrmo de pintura que indica a maneira de sombrear ou colorir. Corresponde em português a *mancha*.

Reproduzirei as seguintes interessantes notas que João Baptista deixou escritas, acêrca das célebres *maquias*, tanto do agrado de Domingos de Sequeira, e que tamanha glória lhe deram:

---

(1) *Lusa*. Viana-do-Castelo. 1919. N.º 48.

«O Sequeira entendia por *Maquias* um complexo de pencelladas claro-escuro ligadas umas às outras, com tal arte e profundo saber — que vistas de longe, parecia um magnifico quadro deliciosamente acabado, sem que tivesse havido contorno algum, nem o mais ligeiro arremedo de lineamento sobre a tella. As maquias eram feitas quasi instantaneamente, sahiam do genio do artista inteiras

Fig. 3—Esbôço a tinta da China, por João Baptista Ribeiro.

(Col. do autor)

e d'um jacto, sobre a tella. As cores das maquias eram — alvaiade, preto de vides, preto d'ossos, ocre claro e escuro, roxo-rei e asphalto.

«O alvaiade e preto de vides entrava exclusivamente nos longes: as outras cores nos planos vesinhos da linha de terra, e nesta havia sempre asphalto estreme, preto d'ossos e roxo-rei.

«Tive a fortuna de ver produzir varias maquias, que possuo, e tenho por impossivel o poder contar ou descrever o que vi fazer ao Sequeira».

Do nosso maior pintor do século XIX, são bem conhecidas as suas composições, delineadas da maneira a que deu as suas maiores preferências, e que uma inventiva fácil e um desenho firme permitiam realizar com extrema felicidade. Patenteiam-se triunfantemente, em Lisboa, no Museu Nacional de Arte Antiga, e no Pôrto, no Museu Nacional de Soares dos Reis.

Os esboços de João Baptista Ribeiro, artista nortenho sôbre o qual preparo uma monografia, é que não são conhecidos, constituindo uma surprêsa, mesmo para muitos amadores de arte.

Trago hoje a público três dêsses trabalhos, feitos numa só fôlha de papel, que a assinatura do artista autentica, incluídos na minha colecção.

Um observador desprevenido, vendo-os de relance, dar-lhes-ia a autoria de Sequeira. Só espiritualmente lhe pertencem, como educador do artista que os produziu.

O esbôço é sempre um documento de exame. Se nêle «se surpreende a natureza íntima do artista», como alguém observou, não menos nos mostra, condensadas, as qualidades primaciais que o caracterizam. Apresenta-se-nos, por vezes, sumamente revelador.

Os estudos reproduzidos em gravura, feitos a aguadas de tinta da China, não têm apenas valor artístico.

São documentos de carácter histórico, pelo motivo que representam. Esboçam cenas do desembarque das tropas do Duque de Bragança nas proximidades do Mindelo em 1832. A magnitude do assunto devia tentar o pincel de um artista que no cêrco do Pôrto foi também soldado.

Em um dêles, acha-se figurada a entrega da bandeira, pelo Imperador, ao batalhão de caçadores 5, que um militar, de joelho em terra, recebe, à frente das tropas formadas.

Observem-se, nos originais, a uma certa distância as figuras, e o que nos parece esbatido e confuso, delineia-se magnìficamente à nossa vista. A cena, então, que o mistério parece envolver, surge com clareza surpreendente.

Só um artista dotado de invulgares faculdades pode conseguir tais efeitos.

Êsses trabalhos são apenas esboços, que um labor continuado podia levar à perfeição. Possuo outros exemplares onde isso se verifica com surprêsa, maravilhando o processo, cheio de dificuldades técnicas, que o artista admiràvelmente vencia. Partindo do claro, dado pelo papel, sem emendas, impossíveis de fazer, atingia tôdas as gradações com um poder admirável de expressão.

João Baptista Ribeiro foi distinguido com a amizade inalterável de Domingos António de Sequeira, que ao antigo discípulo chamara «predilecto», e de quem se confessava «o seu maior amigo» (1). Bem o mereceu, pois honrou o mestre.

---

(1) *Os Museus de Arte do Pôrto* (Notas Históricas), por Pedro Vitorino. Coimbra, 1930, pág. 149.

Dr. L. Wickert
Professor Berolinensis

De nonnullis miliariis Bracarensibus

Quod in memoriam illius clarissimi viri, cuius die natali centesimo hic liber in lucem prodibit, quam dignissime celebrandam mihi quoque ut pro viribus meis conferrem viri docti societatis Vimaranensis permiserunt, non parvo gaudio me affecit. Quo de genere autem rerum antiquarum mihi scribendum esset, dubitare minime potui; virum enim rei epigraphicae peritissimum, si adhuc inter vivos esset, versibus Ovidii poetæ alloqui possem: *Haec quoque res aliquid tecum mihi foederis affert; eiusdem sacri cultor uterque sumus.* Aemilius Hübner noster, cum opus magnum et praeclarum, quo inscriptiones Latinae per Hispanias repertae continentur, perficeret, amicitia infatigabili et doctrina probata Francisci Martins Sarmento iterum atque iterum adiutus est; ita ut cum ceteri omnes, qui studiis epigraphicis ad terram quæ nunc *Portugal* vocatur pertinentibus operam dant, tum is, qui messem epigraphicam non exiguam per haec ultima decennia a viris doctis paeninsulae Ibericae in horrea conditam voluminibus duobus Hübnerianis iussu Academiæ Berolinensis adiungere suscepit, grato animo Manes civis illius Vimaranensis colere debeant. Dignos autem non solum doctrina et antiquitatis amore popularis sui, sed etiam liberalitate eius et generositate, quae virorum vere doctorum propria est, se praestiterunt ii, qui his temporibus in regione Vimaranensi vestigiis illius insistunt; advenam enim me tam amice receperunt, ut in omnia museorum reposita me admitterent nec non loca aditu difficilia utpote ab oppidis longinqua commode visendi facultatem mihi praeberent: ingratum me putarem, nisi hac quoque occasione hospitum comitatem praedicandi uterer.

Tractanda mihi elegi miliaria quaedam Bracarensia, quae, quamquam inscriptiones eorum non gravissimi argumenti sunt, tamen oblivione, qua teguntur, liberanda esse mihi videntur (1). Thesaurum lapidum Bracarensem numero miliariorum inter lapidaria nostrae aetatis excellere non ignorat, quisquis

(1) Breviter ea commemoravi in relatione quam dedi de itinere a. 1931 facto *(Sitzungsberichte d. Pr. Ak. d. Wissenschaften, ph.-h. Kl.*, 1931), p. 842.

unquam in studio inscriptionum Hispaniensium versatus est; collocatos lapides miliarios vidi circa fontem in horto palatii olim episcopalis, in cuius ala altera nuper museum instructum est (1). Nec vero res mihi est cum illis; immo dico de miliariis tredecim quae ante hos sedecim annos Bracarae reperta sunt, cum valetudinarium aedificari coeptum est. Iacent sub divo paene omnia, sine dubio mox in museum transferenda; quae translatio quanti laboris futura esset quantique sumptus, in re praesenti mihi persuasi. Dico paene omnia: tria enim ex illis tredecim a me describi non potuerunt, quod effossione ut ita dicam opus erat; et facile fieri potest, ut etiam plura in humo lateant. Unde provenerint, ignoratur; putaveris aliquem cupiditati suae res antiquas colligendi ea ratione indulsisse, ut indicem imperatorum Romanorum quam amplissimum poterat miliariorum titulis expressum sibi compararet. Nobis magno detrimento est, quod quibus locis lapides olim dispositi fuerint memoriae traditum non est, ita ut ad viarum Romanarum ductum eruendum iis uti vix possimus; videtur enim is, qui eos in unum locum contulit, similis hominis illius fabula Germanorum celebris, qui indicis viarum q. d. brachia abrupit, quo melius inscriptiones legere posset. Quidquid id est, nos decet titulis quamvis incertae originis pro scientia nostra frui, quantum possumus; fortasse aliquando Fortuna ex tabulario nescio quo benigne nobis promet, quae nunc desideramus.

Nunc titulos enumerare liceat paucis notis additis. Columnae ex lapide granite sunt omnes. Textus dabo litteris cursivis, litteras maiusculas q. d. ibi tantum adhibebo, ubi necessarium videbitur.

1. Columna alta m ca. 2,35, diam. a parte superiore m ca. 0,48. Parum integra et nunc est et videtur iam tum fuisse, cum quadratarius titulum incidit, quippe cuius rei divisione versuum ratio habeatur.

Imp(eratori) Caes(ari) M(arco) Au-
rel(io) Claudio in-
victo Aug(usto), pont(ifici)
max(imo), tr(ibunicia) pot(estate), pat-
5 *ri* PATRI·R· *co(n)-*
s(uli) II, *proco(n)s(uli)*
M·P I

Imperator, ad quem titulus pertinet, est Claudius, qui propter victoriam Gothorum a. 269 partam antiquis et nostris temporibus Gothicus appellari

(1) De miliariis Bracarensibus totiusque regionis optime meritus est imprimis M. Capella, ipse quoque doctrina et liberalitate Francisci Martins Sarmento adiutus, libro qui inscribitur *Milliarios do Conventus Bracaraugustanus em Portugal. Reliquias d'epigraphia romana, trasladadas dos proprios monumentos* (Porto, 1895); quo de libro verba fecit Hübner *Ephem. epigr.* VIII, p. 453 sq.

solet; imperavit inde ab anno 268 usque ad annum 270. — V. 5: Scribendum erat PATRIAE; suspicor quadratarium exemplum, quod in manibus habebat, recte legere non potuisse. — V. 6: Consul fuit Claudius primum a. 269, iterum nunquam; erraverunt igitur auctores earum inscriptionum, quibus consul II appellatur (1). — V. 7: In fine non amplius unam hastam agnovi; lege *mille passus,* fortasse inde a Bracara.

2. Columna a. m ca. 2,20, diam. a parte superiore m 0,43. Superficies valde attrita est, contuli iterum atque iterum; exemplum meum spero accuratum esse, quamquam cum collationem ultimam facere vellem, titulum videre non iam potui, quod operae absente me columnam volverant.

Imp(eratori) Caes(ari)
Galerio Va-
lerio Maxsimi- sic
ano P(io) F(elici) invicto
5 AVG♀ RNCMAXS
tr(ibunicia) p(otestate), nobilissi-
mo Caes(ari).

Exemplum, quod quadratarius descripsit, mendis depravatum videtur fuisse. Ea enim quae in versu 5 medio leguntur, sensu carent; primum signum quod vocem *Aug.* sequitur haberi potest pro P, vix pro interpunctione; si spatiolo quod est ante R (quae littera ipsa quoque paulum incerta est) neglecto coniungimus PRNC, dubium est sitne explicandum *pr(i)nc(ipi) maxs(imo)*— cf. e. g. *CIL* II 4505 — an omnino corrigendum *pontific(i) maxs(imo).* Deinde quod vv. 6 sq. Galerius Augustus appellatur *nobilissimus Caesar*, quae nomina Caesarum nondum Augustorum propria sunt, mero abusu fit. Putaverit quis ultima verba superesse ex inscriptione antiquiore, cuius pars superior tituli novi incidendi causa deleta sit; id quod mihi lapidem ipsum inspicienti parum verisimile videbatur.

Galerius factus est Augustus kalendis Maiis a. 305; obiit vere a. 311.

3. Columna a. m ca. 1,65, diam. a parte superiore 0,37.

Im[p](eratori) Ca[es](ari)
Flav(io) Vale-
rio Constan-
tino P(io) F(elici) Aug(usto)

(1) Cf. e. g. Dessau, *Inscriptiones Latinae selectae* n. 568 not. 1; Liebenam, *Fasti consulares imperii Romani* (1909), p. 116; Henze in: *Realencyclopädie der classischen Altertumswissenschaft* II, c. 2461; cf. etiam *CIL* II ind. III.

Litterae versus 1 legenti mihi non prorsus certae erant.

Est Constantinus Magnus, Augustus inde ab anno 307 (1) usque ad mortem, quam obiit a. d. XI kal. Iunias a. 337. Hispaniis potitus est a. 310 (2), sed fieri potest, ut columna etiam prius posita sit (3).

4. Columna a. m 1,30, diam. a parte inferiore m 0,43.

AVG sic
DN· FECI
Constantino
aeter[no]
5 *[Aug(usto)]*

Apparet lapidem bis inscriptum esse; quadratarius cum titulum novum incisurus esset, partem columnae superiorem desecuit, ita ut de inscriptione priore nil restaret nisi *Aug.* et fortasse *refecit.* Quamquam praeter FECI nihil residui ex inscriptione priore vidi; si quis accuratius inquirere volet, columnam aut erigere aut iacentem identidem volvere debebit, id quod ego facere non potui. — V. 2 in. lege *d(omino) n(ostro).* — Versus 4 fin. et 5 attriti videntur esse.

Est aut Constantinus Magnus aut Constantinus filius eius, Augustus a die V idus Septembres a. 337 usque ad a. 340 (cf. infra n. 10).

5. Columna a. m 1,75, diam. a parte inferiore m ca. 0,40.

Valereo sic
Liciniano
Licinio
Pio
5 *Filici* sic videtur
invicto
Augus(to) vel *Augus[to]*

V. 3: Litterae N et I videntur inter se ligatae esse; sed fortasse I omnino deest.

Licinius factus est Augustus a. d. III id. Novembres a. 308, sed columnam vix positam putaverim antequam Constantinus a. 310 Hispaniis potitus (v. su-

(1) Vide E. Stein, *Geschichte des spätrömischen Reiches* I (1928) p. 127.
(2) V. E. Stein, l. c., p. 133.
(3) Cf. ibid., p. 132.

pra n. 3) a. 311 foedus cum Licinio pangeret (1). Apud Chrysopolim victus a. d. XIV kal. Octobres a. 324 (2) Licinius desiit esse Augustus (3).

6 Columna a. m ca. 1,50, diam. a parte superiore m 0,33. Titulus videtur in locum alterius substitutus esse.

D(omino) n(ostro)
Fla-
vi(o)
Cris-
5 *po*

Crispus erat filius Constantini Magni, Caesar appellatus kal. Martiis a. 317 (4) una cum Constantino II. fratre (cf. infra n. 7) et Liciniano Licinio iuniore (cf. infra n. 9), iussu patris supplicio affectus a. 326.

7. Columna supra fracta, a. nunc ca. 0,73, diam. a parte inferiore m 0,30.

[D(omino)?] n(ostro)
Constan-
tino
sic *n(o)b(ilissimo) Caes(ari)*

V. 1: Littera N, cuius pars inferior exstat, certa est; ante vidi vestigia quaedam parum perspicua. Exspectaveris D, nec vero vestigia conveniunt. Potest etiam fieri, ut cum parte lapidis superiore aliqui versus perierint.

Constantinus Constantini Magni filius Caesar factus est a. 317 (v. supra n. 6), Augustus 337 (v. supra n. 4).

8. Columna a. m 1,60, diam. a parte superiore 0,33.

D(omino) n(ostro)
Fl(avio) Iu(lio)
Cla(udio)
Con-
5 *stan(tino?)*
iun(iori)

(1) Ibid., p. 138.
(2) V. E. Stein, *Zeitschrift für die neutestamentliche Wissenschaft* XXX (1931), p. 177 sqq.
(3) Bellum quod a. 314 cum Constantino gessit brevius est, quam cuius rationem hic habeamus.
(4) Vide E. Stein loco supra p. 369 not. 4 laudato, p. 180 sq.

Dubitaverit quis, num titulus, qualem dedi, a parte dextra integer sit; certe versus 2 et 3, fortasse etiam 5 supplemento videntur indigere. Dubitavi ipse quoque in re praesenti; sed vestigia litterarum, quae desideravi, in lapide nulla vidi: timeo ne res incerta maneat, donec columna humi iacebit.

Ne de imperatore quidem plane constat. Putavi aliquando (1) titulum pertinere ad Constantium II., quamquam miratus eum iuniorem appellari, id quod fieri non solet, quoniam Caesar factus est Constantio I. iam pridem mortuo; nunc vero malim cogitare de Constantino II. etiam tum Caesare (cf. supra n. 6 sq.), qui — item ac Constantius II. — nomina gentilicia Iulium et Claudium gerebat, etsi ut videtur non una (2), et cuius nominibus interdum epitheton iunioris addebatur (3), quo facilius a patre homonymo distingueretur.

9. Columna a. m 1,19, diam. a parte superiore m 0,31.

D(omino) n(ostro)
Val(erio)
Licini-
ano Li-
5 *cinio*
iun(i)o- sic
ri

V. 2: Litterae V et A ligatae sunt.

Licinius iunior filius erat Licinii Augusti, Caesar factus kal. Martiis a. 317 (cf. supra n. 6). Patre a. 324 apud Chrysopolim a Constantino victo (cf. supra n. 5) etiam filius purpura privatus est.

10. Columna a. m 1,35, diam. a parte inferiore m 0,27.

D(omino) n(ostro) F[l](avio) Iul(io)
Constanti
aeterno
Aug(usto)

V. 1: In lapide est DNFIIVL.

Agitur de Flavio Iulio Constante, qui Constantino Magno patre defuncto una cum fratribus Constantino II. et Constantio II. Augustus factus est a. d. V id. Septembres a. 337, trucidatus a. 350. Bellum, quod ineunte anno 340

(1) *Sitzungsberichte* l. c.
(2) Cf. Ferrero in: *Dizionario epigrafico di antichità romane* II, p. 656.
(3) Cf. Dessau, *Inscriptiones Latinae selectae* III, p. 309.

gessit cum fratre Constantino tum domino Hispaniarum, quo necato etiam imperio occidentali potitus est, in tempore huius miliarii definiendo, qua erat brevitate, respiciendum non est.

Inter omnes quos hic edidi lapides miliarios non amplius unus indicat, quantum ab eo loco, unde via oritur, distet; quam taciturnitatem non ita raram esse apparebit tibi miliaria Hispaniensia in CIL II edita perlustranti. Dedicationis formam praebent omnes utpote imperatorum nomina casu dativo exhibentes (1). Universitate autem harum inscriptionum — excepto numero 1 — tamquam specimine illustratur status ille imperi Romani, qui principatum ipsum sequitur, ut inter complures imperatores divisi ita pro uno habiti (2).

(1) Cf. O. Hirschfeld, *Kleine Schriften* (1913), p. 718 sq.
(2) Cf. E. Stein, *Geschichte des spätrömischen Reiches*, I, (1928), p. 145.

Dr. Georg Wilke

Ehrenmitglied des Vereins für Volkerkunde zu Leipzig, Ehrenvorsitzender des Geschichts- und Altertumsvereins zu Grimma, Correspondierendes Mitglied der Alterthums-Gesellschaft Prussia in Königsberg i. P., u. s. w.

Die Bestattung in Bauchlage und verwandte Bräuche

Im Mannus (Bd. 23 [1931] S. 202 ff.), dem Organ der Gesellschaft für Deutsche Vorgeschichte, habe ich, angeregt durch Johann Banners inhaltreiche Arbeit über «Die in Ungarn gefundenen Hockergräber» der Stein- und Kupferzeit (Dolgozatok Jahrg. 1927), erstmalig einen sehr merkwürdigen, bisher so gut wie unbeachtet gebliebenen Bestattungsbrauch zusammenfassend behandelt, der sich vom Spätpaläolithicum ab vereinzelt bis heute erhalten hat und der sowohl in vorgeschichtlicher Hinsicht, wie wegen seiner religionsgeschichtlichen und volkskundlichen Bedeutung unserer besonderen Beachtung wert ist. Es ist dies die Bestattung der Toten in Bauchlage, mit dem Gesicht nach unten und dem Rücken nach oben. Da mir seit meiner erstmaligen Veröffentlichung noch eine Reihe weiterer Bauchlagebestattungen aus vorgeschichtlicher Zeit bekannt geworden ist und ich seitdem auch mancherlei neue, in volkskundlicher Hinsicht wichtige Tatsachen kennengelernt habe, so benutze ich gern die an mich ergangene ehrenvolle Aufforderung zur Mitwirkung an der vorliegenden Festschrift, die Frage der Bauchlagebestattung und anderer damit zusammenhängender Bräuche nochmals etwas eingehender — soweit dies der verfügbare Raum gestattet — zu erörtern.

Folgende Fälle von Bauchlagebestattung habe ich in der mir hier in meiner Abgeschiedenheit zugänglichen Literatur verzeichnet gefunden.

Kindergrotte von Mentone. Neben der Hockerleiche eines jungen negroiden Mannes, aber etwas später beigesetzt, «das Skelett einer alten, ebenfalls negroiden Frau. Die Beine der letzteren derart gegen den Rumpf heraufgezogen, dass die Füsse das Becken berührten... Überdies hatte man diesen zusammengepressten Hocker ventral, d. h. mit dem Gesicht nach unten begraben.» Aurign. (Obermeier in Eberts Reallexikon Bd. IV, S. 452, § 2).

Blankenheim, Kr. Sangerhausen: «Skelettgräber ohne Sarg; über dem Kopf und der Brust unbehauene, unregelmässige Steinfliesen. Alle Skelette nach. O., nur ein Skellett lag in umgekehrter Richtung und mit dem Gesicht

nach unten.» Zeit unbestimmt, aber wahrscheinlich vorgeschichtlich. (Jahresschrift für die Vorgeschichte der Sächs.-Thür. Länder, Bd. 1, S. 135 ff.).

Gotha, Flur Ostheim. Grabanlage der Kugelamphorenkultur. Bestattung 27: Hocker. «Die Schienbeine liegen nach unten, Kreuz und Rücken nach oben» (Abb. 1) E. Spiessbach (Mannus 24. Bd. 1932, S. 241) meint, der Tote sei ursprünglich als «sitzender Hocker» bestattet und dann umgefallen. Doch deutet meines Erachtens die anscheinend völlige ungestörte Lagerung der Knochen, besonders der Wirbel und Extremitäten mit grosser Sicherheit darauf hin, dass der Tote in dieser Stellung ins Grab gelegt wurde. (Vgl. die ganz ähnliche Bestattung in der Steinkiste von Bajan.).

Abb. 1 — Bestattung 27 in einer Grabanlage der Kugelamphorenkultur von Gotha-Ostheim. Nach einer von Herrn Professor Florschütz freundlichst zur Verfügung gestellten Photographie.

Nordhausen. Frauenbestattung aus einem Massengrab mit Bernburger Keramik. Die Beine des Skelettes lagen zwar in linksseitiger Hockerstellung, doch war der Rumpf dem Boden zugewendet sodass die Wirbelfortsätze nach oben schauten, während der Schädel mehr nach unten als nach der Seite blickte (Abb. 2). Zwei intra vitam beigebrachte grosse Löcher im Schädel deuten auf gewaltsame Tötung mit einem steinernen Axthammer oder einem ähnlichen Geräte. Vor dem Schädel der Frau lag, ihn gleichsam anschauend, ein weiterer wohl ausgebildeter Schädel ohne sonstige Skelettreste (Mannus Bd. 24, S. 256), der jedoch, wie mir Herr Lehmann soeben brieflich mitteilt «ursprünglich nicht isoliert war, sondern zu einem Skelett gehört, das man bei der photographischen Aufnahme mit den anderen schlecht erhaltenen und von den Erdarbeitern gestörten wegräumte, um eine «schöne Aufnahme» machen zu können». Damit werden auch die von Herrn Stolberg daran geknüpften Folgerungen hinfällig, der in dem Frauenskelett einen Fall von Witwentötung (Vgl. hierzu Wilke in Ebert's RL Bd. XIV, S. 440ff.) erblicken möchte und den isolierten Schädel davor als den ihres Ehemannes auffasst. Da die Frau aus irgend einem Grunde (Ehebruch, Hexereiverdacht, Mord u. dgln.) getötet worden war, war sie nach ihrem Tode besonders zu fürchten.

Erfurt. «1931 grub ich am Borntalweg eine muldenförmige Grube... aus; auf ihrem Boden lag in ostwestlicher Richtung mit dem Schädel im Osten das Skelett einer alten Frau (Gebiss fast zahnlos) von kleinem Wuchse auf Bauch und Gesicht, der rechte Arm lage etwas gekrümmt nach vorn, der linke war seitwärts nach hinten gereckt, die Beine lagen — ganz ähnlich wie bei dem Skelett von Nordhausen (Wilke) — neben einander etwas nach unten und rechts gekrümmt. Neben dem Skelett lage eine Frühlatènescherbe» (Lehmann, Beiträge zur heimatlichen Vorgeschichte, Mitteilungen des Vereins für die Geschichte und Altertumskunde von Erfurt, Jahrgang 1932 Abb. 15). Auch Lehmann erblickt in dieser Bestattung, von der ich in Abb. 3 nach einer vom Verfasser gütigst zur Verfügung gestellten Photographie eine Abbildung gebe, eine Bauchlagebestattung.

Possendorf: «8 Slawische Skelettgräber... Die Toten lagen mit dem Gesicht nach unten!» (Eichhorn, Führer durch das Germanische Museum zu Jena S. 74). Vielleicht handelt es sich hier um die Opfer einer Epidemie.

Wengelsdorf, Kr. Weissenfels: Skelett in Bauchlage in einer Wohngrube mite Stichreihenkeramik (Briefliche Mitt. W. Schulz, Halle).

Salzminde, Saalkr.: Bauchlage eines Kindes in Siedelung der nordischen Kultur (Derselbe).

Nohra, Kr. Grafschaft Hohenstein. Endsteinzeitlicher Friedhof. «Die Lage (der Skelette) war immer Hockerstellung, nur dass der Tote in zwei Fallen auf den Bauchgelegt war, sodass das Steissbein schrag nach oben zeigte» (Nachricht. Bl. f. deutsche Vorzeit, 9. Jahrg. 1933, S. 95).

Halle-Trotha. Grab der spaten Bronzezeit. Exstremste Hockerstellung. «Der Schadel lag mit dem Gesicht nach unten» (a. a. O. S. 97).

Halle-Trotha: Skelett in Bauchlage, wohl vorgeschichtlich, aber Zeit unbestimmt. (Derselbe).

Halle-Trotha. Hockergrab der jüngeren Bronzezeit in der Trothaer Kiesgrube. «Arme und Beine waren ganz eng an einander gefesselt, aber noch in anatomisch richtiger Lagerung. Die Wirbelsäule ist ebenfalls stark zusammengebogen. Das Gesicht war nach unten gekehrt. Beigegeben wurden dem Toten die Scherben einer Tonschüssel und einige Pferdezähne sowie ein Pferdekopf» (Rochlitzer Tageblatt 113 Jahrg. No 290 v. 12. 12. 1932).

Halle-Wittekind: Hier «fand ich (W. Schulz) vor einigen Jahren in Siedelungsschicht der späten BZ. ein Kinderskelett in Bauchlage, daneben ein zweites Kinderskelett und in der Nähe das Skelett eines kleines Kindes auf der Herdstelle. Da hatte ich den Eindruck, als läge keine Bestattung, sondern eine Zerstörung vor». W. Schulz erinnert dabei an die eigenartige Behandlung der Toten in der Knowizer Kultur des Saalegebietes Thüringens und Böhmens (Vgl. hierzu F. Lehmann, Mannus VII, Erg.-Bd. S. 107ff). Der Fall ist also nicht ganz sicher.

Niemburg, Saalkr.: Begräbnisplatz der jüngeren Kaiserzeit. Grab a (nicht amtlich geöffnet): «Weibliche Person, lag angeblich mit Rücken nach oben (W. Schulz, Mann. — Bibl. 22, S. 97),

Ebenda, Grab III (amtliche Ausgrabung): Jugendliche Person, mit Rücken nach oben liegend (a. a. O., S. 101, Abb. 3).

Ebenda, Grab x a. a. O. S. 103.

Ebenda, Grab xiii a. a. O. S. 103.

Oldisleben, Kr. Apolda: Grab der gleichen Zeit; «angeblich Skelett mit Rücken nach oben». 2 Fibeln, wie Almgren vi, 2 (a. a. O., S. 97).

Wieskau, Saalkr.: «Skelettgrab, vermutlich der gleichen Zeit. Skelett in Bauchlage». (Mitt. Schulz).

Abb. 2 — Frauengrab mit Bernburger Keramik von Nordhausen. Nach Mannus Bd. 24, 1932, S. 257, Abb. 2.

Biendorf, Trappenberg (Anhalt): Wahrscheinlich steinzeitlich. «Die Tote lag auf dem Bauche, der rechte Arm lag parallel zur Körperachse, der linke etwas gewinkelte unter dem Leibe; der Schädel fehlte. Ein Halswirbel fand sich nördlich der Leiche (wohl von Wühlern verschleppt)». Eine Hinrichtung, wie sie W. Götze vermutet, liegt wohl kaum vor (W. Götze, Serimunt 5. Jg. 1930 Nr. 21).

Köthen, Windmühlenstr. (Anhalt): Warnisches Skelettgrab. Der auf der r. Seite ruhende Halbhocker war beim Legen von Gasröhren zum grössten Teil zerstört. Der Schädel soll mit dem Gesicht nach unten gelegen haben. Der Kopf war nach S., die Beine nach O. gerichtet (W. Götze, Serimunt, 5. Jg., 1930. Nr. 24).

Thierschneck (Grafschaft Camburg), Grabhügel 7 im Ellrich. BZ. I. «Einer der Toten dieses Hügels ist in einer ungewöhnlichen Lage beigesetzt worden, mit dem Gesicht und Bauch nach unten (G. Eichhorn, Die vor- und frügesch. Funde der Grafsch. Camburg, Jena 1906, S. 158).

Weimar, Merowingerfriedhof, Grab 19. (Götze, Die altthüringischen Funde von Weimar, S. 45, Abb. 21).

Steinkistengrab auf dem Lauseberg bei Unter-Rissdorf, Mansfelder Seekr.: Hockerskelett mit Glockenbecher. «Die Wirbelsäule war vergangen; der dadurch haltlos gewordene Schädel hatte, vermutlich infolge des Druckes eingeschwemmter Erde eine Wendung gemacht, so dass er nicht mehr auf der rechten Seite, sondern fast auf dem Gesicht lag. Oder wäre anzunehmen, dass er in dieser Lage schon bestattet war?» Diese Annahme dürfte wohl das Richtige treffen, da die Bauchlage nur wenig bekannt ist (Jahresschr. f. d. Vorgesch. d. Sächs.-Thür. Länder Bd. 8, S. 55).

Bautzen: «Eine Bestattung, Mann, Gesicht nach unten, fand ich in Bautzen und hielt sie für eine nachlässige Kriegsbestattung von 1813 (Abb. Bilderhandbuch zur Vorgeschichte der Oberlausitz, 1929, S. 152 (Bilderkunde)». Vermutlich beruht diese Bestattung auf den gleichen Motiven, wie die meisten übrigen Fälle von Bauchlage (Mitt. W. Frenzel).

Ottwitz, Kr. Strehlen (Abb. 4): Kinderskelett der BZ. I in Bauchlage (Ebert's RL., Bd. I, Taf. 48c).

Gross-Sürding, Kr. Breslau: Wandalisches Gräberfeld des 5 Jh. n. Chr. «Besonders auffallend ist, dass ein Teil der Toten nicht sorgfältig bestattet, sondern einfach in das Grab hineingeworfen worden war, so dass die Skelette häufig auf der Brust liegend beobachtet wurden». (Zotz Altschlesische Blätter 6. Jahrgang 1931 S. 50). Offensichtlich, lieget auch hier

a.

b.

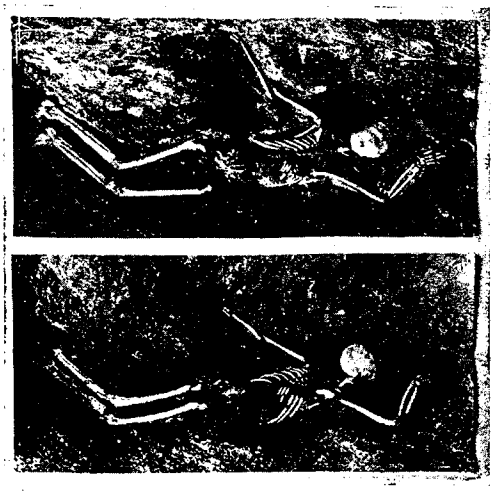


Abb. 3 — Latènezeitliches Frauengrab von Erfurt: a) Ansicht von oben; b) Ansicht von der Seite. Nach einer von Herrn Studienrat E. Lehmann gütigst übersendeten Photographie. Vgl. E. Lehmann a. a. O. Abb. 15.

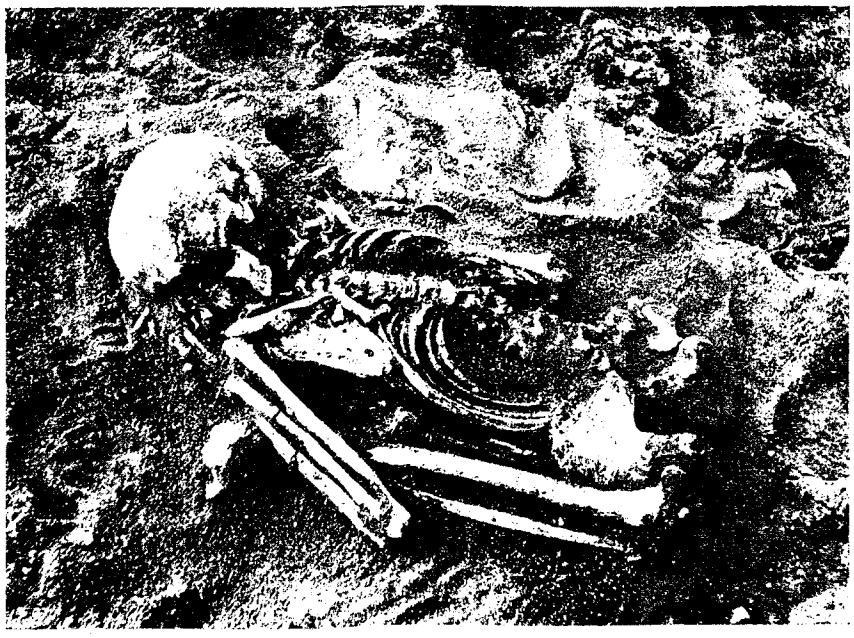


Abb. 4 — Bauchlagebestattung in Gr. 14 des Aunjetitzer Gräberfeldes von Ottwitz, Kr. Breslau. Nach einer Photogr. des Landesamtes für Denkmalpflege in Breslau.

beabsichtigte Bauchlagebestattung vor. Dafür spricht insbesondere die Anwen-

dung sonstiger apotropäischer Massnahmen, die Fesselung der Toten, das Abschlagen des Hauptes (zur Herbeiführung des «zweiten Todes») und die Bedeckung der Toten mit einem Stein. Schon Zotz hat die Vermutung geäussert, dass es sich hier um einen Seuchenfriedhof handeln könne.

Lüneburg, Galgenberg: Das Skelett lag mit den Gesicht nach unten und war mit Steinen eingefasst und überdeckt. Auf dem Kopfe lag ein grösserer Stein. (Nachrichtenbl. f. d. V. III, S. 69).

Neuhof, Kr. Regenwalde: Slawische Hügelgräber; Hügel I, Bestattung Nr. 4. «Neben dem auf dem Gesicht liegenden Schädel Reste eines Oberschenkelknochens. Keine Beigaben.» (G. Bersu, Präh. Zeitschr. XVI, 1925, S. 68).

Beckerslohe bei Kersbach. Hügelgräber, Hügel VI: «0^m,7 tief.. liegt ein Skelett, der Kopf nach Süden, das Hinterhaupt nach oben mit gut erhaltenem Schädeldach, die Extremitätenknochen grösstenteils zerstört.» HD. (v. Forster, Festschr. d. naturhist. Ges. Nürnberg 1901, S. 264).

Agtelekeler- oder Baradla-Höhle bei Rosenau, Kom. Gömör: «In einem Seitengang dieser Höhle, den man das Beinhaus nannte, lagen unter (oder vielmehr hinter) einer mächtigen Travertindecke in regelmässigen Reihen geordnet zahlreiche Menschenskelette, das Gesicht zur Erde gekehrt, den Kopf mit einer Steinplatte bedeckt. In der Nähe des Kopfes stand gewöhnlich ein Trinkbecher und ein Geschirr mit verkohltem Getreide, zu beiden Seiten lagen Werkzeuge und Waffen aus Hirschhorn, Knochen oder Stein». (M. Hörnes, Natur- und Urgeschichte des Menschen, Bd. II, 1909, S. 444).

Rakamaz, Kom. Szabolcs; «Vermorschtes Gerippe, welches in gekauerter Lage mit dem Gesichte nach unten, dem Rücken nach oben gekehrt lag, aber ohne irgendwelche Beigaben». (Arch. Ert. 12, S. 206; J. Banner a. a. O. S. 21).

Bogojeva, Kom. Bácsbodrog, Hockergräberfeld. Grab 2: «Nach der Lage der Hüftenbeine geurteilt wurde der Tote mit dem Gesicht abwärts in das Grab gelegt». Neben dem menschlichen ein Tierskelett. Boden des Grabes mit Scherben belegt (J. Banner a. a. O. S. 23).

Szeghahalom, Kom. Békés. Zwischen andern Gräbern auch 12 seitliche Hocker; Grab 5: «In einer Tief von 25 cm. ein Skelett, dessen Lage von den bisherigen verschieden ist. Mit unter dem Bauch aufgezogenen Beinen, den Rücken aufwärts, den Kopf ein wenig links gegen Westen gekehrt. In der Gegend des Halses waren zwölf durchbohrte, gebrannte Tonperlen aufgefädelt. Unter dem linken Oberarm 3 Spindelringe, 3 Unio-Muscheln, welche auf der dem Körper zugewendeten erhabenen Seite Spuren von roter Farbe trugen». (J. Banner a. a. O., S. 31).

Oszentiván, Kom. Torontál, Hockergräberfeld. Grab 10: «Auf dem Bauche liegendes Skelett, welchem die Unterschenkel und ein Teil des Beckens fehlten. Die Knochen des rechten Fusses hingegen waren vorhanden. Gerade aus der Lage des vorhandenen Fusses ist es ersichtlich, dass trotz der Bauchlage der Tote gekrümmt wurde. Der rechte Arm war unter dem Becken gebogen, der linke lag längs dem Skelette. Der Kopf war nach Ost-Südosten, die Füsse nach Nord-Nordwesten gerichtet und das ein wenig abwärts gekehrte

Gesicht blickte gen Norden. Das Skelett lag ein wenig rechtsseitig, sonst war die Lage des Skelettes so entschiedene Bauchlage, dass das nicht nur ein Zufall sein kann». Beigaben: «Vom Kopfe nördlich 18 cm weit ein der Mündung dem Skelett zugewendetes Röhrenfussgefäss, welches rote Spuren zeigt. Daneben ein kleines Gefäss. Am linken Beckenknochen eine Flusswassermuschel». (a. a. O. S. 40).

Bajan, Kr. Elisabethpol, Transkaukasien. Kistengräber der frühen Eisenzeit im Kurgan Parssegahoch. Kistengrab. No. 1: «Den Verstorbenen hatte man in ganz besonderer Stellung beigesetzt: Die Kniee ruhten auf dem Boden, die Hände waren aufgestützt, und der Kopf neigte sich zur Erde in der Richtung nach Osten» (E. Rössler, Zschr. f. Ethn. 1905, S. 133). Die Stellung des Toten entspricht ziemlich genau der in Abb. I dargestellten Bestattung von Gotha.

Megiddo in Palästina: Grabkammer II mit dem Resten von 12 Toten. «Einige Schädel lagen auf dem Gesicht». (Ebert, Reallexikon, Bd. IV, 2 S. 480 § 12 und § 19).

An-yang, Provinz, Honan, China. Gräberfeld, wahrscheinlich 5—3 Jahrh. v. Chr. (1). Neben Bestattungen in Rückenlage, die die normale Form der Beisetzung bildeten fanden sich auch drei Bauchlagebestattungen in der beträchtlichen Tiefe von 2-3 m. Alle schienen ohne Sarg beigesetzt zu sein, waren aber anscheinend in Matten gewickelt gewesen. Beigaben: Steinwerkzeuge unbekannter Zweckbestimmung, Keramik und Bronzeschwerter, eins davon auf dem Rücken des Toten liegend (W. Eberhard, Bericht über die Ausgrabungen bei An-yang, Honan; Ostasiatische Zschr. 18 Jahrg., 1-2 H. 1932 S. 1 ff).

Miyatoshima, Muschelhaufen auf der Insel M. in der Matsushima-Bai: Unter 13 Skeletten (Hocker in Rückenlage) war eins in Bauchlage (Koganei, Zeitschr. f. Ethn. 55. Jg. 1923, S. 172).

Fundstätte Ko, Dorf Domyoji, Prov. Kawachi nahe bei Osaka: Kein Muschelhaufen. Vereinzelte Skelette in Bauchlage (a. a. O.).

Muschelhaufen Kameyama, Stadt Fukuye, Kr. Atsumi: Unter 23 Skeletten (Hocker in Rückenlage) ein Hocker in der Bauchlage, wobei der Steiss höher als der Kopf gestellt war (a. a. O. S. 168 und 173).

Muschelhaufen Ikawazu am shintoistischen Schrein Shimmeisha, Dorf Izumi, Kr. Atsumi. Unter 17 Skeletten iu Rückenlage (meist Hocker) fand Koganei zwei (Nr. 11 und 12) in der Bauchlage (a. a. O. S. 169 und 173).

Im «Jones-Mound» am Nordufer des Yadkinflusses unweit Patterson, Caldwell County, in Nord-Carolina lag in Grab 9 das Skelett mit dem Gesicht auf dem Boden, und der Kopf des Skeletts war mit einem umgestürtzten Topf überdeckt (Zeitschr. f. Ethn. 1892 S. 102).

Endlich findet sich die Bauchlage bisweilen auch noch bei der Einäscherung. So berichtet ein Augenzeuge von der Verbrennung eines Japaners in

---

(1) Die Kenntnis dieses Gräberfeldes verdanke ich einer freundlichen Mitteilung des Herrn Professor Erkes in Leipzig.

Tsingtau: Nach der Ankunft auf dem Verbrennungsplatze wurde der Sarg «derart umgedreht, dass die Leiche mit dem Gesicht nach unten zu liegen kam». In dieser Lage wurde der Sarg dann auf den Scheiterhaufen gestellt und mit grünem Laubgewinde bedeckt (Ed. Krause, Zeitschr. f. Ethn. 1903 S. 927).

Wenn auch die Zahl der hier aufgeführten Fälle von Bauchlagebestattung keine sehr bedeutende ist (1), zumal die einzelnen Gräber den verschiedensten Teilen der Erde und den verschiedensten Zeiten entstammen, so genügen sie doch, um das Vorkommen dieses eigentümlichen Brauches als beabsichtigte Bestattungsform zu kennzeichnen. Diese Absicht tritt ganz besonders klar bei dem einen Grab von An-yang entgegen, wo das als kostbare Grabmitgabe beigefügte Schwert dem Toten auf den Rücken gelegt worden war. Welchen Zweck hatte nun aber diese merkwürdige Art der Beisetzung, und warum findet sie sich auch auf grossen Gräberfeldern fast immer nur ganz vereinzelt angewendet? Die Antwort kann nur lauten, weil man die Überlebenden vor einzelnen, ganz besonders gefürchteten Toten schützen wollte. Dafür spricht schon der Umstand, dass man ausser der Bauchlage auch noch andere Abwehrmittel: Beschwerung des Kopfes mit einem schweren Stein oder Bedeckung mit einem umgestürtzten Topfe, starke Zusammenschnürung in Hockerstellung oder gar Trennung des Schädels vom Körper anwendete. Und noch mehr ergibt sich das aus den noch heute in einzelnen Gegenden Ungarns herrschenden, schon von J. Banner als Seitenstücke angeführten Verstellungen und Bräuchen, mit denen man sich gegen die unheilvollen Wiedergänger zu schützen suchte. So wurde 1903 in der Umgebung von Abrudbanya einer für eine Hexe und Wiedergängerin gehaltenen verstorbenen Frau das Herz mit einem glühenden Spiess durchbohrt und der Mund mit Eisenstücken vollgestopft, und die Leiche alsdann «mit dem Rücken aufwärts gekehrt» wieder in den Sarg gelegt (Zeitschr. Ethn. 15. Jg. S. 84). Gelegentlich einer in Magyarlapád herrschenden Epidemie meldete der Totenbeschauer des Ortes dem Arzte, «dass eine vor einigen Wochen verstorbene alte Frau nicht gut in ihrem Grabe liege und deswegen die Leute mitnehme», und er beantragte daher, das Grab aufzudecken und die Tote im Sarge umzudrehen (Lázár, Das ungarische Volk von Kom. Alsófehér S. 557). Und in der Gegend von Privigye glaubte man, das eine dort grassierende Choleraepidemie aufhören würde, wenn man einen vor kurzem beerdigten Toten (den man für einen Nachzehrer hielt) auf den Bauch legen würde (Sztanesek, Aus der Gegend von Privigye gesammelte Aberglauben; Ethnogr. 20, Jg. S. 296 ff.; J. Banner, a. a. O. S. 49). Auch in der Ukraine kehren ähnliche Vorstellungen wieder. Man glaubt dort, dass die Vampire im Sarge das Gesicht nach unten gekehrt haben

(1) Ich habe hier geflissentlich die Fälle von Bauchlage bei Doppelbestattungen von Mann und Frau beiseite gelassen, bei denen die Frau auf dem Rücken, der Mann auf ihr mit dem Gesicht nach unten liegt. Hier handelt es sich wohl nur um eine symbolische Andeutung der Begattung. Bestattungen dieser Art sind besonders häufig in der latènezeitlichen Marnekultur. Näheres hierüber bei Déchelette, *Manuel d'Archéol. préh.* II, III, S. 1036. Doch scheint in Somsois und Vigne-aux-Morts auch echte Bauchlagebestattung vorzuliegen.

(Dmitrij Zelenin, Russische (Ostslaw). Volkskunde: Berlin und Leipzig 1927. S. 393, § 164).

Ebenso scheint die Sitte noch in Sizilien zu bestehen. Nach einer Mitteilung in den Tageszeitungen wurde dort unlängst das Grab einer Frau geöffnet, weil ihr. Ehemann auf Grund von Äusserungen, die sie bei Lebzeiten anderen Personen gegenüber getan haben sollte, fürchtete, sie sei lebendig bestattet worden. Beim Öffnen des Grabes fand man den Sargdeckel zertrümmert und die Tote mit dem Gesicht nach unten liegend. Man nahm daher an, dass die Befürchtung des Ehemannes begründet gewesen sei, und dass die Scheintote versucht habe, sich aus ihrem grauenvollen Gefängnis zu befreien (« Der Freiheitskampf » No. 152 v. 1. 7. 32). Doch halte ich es für ausgeschlossen, dass eine Scheintote mit blossen Händen einen festen Sargdeckel zerbrechen und sich selbst in dem engen Raume umdrehen kann, und es bleibt daher nur die Annahme übrig, dass das Grab schon vor der amtlichen Öffnung von unbekannter Hand geöffnet worden war, und dass man nach Zertrümmerung des Sargdeckels die Tote aus abergläubischen Gründen – Grabraub kam nicht in Betracht – umgedreht hatte. Endlich haben sich Reste dieser Sitte anscheinend auch noch in Schlesien erhalten. Nach mündlicher Mitteilung des Oberlandwirtschaftsrat Winckler in Rochlitz soll dort beim Landvolke der Glaube herrschen, dass man erotisch stark erregbare und dementsprechend bei Lebzeiten ungetreue Ehemänner im Sarge umgekehrt lagern müsse, damit nicht ihr Penis zum Sargdeckel herauswachse. Die Motivierung ist natürlich neuzeitlich; ursprünglich wird man wohl schlechte und demzufolge auch des « Bösen Blicks » verdächtige Menschen so bestattet haben. Ja selbst beim Bauopfer lässt sich die Bauchlage nachweisen: Wenn in Schottland die Ausschachtung für einen Neubau vollendet ist, wird der Grundstein an den Rand gelegt. Der jüngste Lehrling oder Arbeiter wird gerufen, sein Kopf in ein Schurz eingewickelt. Dann legt man ihn mit dem Gesicht gegen die Erde auf den Grund der Ausschachtung gerade unter den Stein, der auf dem Rand gelassen ist. Ein Glas Whisky wird über seinen Kopf ausgegossen (Trankopfer); dann tun zwei andere Maurer so, als legten sie den Stein über ihren Kameraden (K. Klusemann, Das Bauopfer. Eine ethnogr., prähist. linguist. Studie 1919 S. 6). Natürlich handelt es sich hierbei nur mehr um einen blossen symbolischen Brauch, der indes ein Überlebsel eines wirklichen Bauopfers ist.

Über den apotropäischen Zweck der Bauchlagebestattung kann sonach kaum ein Zweifel bestehen. Wie aber ist man auf diese merkwürdige Abwehrform verfallen, welche Vorstellungen liegen ihr zugrunde? In Betracht kommen hauptsächlich zwei Vorstellungsgruppen, die an sich nichts miteinander zu tun haben, wohl aber neben einander bestehen.

1. Der über die ganze Welt verbreitete Glaube an den « Bösen Blick » (S. Seligmann, Der böse Blick und Verwandtes, Bd. I und II, Leipzig 1910), der letzten Endes in rein orendistischen oder emanistischhen Vorstellungen wurzelt. Macht schon das Auge mancher lebender Menschen (oder auch Tiere, namentlich das der Schlangen und grösseren Raubtiere) einen unheimlichen, faszinierenden Eindruck, so gilt dies von den Augen eines Sterbenden

und eines Toten erst recht. Man hat beim Hinschauen auf sie ein gewisses Gefühl des Unbehagens und der Beklemmung und sucht sich ihm zu entziehen, indem man entweder das eigene Gesicht vom Toten abwendet (1), oder die Augen der Leiche bedeckt oder schliesst. Das Zudrücken der Augen eines Verstorbenen ist also keineswegs ursprünglich, wie fast allgemein angenommen wird, ein Ausdruck liebevoller Pietät, sondern ein Ausfluss der Furcht vor dem bösen Blick des Toten, also eine Handlung, die letzten Endes im magischen Denken des Menschen wurzelt. Mit dem bösen Blick können alle, selbst die besten Menschen, behaftet sein, ohne dass sie davon eine Ahnung zu haben brauchen (Wilke, Religion der Indogermanen in archäologischer Beleuchtung, Leipzig 1923 S. 20f.), und insbesondere hat man ihn einer Reihe hochgestellter Geistlicher, wie dem Pabst Pius IX und anderen zugeschrieben (Seligmann, Bd. I S. 116ff.). Vor allem aber galten als Träger des bösen Blicks Hexen und Dirnen, Mörder und sonstige Missetäter. Daher pflegte man auch derartigen Personen bei ihrer Hinrichtung die Augen zu verbinden oder den Kopf zu verhüllen, damit sie nicht noch im letzten Momente mit ihren Augen unter den Anwesenden Unheil anstiften konnten. Beispiele dafür liegen schon aus der nordischen Saga-Literatur vor (a. a. O. II 281f.), doch ist der Brauch für das germanische Altertum auch archäologisch zu belegen. Bei vielen der nordischen «Moorleichen», die in Anbetracht einer Notiz bei Tacitus (Germania, cap. XII) zum guten Teile von ertränkten Übeltätern herrühren dürften (Wilke in Ebert's RL Bd. VIII S. 286 ff.), war nämlich der Kopf mit einem Fell umhüllt. Insbesondere war dies bei einer Frauenleiche aus dem Sumpfe von Haraldskjaer bei Veile in Jütland der Fall, die man gewöhnlich für die der schönen Königin und Zauberin Gunild der Harfâgersage hält (Seligmann Bd. II S. 285). Ebenso kehrt die Verhüllung des Kopfes beim Bauopfer wieder. Ein Beispiel dafür hatten wir schon oben in dem merkwürdigen schottischen Brauch kennen gelernt. Als weiteres Beispiel hierfür führe ich einen Bauopferfund von Waidhofen an der Thaya in Niederöstreich an. Hier wurde in einer Mauer ein Hahn aufgedeckt, dessen Kopf mit einem Leinenlappen umwunden war (Becker, Mitteldeutsche Blätter für Volkskunde, Jahrg. 1931 S. 53). Statt der Verhüllung genügte auch schon die Bedeckung des Gesichtes mit einen Topf, einem Stein oder einem sonstigen Gegenstand. Beispiele für die Bedeckung mit einem Topfe liegen vor von Ko, Isukumo und Hirai in Japan (Koganei a. a. O.) sowie aus dem oben erwähnten Jones-Mound, und in einem jungslawischen Kindergrabe von

(1) Darauf beruht es auch, dass man beim Totenopfer das Gesicht abwenden musste. So warf man im klassischen Altertum den unruhigen Seelen und ihrer Herrin Hekate mit abgewandtem Gesichte die Überreste der Reinigungsopfer hin, um sie von menschlichen Wohnungen abzuhalten. Odysseus muss sich beim Totenopfer umwenden. Orpheus darf sich nicht nach Eurydike, als einer Unterirdischen, umblicken. Auch im Brahmanischen Totenritual müssen gewisse Handlungen mit abgewandtem Gesichte ausgeführt werden. Der japanische Gott Izanagi no Mikoto sieht sich bei seiner Flucht aus dem Hades nicht um, sondern schwingt das Schwert hinter seinem Rücken gegen die ihn verfolgenden acht scheusslichen Weiber (K. Florenz, Japanische Mythologie, 1901, S. 52). Und ähnliche Erzählungen liessen sich noch in grosser Zahl anführen.

Gifhorn in Braunschweig war über den Kopf des dort bestatteten zwölfjährigen Mädchens die Schädeldecke einer Erwachsenen gestülpt (Mannus Bd. 21 [1929] S. 309ff.).

Eine andere Art, sich und andere vor der Wirkung des Augenzaubers zu schützen, bestand darin, den dem Tode Geweihten oder die Leiche eines Mal'occhio Verdächtigen umzudrehen, sodass die Augen nach dem Boden blickten. Bezeichnend für diese Vorstellung ist eine nordische Erzählung aus dem 9. Jh. n. Chr.: Als die dänische Prinzessin Swavilda wegen Ehebruchs unter den Hufen der Rosse den Tod erleiden sollte, beeinflusste sie durch Zauber die Pferde, die sie vernichten sollten, und um die Wirkung dieses Zaubers zu brechen, musste man ihr Gesicht nach der Erde drehen. Noch im spätern Mittelalter pflegte man die des bösen Blicks verdächtigen Dirnen in Bauchlage zu begraben, und ebenso wurden nach einer brieflichen Mitteilung des Herrn Frenzel in Bautzen bestrafte Geistliche vor der Kirchentür verkehrt bestattet. Auch dieser Brauch ist schon vielfach bei den Moorleichen nachweisbar (Abb. 5). Beispiele dafür bilden die Moorleichen von Brammer bei Kreepen, Kr. Verden (Hahne, Mannus II Ergänzungsband 1911 S. 22, Taf. I Abb. 4) un von Landegge, Kr. Meppen (a. a. O. S. 25, Taf. I Abb. 5). In Anbetracht dieser Tatsachen, für die sich leicht noch weitere Beispiele anführen liessen, ist wohl die Antahme gerechtfertigt, dass auch bei den meisten der oben angeführten Fälle von Bauchlagebestattung die Furcht vor dem bösen Blick des Toten das treibende Motiv gebildet hat.

Abb. 5 — Männliche Moorleiche aus dem v. Santenschen Moor bei der Landegger oberen Tenge, Kr. Meppen. Nach H. Hahne, Mannus II Erg. Bd, Taf. I 5.

2. Das Bestreben, dem Toten oder seiner Seele die Möglichkeit zu nehmen, den Weg zu seinem alten Heim zurückzufinden. Dieser Gedanke tritt sehr deutlich in den bei der «Ἐκφορά» herrschenden Bräuchen hervor: Sofortiges Schliessen der Fenster und Türen nach Heraustragen des Toten; Ausgiessen eines Eimers Wasser vor dem Hause, das symbolisch den nicht zu überschreitenden Unterweltsfluss andeutet, und namentlich die Herstellung einer künstlichen Öffnung im Hause des Toten, durch die er hinausgehoben wird. Diesem Brauche begegnen wir beispielsweise bei den Samojeden (Montefiori, Journ. anthr. inst. 24 [1895] S. 406), den Hottentotten (Seyffert, Arch. f. Anthr. N. F. 12 [1913] S. 87f.), den Kwakiutl-Indianern von Brit. Kolumbien (Boas, 2. Rep. on the N. W. Tribes of Canada; Brit. Ass. Adv. Science 1896 S. 6), den Eskimos am unteren Yukon (Nelson, The Esk. about Bering Strait, 18. Ann. Rep. Bur. Amer. Ethn. part I 1899, S. 314) und den Snohomish, Skagit und Snugualmi am Pugetsund (Haeberlin, Zeitschr. f. Ethn. 1924 S. 49), und auch in Europa haben sich vereinzelt ähnliche Bräuche erhalten. So trägt man im Gouv. Olonec den Sarg bisweilen nicht zur Tür, sondern zum Fenster hinaus (E. Barsow, Pritschitanija Ssjewernawo Kraja I S. 306); und in anderen Gegenden Russlands wird der Sarg gewöhnlich zur Hintertür oder den Viehhof hinausgetragen (Zelenin, Russische (Ostslawische) Volksk. S. 324). Ebenso gehört dazu der noch in Württemberg, bes. bei der Bestattung

von Selbstmördern, hie und da geübte Brauch, die Türschlösser zu ändern oder die Türen zu versetzen, damit der Tote den Weg nicht mehr zurückfinden kann. (Pfister, Schwäbische Volksbräuche). Ja selbst bei der Wasserbestattung bei manchen Nuturvölkern kehrt der Gedanke der Irreführung wieder. So wird in San Cristoval die Leiche in die See von zwei Kanus hinausgerudert und alsdann, nachdem man unter den zusammgezogenen Knieen einen Stein versenkt hat, ins Meer geworfen. Das eine Kanu kreist zunächst einmal um die Stelle, wo man den Toten versenkt hat, «um den Geist irre zu führen», während das andere hinaus in die See geht (Thurnwald in Ebert's RL XIII 380 § 20). Auch der Bestattung in Bauchlage können, daher ähnliche Erwägungen, die Absicht dem «lebenden Leichnam» die Rückfindung zu erschweren, zugrunde gelegen haben. Ja selbst noch für die Stufe animistischen Denkens trifft dies zu. Nach einem weit verbreiteten, und namentlich bei den Serben herrschenden Glauben kann die Seele eines lebenden Schlafenden, die ja nach allgemeiner Anschauung meist in Tiergestalt durch den Mund austritt und dann alpen geht, zum Körper nicht zurück, wenn man ihn umdreht und auf den Bauch legt, weil sie dann nicht mehr den richtigen Weg findet (J. Grimm, Deutsche Myth. 2 II 1036f.). Die Folge ist der Tod. In der gleichen Weise konnte man natürlich auch auf der Stufe beginnenden animistischen Denkens den «zweiten», endgültigen Tod eines Verstorbenen herbeiführen, wenn man seiner Seele durch Umdrehung des Körpers die Wiederauffindung des Weges zu diesem unmöglich machte, und dann konnte auch der Tote nicht mehr als lebender Leichnam umherwandeln und die Überlebenden ängstigen (1).

Welches von den beiden genannten Motiven für den Grabbrauch bestimmend gewesen ist, lässt sich natürlich nicht mit Bestimmtheit sagen, wahrscheinlich aber wohl beide, und zwar zunächst der Glaube an den bösen Blick als der der ältesten Stufe religiösen Denkens angehörigen Vorstellung. Erst sekundär mag dann die Absicht hinzugetreten sein, dem Toten die Wiederauffindung des letzten Wegs unmöglich zu machen. Dieses Motiv scheint heute, wie die oben erwähnten Berichte aus Ungarn lehren, vorwiegend massgebend zu sein.

---

(1) Ein dritter Grund könnte vielleicht noch der sein, durch die Lagerung des Mundes nach unten das «Kätschen», «Schmatzen» und «Saugen» unmöglich zu machen, das man sonst gewöhnlich durch Einführung von Steinen oder Eisenstücken in den Mund oder zwischen die Zähne, durch Feststecken oder Fernhaltung aller zum Saugen geeigneten Gegenstände wie Totenhemdzipfel, Bänder, Blumen usw. (Lippert, Christentum, Volksglaube und Volksbrauch S. 411). oder auch durch Befestigung einer Zitrone unter dem Kinn der Leiche (Weise, Aberglauben aus den Altenburgischen S. 23) und ähnliche Massnahmen zu verhüten sucht. Doch handelt es sich hierbei anscheinend erst um jüngere Vorstellungen, auf die ich daher nicht näher eingehen will.

Dr. L. Xavier da Costa
Presidente da Associação dos Arqueólogos Portugueses
e Vogal Efectivo da Academia Nacional de Belas-Artes (Lisboa)

Páginas da "História Resumida das Belas-Artes em Portugal no Século XVIII" (1)

Comprovando o entusiasmo de D. João V pelas artes e letras, Mr. de Montagnac narrava à sua côrte, em ofício de 1 de Dezembro de 1722, que o rei português, acompanhado de artistas e peritos, visitara a casa de campo do falecido cônsul francês Duverger, grande coleccionador de pinturas, e ali fizera aquisição de quarenta e um painéis, além do retrato de Luís XIV, pelo qual deu seis mil cruzados; retrato que o embaixador, abade de Mornay, havia deixado em poder do referido cônsul.

Sabe-se também que foram enviados ao nosso monarca, de 1725 a 1727, pelo erudito João Mariette, seu comissário em Paris, cento e seis volumes «in folio» contendo estampas dos melhores abridores e setenta quadros originais, acompanhada tal remessa com as biografias dos artistas respectivos. Só as encadernações da riquíssima colectânea importaram em cêrca de oito mil e quinhentos francos, vindo juntamente com ela uma relação de mais quadros oferecidos à venda e que formavam a galeria de Mr. de Fraula, conselheiro de Estado e presidente do Tribunal de Contas, em França. Algum dos volumes da remessa encontra-se ainda na posse nacional, ou na de particulares.

Para fazermos ideia aproximada das galerias então existentes em Lisboa e das principais obras de pintura nelas contidas, assim como para ajuïzarmos das que haveria nas igrejas, conventos, palácios e habitações, deve ser consultada a edição de 1753 do «*Abecedario Pittorico*» de Pedro Guarienti, conservador do museu de Dresde, que residiu em Portugal nos anos de 1733 a 1736 e, havendo examinado com proficiência as nossas riquezas artísticas, compôs a lista que publicou na citada edição do livro.

Contudo para Mafra, a despeito de possuírmos pintores nacionais competentes, como Inácio de Oliveira Bernardes e Francisco Vieira de Matos, ou estrangeiros vivendo entre nós, como Pedro António Quillard, — e os três nomea-

(1) Omitidas as notas de citação das fontes originais.

dos para lá trabalharam, deixando bons monumentos das suas aptidões, — ainda por D. João v foram importadas pinturas de Sebastião Conca, Pedro Bianchi, Trevisani, Jacinto Corrado e Agostinho Massucci, com obras escultóricas de Ticiati, Jacob e João Baratta, Agostinho Corsini, S. Martinez, J. Franzi, J. Fortini, B. Vacca, J. B. Maini, Bernardino Ludovice, Pedro Bracci, Montanti, Faggini, Barbierus, Pincelloti, Monaldi e Piemontini, as quais não ultrapassam em mérito ou beleza as que mais tarde Alexandre Giusti e a plêiade de artistas nacionais que formou, distinguindo-se entre estes Machado de Castro, executaram para o mesmo edifício e seus anexos. Muito posteriormente e reinando D. Maria I, facto análogo se deu com a encomenda, para a basílica da Estrêla, dos painéis de Pompeu Batoni, datados de 1781, trazidos de Roma por Gaspar Froes Machado no ano seguinte, e que foram colocados no templo, apesar da crítica severa do artista português Joaquim Manuel da Rocha, candidato preterido à execução dos ditos quadros.

De igual modc fêz o Magnânimo importar do estrangeiro os deslumbrantes bordados e tapeçarias, rendas e tecidos, que constituíam os paramentos e guarnições das suas grandiosas emprêsas ao divino, assim como êle e os fidalgos da côrte importaram muitas alfaias destinadas a uso próprio e a adornos de suas casas ou equipagens.

Era reconhecida a perícia dos nossos lavrantes de metais preciosos, havendo fartos e demonstrativos exemplos dos seus trabalhos por todo o país. Perduram ainda restos apreciáveis de lavores dessa época, lavores que aliás faziam seqüência aos do século anterior.

Entre estes recordemos, como exemplar curioso, ainda que de execução pouco delicada, o cofre de prata e cristal em que se guardam relíquias de Santa Joana e que, havendo pertencido ao convento de Aveiro onde a princesa residiu, se expõe actualmente no museu regional da mesma cidade. Recordemos em Coimbra, na capela-mor da igreja do mosteiro novo de Santa Clara, o belo túmulo de prata e cristal em que jazem os despojos mortais da raínha Santa Isabel, mandado fazer no ano de 1615, conforme diz a respectiva inscrição, pelo bispo-conde D. Afonso de Castelo-Branco a quem importou em quinze mil cruzados. E na Sé Nova da mesma cidade, igreja do antigo colégio de jesuítas denominado das «Onze Mil Virgens», ou vulgarmente «Colégio das Artes», o trono da capela-mor inaugurada em 31 de Julho de 1698, dia de Santo Inácio de Loiola; trono completamente revestido de chapa de prata trabalhada rica e habilidosamente, assim como o grande frontal do seu altar.

Recordemos o opulento sacrário, igualmente em chaparia de prata relevada (1666-1675), oferta do rei D. Afonso VI, cumprida por D. Pedro II e obra do ourives João de Sousa, que se ergue no altar-mor da igreja dos jerónimos de Belém, em Lisboa. Ou o espectaculoso altar do SS. Sacramento que existe na Sé do Pôrto, obra contratada em 1632 com Manuel Teixeira e seu genro Manuel Guedes, ourives de Lamego, seguida durante o século XVII pelos ourives Miguel Pereira, Bartolomeu e Sebastião Nunes, Manuel de Sousa, Pedro Francisco e João Teixeira, continuada durante o século XVIII e eivando-se então de mau gôsto, ao sofrer no desenho a mesma influência barôca das talhas de madeira dourada, exuberantes, sobrecarregadas, freqüentemente ilógicas, mas sem-

pre admiráveis de técnica e de efeito decorativo em conjunto, que revestiram os altares e paredes de muitas igrejas e capelas portuguesas, no tempo.

É trabalho português dos fins do século XVII a imagem de prata, em vulto e corpo inteiro, de Nossa Senhora do Rosário sustentando o menino Jesus, com sua peanha também de prata lavrada e medindo o todo $0^{m},70$ de altura, que pertence à confraria da mesma invocação, fundada no ano de 1615 na igreja do antigo convento de S. Domingos, da cidade de Viana do Castelo. Imagem erecta num altar monumental de talha em madeira dourada, com alçado e tribuna, risco do sargento-mór de engenharia Manuel Pinto Vila Lobos e execução do entalhador Domingos de Magalhães em 1746.

De comêço seiscentista, sendo obra encomendada e levada a cabo pela confraria das Escravas do SS. Sacramento, a qual no ano de 1643 se formou entre as fidalgas de Lisboa e as recolhidas no mosteiro de Nossa Senhora da Encarnação das Comendadeiras de S. Bento de Aviz, em desagravo do célebre sacrilégio nocturno de 15 de Janeiro de 1630 cometido na igreja de S.ta Engrácia, recordemos ainda o formoso sacrário e grande trôno de prata lavrada que adornam o altar-mór da igreja do referido convento, e nos quais a pureza de cinzelado e de linhas do primeiro, que deve ser da época inicial, contrasta com o grosseiro e mal modelado das figuras que guarnecem o segundo, aliás vistoso e opulentíssimo no seu trabalho e aspecto.

Exclusivamente setecentista, podemos recordar o frontal concheado do altar do SS. Sacramento na Catedral de Lamego. Ou o belo conjunto do sacrário e frontal do altar do SS. Sacramento na igreja da Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, em Guimarães, obra de artistas vimaranenses e, de modo semelhante ao das obras já mencionadas, feita a cinzel em chaparia de prata. O dito sacrário, começado em 1711 e executado até 1717 pelo ourives Jerónimo Lopes Moreira, foi continuado desde 1720 por Franciso Cardoso de Macedo que o finalizou em 1721, entregando as portas do monumento; a banqueta, onde se figura a ressurreição de Cristo, entregou-a êste ourives em 1725; e o frontal, encomendado em 1735 ao ourives João Pereira Ribeiro, como não estivesse pronto em 1736, foi continuado por Francisco Teixeira que parece havê-lo terminado em 1737.

Em Lisboa trabalhava, desde o fim do século XVII, João Frederico Ludovico, o qual suponho havia recebido, antes da sua ida para Roma, influências senão aprendizagem das activas oficinas de Augsburgo, que viera contratado pelos jesuítas a fim de lavrar o sacrário de prata para a igreja de S.to Antão e de cuja autoria se apontavam, como notáveis, um frontal e banquêta executados nesse metal para o altar-mór da igreja do convento do Carmo, além de outros trabalhos análogos.

Pois D. João V, quando resolveu oferecer para o altar-mór da Patriarcal duas ricas banquêtas de prata, encomendou-as fora do país, sendo a mais esplendorosa cinzelada em Roma pelo exímio António Arighi.

De modo semelhante, a imagem de prata dourada e em tamanho natural de Nossa Senhora da Conceição, que o monarca fêz erigir no mesmo altar, mandou-a executar naquela cidade de Itália, custando-lhe só o modêlo, do escultor romano Lourenço Maini, um conto de réis. Por sinal que, após a colocação da

obra no sítio para onde fôra destinada e reconhecendo-se que não fazia bom efeito pelo isolamento em que ficava, conforme narra Machado de Castro, lhe colocaram aos lados, por conselho de Ludovice, dois anjos executados em madeira pelo escultor português José de Almeida, dourados também. Tôdas essas imagens, com as dos Apóstolos, igualmente de prata, existentes na igreja e da autoria do referido Lourenço Maini, ficaram destruídas pelo incêndio consecutivo ao terramoto de 1755, escapando apenas duas de entre as últimas, que se conservavam depois no tesouro da Sé de Lisboa, de onde foram em 1834 para a Casa da Moeda.

E assim como D. João v encomendou no estrangeiro, para o edifício de Mafra, os belos cancêlos em bronze das capelas do templo e os célebres carrilhões que em Antuérpia, na data de 1730, construíram Nicolau Levache e Guilherme Withlockx, assim fêz importar de Roma, juntamente com a capela de S. João Baptista, encomendada em 1742 para ser erigida na igreja de S. Roque, as sumptuosas e admiráveis peças metálicas da contextura e indumentária da mencionada capela.

O primeiro dos citados carrilhanores veio para Lisboa juntamente com a sua obra e depois aqui residiu, abrindo uma fábrica de sinos no Campo de Santa Clara. Os objectos pertencentes à capela de S. João Baptista ainda actualmente nos deslumbram quando os contemplamos «in loco», ou no museu da Misericórdia onde se guardam; e foram devidos aos hábeis artistas romanos, modeladores, bronzeiros e ourives, Angelo Spinazzi, Francisco Annibaldi, Francisco Guerrini, Francisco Giardoni, Silvestre Doria, Francisco Rosa, João Paulo Kaiser, Caetano Smiti, Pedro Mascelli, Ricciani, Simão Miglie, António Arighi, José Gagliardi, António Gigli, Vicente Belli, António Vendetti, Carlos Guarneri, Tomás Puliti, Francisco Salci, e João Félix Sannini. Outros nomes omito, de lavrantes que igualmente cooperaram na ostentosa emprêsa do Magnânimo, por haverem desaparecido os trabalhos que fizeram, roubados nas invasões napoleónicas.

Também o rei, não se contentando com o labor nacional, encomendou e fêz executar aos grandes ourives e lavrantes parisienses objectos e serviços preciosos que vieram para seu uso e da côrte. Há notícias de dois trabalhos acabados em 1725 por Tomás Germain, filho de Pedro Germain, fundador da dinastia, e destinados um para o monarca de Portugal e outro para a raínha; de outro, entregue dois anos após e destinado à princesa do Brasil; de uma encomenda feita por D. João v em 1728; além de mais, numerosas e importantes, executadas desde 1744 a 1745 e nos anos subseqüentes. O artista francês morreu quási sùbitamente em Agôsto de 1748; e a sua reputação era tão grande na côrte portuguesa que, segundo narra o abade Lambert, ao saber do falecimento do joalheiro a quem devia tantas obras-primas, o rei ordenou que lhe fôssem feitas solenes exéquias em Lisboa, pagas do real bolsinho e às quais assistiram os artistas da cidade. ¿Seria a irmandade de S. Lucas organizadora da fúnebre cerimónia? Ou seria a de S.^{to} Elói?

Das valiosas encomendas feitas a Tomás Germain não existem documentos, o que deve atribuir-se à destruïção dos arquivos quando do terramoto de 1755. Nem delas restavam vestígios na extinta Casa Real, sendo contudo

possível que a lâmpada suspensa na capela do palácio da Ajuda houvesse saído das suas mãos, apesar de não mostrar punção ou assinatura. De outros objectos da sua autoria, que aínda há alguns anos existiam no país, uns castiçais datados de 1733 não tinham indicação do destinatário; e uma grande terrina, com tampa e bandeja, datada de 1744, puncionada e assinada pelo lavrante, ostentava o brasão dos condes de Galveias.

Outros fidalgos imitaram a D. João v em várias épocas. Sabe-se de peças de Pedro Estêvam Buron, datadas de 1745 e com brasão do duque de Aveiro, assim como de peças monumentais de Carlos Spire, com brasão dos condes de Aveiras (Silvas). Com brasão dos condes de Galveias existia outra terrina, em tudo análoga à já mencionada como pertencendo-lhes e da autoria de Tomás Germain, fazendo par com ela, mas tendo a assinatura e punção do filho Francisco Tomás Germain e a data de 1764. O duque de Aveiro encomendou em 1757 a Ed. Francisco Godin as dezesseis graciosas estatuetas de prata dourada, que segundo o Dr. José de Figueirêdo teem a marca do lavrante Ambrósio Nicolau Cousinet e existem entre o que resta da opulenta baixela da extinta Casa Real; sendo provável que também fizessem parte da mesma encomenda os castiçais para serpentinas, companheiros daquelas e marcados com o punção de Luís Tomás Lehendrick. Uns grandes vasos para gelar vinhos, que apresentam o brasão do conde de Povolide (D. Luís da Cunha), mostram o punção de Roberto José Auguste e decerto encorporaram-se na baixela régia em data igualmente ulterior.

Os trabalhos desta baixela foram encetados em 1757, já no reinado de D. José I, por Francisco Tomás Germain, de colaboração com Jacques Ballin; e continuaram até 1764, havendo ainda em 1765 quatro serviços, com um centro de mesa, em curso de execução. Só depois de 1767 tudo ficou concluído, não por Germain, que falira, mas por Luís Regnard. E só depois de 1775 e de grandes precalços na sua entrega e pagamentos, é que o famoso conjunto veio para Lisboa, onde serviu pela primeira vez na festividade da coroação da rainha D. Maria I, a 13 de Maio de 1777.

Entre as peças da baixela aparecem uma bacia e um jarro, de excepcional beleza, que devem ser atribuídos a António Sebastião Durand.

. . . . . .

Dr. Hans Zeiss
Direktor bei der Römisch-Germanischen Kommission (Frankfurt a. M.)

Spätrömische stempelverzierte Keramik aus Portugal und Spanien

Es ist vielleicht für die Festschrift eines angesehenen Altertumsvereins, der bereits auf eine längere Tradition archäologischer Tätigkeit zurückblicken darf, kein unerwünschter Beitrag, wenn im Folgenden eine keramische Gruppe behandelt wird, deren Zeitstellung nicht selten verkannt worden ist. Auf der Pyrenäenhalbinsel pflegt sie herkömmlich als westgotisch bezeichnet zu werden, so z. B. von M. de Artiñano in seinem «Resumen de la historia comparada de la cerámica en España» (1).

Während der ersten drei Jahrhunderte der Kaiserzeit nimmt unter der römischen Keramik die Terra sigillata die erste Stelle ein, deren leuchtendes Rot dem Altertumsforscher so oft den Ort einer einstigen römischen Niederlassung verrät. Soweit die Gefässe verziert sind, tragen sie Reliefschmuck, der mittels einer Formschüssel hergestellt worden ist. Die ältesten, zu Arretium (Arezzo) in Etrurien gefertigten Reliefgefässe lassen den unmittelbaren Zusammenhang mit toreutischen Vorbildern erkennen, von denen sich die Erzeugnisse der jüngeren Sigillata-Töpfer sehr zu ihren Ungunsten abheben. Seit dem 2. Jahrhundert erscheint neben der immer kunstloser werdenden Reliefverzierung eine andere Technik: Glasschliffmuster, meist als Kerbschnittdekor bezeichnet, werden auf die Terra sigillata übertragen (2). Damit gibt sich ein grundlegender Stilwandel zu erkennen: die beginnende Verdrängung der plastischen Verzierung durch die flächenhafte, deren auf dem einfachen Wechsel von Hell und Dunkel beruhendes «koloristisches» Prinzip von Alois Riegl als ein wesentliches Kennzeichen des spätrömischen Stiles erkannt worden ist (3).

---

(1) *Colleccionismo*, Nr. 50, 1917, 22-27.

(2) Vgl. J. Déchelette, *Les Vases céramiques ornés de la Gaule romaine, 2*, 1904, 312-315. — F. Oswald and T. D. Price, *An Introduction to the Study of Terra Sigillata*, 1920, 223-226 Taf. 77-83 passim.

(3) Vgl. A. Riegl, *Spätrömische Kunstindustrie*. Neudruck, 1927.

Wenn es auch in den Mittelmeerländern noch in spätrömischer Zeit reliefverzierte Keramik gegeben hat, die übrigens bezeichnender Weise gerne einfache geometrische Muster verwendet, so ist doch auch hier die Reliefverzierung in weitem Ausmasse durch eingetiefte Ornamente ersetzt worden, zu deren Anbringung Stempel benützt wurden. Diese Keramik, die häufig das Rot der Sigillata nachahmt, sonst aber grau mit oder ohne schwarzem Ueberzug erscheint, wird als stempelverzierte Keramik bezeichnet. Sie hat eine Behandlung in grösserem Rahmen durch W. Unverzagt erfahren, der in seinen «Studien zur Terra sigillata mit Rädchenverzierung» (1) zur Beleuchtung der spätrömischen rädchenverzierten Töpferware Nordgalliens (2) und Germaniens die gleichzeitigen stilistischen Parallelen umfassend herangezogen hat. Er hat aus dem südlichen und mittleren Gallien, so aus Bordeaux, Genf, Marseille, Nantes, Narbonne und Poitiers, Funde von stempelverzierten Schalen, Tellern und Tassen zusamengestellt, deren Verzierungsmuster meist geometrischer, seltener figürlicher Art sind; besonders häufig erscheinen Palmwedel, Rosetten und Kreismotive, und auch christliche Symbole kommen vor. Die Liste der Fundplätze liesse sich heute leicht vermehren; als besonders wichtig seien Ensérune, Dep. Hérault (3), und St. Laurent-de-la-Cabrerisse, Dep. Aude (4), genannt.

Von den Proben stempelverzierter Keramik, die diesem Aufsatz beigefügt sind, stammen zwei (Abb. 1, 1 und 3) aus Portugal, zwei (Abb. 1, 2 und 6) aus dem heute spanischen Lusitanien und zwei (Abb. 1, 4 und 5) aus der Baetica. Sie seien im Folgenden kurz der Reihenfolge nach besprochen.

1. *Conimbriga* (heute Condeixa-a-Velha, Distr. Coimbra). Bruchstücke eines roten Tellers. Sechseckiger Stern aus einzeln eingestempelten Palmblättern; zwischen den Zacken dreifache konzentrische Kreise. (Museu Machado de Castro, Coimbra).

2. *Mérida.* Um eine Mittelrosette radial gestellte, schmalere Palmblätter, gleichfalls von einem gedoppelten Kreis eingefasst, und mit kleinen Rosetten zur Füllung der Zwischenräume. Der schwarze Teller, von dem das kleine Bruchstück stammt, war ferner mit einer Zone eingestempelter Würfelmuster verziert, welche den erwähnten Doppelkreis aussen begleitete. (Mérida, Sammlung im Amphitheater).

3. *Prov. Algarve.* Bruchstück eines roten Tellers mit eingestempeltem Christusmonogramm, daneben ein Pfau, dem wohl ein symmetrisch eingestempeltes Gegenstück entsprach. Das von dem Nestor der portugiesischen Archäologie, J. Leite de Vasconcellos, in seinem grundlegenden Werk «Religiões da Lusitania» besprochene Stück ist wahrscheinlich ein Erzeugnis der afri-

---

(1) *Prähistorische Zeitschrift*, 16, 1925, 123-165.

(2) Ueber das wichtige Töpfereizentrum in den Argonnen zuletzt G. Chenet, *Germania*, 14, 1930, 64-73.

(3) F. Mouret, *Collection Mouret (Fouilles d'Ensérune). Corpus Vasorum Antiquorum*, France, 1927, Taf. 50-54.

(4) Sammlung H. Rouzaud, Narbonne, deren Besichtigung mir Herr Rouzaud freundlichst gestattete.

kanischen Töpfereien, welche derartige Ware in grossem Masstabe hergestellt und ausgeführt haben. (Museu Etnológico Português, Belém, Nr. 16799 bis).

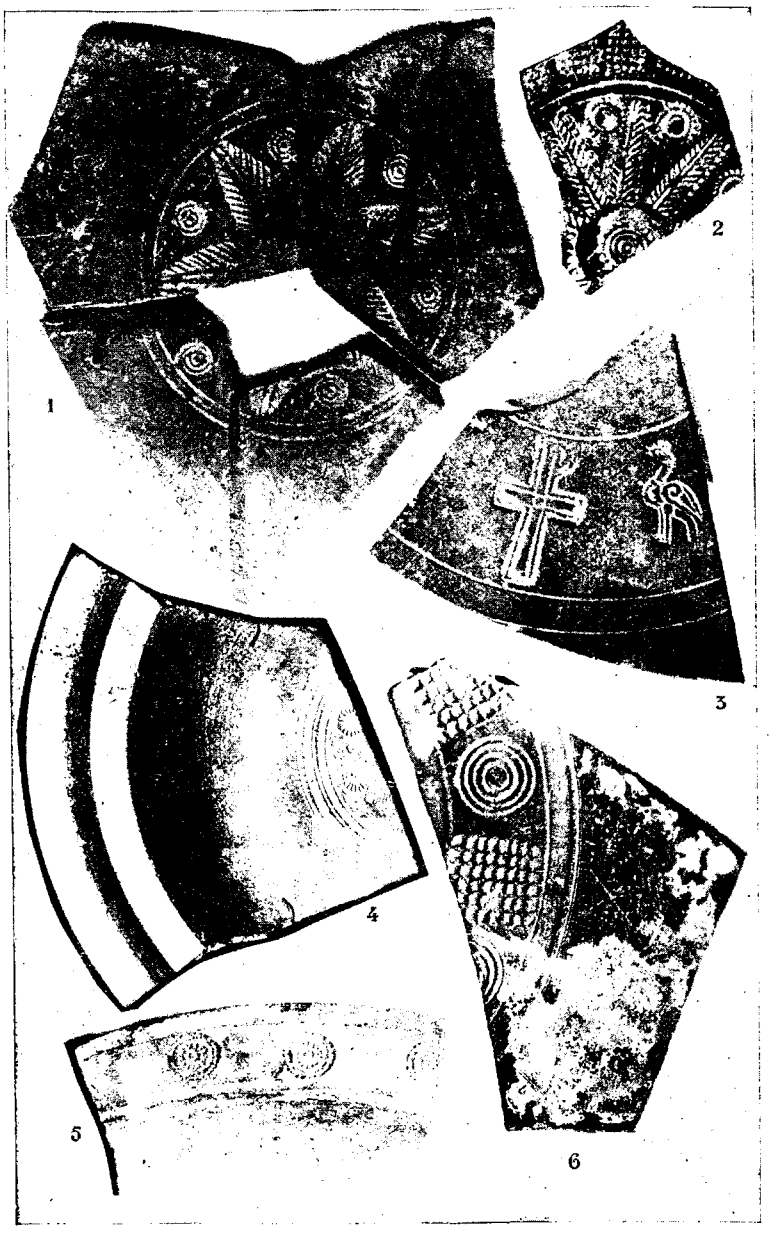


Abb. 1.: 1, Conimbriga; 2, Mérida; 3, Prov. Algarve; 4, Belo (Prov. Cadiz) 5, Torrox (Prov. Málaga); 6, Mérida.

4. *Belo,* Prov. Cadiz. Bruchstück einer roten Schale mit eingestempelter Verzierung der Mitte ähnlich Abb. 1, 1. (Sammlung Bonsor, Mairena del Alcor, Prov. Sevilla).

5. *Torrox,* Prov. Málaga. Bruchstück eines grauen Tellers mit Horizontalrand, auf dem Rosetten eingestempelt sind. (Museo de Bellas Artes, Málaga).

6. *Mérida.* Bruchstück eines schwarzen Tellers mit dem Teilstück einer Dekorationszone ähnlich der auf Abb. 1, 2. erkennbaren, mit Würfeln und konzentrischen Kreisen im Wechsel. Die Mitte war vermutlich auch hier durch ein Sternmotiv gefüllt. (Mérida, Sammlung im Amphitheater).

Wie die abgebildeten Beispiele zeigen, ist die stempelverzierte Keramik unschwer erkennbar. Ihre Muster sind auch deutlich genug von den Stempelverzierungen der vorchristlichen Keramik der Pyrenäenhalbinsel verschieden,

die z. B. aus den Castros vorliegt; ausserdem ist der Ton der beiden Gruppen nicht zu verwechseln. Es sei an dieser Stelle erwähnt, dass W. Unverzagt in dem Aufkommen der gleichfalls geometrische Motive verwendenden Rädchenverzierung ein Wiederaufleben vorrömischer, in den ersten Jahrhunderten der Kaiserzeit zurückgetretener Tendenzen sieht, und es wäre der Untersuchung wert, ob sich ein ähnlicher Zusammenhang zwischen den geometrischen Mustern der vorrömischen Keramik der Pyrenäenhalbinsel und der stempelverzierten spätrömischen Keramik nachweisen lässt.

Die am Schlusse zusammengestellte Liste von Fundorten aus Spanien und Portugal lässt, trotzdem sie gewiss nur sehr lückenhaft ist, keinen Zweifel über die allgemeine Verbreitung der spätrömischen stempelverzierten Keramik auf der Pyrenäenhalbinsel. Schwieriger ist es, ihr Vorkommen zeitlich zu begrenzen. Klarheit werden darüber nur gut beobachtete Schichten an geeigneten Plätzen, insbesondere datierbare Zerstörungsschichten, und Grabfunde mit datierenden Begleitfunden schaffen. Erschwerend ist hierbei, dass auf der Pyrenäenhalbinsel die Beigabensitte zum mindesten bei der städtischen Bevölkerung schon in spätrömischer Zeit aufgegeben worden zu sein scheint, worauf vor allem der Befund in den gut untersuchten Friedhöfen von Belo und Tarragona schliessen lässt (1). Die von W. Unverzagt behandelten Funde lassen annehmen, dass die stempelverzierte Keramik im 4. Jahrhundert aufkommt; dagegen ist noch unsicher, wieweit sie in das 5. oder sogar das 6. Jahrhundert hineinreicht (2). Unter Umständen können hier auch Beobachtungen in den östlichen Provinzen des römischen Reiches weiterhelfen (3). Die afrikanische Keramik mit den christlichen Symbolen, von der eine Probe (Abb. 1, 3) oben besprochen wurde, dürfte wohl vor der Eroberung Karthagos durch die Vandalen (439) nach der Pyrenäenhalbinsel gelangt sein, wenn nicht überhaupt mit einer Einstellung des Handels seit dem Einbruch der Vandalen, Sueben und Alanen über die Pyrenäen (409) zu rechnen und damit noch ein früherer *terminus ante quem* zu gewinnen ist. Nachweise für Herstellung von stempelverzierter Keramik in Portugal oder Spanien sind bis jetzt nicht bekannt geworden, aber es ist durchaus wahrscheinlich, dass sich solche im Laufe der Zeit ergeben werden. Die rührige einheimische Archäologie wird auch diese Frage zu lösen wissen. Mit einer Fortdauer der Herstellung in das 5. Jahrhundert ist zu rechnen, wenn auch auffällt, dass grössere Grabfelder des 5. Jahrhunderts

---

(1) Ausführlicheres darüber in meiner in Vorbereitung befindlichen Veröffentlichung «Die Westgoten in Spanien» *(Germanische Denkmäler der Völkerwanderungszeit,* Bd. 2).

(2) Déchelette wollte seinerzeit die Fabrikation der stempelverzierten Ware in wesentlichen dem 5. Jahrhundert zuschreiben; vgl. a. a. O. 327-334, Taf. 12-13. Der Ansatz ist zu spät; wichtig vor allem die verwandte «New Forest Ware» des 3.-4. Jahrhunderts, vgl. Oswald—Price a. a. O. 233 und Sir George Macdonald, 19. Ber. d. Röm.-Germ. Komm., 1929 (1930), 74-76, Abb. 55-56.

(3) Erst bei der Korrektur kann ich auf das wichtige von K. Kübler vorgelegte Material aus Athen verweisen; vgl. Athen. Mitteilungen 56, 1931, 75-86 Beil. 29-38. Kübler setzt die stempelverzierte Ware in das 4. Jahrhundert. Er stellt Parallelen, vor allem aus dem Osten, zusammen und behandelt die Entwicklung der Stempelverzierung in dem wichtigen ägyptischen Heimatgebiet.

wie Marugán, Mun. Atarfe, Prov. Granada, und Simancas, Prov. Valladolid, keine Zeugnisse ergeben haben (1); denn es wäre bei der geringen Zahl spätrömischer Grabfelder verfrüht, dieses *testimonium e silentio* als endgültig zu betrachten.

Die nachstehende Liste von Fundorten besteht im wesentlichen aus Beobachtungen gelegentlich einer durch eine Unterstützung der Notgemeinschaft der Deutschen Wissenschaft ermöglichten Reise zur Aufnahme der westgotischen Grabfunde der Pyrenäenhalbinsel. Sie verfolgt, wie diese ganze Mitteilung, in erster Linie den Zweck, die genauere Untersuchung der stempelverzierten spätrömischen Keramik anzuregen.

Prov. Algarve. Ausser dem Bruchstück Abb. 1, 3 (vgl. S. 372) ein Bruchstück eines roten Tellers ähnlich Abb. 1, 1 im Museu Etnológico Português, Nr. 16797.

Alicante. Von der Punta de las Huertas, der Stelle des antiken Lucentum, zwei Bruchstücke roter stempelverzierter Teller; Muster: konzentrische Kreise bezw. Rosetten und Palmblätter. Samml. General Elizaicín, Alicante.

Archena, Prov. Murcia. Bruchstück eines grossen roten Tellers mit konzentrischen Kreisen, Palmblättern und Zoneneinteilung. Museo Arqueológico Nacional, Madrid, Samml. J. M. Vera, nr. 23.

Belo, Prov. Cadiz. Ausser dem Bruchstück Abb. 1, 4 ähnliche rote Tellerränder sowie Bodenstücke mit konzentrischen Kreisen und Rosetten, anscheinend aus der Siedlung (dem antiken Bolonia) oder aus Grabeinfüllungen, kein ganzes als Grabbeigabe verwandtes Gefäss. Die späteste Grabmünze stammt von Volusian (251-253); die jüngeren Münzen von Belo sind Einzelfunde. Abb. 1, 4 etwas undeutlich wiedergegeben in P. Paris, G. Bonsor, A. Laumonier, R. Ricard, C. de Mergelina: «Fouilles de Belo», 2, 1926, 181, Abb. 95. Samml. Bonsor, Mairena del Alcor, Prov. Sevilla. — In das Museo Arqueológico Nacional in Madrid scheint keine stempelverzierte Keramik von Belo gelangt zu sein.

Condeixa-a-Velha, Distr. Coimbra. Ausser Abb. 1, 1 von dem Ort des antiken Conimbriga zwei weitere rote Bruchstücke, eines von einem Teller ähnlich Abb. 1, 1. Museu Machado de Castro, Coimbra.

Elche, Prov. Alicante. Bruchstück eines grossen roten Tellers mit Zoneneinteilung, Stern aus Palmblättern, konzentrischen Kreisen. Museo Arqueológico Nacional, Madrid, Nr. 17792. — Rote Bruchstücke, vorwiegend von Tellern, mit Palmblättern, Würfelmustern, Rosetten u. ä.; auch ein Stück mit Kreuz. Samml. Ibarra, Elche. Vgl. P. Ibarra y Ruiz, Elche. Cuenca, 1926. S. 107-110. Abb. S. 108, leider unscharf.

Emporion (heute Ampurias), Prov. Gerona. Bruchstücke schwarzer Teller ähnlich Abb. 1, 1 und andere Stücke. Vgl. P. Cazurro in Anuari del Institut d'Estudis Catalans, 3, 1909/10, 349-351. Abb. 30. Darnach P. M. de Artiñano in «Coleccionismo», Nr. 50, 1917, 24; A. Ballesteros y Beretta, «Historia de España», 1, 1918, 563, Abb. 357; bisher als westgotisch bezeichnet. — Bruchstück eines grauen Tellers mit Palmblättern. Museum Gerona.

---

(1) Ihre Besprechung erfolgt in der in Anm. 1 genannten Arbeit.

Herrerias, Prov. Almeria, und *Villaricos*, Prov. Almeria. Die dortigen Funde haben eine ausführliche Veröffentlichung erfahren: Luís Siret, «Villaricos y Herrerias, Antigüedades púnicas, romanas, visigóticas y árabes». Memorias de la R. Academia de la Historia. Madrid 1908.—Bei Unverzagt und anderen benützt.

Málaga. Von der Alcazaba roter Teller mit eingestempeltem Stern. Museo de Bellas Artes, Málaga, Nr. 228.

Mérida, Prov. Badajoz. Ausser Abb. 1, 2 und 5 zahlreiche andere rote und schwarze Bruchstücke, meist von Tellern, mit Zoneneinteilung, Rosetten, Palmblättern und Würfelmustern. Sammlung im Amphitheater, bei dessen Untersuchung die Stücke gefunden wurden.

Osuna, Prov. Sevilla. Bruchstücke roter Teller mit Zoneneinteilung und Ornamentstreifen mit wechselnden Mustern, mit der rädchenverzierten Ware aus Nordgallien (vgl. die oben erwähnte Arbeit von Unverzagt) zu vergleichen. Museo Arqueológico Nacional, Madrid, nr. 12.336-12.338.

Pamplona, Prov. Navarra. Stück einer grauen Schüssel mit Horizontalrand und Stempelverzierung. Museo Artístico y Arqueológico de Navarra.

Sant Antoni, Ibiza, Prov. Baleares. Bei der Untersuchung des spätrömischen Grabfeldes von Can Flit kamen oberflächlich stempelverzierte rote Scherben zum Vorschein. Inv. 16-99 u. 103 A. Ich verdanke die Kenntnis der Stücke Herrn J. Colominas Roca. Im Grabungsbericht, Anuari del Institut d'Estudis Catalans 6, 1915/20, 735f., keine Erwähnung. Museos de Arte y Arqueología, Barcelona.

Sevilla. Aus dem Stadtteil Triana Bruchstück eines Tellers mit mehreren stempelverzierten Zonen, namentlich Palmblätter. Museo Arqueológico Provinzial, Sevilla, Nr. 323-100. (Der Bestand 323 enthält imü brigen nur arabische Keramik).

Tarragona. Bei der Ausgrabung des frühchristlichen Friedhofs im Gebiet der Tabakfabrik fand J. Serra Vilarò eine Menge Scherben stempelverzierter Keramik, insbesondere in der choza de sepulterero (Hütte des Totengräbers). Er hat das Verdienst, die spätrömische Zeitstellung dieser Ware erkannt zu haben. Unter den Gefässformen erscheinen auch die aus Südgallien wohl bekannten Schüsseln mit Steilrand, welche auf Sigillatatypen zurückgehen. Vgl. J. Serra Vilarò, «Excavaciones en la necrópolis romano-cristiana de Tarragona». Memorias de la Junta Superior de Excavaciones y Antigüedades, 104, 1929, 68 f. Taf. 72-76; 111, 1930, 18, Taf. 7/2; 9/1 (ein Stück); 10, 5, 8; 116, 1932, 103, Taf. 13, 1-10, 12, 14, 17-19.

Torrox, Prov. Málaga. Ausser Abb. 1, 5 weitere Bruchstücke grauer Schalen mit Horizontalrand und Teller mit Zoneneinteilung und Sternmuster aus stark geometrisierten Palmblättern. Der in der Nähe des Leuchtturms gelegene Fundplatz hat Reste der älteren wie der späteren Kaiserzeit geliefert; unter letzteren auch Randstücke roter Platten mit Relieffiguren. Museo de Bellas Artes, Málaga. Vgl. R. Amador de los Rios, «Las ruinas romanas del faro de Torrox». Revista de Archivos, Museos y Bibliotecas, 3. S. 31, 1914, 221-241.

Die vorstehende Liste mag einen Begriff von der weiten Verbreitung der spätrömischen stempelverzierten Ware auf der Pyrenäenhalbinsel geben. Bei

planmässiger Beobachtung werden sich zweifellos überall an den Plätzen der spätrömischen Siedlungen derartige Reste ergeben, und bereits heute sind sicher weit mehr Funde in den Sammlungen vorhanden, als hier nachgewiesen werden konnten. Vielleicht enthält sogar das Museum der verdienten Gesellschaft, der dieser Beitrag gewidmet ist, einschlägige Stücke, und wenn nicht, so werden sie im Laufe der Zeit sich einstellen. So mag die Behandlung der Gruppe gerade an dieser Stelle für die Erkenntnis der grösseren Zusammenhänge dieses verhältnismässig unansehnlichen Materials von Nutzen sein.

ÍNDICE

ÍNDICE

I—DEDICATÓRIA

II—AUTÓGRAFO *(FAC-SIMILE)* DO EX.MO MINISTRO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA

III—ESTUDOS EM HONRA DE MARTINS SARMENTO:

ALEMANHA

Pág.

KRAFT (Dr. Georg) — *Feuersteinbeile westlicher Form in Baden* 179
KÜHN (Dr. Herbert) — *Westgotische Durchbruchschnallen* 181
RICHTHOFEN (Dr. Bolko Frhr. von)—*Zur Bearbeitung der vorgeschichtlichen und neueren kleinen Rundbauten der Pyrenäenhalbinsel* 332
SCHULTEN (Dr. A.) — *Segeda* 373
WICKERT (Dr. L.) — *De nonnullis miliariis Bracarensibus* 442
WILKE (Dr. Georg) — *Die Bestattung in Bauchlage und verwandte Bräuche* 449
ZEISS (Dr. Hans) — *Spätrömische stempelverzierte Keramik aus Portugal und Spanien* 466

BÉLGICA

SIRET (Dr. L.) — *Origen y significación de las corridas de toros* 381

ESPANHA

BOSCH-GIMPERA (Dr. Pedro) — *Los Celtas en Portugal y sus caminos* . . 54
BOUZA-BREY (Dr. F.) — *Máscaras galegas de origen prehistórico* 73
CABRÉ AGUILÓ (Juan) y CABRÉ HERREROS (Maria de la Encarnación) — *La espada de antenas tipo Alcácer-do-Sal y su evolución en la necrópoli de La Osera, Chamartín de la Sierra, Avila* 85
CUEVILLAS (Florentino Lopes) — *A área xeográfica da cultura norte dos castros* 99
GÓMEZ-MORENO (Dr. Manuel) — *La cerámica primitiva ibérica* 125
MARTÍNEZ SANTA-OLALLA (Dr. Júlio) — *Monumentos funerários célticos. As «pedras formosas» e as estelas em forma de casa* 226
MÉLIDA (Prof. José Ramón) — *Idolos lusitanos de hueso* 236
MORÁN (P.e César) — *Salamanca en la Prehistoria* 257
PÉREZ DE BARRADAS (Dr. José) — *Necrópolis visigótica de Daganzo de Arriba (Madrid)* 277

Pág.

PERICOT (Dr. Luís) — *La representacion serpentiforme de la Citania de Troña (Galicia)* 281
RISCO (Dr. Vicente) — *Notas en col do culto do lume na Galizi* 342
TARACENA AGUIRRE (Dr. B.) — *Tribus celtibericas. «Pelendones»* . . . 393
VEGA DEL SELLA (Conde de la) — *Asturienses, capsienses y vascos* . . . 405

FRANÇA

BÉGOUEN (Comte) — *Affûtoirs pour pointes d'os en France et en Portugal* . 51
BREUIL (Abbé H.) — *Moule à figurine humaine schématique de l'Oural* . . 83
FAVRET (Chanoine P.-M.) — *La hache gardienne des tombeaux à l'époque néolithique, en Champagne* 113
GRENIER (Dr. Albert) — *La Voie Régordane et Mercure* 137
JOLEAUD (Dr. L.) — *Le rôle des coquillages marins fossiles et actuels dans la magie berbère* 150
LANTIER (Raymond) — *Les dieux orientaux dans la Péninsule Ibérique* . 185
LINCKENHELD (Dr. Émile) — *Observations sur les sièges primitifs des Senons cisalpins* 193
LUQUET (Dr. G.-H.) — *Gravures rupestres de Villadesuso* 203
OCTOBON (Comdt.) — *Les gravures du Puy de Lacan et leurs relations avec les figurations anthropomorphes* 261

INGLATERRA

OSWALD (Dr. Felix) — *Un indice présumable de la présence de la huitième légion en Angleterre* 269
PRESTAGE (Dr. Edgar) — *Portugal: a Pioneer of Christianity* 313
RALEGH RADFORD (Dr. C. A.) — *The Culture of Southwestern Britain in the Early Iron Age* 320
THURLOW LEEDS (E.) — *A Milestone in Western Archaeology* 402

POLÓNIA

KOSTREZEWSKI (Dr. J.) — *Four à minerai datant du I. s. après J.-C. découvert à Mechlin, arrondt. de Srem, en Grande Pologne* 175

PORTUGAL

ALMEIDA (Dr. Eduardo d') — *A mocidade literária de Sarmento*. . . . 21
ALVES (P.e Francisco Manuel) — *Bragança e o Dr. Francisco Martins Sarmento* 25
ALVES PEREIRA (Dr. F.) *Os vestíbulos das habitações citanienses* . . . 27
ATHAYDE (Dr. Alfredo) — *Ossadas prè-históricas da Gruta dos Refugidos* . 31
BAIÃO (Dr. António) — *O Arquivo do Estado português no princípio da nossa nacionalidade. — Teria permanecido em Guimarães?* 37
BASTO (Dr. Cláudio) — *Canto do cisne* 39
CARDOZO (Capt. Mário) — *Dr. Francisco Martins Sarmento. (Esbôço bio-bibliográfico)* 1

Pág.

CARVALHO (Dr. Joaquim de) — *Sôbre a autenticidade dos sermões de Fr. João Xira* 91
CHAVES (Luís) — *Notas etnográficas colhidas na obra de Martins Sarmento.* 94
FONTES (Dr. Joaquim) — *Figuras rupestres astrais no santuário prè-histórico do Gião (Arcos-de-Valdevez).* 120
GIRÃO (Dr. A. de Amorim) — *Sepulturas antropomórficas abertas em rocha.* 122
JALHAY (P.e Eugénio) — *Uma nova hipótese sôbre a utilização da indústria lítica de tipo asturiense* 145
LEITE DE VASCONCELLOS (Dr. J.) — *Lâpide lusitano-romana da Arruda-dos-Vinhos* 191
MAGALHÃES BASTO (Dr. A. de) — *Algumas páginas inéditas de Fernão Lopes?* 208
MAGALHÃES LIMA (Dr. Jaime de) — *Francisco Martins Sarmento. O seu legado e o seu carácter.* 222
MENDES CORRÊA (Dr. A. A.) — *Valencianos e Portugueses* 242
MONTEIRO (Dr. Manuel) — *Um Génio tutelar* 255
PAÇO (Tent. Afonso do) — *Vaso de bôrdo horizontal, de Vila-Fria* . . . 272
PINA (Dr. Luiz de) — *Notas para a Prè-história vimaranense.* 287
PINHO (José de) — *Considerações sôbre a religiosidade dos citanienses de Briteiros e Sabroso.* 292
RODRIGUES (Dr. José Maria) — *O Périplo de Hanão e o seu primeiro comentador* 352
SAMPAIO (Dr. Gonçalo) — *Côro das maçadeiras* 355
SANTOS GRAÇA (A.) — *A crença do Pòveiro nas «Almas penadas»* . . . 360
SANTOS JÚNIOR (Dr. J. R. dos) — *A cerâmica campaniforme de Mairos (Trás-os-Montes)* 364
SERPA PINTO (Dr. R. de) — *O Castro de Sendim. Felgueiras* 376
SOUSA MACHADO (Dr. José de) — *Casa da Ponte, em S. Salvador de Briteiros. Árvore do Costado até aos terceiros Avós* . . Entre págs. 20 e 21
SOUTO (Dr. Alberto) — *A «Pelagia Insula» de Festus Avienus* 385
VIEIRA BRAGA (Alberto) — *Influência de S. Tiago da Galiza em Portugal.* 411
VITORINO (Dr. Pedro) — *Um discípulo de Sequeira* 436
XAVIER DA COSTA (Dr. L.) — *Páginas da «História Resumida das Belas-Artes em Portugal no Século XVIII»* 461

ROMÉNIA

PLOPSOR (Dr. C. S. Nicolaescu) — *Les Celtes en Olténie.* 308

SUISSA

DEONNA (Dr. W.) — *Un ex-voto délien: la pivoine.* 108
PITTARD (Dr. Eugène) et WIETRZYKOWSKA (J.) — *La grandeur du trou occipital en fonction de la capacité cranienne* 298

ERRATAS PRINCIPAIS E ADENDA

Página	Linha	Onde se lê	Deve ler-se
56	14	*latos*	*latus*
59	11	ὕφις	ὄφις
74	1 de nota 2	rua a	rua
76	28	don	non
79	19	relaciónas	relaciónaas
99	22	estabrecena	estabrécena
101	3	*Astuaica*	*Asturica*
105	25	Meuseu	Museu
107	34	Cable	bable
114	30	et ailleurs,	et, ailleurs,
125	19	occidentales	orientales
140	13	du Romains	des Romains
155	7	outre	autre
»	18	se	ce
295	20	ao bipene	aos bipenes
»	25	à distribuïção	há a distribuïção
314	31	of	off
315	6	an	and
316	34	oppresses	oppressed
321	nota 1	317	327
328	34	belang	belong
329	2	same	came
338	29	verden	werden
339	35	der	den
368	4	22-24	24-25
»	9	25-31	28-31
377	2 de nota 1	(figs. 1 e 2)	(figs. 2 e 3)
383	9	animan	anima
394	18	Medina, Soria	Medina-Soria
396	18	Ayedo	Hayedo
»	24	»	»
404	8	brother's	brothers'
»	10	Eleanor	Elinor
»	18	It	Its
446	nota 4	p. 369 not. 4	not. 2
448	9	imperi	imperii

No fim da nota 1 de pág. 41, acrescente-se:

Todavia, Luciano, que mais de uma vez se refere ao canto melodioso dos cisnes, não acredita nêle, como se vê em *Do Âmbar* ou *dos Cisnes* (vol. IV da obra cit., pág. 252-253).

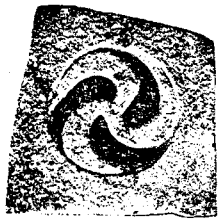
A seguir à nota 10 de pág. 100, inclua-se a nota 11, que ali faltou:

(11) Libr. I.

Na página 356, rectifique-se, na música do côro:

O compasso 11 do côro das maçadeiras deve ser inteiramente igual ao compasso 15; foi por lapso que se não pôs o *dó* superior nos acordes do 1.º tempo. E suprima-se o escusado sinal de repetição no fim do canto,

ESTA OBRA, COMEÇADA A COMPOR NAS OFICINAS GRÁFICAS DA «IMPRENSA PORTUGUESA», DO PÔRTO, AOS 9 DIAS DO MÊS DE MARÇO DE 1933, DATA DO CENTENÁRIO DO NASCIMÉNTO DE MARTINS SARMENTO, ACABOU DE IMPRIMIR-SE AOS 20 DIAS DO MÊS DE MARÇO DE 1934. FOI ORGANIZADA, EM NOME DA SOCIEDADE MARTINS SARMENTO, PELOS SÓCIOS — ANTÓNIO AUGUSTO ESTEVES MENDES CORRÊA, PROFESSOR DA UNIVERSIDADE DO PÔRTO, ALBERTO VIEIRA BRAGA, DIRECTOR DA «REVISTA DE GUIMARÃES», E MÁRIO DE VASCONCELLOS CARDOZO, PRESIDENTE DA MESMA SOCIEDADE.



IMPRENSA PORTUGUESA
RUA FORMOSA, 108—PÔRTO